MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 281.2023.DEAC.1105606.2023.010235

Da: Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Para: **Drª. LÍLIAN MARIA PIRES STONE**

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto: Encaminha PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235

Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça,

Cumprimento Vossa Excelência, oportunidade em que encaminho PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 para aprovação , cujo objeto trata da " REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR."

Trata-se de implantação da manutenção preventiva e corretiva na capital e interior e, devido ausência de histórico e estimativas para subsidir a emissão do Estudo Técnico Preliminar solicitamos que esta contração ocorre conforme a Lei mº 8.666/93.

Respeitosamente,

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 31/07/2023, às 08:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1105606** e o código CRC **DBF22E5D**.

2023.010235 v6

PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE **MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA**, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO/ ENTIDADE PROPONENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MP/AM**

CNPJ: **04.153.748/0001-85**

ENDEREÇO: **AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 7995 – NOVA ESPERANÇA**.

CIDADE: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69.037-473**

DDD/FONE: (92) 3655-0500 DDD/FAX: (92) 3655-0763

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 A contratação objeto deste Projeto Básico justifica-se pelo fato de que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, faz-se premente a estruturação e manutenção de todas as suas unidades organizacionais para o desenvolvimento das atividades institucionais, bem como promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao *Parquet* amazonense.

2.2 No tocante à modalidade de licitação, adotou-se o procedimento do pregão, pois o serviço de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas **tem natureza de serviço comum**, **por possuir padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.**

2.3 Os serviços de manutenção predial possuem demandas frequentes, tendo em vista que as edificações estão constantemente em processo de deterioração e desgastes naturais. Ademais, a manutenção predial possui a característica de imprevisibilidade, não sendo possível o planejamento prévio completo e exato dos serviços necessários à manutenção das edificações.

3. DETALHAMENTO DO OBJETOO

3.1. Este Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para **manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

3.2. **O valor estimado da contratação é de R$ 2.100.000,00 (Um milhão e Setecentos e Sessenta mil reais).**

Local de prestação do serviço	**Descrição do serviço**	**(A) Valor Estimado**	**(B)ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD**
EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - **SINAPI**,	R$ 2.100.000,00	
VALOR GLOBAL *(valor resultante após aplicação desconto - ACD)*			R$

3.2.1 A quantidade de intervenções em cada edificação será levantada pela fiscalização limitando-se ao valor total.

3.2.2 “ACD” corresponde ao percentual de Acréscimo sobre Custo Direto (ACD) por item (região), cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI. Ver item 4.2

3.3 O valor estimado de contratação tem como base estudo preliminar realizado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo do Ministério Público do Estado do Amazonas, que prevê os custos a serem gastos nas unidades ministeriais existentes na capital e municípios do interior do Estado do Amazonas. **O SINAPI estimado na planilha está com desoneração,** respeitando a legislação, a administração optou por este regime. **O mês de referência da tabela SINAPI será o anterior à data da licitação;**

3.4 O objeto previsto nesta contratação deverá ser executado em obediência à Resolução n.º 81, de 31 de janeiro de 2012 do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 24/02/2012, pág. 113 e 114, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências.

3.5. As condições e especificações de execução do objeto a ser contratado estão dispostas nos seguintes Cadernos, que integram este Projeto Básico:

1. Anexo I – Endereço das Unidades Ministeriais e Estimativa de Custos;
2. Anexo II – Componentes da Edificação Abrangidos pela Manutenção
3. Anexo III – Planilha de Composição do BDI;
4. Anexo IV – Credenciamento para Vistoria;
5. Anexo V - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica
6. Anexo VI - Modelo de Dispensa de Vistoria Técnica

3.5.1 Os anexos deverão ser fornecidos eletronicamente aos pretensos licitantes.

3.6. Todos os materiais empregados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, estar em fase normal de fabricação e observar às especificações deste documento e seus Cadernos e às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

3.6.1 Entende-se por primeira qualidade ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado;

3.6.2 Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução, serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da CONTRATADA;

3.6.3 Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal.

3.7 O BDI, Benefícios e Despesas Indiretas, conforme Anexo III, adotado pelo Ministério Público levam em conta todo o material, ferramentas e mão de obra para a execução dos serviços e média de preços pesquisados junto ao mercado.

3.8 Os valores propostos deverão incluir todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

3.9 O início dos serviços fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo contratado, recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-AM, nos termos dos art. 1o. e art. 2o. da Lei n.o 6.496/77.

2. Apresentação da Relação de Funcionários, identificados pelo nome completo, identidade e CPF;

3. Ordem de serviços autorizada pela Divisão de Engenharia do MPAM.

3.10 **O inicío dos serviços deverá ocorrer até 5 dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materias específicos a serem empregados.**

3.11 O prazo de vigência desta ATA será de 12 meses a conta da data de publicação.

3.10 ATIVIDADES RELACIONADAS AO OBJETO

3.10.1 O objeto da contratação consiste na prestação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, nos sistemas integrados às instalações prediais;

3.10.2 Os componentes de edificação abrangidos na manutenção são exemplificados e apontados na tabela constante do Anexo II e constituem

3.10.4. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços **no prazo fixado pela fiscalização, contado do recebimento da Ordem de Serviço**;

3.10.4.1 O prazo referido no presente item levará em conta, no mínimo, a quantidade e complexidade dos serviços demandados, bem assim a logística de acesso ao local da prestação.

3.10.5. A critério da fiscalização poderão ser fornecidos especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais a serem seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

3.10.6. Na execução das manutenções prediais, a definição do preço global dos serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI;

3.10.6.1. O levantamento dos preços deverá ser de acordo com os valores constantes da **tabela de referência (mês anterior ao da realização da licitação)**, considerando a base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI referente ao Estado do Amazonas;

3.10.7. **Nos casos em que a Tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, conforme abaixo**:

3.10.7.1. Adoção do sistema de preços do **SBC** do mesmo mês de referência da tabela SINAPI adotada na licitação, aplicando-se o menor percentual de acréscimo ofertado na licitação;

3.10.7.2. Caso não seja possível utilizar o SBC, deverá ser realizada pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser utilizado o menor preço entre as três cotações e sobre ela aplicar o mesmo percentual de acréscimo ofertado na licitação;

3.10.8. Deverão ser elaborados pela Fiscalização, previamente à emissão da Ordem de Serviço, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços, os seguintes documentos:

3.10.8.1. Memória de cálculo dos quantitativos;

3.10.8.2. Planilha de orçamento dos serviços a serem demandados

3.10.8.3. Planilha com as composições analíticas;

3.10.8.4. Cronograma físico-financeiro;

3.10.9. A Contratada deverá apresentar sua Proposta de Preços, em consonância com o percentual proposto na licitação e de acordo com os serviços demandados, em até 2 (dois) dias úteis da provocação por parte da fiscalização.

3.11 A formalização de instrumento contratual será obrigatória nos casos em que o orçamento elaborado ultrapassar o valor previsto na Lei n.º 8.666/93 para os serviços de engenharia que podem ser licitados sob a modalidade convite, bem assim quando o prazo de execução for superior a 30 (trinta) dias, e facultativa nos demais casos elencados no art. 62, da Lei n.º 8.666/93.

3.12 Os itens componentes do objeto do presente instrumento não poderão ser demandados para realização de obra de engenharia.

4. LICITAÇÃO

4.1 O procedimento para contratação do objeto será realizado mediante licitação na **modalidade PREGÃO**, no **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

4.2 **O tipo de licitação será o MENOR PREÇO GLOBAL**, apurado com base no critério de julgamento de **MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD) por proposta, decorrente da aplicação da fórmula a seguir, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI:**

$$ACD(\%) = [\ (100 - TR\%) + \frac{BDI\ (100 - TR\%)}{100}\ ] - 100$$, onde:

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do **SINAPI** (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

4.2.1 – Para maiores esclarecimentos, informamos que a fórmula indicada objetiva assegurar a proposta mais vantajosa para o MPAM, visto que contempla conjuntamente o abatimento proposto sobre a tabela SINAPI, bem como o BDI incidente, cujo resultado será o menor custo final para o serviço contratado.

Com efeito, a análise isolada do percentual de abatimento sobre a tabela SINAPI proposto pela licitante não assegura um menor dispêndio para o MPAM, caso desconsiderado o BDI aplicado

na composição do custo final.

Tal constatação pode ser demonstrada através da seguinte memória de cálculo exemplificativa:

Empresa	Custo SINAPI (R$)	Abatimento ofertado (%)	Custo resultante (R$)	BDI (%)	Custo final ao MPAM (R$)	RESULTADO PARA O MPAM Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI
A	100,00	10	90,00	20	108,00	08 %
B	100,00	12	88,00	25	110,00	10 %

Da tabela demonstrativa depreende-se que:

Empresa A - apresenta menor percentual de abatimento sobre a tabela SINAPI, porém aplica um menor BDI, resultando um menor custo para o MPAM (acréscimo de 08%);

Empresa B - apresenta maior percentual de abatimento sobre a tabela SINAPI, porém aplica um maior BDI, resultando um maior custo para o MPAM (acréscimo de 10%).

Portanto, adotamos a fórmula ACD% = [(100-TR%) + $\frac{\text{BDI (100-TR\%)}}{100}$] – 100,

onde:

TR = Taxa percentual de redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual, cujo teto é **28,35%** para serviços e **16,32%** para aquisição de equipamentos e materiais específicos.

Tal fórmula objetiva identificar o menor percentual de acréscimo em relação aos custos de referência da tabela SINAPI, após aplicação do abatimento proposto pela licitante e incidência do BDI, percentual esse a ser adotado nos futuros orçamentos de serviços constantes do presente Termo de Referência.

4.3. A composição e definição dos índices Bonificações e Despesas Indiretas - **BDI** a serem utilizados nesta licitação terá o percentual máximo de **28,35%** para serviços.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1 Para que possam ser habilitados a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar:

5.1.1 Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), em cuja jurisdição se encontre sua sede;

5.1.1.1 Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM, o licitante deverá apresentar, à época da contratação, o registro devidamente visado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução nº 413, de 27/6/1997;

5.1.2 Certidão de Registro de Pessoa Física emitida CREA pelo da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973, com validade na data de realização da sessão pública do certame, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

5.1.2.1 Antes da assinatura do contrato, o licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar "visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA" que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is), por ele indicado para execução do(s) projeto(s);

5.1.2.2 O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

5.1.2.3 A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

5.1.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, da seguinte forma:

5.1.3.1 Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, em que fique comprovado que o LICITANTE executou obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente cotejo, e com fornecimento de todo o material de reposição.

5.1.3.2 Atestado(s) de Qualificação Técnico-Profissional, do responsável técnico, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no conselho profissional correspondente.

5.1.3.3 O(s) atestado(s) Técnico(s)-Profissional(is) deverá(ão) ser apresentado(s) com o visto da Entidade Profissional correspondente ou na forma de Certidão de Acervo Técnico – CAT;

5.1.3.4 Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior a do profissional substituído, devidamente comprovadas;

5.1.3.5 No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

5.1.4 Declaração de responsabilidade técnica, devidamente assinada pelo profissional técnico indicado.

5.1. Para que possam ser habilitados a fornecerem os produtos e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar pelo menos 1 (um) **Atestado de Capacidade Técnica:**

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	Execução de cobertura em telha galvanizada	m²	350,00
02	Execução de forro de gesso acartonado	m²	150,00
03	Alvenaria de 1/2 vez	m²	150,00
04	Confecção de esquadria de alumínio	m²	75,00
05	Revestimento cerâmico aplicado em parede	m²	100,00

06	Revestimento cerâmico tipo porcelanato aplicado em piso	m²	250,00
07	Execução de piso intertravado	m²	350,00
08	Pintura Acrílica	m²	450,00
09	Execução de ponto de tomada elétrico (fiação, tomada e acessórios)	pt	45,00
10	Execução de ponto lógico RJ 45 CAT 06 (fiação, tomada e acessórios)	pt	30,00
11	Execução de ponto água fria (tubulações e conexões)	pt	15,00

fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

6. DA VISTORIA

6.1 **A realização de vistoria é facultativa**, e objetiva visitar o local de execução dos serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações.

6.2 **Na hipótese de optar pela realização da vistoria**, o interessado deverá obedecer às seguintes condições.

6.2.1 A vistoria **deverá** ser realizada por preposto ou representante da interessada, devidamente credenciado pela empresa.

6.2.2 Essa condição deverá ser comprovada através de documento de identificação e de **Carta de Credenciamento**, emitida pela empresa, apresentando a pessoa que realizará a vistoria;

6.2.3 Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica**, em papel timbrado da empresa, conforme modelo anexo a este termo de referência, que será assinado por servidor designado da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** - desta PGJ-AM, onde o servidor declara ter acompanhado o representante da empresa durante a vistoria técnica realizada.

6.2.4 O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na **fase licitatória**, nos termos definidos no edital do certame;

6.2.5 A **vistoria** poderá ser realizada até três dias úteis anteriores à data estipulada para abertura da licitação;

6.2.6 As visitas deverão ser agendadas com antecedência mínima de vinte e quatro horas à data limite de vistoria, com a **Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo**, pelos telefones (92) 3655-0739, no período das 8h às 14h.

6.2.7 O tempo de antecedência para agendamento é necessário para a Administração planejar o deslocamento da equipe para acompanhamento da vistoria.

6.3 **Caso a empresa opte por não realizar a vistoria**, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma Declaração de Dispensa de Vistoria assinada pelo responsável legal, informando sua opção pela não realização da visita.

6.4 Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos.

7. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 Comunicar, por escrito, à CONTRATANTE a conclusão dos serviços, para que proceda à VISTORIA DO RECEBIMENTO;

7.2. O **Recebimento dos serviços** executados pela CONTRATADA será efetivado em duas etapas sucessivas:

7.2.1 **Recebimento Provisório:** após vistoria, que deverá ser realizada pela Comissão nomeada pelo CONTRATANTE, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data em que a CONTRATADA comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto deste contrato, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada;

7.3 **RECEBIMENTO DEFINITIVO**: em segunda etapa, pelos membros da comissão designada pelo Contratante, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, até 90 dias após o prazo de observação para verificação da adequação do objeto aos termos contratuais.

7.4 O **Recebimento Definitivo** dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios de qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Alocar aos serviços toda a mão de obra, inclusive qualificada, e direção administrativa, bem como equipamentos, ferramentas, instrumentos pessoais e equipamentos de segurança individual (EPI), necessários à execução do objeto contratual, em perfeitas condições de uso, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de solicitar a substituição daqueles que julgar inadequados.

8.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, os equipamentos, aparelhamento e material, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do contrato;

8.1.2 Disponibilizar também relação do pessoal técnico que atuará na execução dos serviços, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, informando sempre que houver qualquer alteração na mesma.

8.2 Manter quadro de pessoal competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo de execução dos serviços, de modo que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

8.2.1 Todos aqueles que estarão prestando serviços à CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá.

8.2.2 Selecionar e preparar rigorosamente, inclusive quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho, os empregados que executarão os serviços, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, sem qualquer vínculo empregatício com a PGJ/AM.

8.2.3 Afastar do local de serviços qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja, a juízo da CONTRATANTE, considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de 24 horas a partir da notificação expedida pela CONTRATANTE.

8.2.4 Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores;

8.2.5 Responsabilizar-se pelas condições de higiene no canteiro de obras, conforme o estabelecido pelas normas regulamentadoras;

8.2.6 Prover transporte e alimentação ao pessoal dentro das especificações da lei e da convenção coletiva do sindicato;

8.2.7 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do

trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora NR-18, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de equipamentos de proteção individual e coletiva – EPIs e EPCs - adequados a cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

8.3 Aplicar, na manutenção e serviços, materiais de boa qualidade, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles que julgar de má qualidade ou inadequados, debitando à CONTRATADA todas as despesas consequentes.

8.3.1 Todo material de origem mineral deverá ser fornecido por pessoa física ou jurídica licenciada junto aos órgãos competentes.

8.3.2 Os materiais, ferramentas e equipamentos deverão ser armazenados em locais apropriados, cobertos ou não, conforme sua natureza, sendo a CONTRATADA responsável por sua guarda, segurança e proteção, até a conclusão dos serviços.

8.3.3 Todos os materiais fornecidos ou aplicados pela CONTRATADA deverão ser de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto e sua aplicação estará condicionada ao aceite prévio da CONTRATANTE, o que ocorrerá por escrito, mediante amostras apresentadas à FISCALIZAÇÃO antes da aquisição do material ou equipamento.

8.3.3.1 Apresentar, ainda, a indicação da marca e o modelo/referência, conforme especificações fornecidas, para aprovação da CONTRATANTE.

8.3.3.2 Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA, as amostras serão conservadas até o final dos trabalhos de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

8.3.3.3 Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados.

8.3.3.4. Caso o material ou equipamento especificado encontre-se fora de linha ou obsoleto, deverá ser substituído pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos e especificações. A substituição deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

8.3.4 Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenha idêntica função e se presta às mesmas condições do material, equipamento ou serviço especificado.

8.3.5 É vedada a utilização de materiais e equipamentos improvisados, usados ou danificados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, assim como não será tolerada a adaptação de peças, seja por corte ou outro processo, de modo a utilizá-las em substituição às peças recomendadas e de dimensões adequadas.

8.3.6 Quando não houver descrição do material ou equipamento a ser utilizado, ou do tipo de serviço a ser executado, ou houver discrepância, seguir orientação da FISCALIZAÇÃO.

8.3.7 Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material ou equipamento especificado por outro equivalente, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará à FISCALIZAÇÃO, por escrito, a proposta de substituição, motivada, acompanhada de levantamento de custos, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos acordados.

8.3.8 A FISCALIZAÇÃO deverá ter livre acesso a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas e outros, para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade etc.

8.3.9 Apresentar, por escrito, se solicitado pela CONTRATANTE, informações dos locais de origem dos materiais ou seus certificados de ensaios.

8.3.9.1 Os ensaios e as verificações serão providenciados sem ônus para a CONTRATANTE.

8.4 **Substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, no prazo de 48 horas** a partir

da comunicação, os materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela FISCALIZAÇÃO como inadequados à execução dos serviços, ou que, por qualquer motivo, tenham sido adquiridos sem sua aprovação.

8.5 Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pelo CONTRATANTE e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT.

8.6 Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização do CONTRATANTE.

8.7 Executar os serviços dentro do prazo contratado.

8.7.1 - Para o cumprimento do prazo estabelecido, os serviços deverão ser executados durante o horário normal do expediente, aos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno, podendo a critério do Ministério Público ser estendido o horário, caso seja comprovada a necessidade e seja ainda autorizado pelo agente fiscalizador da Contratante.

8.8 Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares e de segurança do CONTRATANTE, podendo ser exigido o afastamento daqueles funcionários da CONTRATADA, cuja conduta, a critério do CONTRATANTE, seja considerada inconveniente.

8.9 - Cumprir, na execução do presente contrato, todas as exigências impostas pela Lei nº 6.514 de 22/12/77 e Portaria nº 3.214 de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, às suas exclusivas expensas.

8.10 - Acatar todas as normas das legislações Federal, Estadual e Municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual.

8.11 - Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto.

8.12 - Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem, dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

8.13 - Permitir e facilitar ao CONTRATANTE o levantamento físico da força de trabalho da CONTRATADA e de seus subcontratados, pertencendo ao CONTRATANTE, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados.

8.14 - Os serviços porventura com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão demolidos e refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE e sem implicar alteração do prazo contratual.

8.15 - Assegurar livre acesso e trânsito aos locais de trabalho, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do CONTRATANTE ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados.

8.16 - Apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS.

8.17 - Além das despesas relativas a salários, encargos sociais, trabalhistas e de Previdência Social, a CONTRATADA arcará, também, com as despesas relativas à assistência médica.

8.18 - Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

8.19 - Se houver necessidade de ocupação de terrenos fora da área do CONTRATANTE, para instalação de acampamentos, escritórios e/ou depósitos, estes serão alugados pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

8.20 - A CONTRATADA manterá sempre cobertos por apólices regulares os riscos de acidentes e outros seguros exigidos por lei, bem como promoverá o seguro de danos físicos, sendo beneficiário o CONTRATANTE e/ou quem por ela indicado.

8.21 **A CONTRATADA obriga-se a providenciar, junto ao CREA/AM, no prazo máximo de cinco dias úteis**, contados a partir da celebração do Contrato, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977).

8.21.1 A ART deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, em uma cópia autenticada da documentação, com o objetivo de comprovar o registro.

8.22 Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

8.22.1. A CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico.

8.22.1.1. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM.

8.22.1.2. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação.

8.23 A CONTRATADA deverá manter em Manaus/AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

8.25 Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo Ministério Público, acatando as observações da FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessários.

8.26 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

8.26.1. Caso ocorra atraso por culpa da CONTRATANTE, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

8.27 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução deste objeto, incluindo as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

8.27.1 A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos decorrentes da execução do objeto não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento.

8.28 **Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.**

8.29 Manter-se, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

8.30 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

8.30.1 A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

8.31 Realizar limpeza geral após a conclusão dos serviços, de forma a retirar todas as impurezas e resíduos gerados durante a execução das atividades, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela FISCALIZAÇÃO, a fim de que o espaço seja entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

8.31.1 Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados e descartados em locais indicados, sem criar constrangimentos para a CONTRATANTE.

8.31.2 A CONTRATADA deverá adotar procedimentos ambientais quanto à destinação dos resíduos provenientes da execução dos serviços, **obedecendo, em especial, à Resolução CONAMA nº 307/02**.

8.32 Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

8.33 Fornecer garantia contra defeitos ou falhas de execução dos serviços pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data do recebimento, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

8.34 Apresentar todos os documentos exigidos no contrato, tais como Documentos Técnicos, Garantia, etc.

8.35 A CONTRATADA deverá, ainda, apresentar o Certificado de Garantia, devidamente acompanhado da Nota Fiscal de compra, Manuais e Documentações Técnicas de todos os equipamentos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria Geral de Justiça - PGJ-AM:

9.1 Designar, conforme dispõe o artigo 67 e §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, representante(s) da PGJ-AM a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

9.2 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das condições estipuladas.

9.2.1 **Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de suas falhas e/ou omissões**.

9.3 Aprovar previamente, através da FISCALIZAÇÃO, os equipamentos e materiais a serem aplicados na execução dos serviços, eventuais alterações de projeto e demais procedimentos.

9.4 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, a fim de que qualquer falha seja sanada em tempo hábil, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.5 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento realizado em desacordo com o Projeto Básico.

9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos serviços.

9.7 Exigir da CONTRATADA o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.

9.8 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA quanto aos serviços devidamente realizados, na sua totalidade ou parcialidade, dentro dos critérios estabelecidos neste documento, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais pela FISCALIZAÇÃO e da apresentação dos documentos exigidos no item 12 deste Projeto Básico.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1 O Ministério Público exigirá, para a contratação resultante desta licitação, a prestação de garantia, em conformidade com o disposto no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação.

10.2 No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

10.3 As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93.

11. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

11.1 O pagamento das faturas da empresa contratada será feito de forma **MENSAL** , baseada em medições de serviços executados no período relacionado ao **MÊS ANTERIOR** ao da fatura, demandados mediante Ordem de Serviço da **CONTRATADA**, tanto corretivamente quanto preventivamente.

11.2 Após a realização dos serviços os mesmos deverão ser expressos em relatórios atestados pela fiscalização que indicará o responsável técnico que irá receber os serviços e compilar os relatórios para proceder ao pagamento.

11.3 O processo de pagamento deverá constar a documentação abaixo relacionada:

11.3.1 Todas as certidões de regularidades Fiscais e Trabalhistas;

11.3.2 Requerimento de solicitação de pagamento em duas vias;

11.3.3 Recibo, em duas vias;

11.3.4 Cópia da Nota de Empenho;

11.3.5 Nota Fiscal de Serviços;

11.3.6 Relatório de Execução de Serviço apresentado pela contratante aprovado pelo responsável técnico indicado pela PGJ/AM;

11.4 Os valores dos serviços prestados deverão ser extraídos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, como referência, sempre que possível. Quando não for possível deverá ser feita pesquisa de mercado.

11.5 Os serviços serão realizados conforme cronograma de desemboso estimado:

PARCELAS ESTIMADAS					
01	02	03	04	05	06
PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12
07	08	09	10	11	12
PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12

11.5.1 Após a efeitiva contratação será emitido o primeiro empenho estimado, com aportes mensai, bimestrais ou trimestrais, conforme decisão desta CONTRATANTE após viabilidade orçamentária e financeira e volume de demnadas.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a

terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

12.2 O CONTRATANTE far-se-á representar no local dos serviços por seu Agente Fiscalizador designado em portaria e, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes.

12.3 O CONTRATANTE, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para o controle qualitativo e quantitativo dos serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução, à vista dos projetos.

12.4 À Fiscalização compete: o acompanhamento e controle da execução dos serviços, as avaliações e medições dos serviços, até sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõem o Contrato.

12.5 A Fiscalização lançará no Livro de Ocorrência todas as observações dignas de registro para controle dos serviços, devidamente assinadas pelo preposto da CONTRATADA.

12.6 Toda troca de informações e correspondências entre a CONTRATADA e CONTRATANTE, bem como todas as instruções da Fiscalização à CONTRATADA, devem ser por escrito, cabendo o seu registro no Livro de Ocorrências. Todos os expedientes escritos da CONTRATADA, após seu registro, serão encaminhados ao CONTRATANTE, para decisão, acompanhados de parecer da Fiscalização.

12.7 Compete à Fiscalização ter prévio conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases dos serviços, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos.

12.8 A ocorrência de obstáculos e imprevistos obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre as ocorrências.

12.9 A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exação ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como de subempreiteiras e/ou subcontratadas.

12.10 Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas do CONTRATANTE, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.

12.11 Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela Fiscalização ou pela própria CONTRATADA, obrigando-a, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

12.12 A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento dos serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa, por ação ou omissão.

12.13 A Fiscalização poderá determinar a paralisação dos serviços, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à CONTRATADA, ressalvado o disposto no Edital e neste Caderno de Encargos, todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação.

12.14 A determinação da paralisação, citada no item anterior, vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo ao CONTRATANTE formalizar a sua suspensão.

12.15 No prazo de observação, a CONTRATADA deverá executar, sob sua inteira responsabilidade, os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela Fiscalização, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

13. RESPONSABILIDADE

13.1 As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da

CONTRATADA.

13.2 Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

1. sua negligência, imperícia e/ou omissão;
2. infiltração de qualquer espécie ou natureza;
3. ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao serviço;
4. acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiro.

13.3 Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

13.4 A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

14 DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS RESPECTIVAS

14.1. Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta – **tabela 1**, as multas conforme **tabela 2**:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	4
3	Não providenciar substituto para componente da equipe; por empregado e por ocorrência.	4
4	Não utilizar produtos novos e adequados, em excelente estado de conservação e/ou com os devidos registros legais; por ocorrência.	4
5	Apresentar painéis ou perfis velhos, sujos, amassados, arranhados ou com outros defeitos que prejudiquem a qualidade e a estética do produto fornecido,	4
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por ocorrência.	3
7	Fornecer os produtos parcialmente ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	3
8	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento;	2

8	por ocorrência.	2
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual – PI, quando necessários; por empregado, por ocorrência.	2
10	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	1
Para os itens a seguir, deixar de:		
11	Prestar os serviços de fornecimento, instalação e remanejamento (desmontagem/montagem) de divisória, por serviço.	4
12	Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, o serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE, por dia e/ou serviço.	4
13	Obedecer, na montagem dos materiais, ao contido nas normas reguladoras específicas.	4
14	Observar sempre a máxima segurança contra acidentes durante a execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material, por dia e/ou serviço.	4
15	Fornecer mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte, por dia ou serviço.	3
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores; por ocorrência.	2
17	Cumprir obrigações dentro do prazo contratual; por ocorrência e/ou por hora e/ou por dia.	2
18	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e/ou por dia.	1
19	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e/ou por dia.	1
20	Executar limpeza ao final de cada serviço; por dia.	1
21	Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários, por serviço.	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência

1	0,10% do valor faturado.
2	0,15% do valor faturado.
3	0,25% do valor faturado.
4	0,40% do valor faturado.

9.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

9.5. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

9.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15. DA ELABORAÇÃO

O presente Projeto Básico foi elaborado pela Divisão Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração e integra o procedimento interno.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE

Declaro que este Projeto Básico está de acordo com as Leis nº 8.666/93, nº 5.194/66, nº 6.496/77, nº 8.078/90, nº 10.406/02, Resolução n.º 81/12 do Conselho Nacional do Ministério Público e às demais legislações e normas pertinentes.

Manaus – AM, de março de 2023.

Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes
CREA 6028-D
Chefe da Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC

APROVAÇÃO

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/07/2023, às 16:23, conforme art. 1º, III,

"b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1049184** e o código CRC **E6C4E0DB**.

ANEXO I – ENDEREÇO DAS UNIDADES MINISTERIAIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
1 - Região Metropolitana	MANAUS	1- Prédio Sede - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 350.000,00
		2- Auditório Carlos Bandeira - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
		3- Prédio Anexo Administrativo - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
		4- Prédio Anexo Administrativo do Aleixo - AV. André Araújo, N°23, Aleixo	R$ 200.000,00
		5- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Centro Integrado de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator - Rua Desembargador João Machado, s/n, Bairro Alvorada I	R$ 25.000,00
		6- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Palácio da Justiça Edifício Desembargador Arnoldo Péres - Av. André Araújo, s/nº Bairro Aleixo	R$ 15.000,00
		7- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas 18º Juizado Especial Criminal - Av. Professor Nilton Lins, nº 3.259 Centro Universitário Nilton Lins - Parque das Laranjeiras	R$ 15.000,00
	IRANDUBA	8- Av. Rio Madeira, S/N 69.405-000. - REFORMA	R$ 15.000,00
	ITACOATIARA	9- Rua Borba, s/n – Pedreiras - NOVA	R$ 15.000,00
	MANACAPURU	10- Rua União, s/n.º - Aparecida	R$ 15.000,00
		11- Rua Rio de Janeiro, nº 57, Bairro Centro	R$ 25.000,00
	NOVO AIRÃO	12- Av. Ruy Barbosa, 29 – Centro CEP: 69730-000 REFORMADA	R$ 15.000,00
	RIO PRETO DA EVA	13- Rua João Domingos de Monteiro n.º 07 - Centro CEP: 69115-000	R$ 15.000,00

Anexo I- ESTIMATIVA POR EDIFICAÇÃO (1104140) SEI 2023.010235 / pg. 21

	PRESIDENTE FIGUEIREDO	14- Praça Cívica - Morada do Sol	R$	15.000,00
		Total	**R$**	**920.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)	
2 - Sub-Região do Alto Solimões	**AMATURÁ**	Praça São Cristóvão, S/Nº Centro CEP: 69200-000;	R$	15.000,00
	ATALAIA DO NORTE	Estrada Augusto Luzeiro, Nº75 Centro CEP: 69650;	R$	50.000,00
	BENJAMIM CONSTANT	AV. Castelo Branco, Nº469 Centro CEP:69630;	R$	15.000,00
	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP: 69680;	R$	15.000,00
	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	Praça São Paulo, s/nº Centro CEP: 69600;	R$	15.000,00
	TABATINGA	Av. Da Amizade, nº60 Altos do Banco do Brasil Centro CEP: 69640-000;	R$	15.000,00
	TONANTINS	Rua Leopoldo Peres 1, Centro 69685-000	R$	15.000,00
		Total	**R$**	**155.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)	
3 - *Sub-Região do triângulo Jutaí – Solimões - Juruá*	**ALVARÃES**	Rua Bela Vista, S/N - CentroCEP: 69475-000	R$	15.000,00
	FONTE BOA	Rua Francisco Pereira De Souza, s/nº Centro CEP: 69670-000	R$	50.000,00
	JAPURÁ	AV. Amândio Barbosa , S/Nº Centro CEP.: 69495-000	R$	15.000,00
	JURUÁ	Rua Francisco de Paula, Nº 100 Centro CEP: 69520-000	R$	25.000,00
	JUTAÍ	RUA 7 De Março, Nº59 Centro CEP: 69660-000	R$	15.000,00
	MARAÃ	AV. Castelo Branco, nº30 Centro CEP: 69490-000	R$	50.000,00

	TEFÉ	Rua Benjamim Constant, s/n - Centro - "Praça Santa Teresa".Centro CEP.: 69470-000	R$	15.000,00
	UARINI	Av. Espírito Santo, 86-366 – Centro CEP: 69485-000	R$	15.000,00
		Total	**R$**	**200.000,00**

ITEM	**MUNICÍPIO**	**ENDEREÇO**	**Valor Estimado (R$)**	
4 - *Sub-Região do Purús*	**BOCA DO ACRE**	RUA Rua Júlio Toa, nº89 – Platô Do Piquiá CEP: 69850-000;	R$	15.000,00
	CANUTAMA	RUA Floriano Peixoto, nº242 CENTRO CEP: 69820-000;	R$	15.000,00
	LÁBREA	Praça Cel. Lábrea, nº95 – Centro CEP: 69830 – 000;	R$	15.000,00
	PAUINI	Rua Castelo Branco, nº247 Centro CEP: 69860 – 000;	R$	15.000,00
	TAPAUÁ	Av. Presidente Castelo Branco, nº390 Centro CEP: 69480-000;	R$	15.000,00
		Total	**R$**	**75.000,00**

ITEM	**MUNICÍPIO**	**ENDEREÇO**	**Valor Estimado (R$)**	
5 - *Região do Juruá*	**CARAUARI**	AV. D. Pedro II, Nº 198 Centro CEP: 69500-000;	R$	15.000,00
	ENVIRA	RUA 27 De Julho, S/Nº – São Francisco CEP:69870-000;	R$	15.000,00
	EIRUNEPÉ	Rua Santa Terezinha, nº 270, Bairro Centro	R$	15.000,00
	GUAJARÁ	Rua Antônio Ferreira, nº 40 – Centro CEP: 69895-000;	R$	15.000,00
	IPIXUNA	Rua Edmar Herculano, nº361 Centro;	R$	15.000,00
	ITAMARATI	AV. Boa Vista, Nº105 CENTRO CEP: 69510-000;	R$	15.000,00
		Total	**R$ 90.000,00**	

Anexo I- ESTIMATIVA POR EDIFICAÇÃO (1104140) SEI 2023.010235 / pg. 23

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
6 - *Região do Madeira*	**APUÍ**	AV. 13 De Novembro, s/nº Praça dos Três Poderes Centro CEP: 69265-000;	R$ 15.000,00
	BORBA	Rua Rui Araújo, SN, Centro.CEP: 69200-000;	R$ 15.000,00
	HUMAITÁ	Rua 13 de novembro, 180 CentroCEP: 69800-000;	R$ 15.000,00
	MANICORÉ	Trav. Pedro Tinoco, s/nº Centro CEP: 69280- 000;	R$ 15.000,00
	NOVO ARIPUANÃ	AV. 19 De Dezembro, Nº1068 Centro CEP: 69260-000;	R$ 15.000,00
		Total	**R$ 75.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
7 - *Região do Alto Rio Negro*	**BARCELOS**	Rua Padre José Baúsusla, 222 – São Sebastião CEP:69700-000;	R$ 50.000,00
		Rua Terreiro Aranha S/n.º - Centro	R$ 50.000,00
	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	Rua Beira Rio, s/nº Centro CEP:69740-000;	R$ 15.000,00
	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AV. 07 De Setembro, s/nº Centro CEP: 69750-000;	R$ 15.000,00
		Total	**R$ 130.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
8 - *Região do Rio Negro Solimões*	**ANAMÃ**	Rua Álvaro Maia S/N Centro CEP: 69445-000;	R$ 15.000,00
	ANORI	AV. 31 De Março, Nº 344 Centro CEP: 69440-000;	R$ 15.000,00
	AUTAZES	Rua Jeferson Braga, S/N, esquina com a rua Francisco Barroncas. Centro, Nº 23 Centro CEP 69240-000;	R$ 15.000,00

	BERURI	Rua Costa e Silva s/nº São Francisco CEP: 69000-000;	R$ 15.000,00
	CAAPIRANGA	Av. Getúlio Vargas 345, Centro CEP 69410-000	R$ 15.000,00
	CAREIRO CASTANHO	AV. ADAIL DE SÁ, S/ Nº – Centro CEP: 69250-000;	R$ 15.000,00
	CAREIRO DA VARZEA	Rua Vinte nove de Janeiro, S/ Nº – Centro CEP: 69255-000;	R$ 50.000,00
	COARI	Estrada Coari-Mamiá, km 02 CEP: 69460-000;	R$ 15.000,00
	CODAJÁS	AV. Getúlio Vargas, nº48 CENTRO CEP: 69450-000;	R$ 50.000,00
		Rua Ferreira Pena, s/nº - CENTRO CEP: 69450-000;	R$ 50.000,00
	MANAQUIRI	Rua Abílio Cintra, nº05 Centro CEP: 69435- 000;	R$ 15.000,00
		Total	**R$ 270.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
9 - *Região do Médio Amazonas*	**ITAPIRANGA**	AV. Pres. Getúlio Vargas, nº151 Centro CEP: 69120-000;	R$ 15.000,00
	MAUÉS	Rua Guaranópolis, s/nº Maresia CEP: 69730-000;	R$ 15.000,00
	NOVA OLINDA DO NORTE	Rua Triunfo, nº349 Centro CEP.: 69230-000;	R$ 15.000,00
	SILVES	Rua Cizenando Grana, s/n - Bairro Panorama CEP: 69110-000	R$ 15.000,00
	URUCURITUBA	Trav. Pedro Tinoco, nº90 Centro CEP: 69080-000;	R$ 25.000,00
		Total	**R$ 85.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
10 - *Região do Baixo Amazonas*	**BARREIRINHA**	Rua Coronel Domingos Dutra, n.º 81, Centro, 69.160-000,	R$ 25.000,00
	BOA VISTA DO RAMOS	Rua 07 DE Setembro, S/Nº Centro CEP: 69195-000;	R$ 15.000,00

Anexo I- ESTIMATIVA POR EDIFICAÇÃO (1104140) SEI 2023.010235 / pg. 25

	NHAMUNDÁ	Rua Furtado Belém, nº04 – Centro CEP.: 69140-000;	R$	15.000,00
	PARINTINS	Estrada do Macurany, Nº 159 Conj. João Djard Vieira I CEP: 69159-000;	R$	15.000,00
	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP 69135- 000;	R$	15.000,00
	URUCARÁ	Rua Coronel Pinto, s/nº Aparecida CEP: 69130-000;	R$	15.000,00
		Total	R$	**100.000,00**

Total Geral	**R$ 2.100.000,00**

ANEXO II - COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO ABRANGIDOS PELA MANUTENÇÃO ITEM DESCRIÇÃO

1 ELEMENTOS ESTRUTURAIS

1.1 Fundações

1.2 Pilares

1.3 Vigas

1.4 Lajes

1.5 Rampas

1.6 Escadas

1.7 Elementos de apoio

2 ELEMENTOS DE COBERTURA

2.1 COBERTURA

2.1.1 Estrutura

2.1.2 Telhado

2.1.3 Cobertura de vidro

2.1.4 Cobertura de policarbonato

2.1.5 Cobertura metálica

2.2 DRENAGEM

2.2.1 Impermeabilização

2.2.2 Calhas e rufos

2.2.3 Grades, grelhas, correntes, ralos e condutores

3 ELEMENTOS DE FECHAMENTO OU VEDAÇÃO

3.1 FECHAMENTO E VEDAÇÃO

3.1.1 Alvenaria

3.1.2 Divisórias

3.1.3 Gesso

3.1.4 Tijolo de vidro

3.1.5 Tijolo aparente

3.1.6 Pedras

3.1.7 Vidros

3.1.8 Carenagens

3.2 COMPLEMENTOS

3.2.1 Ferragens

3.2.2 Grades

3.2.3 Guarda-corpos

3.2.4 Acessórios

4 PISOS E FORROS

4.1 REVESTIMENTOS

4.1.1 Cerâmicos

4.1.2 Mármores e granitos

4.1.3 Cimentado

4.1.4 Madeira

4.1.5 Carpetes

4.1.6 Emborrachados

4.1.7 Fitas antiderrapantes

4.1.8 Juntas

4.1.9 Rodapés

4.1.10 Peitoris

4.1.11 Soleiras

4.1.12 Comum

4.1.13 Porcelanato

4.1.14 Sinteco

4.1.15 Pastilha de vidro

4.1.16 Pedras

4.1.17 Granilite / Granitina

4.1.18 Piso Industrial

4.2 PISOS ELEVADOS

4.2.1 Aço e concreto celular

4.2.2 PVC reforçado

4.3 PAVIMENTAÇÃO EXTERNA

4.3.1 Cerâmico

4.3.2 Blocos de concreto

4.3.3 Paralelepípedos

4.3.4 Concreto

4.3.5 Pedras

4.3.6 Piso Industrial

4.4 FORRO

4.4.1 Forro de gesso

4.4.2 Forro de fibra mineral

4.4.3 Forro de Isoterm

4.4.4 Forro colmeia

4.4.5 Forro metálico

4.4.6 Forro de madeira

4.4.7 Forro de PVC

4.4.8 Forro de gesso removível

4.4.9 Alçapões

5 PINTURA

5.1 INTERNA

5.1.1 Comum

5.1.2 Segurança

5.1.3 Decorativa

5.1.4 Piso

5.2 EXTERNA

5.2.1 Comum

5.2.2 Segurança

5.2.3 Antipichação

5.2.4 Decorativa

5.2.5 Piso

5.2.6 Verniz

5.2.7 Hidro repelente

5.2.8 Impermeável

5.3 ESPECIAIS

5.3.1 Tubulações

5.3.2 Estacionamento

5.3.3 Esquadrias

5.3.4 Grades

5.3.5 Janelas, Portas e Portões

5.3.6 Puxadores

5.3.7 Acessórios

6 ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS 6

6.1 ESQUADRIAS

6.1.1 Esquadrias de alumínio

6.1.2 Esquadrias de ferro

6.1.3 Esquadrias de madeira

6.2 FERRAGENS E ACESSÓRIOS

6.2.1 Fechaduras, dobradiças e ferragens em geral

6.2.2 Molas de piso

6.2.3 Molas aéreas

6.2.4 Puxadores

6.2.5 Vidros

6.2.6 Brises

6.2.7 Grades

6.2.8 Persianas

6.2.9 Corrimãos

7 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

7.1 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA

7.1.1 Poço de recalque

7.1.2 Reservatório

7.1.3 Bombas hidráulicas

7.1.4 Válvulas e caixas de descargas

7.1.5 Registros, torneiras e metais sanitários

7.1.6 Pias e louças em geral

7.1.7 Acessórios de banheiro para PNE

7.1.8 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.1.9 Sistema de reaproveitamento de água

7.1.10 Limpeza de caixas e reservatórios

7.2 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO SANITÁRIO

7.2.2 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.2.3 Ralos e aparelhos sanitários

7.2.4 Fossas sépticas

7.2.5 Filtro anaeróbico

7.2.6 Sumidouro

7.2.7 Vala de infiltração

7.2.8 Caixas coletoras e caixas de gordura

7.2.9 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.2.10 Ventilação

7.2.11 Limpeza de sistema de esgoto em geral

7.3 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS

7.3.1 Caixa de recalque

7.3.2 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.3.3 Ralos e grelhas

7.3.4 Caixas de inspeção e caixas de areia

7.3.5 Sarjeta e boca de lobo

7.4 INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

7.4.1 Extintores

7.4.2 Hidrantes completos

7.4.3 Mangueiras

7.4.4 Bombas hidráulicas

7.4.5 Válvulas

7.4.6 Equipamentos de medição

7.4.7 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.8.8 Placas de sinalização

8 COMUNICAÇÃO VISUAL

8.1 SINALIZAÇÃO INTERNA

8.1.1 Totens e painéis

8.1.2 Adesivos e películas

8.1.3 Placas

8.1.4 Placas de mesa

8.1.5 Sinalização de piso

8.2 SINALIZAÇÃO EXTERNA

8.2.1 Totens e painéis

8.2.2 Adesivos e películas

8.2.3 Bandeiras

8.2.4 Placas diversas

9 GERAL

9.1 SERVIÇOS GERAIS

9.1.1 Furações

9.1.2 Fixações

9.1.3 Montagem e desmontagem de mobiliários

9.1.4 Armários de banheiro

9.1.5 Armários de copa

9.1.6 Suportes diversos

9.1.7 Serralheria e Soldas em geral

9.1.8 Muro e alambrado

9.1.09 Guarita de vigilância

9.1.10 Exaustores eólicos

10 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

10.1 ENTRADA EM MT E BT

10.1.2 Entradas de energia

10.1.3 Entradas em MT e BT

10.1.4 Ramais de entrada

10.1.5 Transformadores

10.1.6 Disjuntores de MT e BT

10.1.7 Chaves seccionadores MT e BT

10.1.8 Para-raios

10.1.9 Barramentos e conectores

10.1.10 Sistema de aterramento

10.1.10 Medição BT e MT

10.2 QUADROS ELÉTRICOS

10.2.1 Quadros Gerais de Distribuição

10.2.2 Quadros de Força e Luz

10.2.3 Quadros de Automação e Controle

10.2.4 Quadros de Energia Estabilizada

10.2.5 Identificação e proteção de quadros

10.2.6 Identificação de circuitos e rede

10.3 SPDA

10.3.1 Captores

10.3.2 Pontaletes e Isoladores

10.3.3 Cabos de Gaiolas e de Descida

10.3.4 Hastes e Cabos Enterrados

10.3.5 Conectores e Terminais de Medição

10.4 SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO

10.4.1 Luminárias para Lâmpadas Fluorescentes

10.4.2 Outros tipos de aparelhos de iluminação

10.4.3 Sistemas de Comando e Dispositivos de Controle

10.4.4 Iluminação de Emergência

10.4.5 Iluminação de Alerta e Sinalização

10.4.6 Iluminação de fachada

10.4.7 Lâmpadas fluorescentes tubulares

10.4.8 Lâmpadas fluorescentes compactas

10.4.9 Lâmpadas fluorescentes eletrônicas

10.4.10 Lâmpadas incandescentes comuns e mistas

10.4.11 Lâmpadas Halógenas

10.4.12 Lâmpadas tipo dicróica

10.4.13 Lâmpadas de vapor metálico

10.4.14 Lâmpadas de vapor de mercúrio

10.4.15 Lâmpadas tipo Spot

10.4.16 Soquetes e bocais

10.4.17 Reatores diversos

10.4.18 Luminária para lâmpadas fluorescentes

10.4.19 Outros tipos de aparelhos de iluminação

10.5 PONTOS DE FORÇA

10.5.1 Tomadas de uso comum

10.5.2 Tomadas para equipamentos especiais

10.5.3 Tomadas em equipamentos tipo Rack

10.5.4 Tomadas de sistemas estabilizados

10.5.5 Tomadas de uso comum

10.6 SISTEMAS DE ENERGIA ESTABILIZADA

10.6.1 No Breaks para automação

10.6.2 Sistemas monofásicos

10.6.3 Sistemas bifásicos

10.6.4 Sistemas Trifásicos

10.6.5 Bancos de baterias

10.6.6 Short Breaks Uso Geral

10.6.7 Estabilizadores de tensão Mono, Bi e Trifásicos

10.7 GERADORES DE ENERGIA

10.7.1 Bancos de capacitores

10.7.2 Capacitores individuais acionados por intertravamento

10.7.3 Capacitores controlados por dispositivos automáticos

10.7.4 Geradores de energia

10.8 SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO

10.8.1 Aparelho de ar condicionados tipo split

11 SISTEMA DE TELEFONIA E LÓGICA

11.1 Entradas Telefônicas

11.2 Quadros gerais de telefonia

11.3 Quadros parciais de telefonia

11.4 Sistemas primários de distribuição

11.5 Sistemas secundários de distribuição

11.6 Redes tipo Back-bone de dados

11.7 Redes horizontais de dados

11.8 Racks de sistemas de cabeamento estruturado

11.9 Testes e Certificações de redes

11.10 Identificação dos pontos

11.11 Cabos elétricos nus

11.12 Cabos e fios elétricos isolação até 1 KV

11.13 Cabos e fios telefônicas internos e externos

11.14 Cabos UTP, STP, FTP, FSTP

11.15 Cabos coaxiais (RG/RF 59)

11.16 Radiocomunicação

11.17 Acessórios

12 SISTEMA E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO

12.1 Protetores contra surtos para redes elétricas

12.2 Protetores contra surtos para telefonia

12.3 Protetores contra surtos para radiocomunicação

12.4 Portões automáticos

12.5 Cancelas

13. SISTEMA E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO

13.1 Protetores contra surtos para redes elétricas

13.2 Protetores contra surtos para telefonia

13.3 Protetores contra surtos para radiocomunicação

13.4 Portões automáticos

13.5 Cancelas

14. EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DE TRABALHO

14.1 Sistemas de ancoragem e linha de vida

ANEXO III

COD	DESCRIÇÃO	%
	Benefício	
S + G	Garantia/seguros	0,80
L	Lucro	7,40
	TOTAL	**8,20**
	Despesas Indiretas	
AC	Administração central	4,00
DF	Despesas financeiras	1,23
R	Riscos	1,27
	TOTAL	**6,50**
I	**Impostos**	
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	2,00
	CPRB	4,50
	TOTAL	**10,15**

BDI = 28,35%

(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)/(1-I)-1

ANEXO IV – MODELO - CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) ...., portador do documento de Identidade n.º ....., o(a) qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar o Atestado de Vistoria em nome da empresa ..... CNPJ ..... prevista no ITEM..... do Projeto Básico Nº ....., referente ao procedimento licitatório .....,.

Manaus, AM, ...de ..... de 2023.

Representante(a) pela empresa licitante

Obs: apresentar em papel timbrado da empresa e devidamente assinado

ANEXO V– MODELO - ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Atestamos, para cumprimento do item (.....) do Edital referente ao procedimento licitatório ....., que a empresa ....., inscrita no CNPJ ....., representada neste ato por seu representante credenciado, o(a) Sr. (a) ....., portador(a) do documento de identidade profissional nº ....., compareceu ao local onde será executado o serviço, conforme previsto no Item....., do Projeto Básico Nº ..... e, acompanhado por representante deste Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento in loco dos locais e instalações, tendo pleno conhecimento das especificações e condições locais para cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da licitação em questão.

Manaus, AM,..... de ..... de 2023.

Representante(a) designado(a) pela empresa licitante

De acordo Representante da PGJ-A

Obs: apresentar em papel timbrado da empresa e devidamente assinado

ANEXO XI – MODELO - DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

Atestamos, para cumprimento do Item ..... do Edital referente ao procedimento licitatório ....., que a empresa ...., representada pelo, o(a) Sr. (a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., optou por não vistoriar o local dos serviços conforme previsto no Subitem ..... do Projeto Básico Nº ....

Declara ainda que quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos não serão considerados nem usados como possível juízo de valor a respeito afim de compensações futuras.

Manaus, AM, ...de .....de 2023.

Representante(a) designado(a) pela empresa licitante

Obs: apresentar em papel timbrado da empresa e devidamente assinado

PARECER Nº 257.2023.01AJ-SUBADM.1108768.2023.010235

PROCESSO N° 2023.010235

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo iniciado através do **MEMORANDO Nº 281.2023.DEAC** (1105606), da lavra da **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC**, por meio do qual encaminhou o **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas.

O Demandante justifica a contratação no que segue:

> **2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**
>
> 2.1 A contratação objeto deste Projeto Básico justifica-se pelo fato de que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** , para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, faz-se premente a estruturação e manutenção de todas as suas unidades organizacionais para o desenvolvimento das atividades institucionais, bem como promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao *Parquet* amazonense.
>
> 2.2 No tocante à modalidade de licitação, adotou-se o procedimento do pregão, pois o serviço de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas **tem natureza de serviço comum, por possuir padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.**
>
> 2.3 Os serviços de manutenção predial possuem demandas frequentes, tendo em vista que as edificações estão constantemente em processo de deterioração e desgastes naturais. Ademais, a manutenção predial possui a característica de imprevisibilidade, não sendo possível o planejamento prévio completo e exato dos serviços necessários à manutenção das edificações.

Destaca-se que a presente contratação está sendo realizada com base na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/2002 e alterações, conforme Declaração do Solicitante, motivo pelo qual a manifestação desta Assessoria Jurídica será baseada nos referidos diplomas legais.

Por fim, importante destacar que, por meio da Medida Provisória n° 1167/2023, fora prorrogada até 30 de dezembro a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei º 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

É o relatório, oportunidade na qual passo a opinar.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

1. DO CUMPRIMENTO DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

Ab initio, importante destacar que, em regra, a aquisição de bens e serviços pelo Poder Público depende de prévio procedimento licitatório, o que decorre, expressamente, do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e, implicitamente, do princípio da isonomia, além dos princípios administrativos da impessoalidade e da moralidade.

> **Art. 37. A administração pública direta e indireta** de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte**:
>
> **XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, **compras** e alienações **serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (*grifo*)

Sobre o tema, o professor Marçal Justen Filho traz uma interpretação relevante do artigo supracitado, no que tange à prévia licitação e a contratação direta:

> A Constituição acolheu a presunção de que **prévia licitação produz a melhor contratação – entendida como aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância do princípio da isonomia**. Mas a própria Constituição se encarregou de limitar tal presunção, facultando contratação direta (sem licitação) nos casos previstos por lei. (*grifo*)

Na lição de Celso Antonio Bandeira de Mello, em Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009:

> Licitação é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das

obrigações que se propõem assumir.

Tal procedimento administrativo visa garantir a observância de tratamento igualitário entre os interessados, a seleção da proposta mais vantajosa e o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93, que trata de normas gerais para a licitação e contratos administrativos, *in verbis*:

> **LEI Nº 8.666/93**
>
> **Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**. (*grifo*)

Como leciona Hely Lopes Meirelles:

> a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

O autor continua que "*na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza*".

Por sua vez, o Poder Público, na forma da Carta Republicana, deve pautar-se também pelo princípio da impessoalidade e da moralidade administrativa.

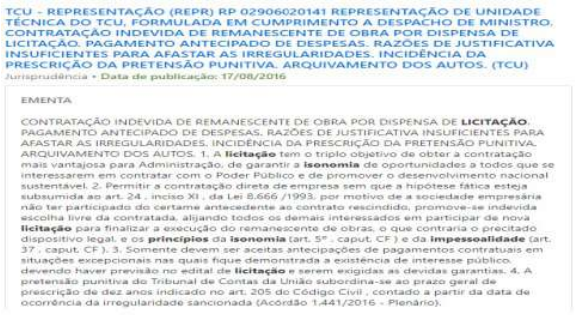
Nesse sentido, Hely Lopes Meireles resume seu entendimento:

> O princípio da impessoalidade referido na Constituição Federal nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador que só pratique o ato para seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente com objetivo do ato de forma impessoal. (MEIRELES, Hely Lopes, 2007)

O princípio da impessoalidade estabelece o dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados aos particulares no exercício da função administrativa. Além do mais, possui outro aspecto importante, a atuação dos agentes públicos é imputada ao Estado, portanto, as realizações não devem ser atribuídas à pessoa física do agente público, mas à pessoa jurídica estatal a que estiver ligado.

O que deve ser levado em conta no princípio da moralidade administrativa é a boa-fé dos atos praticados pelo administrador público. Como leciona Maria Silvia Di Pietro, "*o princípio deve ser observado não apenas pelo administrador, mais também pelo particular que se relaciona com administração pública*". (DI PIETRO, Maria Silvia, 2000).

Ademais, acerca da necessária observância dos princípios pela Administração Pública na realização da licitação, vejamos como leciona a jurisprudência do TCU:



TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR) RP 02906020141 REPRESENTAÇÃO DE UNIDADE TÉCNICA DO TCU, FORMULADA EM CUMPRIMENTO A DESPACHO DE MINISTRO. CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE REMANESCENTE DE OBRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. PAGAMENTO ANTECIPADO DE DESPESAS. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS IRREGULARIDADES. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. (TCU)

Jurisprudência • Data de publicação: 17/08/2016

EMENTA

CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE REMANESCENTE DE OBRA POR DISPENSA DE **LICITAÇÃO**. PAGAMENTO ANTECIPADO DE DESPESAS. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS IRREGULARIDADES. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 1. A **licitação** tem o triplo objetivo de obter a contratação mais vantajosa para Administração, de garantir a **isonomia** de oportunidades a todos que se interessarem em contratar com o Poder Público e de promover o desenvolvimento nacional sustentável. 2. Permitir a contratação direta de empresa sem que a hipótese fática esteja subsumida ao art. 24 , inciso XI , da Lei 8.666 /1993, por motivo de a sociedade empresária não ter participado do certame antecedente ao contrato rescindido, promove-se indevida escolha livre da contratada, alijando todos os demais interessados em participar de nova **licitação** para finalizar a execução do remanescente de obras, o que contraria o precitado dispositivo legal, e os **princípios** da **isonomia** (art. 5º , caput, CF) e da **impessoalidade** (art. 37 , caput, CF). 3. Somente devem ser aceitas antecipações de pagamentos contratuais em situações excepcionais nas quais fique demonstrada a existência de interesse público, devendo haver previsão no edital de **licitação** e serem exigidas as devidas garantias. 4. A pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União subordina-se ao prazo geral de prescrição de dez anos indicado no art. 205 do Código Civil , contado a partir da data de ocorrência da irregularidade sancionada (Acórdão 1.441/2016 - Plenário).

Portanto, depreende-se que o processo licitatório tem como objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Dessa forma, a contratação pretendida justifica-se na medida em que os serviços previstos no **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184) são indispensáveis ao Ministério Público do Estado do Amazonas – MP/AM, uma vez que a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram este *Parquet* é necessária para promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao Ministério Público do Estado do Amazonas.

2. DA ANÁLISE DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO DOCUMENTO

De antemão, cumpre esclarecer que o presente Parecer cinge-se tão somente à análise do destacado Projeto Básico, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes. Questões de oportunidade e conveniência, bem como juízo de valor acerca da contratação fogem à alçada do parecerista.

Primeiro, insta salientar que a elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico é item obrigatório para qualquer contratação, independentemente da forma de seleção do fornecedor se dar por licitação, por contratação direta ou por adesão à ata de registro de preços.

Nesse sentido, cumpre assestar que o Projeto Básico é peça técnica indispensável na fase interna da contratação, traduzindo a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública. Sobre o tema, a Lei n.º 8.666/93 assim dispõe:

> **Art. 7º.** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
>
> I - projeto básico;
>
> II - projeto executivo; [...]
>
> § 9º. O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação. [...]
>
> [...] *omissis*
>
> **Art. 14.** Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
>
> **Art. 15.** *omissis*
>
> § 7º. Nas compras deverão ser observadas, ainda:
>
> I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;
>
> II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;
>
> III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

A Instrução Normativa nº 05 de 26 de maio de 2017, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

De acordo com o art. 29, § 2º, da IN 05/2017 - MPDG, cumpre ao setor requisitante a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, a quem caberá avaliar a pertinência de modificar ou não os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco, a depender da temporalidade da contratação.

Sendo assim, são instrumentos indispensáveis, pois se embasam em estudos que definem a viabilidade técnica de determinada obra ou serviço a ser contratado, possibilitando a avaliação do custo e a definição dos métodos e prazos de execução.

Outrossim, importa ressaltar que, por força do art. 6º da Lei n° 8.666/93 deve vir instruída com estudo técnico preliminar ou anteprojeto:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se: [...]
>
> IX – Projeto Básico – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos (...).

Em interpretação do dispositivo, leciona Jessé Torres Pereira Júnior (Políticas Publicas nas licitações e contratações administrativas. Belo Horizonte: Fórum. 2ª ed. p. 154):

> Durante o estudo preliminar, avaliam-se questões que possibilitarão a elaboração de anteprojeto em conformidade com as necessidades administrativas e as características do objeto a licitar, ou a contratar de forma direta. Tal estudo leva em conta aspectos como:
>
> a) adequação técnica;
>
> b) funcionalidade;
>
> c) requisitos ambientais;
>
> d) adequação às normas vigentes (requisitos de limites e áreas de ocupação, normas de urbanização, leis de proteção ambiental etc.);
>
> e) possível movimento de terra decorrente da implantação, necessidade de estabilizar taludes, construir muros de arrimo ou fundações especiais;
>
> f) processo construtivo a ser empregado;
>
> g) possibilidade de racionalização do processo construtivo;
>
> h) existência de fornecedores que deem respostas às soluções sob consideração;
>
> i) estimativa preliminar de custo e viabilidade econômico-financeira do objeto.

Em consonância com o acima aludido, o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

> REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES.
>
> - **As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório**.
>
> - **Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas**.
>
> - É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório.
>
> - É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de

produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório.

(TCU.Acórdão 310/203.Processo 037.832/2011-5)

Tem-se, pois, após estudo de balizada doutrina alinhada à legislação e a jurisprudência da Corte de Contas da União que o estudo técnico preliminar - ETP se faz indispensável, também, no presente caso.

Isso porque, inobstante a contratação pretendida não envolva e/ou dependa da definição de critérios técnicos muito detalhados, como sói ser as hipóteses de contratação de obras ou serviços de engenharia ou de soluções de TI, é forçoso reconhecer que os pressupostos técnicos, mesmo que mais simplórios e menos relevantes quando considerados em relação ao todo do objeto, compõem de forma decisiva a especificação dos produtos que ora se pretende adquirir. Nesse sentido, portanto, como se trata de objeto contratual sem maiores complexidades, a simples justificativa da contratação e os detalhes técnicos do objeto, satisfaz tal necessidade.

Quanto ao objeto contido no citado Projeto Básico, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas pretende realizar "*REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE* ***MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA****, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.*", consoante o **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), juntado aos presentes autos, conforme especificações e quantitativos discriminados:

3. DETALHAMENTO DO OBJETOO

3.1. Este Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para **manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

3.2. **O valor estimado da contratação é de R$ 2.100.000,00 (Um milhão e Setecentos e Sessenta mil reais).**

Local de prestação do serviço	Descrição do serviço	(A) Valor Estimado	(B)ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD
EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - **SINAPI**,	R$ 2.100.000,00	
VALOR GLOBAL *(valor resultante após aplicação desconto - ACD)*			R$

3.2.1 A quantidade de intervenções em cada edificação será levantada pela fiscalização limitando-se ao valor total.

3.2.2 "ACD" corresponde ao percentual de Acréscimo sobre Custo Direto (ACD) por item (região), cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI. Ver item 4.2

3.3 O valor estimado de contratação tem como base estudo preliminar realizado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo do Ministério Público do Estado do Amazonas, que prevê os custos a serem gastos nas unidades ministeriais existentes na capital e municípios do interior do Estado do Amazonas. **O SINAPI estimado na planilha está com desoneração,** respeitando a legislação, a administração optou por este regime. **O mês de referência da tabela SINAPI será o anterior à data da licitação;**

3.4 O objeto previsto nesta contratação deverá ser executado em obediência à Resolução n.º 81, de 31 de janeiro de 2012 do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 24/02/2012, pág. 113 e 114, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências.

3.5. As condições e especificações de execução do objeto a ser contratado estão dispostas nos seguintes Cadernos, que integram este Projeto Básico:

1. Anexo I – Endereço das Unidades Ministeriais e Estimativa de Custos;

2. Anexo II – Componentes da Edificação Abrangidos pela Manutenção

3. Anexo III – Planilha de Composição do BDI;

4. Anexo IV – Credenciamento para Vistoria;

5. Anexo V - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica

6. Anexo VI - Modelo de Dispensa de Vistoria Técnica

3.5.1 Os anexos deverão ser fornecidos eletronicamente aos pretensos licitantes.

3.6. Todos os materiais empregados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, estar em fase normal de fabricação e observar às especificações deste documento e seus Cadernos e às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

3.6.1 Entende-se por primeira qualidade ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado;

3.6.2 Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução, serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da CONTRATADA;

3.6.3 Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal.

3.7 O BDI, Benefícios e Despesas Indiretas, conforme Anexo III, adotado pelo Ministério Público levam em conta todo o material, ferramentas e mão de obra para a execução dos serviços e média de preços pesquisados junto ao mercado.

3.8 Os valores propostos deverão incluir todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

3.9 O início dos serviços fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo contratado, recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-AM, nos termos dos art. 1o. e art. 2o. da Lei n.o 6.496/77.

2. Apresentação da Relação de Funcionários, identificados pelo nome completo, identidade e CPF;

3. Ordem de serviços autorizada pela Divisão de Engenharia do MPAM.

3.10 **O inicío dos serviços deverá ocorrer até 5 dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materias específicos a serem empregados.**

3.11 O prazo de vigência desta ATA será de 12 meses a conta da data de publicação.

Isto posto, faz-se necessário ressaltar que no Termo de Referência ou no Projeto Básico, em primeiro lugar, deve ser especificado o objeto a ser licitado, ainda que possa haver alguma complementação posterior. Devendo-se no mínimo definir o que a Administração Pública necessita e o que pretende com a futura contratação. E, também, já se deve determinar como o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução." Ressalto ainda que além de obrigatória sua elaboração, também é obrigatório sua aprovação, assim é a redação dada pelo inciso II do artigo 9 do decreto 5.450 de 2005. Assim do transcrito acima podemos concluir que não é suficiente a aprovação, é necessário que o ato de aprovação acompanhe a respectiva motivação, princípio corolário da Administração Pública.

Ademais, ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em: www.portaltcu.gov.br), tem-se que o Termo de Referência ou Projeto Básico deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;

- Critérios de aceitação do objeto;

- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;

- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;

- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;

- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;

- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;

- Deveres do contratado e do contratante;

- Prazo de garantia, quando for o caso;

- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

- Sanções por inadimplemento

Portanto, vê-se que o Projeto Básico corresponde à fase preparatória, portanto interna da contratação, haja vista que ele expõe, de um lado a precisa necessidade da administração e, de outro, as condições para contratar.

Segundo Jair Eduardo Santana (Coleção 10 anos de Pregão. Curitiba: Negócios Públicos, 2008, p. 11), "*o termo de referência contém os códigos genéticos da licitação e do contrato a que vier a ser lavrado.*".

O Projeto Básico escora, dessarte, tanto os elementos fáticos motivadores da contratação quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório.

Essas condições são essenciais e quando não observadas podem gerar prejuízos ao erário e manifestações dos Tribunais de Contas, como no Acórdão TCU nº 820/2019 - Plenário:

> O gestor que aprova projeto básico contendo falhas perceptíveis em função do exercício do cargo ou que não contemple os requisitos mínimos exigidos na legislação torna-se responsável por eventuais prejuízos advindos de sua implementação, mesmo que o projeto tenha sido elaborado por empresa contratada.

Portanto, é de extrema importância o conhecimento dos pré-requisitos para a elaboração de um bom Projeto Básico, pois esse documento representa os pilares para uma boa contratação.

Neste sentido, após análise dos elementos constantes no **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), verifica-se o preenchimento dos requisitos necessários à sequência do pretenso procedimento de contratação, pois possui a identificação do objeto a ser contratado, justifica a necessidade da proposição, o detalhamento do objeto, as atividades relacionadas ao objeto, a modalidade de licitação, das condições para participar da licitação, da vistoria, bem como do recebimento dos serviços, além das obrigações da contratada e da contratante, a garantia de execução contratual, as medições e pagamentos, bem como item acerca da fiscalização, da responsabilidade, do acordo de nível de serviço e das multas respectivas, dentre outros dispositivos essenciais à regularidade da contratação do serviço pretendido.

III. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, dos critérios mínimos estabelecidos na Lei n° 8.666/1993, bem como pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Projeto Básico engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.

Assim, no caso em análise, das informações constantes do **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), verifica-se o preenchimento dos requisitos necessários à sequência do pretenso procedimento de contratação, pois possui a identificação do objeto a ser contratado, justifica a necessidade da proposição, o detalhamento do objeto, as atividades relacionadas ao objeto, a modalidade de licitação, das condições para participar da licitação, da vistoria, bem como do recebimento dos serviços, além das obrigações da contratada e da contratante, a garantia de execução contratual, as medições e pagamentos, bem como item acerca da fiscalização, da responsabilidade, do acordo de nível de serviço e das multas respectivas, dentre outros dispositivos essenciais à regularidade da contratação do serviço pretendido.

Ex positis, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO** do Projeto Básico indigitado, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas, de modo que os autos prossigam até seu desiderato, observados os princípios norteadores da Administração Pública.

Por fim, importante destacar que, por meio da Medida Provisória nº 1167/2023, fora prorrogada até 30 de dezembro a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei º 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

É o parecer que submento à apreciação de Vossa Excelência.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus/AM, 02 de Agosto de 2023.

DÉBORAH TRAJANO CORRÊA CASTELLO BRANCO

Assessora Jurídica

Documento assinado eletronicamente por **Déborah Trajano Correa Castello Branco**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 02/08/2023, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1108768** e o código CRC **9E69E210**.

DESPACHO Nº 901.2023.01AJ-SUBADM.1108922.2023.010235

PROCESSO N° 2023.010235

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.

Trata-se de procedimento administrativo iniciado através do **MEMORANDO Nº 281.2023.DEAC** (1105606), da lavra da **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC**, por meio do qual encaminhou o **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas.

Após exame do referido documento, considerando a presença dos requisitos exigíveis, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 257.2023.01AJ-SUBADM** (1108768), manifestou-se conclusivamente da seguinte maneira:

> **III. DA CONCLUSÃO**
>
> Diante do exposto, dos critérios mínimos estabelecidos na Lei n° 8.666/1993, bem como pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Projeto Básico engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.
>
> Assim, no caso em análise, das informações constantes do **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), verifica-se o preenchimento dos requisitos necessários à sequência do pretenso procedimento de contratação, pois possui a identificação do objeto a ser contratado, justifica a necessidade da proposição, o detalhamento do objeto, as atividades relacionadas ao objeto, a modalidade de licitação, das condições para participar da licitação, da vistoria, bem como do recebimento dos serviços, além das obrigações da contratada e da contratante, a garantia de execução contratual, as medições e pagamentos, bem como item acerca da fiscalização, da responsabilidade, do acordo de nível de serviço e das multas respectivas, dentre outros dispositivos essenciais à regularidade da contratação do serviço pretendido.
>
> *Ex positis,* esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO** do Projeto Básico indigitado, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas, de modo que os autos prossigam até seu desiderato, observados os princípios norteadores da Administração Pública.
>
> Por fim, importante destacar que, por meio da Medida Provisória n° 1167/2023, fora prorrogada até 30 de dezembro a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei º 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Assim sendo, pelos fatos e fundamentos carreados aos presentes autos, **ACOLHO** na íntegra a peça opinativa supracitada e, por conseguinte, **APROVO** o **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), uma vez que a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram este *Parquet* é necessária para promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao Ministério Público do Estado do Amazonas.

Ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS para proceder à pesquisa de mercado e, logo após, o processo deverá seguir à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF e à Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências de estilo.

Por fim, importante destacar que, por meio da Medida Provisória n° 1167/2023, fora prorrogada até 30 de dezembro a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei º 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am), na data de assinatura digital.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Promotora de Justiça de Entrância Final
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 02/08/2023, às 12:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1108922** e o código CRC **79217AB2**.

DESPACHO Nº 2.2023.SCOMS.1114402.2023.010235

DESPACHO INTERNO DE ATRIBUIÇÃO DE PROCESSO
PARA: Sr. Renê Pereira de Oliveira — Estagiário de Nível Superior

Sr. Estagiário.

Em razão do Despacho 901.2023.01AJ-SUBADM.1108922.2023.010235, atribuo a Vossa Senhoria o PI-2023.010235, para as seguintes providências:

1) Elaboração de Quadro-Resumo de Processo de Compras, a licitar, conforme Subitem 3.2 do Projeto Básico 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, cujo objeto é a formação de *registro de preço para contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil — SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas – MPAM, na capital e no interior.*

2) Elaboração de minuta de Memorando à Diretoria de Orçamento e Finanças, informando os dados referentes ao Quadro-Resumo do Processo de Compras recém emitido, com o intuito de viabilizar a produção de Informação Orçamentária.

Para fins de execução das determinações deste Despacho Interno de Atribuição de Processo, solicito a gentileza de observar cuidadosamente as informações abaixo elencadas:

- **Fluxo de Processo:** Licitação para formalização de Ata de Sistema de Registro de Preços.
- **Data de Entrada:** quarta-feira, 02 de agosto de 2023.
- **Atribuição:** terça-feira, 08 de agosto de 2023.
- **Complexidade / Urgência:** baixa complexidade / média urgência.
- **Prazo para finalização:** quinta-feira, 10 de agosto de 2023.

Após tomadas as providências, solicito a gentileza de retornar a Chefia do SCOMS os autos conclusos para análise, assinaturas e o respectivo encaminhamento do processo à unidade administrativa

competente. Cumpra-se.

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA
Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 08/08/2023, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1114402** e o código CRC **12772ED8**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 499.2023.SCOMS.1114470.2023.010235

Ilmo. Sr.
MARCOS ANDRÉ ABENSUR
Diretor da Diretoria de Orçamento e Finanças

Assunto: Contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior.

Senhor Diretor,

Cumprimentamos Vossa Senhoria com o presente e, na oportunidade, em atenção ao Despacho 901.2023.01AJ-SUBADM.1108922.2023.010235, encaminhamos os presentes autos tendo em vista o processo de licitação para *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior*, de acordo com o Projeto Básico n.º 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235.

Informamos que este Setor de Compras e Serviços acolheu o valor total estimado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, conforme versam os Anexos I, II e III (doc. 1104140 1104157 1104162, respectivamente) baseado no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI e nos índices Bonificações e Despesas Indiretas — BDI. Desta forma, acreditamos que a pesquisa de mercado tradicional não é necessária neste procedimento.

Desta feita, os serviços elencados no Projeto Básico (doc. 1049184) e os valores esmiuçados no Anexo I (doc. 1104140) serviram de base para a elaboração do Quadro-Resumo do Processo de Compra 255.2023.SCOMS.1114472.2023.010235, com valor global estimado de **R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais).**

Dessa forma, encaminhamos os autos para as providências dessa Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, sendo que, posteriormente, deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências de estilo.

Atenciosamente,

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA
Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 10/08/2023, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1114470** e o código CRC **013846E1**.

QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 255.2023.SCOMS.1114472.2023.010235

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCOMS

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

INDEFINIDO
A LICITAR

DETALHAMENTO DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE **MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA** , NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Mensal Estimado	Valor Global Estimado
1	Serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil – SINAPI.	Mensal	12 meses	R$ 175.000,00	**R$ 2.100.000,00**
TOTAL ESTIMADO				**R$ 2.100.000,00**	

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO		FUNDAMENTO LEGAL
	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	
	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO	
X	**A LICITAR**	**Lei nº 8.666/93.**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Encaminhe-se à DOF para providências.

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 10/08/2023, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1114472** e o código CRC **DA156DBE**.

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 394.2023.DOF - ORÇAMENTO.1159131.2023.010235

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2023.010235 **Processo de Compra:** 255.2023.SCOMS.1114472.2023.010235 **Interessado:** Paulo Augusto de Oliveira Lopes, Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo	**Modalidade:** Estimativo **Origem:** A LICITAR **Credor:** A LICITAR

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** .500.100.0.0000.0000 - Recursos Ordinários **Programa de Trabalho:** : 03.091.3234.1208.0001 - Reforma e Ampliação de Unidades Administrativas e Operacionais	**Elemento:** 3390.39 Serviços de Terceiros PJ **Subelemento:** 3390.39.55 Serviços de Engenharia

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	**DEDUÇÃO PREVISTA**	**SALDO APÓS DESPESA**
R$ 350.000,00	R$ 350.000,00	R$ 0,00

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE **MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA**, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil – SINAPI. **Obs: Valor para exercício em 2023 referente a 2 meses (R$ 350.000,00) e valor para exercício em 2024 referente a 10 meses (R$ 1.750.000,00).**	Mensal	12	R$ 175.000,00	R$ 2.100.000,00
TOTAL					R$ 2.100.000,00
Saldo atual composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme demonstrativo da execução orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 30 de outubro de 2023 (R$ 31.000,00), acrescido de valor de remanejamento orçamentário solicitado.					

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 175.000,00	R$ 175.000,00

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.
(**X**) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
( ) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.
( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 30/10/2023, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 06/11/2023, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1159131** e o código CRC **FECC8832**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 544.2023.CPL.1189333.2023.010235

Manaus, *na data da assinatura eletrônica.*

A Sua Senhoria, a Senhora
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios
NESTA

Senhora Chefe,

Cumprimentando-a com o presente, informamos que tramita nesta Comissão Permanente de Licitação o **Processo SEI n. 2023.010235,** cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior*, de acordo com o Projeto Básico n.º 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e seus anexos.

Considerando a análise do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, no item **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, especialmente o disposto no subitem 8.33,** parece-nos patente a necessidade de estipulações contratuais aptas a salvaguardar os direitos das partes e consignar suas respectivas obrigações, consoante previsão do artigo 62, §4º, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

> **§4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.**

Nesse sentido, também, é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

> A contratação deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação sua dispensa ou inexibilidade, conforme preconizado no art. 62, §4º, da Lei n.º 8.666/1993.

Considerando que esta Comissão depende da feitura do instrumento contratual correspondente para a execução das demais providências, **encaminhamos os autos** do Procedimento Interno

em epígrafe à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para, caso compartilhado o entendimento desta Comissão, por obséquio, verifique a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica.

Outrossim, ressalta-se que a referida Minuta deverá ser submetida ao crivo da Douta Assessoria Jurídica do Ordenador de Despesas para futura juntada ao Edital do certame a ser divulgado.

Por derradeiro, **retornem** os autos a esta Comissão para que seja dado prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 183/2023 - DOMPE, Ed. 2643, de 12.07.2023

Matrícula n.º 000.640-8A

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 13/11/2023, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1189333** e o código CRC **B2400883**.

MINUTA

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235

* MINUTA DE DOCUMENTO

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, visando à prestação de serviço d e **manutenção predial e pequenas reformas nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º_____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____,e a empresa _____, com sede na _____, _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta do Processo **SEI n.º 2023.010235**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02 e demais legislações pertinentes, e pelas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas, com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, em edificação do Ministério Público do Estado do Amazonas – MPAM, em confirmidade com o Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e do Edital de _____– CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto da contratação consiste na prestação dos seguintes serviços comuns de arquitetura e engenharia, para manutenção predial corretiva e pequenas reformas na edificação integrante do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS:

Parágrafo primeiro. O objeto previsto nesta contratação deverá ser executado em obediência à Resolução n.º 81, de 31 de janeiro de 2012 do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 24/02/2012, pág. 113 e 114, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências.

Parágrafo segundo. As condições e especificações de execução do objeto a ser contratado estão dispostas nos seguintes Cadernos, que integram o Projeto Básico, anexos a este contrato:

1. Anexo I – Endereço das Unidades Ministeriais e Estimativa de Custos;
2. Anexo II – Componentes da Edificação Abrangidos pela Manutenção;
3. Anexo III – Planilha de Composição do BDI;
4. Anexo IV – Credenciamento para Vistoria;
5. Anexo V - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica;
6. Anexo VI - Modelo de Dispensa de Vistoria Técnica.

Parágrafo terceiro. Todos os materiais empregados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, estar em fase normal de fabricação e observar às especificações deste contrato, Projeto Básico e seus Cadernos e às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Parágrafo quarto. Entende-se por primeira qualidade ou qualidade extra o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado.

Parágrafo quinto. Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução, serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da **CONTRATADA.**

Parágrafo sexto. Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal.

Parágrafo sétimo. O BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, conforme Anexo III do Projeto Básico, adotado pelo Ministério Público, levam em conta todo o material, ferramentas e mão de obra para a execução dos serviços e média de preços pesquisados junto ao mercado.

Parágrafo oitavo. Os valores propostos deverão incluir todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

Parágrafo nono. O início dos serviços fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo contratado, recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-AM, nos termos dos art. 1o. e art. 2o. da Lei n.o 6.496/77.
2. Apresentação da Relação de Funcionários, identificados pelo nome completo, identidade e CPF;
3. Ordem de serviços autorizada pela Divisão de Engenharia do MPAM.

Parágrafo décimo. A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução dos serviços **no prazo fixado pela fiscalização, contado do recebimento da Ordem de Serviço.**

Parágrafo décimo primeiro. A critério da fiscalização, poderão ser fornecidos especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais a serem seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo décimo segundo. Na execução das manutenções prediais, a definição do preço global dos

serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI.

Parágrafo décimo terceiro. O levantamento dos preços deverá ser de acordo com os valores constantes da **tabela de referência (mês anterior ao da realização da licitação)**, considerando a base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI referente ao Estado do Amazonas.

Parágrafo décimo quarto. Nos casos em que a Tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, conforme abaixo:

1. Adoção do sistema de preços do **SBC** do mesmo mês de referência da tabela SINAPI adotada na licitação, aplicando-se o menor percentual de acréscimo ofertado na licitação;

2. Caso não seja possível utilizar o SBC, deverá ser realizada pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser utilizado o menor preço entre as três cotações e sobre ela aplicar o mesmo percentual de acréscimo ofertado na licitação;

Parágrafo décimo quinto. Deverão ser elaborados pela Fiscalização, previamente à emissão da Ordem de Serviço, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços, os seguintes documentos:

1. Memória de cálculo dos quantitativos;
2. Planilha de orçamento dos serviços a serem demandados;
3. Planilha com as composições analíticas;
4. Cronograma físico-financeiro.

Parágrafo décimo sexto. A Contratada deverá apresentar sua Proposta de Preços, em consonância com o percentual proposto na licitação e de acordo com os serviços demandados, em até 2 (dois) dias úteis da provocação por parte da fiscalização.

Parágrafo décimo sétimo. Os itens componentes do objeto do presente instrumento não poderão ser demandados para realização de obra de engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO:

A **CONTRATADA** deverá comunicar, por escrito, à **CONTRATANTE** a conclusão dos serviços, para que proceda à VISTORIA DO RECEBIMENTO.

Parágrafo primeiro. O recebimento dos serviços será realizado por técnicos da Contratante e ocorrerá da seguinte forma:

1. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** após vistoria, que deverá ser realizada pela Comissão nomeada pelo **CONTRATANTE**, no prazo de **até 15 (quinze) dias**, contados da data em que a **CONTRATADA** comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto deste contrato, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada;

2. **RECEBIMENTO DEFINITIVO:** em segunda etapa, pelos membros da comissão designada pelo **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, **até 90 dias** após o prazo de observação para verificação da adequação do objeto aos termos contratuais.

Parágrafo segundo. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Parágrafo terceiro. O **Recebimento Definitivo** dos serviços não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios de qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente, sob o regime de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. Edital de _____ – CPL/MP/PGJ e seus anexos, conforme a Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02 e demais legislações correlatas
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo SEI n.º **2023.010235**;
- não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, devendo observar, além dos ditames do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e demais documentos constantes no PROCESSO, o seguinte:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação, avaliações e medições dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
2. Lançar no Livro de Ocorrência todas as observações dignas de registro para controle dos serviços, devidamente assinadas pelo preposto da **CONTRATADA**.
3. Ter prévio conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases dos serviços, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos.
4. Determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da **CONTRATADA**, bem como de subempreiteiras e/ou subcontratadas, quando for constatado inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exação ou ato desabonador.
5. Resolver as dúvidas e as questões expostas pela **CONTRATADA**, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.
6. Determinar a paralisação dos serviços, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação. A determinação da paralisação vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo ao **CONTRATANTE** formalizar a sua suspensão.
7. Informar, com a antecedência necessária, o término do contrato.
8. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
9. Atestar a respectiva nota fiscal/fatura, emitida corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.
10. Verificar quando da liquidação dos serviços, por meio da emissão da nota fiscal, a documentação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**.
11. Emitir os termos de recebimento do objeto contratado, conforme disposto no contrato.
12. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
13. Manifestar-se quanto à liberação da garantia;
14. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.

15. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
16. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
17. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. O **CONTRATANTE**, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para o controle qualitativo e quantitativo das obras e serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução, à vista dos projetos.

Parágrafo terceiro. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento dos serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a **CONTRATADA** tenha dado causa, por ação ou omissão.

Parágrafo quarto. A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante o serviço obrigará a **CONTRATADA** a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre as ocorrências.

Parágrafo quinto. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela Fiscalização ou pela própria **CONTRATADA**, obrigando-a, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

Parágrafo sexto. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Toda troca de informações e correspondências entre a **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, bem como todas as instruções da Fiscalização à **CONTRATADA**, devem ser por escrito, cabendo o seu registro no Livro de Ocorrências. Todos os expedientes escritos da **CONTRATADA**, após seu registro, serão encaminhados ao **CONTRATANTE**, para decisão, acompanhados de parecer da Fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A **CONTRATADA**, por força do presente instrumento, fica obrigada a:

1. Alocar aos serviços toda a mão de obra, inclusive qualificada, e direção administrativa, bem como equipamentos, ferramentas, instrumentos pessoais e equipamentos de segurança individual (EPI), necessários à execução do objeto contratual, em perfeitas condições de uso, reservando-se ao **CONTRATANTE** o direito de solicitar a substituição daqueles que julgar inadequados;
2. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, os equipamentos, aparelhamento e material, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do contrato;
3. Disponibilizar relação do pessoal técnico que atuará na execução dos serviços, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, informando sempre que houver qualquer alteração na mesma;
4. Manter quadro de pessoal competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo de execução dos serviços, de modo que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;
5. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado e identificado por meio de crachá;
6. Selecionar e preparar rigorosamente, inclusive quanto à prevenção de acidentes e incêndios

nas áreas de trabalho, os empregados que executarão os serviços, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, sem qualquer vínculo empregatício com a PGJ/AM;

7. Afastar do local de serviços qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja, a juízo da **CONTRATANTE**, considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de 24 horas a partir da notificação expedida pela **CONTRATANTE;**

8. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores;

9. Responsabilizar-se pelas condições de higiene no canteiro de obras, conforme o estabelecido pelas normas regulamentadoras;

10. Prover transporte e alimentação ao pessoal dentro das especificações da lei e da convenção coletiva do sindicato;

11. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora NR-18, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de equipamentos de proteção individual e coletiva – EPIs e EPCs - adequados a cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório;

12. Aplicar, na manutenção e serviços, materiais de boa qualidade, reservando-se ao **CONTRATANTE** o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles que julgar de má qualidade ou inadequados, debitando à **CONTRATADA** todas as despesas consequentes;

13. Fornecer todo material de origem mineral por pessoa física ou jurídica licenciada junto aos órgãos competentes;

14. Armazenar os materiais, ferramentas e equipamentos em locais apropriados, cobertos ou não, conforme sua natureza, sendo a **CONTRATADA** responsável por sua guarda, segurança e proteção, até a conclusão dos serviços;

15. Fornecer ou aplicar todos os materiais de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto e sua aplicação estará condicionada ao aceite prévio da **CONTRATANTE**, o que ocorrerá por escrito, mediante amostras apresentadas à FISCALIZAÇÃO antes da aquisição do material ou equipamento;

16. Apresentar, ainda, a indicação da marca e o modelo/referência, conforme especificações fornecidas, para aprovação da **CONTRATANTE;**

17. Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela **CONTRATADA**, conservar as amostras até o final dos trabalhos de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados;

18. Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados;

19. Caso o material ou equipamento especificado encontre-se fora de linha ou obsoleto, deverá ser substituído pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos e especificações. A substituição deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO;

20. Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas

características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenha idêntica função e se presta às mesmas condições do material, equipamento ou serviço especificado;

21. É vedada a utilização de materiais e equipamentos improvisados, usados ou danificados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, assim como não será tolerada a adaptação de peças, seja por corte ou outro processo, de modo a utilizá-las em substituição às peças recomendadas e de dimensões adequadas;
22. Quando não houver descrição do material ou equipamento a ser utilizado, ou do tipo de serviço a ser executado, ou houver discrepância, seguir orientação da FISCALIZAÇÃO;
23. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material ou equipamento especificado por outro equivalente, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará à FISCALIZAÇÃO, por escrito, a proposta de substituição, motivada, acompanhada de levantamento de custos, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos acordados.
24. Dar livre acesso à FISCALIZAÇÃO a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas e outros, para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade etc.;
25. Apresentar, por escrito, se solicitado pela **CONTRATANTE**, informações dos locais de origem dos materiais ou seus certificados de ensaios;
26. Providenciar os ensaios e as verificações sem ônus para a **CONTRATANTE;**
27. **Substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, no prazo de 48 horas** a partir da comunicação, os materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela FISCALIZAÇÃO como inadequados à execução dos serviços, ou que, por qualquer motivo, tenham sido adquiridos sem sua aprovação;
28. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pelo **CONTRATANTE** e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT;
29. Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização do **CONTRATANTE;**
30. Executar os serviços dentro do prazo contratado;
31. Manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.
32. Para o cumprimento do prazo estabelecido, os serviços deverão ser executados durante o horário normal do expediente, aos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno, podendo a critério do Ministério Público ser estendido o horário, caso seja comprovada a necessidade e seja ainda autorizado pelo agente fiscalizador da Contratante;
33. Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares e de segurança do **CONTRATANTE**, podendo ser exigido o afastamento daqueles funcionários da **CONTRATADA**, cuja conduta, a critério do **CONTRATANTE**, seja considerada inconveniente;
34. Cumprir, na execução do presente contrato, todas as exigências impostas pela Lei nº 6.514 de 22/12/77 e Portaria nº 3.214 de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, às suas exclusivas expensas;
35. Acatar todas as normas das legislações Federal, Estadual e Municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual;
36. Comunicar ao **CONTRATANTE** as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto;
37. Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem, dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo **CONTRATANTE;**
38. Permitir e facilitar ao **CONTRATANTE** o levantamento físico da força de trabalho da

CONTRATADA e de seus subcontratados, pertencendo ao **CONTRATANTE**, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados;

39. Os serviços porventura com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão demolidos e refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e sem implicar alteração do prazo contratual;

40. Assegurar livre acesso e trânsito aos locais de trabalho, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do **CONTRATANTE** ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados;

41. Apresentar, para controle e exame, sempre que o **CONTRATANTE** o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS;

42. Além das despesas relativas a salários, encargos sociais, trabalhistas e de Previdência Social, a **CONTRATADA** arcará, também, com as despesas relativas à assistência médica;

43. Durante e após a vigência deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter o **CONTRATANTE** à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA**, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o **CONTRATANTE** venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

44. Se houver necessidade de ocupação de terrenos fora da área do **CONTRATANTE**, para instalação de acampamentos, escritórios e/ou depósitos, estes serão alugados pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE;**

45. A **CONTRATADA** manterá sempre cobertos por apólices regulares os riscos de acidentes e outros seguros exigidos por lei, bem como promoverá o seguro de danos físicos, sendo beneficiário o **CONTRATANTE** e/ou quem por ela indicado;

46. **A CONTRATADA obriga-se a providenciar, junto ao CREA/AM, no prazo máximo de cinco dias úteis**, contados a partir da celebração do Contrato, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977);

47. A ART deverá ser encaminhada à **CONTRATANTE**, em uma cópia autenticada da documentação, com o objetivo de comprovar o registro;

48. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para classificação da **CONTRATADA** no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

49. A **CONTRATADA** submeterá à aprovação da **CONTRATANTE** proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico;

50. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

51. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

52. A **CONTRATADA** deverá manter em Manaus/AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição;

53. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo Ministério Público, acatando as observações da FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessários;

54. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e

de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços;

55. Caso ocorra atraso por culpa da **CONTRATANTE**, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção;

56. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução deste objeto, incluindo as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços;

57. **Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;**

58. Manter-se, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo;

59. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO;

60. Realizar limpeza geral após a conclusão dos serviços, de forma a retirar todas as impurezas e resíduos gerados durante a execução das atividades, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela FISCALIZAÇÃO, a fim de que o espaço seja entregue em perfeitas condições de ocupação e uso;

61. Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados e descartados em locais indicados, sem criar constrangimentos para a **CONTRATANTE**;

62. A CONTRATADA deverá adotar procedimentos ambientais quanto à destinação dos resíduos provenientes da execução dos serviços, **obedecendo, em especial, à Resolução CONAMA nº 307/02;**

63. Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo;

64. Fornecer garantia contra defeitos ou falhas de execução dos serviços pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data do recebimento, sem custos adicionais para a **CONTRATANTE;**

65. Apresentar todos os documentos exigidos no contrato, tais como Documentos Técnicos, Garantia, etc.

66. A CONTRATADA deverá, ainda, apresentar o Certificado de Garantia, devidamente acompanhado da Nota Fiscal de compra, Manuais e Documentações Técnicas de todos os equipamentos;

67. Manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato;

68. Conforme legislação, proceder à indicação de retenção de tributos nas notas ficais, faturas e outros documentos congêneres por ocasião de recebimento de valores pagos pela **CONTRATANTE**, bem como indicar nos referidos documentos, se for o caso, a existência de condições legais e/ou pareceres normativos acerca de redução ou isenção para retenções.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no contrato, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à

indenização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir fielmente o avençado em contrato, não sendo permitido executar qualquer serviço além daquele contido nas planilhas orçamentárias, sem que seja expressamente autorizado pela **CONTRATANTE**, mediante a assinatura do correspondente termo aditivo.

Parágrafo quarto. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da **FISCALIZAÇÃO**, não exime a **CONTRATADA** de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, devendo a mesma corrigir as falhas consoante DO CRONOGRAMA/PRAZOS E GARANTIA, sem ônus à Contratante.

Parágrafo quinto. A contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais normas pertinentes.

Parágrafo sexto. Correrão, ainda, por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA,** as consequências de:

1. sua negligência, imperícia e/ou omissão;
2. infiltração de qualquer espécie ou natureza;
3. ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao serviço;
4. acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiro.

Parágrafo sétimo. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Fornecer à **CONTRATADA** as informações e condições necessárias, dirimir dúvidas, à fiel execução, conclusão e entrega do objeto, bem como a indicação do local a ser efetuado os referidos serviços deste contrato.
2. Designar, conforme dispõe o artigo 67 e §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, representante(s) da **CONTRATANTE** a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
3. Aprovar previamente, através da FISCALIZAÇÃO, os equipamentos e materiais a serem aplicados na execução dos serviços, eventuais alterações de projeto e demais procedimentos.
4. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA** quanto aos serviços devidamente realizados, dentro dos critérios estabelecidos neste documento, após o atesto das notas fiscais pela **FISCALIZAÇÃO** e da apresentação dos documentos necessários.
5. Permitir o acesso, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços que regula a entrega do objeto deste Ajuste, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos/falhas de execução, e avarias nos produtos estipulados nos critérios de entrega dos serviços, fixando prazo para a sua reposição.
7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados que estejam em desacordo com as especificações e requisitos técnicos apresentados.
8. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
9. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA** quanto aos serviços devidamente realizados, na sua totalidade ou parcialidade, dentro dos critérios estabelecidos neste documento, por meio de

Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais pela FISCALIZAÇÃO e da apresentação dos documentos exigidos no Projeto Básico.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO:

O valor do presente contrato é de **R$ _____,** discriminado de acordo com a planilha integrante da proposta de preços e o **Plano de execução dos serviços**, apresentados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo único. O valor fixado no *caput* compreende todas as despesas diretas e indiretas, com **mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais, Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**, contribuições/impostos em cumprimento às leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, despesas de frete, ligações provisórias e definitivas com as concessionárias de serviços públicos, seguro, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento das faturas da empresa contratada será feito de forma **MENSAL** , baseada em medições de serviços executados no período relacionado ao **MÊS ANTERIOR** ao da fatura, demandados mediante Ordem de Serviço da **CONTRATADA**, tanto corretivamente quanto preventivamente.

Parágrafo primeiro. Após a realização dos serviços, os mesmos deverão ser expressos em relatórios atestados pela fiscalização que indicará o responsável técnico que irá receber os serviços e compilar os relatórios para proceder ao pagamento.

Parágrafo segundo. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei.

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

c) Prova de inexistência de débito trabalhista.

d) Requerimento solicitando o pagamento.

e) Faturas/Notas Fiscais emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), as quais deverão ser atestadas pela Fiscalização.

f) Recibo.

g) Cópia da Nota de Empenho.

h) Relatório de Execução de Serviço apresentado pela contratante aprovado pelo responsável técnico indicado pela PGJ/AM.

Parágrafo terceiro. Os valores dos serviços prestados deverão ser extraídos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, como referência, sempre que possível. Quando não for possível deverá ser feita pesquisa de mercado.

Parágrafo quarto. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE.**

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo sexto. O pagamento dos serviços será realizado conforme o Cronograma de Desembolso.

Parágrafo sétimo. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, este será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não

acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo oitavo. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Parágrafo nono. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** _____ – _____; **Programa de Trabalho:** _____ – _____; **Fonte**: _____ – _____; **Natureza da Despesa:** _____ – _____, a Nota de Empenho n.º _____, datada de _____, no valor de **R$** _____ (_____).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO:

Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, por motivos alheios à vontade da **CONTRATADA**, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse da **CONTRATANTE** ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, ocorrida no período respectivo, somente se ainda em vigência o presente instrumento, motivado por prorrogação, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre as partes, e mediante solicitação expressa à **CONTRATANTE**, que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte formula:

R: V (I – Io), onde:

Io

R = Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

Io = Índice relativo ao mês da proposta;

Parágrafo primeiro. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente, tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Parágrafo segundo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo terceiro. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

Parágrafo quarto. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos e limites fixados no art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante assinatura de termo aditivo.

Parágrafo único. O ajuste será prorrogado ainda em razão de dilatação ou alteração do prazo de execução dos serviços, se assim necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA QUANTO À SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA:

A **CONTRATADA** prestará garantia dos serviços executados, bem como dos materiais utilizados nos serviços e equipamentos instalados, **pelo prazo de 5 (cinco) anos**, contados a partir da data do **Termo de Recebimento Definitivo**, caso o objeto contratual se enquadre no art. 618 do Código Civil Brasileiro, a ser avaliado pela **FISCALIZAÇÃO**. Esta garantia contratual cobre problemas com a fundação e problemas estruturais.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** se obriga a reparar, durante o período de garantia e sem ônus para a **CONTRATANTE**, qualquer defeito nos serviços anteriormente executados, ficando novo prazo de garantia estabelecido a partir da reparação, nas mesmas bases desta cláusPleula.

Parágrafo segundo. Os reparos porventura necessários a serem executados pela **CONTRATADA**, durante o período de garantia, deverão ter prévia autorização expressa da **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deve entregar à **CONTRATANTE**, para que esta emita o Termo de Recebimento Definitivo, o Termo de Garantia mencionado nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste contrato, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **_____.**

1. Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

2. No caso de acréscimo no valor contratual, a **CONTRATADA** obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação do prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao do termo aditivo.

3. As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** perante à **CONTRATANTE**, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

I - a garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e estender-se-á por mais **3 (três) meses após o término da vigência contratual** e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo quarto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993.

a. O bloqueio efetuado com base neste parágrafo não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

b. A **CONTRATADA**, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Parágrafo quinto. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir do qual se observará o disposto nesta cláusula.

Parágrafo sexto. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todos os encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação, bem como apresentação de toda a documentação solicitada no edital pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Será considerada extinta a garantia:

a. com a devolução da apólice, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a **CONTRATANTE** não comunique a ocorrência de sinistros.

Parágrafo oitavo. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora pela **FISCALIZAÇÃO.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de as alterações promovidas pela **CONTRATANTE** redundarem em acréscimos no objeto ajustado, o preço a ser cobrado pelos serviços acrescidos tomarão por base os valores unitários constantes da Planilha Orçamentária apresentada pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo Não será considerada alteração contratual, para fins de observância da limitação a que se refere o *caput* desta cláusula, as alterações empreendidas nas especificações, que não redundarem aumento ou diminuição do valor global ajustado.

Parágrafo terceiro. Ao longo da execução deste contrato, caso haja a necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens suprimidos e/ou acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

1. Para **itens que já constem do contrato**, os custos corresponderão àqueles já contratados;
2. Para **itens novos existentes no banco de preços** utilizado pela **CONTRATANTE** na elaboração do orçamento estimativo, os custos corresponderão àqueles relativos ao referido sistema, obedecendo aos critérios de aceitabilidade definidos na licitação;
3. Para **os itens novos não constantes** no banco de preços utilizado pela **CONTRATANTE** na elaboração do orçamento estimativo, o menor custo obtido a partir da pesquisa de mercado;

   c.1) Neste caso a **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da solicitação, proposta detalhada com a indicação dos preços unitários e totais a serem cobrados, bem como orçamentos obtidos com a pesquisa de mercado.

   c.2) A **CONTRATANTE** avaliará a documentação enviada e caso entenda ser pertinente realizará nova pesquisa de mercado.

4. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos

termos dos critérios ora definidos.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá obedecer ainda, quando da elaboração de proposta de preços decorrente de termo aditivo, ao percentual do BDI e encargos estabelecidos nas legislações sociais.

Parágrafo quinto. A diferença percentual, entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Parágrafo sexto. Caso ocorra necessidade de alteração da metodologia e/ou tecnologia de execução inicialmente ajustada, que resulte aumento de execução dos serviços e/ou da quantidade de materiais a serem aplicados, a **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE**, com a necessária antecedência, as justificativas técnicas para as modificações pretendidas, as quais serão analisadas, de acordo com as circunstâncias de desenvolvimento dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de cometimento das infrações administrativas previstas no artigo 155, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato;
3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo primeiro. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo segundo. As sanções previstas nos itens 1, 3 e 4 desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item 2, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo terceiro. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo quarto. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS RESPECTIVAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta – **tabela 1**, as multas conforme **tabela 2**:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	4
3	Não providenciar substituto para componente da equipe; por empregado e por ocorrência.	4
4	Não utilizar produtos novos e adequados, em excelente estado de conservação e/ou com os devidos registros legais; por ocorrência.	4
5	Apresentar painéis ou perfis velhos, sujos, amassados, arranhados ou com outros defeitos que prejudiquem a qualidade e a estética do produto fornecido,	4
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por	3

6	ocorrência.	3
7	Fornecer os produtos parcialmente ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	3
8	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento; por ocorrência.	2
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual – PI, quando necessários; por empregado, por ocorrência.	2
10	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	1
Para os itens a seguir, deixar de:		
11	Prestar os serviços de fornecimento, instalação e remanejamento (desmontagem/montagem) de divisória, por serviço.	4
12	Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, o serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE, por dia e/ou serviço.	4
13	Obedecer, na montagem dos materiais, ao contido nas normas reguladoras específicas.	4
14	Observar sempre a máxima segurança contra acidentes durante a execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material, por dia e/ou serviço.	4
15	Fornecer mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte, por dia ou serviço.	3
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores; por ocorrência.	2
17	Cumprir obrigações dentro do prazo contratual; por ocorrência e/ou por hora e/ou por dia.	2
18	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e/ou por dia.	1
19	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e/ou por dia.	1
20	Executar limpeza ao final de cada serviço; por dia.	1
21	Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários, por serviço.	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,10% do valor faturado.
2	0,15% do valor faturado.
3	0,25% do valor faturado.
4	0,40% do valor faturado.

Parágrafo primeiro. No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

Parágrafo segundo. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo terceiro. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**. Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de extinguir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente, por via postal ou eletronicamente, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer

espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro. Extinção Unilateral. Ficará o presente contrato extinto unilateralmente pela **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

Parágrafo segundo. Extinção Consensual. Ficará o presente contrato extinto por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

Parágrafo terceiro. Extinção Judicial ou Arbitral. O presente contrato poderá ser extinto por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, poderá ensejar o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A extinção de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- execução da garantia contratual, para :

  a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

  b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

  c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

  d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE** e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, sem expressa autorização da **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

Parágrafo segundo. Não será permitida a subcontratação total do objeto e a transferência ou cessão das

obrigações contratuais a terceiros, salvo a subcontratação de serviços específicos contidos no projeto básico durante a execução da obra, após prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**. Não será permitido, ainda, a associação, cisão ou incorporação do objeto do contrato por parte da **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. A execução de serviços que exijam responsabilidade técnica somente poderá ser subcontratada à empresa de engenharia devidamente registrada no CREA/AM ou CAU/AM e com qualificação técnica compatível com o item que pretenda executar.

Parágrafo quarto. A empresa subcontratada deverá comprovar, perante a **CONTRATANTE**, que está em situação regular fiscal, previdenciária e trabalhista, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

a. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
b. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
c. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

1. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
2. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
3. Lei n.º 5.194/66 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro;
4. Lei n.º 6.496/77 – Anotação de Responsabilidade Técnica;
5. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;

6. Normas Técnicas, Especificações e Métodos de Ensaios da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a ABNT NBR 7229/93 e 13969/97;
7. Diretrizes, condições e padrões ambientais estabelecidos pela Resolução CONAMA n.º 307/2002;
8. Demais legislações supervenientes e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente, aplicada à construção civil, em especial as emitidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE,** baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 16/11/2023, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1189678** e o código CRC **E4193EBC**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 1459.2023.DCCON.1189682.2023.010235

Manaus (Am.), 16 de novembro de 2023.

Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PGJ/AM

Assunto: Encaminha minuta de contrato – prestação de serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas.

Senhor Presidente,

Trata-se de Procedimento Interno que visa à contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas, com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, em edificação do Ministério Público do Estado do Amazonas – MPAM, em confirmidade com o Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235.

Informo que esta Divisão de Contratos e Convênios juntou aos autos a Minuta de Contrato Administrativo 44 (SEI nº 1189678), a qual deve ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Deste modo, encaminho o presente processo a essa Comissão Permanente de Licitação, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 16/11/2023, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1189682** e o código CRC **8BEF1FC0**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE EDITAL Nº 52.2023.CPL.1189345.2023.010235

* MINUTA DE DOCUMENTO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2023.010235,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2023.010235

Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE

Abertura das propostas: às 10 horas do dia **XX/XX/2023** (horário de Brasília).

Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO

Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/

Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br/

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses,* descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e Anexos.

2.2. A licitação será realizada em **Lote Único**, consoante as especificações constantes do **ITEM 3 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, Anexo I e parte integrante deste Edital.

2.3. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do Projeto Básico

Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e seus anexos, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235, Anexo II deste Edital.

2.4. Os materiais deverão ser de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, de boa qualidade, a fim de garantir a sua perfeita utilização e durabilidade, sob pena de ser recusado o seu recebimento.

2.5. Definições quanto à cor e tamanho serão definidos pela fiscalização.

2.6. DA VISTORIA - poderá o pretenso licitante realizar facultativamente, sob o acompanhamento de representante da PGJ-AM, vistoria às unidades da Procuradoria-Geral de Justiça, para perfeito conhecimento do objeto licitado, a fim de tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações para subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame, nos termos do ITEM 6 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I deste Edital**.**

2.6.1. A vistoria deverá ser realizada por técnico devidamente credenciado pela empresa licitante, mediante a apresentação de documento conforme modelo previsto no Anexo IV ao Projeto Básico - CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA.

2.6.2. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar Atestado de Vistoria, a ser assinado por representante da PGJ-AM, conforme modelo do Anexo V ao Projeto Básico - ATESTADO DE VISITA TÉCNICA.

2.6.2.1. O referido atestado deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, junto à proposta de preços.

2.6.3. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma **Declaração de Dispensa de Vistoria** assinada pelo responsável legal, segundo o modelo Anexo III ao Projeto Básico - MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA.

2.6.3.1. A referida Declaração deverá ser apresentada junto à proposta de preços.

2.6.3.2. Vale ressaltar que não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução do objeto deste certame.

2.6.4. As visitas deverão ser previamente agendadas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no período de 9h às 15h (horário de Brasília), com a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULOS - DEAC,** pelo telefone 3655-0739.

2.7. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

1. Anexo I – Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235;

1.1 Anexo I do PB Nº 6.2023.DEAC - ENDEREÇO DAS UNIDADES MINISTERIAIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS;

1.2. Anexo II do PB Nº 6.2023.DEAC - COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO ABRANGIDOS PELA MANUTENÇÃO ITEM DESCRIÇÃO;

1.3. Anexo III do PB Nº 6.2023.DEAC - BDI;

1.4. Anexo IV do PB Nº 6.2023.DEAC - Modelo Credenciamento para Vistoria às instalações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça;

1.5. Anexo V do PB Nº 6.2023.DEAC - Modelo Atestado de Visita Técnica às instalações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça; e

1.6. Anexo VI do PB Nº 6.2023.DEAC - Modelo Declaração de Dispensa de Visita Técnica às instalações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça; e

2. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235;

3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

3. Anexo IV – Modelo de Declarações Complementares;

4. Anexo V – Modelo de Proposta de Preços; e

5. Anexo VI – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM. Programa 03.091.3234.1208.0001, Fonte 1.500.100.0.0000.0000, Elemento 3390.39.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão **interessados** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital, nos termos do art. 26, parágrafo 4.º, do Decreto n.º 10.024/2019.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico ***Comprasnet***, relativo às seguintes declarações:

5.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.7.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame

5.7.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

5.7.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.7.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.7.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos do Anexo III deste Edital.

5.7.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.7.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

6.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado para cada o lote/item.**

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável, o modelo/marca/fabricante, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

7.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 7.6 deste Edital.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

7.2.1. Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

7.2.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

7.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

7.3.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

7.3.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

7.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão

retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

7.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

7.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico

8.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema ***Comprasnet*** identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **MAIOR DESCONTO** do certame, observando-se o prazo previsto para duração do contrato.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá

ser 0,1%.

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. O **Critério de julgamento** adotado será o de **MAIOR DESCONTO**, aferido pelo **MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD) por proposta, decorrente da aplicação da fórmula abaixo, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI:**

$$ACD(\%) = [\,(100-TR\%) + BDI\,(100-TR\%)\,] - \frac{100}{100}$$, onde:

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do **SINAPI** (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

8.21. A utilização da fórmula acima apresentada encontra-se detalhada no subitem 4.2 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I deste Edital.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para

desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. no País;

8.28.2. por empresas brasileiras;

8.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante e suas condições de participação no presente certame.

8.31. O pregoeiro, ainda, encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 2 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo V:**

9.2.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.2.1.1. Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

9.2.1.2. No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

9.2.1.3. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.2.2. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

9.2.3. Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, **no que couber**, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

9.2.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.2.5. **O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.**, conforme **ITEM 3.10** do **Projeto Básico N.º 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, Anexo I deste Edital;

9.2.6. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

9.2.7. Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

9.2.8. Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

9.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo IV do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, **devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato.**

f) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

9.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo V**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

10.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 10.4. deste Edital:**

10.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

10.2.2. Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

10.2.2.1. Considera-se **inexequível** a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.2.3. No momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema ***Comprasnet*** identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

10.3. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**

10.3.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

10.4.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, **limitado a 3 (três) oportunidades.**

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

10.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.

10.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

10.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

10.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.14. Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

10.15. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

11.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

11.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

11.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à

confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

11.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

11.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

11.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

11.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

11.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

11.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

11.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

11.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 11.9.3. deste instrumento convocatório.

11.10. Relativos à Qualificação Técnica

11.10.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei n.º 5.194/66) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em cuja jurisdição se encontre sua sede;

11.10.1.1. Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM ou CAU/AM, o licitante deverá apresentar o registro devidamente vistado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução CONFEA nº 1.121, de 13/12/2019.

11.10.2. Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

11.10.2.1. Antes da assinatura do contrato, o licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar "visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA" que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is), por ele indicado para execução do(s) projeto(s).

11.10.2.2. O Responsável Técnico deverá possuir vínculo com a licitante, na data fixada para entrega dos envelopes Documentação de Habilitação e Propostas de Preços, entendendo-se como tal, para fins deste Edital:

a) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

b) o administrador ou o diretor;

c) o responsável técnico não sócio da empresa, que conste do quadro de Responsáveis Técnicos da Certidão de Registro referida no subitem 7.9.1, ou detentor de ART(Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) validada pelo respectivo conselho profissional para a data da licitação;

d) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social –CTPS assinada pela licitante ou no Livro de Registro de Empregados; ou

e) o prestador de serviços com contrato escrito vigente firmado com a licitante, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado;

f) declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

11.10.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, da seguinte forma:

11.10.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, em que fique comprovado que o LICITANTE executou, com fornecimento de todo o material e de mão de obra, obras ou serviços similares em vulto, complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente cotejo, assim entendidos:

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	Execução de cobertura em telha galvanizada	m²	350,00
02	Execução de forro de gesso acartonado	m²	150,00
03	Alvenaria de 1/2 vez	m²	150,00
04	Confecção de esquadria de alumínio	m²	75,00
05	Revestimento cerâmico aplicado em parede	m²	100,00
06	Revestimento cerâmico tipo porcelanato aplicado em piso	m²	250,00
07	Execução de piso intertravado	m²	350,00
08	Pintura Acrílica	m²	450,00
09	Execução de ponto de tomada elétrico (fiação, tomada e acessórios)	pt	45,00
10	Execução de ponto lógico RJ 45 CAT 06 (fiação, tomada e acessórios)	pt	30,00
11	Execução de ponto água fria (tubulações e conexões)	pt	15,00

11.10.3.2. Atestado(s) de qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região competente, que atenda(m) às características de porte e tecnologia e tenha compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, assim entendidos:

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	Execução de cobertura em telha galvanizada	m²	350,00
02	Execução de forro de gesso acartonado	m²	150,00
03	Alvenaria de 1/2 vez	m²	150,00
04	Confecção de esquadria de alumínio	m²	75,00
05	Revestimento cerâmico aplicado em parede	m²	100,00
06	Revestimento cerâmico tipo porcelanato aplicado em piso	m²	250,00
07	Execução de piso intertravado	m²	350,00
08	Pintura Acrílica	m²	450,00
09	Execução de ponto de tomada elétrico (fiação, tomada e acessórios)	pt	45,00
10	Execução de ponto lógico RJ 45 CAT 06 (fiação, tomada e acessórios)	pt	30,00
11	Execução de ponto água fria (tubulações e conexões)	pt	15,00

11.10.3.3. Os referidos atestados de Qualificação Técnico-Profissional deverão ser apresentados com o visto da Entidade Profissional correspondente ou na forma de Certidão de Acervo Técnico– CAT;7.

11.10.3.4. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT),

endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

11.10.3.5. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

11.10.3.6. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

11.10.3.7. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este edital, tendo em vista o vulto da contratação, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

11.10.4. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros de sua equipe técnica que se responsabilizará pelo objeto desta licitação, devendo constar nessa equipe técnica o detentor do acervo referido no subitem 11.10.3.2.

11.10.4.1. A verificação da veracidade e exatidão das informações prestadas pelas licitantes quanto à equipe técnica listada para realização do objeto desta licitação, conforme exigência contida no subitem 11.10.3.2 poderá ser auxiliada por técnico(s) da Instituição ou outro especialmente designado para tanto.

11.10.4.2. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993;

11.10.4.3. No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

11.10.5. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, todas serão inabilitadas.

11.11. Disposições Gerais da Habilitação:

11.11.1. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

11.11.2. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

11.11.2.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

11.11.2.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.11.2.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

11.11.3. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 11.9.3 deste instrumento convocatório.

11.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

11.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no item 25.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

11.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da

obrigação do item anterior.

11.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.19. Atendidas as exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

11.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

12.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

12.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 9h. às 15h. (horário Brasília).

12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º

13.105/2015 (Código de Processo Civil).

12.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

12.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

12.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

14.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

14.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 10.7, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. Após homologação do resultado desta licitação, a PGJ, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, convocará o vencedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes à assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.1.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito.

15.1.2 Para assinar a Ata de Registro de Preços, o representante legal da empresa deverá apresentar procuração e/ou contrato social e cédula de identificação.

15.1.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar

os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada.

15.1.4. O compromisso de fornecimento será formalizado mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

15.2. Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços ((§1º, do art. 48, do Decreto nº 10.024/2019).

15.3. Se o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-as as sanções legais cabíveis.

15.5. A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na ata de registro de preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

15.6. Na hipótese de a empresa vencedora ter seu registro cancelado ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do Edital. Nessa hipótese, a Administração deverá negociar com o fornecedor convocado quanto ao preço ofertado, visando manter as condições mais vantajosas do Registro de Preços.

15.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ.

15.8. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado;

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

15.8.1. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

15.9. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotora da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

16. DA VALIDADE, CONTROLE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A Ata de Registro de Preços terá a vigência de 1 (um) ano, contados da publicação na Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso**.**

16.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, decorrentes das situações previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.2.1. Ainda que comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar novo processo licitatório.

16.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o PROPONENTE registrado será convocado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** para a devida alteração do valor registrado na Ata.

16.3. O PROPONENTE terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurando o contraditório e a ampla defesa:

16.3.1. A pedido, quando:

16.3.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

16.3.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições.

16.3.2. Por iniciativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, quando:

16.3.2.1. O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.3.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

16.3.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

16.3.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;

16.3.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

16.3.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na ata de registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes.

16.4. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a PROCURADORIAGERAL DE JUSTIÇA fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

16.5. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

16.5.1. Por decurso de prazo de vigência.

16.5.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

16.6. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo **SETOR DE COMPRAS E MATERIAIS – SCOMS**, que os valores constantes na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá:

16.6.1. Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados no mercado;

16.6.2. Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos 8.666/93, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pelo Ministério Público do Estado do Amazonas.

16.7. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega de bens ou serviços, sempre por escrito, deverão ser encaminhados com **antecedência mínima de 1 (um) dia do respectivo vencimento**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

16.8. Os pedidos de alteração de marca e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados **em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

16.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

16.10. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

16.11. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

16.12. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item, observarão os seguintes limites:

I - o quantitativo, por órgão ou entidade, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item registrado na ata de registro de preços; e

II - o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na

totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.13. Todas as comunicações com as empresas detentoras da Ata de Registro dar-se-ão por meio dos *e-mails* e dados contidos, especialmente, na Proposta de Preços em conjunto ao SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

17.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

17.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP ou instrumento equivalente, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0**, e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

17.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

17.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

17.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no

instrumento contratual ou no projeto básico.

17.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

18.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

18.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

18.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

18.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

18.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

18.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

18.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** , poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

18.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

18.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

18.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da

publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

18.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

18.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações compreendias **nos itens 3, 5, 6 e 8 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, *Anexo I* a este Edital, bem como na **Minuta de Contrato Administrativo nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235,** *Anexo II,* serão também deveres da CONTRATADA:

19.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via e-mail, banco, agência e número da conta corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

19.4. Dos Prazos para Prestação dos serviços - O prazo para o início da execução dos serviços será de, no máximo, 5 dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados, contados da entrega da Ordem de Serviço, conforme Item 3.10 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235.

19.4.1. O prazo da prestação dos serviços objeto deste Pregão deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

19.5. DA GARANTIA CONTRATUAL - Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar garantia na forma e condições estabelecidas na Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 9 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Sétima** da **Minuta de Contrato Administrativo Nº 14.2023.DCCON.1010168.2022.018361,** *Anexo II* a este Edital.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com o **Item 11 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, bem como a **Cláusula Décima – Da Liquidação e do Pagamento** da Minuta de Contrato, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

21.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link https://www.mpam.mp.br/component/content/article/34-licitacoes/paginas-

internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.3. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema ***Comprasnet*** na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação. No entanto, caso a vencedora não realize o cadastro em até 5 (cinco) dias após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VI);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

22. DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS

22.1 Para fins de efetivo controle sobre a execução contratual, a CONTRATANTE adotará o **Acordo de Níveis de Serviço (ANS)**, a ser apurado e considerado para aplicação de sanções à CONTRATADA, cujos critérios estão estabelecidos no **Item 14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235** (Anexo I) e da **Cláusula Décima Oitava da Minuta Contratual (Anexo II)**, partes integrantes deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

23.1.3. apresentar documentação falsa;

23.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.6. não mantiver a proposta;

23.1.7. cometer fraude fiscal;

23.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

23.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

23.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 11.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

23.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

23.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pelo(a) PROCURADOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

23.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital e Anexos;

23.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

23.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

23.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as multas estabelecidas no Item **14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e nas Cláusulas Décima Sétima e Décima Oitava da Minuta de Contrato Administrativo Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235**, segundo a gravidade da falta.

23.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

23.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

23.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

23.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

23.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. Até o dia **XX/XX/2023, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário de expediente da Instituição, **até às 15 horas (horário de Brasília) da data limite fixada** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia XX/XX/2023, 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 15 horas (horário de Brasília) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

> 24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, até às 15 horas (horário Brasília) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

> 24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no s i t e https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h às 15 horas (horário de Brasília), na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deverá sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019.

25.3.2. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (preexistente), que deixou de ser juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (***TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021***).

25.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

25.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

25.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

25.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia

autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**.

25.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema ***Comprasnet***, prevalecerá o Edital.

25.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

25.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, XX de novembro de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 183/2023- DOMPE, Ed. 2643, de 12.07.2023

- Documento assinado eletronicamente. Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235

* MINUTA DE DOCUMENTO

ANEXO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA Nº ATA DE REGISTRO DE PREÇO

* MINUTA DE DOCUMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCESSO SEI N.º 2023.010235

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste registro de preços, situado na Avenida Coronel Teixeira n.º 7,995, Nova Esperança II, Manaus, Amazonas, representado neste ato representado por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, XXXXXXX, e as Empresas **XXXXXX**, DORAVANTE denominadas **FORNECEDORES**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** , mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório referente a o **Pregão Eletrônico n.º XXX/2023-CPL/MP/PGJ-SRP**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, conforme descrito no Anexo I do Edital do referido pregão.

FORNECEDOR: XXX

Desconto de XX% sobre os serviços constantes da tabela abaixo II :

Grupo I		
Item 1 - Região Metropolitana		
Município	**Endereço**	**Valor Estimado**
	1- Prédio Sede - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037- 473	R$ 350.000,00
	2- Auditório Carlos Bandeira - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
	3- Prédio Anexo Administrativo - AV. Coronel	

MANAUS	Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
	4- Prédio Anexo Administrativo do Aleixo - AV. André Araújo, N°23, Aleixo.	R$ 200.000,00
	5- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Centro Integrado de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator - Rua Desembargador João Machado, s/n, Bairro Alvorada I	R$ 25.000,00
	6- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Palácio da Justiça Edifício Desembargador Arnoldo Péres - Av. André Araújo, s/nº Bairro Aleixo	R$ 15.000,00
	7- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas 18º Juizado Especial Criminal - Av. Nilton Lins - Parque das Laranjeiras	R$ 15.000,00
IRANDUBA	8- Av. Rio Madeira, S/N 69.405-000. - REFORMA	R$ 15.000,00
ITACOATIARA	9- Rua Borba, s/n – Pedreiras - NOVA	R$ 15.000,00
MANACAPURU	10- Rua União, s/n.º - Aparecida	R$ 15.000,00
	11- Rua Rio de Janeiro, nº 57, Bairro Centro	R$ 25.000,00
NOVO AIRÃO	12- Av. Ruy Barbosa, 29 – Centro CEP: 69730-000 REFORMADA	R$ 15.000,00
RIO PRETO DA EVA	13- Rua João Domingos de Monteiro n.º 07 - Centro CEP: 69115-000	R$ 15.000,00
PRESIDENTE FIGUEIREDO	14- Praça Cívica - Morada do Sol	R$ 15.000,00
Item 2 - Sub-Região do Alto Solimões		
Município	**Endereço**	**Valor Estimado**
AMATURÁ	Praça São Cristóvão, S/Nº Centro CEP: 69200-000;	R$ 15.000,00
ATALAIA DO NORTE	Estrada Augusto Luzeiro, Nº75 Centro CEP: 69650;	R$ 15.000,00
BENJAMIM CONSTANT	AV. Castelo Branco, Nº469 Centro CEP:69630;	R$ 15.000,00
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP: 69680;	R$ 15.000,00
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	Praça São Paulo, s/nº Centro CEP: 69600;	R$ 15.000,00
TABATINGA	Av. Da Amizade, nº60 Altos do Banco do Brasil Centro CEP: 69640-000;	R$ 15.000,00
TONANTINS	Rua Leopoldo Peres 1, Centro 69685-000	R$ 15.000,00
Item 3 - Sub-Região do triângulo Jutaí – Solimões - Juruá		
ALVARÃES	Rua Bela Vista, S/N - CentroCEP: 69475-000	R$ 15.000,00
FONTE BOA	Rua Francisco Pereira De Souza, s/nº Centro CEP: 69670-000	R$ 50.000,00
	AV. Amândio Barbosa, S/Nº Centro CEP: 69495-	

JAPURÁ	AV. Amâncio Barbosa , S/N° Centro CEP.: 69493-000	R$ 15.000,00
JURUÁ	Rua Francisco de Paula, Nº 100 Centro CEP: 69520-000	R$ 25.000,00
JUTAÍ	RUA 7 De Março, Nº59 Centro CEP: 69660-000	R$ 15.000,00
MARAÃ	AV. Castelo Branco, nº30 Centro CEP: 69490-000	R$ 50.000,00
TEFÉ	Rua Benjamim Constant, s/n - Centro - "Praça Santa Teresa".Centro CEP.: 69470-000	R$ 15.000,00
UARINI	Av. Espírito Santo, 86-366 – Centro CEP: 69485-000	R$ 15.000,00
Item 4 - Sub-Região do Purús		
BOCA DO ACRE	RUA Rua Júlio Toa, nº89 – Platô Do Piquiá CEP: 69850-000;	R$ 15.000,00
CANUTAMA	RUA Floriano Peixoto, nº242 CENTRO CEP: 69820-000;	R$ 15.000,00
LÁBREA	Praça Cel. Lábrea, nº95 – Centro CEP: 69830 – 000;	R$ 15.000,00
PAUINI	Rua Castelo Branco, nº247 Centro CEP: 69860 – 000;	R$ 15.000,00
TAPAUÁ	Av. Presidente Castelo Branco, nº390 Centro CEP: 69480-000	R$ 15.000,00
Item 5 - Região do Juruá		
CARAUARI	AV. D. Pedro II, Nº 198 Centro CEP: 69500-000;	R$ 15.000,00
ENVIRA	CEP:69870-000	R$ 15.000,00
EIRUNEPÉ	Rua Santa Terezinha, nº 270, Bairro Centro	R$ 15.000,00
GUAJARÁ	Rua Antônio Ferreira, nº 40 – Centro CEP: 69895-000;	R$ 15.000,00
IPIXUNA	Rua Edmar Herculano, nº361 Centro;	R$ 15.000,00
ITAMARATI	AV. Boa Vista, Nº105 CENTRO CEP: 69510-000;	R$ 15.000,00
Item 6 - Região do Madeira		
APUÍ	AV. 13 De Novembro, s/nº Praça dos Três Poderes Centro CEP: 69265-000;	R$ 15.000,00
BORBA	Rua Rui Araújo, SN, Centro.CEP: 69200-000;	R$ 15.000,00
HUMAITÁ	Rua 13 de novembro, 180 CentroCEP: 69800-000;	R$ 15.000,00
MANICORÉ	Trav. Pedro Tinoco, s/nº Centro CEP: 69280- 000;	R$ 15.000,00
NOVO ARIPUANÃ	AV. 19 De Dezembro, Nº1068 Centro CEP: 69260-000;	R$ 15.000,00
Item 7 - Região do Alto Rio Negro		
BARCELOS	Rua Padre José Baúsusla, 222 – São Sebastião CEP:69700-000;	R$ 50.000,00
	Rua Terreiro Aranha S/n.º - Centro	R$ 50.000,00
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	Rua Beira Rio, s/nº Centro CEP:69740- 000;	R$ 15.000,00
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AV. 07 De Setembro, s/nº Centro CEP: 69750-000;	R$ 15.000,00
Item 8 - Região do Rio Negro Solimões		
ANAMÃ	Rua Álvaro Maia S/N Centro CEP: 69445- 000;	R$ 15.000,00
ANORI	AV. 31 De Março, Nº 344 Centro CEP: 69440-000;	R$ 15.000,00
AUTAZES	Rua Jeferson Braga, S/N, esquina com a rua Francisco Barroncas. Centro, Nº 23 Centro CEP 69240-000	R$ 15.000,00
BERURI	69000-000;	R$ 15.000,00
CAAPIRANGA	Av. Getúlio Vargas 345, Centro CEP 69410-000	R$ 15.000,00
CAREIRO	AV. ADAIL DE SÁ, S/ Nº – Centro CEP: 69250-	R$ 15.000,00

CASTANHO	000;	R$ 15.000,00
CAREIRO DA VARZEA	Rua Vinte nove de Janeiro, S/ Nº – Centro CEP: 69255-000;	R$ 50.000,00
COARI	Estrada Coari-Mamiá, km 02 CEP: 69460- 000;	R$ 15.000,00
CODAJÁS	AV. Getúlio Vargas, nº48 CENTRO CEP: 69450-000;	R$ 50.000,00
	Rua Ferreira Pena, s/nº - CENTRO CEP: 69450-000;	R$ 50.000,00
MANAQUIRI	Rua Abílio Cintra, nº05 Centro CEP: 69435- 000;	R$ 15.000,00
Item 9 - Região do Médio Amazonas		
ITAPIRANGA	AV. Pres. Getúlio Vargas, nº151 Centro CEP: 69120-000;	R$ 15.000,00
MAUÉS	Rua Guaranópolis, s/nº Maresia CEP: 69730-000;	R$ 15.000,00
NOVA OLINDA DO NORTE	Rua Triunfo, nº349 Centro CEP.: 69230-000;	R$ 15.000,00
SILVES	Rua Cizenando Grana, s/n - Bairro Panorama CEP: 69110-000	R$ 15.000,00
URUCURITUBA	Trav. Pedro Tinoco, nº90 Centro CEP: 69080-000;	R$ 25.000,00
Item 10 - Região do Baixo Amazonas		
BARREIRINHA	Rua Coronel Domingos Dutra, n.º 81, Centro, 69.160-000,	R$ 25.000,00
BOA VISTA DO RAMOS	Rua 07 DE Setembro, S/Nº Centro CEP: 69195-000	R$ 15.000,00
NHAMUNDÁ	Rua Furtado Belém, nº04 – Centro CEP.: 69140-000;	R$ 15.000,00
PARINTINS	Estrada do Macurany, Nº 159 Conj. João Djard Vieira I CEP: 69159-000;	R$ 15.000,00
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP 69135- 000	R$ 15.000,00
URUCARÁ	Rua Coronel Pinto, s/nº Aparecida CEP: 69130-000	R$ 15.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de

atendimento pelo primeiro colocado da Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Entregar os produtos de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga/descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Segunda. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no endereço indicado pela CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quarta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** julgar necessário;

Subcláusula Quinta. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sexta. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação efetivada, sob pena de decair o direito à contratação.

I - Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes poderão ser convocados para celebrar o ajuste, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da Contratante, na forma revista no art. 73 da Lei n.° 8.666/93, observando-se as disposições constantes do **Item 7** d o **Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**.

Subcláusula Primeira. O prazo para início dos serviços será de, no máximo, **05 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados** contados da entrega da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O **PRAZO DE GARANTIA** sobre os produtos e serviços deverá ser de, no mínimo, **5 (cinco) anos**, contados a partir da data do recebimento definitivo, nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Terceira. A **CONTRATADA** é obrigada a fornecer, além dos materiais especificados e mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte.

Subcláusula Quarta. A execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material deverão ser feitos de modo a não prejudicar a circulação de pessoas, os serviços e o fluxo normal de veículos, observando-se sempre a máxima segurança contra acidentes.

Subcláusula Quinta. O recebimento dos produtos/serviços será realizado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC**, na forma prevista no art. 73 da Lei no 8.666/93, mediante Nota de Entrega ou documento equivalente, que deverá conter apenas os materiais e/ou

serviços nas quantidades efetivamente solicitadas e entregues.

Parágrafo Sexta. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos equipamentos não constitui aceitação dos mesmos.

Subcláusula Sétima. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO ou DEFINITIVO do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto desta Ata.

Subcláusula Oitava. A descoberta de defeitos, falhas ou imperfeições ocultas que impeçam ou reduzam a usabilidade dos materiais, verificados após o seu pagamento, implicará na obrigação da contratada de substituí-los/refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação pelo MP/AM. Por ocasião da substituição, a contratada procederá à retirada do material objeto da comunicação.

Subcláusula Nona. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo se a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Décima. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a trinta dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

I – A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **Procuradoria Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões de Regularidade para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão de Regularidade Trabalhista e perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

II – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = ___i___ = I = ___6/100__ = I = 0,00016438

365 365

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

Subcláusula Quarta. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o

inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Primeira. Será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, sem justificativa aceita pela Administração:

a) cometer fraude fiscal;

b) apresentar documento falso;

c) fizer declaração falsa;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

f) não assinar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;

h) não mantiver a proposta.

Subcláusula Segunda. Para os fins da subcondição da alínea "d", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula Terceira. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I – Advertência;
II – Multas percentuais, nos termos estabelecidos no Edital;
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei nº. 8.666/93;
V - Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Subcláusula Quarta. Se a contratada, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, sem prejuízo daquelas previstas no Acordo de Níveis de Serviço, Item 14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

a) Multa correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, o vencedor não enviar os documentos solicitados para fins de cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas – SEFAZ/AM, na forma prevista no edital.

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta quando, sem justificativa aceita pela Administração, o vencedor não mantiver a proposta apresentada na sessão pública;

Subcláusula Quinta. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA cumulativamente às de multa, as quais, por sua vez, poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.
Subcláusula Sexta. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada (se houver), além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
Subcláusula Sétima. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.
Subcláusula Oitava. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA IRREAJUSTABILIDADE DE PREÇOS

Os preços constantes da presente Ata de Registro de Preços não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência, ressalvado o previsto na CLÁUSULA NONA supra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

O Ordenador de Despesas da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA delega competência aos servidores responsáveis pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** e **SETOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL - SCMP** para, em conjunto, solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, conforme as seguintes atribuições:

SCMP: realizar pedidos de compra de fechaduras, portas, remanejamento e outros compatíveis com a atividade de manutenção de material já existente.
DEAC: realizar pedidos de compra para execução de novos projetos (ampliação/layout).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES:

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

a) Administrar a presente Ata; e

b) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

Subcláusula Segunda: Compete às Entidades Participantes destinatários:

a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado;

c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei; e

d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira: Compete à CONTRATADA, além daquelas previstas no **Item 8** do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital, as seguintes obrigações:

a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, os materiais relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços;
b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para recebimento, nos termos do edital parte integrante desta Ata de Registro de Preços;
c) Prestar/Entregar/instalar/remanejar os materiais/serviços no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do edital;
d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais/serviços e ao cumprimento das demais

obrigações assumidas nesta Ata;
e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas; e
f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; e

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira. a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Segunda. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá, ou não, contratar o objeto deste instrumento;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Para fins de efetivo controle sobre a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, as PARTES adotam o Acordo de Níveis de Serviço, a ser apurado mensalmente, conforme as definições do **Item 14** do **Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, parte integrante do Edital da licitação que deu origem ao presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Subcláusula Primeira. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.ºXXX/2023-CPL/MP/PGJ-SRP** e a(s) proposta(s) do(s) Fornecedor(es).

Subcláusula Segunda. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira. Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta. Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões

decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 322/2007, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus, de novembro de 2023

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

RAZÃO SOCIAL
CNPJ Nº XXXX
REPRESENTANTE LEGAL: XXXX
CPF n.º XXX

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA

Representante Legal

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Grupo	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Global Estimado	Desconto (%)
I	Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	Mensal	12	**R$ 2.100.000,00**	XXX

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: _____
2. **Prazo de Execução dos Serviços**: O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.
3. **Prazo de Garantia dos Serviços:** O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.
4. **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta corrente*);
5. **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*
6. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6.,

para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)

(*nome do representante legal pela empresa*)

(*CPF do representante legal*)

Observação: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

ANEXO VI

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ *de* _____ *de* _____

À

Diretoria de Orçamento e Finanças

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

69037- 473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa

Nome completo e CPF do Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 21/11/2023, às 08:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1189345** e o código CRC **D1BD5999**.

DESPACHO Nº 96.2023.CPL.1193454.2023.010235

Objeto: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses.

Trata-se dos autos do Procedimento Interno nº 2023.010235, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do Memorando Nº 281.2023.DEAC.1105606.2023.010235, exarado pelo senhor **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, datado de 31/07/2023.

O detalhamento do objeto foi realizado por intermédio do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, tendo sido aprovado pela Exma. Sra. Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, via Despacho Nº 901.2023.01AJ-SUBADM.1108922.2023.010235.

Em seguida, os autos foram remetidos ao Setor de Compras e Serviços – SCOMS, em 02/08/2023, para providências. Tendo o Setor de Compras e Serviços – SCOMS colhido pesquisa de mercado aos autos, emitiu-se, em 10/08/2023, o Quadro - Resumo do Processo de Compra Nº 255.2023.SCOMS.1114472.2023.010235, e remete-se os autos à DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF, na mesma data.

Nessa linha, a DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF confeccionou a Nota de Autorização de Despesas / Adjudicação -NAD Nº 394.2023.DOF - ORÇAMENTO.1159131.2023.010235, datada de 30/10/2023.

Por sua vez, a DCCON elaborou a Minuta de Contrato Administrativo Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235, datada de 16/11/2023.

Ao receber os autos, esta CPL, considerando as nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, confeccionou **Minuta de Edital Nº 52.2023.CPL.1189345.2023.010235**, **cujo critério de seleção é pelo MAIOR DESCONTO, com modo de disputa "ABERTO".**

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Processo em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, a fim de cumprir o disposto no artigo 53 da Lei n.º 14.133/21 e art. 37, *caput* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo(a) Ordenador(a) de Despesas das **MINUTAS DE EDITAL Nº 52.2023.CPL.1189345.2023.010235** e de **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235**, já acostadas aos autos.

Manaus, na *data da assinatura eletrônica*.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 183/2023- DOMPE, Ed. 2643, de 12.07.2023

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 21/11/2023, às 08:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1193454** e o código CRC **9D51323A**.

PARECER Nº 343.2023.01AJ-SUBADM.1195889.2023.010235

PROCESSO N° 2023.010235

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.

EMENTA: ADMINISTRATIVO - PARECER OBRIGATÓRIO - ARTIGO 38 DA LEI N° 8.666/93 E ARTIGO 37, CAPUT DA CRFB/88 - **ANÁLISE JURÍDICA DA MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO E DE MINUTA DE CONTRATO** - REQUISITOS LEGAIS OBSERVADOS - ELEMENTOS FORMAIS E MATERIAIS OBRIGATÓRIOS PRESENTES - **PARECER PELA APROVAÇÃO**.

I. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo iniciado através do **MEMORANDO Nº 281.2023.DEAC** (1105606), da lavra da **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC**, por meio do qual encaminhou o **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas.

O Demandante justificou a contratação no que segue:

> **2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**
>
> 2.1 A contratação objeto deste Projeto Básico justifica-se pelo fato de que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, faz-se premente a estruturação e manutenção de todas as suas unidades organizacionais para o desenvolvimento das atividades institucionais, bem como promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao *Parquet* amazonense.
>
> 2.2 No tocante à modalidade de licitação, adotou-se o procedimento do pregão, pois o serviço de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas **tem natureza de serviço comum, por possuir padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.**
>
> 2.3 Os serviços de manutenção predial possuem demandas frequentes, tendo em vista que as edificações estão constantemente em processo de deterioração e desgastes naturais. Ademais, a manutenção predial possui a característica de imprevisibilidade, não sendo possível o planejamento prévio completo e exato dos serviços necessários à manutenção das edificações.

O referido caderno processual fora encaminhado a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM que, por meio do **PARECER Nº 257.2023.01AJ-SUBADM** (1108768), opinou pela **APROVAÇÃO** do Projeto Básico indigitado, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas, de modo que os autos prosseguissem até seu desiderato, dado que atende todos os requisitos exigidos pela Lei nº 8.666/93, observados os princípios norteadores da Administração Pública.

Ato contínuo, a referida peça opinativa fora acolhida pelo **DESPACHO Nº 901.2023.01AJ-SUBADM** (1108922), sendo determinado o prosseguimento do feito com a remessa dos autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, à Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF e à Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências de estilo.

Em atenção ao determinado, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, através do **MEMORANDO Nº 499.2023.SCOMS** (1114470), informou que acolheu o valor total estimado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, conforme versam os Anexos I, II e III (doc. 1104140 1104157 1104162, respectivamente) baseado no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI e nos índices Bonificações e Despesas Indiretas — BDI. Desta feita, os serviços elencados no Projeto Básico (doc. 1049184) e os valores esmiuçados no Anexo I (doc. 1104140) serviram de base para a elaboração do **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 255.2023.SCOMS** (1114472), com valor global estimado de **R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais).**

Em seguida, os autos foram encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF que, por meio da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 394.2023.DOF - ORÇAMENTO** (1159131) e encaminhou à Comissão Permanente de Licitação.

Por sua vez, a CPL encaminhou o presente caderno processual à Divisão de Contratos e

Convênios – DCCON para, caso compartilhado o entendimento da Comissão, verificasse a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica.

Dando continuidade à instrução processual, a Divisão de Contratos e Convênios, por meio do **MEMORANDO Nº 1459.2023.DCCON** (1189682), realizou a juntada da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON** (1189678) para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas.

Por fim, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do **DESPACHO Nº 96.2023.CPL** (1193454), confeccionou a **MINUTA DE EDITAL Nº 52.2023.CPL** (1189345), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

É o relatório. Passo a opinar.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

1. DO CUMPRIMENTO DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

Ab initio, importante destacar que, em regra, a aquisição de bens e serviços pelo Poder Público depende de prévio procedimento licitatório, o que decorre, expressamente, do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e, implicitamente, do princípio da isonomia, além dos princípios administrativos da impessoalidade e da moralidade.

> **Art. 37. A administração pública direta e indireta** de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte**:
>
> **XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, **compras** e alienações **serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (*grifo*)

Sobre o tema, o professor Marçal Justen Filho traz uma interpretação relevante do artigo supracitado, no que tange à prévia licitação e a contratação direta:

> A Constituição acolheu a presunção de que **prévia licitação produz a melhor contratação – entendida como aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância do princípio da isonomia**. Mas a própria Constituição se encarregou de limitar tal presunção, facultando contratação direta (sem licitação) nos casos previstos por lei. (*grifo*)

Na lição de Celso Antonio Bandeira de Mello em Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.):

> Licitação é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.

Tal procedimento administrativo visa garantir a observância de tratamento igualitário entre os interessados, a seleção da proposta mais vantajosa e o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93, que trata de normas gerais para a licitação e contratos administrativos, *in verbis*:

> **LEI Nº 8.666/93**
>
> **Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**. (*grifo*)

Como leciona Hely Lopes Meirelles:

> a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

O autor continua que "*na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza*".

Por sua vez, o Poder Público, na forma da Carta Republicana, deve pautar-se também pelo princípio da impessoalidade e da moralidade administrativa.

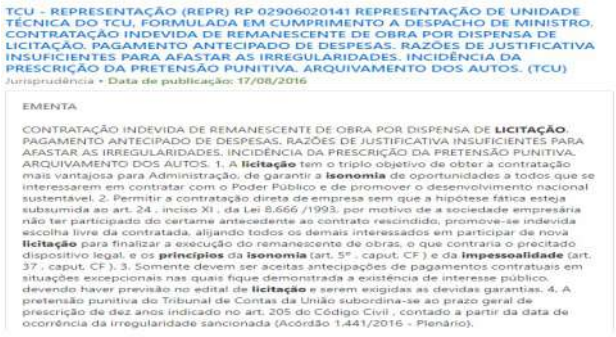
Nesse sentido, Hely Lopes Meireles resume seu entendimento:

> O princípio da impessoalidade referido na Constituição Federal nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador que só pratique o ato para seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente com objetivo do ato de forma impessoal. (MEIRELES, Hely Lopes, 2007)

O princípio da impessoalidade estabelece o dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados aos particulares no exercício da função administrativa. Além do mais, possui outro aspecto importante, a atuação dos agentes públicos é imputada ao Estado, portanto, as realizações não devem ser atribuídas à pessoa física do agente público, mas à pessoa jurídica estatal a que estiver ligado.

O que deve ser levado em conta no princípio da moralidade administrativa é a boa-fé dos atos praticados pelo administrador público. Como leciona Maria Silvia Di Pietro, "o princípio deve ser observado não apenas pelo administrador, mais também pelo particular que se relaciona com administração pública". (DI PIETRO, Maria Silvia, 2000).

Ademais, acerca da necessária observância dos princípios pela Administração Pública na realização da licitação, vejamos como leciona a jurisprudência do TCU:



TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR) RP 02906020141 REPRESENTAÇÃO DE UNIDADE TÉCNICA DO TCU, FORMULADA EM CUMPRIMENTO A DESPACHO DE MINISTRO. CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE REMANESCENTE DE OBRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. PAGAMENTO ANTECIPADO DE DESPESAS. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS IRREGULARIDADES. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. (TCU)

Jurisprudência - Data de publicação: 17/08/2016

EMENTA

CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE REMANESCENTE DE OBRA POR DISPENSA DE **LICITAÇÃO**. PAGAMENTO ANTECIPADO DE DESPESAS. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS IRREGULARIDADES. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 1. A **licitação** tem o triplo objetivo de obter a contratação mais vantajosa para Administração, de garantir a **isonomia** de oportunidades a todos que se interessarem em contratar com o Poder Público e de promover o desenvolvimento nacional sustentável. 2. Permitir a contratação direta de empresa sem que a hipótese fática esteja subsumida ao art. 24 , inciso XI , da Lei 8.666 /1993, por motivo de a sociedade empresária não ter participado do certame antecedente ao contrato rescindido, promove-se indevida escolha livre da contratada, alijando todos os demais interessados em participar de nova **licitação** para finalizar a execução do remanescente de obras, o que contraria o preceitado dispositivo legal, e os **princípios** da **isonomia** (art. 5º , caput, CF) e da **impessoalidade** (art. 37 , caput, CF). 3. Somente devem ser aceitas antecipações de pagamentos contratuais em situações excepcionais nas quais fique demonstrada a existência de interesse público, devendo haver previsão no edital de **licitação** e serem exigidas as devidas garantias. 4. A pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União subordina-se ao prazo geral de prescrição de dez anos indicado no art. 205 do Código Civil , contado a partir da data de ocorrência da irregularidade sancionada (Acórdão 1.441/2016 - Plenário).

Portanto, depreende-se que o processo licitatório tem como objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Dessa forma, a contratação pretendida justifica-se na medida em que os serviços previstos no **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184) são indispensáveis ao Ministério Público do Estado do Amazonas – MP/AM, uma vez que a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram este *Parquet* é necessária para promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao Ministério Público do Estado do Amazonas.

2. DA NATUREZA DO OBJETO LICITADO E DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO ESCOLHIDA

A Lei Federal n.º 10.520/02 instituiu o Pregão como modalidade de licitação tendente à aquisição de "*bem ou serviço comum*", definido pelo parágrafo único, do seu art. 1º, como, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

> **Art. 1.º** Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.
>
> **Parágrafo único.** Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Na realidade, a norma, ao restringir o âmbito de aplicação do Pregão, objetiva viabilizar a realização de um procedimento mais simples para aquisição de bens e serviços razoavelmente padronizados, possibilitando à Administração negociar o melhor preço, sem comprometer a viabilidade da proposta.

Dessa maneira, a modalidade escolhida é adequada, uma vez caracterizado o objeto do certame como serviço comum e, consequentemente, consideram-se presentes todos os elementos obrigatórios do Edital, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 4.º da Lei n.° 10.520/02, art. 40 da Lei n.° 8.666/93, naquilo que é cabível, com o art. 9.° do Decreto n.° 3.931/01 e, no âmbito interno, com o art. 7.º do Ato PGJ n.º 389/07 (regulamentor do Pregão Presencial e Eletrônico).

2.1. DOS ATOS ESSENCIAIS AO PREGÃO

O Pregão é regido pela Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93.

Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002, que assim dispõe:

> I - **a autoridade competente justificará a necessidade de contratação** e **definirá o objeto do certame**, **as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento**;
>
> II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
>
> III - **dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I** deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e
>
> IV - **a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio**, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. (*grifo*)

Ademais, o art. 21 do Decreto n.° 3.555/00, elenca todos os atos essenciais a realização do Pregão:

> **Art. 21.** Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:
>
> I - justificativa da contratação;
>
> II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
>
> III - planilhas de custo;
>
> IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;
>
> V - autorização de abertura da licitação;
>
> VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
>
> VII - parecer jurídico;
>
> VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
>
> IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
>
> X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;
>
> XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e
>
> XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

De logo, constata-se a presença de todos os pressupostos necessários ao prosseguimento do feito.

2.2 DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Registro de Preços é mecanismo disponibilizado por lei à Administração Pública, para que, depois de um regular procedimento licitatório, possa adquirir bens ou serviços que atendem às suas demandas de rotina.

A Administração, sempre que necessitar de bens como os que se pretende adquirir, poderá deflagrar um procedimento licitatório, na modalidade pregão e após a escolha da proposta mais vantajosa, elaborará uma ata, donde constarão os preços dos produtos (ou dos serviços) a serem adquiridos, fornecidos pelo licitante vencedor do certame, ou daqueles cujos preços venham a constar na ata, quando escolhido mais de um licitante.

Não se quer dizer com isso, todavia, que a constituição dessa ata implique imediata celebração de um contrato entre a Administração e o vencedor do certame, ou de um daqueles que também eventualmente componham a ata.

O referido procedimento decorre de uma interpretação sistemática do art. 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do disposto Decreto Federal n.º 7.892/2013, que regulamentou o dispositivo supracitado.

Aspecto que também merece registro, diz respeito à validade dessa ata de registro de preços, cujo prazo, **que não poderá ser superior a 12 (doze) meses**, incluindo-se eventuais prorrogações, está disciplinado pelo art. 12, do Decreto n.º 7.892/2013, e pelo art. 15, § 3.º, III, da Lei n.º 8.666/1993.

Cotejando, pois, os dispositivos supramencionados com a realidade contida nos autos do processo sob exame, verifico que o caso é perfeitamente subsumível à hipótese do inciso I, do art. 3.º, do Decreto n.º 7.892/2013, de tal modo que a Administração poderá constituir sua própria ata de registro de preços, depois de concluído o regular procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico.

2.3. DA MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Conforme exposto alhures, o certame licitatório é um procedimento prévio de seleção por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente estabelecidos, isonômicos, abertos ao público e fomentadores da competitividade, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um contrato (Ronny Charles Lopes de Torres, Lei de Licitações Públicas Comentadas. Salvador: Juspodivm. 2018. P. 44).

Desta feita, o edital é "*ato pelo qual a Administração divulga a abertura da concorrência, fixa os requisitos para participação, define o objeto e as condições básicas do contrato e convida a todos os interessados para que apresentem suas propostas* " (Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Direito Administrativo, 2014. P. 423).

Portanto, conclui-se que o Edital é o instrumento adequado para que a Administração Pública tenha êxito em atingir os objetivos impostos pelo Regime Jurídico Administrativo, bem como trazer segurança jurídica a avença. Assim, consoante salienta José dos Santos Carvalho Filho "*o edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes*".

Esse entendimento está consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, como se pode aferir, *in verbis*: "*(...) o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se 'estritamente' a ele.*" (REsp. nº 421.946/DF, 1ª T., rel. Min, Francisco Falcão, j. em 7.02.2006, DJ em 6.3.2006, p. 163).

Outrossim, é a redação do artigo 41, da Lei 8.666/93, que disciplina as matérias de Licitações e Contratos Administrativos: "*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*".

Ademais, o Edital é o instrumento convocatório do cotejo, cabendo a ele dispor acerca das condições e regras de habilitação, critérios de julgamento, bem como definir as penalidades a serem cominadas, a forma de pagamento, dentre outros aspectos. Assim, cumpre-lhe atribuir mecanismos que assegurem e promovam a máxima competitividade e a igualdade entre os licitantes, de maneira que o resultado do certame seja o mais efetivo e legítimo aos interesses da Administração Pública.

In casu, considero presentes todos os elementos obrigatórios desse instrumento, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 4.º da Lei n.° 10.520/02, art. 40 da Lei n.° 8.666/93, naquilo que é cabível, com o art. 9.° do Decreto n.° 7.892/2013, Decreto Federal n.º 10.024/2019, e, no âmbito interno, com o art. 7.º do Ato PGJ n.º 389/07 (regulamenta o Pregão Presencial e Eletrônico).

2.4. DA MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em decorrência da utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP, entendido como o conjunto de procedimentos para catalogação formal de preços relativos às contratações futuras almejadas pela Administração Pública, firma-se uma Ata de Registro de Preços – ARP com o(s) fornecedor(es) vencedor(es) do certame.

Tal documento sacramenta um compromisso entre as partes para contratação futura, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas.

A legislação não estabelece as cláusulas necessárias de uma ARP, no entanto, a doutrina de escol se encarregou disso, estabelecendo a importância de ata conter, no mínimo:

1) Qualificação dos fornecedores cujos preços foram registrados;

2) Objeto licitado e seus detalhamentos;

3) Condições de execução do objeto e obrigações acessórias;

4) Preço unitário e, se for o caso, o valor do lote;

5) Órgão gerenciador e eventuais órgãos participantes; e

6) Prazo de validade da Ata.

Verifico, dessarte, que as cláusulas tidas como essenciais à continuidade do certame se fazem presentes no instrumento confeccionado pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, tendo sido bem delineada a pretensão compromissória de seu objeto, bem como há clareza nas cláusulas ditas obrigacionais, bem como as sanções aplicáveis em caso de possível inadimplemento.

3. DA ANÁLISE DA MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Sabe-se que, em regra, as contratações administrativas devem ser celebradas mediante termo de contrato no qual se vejam formalmente insculpidas todas as cláusulas essenciais relacionadas no art. 55 da Lei n° 8.666/93 e eventuais normas correlatas.

Isto posto, destaca-se que o art. 55 da Lei n° 8.666/03 elenca as seguintes cláusulas necessárias para celebração de uma avença sob o regime de direito público:

> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
>
> I - o objeto e seus elementos característicos;
>
> II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
>
> III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo

> pagamento;
>
> IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
>
> V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
>
> VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
>
> VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
>
> VIII - os casos de rescisão;
>
> IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
>
> X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
>
> XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
>
> XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
>
> XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

No mesmo sentido, manifesta-se a Corte Federal de Contas ao se referir ao dever da Administração de observar os requisitos do contrato:

> Observe a necessidade de apresentação de cláusulas contratuais específicas e precisas, sobretudo quanto à definição do objeto da avença, do preço acordado, do tempo de execução e da atualização monetária do negócio jurídico, vedada a possibilidade de sub-rogação do pacto, conforme exigem os arts. 40, incisos XI e XIV, alíneas 'c' e 'd', 54, 55, caput, inciso III, 56, 61, 72 e 78, inciso VI, todos da Lei nº 8.666/1993. (ACÓRDÃO 1837/2009, PLENÁRIO).
>
> Defina o objeto de forma precisa, suficiente e clara, não se admitindo discrepância entre os termos do edital, do termo de referência e da minuta de contrato, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame, em atendimento aos arts. 3º, inciso II, e 4º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 8º, inciso I do Decreto nº 3.555/2000. (ACÓRDÃO 531/2007, PLENÁRIO).

Após análise da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON** (1189678), verifico que todos os elementos contratuais necessários a respaldar com segurança a avença encontram-se presentes, não havendo óbice a sua aprovação.

4. DA (NÃO)EXCLUSIVIDADE DO CERTAME LICITATÓRIO A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NO CASO CONCRETO

Com o advento da Lei Complementar n.º 123/2006 (alterada posteriormente pela Lei Complementar n.º 147/2014) que instituiu o Estatuto Nacional das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), destinou-se a estas a exclusividade de participação em expediente licitatório nas contratações cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme se extrai de seu artigo 48, I:

> Art. 48 – Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
>
> I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos **itens** de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

A partir de 05 de janeiro de 2016 passou a viger o Decreto n. º 8.538/2015 (Decreto Federal que se aplica subsidiariamente à administração pública estadual e municipal) norma que favorece tais pessoas jurídicas, conforme diretriz constitucional de redução de desigualdades existentes entre tais empresas e outros tipos societários, estímulo da economia regional/local e criação de novos postos de trabalho e que repercute também nas suas letras o limite de R$ 80.000,00 para aplicação da licitação exclusiva a ME e EPP (artigo 6º), ratificando os termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

Nesse sentido, é importante salientar a redação do art. 49, da Lei Complementar n.º 123/2006, *in verbis*:

> Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
>
> (...)
>
> III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Desta feita, tem-se que a situação fática em análise amolda-se perfeitamente à legislação de referência. Evidencia-se, por oportuno, que a adoção desta medida não irá tolher o direito dos empreendimentos que detêm tal classificação de participar do certame, haja vista que a medida apenas tenta evitar situações passadas que prejudicaram o interesse público e o bom funcionamento deste Órgão Ministerial.

Compulsando os autos, verifica-se que objeto a ser licitado **ultrapassa** o valor limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), portanto, correta está a *não aplicação* da regra da exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte pela i. Comissão Permanente de Licitação - CPL.

5. CONCLUSÃO

Ex positis, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **MINUTA DE EDITAL Nº 52.2023.CPL** (1189345), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, para formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior; bem como da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON** (1189678), considerando a presença dos requisitos exigíveis.

Destaca-se que a presente contratação está sendo realizada com base na Lei nº 8.666/93 e alterações, considerando que utiliza como fundamentação o referido diploma legal, motivo pelo qual a manifestação desta Assessoria Jurídica será baseada nos referidos diplomas legais.

Por fim, importante destacar que, apesar da Medida Provisória n° 1167/2023 ter perdido a sua vigência em 28/07/2023 em virtude da ausência de sua apreciação pelo Congresso Nacional no prazo de cento e vinte dias, a caducidade é irrelevante relativamente à previsão quanto à alteração da redação do inciso II do art. 193. Assim se passa porque a Lei Complementar 198 já havia revogado aquele dispositivo, ou seja, permanece a prorrogação até 30 de dezembro a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei º 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

É o parecer que submento à apreciação de Vossa Excelência.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus/AM, 22 de Novembro de 2023.

DÉBORAH TRAJANO CORRÊA CASTELLO BRANCO

Assessora Jurídica

Documento assinado eletronicamente por **Déborah Trajano Correa Castello Branco**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 22/11/2023, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1195889** e o código CRC **403FBDD8**.

DESPACHO Nº 1386.2023.01AJ-SUBADM.1196038.2023.010235

Trata-se de procedimento administrativo iniciado através do **MEMORANDO Nº 281.2023.DEAC** (1105606), da lavra da **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC**, por meio do qual encaminhou o **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas.

O Demandante justificou a contratação no que segue:

> **2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**
>
> 2.1 A contratação objeto deste Projeto Básico justifica-se pelo fato de que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** , para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, faz-se premente a estruturação e manutenção de todas as suas unidades organizacionais para o desenvolvimento das atividades institucionais, bem como promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao *Parquet* amazonense.
>
> 2.2 No tocante à modalidade de licitação, adotou-se o procedimento do pregão, pois o serviço de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas **tem natureza de serviço comum, por possuir padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.**
>
> 2.3 Os serviços de manutenção predial possuem demandas frequentes, tendo em vista que as edificações estão constantemente em processo de deterioração e desgastes naturais. Ademais, a manutenção predial possui a característica de imprevisibilidade, não sendo possível o planejamento prévio completo e exato dos serviços necessários à manutenção das edificações.

O referido caderno processual fora encaminhado a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM que, por meio do **PARECER Nº 257.2023.01AJ-SUBADM** (1108768), opinou pela **APROVAÇÃO** do Projeto Básico indigitado, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas, de modo que os autos prosseguissem até seu desiderato, dado que atende todos os requisitos exigidos pela Lei n° 8.666/93, observados os princípios norteadores da Administração Pública.

Ato contínuo, a referida peça opinativa fora acolhida pelo **DESPACHO Nº 901.2023.01AJ-SUBADM** (1108922), sendo determinado o prosseguimento do feito com a remessa dos autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, à Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF e à Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências de estilo.

Em atenção ao determinado, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, através do **MEMORANDO Nº 499.2023.SCOMS** (1114470), informou que acolheu o valor total estimado pela

Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, conforme versam os Anexos I, II e III (doc. 1104140 1104157 1104162, respectivamente) baseado no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI e nos índices Bonificações e Despesas Indiretas — BDI. Desta feita, os serviços elencados no Projeto Básico (doc. 1049184) e os valores esmiuçados no Anexo I (doc. 1104140) serviram de base para a elaboração do **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 255.2023.SCOMS** (1114472), com valor global estimado de **R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais).**

Em seguida, os autos foram encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF que, por meio da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 394.2023.DOF - ORÇAMENTO** (1159131) e encaminhou à Comissão Permanente de Licitação.

Por sua vez, a CPL encaminhou o presente caderno processual à Divisão de Contratos e Convênios – DCCON para, caso compartilhado o entendimento da Comissão, verificasse a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica.

Dando continuidade à instrução processual, a Divisão de Contratos e Convênios, por meio do **MEMORANDO Nº 1459.2023.DCCON** (1189682), realizou a juntada da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON** (1189678) para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas.

Em seguida, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do **DESPACHO Nº 96.2023.CPL** (1193454), confeccionou a **MINUTA DE EDITAL Nº 52.2023.CPL** (1189345), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

Após exame dos referidos documentos, considerando a presença dos requisitos exigíveis, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 343.2023.01AJ-SUBADM** (1195889), manifestou-se conclusivamente da seguinte maneira:

> **5. CONCLUSÃO**
>
> *Ex positis,* esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **MINUTA DE EDITAL Nº 52.2023.CPL** (1189345), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, para formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior; bem como da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON** (1189678), considerando a presença dos requisitos exigíveis.
>
> Destaca-se que a presente contratação está sendo realizada com base na Lei nº 8.666/93 e alterações, considerando que utiliza como fundamentação o referido diploma legal, motivo pelo qual a manifestação desta Assessoria Jurídica será baseada nos referidos diplomas legais.
>
> Por fim, importante destacar que, apesar da Medida Provisória n° 1167/2023 ter perdido a sua vigência em 28/07/2023 em virtude da ausência de sua apreciação pelo Congresso Nacional no prazo de cento e vinte dias, a caducidade é irrelevante relativamente à previsão quanto à alteração da redação do inciso II do art. 193. Assim se passa porque a Lei Complementar 198 já havia revogado aquele dispositivo, ou seja, permanece a prorrogação até 30 de dezembro a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei º 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

Assim sendo, pelos fatos e fundamentos carreados aos presentes autos, **ACOLHO** na íntegra a peça opinativa supracitada e, por conseguinte, **APROVO** a **MINUTA DE EDITAL Nº 52.2023.CPL** (1189345), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, para formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior; bem como da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON** (1189678), considerando a presença dos requisitos exigíveis.

Por fim, considerando que os presentes documentos estão utilizando como fundamento a Lei n° 8.666/1993 e a Lei nº. 10.520/2002, considerando ainda que o ordenamento jurídico encontra-se no período de transição entre a antiga e a nova lei de licitações, bem como a orientação contida nos Comunicados n° 10/2022 e n° 13/2022 da SEGES/ME, entende-se que deve ser observado como marco temporal a publicação do edital ou do aviso da contratação direta para garantir a ultratividade do regime antigo, sob pena de necessária retificação para readequação ao ditames da Nova Lei de Licitações.

À Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências de estilo.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am), na data de assinatura digital.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Promotora de Justiça de Entrância Final
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 22/11/2023, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1196038** e o código CRC **FF143B7C**.

ATO Nº 183/2023/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 26.03.2007, que estabelece normas para constituição da Comissão Permanente de Licitação, no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO a previsão expressa no art. 7.º da Lei n.º 3.147, de 06.07.2007, publicada no DOE de 09.07.2007;

CONSIDERANDO as disosições do r. DESPACHO N.º 288.2023.02AJ-PGJ. 1089759.2023.014048, datado de 12 de julho de 2023;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1.º – DESIGNAR o servidor **CLEITON DA SILVA ALVES**, como Presidente, e os servidores **SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO**, **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS** e **FÁDIA VANESSA RODRIGUES BARBOSA GOMES**, Agentes de Apoio – Administrativo, em decorrência da experiência e capacitação técnica para, na qualidade de membros, comporem a Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, pelo mandato de 1 (um) ano.

Art. 2.º – DESIGNAR a servidora **SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO**, Agente de Apoio – Administrativo, para secretariar os trabalhos da Comissão ora composta.

Art. 3.º – INDICAR como substitutos eventuais as servidoras **THAINÁ SESTERHENN CHAVES** e **KÁTIA RENATA DA SILVA SILVESTRE**, Agentes de Apoio – Administrativo desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 4.º – DETERMINAR que os Pregoeiros Oficiais e Agentes de Contratação do Ministério Público sejam designados por ato próprio, podendo ser indicado, mediante Portaria, quem funcionará especificamente a cada pregão, assim como os membros da equipe de apoio.

Art. 5.º – Este Ato entrará em vigor a contar da data de 12 de julho de 2023.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2023.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 12/07/2023, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1090843** e o código CRC **1CA99ACA**.

2023.014048 1090843v3

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATO Nº 184/2023/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 277/2007, datado de 05.07.2007, que regulamentou a utilização da modalidade pregão, na forma presencial, no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5.º, do ATO PGJ N.º 345/2007, datado de 29.08.2007, que dispõe sobre a organização e as atribuições da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 183/2023/PGJ, de 12 de julho de 2023;

CONSIDERANDO o teor do art. 29, inciso VII e XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

RESOLVE:

NOMEAR, a contar de **12.07.2023**, os servidores **CLEITON DA SILVA ALVES** , Agente de Apoio – Administrativo e Presidente da Comissão Permanente de Licitação, **SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO**, Agente de Apoio – Administrativo e Membro-Secretário da Comissão Permanente de Licitação, e **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS**, Agente de Apoio – Administrativo e Membro da Comissão Permanente de Licitação, como Agentes de Contratação e Pregoeiros Oficiais do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 12 de julho de 2023.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Procurador-Geral e Justiça

Documento assinado eletronicamente por **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, **Procurador(a) - Geral de Justiça**, em 12/07/2023, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1090844** e o código CRC **8355D640**.

ATO PGJ-CPJ-184/2023 (0090149483) SEI 2023.014048 / pg. 139

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2023.010235,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2023.010235

Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE

Abertura das propostas: às 10 horas do dia **07/12/2023** (horário de Brasília).

Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO

Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/

Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br/

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério*

Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e Anexos.

2.2. A licitação será realizada em **Lote Único**, consoante as especificações constantes do **ITEM 3 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, Anexo I e parte integrante deste Edital.

2.3. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e seus anexos, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235, Anexo II deste Edital.

2.4. Os materiais deverão ser de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, de boa qualidade, a fim de garantir a sua perfeita utilização e durabilidade, sob pena de ser recusado o seu recebimento.

2.5. Definições quanto à cor e tamanho serão definidos pela fiscalização.

2.6. DA VISTORIA - poderá o pretenso licitante realizar facultativamente, sob o acompanhamento de representante da PGJ-AM, vistoria às unidades da Procuradoria-Geral de Justiça, para perfeito conhecimento do objeto licitado, a fim de tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações para subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame, nos termos do ITEM 6 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I deste Edital**.**

2.6.1. A vistoria deverá ser realizada por técnico devidamente credenciado pela empresa licitante, mediante a apresentação de documento conforme modelo previsto no Anexo IV ao Projeto Básico - CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA.

2.6.2. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar Atestado de Vistoria, a ser assinado por representante da PGJ-AM, conforme modelo do Anexo V ao Projeto Básico - ATESTADO DE VISITA TÉCNICA.

2.6.2.1. O referido atestado deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, junto à proposta de preços.

2.6.3. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma **Declaração de Dispensa de Vistoria** assinada pelo responsável legal, segundo o modelo Anexo III ao Projeto Básico - MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA.

2.6.3.1. A referida Declaração deverá ser apresentada junto à proposta de preços.

2.6.3.2. Vale ressaltar que não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução do objeto deste certame.

2.6.4. As visitas deverão ser previamente agendadas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no período de 9h às 15h (horário de Brasília), com a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULOS - DEAC,** pelo telefone 3655-0739.

2.7. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

1. Anexo I – Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235;

1.1 Anexo I do PB Nº 6.2023.DEAC - ENDEREÇO DAS UNIDADES MINISTERIAIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS;

1.2. Anexo II do PB Nº 6.2023.DEAC - COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO ABRANGIDOS PELA MANUTENÇÃO ITEM DESCRIÇÃO;

1.3. Anexo III do PB Nº 6.2023.DEAC - BDI;

1.4. Anexo IV do PB Nº 6.2023.DEAC - Modelo Credenciamento para Vistoria às instalações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça;

1.5. Anexo V do PB Nº 6.2023.DEAC - Modelo Atestado de Visita Técnica às instalações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça; e

1.6. Anexo VI do PB Nº 6.2023.DEAC - Modelo Declaração de Dispensa de Visita Técnica às instalações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça; e

2. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235;

3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

3. Anexo IV – Modelo de Declarações Complementares;

4. Anexo V – Modelo de Proposta de Preços; e

5. Anexo VI – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM. Programa 03.091.3234.1208.0001, Fonte 1.500.100.0.0000.0000, Elemento 3390.39.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão **interessados** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno

porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital, nos termos do art. 26, parágrafo 4.º, do Decreto n.º 10.024/2019.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico ***Comprasnet***, relativo às seguintes declarações:

5.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.7.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame

5.7.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que

microempresa, empresa de pequeno porte.

5.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

5.7.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.7.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.7.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos do Anexo III deste Edital.

5.7.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.7.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

6.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado para cada o lote/item.**

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável, o modelo/marca/fabricante, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

7.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 7.6 deste Edital.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

7.2.1. Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

7.2.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

7.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

7.3.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

7.3.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

7.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

7.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

7.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico

8.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema ***Comprasnet*** identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **MAIOR DESCONTO** do certame, observando-se o prazo previsto para duração do contrato.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,1%.

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. O **Critério de julgamento** adotado será o de **MAIOR DESCONTO**, aferido pelo **MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD) por proposta, decorrente da aplicação da fórmula abaixo, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI:**

$$\mathbf{ACD(\%) = [\ (100\text{-}TR\%) + BDI\ (100\text{-}TR\%)\ ] - \frac{100}{100}}\ \text{, onde:}$$

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do **SINAPI** (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

8.21. A utilização da fórmula acima apresentada encontra-se detalhada no subitem 4.2 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I deste Edital.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. no País;

8.28.2. por empresas brasileiras;

8.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante e suas condições de participação no presente certame.

8.31. O pregoeiro, ainda, encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 2 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo V:**

9.2.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.2.1.1. Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

9.2.1.2. No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

9.2.1.3. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.2.2. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

9.2.3. Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, **no que couber**, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

9.2.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.2.5. **O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.**, conforme **ITEM 3.10** do **Projeto Básico N.º 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, Anexo I deste Edital;

9.2.6. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

9.2.7. Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

9.2.8. Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

9.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo IV do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, **devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato.**

f) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e

encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

9.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo V**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

10.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 10.4. deste Edital:**

10.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

10.2.2. Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

10.2.2.1. Considera-se **inexequível** a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.2.3. No momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema ***Comprasnet*** identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

10.3. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**

10.3.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

10.4.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, **limitado a 3 (três) oportunidades.**

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

10.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.

10.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

10.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

10.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.14. Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

10.15. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

11.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

11.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

11.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

11.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

11.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

11.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE

(Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

11.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

11.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

11.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

11.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

11.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 11.9.3. deste instrumento convocatório.

11.10. Relativos à Qualificação Técnica

11.10.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei n.º 5.194/66) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em cuja jurisdição se encontre sua sede;

11.10.1.1. Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM ou CAU/AM, o licitante deverá apresentar o registro devidamente vistado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução CONFEA nº 1.121, de 13/12/2019.

11.10.2. Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

11.10.2.1. Antes da assinatura do contrato, o licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar "visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA" que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is), por ele indicado para execução do(s) projeto(s).

11.10.2.2. O Responsável Técnico deverá possuir vínculo com a licitante, na data fixada para entrega dos envelopes Documentação de Habilitação e Propostas de Preços, entendendo-se como tal, para fins deste Edital:

a) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

b) o administrador ou o diretor;

c) o responsável técnico não sócio da empresa, que conste do quadro de Responsáveis Técnicos da Certidão de Registro referida no subitem 7.9.1, ou detentor de ART(Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) validada pelo respectivo conselho profissional para a data da licitação;

d) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social –CTPS assinada pela licitante ou no Livro de Registro de Empregados; ou

e) o prestador de serviços com contrato escrito vigente firmado com a licitante, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado;

f) declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

11.10.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, da seguinte forma:

11.10.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, em que fique comprovado que o LICITANTE executou, com fornecimento de todo o material e de mão de obra, obras ou serviços similares em vulto, complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente cotejo, assim entendidos:

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	Execução de cobertura em telha galvanizada	m²	350,00
02	Execução de forro de gesso acartonado	m²	150,00
03	Alvenaria de 1/2 vez	m²	150,00
04	Confecção de esquadria de alumínio	m²	75,00
05	Revestimento cerâmico aplicado em parede	m²	100,00
06	Revestimento cerâmico tipo porcelanato aplicado em piso	m²	250,00
07	Execução de piso intertravado	m²	350,00
08	Pintura Acrílica	m²	450,00
09	Execução de ponto de tomada elétrico (fiação, tomada e acessórios)	pt	45,00
10	Execução de ponto lógico RJ 45 CAT 06 (fiação, tomada e acessórios)	pt	30,00
11	Execução de ponto água fria (tubulações e conexões)	pt	15,00

11.10.3.2. Atestado(s) de qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região competente, que atenda(m) às características de porte e tecnologia e tenha compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, assim entendidos:

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	Execução de cobertura em telha galvanizada	m²	350,00
02	Execução de forro de gesso acartonado	m²	150,00
03	Alvenaria de 1/2 vez	m²	150,00
04	Confecção de esquadria de alumínio	m²	75,00
05	Revestimento cerâmico aplicado em parede	m²	100,00
06	Revestimento cerâmico tipo porcelanato aplicado em piso	m²	250,00
07	Execução de piso intertravado	m²	350,00
08	Pintura Acrílica	m²	450,00
09	Execução de ponto de tomada elétrico (fiação, tomada e acessórios)	pt	45,00

10	Execução de ponto lógico RJ 45 CAT 06 (fiação, tomada e acessórios)	pt	30,00
11	Execução de ponto água fria (tubulações e conexões)	pt	15,00

11.10.3.3. Os referidos atestados de Qualificação Técnico-Profissional deverão ser apresentados com o visto da Entidade Profissional correspondente ou na forma de Certidão de Acervo Técnico– CAT;7.

11.10.3.4. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

11.10.3.5. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

11.10.3.6. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

11.10.3.7. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este edital, tendo em vista o vulto da contratação, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

11.10.4. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros de sua equipe técnica que se responsabilizará pelo objeto desta licitação, devendo constar nessa equipe técnica o detentor do acervo referido no subitem 11.10.3.2.

11.10.4.1. A verificação da veracidade e exatidão das informações prestadas pelas licitantes quanto à equipe técnica listada para realização do objeto desta licitação, conforme exigência contida no subitem 11.10.3.2 poderá ser auxiliada por técnico(s) da Instituição ou outro especialmente designado para tanto.

11.10.4.2. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993;

11.10.4.3. No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

11.10.5. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, todas serão inabilitadas.

11.11. Disposições Gerais da Habilitação:

11.11.1. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

11.11.2. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

11.11.2.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

11.11.2.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.11.2.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

11.11.3. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 11.9.3 deste instrumento convocatório.

11.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e**

empresas de pequeno porte, lhes será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

11.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no item 25.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

11.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

11.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.19. Atendidas as exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

11.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

12.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

12.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 9h. às 15h. (horário Brasília).

12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

12.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

12.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

12.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

14.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

14.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 10.7, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. Após homologação do resultado desta licitação, a PGJ, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, convocará o vencedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes à assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.1.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito.

15.1.2 Para assinar a Ata de Registro de Preços, o representante legal da empresa deverá apresentar procuração e/ou contrato social e cédula de identificação.

15.1.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada.

15.1.4. O compromisso de fornecimento será formalizado mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

15.2. Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços ((§1º, do art. 48, do Decreto nº 10.024/2019).

15.3. Se o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-as as sanções legais cabíveis.

15.5. A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na ata de registro de preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

15.6. Na hipótese de a empresa vencedora ter seu registro cancelado ou não firmar a contratação no prazo e

condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do Edital. Nessa hipótese, a Administração deverá negociar com o fornecedor convocado quanto ao preço ofertado, visando manter as condições mais vantajosas do Registro de Preços.

15.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ.

15.8. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado;

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

15.8.1. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

15.9. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotora da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

16. DA VALIDADE, CONTROLE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A Ata de Registro de Preços terá a vigência de 1 (um) ano, contados da publicação na Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso**.**

16.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, decorrentes das situações previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.2.1. Ainda que comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar novo processo licitatório.

16.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o PROPONENTE registrado será convocado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** para a devida alteração do valor registrado na Ata.

16.3. O PROPONENTE terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurando o contraditório e a ampla defesa:

16.3.1. A pedido, quando:

16.3.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

16.3.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições.

16.3.2. Por iniciativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, quando:

16.3.2.1. O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.3.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

16.3.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

16.3.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;

16.3.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

16.3.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na ata de registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes.

16.4. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a PROCURADORIAGERAL DE JUSTIÇA fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

16.5. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

16.5.1. Por decurso de prazo de vigência.

16.5.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

16.6. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo **SETOR DE COMPRAS E MATERIAIS – SCOMS**, que os valores constantes na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá:

16.6.1. Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados no mercado;

16.6.2. Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos 8.666/93, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pelo Ministério Público do Estado do Amazonas.

16.7. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega de bens ou serviços, sempre por escrito, deverão ser encaminhados com **antecedência mínima de 1 (um) dia do respectivo vencimento**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

16.8. Os pedidos de alteração de marca e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados **em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

16.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

16.10. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

16.11. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

16.12. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item, observarão os seguintes limites:

I - o quantitativo, por órgão ou entidade, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item registrado na ata de registro de preços; e

II - o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.13. Todas as comunicações com as empresas detentoras da Ata de Registro dar-se-ão por meio

dos *e-mails* e dados contidos, especialmente, na Proposta de Preços em conjunto ao SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

17.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira e exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

17.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP ou instrumento equivalente, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0**, e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

17.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

17.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

17.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no projeto básico.

17.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

18.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

18.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

18.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

18.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

18.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

18.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

18.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** , poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

18.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO**

PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

18.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

18.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

18.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

18.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações compreendias **nos itens 3, 5, 6 e 8 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, *Anexo I* a este Edital, bem como na **Minuta de Contrato Administrativo nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235,** *Anexo II,* serão também deveres da CONTRATADA:

19.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via e-mail, banco, agência e número da conta corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

19.4. Dos Prazos para Prestação dos serviços - O prazo para o início da execução dos serviços será de, no máximo, 5 dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados, contados da entrega da Ordem de Serviço, conforme Item 3.10 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235.

19.4.1. O prazo da prestação dos serviços objeto deste Pregão deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

19.5. DA GARANTIA CONTRATUAL - Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar garantia na forma e condições estabelecidas na Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 9 do Projeto Básico Nº**

6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Sétima** da **Minuta de Contrato Administrativo Nº 14.2023.DCCON.1010168.2022.018361,** *Anexo II* a este Edital.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com o **Item 11 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, bem como a **Cláusula Décima – Da Liquidação e do Pagamento** da Minuta de Contrato, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

21.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link https://www.mpam.mp.br/component/content/article/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.3. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema ***Comprasnet*** na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação. No entanto, caso a vencedora não realize o cadastro em até 5 (cinco) dias após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à

contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VI);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

22. DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS

22.1 Para fins de efetivo controle sobre a execução contratual, a CONTRATANTE adotará o **Acordo de Níveis de Serviço (ANS)**, a ser apurado e considerado para aplicação de sanções à CONTRATADA, cujos critérios estão estabelecidos no **Item 14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235** (Anexo I) e da **Cláusula Décima Oitava da Minuta Contratual (Anexo II)**, partes integrantes deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

23.1.3. apresentar documentação falsa;

23.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.6. não mantiver a proposta;

23.1.7. cometer fraude fiscal;

23.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

23.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

23.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 11.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

23.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

23.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pelo(a) PROCURADOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

23.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital e Anexos;

23.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

23.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

23.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as multas estabelecidas no Item **14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e nas Cláusulas Décima Sétima e Décima Oitava da Minuta de Contrato Administrativo Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235**, segundo a gravidade da falta.

23.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

23.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

23.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

23.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

23.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. Até o dia **01/12/2023, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no

horário de expediente da Instituição, **até às 15 horas (horário de Brasília) da data limite fixada** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 01/12/2023, 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, às 15 horas (horário de Brasília) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, até às 15 horas (horário Brasília) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h às 15 horas (horário de Brasília), na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deverá sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019.

25.3.2. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (preexistente), que deixou de ser juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da

proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (***TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021***).

25.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

25.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

25.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

25.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia

autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**.

25.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema ***Comprasnet***, prevalecerá o Edital.

25.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

25.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, 22 de novembro de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 183/2023- DOMPE, Ed. 2643, de 12.07.2023

- Documento assinado eletronicamente. Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE **MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA**, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO/ ENTIDADE PROPONENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MP/AM**

CNPJ: **04.153.748/0001-85**

ENDEREÇO: **AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 7995 – NOVA ESPERANÇA**.

CIDADE: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69.037-473**

DDD/FONE: (92) 3655-0500 DDD/FAX: (92) 3655-0763

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 A contratação objeto deste Projeto Básico justifica-se pelo fato de que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, faz-se premente a estruturação e manutenção de todas as suas unidades organizacionais para o desenvolvimento das atividades institucionais, bem como promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao *Parquet* amazonense.

2.2 No tocante à modalidade de licitação, adotou-se o procedimento do pregão, pois o serviço de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas **tem natureza de serviço comum**, **por possuir padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.**

2.3 Os serviços de manutenção predial possuem demandas frequentes, tendo em vista que as edificações estão constantemente em processo de deterioração e desgastes naturais. Ademais, a manutenção predial possui a característica de imprevisibilidade, não sendo possível o planejamento prévio completo e exato dos serviços necessários à manutenção das edificações.

3. DETALHAMENTO DO OBJETOO

3.1. Este Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para **manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

3.2. **O valor estimado da contratação é de R$ 2.100.000,00 (Um milhão e Setecentos e Sessenta mil reais).**

Local de prestação do serviço	Descrição do serviço	(A) Valor Estimado	(B)ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD
EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - **SINAPI**,	R$ 2.100.000,00	
VALOR GLOBAL *(valor resultante após aplicação desconto - ACD)*			R$

3.2.1 A quantidade de intervenções em cada edificação será levantada pela fiscalização limitando-se ao valor total.

3.2.2 “ACD” corresponde ao percentual de Acréscimo sobre Custo Direto (ACD) por item (região), cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI. Ver item 4.2

3.3 O valor estimado de contratação tem como base estudo preliminar realizado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo do Ministério Público do Estado do Amazonas, que prevê os custos a serem gastos nas unidades ministeriais existentes na capital e municípios do interior do

Estado do Amazonas. **O SINAPI estimado na planilha está com desoneração,** respeitando a legislação, a administração optou por este regime. **O mês de referência da tabela SINAPI será o anterior à data da licitação;**

3.4 O objeto previsto nesta contratação deverá ser executado em obediência à Resolução n.º 81, de 31 de janeiro de 2012 do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 24/02/2012, pág. 113 e 114, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências.

3.5. As condições e especificações de execução do objeto a ser contratado estão dispostas nos seguintes Cadernos, que integram este Projeto Básico:

1. Anexo I – Endereço das Unidades Ministeriais e Estimativa de Custos;
2. Anexo II – Componentes da Edificação Abrangidos pela Manutenção
3. Anexo III – Planilha de Composição do BDI;
4. Anexo IV – Credenciamento para Vistoria;
5. Anexo V - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica
6. Anexo VI - Modelo de Dispensa de Vistoria Técnica

3.5.1 Os anexos deverão ser fornecidos eletronicamente aos pretensos licitantes.

3.6. Todos os materiais empregados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, estar em fase normal de fabricação e observar às especificações deste documento e seus Cadernos e às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

3.6.1 Entende-se por primeira qualidade ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado;

3.6.2 Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução, serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da CONTRATADA;

3.6.3 Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal.

3.7 O BDI, Benefícios e Despesas Indiretas, conforme Anexo III, adotado pelo Ministério Público levam em conta todo o material, ferramentas e mão de obra para a execução dos serviços e média de preços pesquisados junto ao mercado.

3.8 Os valores propostos deverão incluir todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

3.9 O início dos serviços fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo contratado, recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-AM, nos termos dos art. 1o. e art. 2o. da Lei n.o 6.496/77.
2. Apresentação da Relação de Funcionários, identificados pelo nome completo, identidade e CPF;

3. Ordem de serviços autorizada pela Divisão de Engenharia do MPAM.

3.10 **O inicío dos serviços deverá ocorrer até 5 dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materias específicos a serem empregados.**

3.11 O prazo de vigência desta ATA será de 12 meses a conta da data de publicação.

3.10 ATIVIDADES RELACIONADAS AO OBJETO

3.10.1 O objeto da contratação consiste na prestação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, nos sistemas integrados às instalações prediais;

3.10.2 Os componentes de edificação abrangidos na manutenção são exemplificados e apontados na tabela constante do Anexo II e constituem

3.10.4. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços **no prazo fixado pela fiscalização, contado do recebimento da Ordem de Serviço**;

3.10.4.1 O prazo referido no presente item levará em conta, no mínimo, a quantidade e complexidade dos serviços demandados, bem assim a logística de acesso ao local da prestação.

3.10.5. A critério da fiscalização poderão ser fornecidos especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais a serem seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

3.10.6. Na execução das manutenções prediais, a definição do preço global dos serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI;

3.10.6.1. O levantamento dos preços deverá ser de acordo com os valores constantes da **tabela de referência (mês anterior ao da realização da licitação)**, considerando a base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI referente ao Estado do Amazonas;

3.10.7. **Nos casos em que a Tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, conforme abaixo**:

3.10.7.1. Adoção do sistema de preços do **SBC** do mesmo mês de referência da tabela SINAPI adotada na licitação, aplicando-se o menor percentual de acréscimo ofertado na licitação;

3.10.7.2. Caso não seja possível utilizar o SBC, deverá ser realizada pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser utilizado o menor preço entre as três cotações e sobre ela aplicar o mesmo percentual de acréscimo ofertado na licitação;

3.10.8. Deverão ser elaborados pela Fiscalização, previamente à emissão da Ordem de Serviço, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços, os seguintes documentos:

3.10.8.1. Memória de cálculo dos quantitativos;

3.10.8.2. Planilha de orçamento dos serviços a serem demandados

3.10.8.3. Planilha com as composições analíticas;

3.10.8.4. Cronograma físico-financeiro;

3.10.9. A Contratada deverá apresentar sua Proposta de Preços, em consonância com o percentual proposto na licitação e de acordo com os serviços demandados, em até 2 (dois) dias úteis da provocação por parte da fiscalização.

3.11 A formalização de instrumento contratual será obrigatória nos casos em que o orçamento elaborado ultrapassar o valor previsto na Lei n.º 8.666/93 para os serviços de engenharia que podem ser licitados sob a modalidade convite, bem assim quando o prazo de execução for superior a 30 (trinta) dias, e facultativa nos demais casos elencados no art. 62, da Lei n.º 8.666/93.

3.12 Os itens componentes do objeto do presente instrumento não poderão ser demandados para realização de obra de engenharia.

4. LICITAÇÃO

4.1 O procedimento para contratação do objeto será realizado mediante licitação na **modalidade PREGÃO**, no **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

4.2 **O tipo de licitação será o MENOR PREÇO GLOBAL**, apurado com base no critério de julgamento de **MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD) por proposta, decorrente da aplicação da fórmula a seguir, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI:**

$$ACD(\%) = [\ (100 - TR\%) + \frac{BDI\ (100 - TR\%)}{100}\ ] - 100$$, onde:

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do **SINAPI** (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

4.2.1 – Para maiores esclarecimentos, informamos que a fórmula indicada objetiva assegurar a proposta mais vantajosa para o MPAM, visto que contempla conjuntamente o abatimento proposto sobre a tabela SINAPI, bem como o BDI incidente, cujo resultado será o menor custo final para o serviço contratado.

Com efeito, a análise isolada do percentual de abatimento sobre a tabela SINAPI proposto pela licitante não assegura um menor dispêndio para o MPAM, caso desconsiderado o BDI aplicado na composição do custo final.

Tal constatação pode ser demonstrada através da seguinte memória de cálculo exemplificativa:

Empresa	Custo SINAPI (R$)	Abatimento ofertado (%)	Custo resultante (R$)	BDI (%)	Custo final ao MPAM (R$)	RESULTADO PARA O MPAM Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial

						SINAPI
A	100,00	10	90,00	20	108,00	08 %
B	100,00	12	88,00	25	110,00	10 %

Da tabela demonstrativa depreende-se que:

Empresa A - apresenta menor percentual de abatimento sobre a tabela SINAPI, porém aplica um menor BDI, resultando um menor custo para o MPAM (acréscimo de 08%);

Empresa B - apresenta maior percentual de abatimento sobre a tabela SINAPI, porém aplica um maior BDI, resultando um maior custo para o MPAM (acréscimo de 10%).

Portanto, adotamos a fórmula ACD% = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] – 100,

100

onde:

TR = Taxa percentual de redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual, cujo teto é **28,35%** para serviços e **16,32%** para aquisição de equipamentos e materiais específicos.

Tal fórmula objetiva identificar o menor percentual de acréscimo em relação aos custos de referência da tabela SINAPI, após aplicação do abatimento proposto pela licitante e incidência do BDI, percentual esse a ser adotado nos futuros orçamentos de serviços constantes do presente Termo de Referência.

4.3. A composição e definição dos índices Bonificações e Despesas Indiretas - **BDI** a serem utilizados nesta licitação terá o percentual máximo de **28,35%** para serviços.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1 Para que possam ser habilitados a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar:

5.1.1 Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), em cuja jurisdição se encontre sua sede;

5.1.1.1 Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM, o licitante deverá apresentar, à época da contratação, o registro devidamente visado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução nº 413, de 27/6/1997;

5.1.2 Certidão de Registro de Pessoa Física emitida CREA pelo da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973, com validade na data de realização da sessão pública do certame, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

5.1.2.1 Antes da assinatura do contrato, o licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar “visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA” que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is), por ele indicado para execução do(s) projeto(s);

5.1.2.2 O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

5.1.2.3 A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

5.1.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, da seguinte forma:

5.1.3.1 Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, em que fique comprovado que o LICITANTE executou obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente cotejo, e com fornecimento de todo o material de reposição.

5.1.3.2 Atestado(s) de Qualificação Técnico-Profissional, do responsável técnico, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no conselho profissional correspondente.

5.1.3.3 O(s) atestado(s) Técnico(s)-Profissional(is) deverá(ão) ser apresentado(s) com o visto da Entidade Profissional correspondente ou na forma de Certidão de Acervo Técnico – CAT;

5.1.3.4 Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior a do profissional substituído, devidamente comprovadas;

5.1.3.5 No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

5.1.4 Declaração de responsabilidade técnica, devidamente assinada pelo profissional técnico indicado.

5.1. Para que possam ser habilitados a fornecerem os produtos e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar pelo menos 1 (um) **Atestado de Capacidade Técnica:**

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	Execução de cobertura em telha galvanizada	m²	350,00
02	Execução de forro de gesso acartonado	m²	150,00
03	Alvenaria de 1/2 vez	m²	150,00
04	Confecção de esquadria de alumínio	m²	75,00
05	Revestimento cerâmico aplicado em parede	m²	100,00
06	Revestimento cerâmico tipo porcelanato aplicado em piso	m²	250,00
07	Execução de piso intertravado	m²	350,00
08	Pintura Acrílica	m²	450,00
	Execução de ponto de tomada elétrica (fiação, tomada e		

09	Execução de ponto de tomada elétrico (fiação, tomada e acessórios)	pt	45,00
10	Execução de ponto lógico RJ 45 CAT 06 (fiação, tomada e acessórios)	pt	30,00
11	Execução de ponto água fria (tubulações e conexões)	pt	15,00

fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

6. DA VISTORIA

6.1 **A realização de vistoria é facultativa**, e objetiva visitar o local de execução dos serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações.

6.2 **Na hipótese de optar pela realização da vistoria**, o interessado deverá obedecer às seguintes condições.

6.2.1 A vistoria **deverá** ser realizada por preposto ou representante da interessada, devidamente credenciado pela empresa.

6.2.2 Essa condição deverá ser comprovada através de documento de identificação e de **Carta de Credenciamento**, emitida pela empresa, apresentando a pessoa que realizará a vistoria;

6.2.3 Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica**, em papel timbrado da empresa, conforme modelo anexo a este termo de referência, que será assinado por servidor designado da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** - desta PGJ-AM, onde o servidor declara ter acompanhado o representante da empresa durante a vistoria técnica realizada.

6.2.4 O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na **fase licitatória**, nos termos definidos no edital do certame;

6.2.5 A **vistoria** poderá ser realizada até três dias úteis anteriores à data estipulada para abertura da licitação;

6.2.6 As visitas deverão ser agendadas com antecedência mínima de vinte e quatro horas à data limite de vistoria, com a **Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo**, pelos telefones (92) 3655-0739, no período das 8h às 14h.

6.2.7 O tempo de antecedência para agendamento é necessário para a Administração planejar o deslocamento da equipe para acompanhamento da vistoria.

6.3 **Caso a empresa opte por não realizar a vistoria**, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma Declaração de Dispensa de Vistoria assinada pelo responsável legal, informando sua opção pela não realização da visita.

6.4 Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos.

7. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 Comunicar, por escrito, à CONTRATANTE a conclusão dos serviços, para que proceda à VISTORIA DO RECEBIMENTO;

7.2. O **Recebimento dos serviços** executados pela CONTRATADA será efetivado em duas etapas sucessivas:

7.2.1 **Recebimento Provisório:** após vistoria, que deverá ser realizada pela Comissão nomeada pelo CONTRATANTE, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data em que a CONTRATADA comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto deste contrato, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada;

7.3 **RECEBIMENTO DEFINITIVO**: em segunda etapa, pelos membros da comissão designada pelo Contratante, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, até 90 dias após o prazo de observação para verificação da adequação do objeto aos termos contratuais.

7.4 O **Recebimento Definitivo** dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios de qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Alocar aos serviços toda a mão de obra, inclusive qualificada, e direção administrativa, bem como equipamentos, ferramentas, instrumentos pessoais e equipamentos de segurança individual (EPI), necessários à execução do objeto contratual, em perfeitas condições de uso, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de solicitar a substituição daqueles que julgar inadequados.

8.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, os equipamentos, aparelhamento e material, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do contrato;

8.1.2 Disponibilizar também relação do pessoal técnico que atuará na execução dos serviços, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, informando sempre que houver qualquer alteração na mesma.

8.2 Manter quadro de pessoal competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo de execução dos serviços, de modo que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

8.2.1 Todos aqueles que estarão prestando serviços à CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá.

8.2.2 Selecionar e preparar rigorosamente, inclusive quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho, os empregados que executarão os serviços, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, sem qualquer vínculo empregatício com a PGJ/AM.

8.2.3 Afastar do local de serviços qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja, a juízo da CONTRATANTE, considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de 24 horas a partir da notificação expedida pela CONTRATANTE.

8.2.4 Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da

execução dos serviços, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores;

8.2.5 Responsabilizar-se pelas condições de higiene no canteiro de obras, conforme o estabelecido pelas normas regulamentadoras;

8.2.6 Prover transporte e alimentação ao pessoal dentro das especificações da lei e da convenção coletiva do sindicato;

8.2.7 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora NR-18, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de equipamentos de proteção individual e coletiva – EPIs e EPCs - adequados a cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

8.3 Aplicar, na manutenção e serviços, materiais de boa qualidade, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles que julgar de má qualidade ou inadequados, debitando à CONTRATADA todas as despesas consequentes.

8.3.1 Todo material de origem mineral deverá ser fornecido por pessoa física ou jurídica licenciada junto aos órgãos competentes.

8.3.2 Os materiais, ferramentas e equipamentos deverão ser armazenados em locais apropriados, cobertos ou não, conforme sua natureza, sendo a CONTRATADA responsável por sua guarda, segurança e proteção, até a conclusão dos serviços.

8.3.3 Todos os materiais fornecidos ou aplicados pela CONTRATADA deverão ser de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto e sua aplicação estará condicionada ao aceite prévio da CONTRATANTE, o que ocorrerá por escrito, mediante amostras apresentadas à FISCALIZAÇÃO antes da aquisição do material ou equipamento.

8.3.3.1 Apresentar, ainda, a indicação da marca e o modelo/referência, conforme especificações fornecidas, para aprovação da CONTRATANTE.

8.3.3.2 Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA, as amostras serão conservadas até o final dos trabalhos de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

8.3.3.3 Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados.

8.3.3.4. Caso o material ou equipamento especificado encontre-se fora de linha ou obsoleto, deverá ser substituído pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos e especificações. A substituição deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

8.3.4 Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenha idêntica função e se presta às mesmas condições do material, equipamento ou serviço especificado.

8.3.5 É vedada a utilização de materiais e equipamentos improvisados, usados ou danificados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, assim como não será tolerada a adaptação de peças, seja por corte ou outro processo, de modo a utilizá-las em substituição às peças recomendadas e de dimensões adequadas.

8.3.6 Quando não houver descrição do material ou equipamento a ser utilizado, ou do tipo de serviço a ser executado, ou houver discrepância, seguir orientação da FISCALIZAÇÃO.

8.3.7 Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material ou equipamento especificado por outro equivalente, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará à FISCALIZAÇÃO, por escrito, a proposta de substituição, motivada, acompanhada de levantamento de custos, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos acordados.

8.3.8 A FISCALIZAÇÃO deverá ter livre acesso a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas e outros, para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade etc.

8.3.9 Apresentar, por escrito, se solicitado pela CONTRATANTE, informações dos locais de origem dos materiais ou seus certificados de ensaios.

8.3.9.1 Os ensaios e as verificações serão providenciados sem ônus para a CONTRATANTE.

8.4 **Substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, no prazo de 48 horas** a partir da comunicação, os materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela FISCALIZAÇÃO como inadequados à execução dos serviços, ou que, por qualquer motivo, tenham sido adquiridos sem sua aprovação.

8.5 Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pelo CONTRATANTE e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT.

8.6 Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização do CONTRATANTE.

8.7 Executar os serviços dentro do prazo contratado.

8.7.1 - Para o cumprimento do prazo estabelecido, os serviços deverão ser executados durante o horário normal do expediente, aos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno, podendo a critério do Ministério Público ser estendido o horário, caso seja comprovada a necessidade e seja ainda autorizado pelo agente fiscalizador da Contratante.

8.8 Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares e de segurança do CONTRATANTE, podendo ser exigido o afastamento daqueles funcionários da CONTRATADA, cuja conduta, a critério do CONTRATANTE, seja considerada inconveniente.

8.9 - Cumprir, na execução do presente contrato, todas as exigências impostas pela Lei nº 6.514 de 22/12/77 e Portaria nº 3.214 de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, às suas exclusivas expensas.

8.10 - Acatar todas as normas das legislações Federal, Estadual e Municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual.

8.11 - Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto.

8.12 - Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem, dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

8.13 - Permitir e facilitar ao CONTRATANTE o levantamento físico da força de trabalho da CONTRATADA e de seus subcontratados, pertencendo ao CONTRATANTE, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados.

8.14 - Os serviços porventura com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior,

serão demolidos e refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE e sem implicar alteração do prazo contratual.

8.15 - Assegurar livre acesso e trânsito aos locais de trabalho, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do CONTRATANTE ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados.

8.16 - Apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS.

8.17 - Além das despesas relativas a salários, encargos sociais, trabalhistas e de Previdência Social, a CONTRATADA arcará, também, com as despesas relativas à assistência médica.

8.18 - Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

8.19 - Se houver necessidade de ocupação de terrenos fora da área do CONTRATANTE, para instalação de acampamentos, escritórios e/ou depósitos, estes serão alugados pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

8.20 - A CONTRATADA manterá sempre cobertos por apólices regulares os riscos de acidentes e outros seguros exigidos por lei, bem como promoverá o seguro de danos físicos, sendo beneficiário o CONTRATANTE e/ou quem por ela indicado.

8.21 **A CONTRATADA obriga-se a providenciar, junto ao CREA/AM, no prazo máximo de cinco dias úteis**, contados a partir da celebração do Contrato, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977).

8.21.1 A ART deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, em uma cópia autenticada da documentação, com o objetivo de comprovar o registro.

8.22 Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

8.22.1. A CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico.

8.22.1.1. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM.

8.22.1.2. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação.

8.23 A CONTRATADA deverá manter em Manaus/AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

8.25 Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo Ministério Público, acatando as observações da FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessários.

8.26 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

8.26.1. Caso ocorra atraso por culpa da CONTRATANTE, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

8.27 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução deste objeto, incluindo as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

8.27.1 A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos decorrentes da execução do objeto não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento.

8.28 **Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.**

8.29 Manter-se, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

8.30 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

8.30.1 A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

8.31 Realizar limpeza geral após a conclusão dos serviços, de forma a retirar todas as impurezas e resíduos gerados durante a execução das atividades, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela FISCALIZAÇÃO, a fim de que o espaço seja entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

8.31.1 Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados e descartados em locais indicados, sem criar constrangimentos para a CONTRATANTE.

8.31.2 A CONTRATADA deverá adotar procedimentos ambientais quanto à destinação dos resíduos provenientes da execução dos serviços, **obedecendo, em especial, à Resolução CONAMA nº 307/02**.

8.32 Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

8.33 Fornecer garantia contra defeitos ou falhas de execução dos serviços pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data do recebimento, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

8.34 Apresentar todos os documentos exigidos no contrato, tais como Documentos Técnicos,

Garantia, etc.

8.35 A CONTRATADA deverá, ainda, apresentar o Certificado de Garantia, devidamente acompanhado da Nota Fiscal de compra, Manuais e Documentações Técnicas de todos os equipamentos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria Geral de Justiça - PGJ-AM:

9.1 Designar, conforme dispõe o artigo 67 e §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, representante(s) da PGJ-AM a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

9.2 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das condições estipuladas.

9.2.1 **Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de suas falhas e/ou omissões**.

9.3 Aprovar previamente, através da FISCALIZAÇÃO, os equipamentos e materiais a serem aplicados na execução dos serviços, eventuais alterações de projeto e demais procedimentos.

9.4 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, a fim de que qualquer falha seja sanada em tempo hábil, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.5 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento realizado em desacordo com o Projeto Básico.

9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos serviços.

9.7 Exigir da CONTRATADA o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.

9.8 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA quanto aos serviços devidamente realizados, na sua totalidade ou parcialidade, dentro dos critérios estabelecidos neste documento, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais pela FISCALIZAÇÃO e da apresentação dos documentos exigidos no item 12 deste Projeto Básico.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1 O Ministério Público exigirá, para a contratação resultante desta licitação, a prestação de garantia, em conformidade com o disposto no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação.

10.2 No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

10.3 As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56

da Lei n. 8.666/93.

11. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

11.1 O pagamento das faturas da empresa contratada será feito de forma **MENSAL** , baseada em medições de serviços executados no período relacionado ao **MÊS ANTERIOR** ao da fatura, demandados mediante Ordem de Serviço da **CONTRATADA**, tanto corretivamente quanto preventivamente.

11.2 Após a realização dos serviços os mesmos deverão ser expressos em relatórios atestados pela fiscalização que indicará o responsável técnico que irá receber os serviços e compilar os relatórios para proceder ao pagamento.

11.3 O processo de pagamento deverá constar a documentação abaixo relacionada:

11.3.1 Todas as certidões de regularidades Fiscais e Trabalhistas;

11.3.2 Requerimento de solicitação de pagamento em duas vias;

11.3.3 Recibo, em duas vias;

11.3.4 Cópia da Nota de Empenho;

11.3.5 Nota Fiscal de Serviços;

11.3.6 Relatório de Execução de Serviço apresentado pela contratante aprovado pelo responsável técnico indicado pela PGJ/AM;

11.4 Os valores dos serviços prestados deverão ser extraídos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, como referência, sempre que possível. Quando não for possível deverá ser feita pesquisa de mercado.

11.5 Os serviços serão realizados conforme cronograma de desemboso estimado:

PARCELAS ESTIMADAS					
01	02	03	04	05	06
PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12
07	08	09	10	11	12
PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12

11.5.1 Após a efeitiva contratação será emitido o primeiro empenho estimado, com aportes mensai, bimestrais ou trimestrais, conforme decisão desta CONTRATANTE após viabilidade orçamentária e financeira e volume de demnadas.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

12.2 O CONTRATANTE far-se-á representar no local dos serviços por seu Agente Fiscalizador designado em portaria e, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes.

12.3 O CONTRATANTE, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para o controle qualitativo e quantitativo dos serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução, à vista dos projetos.

12.4 À Fiscalização compete: o acompanhamento e controle da execução dos serviços, as avaliações e medições dos serviços, até sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõem o Contrato.

12.5 A Fiscalização lançará no Livro de Ocorrência todas as observações dignas de registro para controle dos serviços, devidamente assinadas pelo preposto da CONTRATADA.

12.6 Toda troca de informações e correspondências entre a CONTRATADA e CONTRATANTE, bem como todas as instruções da Fiscalização à CONTRATADA, devem ser por escrito, cabendo o seu registro no Livro de Ocorrências. Todos os expedientes escritos da CONTRATADA, após seu registro, serão encaminhados ao CONTRATANTE, para decisão, acompanhados de parecer da Fiscalização.

12.7 Compete à Fiscalização ter prévio conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases dos serviços, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos.

12.8 A ocorrência de obstáculos e imprevistos obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre as ocorrências.

12.9 A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exação ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como de subempreiteiras e/ou subcontratadas.

12.10 Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas do CONTRATANTE, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.

12.11 Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela Fiscalização ou pela própria CONTRATADA, obrigando-a, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

12.12 A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento dos serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa, por ação ou omissão.

12.13 A Fiscalização poderá determinar a paralisação dos serviços, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à CONTRATADA, ressalvado o disposto no Edital e neste Caderno de Encargos, todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação.

12.14 A determinação da paralisação, citada no item anterior, vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo ao CONTRATANTE formalizar a sua suspensão.

12.15 No prazo de observação, a CONTRATADA deverá executar, sob sua inteira responsabilidade, os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela Fiscalização, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

13. RESPONSABILIDADE

13.1 As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

13.2 Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

1. sua negligência, imperícia e/ou omissão;
2. infiltração de qualquer espécie ou natureza;
3. ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao serviço;
4. acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiro.

13.3 Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

13.4 A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

14 DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS RESPECTIVAS

14.1. Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta – **tabela 1**, as multas conforme **tabela 2**:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	4
3	Não providenciar substituto para componente da equipe; por empregado e por ocorrência.	4
4	Não utilizar produtos novos e adequados, em excelente estado de conservação e/ou com os devidos registros legais; por ocorrência.	4
5	Apresentar painéis ou perfis velhos, sujos, amassados, arranhados ou com outros defeitos que prejudiquem a qualidade e a estética do produto fornecido,	4
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por ocorrência.	3
7	Fornecer os produtos parcialmente ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	3
8	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento; por ocorrência.	2
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual – PI, quando necessários; por empregado, por ocorrência.	2
10	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	1
Para os itens a seguir, deixar de:		

11	Prestar os serviços de fornecimento, instalação e remanejamento (desmontagem/montagem) de divisória, por serviço.	4
12	Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, o serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE, por dia e/ou serviço.	4
13	Obedecer, na montagem dos materiais, ao contido nas normas reguladoras específicas.	4
14	Observar sempre a máxima segurança contra acidentes durante a execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material, por dia e/ou serviço.	4
15	Fornecer mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte, por dia ou serviço.	3
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores; por ocorrência.	2
17	Cumprir obrigações dentro do prazo contratual; por ocorrência e/ou por hora e/ou por dia.	2
18	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e/ou por dia.	1
19	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e/ou por dia.	1
20	Executar limpeza ao final de cada serviço; por dia.	1
21	Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários, por serviço.	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,10% do valor faturado.
2	0,15% do valor faturado.
3	0,25% do valor faturado.
4	0,40% do valor faturado.

9.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

9.5. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

9.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15. DA ELABORAÇÃO

O presente Projeto Básico foi elaborado pela Divisão Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração e integra o procedimento interno.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Projeto Básico está de acordo com as Leis nº 8.666/93, nº 5.194/66, nº 6.496/77, nº 8.078/90, nº 10.406/02, Resolução n.º 81/12 do Conselho Nacional do Ministério Público e às demais legislações e normas pertinentes. Manaus – AM, de março de 2023. **Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes** **CREA 6028-D** Chefe da Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC
APROVAÇÃO

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/07/2023, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1049184** e o código CRC **E6C4E0DB**.

v8

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, visando à prestação de serviço de **manutenção predial e pequenas reformas nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º_____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____,e a empresa _____**,** com sede na _____, _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta do Processo **SEI n.º 2023.010235**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02 e demais legislações pertinentes, e pelas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas, com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, em edificação do Ministério Público do Estado do Amazonas – MPAM, em confirmidade com o Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e do Edital de _____– CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto da contratação consiste na prestação dos seguintes serviços comuns de arquitetura e engenharia, para manutenção predial corretiva e pequenas reformas na edificação integrante do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS:

Parágrafo primeiro. O objeto previsto nesta contratação deverá ser executado em obediência à Resolução n.º 81, de 31 de janeiro de 2012 do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 24/02/2012, pág. 113 e 114, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências.

Parágrafo segundo. As condições e especificações de execução do objeto a ser contratado estão dispostas nos seguintes Cadernos, que integram o Projeto Básico, anexos a este contrato:

1. Anexo I – Endereço das Unidades Ministeriais e Estimativa de Custos;
2. Anexo II – Componentes da Edificação Abrangidos pela Manutenção;
3. Anexo III – Planilha de Composição do BDI;
4. Anexo IV – Credenciamento para Vistoria;
5. Anexo V - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica;
6. Anexo VI - Modelo de Dispensa de Vistoria Técnica.

Parágrafo terceiro. Todos os materiais empregados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, estar em fase normal de fabricação e observar às especificações deste contrato, Projeto Básico e seus Cadernos e às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Parágrafo quarto. Entende-se por primeira qualidade ou qualidade extra o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado.

Parágrafo quinto. Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução, serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da **CONTRATADA.**

Parágrafo sexto. Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal.

Parágrafo sétimo. O BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, conforme Anexo III do Projeto Básico, adotado pelo Ministério Público, levam em conta todo o material, ferramentas e mão de obra para a execução dos serviços e média de preços pesquisados junto ao mercado.

Parágrafo oitavo. Os valores propostos deverão incluir todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

Parágrafo nono. O início dos serviços fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo contratado, recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-AM, nos termos dos art. 1o. e art. 2o. da Lei n.o 6.496/77.
2. Apresentação da Relação de Funcionários, identificados pelo nome completo, identidade e CPF;
3. Ordem de serviços autorizada pela Divisão de Engenharia do MPAM.

Parágrafo décimo. A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução dos serviços **no prazo fixado pela fiscalização, contado do recebimento da Ordem de Serviço.**

Parágrafo décimo primeiro. A critério da fiscalização, poderão ser fornecidos especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais a serem seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo décimo segundo. Na execução das manutenções prediais, a definição do preço global dos

serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI.

Parágrafo décimo terceiro. O levantamento dos preços deverá ser de acordo com os valores constantes da **tabela de referência (mês anterior ao da realização da licitação)**, considerando a base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI referente ao Estado do Amazonas.

Parágrafo décimo quarto. Nos casos em que a Tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, conforme abaixo:

1. Adoção do sistema de preços do **SBC** do mesmo mês de referência da tabela SINAPI adotada na licitação, aplicando-se o menor percentual de acréscimo ofertado na licitação;

2. Caso não seja possível utilizar o SBC, deverá ser realizada pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser utilizado o menor preço entre as três cotações e sobre ela aplicar o mesmo percentual de acréscimo ofertado na licitação;

Parágrafo décimo quinto. Deverão ser elaborados pela Fiscalização, previamente à emissão da Ordem de Serviço, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços, os seguintes documentos:

1. Memória de cálculo dos quantitativos;

2. Planilha de orçamento dos serviços a serem demandados;

3. Planilha com as composições analíticas;

4. Cronograma físico-financeiro.

Parágrafo décimo sexto. A Contratada deverá apresentar sua Proposta de Preços, em consonância com o percentual proposto na licitação e de acordo com os serviços demandados, em até 2 (dois) dias úteis da provocação por parte da fiscalização.

Parágrafo décimo sétimo. Os itens componentes do objeto do presente instrumento não poderão ser demandados para realização de obra de engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO:

A **CONTRATADA** deverá comunicar, por escrito, à **CONTRATANTE** a conclusão dos serviços, para que proceda à VISTORIA DO RECEBIMENTO.

Parágrafo primeiro. O recebimento dos serviços será realizado por técnicos da Contratante e ocorrerá da seguinte forma:

1. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** após vistoria, que deverá ser realizada pela Comissão nomeada pelo **CONTRATANTE**, no prazo de **até 15 (quinze) dias**, contados da data em que a **CONTRATADA** comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto deste contrato, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada;

2 . **RECEBIMENTO DEFINITIVO:** em segunda etapa, pelos membros da comissão designada pelo **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, **até 90 dias** após o prazo de observação para verificação da adequação do objeto aos termos contratuais.

Parágrafo segundo. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Parágrafo terceiro. O **Recebimento Definitivo** dos serviços não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios de qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente, sob o regime de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. Edital de _____ – CPL/MP/PGJ e seus anexos, conforme a Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02 e demais legislações correlatas
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo SEI n.º **2023.010235**;
- não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, devendo observar, além dos ditames do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e demais documentos constantes no PROCESSO, o seguinte:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação, avaliações e medições dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
2. Lançar no Livro de Ocorrência todas as observações dignas de registro para controle dos serviços, devidamente assinadas pelo preposto da **CONTRATADA**.
3. Ter prévio conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases dos serviços, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos.
4. Determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da **CONTRATADA**, bem como de subempreiteiras e/ou subcontratadas, quando for constatado inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exação ou ato desabonador.
5. Resolver as dúvidas e as questões expostas pela **CONTRATADA**, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.
6. Determinar a paralisação dos serviços, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação. A determinação da paralisação vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo ao **CONTRATANTE** formalizar a sua suspensão.
7. Informar, com a antecedência necessária, o término do contrato.
8. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
9. Atestar a respectiva nota fiscal/fatura, emitida corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.
10. Verificar quando da liquidação dos serviços, por meio da emissão da nota fiscal, a documentação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**.
11. Emitir os termos de recebimento do objeto contratado, conforme disposto no contrato.
12. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
13. Manifestar-se quanto à liberação da garantia;
14. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.

15. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
16. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
17. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. O **CONTRATANTE**, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para o controle qualitativo e quantitativo das obras e serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução, à vista dos projetos.

Parágrafo terceiro. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento dos serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a **CONTRATADA** tenha dado causa, por ação ou omissão.

Parágrafo quarto. A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante o serviço obrigará a **CONTRATADA** a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre as ocorrências.

Parágrafo quinto. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela Fiscalização ou pela própria **CONTRATADA**, obrigando-a, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

Parágrafo sexto. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Toda troca de informações e correspondências entre a **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, bem como todas as instruções da Fiscalização à **CONTRATADA**, devem ser por escrito, cabendo o seu registro no Livro de Ocorrências. Todos os expedientes escritos da **CONTRATADA**, após seu registro, serão encaminhados ao **CONTRATANTE**, para decisão, acompanhados de parecer da Fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A **CONTRATADA**, por força do presente instrumento, fica obrigada a:

1. Alocar aos serviços toda a mão de obra, inclusive qualificada, e direção administrativa, bem como equipamentos, ferramentas, instrumentos pessoais e equipamentos de segurança individual (EPI), necessários à execução do objeto contratual, em perfeitas condições de uso, reservando-se ao **CONTRATANTE** o direito de solicitar a substituição daqueles que julgar inadequados;
2. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, os equipamentos, aparelhamento e material, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do contrato;
3. Disponibilizar relação do pessoal técnico que atuará na execução dos serviços, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, informando sempre que houver qualquer alteração na mesma;
4. Manter quadro de pessoal competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo de execução dos serviços, de modo que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;
5. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado e identificado por meio de crachá;
6. Selecionar e preparar rigorosamente, inclusive quanto à prevenção de acidentes e incêndios

nas áreas de trabalho, os empregados que executarão os serviços, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, sem qualquer vínculo empregatício com a PGJ/AM;

7. Afastar do local de serviços qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja, a juízo da **CONTRATANTE**, considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de 24 horas a partir da notificação expedida pela **CONTRATANTE;**

8. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores;

9. Responsabilizar-se pelas condições de higiene no canteiro de obras, conforme o estabelecido pelas normas regulamentadoras;

10. Prover transporte e alimentação ao pessoal dentro das especificações da lei e da convenção coletiva do sindicato;

11. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora NR-18, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de equipamentos de proteção individual e coletiva – EPIs e EPCs - adequados a cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório;

12. Aplicar, na manutenção e serviços, materiais de boa qualidade, reservando-se ao **CONTRATANTE** o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles que julgar de má qualidade ou inadequados, debitando à **CONTRATADA** todas as despesas consequentes;

13. Fornecer todo material de origem mineral por pessoa física ou jurídica licenciada junto aos órgãos competentes;

14. Armazenar os materiais, ferramentas e equipamentos em locais apropriados, cobertos ou não, conforme sua natureza, sendo a **CONTRATADA** responsável por sua guarda, segurança e proteção, até a conclusão dos serviços;

15. Fornecer ou aplicar todos os materiais de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto e sua aplicação estará condicionada ao aceite prévio da **CONTRATANTE**, o que ocorrerá por escrito, mediante amostras apresentadas à FISCALIZAÇÃO antes da aquisição do material ou equipamento;

16. Apresentar, ainda, a indicação da marca e o modelo/referência, conforme especificações fornecidas, para aprovação da **CONTRATANTE;**

17. Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela **CONTRATADA**, conservar as amostras até o final dos trabalhos de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados;

18. Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados;

19. Caso o material ou equipamento especificado encontre-se fora de linha ou obsoleto, deverá ser substituído pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos e especificações. A substituição deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO;

20. Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas

características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenha idêntica função e se presta às mesmas condições do material, equipamento ou serviço especificado;

21. É vedada a utilização de materiais e equipamentos improvisados, usados ou danificados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, assim como não será tolerada a adaptação de peças, seja por corte ou outro processo, de modo a utilizá-las em substituição às peças recomendadas e de dimensões adequadas;

22. Quando não houver descrição do material ou equipamento a ser utilizado, ou do tipo de serviço a ser executado, ou houver discrepância, seguir orientação da FISCALIZAÇÃO;

23. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material ou equipamento especificado por outro equivalente, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará à FISCALIZAÇÃO, por escrito, a proposta de substituição, motivada, acompanhada de levantamento de custos, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos acordados.

24. Dar livre acesso à FISCALIZAÇÃO a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas e outros, para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade etc.;

25. Apresentar, por escrito, se solicitado pela **CONTRATANTE**, informações dos locais de origem dos materiais ou seus certificados de ensaios;

26. Providenciar os ensaios e as verificações sem ônus para a **CONTRATANTE;**

27. **Substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, no prazo de 48 horas** a partir da comunicação, os materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela FISCALIZAÇÃO como inadequados à execução dos serviços, ou que, por qualquer motivo, tenham sido adquiridos sem sua aprovação;

28. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pelo **CONTRATANTE** e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT;

29. Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização do **CONTRATANTE;**

30. Executar os serviços dentro do prazo contratado;

31. Manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

32. Para o cumprimento do prazo estabelecido, os serviços deverão ser executados durante o horário normal do expediente, aos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno, podendo a critério do Ministério Público ser estendido o horário, caso seja comprovada a necessidade e seja ainda autorizado pelo agente fiscalizador da Contratante;

33. Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares e de segurança do **CONTRATANTE**, podendo ser exigido o afastamento daqueles funcionários da **CONTRATADA**, cuja conduta, a critério do **CONTRATANTE**, seja considerada inconveniente;

34. Cumprir, na execução do presente contrato, todas as exigências impostas pela Lei nº 6.514 de 22/12/77 e Portaria nº 3.214 de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, às suas exclusivas expensas;

35. Acatar todas as normas das legislações Federal, Estadual e Municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual;

36. Comunicar ao **CONTRATANTE** as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto;

37. Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem, dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo **CONTRATANTE;**

38. Permitir e facilitar ao **CONTRATANTE** o levantamento físico da força de trabalho da

CONTRATADA e de seus subcontratados, pertencendo ao **CONTRATANTE**, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados;

39. Os serviços porventura com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão demolidos e refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e sem implicar alteração do prazo contratual;

40. Assegurar livre acesso e trânsito aos locais de trabalho, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do **CONTRATANTE** ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados;

41. Apresentar, para controle e exame, sempre que o **CONTRATANTE** o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS;

42. Além das despesas relativas a salários, encargos sociais, trabalhistas e de Previdência Social, a **CONTRATADA** arcará, também, com as despesas relativas à assistência médica;

43. Durante e após a vigência deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter o **CONTRATANTE** à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA**, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o **CONTRATANTE** venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

44. Se houver necessidade de ocupação de terrenos fora da área do **CONTRATANTE**, para instalação de acampamentos, escritórios e/ou depósitos, estes serão alugados pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE;**

45. A **CONTRATADA** manterá sempre cobertos por apólices regulares os riscos de acidentes e outros seguros exigidos por lei, bem como promoverá o seguro de danos físicos, sendo beneficiário o **CONTRATANTE** e/ou quem por ela indicado;

46. **A CONTRATADA obriga-se a providenciar, junto ao CREA/AM, no prazo máximo de cinco dias úteis**, contados a partir da celebração do Contrato, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977);

47. A ART deverá ser encaminhada à **CONTRATANTE**, em uma cópia autenticada da documentação, com o objetivo de comprovar o registro;

48. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para classificação da **CONTRATADA** no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

49. A **CONTRATADA** submeterá à aprovação da **CONTRATANTE** proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico;

50. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

51. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

52. A **CONTRATADA** deverá manter em Manaus/AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição;

53. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo Ministério Público, acatando as observações da FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessários;

54. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e

de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços;

55. Caso ocorra atraso por culpa da **CONTRATANTE**, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção;

56. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução deste objeto, incluindo as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços;

57. **Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;**

58. Manter-se, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo;

59. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO;

60. Realizar limpeza geral após a conclusão dos serviços, de forma a retirar todas as impurezas e resíduos gerados durante a execução das atividades, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela FISCALIZAÇÃO, a fim de que o espaço seja entregue em perfeitas condições de ocupação e uso;

61. Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados e descartados em locais indicados, sem criar constrangimentos para a **CONTRATANTE**;

62. A CONTRATADA deverá adotar procedimentos ambientais quanto à destinação dos resíduos provenientes da execução dos serviços, **obedecendo, em especial, à Resolução CONAMA nº 307/02;**

63. Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo;

64. Fornecer garantia contra defeitos ou falhas de execução dos serviços pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data do recebimento, sem custos adicionais para a **CONTRATANTE;**

65. Apresentar todos os documentos exigidos no contrato, tais como Documentos Técnicos, Garantia, etc.

66. A CONTRATADA deverá, ainda, apresentar o Certificado de Garantia, devidamente acompanhado da Nota Fiscal de compra, Manuais e Documentações Técnicas de todos os equipamentos;

67. Manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato;

68. Conforme legislação, proceder à indicação de retenção de tributos nas notas ficais, faturas e outros documentos congêneres por ocasião de recebimento de valores pagos pela **CONTRATANTE**, bem como indicar nos referidos documentos, se for o caso, a existência de condições legais e/ou pareceres normativos acerca de redução ou isenção para retenções.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no contrato, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à

indenização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir fielmente o avençado em contrato, não sendo permitido executar qualquer serviço além daquele contido nas planilhas orçamentárias, sem que seja expressamente autorizado pela **CONTRATANTE**, mediante a assinatura do correspondente termo aditivo.

Parágrafo quarto. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da **FISCALIZAÇÃO**, não exime a **CONTRATADA** de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, devendo a mesma corrigir as falhas consoante DO CRONOGRAMA/PRAZOS E GARANTIA, sem ônus à Contratante.

Parágrafo quinto. A contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais normas pertinentes.

Parágrafo sexto. Correrão, ainda, por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA,** as consequências de:

1. sua negligência, imperícia e/ou omissão;
2. infiltração de qualquer espécie ou natureza;
3. ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao serviço;
4. acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiro.

Parágrafo sétimo. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Fornecer à **CONTRATADA** as informações e condições necessárias, dirimir dúvidas, à fiel execução, conclusão e entrega do objeto, bem como a indicação do local a ser efetuado os referidos serviços deste contrato.
2. Designar, conforme dispõe o artigo 67 e §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, representante(s) da **CONTRATANTE** a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
3. Aprovar previamente, através da FISCALIZAÇÃO, os equipamentos e materiais a serem aplicados na execução dos serviços, eventuais alterações de projeto e demais procedimentos.
4. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA** quanto aos serviços devidamente realizados, dentro dos critérios estabelecidos neste documento, após o atesto das notas fiscais pela **FISCALIZAÇÃO** e da apresentação dos documentos necessários.
5. Permitir o acesso, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços que regula a entrega do objeto deste Ajuste, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos/falhas de execução, e avarias nos produtos estipulados nos critérios de entrega dos serviços, fixando prazo para a sua reposição.
7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados que estejam em desacordo com as especificações e requisitos técnicos apresentados.
8. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
9. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA** quanto aos serviços devidamente realizados, na sua totalidade ou parcialidade, dentro dos critérios estabelecidos neste documento, por meio de

Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais pela FISCALIZAÇÃO e da apresentação dos documentos exigidos no Projeto Básico.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO:

O valor do presente contrato é de **R$ _____,** discriminado de acordo com a planilha integrante da proposta de preços e o **Plano de execução dos serviços**, apresentados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo único. O valor fixado no *caput* compreende todas as despesas diretas e indiretas, com **mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais, Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**, contribuições/impostos em cumprimento às leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, despesas de frete, ligações provisórias e definitivas com as concessionárias de serviços públicos, seguro, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento das faturas da empresa contratada será feito de forma **MENSAL** , baseada em medições de serviços executados no período relacionado ao **MÊS ANTERIOR** ao da fatura, demandados mediante Ordem de Serviço da **CONTRATADA**, tanto corretivamente quanto preventivamente.

Parágrafo primeiro. Após a realização dos serviços, os mesmos deverão ser expressos em relatórios atestados pela fiscalização que indicará o responsável técnico que irá receber os serviços e compilar os relatórios para proceder ao pagamento.

Parágrafo segundo. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei.

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

c) Prova de inexistência de débito trabalhista.

d) Requerimento solicitando o pagamento.

e) Faturas/Notas Fiscais emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), as quais deverão ser atestadas pela Fiscalização.

f) Recibo.

g) Cópia da Nota de Empenho.

h) Relatório de Execução de Serviço apresentado pela contratante aprovado pelo responsável técnico indicado pela PGJ/AM.

Parágrafo terceiro. Os valores dos serviços prestados deverão ser extraídos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, como referência, sempre que possível. Quando não for possível deverá ser feita pesquisa de mercado.

Parágrafo quarto. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE.**

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo sexto. O pagamento dos serviços será realizado conforme o Cronograma de Desembolso.

Parágrafo sétimo. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, este será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo oitavo. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Parágrafo nono. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** _____ – _____; **Programa de Trabalho:** _____ – _____; **Fonte**: _____ – _____; **Natureza da Despesa:** _____ – _____, a Nota de Empenho n.º _____, datada de _____, no valor de **R$** _____ (_____).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO:

Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, por motivos alheios à vontade da **CONTRATADA**, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse da **CONTRATANTE** ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, ocorrida no período respectivo, somente se ainda em vigência o presente instrumento, motivado por prorrogação, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre as partes, e mediante solicitação expressa à **CONTRATANTE**, que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte formula:

R: V (I – Io), onde:

Io

R = Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

Io = Índice relativo ao mês da proposta;

Parágrafo primeiro. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente, tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Parágrafo segundo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo terceiro. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

Parágrafo quarto. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos e limites fixados no art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante assinatura de termo aditivo.

Parágrafo único. O ajuste será prorrogado ainda em razão de dilatação ou alteração do prazo de execução dos serviços, se assim necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA QUANTO À SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA:

A **CONTRATADA** prestará garantia dos serviços executados, bem como dos materiais utilizados nos serviços e equipamentos instalados, **pelo prazo de 5 (cinco) anos**, contados a partir da data do **Termo de Recebimento Definitivo**, caso o objeto contratual se enquadre no art. 618 do Código Civil Brasileiro, a ser avaliado pela **FISCALIZAÇÃO**. Esta garantia contratual cobre problemas com a fundação e problemas estruturais.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** se obriga a reparar, durante o período de garantia e sem ônus para a **CONTRATANTE**, qualquer defeito nos serviços anteriormente executados, ficando novo prazo de garantia estabelecido a partir da reparação, nas mesmas bases desta cláusPleula.

Parágrafo segundo. Os reparos porventura necessários a serem executados pela **CONTRATADA**, durante o período de garantia, deverão ter prévia autorização expressa da **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deve entregar à **CONTRATANTE**, para que esta emita o Termo de Recebimento Definitivo, o Termo de Garantia mencionado nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste contrato, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **_____.**

1. Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

2. No caso de acréscimo no valor contratual, a **CONTRATADA** obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação do prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao do termo aditivo.

3. As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** perante à **CONTRATANTE**, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

I - a garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e estender-se-á por mais **3 (três) meses após o término da vigência contratual** e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo quarto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993.

a. O bloqueio efetuado com base neste parágrafo não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

b. A **CONTRATADA**, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Parágrafo quinto. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir do qual se observará o disposto nesta cláusula.

Parágrafo sexto. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todos os encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação, bem como apresentação de toda a documentação solicitada no edital pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Será considerada extinta a garantia:

a. com a devolução da apólice, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
b. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a **CONTRATANTE** não comunique a ocorrência de sinistros.

Parágrafo oitavo. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora pela **FISCALIZAÇÃO.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de as alterações promovidas pela **CONTRATANTE** redundarem em acréscimos no objeto ajustado, o preço a ser cobrado pelos serviços acrescidos tomarão por base os valores unitários constantes da Planilha Orçamentária apresentada pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo Não será considerada alteração contratual, para fins de observância da limitação a que se refere o *caput* desta cláusula, as alterações empreendidas nas especificações, que não redundarem aumento ou diminuição do valor global ajustado.

Parágrafo terceiro. Ao longo da execução deste contrato, caso haja a necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens suprimidos e/ou acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

1. Para **itens que já constem do contrato**, os custos corresponderão àqueles já contratados;
2. Para **itens novos existentes no banco de preços** utilizado pela **CONTRATANTE** na elaboração do orçamento estimativo, os custos corresponderão àqueles relativos ao referido sistema, obedecendo aos critérios de aceitabilidade definidos na licitação;
3. Para **os itens novos não constantes** no banco de preços utilizado pela **CONTRATANTE** na elaboração do orçamento estimativo, o menor custo obtido a partir da pesquisa de mercado;

c.1) Neste caso a **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da solicitação, proposta detalhada com a indicação dos preços unitários e totais a serem cobrados, bem como orçamentos obtidos com a pesquisa de mercado.

c.2) A **CONTRATANTE** avaliará a documentação enviada e caso entenda ser pertinente realizará nova pesquisa de mercado.

4. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá obedecer ainda, quando da elaboração de proposta de

preços decorrente de termo aditivo, ao percentual do BDI e encargos estabelecidos nas legislações sociais.

Parágrafo quinto. A diferença percentual, entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Parágrafo sexto. Caso ocorra necessidade de alteração da metodologia e/ou tecnologia de execução inicialmente ajustada, que resulte aumento de execução dos serviços e/ou da quantidade de materiais a serem aplicados, a **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE**, com a necessária antecedência, as justificativas técnicas para as modificações pretendidas, as quais serão analisadas, de acordo com as circunstâncias de desenvolvimento dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de cometimento das infrações administrativas previstas no artigo 155, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato;
3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo primeiro. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo segundo. As sanções previstas nos itens 1, 3 e 4 desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item 2, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo terceiro. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo quarto. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS RESPECTIVAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta – **tabela 1**, as multas conforme **tabela 2**:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	4
3	Não providenciar substituto para componente da equipe; por empregado e por ocorrência.	4
4	Não utilizar produtos novos e adequados, em excelente estado de conservação e/ou com os devidos registros legais; por ocorrência.	4
5	Apresentar painéis ou perfis velhos, sujos, amassados, arranhados ou com outros defeitos que prejudiquem a qualidade e a estética do produto fornecido,	4
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por ocorrência.	3
7	Fornecer os produtos parcialmente ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar	3

7	recomposição complementar; por ocorrência.	3
8	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento; por ocorrência.	2
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual – PI, quando necessários; por empregado, por ocorrência.	2
10	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	1
Para os itens a seguir, deixar de:		
11	Prestar os serviços de fornecimento, instalação e remanejamento (desmontagem/montagem) de divisória, por serviço.	4
12	Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, o serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE, por dia e/ou serviço.	4
13	Obedecer, na montagem dos materiais, ao contido nas normas reguladoras específicas.	4
14	Observar sempre a máxima segurança contra acidentes durante a execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material, por dia e/ou serviço.	4
15	Fornecer mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte, por dia ou serviço.	3
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores; por ocorrência.	2
17	Cumprir obrigações dentro do prazo contratual; por ocorrência e/ou por hora e/ou por dia.	2
18	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e/ou por dia.	1
19	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e/ou por dia.	1
20	Executar limpeza ao final de cada serviço; por dia.	1
21	Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários, por serviço.	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,10% do valor faturado.
2	0,15% do valor faturado.
3	0,25% do valor faturado.
4	0,40% do valor faturado.

Parágrafo primeiro. No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

Parágrafo segundo. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo terceiro. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**. Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de extinguir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente, por via postal ou eletronicamente, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro. Extinção Unilateral. Ficará o presente contrato extinto unilateralmente pela **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

Parágrafo segundo. Extinção Consensual. Ficará o presente contrato extinto por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

Parágrafo terceiro. Extinção Judicial ou Arbitral. O presente contrato poderá ser extinto por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, poderá ensejar o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A extinção de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- execução da garantia contratual, para :

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE** e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, sem expressa autorização da **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

Parágrafo segundo. Não será permitida a subcontratação total do objeto e a transferência ou cessão das obrigações contratuais a terceiros, salvo a subcontratação de serviços específicos contidos no projeto básico

durante a execução da obra, após prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**. Não será permitido, ainda, a associação, cisão ou incorporação do objeto do contrato por parte da **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. A execução de serviços que exijam responsabilidade técnica somente poderá ser subcontratada à empresa de engenharia devidamente registrada no CREA/AM ou CAU/AM e com qualificação técnica compatível com o item que pretenda executar.

Parágrafo quarto. A empresa subcontratada deverá comprovar, perante a **CONTRATANTE**, que está em situação regular fiscal, previdenciária e trabalhista, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

a. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
b. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
c. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

1. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
2. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
3. Lei n.º 5.194/66 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro;
4. Lei n.º 6.496/77 – Anotação de Responsabilidade Técnica;
5. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
6. Normas Técnicas, Especificações e Métodos de Ensaios da ABNT – Associação Brasileira de Normas

Técnicas, em especial a ABNT NBR 7229/93 e 13969/97;

7. Diretrizes, condições e padrões ambientais estabelecidos pela Resolução CONAMA n.º 307/2002;
8. Demais legislações supervenientes e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente, aplicada à construção civil, em especial as emitidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE,** baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 16/11/2023, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1189678** e o código CRC **E4193EBC**.

ANEXO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA Nº ATA DE REGISTRO DE PREÇO

* MINUTA DE DOCUMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCESSO SEI N.º 2023.010235

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste registro de preços, situado na Avenida Coronel Teixeira n.º 7,995, Nova Esperança II, Manaus, Amazonas, representado neste ato representado por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, XXXXXXX, e as Empresas **XXXXXX**, DORAVANTE denominadas **FORNECEDORES**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório referente a o **Pregão Eletrônico n.º XXX/2023-CPL/MP/PGJ-SRP**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, conforme descrito no Anexo I do Edital do referido pregão.

FORNECEDOR: XXX

Desconto de XX% sobre os serviços constantes da tabela abaixo II, conforme os locais constantes na tabela I:

Tabela I: locais de realização dos serviços.

Grupo I		
Item 1 - Região Metropolitana		
Município	**Endereço**	**Valor Estimado**
MANAUS	1- Prédio Sede - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037- 473	350.000,00
	2- Auditório Carlos Bandeira - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
	3- Prédio Anexo Administrativo - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
	4- Prédio Anexo Administrativo do Aleixo - AV. André Araújo, N°23, Aleixo.	R$ 200.000,00
	5- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Centro Integrado de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator - Rua Desembargador João Machado, s/n, Bairro Alvorada I	R$ 25.000,00
	6- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Palácio da Justiça Edifício Desembargador Arnoldo Péres - Av. André Araújo, s/nº Bairro Aleixo	R$ 15.000,00
	7- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas 18º Juizado Especial Criminal - Av. Professor Nilton Lins, nº 3.259 Centro Universitário Nilton Lins - Parque das Laranjeiras	R$ 15.000,00
IRANDUBA	8- Av. Rio Madeira, S/N 69.405-000. - REFORMA	R$ 15.000,00
ITACOATIARA	9- Rua Borba, s/n – Pedreiras - NOVA	R$ 15.000,00
MANACAPURU	10- Rua União, s/n.º - Aparecida	R$ 15.000,00
	11- Rua Rio de Janeiro, nº 57, Bairro Centro	R$ 25.000,00
NOVO AIRÃO	12- Av. Ruy Barbosa, 29 – Centro CEP: 69730-000 REFORMADA	R$ 15.000,00
RIO PRETO DA EVA	13- Rua João Domingos de Monteiro n.º 07 - Centro CEP: 69115-000	R$ 15.000,00
PRESIDENTE FIGUEIREDO	14- Praça Cívica - Morada do Sol	R$ 15.000,00
Item 2 - Sub-Região do Alto Solimões		
Município	**Endereço**	**Valor Estimado**
AMATURÁ	Praça São Cristóvão, S/Nº Centro CEP: 69200-000;	15.000,00
ATALAIA DO NORTE	Estrada Augusto Luzeiro, Nº75 Centro CEP: 69650;	15.000,00
BENJAMIM CONSTANT	AV. Castelo Branco, Nº469 Centro CEP:69630;	15.000,00
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP: 69680;	15.000,00
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	Praça São Paulo, s/nº Centro CEP: 69600;	15.000,00
TABATINGA	Av. Da Amizade, nº60 Altos do Banco do Brasil Centro CEP: 69640-000;	15.000,00
TONANTINS	Rua Leopoldo Peres 1, Centro 69685-000	15.000,00
Item 3 - Sub-Região do triângulo Jutaí – Solimões - Juruá		
ALVARÃES	Rua Bela Vista, S/N - CentroCEP: 69475-000	15.000,00

FONTE BOA	Rua Francisco Pereira De Souza, s/nº Centro CEP: 69670-000	50.000,00
JAPURÁ	AV. Amândio Barbosa , S/Nº Centro CEP.: 69495-000	15.000,00
JURUÁ	Rua Francisco de Paula, Nº 100 Centro CEP: 69520-000	R$ 25.000,00
JUTAÍ	RUA 7 De Março, Nº59 Centro CEP: 69660-000	15.000,00
MARAÃ	AV. Castelo Branco, nº30 Centro CEP: 69490-000	50.000,00
TEFÉ	Rua Benjamim Constant, s/n - Centro - "Praça Santa Teresa".Centro CEP.: 69470-000	15.000,00
UARINI	Av. Espírito Santo, 86-366 – Centro CEP: 69485-000	15.000,00
Item 4 - Sub-Região do Purús		
BOCA DO ACRE	RUA Rua Júlio Toa, nº89 – Platô Do Piquiá CEP: 69850-000;	15.000,00
CANUTAMA	RUA Floriano Peixoto, nº242 CENTRO CEP: 69820-000;	15.000,00
LÁBREA	Praça Cel. Lábrea, nº95 – Centro CEP: 69830 – 000;	15.000,00
PAUINI	Rua Castelo Branco, nº247 Centro CEP: 69860 – 000;	15.000,00
TAPAUÁ	Av. Presidente Castelo Branco, nº390 Centro CEP: 69480-000	15.000,00
Item 5 - Região do Juruá		
CARAUARI	AV. D. Pedro II, Nº 198 Centro CEP: 69500-000;	15.000,00
ENVIRA	RUA 27 De Julho, S/Nº – São Francisco CEP:69870-000	15.000,00
EIRUNEPÉ	Rua Santa Terezinha, nº 270, Bairro Centro	15.000,00
GUAJARÁ	Rua Antônio Ferreira, nº 40 – Centro CEP: 69895-000;	15.000,00
IPIXUNA	Rua Edmar Herculano, nº361 Centro;	15.000,00
ITAMARATI	AV. Boa Vista, Nº105 CENTRO CEP: 69510-000;	15.000,00
Item 6 - Região do Madeira		
APUÍ	AV. 13 De Novembro, s/nº Praça dos Três Poderes Centro CEP: 69265-000;	15.000,00
BORBA	Rua Rui Araújo, SN, Centro.CEP: 69200-000;	15.000,00
HUMAITÁ	Rua 13 de novembro, 180 CentroCEP: 69800-000;	15.000,00
MANICORÉ	Trav. Pedro Tinoco, s/nº Centro CEP: 69280- 000;	15.000,00
NOVO ARIPUANÃ	AV. 19 De Dezembro, Nº1068 Centro CEP: 69260-000;	15.000,00
Item 7 - Região do Alto Rio Negro		
BARCELOS	Rua Padre José Baúsusla, 222 – São Sebastião CEP:69700-000;	50.000,00
	Rua Terreiro Aranha S/n.º - Centro	50.000,00
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	Rua Beira Rio, s/nº Centro CEP:69740- 000;	15.000,00
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AV. 07 De Setembro, s/nº Centro CEP: 69750-000;	15.000,00
Item 8 - Região do Rio Negro Solimões		
ANAMÃ	Rua Álvaro Maia S/N Centro CEP: 69445- 000;	15.000,00
ANORI	AV. 31 De Março, Nº 344 Centro CEP: 69440-000;	15.000,00
AUTAZES	Rua Jeferson Braga, S/N, esquina com a rua Francisco Barroncas. Centro, Nº 23 Centro CEP 69240-000	15.000,00
BERURI	Rua Costa e Silva s/nº São Francisco CEP: 69000-000;	15.000,00
CAAPIRANGA	Av. Getúlio Vargas 345, Centro CEP 69410-000	15.000,00
CAREIRO CASTANHO	AV. ADAIL DE SÁ, S/ Nº – Centro CEP: 69250-000;	15.000,00
CAREIRO DA VARZEA	Rua Vinte nove de Janeiro, S/ Nº – Centro CEP: 69255-000;	50.000,00

COARI	Estrada Coari-Mamiá, km 02 CEP: 69460- 000;	15.000,00
CODAJÁS	AV. Getúlio Vargas, nº48 CENTRO CEP: 69450-000;	50.000,00
	Rua Ferreira Pena, s/nº - CENTRO CEP: 69450-000;	50.000,00
MANAQUIRI	Rua Abílio Cintra, nº05 Centro CEP: 69435- 000;	15.000,00
Item 9 - Região do Médio Amazonas		
ITAPIRANGA	AV. Pres. Getúlio Vargas, nº151 Centro CEP: 69120-000;	15.000,00
MAUÉS	Rua Guaranópolis, s/nº Maresia CEP: 69730-000;	15.000,00
NOVA OLINDA DO NORTE	Rua Triunfo, nº349 Centro CEP.: 69230-000;	15.000,00
SILVES	Rua Cizenando Grana, s/n - Bairro Panorama CEP: 69110-000	15.000,00
URUCURITUBA	Trav. Pedro Tinoco, nº90 Centro CEP: 69080-000;	25.000,00
Item 10 - Região do Baixo Amazonas		
BARREIRINHA	Rua Coronel Domingos Dutra, n.º 81, Centro, 69.160-000,	25.000,00
BOA VISTA DO RAMOS	Rua 07 DE Setembro, S/Nº Centro CEP: 69195-000	15.000,00
NHAMUNDÁ	Rua Furtado Belém, nº04 – Centro CEP.: 69140-000;	15.000,00
PARINTINS	Estrada do Macurany, Nº 159 Conj. João Djard Vieira I CEP: 69159-000;	15.000,00
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP 69135- 000	15.000,00
URUCARÁ	Rua Coronel Pinto, s/nº Aparecida CEP: 69130-000	15.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Entregar os produtos de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga/descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Segunda. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no endereço indicado pela CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quarta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** julgar necessário;

Subcláusula Quinta. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sexta. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação efetivada, sob pena de decair o direito à contratação.

I - Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes poderão ser convocados para celebrar o ajuste, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da Contratante, na forma revista no art. 73 da Lei n.° 8.666/93, observando-se as disposições constantes do **Item 7** d o **Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**.

Subcláusula Primeira. O prazo para início dos serviços será de, no máximo, **05 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados** contados da entrega da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O **PRAZO DE GARANTIA** sobre os produtos e serviços deverá ser de, no mínimo, **5 (cinco) anos**, contados a partir da data do recebimento definitivo, nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Terceira. A **CONTRATADA** é obrigada a fornecer, além dos materiais especificados e mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte.

Subcláusula Quarta. A execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material deverão ser feitos de modo a não prejudicar a circulação de pessoas, os serviços e o fluxo normal de veículos, observando-se sempre a máxima segurança contra acidentes.

Subcláusula Quinta. O recebimento dos produtos/serviços será realizado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC**, na forma prevista no art. 73 da Lei no 8.666/93, mediante Nota de Entrega ou documento equivalente, que deverá conter apenas os materiais e/ou serviços nas quantidades efetivamente solicitadas e entregues.

Parágrafo Sexta. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos equipamentos não constitui aceitação dos mesmos.

Subcláusula Sétima. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO ou DEFINITIVO do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto desta Ata.

Subcláusula Oitava. A descoberta de defeitos, falhas ou imperfeições ocultas que impeçam ou reduzam a usabilidade dos materiais, verificados após o seu pagamento, implicará na obrigação da contratada de substituí-los/refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação pelo MP/AM. Por ocasião da substituição, a contratada procederá à retirada do material objeto da comunicação.

Subcláusula Nona. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo se a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Décima. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a trinta dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

I – A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **Procuradoria Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões de Regularidade para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão de Regularidade Trabalhista e perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

II – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = ___i___ = I = ___6/100__ = I = 0,00016438

365 365

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

Subcláusula Quarta. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Primeira. Será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, sem justificativa aceita pela Administração:

a) cometer fraude fiscal;

b) apresentar documento falso;

c) fizer declaração falsa;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

f) não assinar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;

h) não mantiver a proposta.

Subcláusula Segunda. Para os fins da subcondição da alínea "d", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula Terceira. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I – Advertência;
II – Multas percentuais, nos termos estabelecidos no Edital;
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei nº. 8.666/93;
V - Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Subcláusula Quarta. Se a contratada, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, sem prejuízo daquelas previstas no Acordo de Níveis de Serviço, Item 14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

a) Multa correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, o vencedor não enviar os documentos solicitados para fins de cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas – SEFAZ/AM, na forma prevista no edital.

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta quando, sem justificativa aceita pela Administração, o vencedor não mantiver a proposta apresentada na sessão pública;

Subcláusula Quinta. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA cumulativamente às de multa, as quais, por sua vez, poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.
Subcláusula Sexta. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada (se houver), além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
Subcláusula Sétima. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.
Subcláusula Oitava. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA IRREAJUSTABILIDADE DE PREÇOS

Os preços constantes da presente Ata de Registro de Preços não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência, ressalvado o previsto na CLÁUSULA NONA supra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

O Ordenador de Despesas da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA delega competência aos servidores responsáveis pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** e **SETOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL - SCMP** para, em conjunto, solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, conforme as seguintes atribuições:

SCMP: realizar pedidos de compra de fechaduras, portas, remanejamento e outros compatíveis com a atividade de manutenção de material já existente.
DEAC: realizar pedidos de compra para execução de novos projetos (ampliação/layout).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES:

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

a) Administrar a presente Ata; e

b) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

Subcláusula Segunda: Compete às Entidades Participantes destinatários:

a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado;

c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei; e

d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira: Compete à CONTRATADA, além daquelas previstas no **Item 8** do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital, as seguintes obrigações:

a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, os materiais relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços;
b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para recebimento, nos termos do edital parte integrante desta Ata de Registro de Preços;
c) Prestar/Entregar/instalar/remanejar os materiais/serviços no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do edital;
d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais/serviços e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;
e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas; e
f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; e

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira. a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Segunda. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá, ou não, contratar o objeto deste instrumento;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Para fins de efetivo controle sobre a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, as PARTES adotam o Acordo de Níveis de Serviço, a ser apurado mensalmente, conforme as definições do **Item 14** do **Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, parte integrante do Edital da licitação que deu origem ao presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Subcláusula Primeira. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.ºXXX/2023-CPL/MP/PGJ-SRP** e a(s) proposta(s) do(s) Fornecedor(es).

Subcláusula Segunda. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira. Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta. Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 322/2007, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus, de novembro de 2023

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

RAZÃO SOCIAL

ANEXO IV

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -
www.mpam.mp.br

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA

Representante Legal

ANEXO V

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -
www.mpam.mp.br

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Grupo	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Global Estimado	Desconto (%)
I	Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	Mensal	12	**R$ 2.100.000,00**	XXX

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: _____

2. **Prazo de Execução dos Serviços**: O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.
3. **Prazo de Garantia dos Serviços:** O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.
4. **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta corrente*);
5. **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*
6. **Dados dos 3 (três) <u>principais integrantes</u> do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

<u>DECLARAÇÕES:</u>

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)

(*nome do representante legal pela empresa*)

(*CPF do representante legal*)

Observação: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

ANEXO VI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM -
www.mpam.mp.br

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade), ____ de _____ de _____*

À

Diretoria de Orçamento e Finanças

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

69037- 473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa

Nome completo e CPF do Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 22/11/2023, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1196436** e o código CRC **1E67FA78**.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2023.010235,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2023.010235

Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE

Abertura das propostas: às 10 horas do dia **07/12/2023** (horário de Brasília).

Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO

Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/

Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br/

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses,* descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e Anexos.

2.2. A licitação será realizada em **Lote Único**, consoante as especificações constantes do **ITEM 3 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, Anexo I e parte integrante deste Edital.

2.3. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e seus anexos, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235, Anexo II deste Edital.

2.4. Os materiais deverão ser de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, de boa qualidade, a fim de garantir a sua perfeita utilização e durabilidade, sob pena de ser recusado o seu recebimento.

2.5. Definições quanto à cor e tamanho serão definidos pela fiscalização.

2.6. DA VISTORIA - poderá o pretenso licitante realizar facultativamente, sob o acompanhamento de representante da PGJ-AM, vistoria às unidades da Procuradoria-Geral de Justiça, para perfeito conhecimento do objeto licitado, a fim de tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações para subsidiar a elaboração das propostas a serem submetidas ao certame, nos termos do ITEM 6 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I deste Edital**.**

2.6.1. A vistoria deverá ser realizada por técnico devidamente credenciado pela empresa licitante, mediante a apresentação de documento conforme modelo previsto no Anexo IV ao Projeto Básico - CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA.

2.6.2. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar Atestado de Vistoria, a ser assinado por representante da PGJ-AM, conforme modelo do Anexo V ao Projeto Básico - ATESTADO DE VISITA TÉCNICA.

2.6.2.1. O referido atestado deverá ser apresentado posteriormente, na fase licitatória, junto à proposta de preços.

2.6.3. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma **Declaração de Dispensa de Vistoria** assinada pelo responsável legal, segundo o modelo Anexo III ao Projeto Básico - MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA.

2.6.3.1. A referida Declaração deverá ser apresentada junto à proposta de preços.

2.6.3.2. Vale ressaltar que não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução do objeto deste certame.

2.6.4. As visitas deverão ser previamente agendadas, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no período de 9h às 15h (horário de Brasília), com a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULOS - DEAC,** pelo telefone 3655-0739.

2.7. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

1. Anexo I – Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235;

1.1 Anexo I do PB Nº 6.2023.DEAC - ENDEREÇO DAS UNIDADES MINISTERIAIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS;

1.2. Anexo II do PB Nº 6.2023.DEAC - COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO ABRANGIDOS PELA MANUTENÇÃO ITEM DESCRIÇÃO;

1.3. Anexo III do PB Nº 6.2023.DEAC - BDI;

1.4. Anexo IV do PB Nº 6.2023.DEAC - Modelo Credenciamento para Vistoria às instalações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça;

1.5. Anexo V do PB Nº 6.2023.DEAC - Modelo Atestado de Visita Técnica às instalações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça; e

1.6. Anexo VI do PB Nº 6.2023.DEAC - Modelo Declaração de Dispensa de Visita Técnica às instalações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça; e

2. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235;

3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

3. Anexo IV – Modelo de Declarações Complementares;

4. Anexo V – Modelo de Proposta de Preços; e

5. Anexo VI – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM. Programa 03.091.3234.1208.0001, Fonte 1.500.100.0.0000.0000, Elemento 3390.39.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave **de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão **interessados** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital, nos termos do art. 26, parágrafo 4.º, do Decreto n.º 10.024/2019.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico ***Comprasnet***, relativo às seguintes declarações:

5.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.7.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame

5.7.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

5.7.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.7.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.7.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos do Anexo III deste Edital.

5.7.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.7.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

6.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado para cada o lote/item.**

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos (no que couber):

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável, o modelo/marca/fabricante, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante**;

7.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 7.6 deste Edital.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

7.2.1. Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

7.2.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

7.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

7.3.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

7.3.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

7.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

7.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

7.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico

8.2.1. Também será desclassificada a licitante que no momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema ***Comprasnet*** identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **MAIOR DESCONTO** do certame, observando-se o prazo previsto para duração do contrato.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,1%.

8.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

8.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13. **Não havendo novos lances** na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública **encerrar-se-á automaticamente.**

8.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. O **Critério de julgamento** adotado será o de **MAIOR DESCONTO**, aferido pelo **MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD) por proposta, decorrente da aplicação da fórmula abaixo, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI:**

$$\mathbf{ACD(\%) = [\ (100\text{-}TR\%) + \frac{BDI\ (100\text{-}TR\%)}{100}\ ] - 100}$$, onde:

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do **SINAPI** (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

8.21. A utilização da fórmula acima apresentada encontra-se detalhada no subitem 4.2 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I deste Edital.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. no País;

8.28.2. por empresas brasileiras;

8.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante e suas condições de participação no presente certame.

8.31. O pregoeiro, ainda, encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 2 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo V:**

9.2.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93). Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.2.1.1. Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

9.2.1.2. No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

9.2.1.3. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.2.2. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

9.2.3. Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, **no que couber**, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

9.2.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.2.5. **O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.**, conforme **ITEM 3.10** do **Projeto Básico N.º 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, Anexo I deste Edital;

9.2.6. Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

9.2.7. Nome, CNPJ ou CPF dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

9.2.8. Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

9.3. As **Declarações Complementares**, referentes ao Anexo IV do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado, sendo elas:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, **devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato.**

f) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

9.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

9.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo V**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

10.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 10.4. deste Edital:**

10.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

10.2.2. Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

10.2.2.1. Considera-se **inexequível** a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.2.3. No momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema ***Comprasnet*** identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

10.3. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**

10.3.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

10.4. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

10.4.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro ou Administração poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, **limitado a 3 (três) oportunidades.**

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

10.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.

10.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

10.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

10.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

10.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.14. Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

10.15. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

11.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

11.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará

para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

11.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

11.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

11.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

11.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

11.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

11.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

11.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

11.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

11.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

11.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

11.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

11.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

11.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

11.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

11.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

11.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 11.9.3. deste instrumento convocatório.

11.10. Relativos à Qualificação Técnica

11.10.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei n.º 5.194/66) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em cuja jurisdição se encontre sua sede;

11.10.1.1. Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM ou CAU/AM, o licitante deverá apresentar o registro devidamente vistado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução CONFEA nº 1.121, de 13/12/2019.

11.10.2. Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

11.10.2.1. Antes da assinatura do contrato, o licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar "visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA" que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is), por ele indicado para execução do(s) projeto(s).

11.10.2.2. O Responsável Técnico deverá possuir vínculo com a licitante, na data fixada para entrega dos envelopes Documentação de Habilitação e Propostas de Preços, entendendo-se como tal, para fins deste Edital:

a) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

b) o administrador ou o diretor;

c) o responsável técnico não sócio da empresa, que conste do quadro de Responsáveis Técnicos da Certidão de Registro referida no subitem 7.9.1, ou detentor de ART(Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) validada pelo respectivo conselho profissional para a data da licitação;

d) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social –CTPS assinada pela licitante ou no Livro de Registro de Empregados; ou

e) o prestador de serviços com contrato escrito vigente firmado com a licitante, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado;

f) declaração de contratação futura de profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

11.10.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, da seguinte forma:

11.10.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, em que fique comprovado que o LICITANTE executou, com fornecimento de todo o material e de mão de obra, obras ou serviços similares em vulto, complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente cotejo, assim entendidos:

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	Execução de cobertura em telha galvanizada	m²	350,00
02	Execução de forro de gesso acartonado	m²	150,00
03	Alvenaria de 1/2 vez	m²	150,00
04	Confecção de esquadria de alumínio	m²	75,00
05	Revestimento cerâmico aplicado em parede	m²	100,00
06	Revestimento cerâmico tipo porcelanato aplicado em piso	m²	250,00
07	Execução de piso intertravado	m²	350,00
08	Pintura Acrílica	m²	450,00
09	Execução de ponto de tomada elétrico (fiação, tomada e acessórios)	pt	45,00
10	Execução de ponto lógico RJ 45 CAT 06 (fiação, tomada e acessórios)	pt	30,00
11	Execução de ponto água fria (tubulações e conexões)	pt	15,00

11.10.3.2. Atestado(s) de qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido

pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região competente, que atenda(m) às características de porte e tecnologia e tenha compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, assim entendidos:

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	Execução de cobertura em telha galvanizada	m²	350,00
02	Execução de forro de gesso acartonado	m²	150,00
03	Alvenaria de 1/2 vez	m²	150,00
04	Confecção de esquadria de alumínio	m²	75,00
05	Revestimento cerâmico aplicado em parede	m²	100,00
06	Revestimento cerâmico tipo porcelanato aplicado em piso	m²	250,00
07	Execução de piso intertravado	m²	350,00
08	Pintura Acrílica	m²	450,00
09	Execução de ponto de tomada elétrico (fiação, tomada e acessórios)	pt	45,00
10	Execução de ponto lógico RJ 45 CAT 06 (fiação, tomada e acessórios)	pt	30,00
11	Execução de ponto água fria (tubulações e conexões)	pt	15,00

11.10.3.3. Os referidos atestados de Qualificação Técnico-Profissional deverão ser apresentados com o visto da Entidade Profissional correspondente ou na forma de Certidão de Acervo Técnico– CAT;7.

11.10.3.4. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

11.10.3.5. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

11.10.3.6. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

11.10.3.7. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este edital, tendo em vista o vulto da contratação, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

11.10.4. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros de sua equipe técnica que se responsabilizará pelo objeto desta licitação, devendo constar nessa equipe técnica o detentor do acervo referido no subitem 11.10.3.2.

11.10.4.1. A verificação da veracidade e exatidão das informações prestadas pelas licitantes quanto à equipe técnica listada para realização do objeto desta licitação, conforme exigência contida no subitem 11.10.3.2 poderá ser auxiliada por técnico(s) da Instituição ou outro especialmente designado para tanto.

11.10.4.2. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993;

11.10.4.3. No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

11.10.5. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, todas serão inabilitadas.

11.11. Disposições Gerais da Habilitação:

11.11.1. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

11.11.2. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

11.11.2.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

11.11.2.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.11.2.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

11.11.3. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 11.9.3 deste instrumento convocatório.

11.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

11.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no item 25.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

11.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-

Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

11.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

11.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.19. Atendidas as exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

11.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

12.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

12.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 9h. às 15h. (horário Brasília).

12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

12.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

12.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

12.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Não havendo recurso, de pronto, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor. Existindo recurso, após decisão, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

14.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

14.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 10.7, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 8.7 deste Edital.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. Após homologação do resultado desta licitação, a PGJ, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, convocará o vencedor do certame para cumprimento das exigências pertinentes à assinatura da Ata de Registro de Preços, o que deverá, obrigatoriamente, ser atendido **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.1.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito.

15.1.2 Para assinar a Ata de Registro de Preços, o representante legal da empresa deverá apresentar procuração e/ou contrato social e cédula de identificação.

15.1.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada.

15.1.4. O compromisso de fornecimento será formalizado mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo fornecedor.

15.2. Na assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato e/ou da Ata de Registro de Preços ((§1º, do art. 48, do Decreto nº 10.024/2019).

15.3. Se o vencedor da licitação não fizer a comprovação referida no subitem anterior, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-as as sanções legais cabíveis.

15.5. A empresa que tenha seu preço registrado obrigar-se-á a cumprir as condições dispostas na ata de registro de preços, aplicando-o ao quantitativo solicitado pela Administração.

15.6. Na hipótese de a empresa vencedora ter seu registro cancelado ou não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do Edital. Nessa hipótese, a Administração deverá negociar com o fornecedor convocado quanto ao preço ofertado, visando manter as condições mais vantajosas do Registro de Preços.

15.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ.

15.8. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado;

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

15.8.1. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

15.9. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotora da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

16. DA VALIDADE, CONTROLE E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A Ata de Registro de Preços terá a vigência de 1 (um) ano, contados da publicação na Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso**.**

16.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, decorrentes das situações previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.2.1. Ainda que comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº. 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar novo processo licitatório.

16.2.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago

pela Administração, o PROPONENTE registrado será convocado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** para a devida alteração do valor registrado na Ata.

16.3. O PROPONENTE terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurando o contraditório e a ampla defesa:

16.3.1. A pedido, quando:

16.3.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

16.3.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições.

16.3.2. Por iniciativa do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, quando:

16.3.2.1. O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.3.2.2. Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

16.3.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

16.3.2.4. Não cumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;

16.3.2.5. Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

16.3.2.6. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na ata de registro de preço ou nos pedidos dela decorrentes.

16.4. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a PROCURADORIAGERAL DE JUSTIÇA fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

16.5. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

16.5.1. Por decurso de prazo de vigência.

16.5.2. Quando não restarem fornecedores registrados.

16.6. Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pelo **SETOR DE COMPRAS E MATERIAIS – SCOMS**, que os valores constantes na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá:

16.6.1. Cancelar os itens com preços registrados cujos valores estejam acima dos preços praticados no mercado;

16.6.2. Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº. 8.666/93, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pelo Ministério Público do Estado do Amazonas.

16.7. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega de bens ou serviços, sempre por escrito, deverão ser encaminhados com **antecedência mínima de 1 (um) dia do respectivo vencimento**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

16.8. Os pedidos de alteração de marca e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados **em até 5 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

16.9. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

16.10. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

16.11. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

16.12. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item, observarão os seguintes limites:

I - o quantitativo, por órgão ou entidade, não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item registrado na ata de registro de preços; e

II - o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.13. Todas as comunicações com as empresas detentoras da Ata de Registro dar-se-ão por meio dos *e-mails* e dados contidos, especialmente, na Proposta de Preços em conjunto ao SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

17.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

17.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP ou instrumento equivalente, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0**, e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

17.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

17.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

17.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no projeto básico.

17.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

18.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

18.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

18.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

18.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

18.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

18.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

18.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

18.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

18.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

18.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

18.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

18.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações compreendias **nos itens 3, 5, 6 e 8 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, *Anexo I* a este Edital, bem como na **Minuta de Contrato Administrativo nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235,** *Anexo II,* serão também deveres da CONTRATADA:

19.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via e-mail, banco, agência e número da conta corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

19.4. Dos Prazos para Prestação dos serviços - O prazo para o início da execução dos serviços será de, no máximo, 5 dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados, contados da entrega da Ordem de Serviço, conforme Item 3.10 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235.

19.4.1. O prazo da prestação dos serviços objeto deste Pregão deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

19.5. DA GARANTIA CONTRATUAL - Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar garantia na forma e condições estabelecidas na Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato**, *Anexo II*, parte integrante deste Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 9 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Sétima** da **Minuta de Contrato Administrativo Nº 14.2023.DCCON.1010168.2022.018361,** *Anexo II* a este Edital.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com o **Item 11 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, bem como a **Cláusula Décima – Da Liquidação e do Pagamento** da Minuta de Contrato, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

21.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link https://www.mpam.mp.br/component/content/article/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.3. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema ***Comprasnet*** na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação. No entanto, caso a vencedora não realize o cadastro em até 5 (cinco) dias após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível

aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VI);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

22. DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS

22.1 Para fins de efetivo controle sobre a execução contratual, a CONTRATANTE adotará o **Acordo de Níveis de Serviço (ANS)**, a ser apurado e considerado para aplicação de sanções à CONTRATADA, cujos critérios estão estabelecidos no **Item 14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235** (Anexo I) e da **Cláusula Décima Oitava da Minuta Contratual (Anexo II)**, partes integrantes deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de multa de 30% do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

23.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

23.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

23.1.3. apresentar documentação falsa;

23.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

23.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

23.1.6. não mantiver a proposta;

23.1.7. cometer fraude fiscal;

23.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

23.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

23.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

23.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 11.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

23.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

23.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pelo(a) PROCURADOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

23.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

23.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital e Anexos;

23.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

23.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

23.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

23.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas as multas estabelecidas no Item **14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e nas Cláusulas Décima Sétima e Décima Oitava da Minuta de Contrato Administrativo Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235**, segundo a gravidade da falta.

23.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

23.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

23.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

23.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

23.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. Até o dia **01/12/2023, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário de expediente da Instituição, **até às 15 horas (horário de Brasília) da data limite fixada** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 01/12/2023, 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 15 horas (horário de Brasília) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, até às 15 horas (horário Brasília) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h às 15 horas (horário de Brasília), na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deverá sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019.

25.3.2. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (preexistente), que deixou de ser juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (***TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021***).

25.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

25.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

25.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

25.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**.

25.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema ***Comprasnet***, prevalecerá o Edital.

25.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

25.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, 22 de novembro de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 183/2023- DOMPE, Ed. 2643, de 12.07.2023

- Documento assinado eletronicamente. Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE **MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA**, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO/ ENTIDADE PROPONENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MP/AM**

CNPJ: **04.153.748/0001-85**

ENDEREÇO: **AVENIDA CORONEL TEIXEIRA, 7995 – NOVA ESPERANÇA**.

CIDADE: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69.037-473**

DDD/FONE: (92) 3655-0500 DDD/FAX: (92) 3655-0763

2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

2.1 A contratação objeto deste Projeto Básico justifica-se pelo fato de que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, faz-se premente a estruturação e manutenção de todas as suas unidades organizacionais para o desenvolvimento das atividades institucionais, bem como promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao *Parquet* amazonense.

2.2 No tocante à modalidade de licitação, adotou-se o procedimento do pregão, pois o serviço de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas **tem natureza de serviço comum**, **por possuir padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.**

2.3 Os serviços de manutenção predial possuem demandas frequentes, tendo em vista que as edificações estão constantemente em processo de deterioração e desgastes naturais. Ademais, a manutenção predial possui a característica de imprevisibilidade, não sendo possível o planejamento prévio completo e exato dos serviços necessários à manutenção das edificações.

3. DETALHAMENTO DO OBJETOO

3.1. Este Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para **manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

3.2. **O valor estimado da contratação é de R$ 2.100.000,00 (Um milhão e Setecentos e Sessenta mil reais).**

Local de prestação do serviço	Descrição do serviço	(A) Valor Estimado	(B)ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD

Local de prestação do serviço	Descrição do serviço	(A) Valor Estimado	(B)ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD
EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - **SINAPI**,	R$ 2.100.000,00	
VALOR GLOBAL *(valor resultante após aplicação desconto - ACD)*			R$

3.2.1 A quantidade de intervenções em cada edificação será levantada pela fiscalização limitando-se ao valor total.

3.2.2 "ACD" corresponde ao percentual de Acréscimo sobre Custo Direto (ACD) por item (região), cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI. Ver item 4.2

3.3 O valor estimado de contratação tem como base estudo preliminar realizado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo do Ministério Público do Estado do Amazonas, que prevê os custos a serem gastos nas unidades ministeriais existentes na capital e municípios do interior do Estado do Amazonas. **O SINAPI estimado na planilha está com desoneração,** respeitando a legislação, a administração optou por este regime. **O mês de referência da tabela SINAPI será o anterior à data da licitação;**

3.4 O objeto previsto nesta contratação deverá ser executado em obediência à Resolução n.º 81, de 31 de janeiro de 2012 do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 24/02/2012, pág. 113 e 114, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências.

3.5. As condições e especificações de execução do objeto a ser contratado estão dispostas nos seguintes Cadernos, que integram este Projeto Básico:

1. Anexo I – Endereço das Unidades Ministeriais e Estimativa de Custos;
2. Anexo II – Componentes da Edificação Abrangidos pela Manutenção
3. Anexo III – Planilha de Composição do BDI;
4. Anexo IV – Credenciamento para Vistoria;
5. Anexo V - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica
6. Anexo VI - Modelo de Dispensa de Vistoria Técnica

3.5.1 Os anexos deverão ser fornecidos eletronicamente aos pretensos licitantes.

3.6. Todos os materiais empregados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, estar em fase normal de fabricação e observar às especificações deste documento e seus Cadernos e às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

3.6.1 Entende-se por primeira qualidade ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado;

3.6.2 Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução, serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da CONTRATADA;

3.6.3 Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal.

3.7 O BDI, Benefícios e Despesas Indiretas, conforme Anexo III, adotado pelo Ministério Público levam em conta todo o material, ferramentas e mão de obra para a execução dos serviços e média de preços pesquisados junto ao mercado.

3.8 Os valores propostos deverão incluir todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

3.9 O início dos serviços fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo contratado, recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-AM, nos termos dos art. 1o. e art. 2o. da Lei n.o 6.496/77.
2. Apresentação da Relação de Funcionários, identificados pelo nome completo, identidade e CPF;
3. Ordem de serviços autorizada pela Divisão de Engenharia do MPAM.

3.10 **O inicío dos serviços deverá ocorrer até 5 dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materias específicos a serem empregados.**

3.11 O prazo de vigência desta ATA será de 12 meses a conta da data de publicação.

3.10 ATIVIDADES RELACIONADAS AO OBJETO

3.10.1 O objeto da contratação consiste na prestação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, nos sistemas integrados às instalações prediais;

3.10.2 Os componentes de edificação abrangidos na manutenção são exemplificados e apontados na tabela constante do Anexo II e constituem

3.10.4. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços **no prazo fixado pela fiscalização, contado do recebimento da Ordem de Serviço**;

3.10.4.1 O prazo referido no presente item levará em conta, no mínimo, a quantidade e complexidade dos serviços demandados, bem assim a logística de acesso ao local da prestação.

3.10.5. A critério da fiscalização poderão ser fornecidos especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais a serem seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

3.10.6. Na execução das manutenções prediais, a definição do preço global dos serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI;

3.10.6.1. O levantamento dos preços deverá ser de acordo com os valores constantes da **tabela de referência (mês anterior ao da realização da licitação)**, considerando a base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI referente ao Estado do Amazonas;

3.10.7. **Nos casos em que a Tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, conforme abaixo**:

3.10.7.1. Adoção do sistema de preços do **SBC** do mesmo mês de referência da tabela SINAPI adotada na licitação, aplicando-se o menor percentual de acréscimo ofertado na licitação;

3.10.7.2. Caso não seja possível utilizar o SBC, deverá ser realizada pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser utilizado o menor preço entre as três cotações e sobre ela aplicar o mesmo percentual de acréscimo ofertado na licitação;

3.10.8. Deverão ser elaborados pela Fiscalização, previamente à emissão da Ordem de Serviço, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços, os seguintes documentos:

3.10.8.1. Memória de cálculo dos quantitativos;

3.10.8.2. Planilha de orçamento dos serviços a serem demandados

3.10.8.3. Planilha com as composições analíticas;

3.10.8.4. Cronograma físico-financeiro;

3.10.9. A Contratada deverá apresentar sua Proposta de Preços, em consonância com o percentual proposto na licitação e de acordo com os serviços demandados, em até 2 (dois) dias úteis da provocação por parte da fiscalização.

3.11 A formalização de instrumento contratual será obrigatória nos casos em que o orçamento elaborado ultrapassar o valor previsto na Lei n.º 8.666/93 para os serviços de engenharia que podem ser licitados sob a modalidade convite, bem assim quando o prazo de execução for superior a 30 (trinta) dias, e facultativa nos demais casos elencados no art. 62, da Lei n.º 8.666/93.

3.12 Os itens componentes do objeto do presente instrumento não poderão ser demandados para realização de obra de engenharia.

4. LICITAÇÃO

4.1 O procedimento para contratação do objeto será realizado mediante licitação na **modalidade PREGÃO**, no **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

4.2 **O tipo de licitação será o MENOR PREÇO GLOBAL**, apurado com base no critério de julgamento de **MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD) por proposta, decorrente da aplicação da fórmula a seguir, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI:**

$$ACD(\%) = \left[(100 - TR\%) + \frac{BDI\ (100 - TR\%)}{100} \right] - 100$$, onde:

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do **SINAPI** (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

4.2.1 – Para maiores esclarecimentos, informamos que a fórmula indicada objetiva assegurar a proposta mais vantajosa para o MPAM, visto que contempla conjuntamente o abatimento proposto sobre a tabela SINAPI, bem como o BDI incidente, cujo resultado será o menor custo final para o serviço contratado.

Com efeito, a análise isolada do percentual de abatimento sobre a tabela SINAPI proposto pela licitante não assegura um menor dispêndio para o MPAM, caso desconsiderado o BDI aplicado na composição do custo final.

Tal constatação pode ser demonstrada através da seguinte memória de cálculo exemplificativa:

Empresa	Custo SINAPI (R$)	Abatimento ofertado (%)	Custo resultante (R$)	BDI (%)	Custo final ao MPAM (R$)	RESULTADO PARA O MPAM Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI
A	100,00	10	90,00	20	108,00	08 %
B	100,00	12	88,00	25	110,00	10 %

Da tabela demonstrativa depreende-se que:

Empresa A - apresenta menor percentual de abatimento sobre a tabela SINAPI, porém aplica um menor BDI, resultando um menor custo para o MPAM (acréscimo de 08%);

Empresa B - apresenta maior percentual de abatimento sobre a tabela SINAPI, porém aplica um maior BDI, resultando um maior custo para o MPAM (acréscimo de 10%).

Portanto, adotamos a fórmula ACD% = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] – 100,

100

onde:

TR = Taxa percentual de redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual, cujo teto é **28,35%** para serviços e **16,32%** para aquisição de equipamentos e materiais específicos.

Tal fórmula objetiva identificar o menor percentual de acréscimo em relação aos custos de referência da tabela SINAPI, após aplicação do abatimento proposto pela licitante e incidência do BDI, percentual esse a ser adotado nos futuros orçamentos de serviços constantes do presente Termo de Referência.

4.3. A composição e definição dos índices Bonificações e Despesas Indiretas - **BDI** a serem utilizados nesta licitação terá o percentual máximo de **28,35%** para serviços.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

5.1 Para que possam ser habilitados a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar:

5.1.1 Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), em cuja jurisdição se encontre sua sede;

5.1.1.1 Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM, o licitante deverá apresentar, à época da contratação, o registro devidamente visado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução nº 413, de 27/6/1997;

5.1.2 Certidão de Registro de Pessoa Física emitida CREA pelo da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973, com validade na data de realização da sessão pública do certame, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

5.1.2.1 Antes da assinatura do contrato, o licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar "visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA" que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is), por ele indicado para execução do(s) projeto(s);

5.1.2.2 O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

5.1.2.3 A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

5.1.3 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, da seguinte forma:

5.1.3.1 Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, em que fique comprovado que o LICITANTE executou obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente cotejo, e com fornecimento de todo o material de reposição.

5.1.3.2 Atestado(s) de Qualificação Técnico-Profissional, do responsável técnico, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no conselho profissional correspondente.

5.1.3.3 O(s) atestado(s) Técnico(s)-Profissional(is) deverá(ão) ser apresentado(s) com o visto da Entidade Profissional correspondente ou na forma de Certidão de Acervo Técnico – CAT;

5.1.3.4 Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior a do profissional substituído, devidamente comprovadas;

5.1.3.5 No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

5.1.4 Declaração de responsabilidade técnica, devidamente assinada pelo profissional técnico indicado.

5.1. Para que possam ser habilitados a fornecerem os produtos e a executarem os serviços pertinentes ao objeto, os licitantes deverão apresentar pelo menos 1 (um) **Atestado de Capacidade Técnica:**

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	Execução de cobertura em telha galvanizada	m²	350,00
02	Execução de forro de gesso acartonado	m²	150,00
03	Alvenaria de 1/2 vez	m²	150,00
04	Confecção de esquadria de alumínio	m²	75,00
05	Revestimento cerâmico aplicado em parede	m²	100,00
06	Revestimento cerâmico tipo porcelanato aplicado em piso	m²	250,00
07	Execução de piso intertravado	m²	350,00
08	Pintura Acrílica	m²	450,00
09	Execução de ponto de tomada elétrico (fiação, tomada e acessórios)	pt	45,00
10	Execução de ponto lógico RJ 45 CAT 06 (fiação, tomada e acessórios)	pt	30,00
11	Execução de ponto água fria (tubulações e conexões)	pt	15,00

fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante tenha fornecido, a contento, serviço de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste instrumento, que permita estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais, quantitativas e qualitativas.

6. DA VISTORIA

6.1 **A realização de vistoria é facultativa**, e objetiva visitar o local de execução dos serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações.

6.2 **Na hipótese de optar pela realização da vistoria**, o interessado deverá obedecer às seguintes condições.

6.2.1 A vistoria **deverá** ser realizada por preposto ou representante da interessada, devidamente credenciado pela empresa.

6.2.2 Essa condição deverá ser comprovada através de documento de identificação e de **Carta de Credenciamento**, emitida pela empresa, apresentando a pessoa que realizará a vistoria;

6.2.3 Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica**, em papel timbrado da empresa, conforme modelo anexo a este termo de referência, que será assinado por servidor designado da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** - desta PGJ-AM, onde o servidor declara ter acompanhado o representante da empresa durante a vistoria técnica realizada.

6.2.4 O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na **fase licitatória**, nos termos definidos no edital do certame;

6.2.5 A **vistoria** poderá ser realizada até três dias úteis anteriores à data estipulada para abertura da licitação;

6.2.6 As visitas deverão ser agendadas com antecedência mínima de vinte e quatro horas à data limite de vistoria, com a **Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo**, pelos telefones (92) 3655-0739, no período das 8h às 14h.

6.2.7 O tempo de antecedência para agendamento é necessário para a Administração planejar o deslocamento da equipe para acompanhamento da vistoria.

6.3 **Caso a empresa opte por não realizar a vistoria**, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma Declaração de Dispensa de Vistoria assinada pelo responsável legal, informando sua opção pela não realização da visita.

6.4 Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos.

7. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1 Comunicar, por escrito, à CONTRATANTE a conclusão dos serviços, para que proceda à VISTORIA DO RECEBIMENTO;

7.2. O **Recebimento dos serviços** executados pela CONTRATADA será efetivado em duas etapas sucessivas:

7.2.1 **Recebimento Provisório:** após vistoria, que deverá ser realizada pela Comissão nomeada pelo CONTRATANTE, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data em que a CONTRATADA comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto deste contrato, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada;

7.3 **RECEBIMENTO DEFINITIVO**: em segunda etapa, pelos membros da comissão designada pelo Contratante, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, até 90 dias após o prazo de observação para verificação da adequação do objeto aos termos contratuais.

7.4 O **Recebimento Definitivo** dos serviços não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios de qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Alocar aos serviços toda a mão de obra, inclusive qualificada, e direção administrativa, bem como equipamentos, ferramentas, instrumentos pessoais e equipamentos de segurança individual (EPI), necessários à execução do objeto contratual, em perfeitas condições de uso, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de solicitar a substituição daqueles que julgar inadequados.

8.1.1 A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, os equipamentos, aparelhamento e material, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do contrato;

8.1.2 Disponibilizar também relação do pessoal técnico que atuará na execução dos serviços, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, informando sempre que houver qualquer alteração na mesma.

8.2 Manter quadro de pessoal competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo de execução dos serviços, de modo que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados.

8.2.1 Todos aqueles que estarão prestando serviços à CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá.

8.2.2 Selecionar e preparar rigorosamente, inclusive quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho, os empregados que executarão os serviços, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, sem qualquer vínculo empregatício com a PGJ/AM.

8.2.3 Afastar do local de serviços qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja, a juízo da CONTRATANTE, considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de 24 horas a partir da notificação expedida pela CONTRATANTE.

8.2.4 Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores;

8.2.5 Responsabilizar-se pelas condições de higiene no canteiro de obras, conforme o estabelecido pelas normas regulamentadoras;

8.2.6 Prover transporte e alimentação ao pessoal dentro das especificações da lei e da convenção coletiva do sindicato;

8.2.7 Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora NR-18, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de equipamentos de proteção individual e coletiva – EPIs e EPCs - adequados a cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório.

8.3 Aplicar, na manutenção e serviços, materiais de boa qualidade, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles que julgar de má qualidade ou inadequados, debitando à CONTRATADA todas as despesas consequentes.

8.3.1 Todo material de origem mineral deverá ser fornecido por pessoa física ou jurídica licenciada junto aos órgãos competentes.

8.3.2 Os materiais, ferramentas e equipamentos deverão ser armazenados em locais apropriados, cobertos ou não, conforme sua natureza, sendo a CONTRATADA responsável por sua guarda, segurança e proteção, até a conclusão dos serviços.

8.3.3 Todos os materiais fornecidos ou aplicados pela CONTRATADA deverão ser de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto e sua aplicação estará condicionada ao aceite prévio da CONTRATANTE, o que ocorrerá por escrito, mediante amostras apresentadas à FISCALIZAÇÃO antes da aquisição do material ou equipamento.

8.3.3.1 Apresentar, ainda, a indicação da marca e o modelo/referência, conforme especificações fornecidas, para aprovação da CONTRATANTE.

8.3.3.2 Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA, as amostras serão conservadas até o final dos trabalhos de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

8.3.3.3 Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados.

8.3.3.4. Caso o material ou equipamento especificado encontre-se fora de linha ou obsoleto, deverá ser substituído pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos e especificações. A substituição deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

8.3.4 Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenha idêntica função e se presta às mesmas condições do material, equipamento ou serviço especificado.

8.3.5 É vedada a utilização de materiais e equipamentos improvisados, usados ou danificados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, assim como não será tolerada a adaptação de peças, seja por corte ou outro processo, de modo a utilizá-las em substituição às peças recomendadas e de dimensões adequadas.

8.3.6 Quando não houver descrição do material ou equipamento a ser utilizado, ou do tipo de serviço a ser executado, ou houver discrepância, seguir orientação da FISCALIZAÇÃO.

8.3.7 Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material ou equipamento especificado por outro equivalente, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará à FISCALIZAÇÃO, por escrito, a proposta de substituição, motivada, acompanhada de levantamento de custos, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos acordados.

8.3.8 A FISCALIZAÇÃO deverá ter livre acesso a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas e outros, para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade etc.

8.3.9 Apresentar, por escrito, se solicitado pela CONTRATANTE, informações dos locais de origem dos materiais ou seus certificados de ensaios.

8.3.9.1 Os ensaios e as verificações serão providenciados sem ônus para a CONTRATANTE.

8.4 **Substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, no prazo de 48 horas** a partir da comunicação, os materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela FISCALIZAÇÃO como inadequados à execução dos serviços, ou que, por qualquer motivo, tenham sido adquiridos sem sua aprovação.

8.5 Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pelo CONTRATANTE e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT.

8.6 Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização do CONTRATANTE.

8.7 Executar os serviços dentro do prazo contratado.

8.7.1 - Para o cumprimento do prazo estabelecido, os serviços deverão ser executados durante o horário normal do expediente, aos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno, podendo a critério do Ministério Público ser estendido o horário, caso seja comprovada a necessidade e seja ainda autorizado pelo agente fiscalizador da Contratante.

8.8 Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares e de segurança do CONTRATANTE, podendo ser exigido o afastamento daqueles funcionários da CONTRATADA, cuja conduta, a critério do CONTRATANTE, seja considerada inconveniente.

8.9 - Cumprir, na execução do presente contrato, todas as exigências impostas pela Lei nº 6.514 de 22/12/77 e Portaria nº 3.214 de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, às suas exclusivas expensas.

8.10 - Acatar todas as normas das legislações Federal, Estadual e Municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual.

8.11 - Comunicar ao CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto.

8.12 - Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem, dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

8.13 - Permitir e facilitar ao CONTRATANTE o levantamento físico da força de trabalho da CONTRATADA e de seus subcontratados, pertencendo ao CONTRATANTE, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados.

8.14 - Os serviços porventura com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão demolidos e refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE e sem implicar alteração do prazo contratual.

8.15 - Assegurar livre acesso e trânsito aos locais de trabalho, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do CONTRATANTE ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados.

8.16 - Apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS.

8.17 - Além das despesas relativas a salários, encargos sociais, trabalhistas e de Previdência Social, a CONTRATADA arcará, também, com as despesas relativas à assistência médica.

8.18 - Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

8.19 - Se houver necessidade de ocupação de terrenos fora da área do CONTRATANTE, para instalação de acampamentos, escritórios e/ou depósitos, estes serão alugados pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE.

8.20 - A CONTRATADA manterá sempre cobertos por apólices regulares os riscos de acidentes e outros seguros exigidos por lei, bem como promoverá o seguro de danos físicos, sendo beneficiário o CONTRATANTE e/ou quem por ela indicado.

8.21 **A CONTRATADA obriga-se a providenciar, junto ao CREA/AM, no prazo máximo de cinco dias úteis**, contados a partir da celebração do Contrato, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977).

8.21.1 A ART deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, em uma cópia autenticada da documentação, com o objetivo de comprovar o registro.

8.22 Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;

8.22.1. A CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico.

8.22.1.1. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM.

8.22.1.2. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação.

8.23 A CONTRATADA deverá manter em Manaus/AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

8.25 Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo Ministério Público, acatando as observações da FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessários.

8.26 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços.

8.26.1. Caso ocorra atraso por culpa da CONTRATANTE, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção.

8.27 Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução deste objeto, incluindo as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços.

8.27.1 A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos decorrentes da execução do objeto não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento.

8.28 **Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.**

8.29 Manter-se, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.

8.30 Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

8.30.1 A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

8.31 Realizar limpeza geral após a conclusão dos serviços, de forma a retirar todas as impurezas e resíduos gerados durante a execução das atividades, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela FISCALIZAÇÃO, a fim de que o espaço seja entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.

8.31.1 Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados e descartados em locais indicados, sem criar constrangimentos para a CONTRATANTE.

8.31.2 A CONTRATADA deverá adotar procedimentos ambientais quanto à destinação dos resíduos provenientes da execução dos serviços, **obedecendo, em especial, à Resolução CONAMA nº 307/02**.

8.32 Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo.

8.33 Fornecer garantia contra defeitos ou falhas de execução dos serviços pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data do recebimento, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

8.34 Apresentar todos os documentos exigidos no contrato, tais como Documentos Técnicos, Garantia, etc.

8.35 A CONTRATADA deverá, ainda, apresentar o Certificado de Garantia, devidamente acompanhado da Nota Fiscal de compra, Manuais e Documentações Técnicas de todos os equipamentos.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria Geral de Justiça - PGJ-AM:

9.1 Designar, conforme dispõe o artigo 67 e §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, representante(s) da PGJ-AM a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

9.2 Acompanhar e fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, o exato cumprimento das condições estipuladas.

9.2.1 **Essa fiscalização não exime a CONTRATADA das responsabilidades oriundas de suas falhas e/ou omissões**.

9.3 Aprovar previamente, através da FISCALIZAÇÃO, os equipamentos e materiais a serem aplicados na execução dos serviços, eventuais alterações de projeto e demais procedimentos.

9.4 Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, a fim de que qualquer falha seja sanada em tempo hábil, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.5 Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento realizado em desacordo com o Projeto Básico.

9.6 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos serviços.

9.7 Exigir da CONTRATADA o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.

9.8 Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA quanto aos serviços devidamente realizados, na sua totalidade ou parcialidade, dentro dos critérios estabelecidos neste documento, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais pela FISCALIZAÇÃO e da apresentação dos documentos exigidos no item 12 deste Projeto Básico.

10. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

10.1 O Ministério Público exigirá, para a contratação resultante desta licitação, a prestação de garantia, em conformidade com o disposto no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação.

10.2 No caso de acréscimo no valor contratual, a licitante vencedora obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação no prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao disposto no subitem abaixo.

10.3 As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93.

11. DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

11.1 O pagamento das faturas da empresa contratada será feito de forma **MENSAL** , baseada em medições de serviços executados no período relacionado ao **MÊS ANTERIOR** ao da fatura, demandados mediante Ordem de Serviço da **CONTRATADA**, tanto corretivamente quanto preventivamente.

11.2 Após a realização dos serviços os mesmos deverão ser expressos em relatórios atestados pela fiscalização que indicará o responsável técnico que irá receber os serviços e compilar os relatórios para proceder ao pagamento.

11.3 O processo de pagamento deverá constar a documentação abaixo relacionada:

11.3.1 Todas as certidões de regularidades Fiscais e Trabalhistas;

11.3.2 Requerimento de solicitação de pagamento em duas vias;

11.3.3 Recibo, em duas vias;

11.3.4 Cópia da Nota de Empenho;

11.3.5 Nota Fiscal de Serviços;

11.3.6 Relatório de Execução de Serviço apresentado pela contratante aprovado pelo responsável técnico indicado pela PGJ/AM;

11.4 Os valores dos serviços prestados deverão ser extraídos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, como referência, sempre que possível. Quando não for possível deverá ser feita pesquisa de mercado.

11.5 Os serviços serão realizados conforme cronograma de desemboso estimado:

PARCELAS ESTIMADAS					
01	02	03	04	05	06
PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12
07	08	09	10	11	12
PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12	PROPOSTA/12

11.5.1 Após a efeitiva contratação será emitido o primeiro empenho estimado, com aportes mensai, bimestrais ou trimestrais, conforme decisão desta CONTRATANTE após viabilidade orçamentária e financeira e volume de demnadas.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

12.2 O CONTRATANTE far-se-á representar no local dos serviços por seu Agente Fiscalizador designado em portaria e, na falta ou impedimento deste, por seu substituto com as mesmas atribuições e poderes.

12.3 O CONTRATANTE, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para o controle qualitativo e quantitativo dos serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução, à vista dos projetos.

12.4 À Fiscalização compete: o acompanhamento e controle da execução dos serviços, as avaliações e medições dos serviços, até sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõem o Contrato.

12.5 A Fiscalização lançará no Livro de Ocorrência todas as observações dignas de registro para controle dos serviços, devidamente assinadas pelo preposto da CONTRATADA.

12.6 Toda troca de informações e correspondências entre a CONTRATADA e CONTRATANTE, bem como todas as instruções da Fiscalização à CONTRATADA, devem ser por escrito, cabendo o seu registro no Livro de Ocorrências. Todos os expedientes escritos da CONTRATADA, após seu registro, serão encaminhados ao CONTRATANTE, para decisão, acompanhados de parecer da Fiscalização.

12.7 Compete à Fiscalização ter prévio conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases dos serviços, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos.

12.8 A ocorrência de obstáculos e imprevistos obrigará a CONTRATADA a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre as ocorrências.

12.9 A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exação ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como de subempreiteiras e/ou subcontratadas.

12.10 Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas do CONTRATANTE, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.

12.11 Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela Fiscalização ou pela própria CONTRATADA, obrigando-a, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

12.12 A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o

andamento dos serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa, por ação ou omissão.

12.13 A Fiscalização poderá determinar a paralisação dos serviços, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à CONTRATADA, ressalvado o disposto no Edital e neste Caderno de Encargos, todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação.

12.14 A determinação da paralisação, citada no item anterior, vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo ao CONTRATANTE formalizar a sua suspensão.

12.15 No prazo de observação, a CONTRATADA deverá executar, sob sua inteira responsabilidade, os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela Fiscalização, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

13. RESPONSABILIDADE

13.1 As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

13.2 Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

1. sua negligência, imperícia e/ou omissão;

2. infiltração de qualquer espécie ou natureza;

3. ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao serviço;

4. acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiro.

13.3 Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

13.4 A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

14 DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS RESPECTIVAS

14.1. Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta – **tabela 1**, as multas conforme **tabela 2**:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	4
3	Não providenciar substituto para componente da equipe; por empregado e por ocorrência.	4
4	Não utilizar produtos novos e adequados, em excelente estado de conservação e/ou com os devidos registros legais; por ocorrência.	4
5	Apresentar painéis ou perfis velhos, sujos, amassados, arranhados ou com outros defeitos que prejudiquem a qualidade e a estética do produto fornecido,	4
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por ocorrência.	3
7	Fornecer os produtos parcialmente ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	3
8	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento; por ocorrência.	2
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual – PI, quando necessários; por empregado, por ocorrência.	2
10	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	1
Para os itens a seguir, deixar de:		
11	Prestar os serviços de fornecimento, instalação e remanejamento (desmontagem/montagem) de divisória, por serviço.	4
12	Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, o serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE, por dia e/ou serviço.	4
13	Obedecer, na montagem dos materiais, ao contido nas normas reguladoras específicas.	4
14	Observar sempre a máxima segurança contra acidentes durante a execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material, por dia e/ou serviço.	4
15	Fornecer mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte, por dia ou serviço.	3
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores; por ocorrência.	2
17	Cumprir obrigações dentro do prazo contratual; por ocorrência e/ou por hora e/ou por dia.	2
18	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e/ou por dia.	1
19	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e/ou por dia.	1
20	Executar limpeza ao final de cada serviço; por dia.	1
21	Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários, por serviço.	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,10% do valor faturado.
2	0,15% do valor faturado.

Grau	Correspondência
3	0,25% do valor faturado.
4	0,40% do valor faturado.

9.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

9.5. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

9.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15. DA ELABORAÇÃO

O presente Projeto Básico foi elaborado pela Divisão Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração e integra o procedimento interno.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Projeto Básico está de acordo com as Leis nº 8.666/93, nº 5.194/66, nº 6.496/77, nº 8.078/90, nº 10.406/02, Resolução n.º 81/12 do Conselho Nacional do Ministério Público e às demais legislações e normas pertinentes. Manaus – AM, de março de 2023. **Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes** **CREA 6028-D** Chefe da Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC
APROVAÇÃO

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/07/2023, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1049184** e o código CRC **E6C4E0DB**.

ANEXO I – ENDEREÇO DAS UNIDADES MINISTERIAIS E ESTIMATIVAS DE CUSTOS

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
1 - Região Metropolitana	MANAUS	1- Prédio Sede - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 350.000,00
		2- Auditório Carlos Bandeira - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
		3- Prédio Anexo Administrativo - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
		4- Prédio Anexo Administrativo do Aleixo - AV. André Araújo, N°23, Aleixo	R$ 200.000,00
		5- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Centro Integrado de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator - Rua Desembargador João Machado, s/n, Bairro Alvorada I	R$ 25.000,00
		6- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Palácio da Justiça Edifício Desembargador Arnoldo Péres - Av. André Araújo, s/nº Bairro Aleixo	R$ 15.000,00
		7- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas 18º Juizado Especial Criminal - Av. Professor Nilton Lins, nº 3.259 Centro Universitário Nilton Lins - Parque das Laranjeiras	R$ 15.000,00
	IRANDUBA	8- Av. Rio Madeira, S/N 69.405-000. - REFORMA	R$ 15.000,00
	ITACOATIARA	9- Rua Borba, s/n – Pedreiras - NOVA	R$ 15.000,00
	MANACAPURU	10- Rua União, s/n.º - Aparecida	R$ 15.000,00
		11- Rua Rio de Janeiro, nº 57, Bairro Centro	R$ 25.000,00
	NOVO AIRÃO	12- Av. Ruy Barbosa, 29 – Centro CEP: 69730-000 REFORMADA	R$ 15.000,00
	RIO PRETO DA EVA	13- Rua João Domingos de Monteiro n.º 07 - Centro CEP: 69115-000	R$ 15.000,00

EDITAL Completo PE 4044/2023-CPL/MP/PGJ (1197670) SEI 2023.010235 / pg. 256

	PRESIDENTE FIGUEIREDO	14- Praça Cívica - Morada do Sol	R$	15.000,00
		Total	**R$**	**920.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)	
2 - Sub-Região do Alto Solimões	**AMATURÁ**	Praça São Cristóvão, S/Nº Centro CEP: 69200-000;	R$	15.000,00
	ATALAIA DO NORTE	Estrada Augusto Luzeiro, Nº75 Centro CEP: 69650;	R$	50.000,00
	BENJAMIM CONSTANT	AV. Castelo Branco, Nº469 Centro CEP:69630;	R$	15.000,00
	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP: 69680;	R$	15.000,00
	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	Praça São Paulo, s/nº Centro CEP: 69600;	R$	15.000,00
	TABATINGA	Av. Da Amizade, nº60 Altos do Banco do Brasil Centro CEP: 69640-000;	R$	15.000,00
	TONANTINS	Rua Leopoldo Peres 1, Centro 69685-000	R$	15.000,00
		Total	**R$**	**155.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)	
3 - *Sub-Região do triângulo Jutaí – Solimões - Juruá*	**ALVARÃES**	Rua Bela Vista, S/N - CentroCEP: 69475-000	R$	15.000,00
	FONTE BOA	Rua Francisco Pereira De Souza, s/nº Centro CEP: 69670-000	R$	50.000,00
	JAPURÁ	AV. Amândio Barbosa , S/Nº Centro CEP.: 69495-000	R$	15.000,00
	JURUÁ	Rua Francisco de Paula, Nº 100 Centro CEP: 69520-000	R$	25.000,00
	JUTAÍ	RUA 7 De Março, Nº59 Centro CEP: 69660-000	R$	15.000,00
	MARAÃ	AV. Castelo Branco, nº30 Centro CEP: 69490-000	R$	50.000,00

	TEFÉ	Rua Benjamim Constant, s/n - Centro - "Praça Santa Teresa".Centro CEP.: 69470-000	R$	15.000,00
	UARINI	Av. Espírito Santo, 86-366 – Centro CEP: 69485-000	R$	15.000,00
		Total	**R$**	**200.000,00**

ITEM	**MUNICÍPIO**	**ENDEREÇO**	**Valor Estimado (R$)**	
4 - *Sub-Região do Purús*	**BOCA DO ACRE**	RUA Rua Júlio Toa, nº89 – Platô Do Piquiá CEP: 69850-000;	R$	15.000,00
	CANUTAMA	RUA Floriano Peixoto, nº242 CENTRO CEP: 69820-000;	R$	15.000,00
	LÁBREA	Praça Cel. Lábrea, nº95 – Centro CEP: 69830 – 000;	R$	15.000,00
	PAUINI	Rua Castelo Branco, nº247 Centro CEP: 69860 – 000;	R$	15.000,00
	TAPAUÁ	Av. Presidente Castelo Branco, nº390 Centro CEP: 69480-000;	R$	15.000,00
		Total	**R$**	**75.000,00**

ITEM	**MUNICÍPIO**	**ENDEREÇO**	**Valor Estimado (R$)**	
5 - *Região do Juruá*	**CARAUARI**	AV. D. Pedro II, Nº 198 Centro CEP: 69500-000;	R$	15.000,00
	ENVIRA	RUA 27 De Julho, S/Nº – São Francisco CEP:69870-000;	R$	15.000,00
	EIRUNEPÉ	Rua Santa Terezinha, nº 270, Bairro Centro	R$	15.000,00
	GUAJARÁ	Rua Antônio Ferreira, nº 40 – Centro CEP: 69895-000;	R$	15.000,00
	IPIXUNA	Rua Edmar Herculano, nº361 Centro;	R$	15.000,00
	ITAMARATI	AV. Boa Vista, Nº105 CENTRO CEP: 69510-000;	R$	15.000,00
		Total	**R$ 90.000,00**	

EDITAL Completo PE 4044/2023-CPL/MP/PGJ (1197670) SEI 2023.010235 / pg. 258

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
6 - *Região do Madeira*	**APUÍ**	AV. 13 De Novembro, s/nº Praça dos Três Poderes Centro CEP: 69265-000;	R$ 15.000,00
	BORBA	Rua Rui Araújo, SN, Centro.CEP: 69200-000;	R$ 15.000,00
	HUMAITÁ	Rua 13 de novembro, 180 CentroCEP: 69800-000;	R$ 15.000,00
	MANICORÉ	Trav. Pedro Tinoco, s/nº Centro CEP: 69280- 000;	R$ 15.000,00
	NOVO ARIPUANÃ	AV. 19 De Dezembro, Nº1068 Centro CEP: 69260-000;	R$ 15.000,00
		Total	**R$ 75.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
7 - *Região do Alto Rio Negro*	**BARCELOS**	Rua Padre José Baúsusla, 222 – São Sebastião CEP:69700-000;	R$ 50.000,00
		Rua Terreiro Aranha S/n.º - Centro	R$ 50.000,00
	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	Rua Beira Rio, s/nº Centro CEP:69740-000;	R$ 15.000,00
	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AV. 07 De Setembro, s/nº Centro CEP: 69750-000;	R$ 15.000,00
		Total	**R$ 130.000,00**

ITEM	MUNICÍPIO	ENDEREÇO	Valor Estimado (R$)
8 - *Região do Rio Negro Solimões*	**ANAMÃ**	Rua Álvaro Maia S/N Centro CEP: 69445-000;	R$ 15.000,00
	ANORI	AV. 31 De Março, Nº 344 Centro CEP: 69440-000;	R$ 15.000,00
	AUTAZES	Rua Jeferson Braga, S/N, esquina com a rua Francisco Barroncas. Centro, Nº 23 Centro CEP 69240-000;	R$ 15.000,00

	BERURI	Rua Costa e Silva s/nº São Francisco CEP: 69000-000;	R$	15.000,00
	CAAPIRANGA	Av. Getúlio Vargas 345, Centro CEP 69410-000	R$	15.000,00
	CAREIRO CASTANHO	AV. ADAIL DE SÁ, S/ Nº – Centro CEP: 69250-000;	R$	15.000,00
	CAREIRO DA VARZEA	Rua Vinte nove de Janeiro, S/ Nº – Centro CEP: 69255-000;	R$	50.000,00
	COARI	Estrada Coari-Mamiá, km 02 CEP: 69460-000;	R$	15.000,00
	CODAJÁS	AV. Getúlio Vargas, nº48 CENTRO CEP: 69450-000;	R$	50.000,00
		Rua Ferreira Pena, s/nº - CENTRO CEP: 69450-000;	R$	50.000,00
	MANAQUIRI	Rua Abílio Cintra, nº05 Centro CEP: 69435- 000;	R$	15.000,00
		Total	**R$ 270.000,00**	

ITEM	**MUNICÍPIO**	**ENDEREÇO**	**Valor Estimado (R$)**	
9 - *Região do Médio Amazonas*	**ITAPIRANGA**	AV. Pres. Getúlio Vargas, nº151 Centro CEP: 69120-000;	R$	15.000,00
	MAUÉS	Rua Guaranópolis, s/nº Maresia CEP: 69730-000;	R$	15.000,00
	NOVA OLINDA DO NORTE	Rua Triunfo, nº349 Centro CEP.: 69230-000;	R$	15.000,00
	SILVES	Rua Cizenando Grana, s/n - Bairro Panorama CEP: 69110-000	R$	15.000,00
	URUCURITUBA	Trav. Pedro Tinoco, nº90 Centro CEP: 69080-000;	R$	25.000,00
		Total	**R$**	**85.000,00**

ITEM	**MUNICÍPIO**	**ENDEREÇO**	**Valor Estimado (R$)**	
10 - *Região do Baixo Amazonas*	**BARREIRINHA**	Rua Coronel Domingos Dutra, n.º 81, Centro, 69.160-000,	R$	25.000,00
	BOA VISTA DO RAMOS	Rua 07 DE Setembro, S/Nº Centro CEP: 69195-000;	R$	15.000,00

EDITAL Completo PE 4044/2023-CPL/MP/PGJ (1197670) SEI 2023.010235 / pg. 260

	NHAMUNDÁ	Rua Furtado Belém, nº04 – Centro CEP.: 69140-000;	R$	15.000,00
	PARINTINS	Estrada do Macurany, Nº 159 Conj. João Djard Vieira I CEP: 69159-000;	R$	15.000,00
	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP 69135- 000;	R$	15.000,00
	URUCARÁ	Rua Coronel Pinto, s/nº Aparecida CEP: 69130-000;	R$	15.000,00
		Total	R$	**100.000,00**

Total Geral	**R$ 2.100.000,00**

EDITAL Completo PE 4044/2023-CPL/MP/PGJ (1197670) SEI 2023.010235 / pg. 261

ANEXO II - COMPONENTES DA EDIFICAÇÃO ABRANGIDOS PELA MANUTENÇÃO ITEM DESCRIÇÃO

1 ELEMENTOS ESTRUTURAIS

1.1 Fundações

1.2 Pilares

1.3 Vigas

1.4 Lajes

1.5 Rampas

1.6 Escadas

1.7 Elementos de apoio

2 ELEMENTOS DE COBERTURA

2.1 COBERTURA

2.1.1 Estrutura

2.1.2 Telhado

2.1.3 Cobertura de vidro

2.1.4 Cobertura de policarbonato

2.1.5 Cobertura metálica

2.2 DRENAGEM

2.2.1 Impermeabilização

2.2.2 Calhas e rufos

2.2.3 Grades, grelhas, correntes, ralos e condutores

3 ELEMENTOS DE FECHAMENTO OU VEDAÇÃO

3.1 FECHAMENTO E VEDAÇÃO

3.1.1 Alvenaria

3.1.2 Divisórias

3.1.3 Gesso

3.1.4 Tijolo de vidro

3.1.5 Tijolo aparente

3.1.6 Pedras

3.1.7 Vidros

3.1.8 Carenagens

3.2 COMPLEMENTOS

3.2.1 Ferragens

3.2.2 Grades

3.2.3 Guarda-corpos

3.2.4 Acessórios

4 PISOS E FORROS

4.1 REVESTIMENTOS

4.1.1 Cerâmicos

4.1.2 Mármores e granitos

4.1.3 Cimentado

4.1.4 Madeira

4.1.5 Carpetes

4.1.6 Emborrachados

4.1.7 Fitas antiderrapantes

4.1.8 Juntas

4.1.9 Rodapés

4.1.10 Peitoris

4.1.11 Soleiras

4.1.12 Comum

4.1.13 Porcelanato

4.1.14 Sinteco

4.1.15 Pastilha de vidro

4.1.16 Pedras

4.1.17 Granilite / Granitina

4.1.18 Piso Industrial

4.2 PISOS ELEVADOS

4.2.1 Aço e concreto celular

4.2.2 PVC reforçado

4.3 PAVIMENTAÇÃO EXTERNA

4.3.1 Cerâmico

4.3.2 Blocos de concreto

4.3.3 Paralelepípedos

4.3.4 Concreto

4.3.5 Pedras

4.3.6 Piso Industrial

4.4 FORRO

4.4.1 Forro de gesso

4.4.2 Forro de fibra mineral

4.4.3 Forro de Isoterm

4.4.4 Forro colmeia

4.4.5 Forro metálico

4.4.6 Forro de madeira

4.4.7 Forro de PVC

4.4.8 Forro de gesso removível

4.4.9 Alçapões

5 PINTURA

5.1 INTERNA

5.1.1 Comum

5.1.2 Segurança

5.1.3 Decorativa

5.1.4 Piso

5.2 EXTERNA

5.2.1 Comum

5.2.2 Segurança

5.2.3 Antipichação

5.2.4 Decorativa

5.2.5 Piso

5.2.6 Verniz

5.2.7 Hidro repelente

5.2.8 Impermeável

5.3 ESPECIAIS

5.3.1 Tubulações

5.3.2 Estacionamento

5.3.3 Esquadrias

5.3.4 Grades

5.3.5 Janelas, Portas e Portões

5.3.6 Puxadores

5.3.7 Acessórios

6 ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS 6

6.1 ESQUADRIAS

6.1.1 Esquadrias de alumínio

6.1.2 Esquadrias de ferro

6.1.3 Esquadrias de madeira

6.2 FERRAGENS E ACESSÓRIOS

6.2.1 Fechaduras, dobradiças e ferragens em geral

6.2.2 Molas de piso

6.2.3 Molas aéreas

6.2.4 Puxadores

6.2.5 Vidros

6.2.6 Brises

6.2.7 Grades

6.2.8 Persianas

6.2.9 Corrimãos

7 INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

7.1 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA

7.1.1 Poço de recalque

7.1.2 Reservatório

7.1.3 Bombas hidráulicas

7.1.4 Válvulas e caixas de descargas

7.1.5 Registros, torneiras e metais sanitários

7.1.6 Pias e louças em geral

7.1.7 Acessórios de banheiro para PNE

7.1.8 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.1.9 Sistema de reaproveitamento de água

7.1.10 Limpeza de caixas e reservatórios

7.2 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO SANITÁRIO

7.2.2 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.2.3 Ralos e aparelhos sanitários

7.2.4 Fossas sépticas

7.2.5 Filtro anaeróbico

7.2.6 Sumidouro

7.2.7 Vala de infiltração

7.2.8 Caixas coletoras e caixas de gordura

7.2.9 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.2.10 Ventilação

7.2.11 Limpeza de sistema de esgoto em geral

7.3 INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS

7.3.1 Caixa de recalque

7.3.2 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.3.3 Ralos e grelhas

7.3.4 Caixas de inspeção e caixas de areia

7.3.5 Sarjeta e boca de lobo

7.4 INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

7.4.1 Extintores

7.4.2 Hidrantes completos

7.4.3 Mangueiras

7.4.4 Bombas hidráulicas

7.4.5 Válvulas

7.4.6 Equipamentos de medição

7.4.7 Tubulações (tubos, conexões, fixações e acessórios)

7.8.8 Placas de sinalização

8 COMUNICAÇÃO VISUAL

8.1 SINALIZAÇÃO INTERNA

8.1.1 Totens e painéis

8.1.2 Adesivos e películas

8.1.3 Placas

8.1.4 Placas de mesa

8.1.5 Sinalização de piso

8.2 SINALIZAÇÃO EXTERNA

8.2.1 Totens e painéis

8.2.2 Adesivos e películas

8.2.3 Bandeiras

8.2.4 Placas diversas

9 GERAL

9.1 SERVIÇOS GERAIS

9.1.1 Furações

9.1.2 Fixações

9.1.3 Montagem e desmontagem de mobiliários

9.1.4 Armários de banheiro

9.1.5 Armários de copa

9.1.6 Suportes diversos

9.1.7 Serralheria e Soldas em geral

9.1.8 Muro e alambrado

9.1.09 Guarita de vigilância

9.1.10 Exaustores eólicos

10 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

10.1 ENTRADA EM MT E BT

10.1.2 Entradas de energia

10.1.3 Entradas em MT e BT

10.1.4 Ramais de entrada

10.1.5 Transformadores

10.1.6 Disjuntores de MT e BT

10.1.7 Chaves seccionadores MT e BT

10.1.8 Para-raios

10.1.9 Barramentos e conectores

10.1.10 Sistema de aterramento

10.1.10 Medição BT e MT

10.2 QUADROS ELÉTRICOS

10.2.1 Quadros Gerais de Distribuição

10.2.2 Quadros de Força e Luz

10.2.3 Quadros de Automação e Controle

10.2.4 Quadros de Energia Estabilizada

10.2.5 Identificação e proteção de quadros

10.2.6 Identificação de circuitos e rede

10.3 SPDA

10.3.1 Captores

10.3.2 Pontaletes e Isoladores

10.3.3 Cabos de Gaiolas e de Descida

10.3.4 Hastes e Cabos Enterrados

10.3.5 Conectores e Terminais de Medição

10.4 SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO

10.4.1 Luminárias para Lâmpadas Fluorescentes

10.4.2 Outros tipos de aparelhos de iluminação

10.4.3 Sistemas de Comando e Dispositivos de Controle

10.4.4 Iluminação de Emergência

10.4.5 Iluminação de Alerta e Sinalização

10.4.6 Iluminação de fachada

10.4.7 Lâmpadas fluorescentes tubulares

10.4.8 Lâmpadas fluorescentes compactas

10.4.9 Lâmpadas fluorescentes eletrônicas

10.4.10 Lâmpadas incandescentes comuns e mistas

10.4.11 Lâmpadas Halógenas

10.4.12 Lâmpadas tipo dicróica

10.4.13 Lâmpadas de vapor metálico

10.4.14 Lâmpadas de vapor de mercúrio

10.4.15 Lâmpadas tipo Spot

10.4.16 Soquetes e bocais

10.4.17 Reatores diversos

10.4.18 Luminária para lâmpadas fluorescentes

10.4.19 Outros tipos de aparelhos de iluminação

10.5 PONTOS DE FORÇA

10.5.1 Tomadas de uso comum

10.5.2 Tomadas para equipamentos especiais

10.5.3 Tomadas em equipamentos tipo Rack

10.5.4 Tomadas de sistemas estabilizados

10.5.5 Tomadas de uso comum

10.6 SISTEMAS DE ENERGIA ESTABILIZADA

10.6.1 No Breaks para automação

10.6.2 Sistemas monofásicos

10.6.3 Sistemas bifásicos

10.6.4 Sistemas Trifásicos

10.6.5 Bancos de baterias

10.6.6 Short Breaks Uso Geral

10.6.7 Estabilizadores de tensão Mono, Bi e Trifásicos

10.7 GERADORES DE ENERGIA

10.7.1 Bancos de capacitores

10.7.2 Capacitores individuais acionados por intertravamento

10.7.3 Capacitores controlados por dispositivos automáticos

10.7.4 Geradores de energia

10.8 SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO

10.8.1 Aparelho de ar condicionados tipo split

11 SISTEMA DE TELEFONIA E LÓGICA

11.1 Entradas Telefônicas

11.2 Quadros gerais de telefonia

11.3 Quadros parciais de telefonia

11.4 Sistemas primários de distribuição

11.5 Sistemas secundários de distribuição

11.6 Redes tipo Back-bone de dados

11.7 Redes horizontais de dados

11.8 Racks de sistemas de cabeamento estruturado

11.9 Testes e Certificações de redes

11.10 Identificação dos pontos

11.11 Cabos elétricos nus

11.12 Cabos e fios elétricos isolação até 1 KV

11.13 Cabos e fios telefônicas internos e externos

11.14 Cabos UTP, STP, FTP, FSTP

11.15 Cabos coaxiais (RG/RF 59)

11.16 Radiocomunicação

11.17 Acessórios

12 SISTEMA E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO

12.1 Protetores contra surtos para redes elétricas

12.2 Protetores contra surtos para telefonia

12.3 Protetores contra surtos para radiocomunicação

12.4 Portões automáticos

12.5 Cancelas

13. SISTEMA E DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO

13.1 Protetores contra surtos para redes elétricas

13.2 Protetores contra surtos para telefonia

13.3 Protetores contra surtos para radiocomunicação

13.4 Portões automáticos

13.5 Cancelas

14. EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA DE TRABALHO

14.1 Sistemas de ancoragem e linha de vida

ANEXO III

COD	DESCRIÇÃO	%
	Benefício	
S + G	Garantia/seguros	0,80
L	Lucro	7,40
	TOTAL	**8,20**
	Despesas Indiretas	
AC	Administração central	4,00
DF	Despesas financeiras	1,23
R	Riscos	1,27
	TOTAL	**6,50**
I	**Impostos**	
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	2,00
	CPRB	4,50
	TOTAL	**10,15**

BDI = 28,35%

(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)/(1-I)-1

ANEXO IV – MODELO - CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) ...., portador do documento de Identidade n.º ....., o(a) qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar o Atestado de Vistoria em nome da empresa ..... CNPJ ..... prevista no ITEM..... do Projeto Básico Nº ....., referente ao procedimento licitatório .....,.

Manaus, AM, ...de ..... de 2023.

Representante(a) pela empresa licitante

Obs: apresentar em papel timbrado da empresa e devidamente assinado

ANEXO V– MODELO - ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA

Atestamos, para cumprimento do item (.....) do Edital referente ao procedimento licitatório ....., que a empresa ....., inscrita no CNPJ ....., representada neste ato por seu representante credenciado, o(a) Sr. (a) ....., portador(a) do documento de identidade profissional nº ....., compareceu ao local onde será executado o serviço, conforme previsto no Item....., do Projeto Básico Nº ..... e, acompanhado por representante deste Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento in loco dos locais e instalações, tendo pleno conhecimento das especificações e condições locais para cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da licitação em questão.

Manaus, AM,..... de ..... de 2023.

Representante(a) designado(a) pela empresa licitante

De acordo Representante da PGJ-A

Obs: apresentar em papel timbrado da empresa e devidamente assinado

ANEXO XI – MODELO - DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

Atestamos, para cumprimento do Item ..... do Edital referente ao procedimento licitatório ....., que a empresa ...., representada pelo, o(a) Sr. (a) ....., portador(a) do documento de identidade nº ....., optou por não vistoriar o local dos serviços conforme previsto no Subitem ..... do Projeto Básico Nº ....

Declara ainda que quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos não serão considerados nem usados como possível juízo de valor a respeito afim de compensações futuras.

Manaus, AM, ...de .....de 2023.

Representante(a) designado(a) pela empresa licitante

Obs: apresentar em papel timbrado da empresa e devidamente assinado

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON.1189678.2023.010235

Termo de Contrato Administrativo que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa _____, visando à prestação de serviço de **manutenção predial e pequenas reformas nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, residente e domiciliado em Manaus/AM, portador do documento de identidade n.º_____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____,e a empresa **_____,** com sede na _____, _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador do documento de identidade n.º _____ e inscrito no CPF (MF) sob o n.º _____, tendo em vista o que consta do Processo **SEI n.º 2023.010235**, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02 e demais legislações pertinentes, e pelas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas, com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, em edificação do Ministério Público do Estado do Amazonas – MPAM, em confirmidade com o Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 e do Edital de _____– CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

O objeto da contratação consiste na prestação dos seguintes serviços comuns de arquitetura e engenharia, para manutenção predial corretiva e pequenas reformas na edificação integrante do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS:

Parágrafo primeiro. O objeto previsto nesta contratação deverá ser executado em obediência à Resolução n.º 81, de 31 de janeiro de 2012 do **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 24/02/2012, pág. 113 e 114, que dispõe sobre a adequação das edificações e serviços do Ministério Público da União e dos Estados às normas de acessibilidade e dá outras providências.

Parágrafo segundo. As condições e especificações de execução do objeto a ser contratado estão dispostas nos seguintes Cadernos, que integram o Projeto Básico, anexos a este contrato:

1. Anexo I – Endereço das Unidades Ministeriais e Estimativa de Custos;
2. Anexo II – Componentes da Edificação Abrangidos pela Manutenção;
3. Anexo III – Planilha de Composição do BDI;
4. Anexo IV – Credenciamento para Vistoria;
5. Anexo V - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica;
6. Anexo VI - Modelo de Dispensa de Vistoria Técnica.

Parágrafo terceiro. Todos os materiais empregados, bem como peças e componentes substituídos/aplicados, deverão ser de primeira qualidade ou qualidade extra, de primeiro uso, novos, apropriados a sua aplicação, estar em fase normal de fabricação e observar às especificações deste contrato, Projeto Básico e seus Cadernos e às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

Parágrafo quarto. Entende-se por primeira qualidade ou qualidade extra o nível de qualidade mais elevado da linha do material ou equipamento a ser utilizado.

Parágrafo quinto. Os serviços não aprovados, ou que se apresentarem defeituosos durante sua execução, serão demolidos e reconstruídos por conta exclusiva da **CONTRATADA.**

Parágrafo sexto. Os materiais que não satisfizerem as especificações ou forem julgados inadequados serão removidos dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da determinação do Engenheiro Fiscal.

Parágrafo sétimo. O BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, conforme Anexo III do Projeto Básico, adotado pelo Ministério Público, levam em conta todo o material, ferramentas e mão de obra para a execução dos serviços e média de preços pesquisados junto ao mercado.

Parágrafo oitavo. Os valores propostos deverão incluir todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

Parágrafo nono. O início dos serviços fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos responsáveis técnicos pelo contratado, recolhida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA-AM, nos termos dos art. 1o. e art. 2o. da Lei n.o 6.496/77.
2. Apresentação da Relação de Funcionários, identificados pelo nome completo, identidade e CPF;
3. Ordem de serviços autorizada pela Divisão de Engenharia do MPAM.

Parágrafo décimo. A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução dos serviços **no prazo fixado pela fiscalização, contado do recebimento da Ordem de Serviço.**

Parágrafo décimo primeiro. A critério da fiscalização, poderão ser fornecidos especificações técnicas, desenhos e projetos adicionais a serem seguidos rigorosamente durante a execução dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo décimo segundo. Na execução das manutenções prediais, a definição do preço global dos serviços dar-se-á por meio da composição dos custos unitários estabelecidos na forma dos serviços e insumos diversos descritos na tabela SINAPI.

Parágrafo décimo terceiro. O levantamento dos preços deverá ser de acordo com os valores constantes da **tabela de referência (mês anterior ao da realização da licitação)**, considerando a base do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil da Caixa Econômica Federal – SINAPI referente ao Estado do Amazonas.

Parágrafo décimo quarto. Nos casos em que a Tabela do SINAPI não oferecer custos unitários de insumos ou serviços, deverá ser utilizada outra fonte de informação, conforme abaixo:

1. Adoção do sistema de preços do **SBC** do mesmo mês de referência da tabela SINAPI adotada na licitação, aplicando-se o menor percentual de acréscimo ofertado na licitação;

2. Caso não seja possível utilizar o SBC, deverá ser realizada pesquisa de mercado do local da prestação do serviço (com registro dos estabelecimentos e as cotações), devendo ser utilizado o menor preço entre as três cotações e sobre ela aplicar o mesmo percentual de acréscimo ofertado na licitação;

Parágrafo décimo quinto. Deverão ser elaborados pela Fiscalização, previamente à emissão da Ordem de Serviço, para fins de avaliação dos custos e prazo de execução dos serviços, os seguintes documentos:

1. Memória de cálculo dos quantitativos;

2. Planilha de orçamento dos serviços a serem demandados;

3. Planilha com as composições analíticas;

4. Cronograma físico-financeiro.

Parágrafo décimo sexto. A Contratada deverá apresentar sua Proposta de Preços, em consonância com o percentual proposto na licitação e de acordo com os serviços demandados, em até 2 (dois) dias úteis da provocação por parte da fiscalização.

Parágrafo décimo sétimo. Os itens componentes do objeto do presente instrumento não poderão ser demandados para realização de obra de engenharia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO:

A **CONTRATADA** deverá comunicar, por escrito, à **CONTRATANTE** a conclusão dos serviços, para que proceda à VISTORIA DO RECEBIMENTO.

Parágrafo primeiro. O recebimento dos serviços será realizado por técnicos da Contratante e ocorrerá da seguinte forma:

1. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** após vistoria, que deverá ser realizada pela Comissão nomeada pelo **CONTRATANTE**, no prazo de **até 15 (quinze) dias**, contados da data em que a **CONTRATADA** comunicar, por escrito, a conclusão total do objeto deste contrato, desde que a respectiva medição final tenha sido aprovada;

2. **RECEBIMENTO DEFINITIVO:** em segunda etapa, pelos membros da comissão designada pelo **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, **até 90 dias** após o prazo de observação para verificação da adequação do objeto aos termos contratuais.

Parágrafo segundo. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Parágrafo terceiro. O **Recebimento Definitivo** dos serviços não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por vícios de qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste contrato dar-se-á, indiretamente, sob o regime de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES:

Para melhor caracterizar o presente contrato, integram também este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos aos termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

1. Edital de _____ – CPL/MP/PGJ e seus anexos, conforme a Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02 e demais legislações correlatas
2. Termos propostos pela **CONTRATADA**, datados de _____, que, simultaneamente:

- constem no Processo SEI n.º **2023.010235**;
- não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, por meio de ato específico, doravante denominado(a) **FISCALIZAÇÃO**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, devendo observar, além dos ditames do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93 e demais documentos constantes no PROCESSO, o seguinte:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e prestação, avaliações e medições dos serviços, bem como indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
2. Lançar no Livro de Ocorrência todas as observações dignas de registro para controle dos serviços, devidamente assinadas pelo preposto da **CONTRATADA**.
3. Ter prévio conhecimento da ocorrência operacional das frentes e fases dos serviços, a fim de que seja obtido melhor rendimento, sem prejuízo da boa execução dos trabalhos.
4. Determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da **CONTRATADA**, bem como de subempreiteiras e/ou subcontratadas, quando for constatado inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exação ou ato desabonador.
5. Resolver as dúvidas e as questões expostas pela **CONTRATADA**, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.
6. Determinar a paralisação dos serviços, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação. A determinação da paralisação vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo ao **CONTRATANTE** formalizar a sua suspensão.
7. Informar, com a antecedência necessária, o término do contrato.
8. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto do contrato, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.
9. Atestar a respectiva nota fiscal/fatura, emitida corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente.
10. Verificar quando da liquidação dos serviços, por meio da emissão da nota fiscal, a documentação de regularidade fiscal da **CONTRATADA**.
11. Emitir os termos de recebimento do objeto contratado, conforme disposto no contrato.
12. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato.
13. Manifestar-se quanto à liberação da garantia;
14. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis.
15. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas.
16. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.
17. Providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. O **CONTRATANTE**, sem prejuízo das suas atribuições de fiscalização, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, para o controle qualitativo e quantitativo das obras e serviços, assim como, o acompanhamento e desenvolvimento da execução, à vista dos projetos.

Parágrafo terceiro. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento dos serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a **CONTRATADA** tenha dado causa, por ação ou omissão.

Parágrafo quarto. A ocorrência de obstáculos e imprevistos durante o serviço obrigará a **CONTRATADA** a fazer comunicação escrita dos fatos, cabendo à Fiscalização a decisão sobre as ocorrências.

Parágrafo quinto. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela Fiscalização ou pela própria **CONTRATADA**, obrigando-a, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

Parágrafo sexto. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Toda troca de informações e correspondências entre a **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, bem como todas as instruções da Fiscalização à **CONTRATADA**, devem ser por escrito, cabendo o seu registro no Livro de Ocorrências. Todos os expedientes escritos da **CONTRATADA**, após seu registro, serão encaminhados ao **CONTRATANTE**, para decisão, acompanhados de parecer da Fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A **CONTRATADA**, por força do presente instrumento, fica obrigada a:

1. Alocar aos serviços toda a mão de obra, inclusive qualificada, e direção administrativa, bem como equipamentos, ferramentas, instrumentos pessoais e equipamentos de segurança individual (EPI), necessários à execução do objeto contratual, em perfeitas condições de uso, reservando-se ao **CONTRATANTE** o direito de solicitar a substituição daqueles que julgar inadequados;
2. Apresentar, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, os equipamentos, aparelhamento e material, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do contrato;
3. Disponibilizar relação do pessoal técnico que atuará na execução dos serviços, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, informando sempre que houver qualquer alteração na mesma;
4. Manter quadro de pessoal competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo de execução dos serviços, de modo que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca, conforme previsto neste Termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;
5. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado e identificado por meio de crachá;
6. Selecionar e preparar rigorosamente, inclusive quanto à prevenção de acidentes e incêndios nas áreas de trabalho, os empregados que executarão os serviços, os quais serão de sua responsabilidade única e exclusiva, sem qualquer vínculo empregatício com a PGJ/AM;

7. Afastar do local de serviços qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja, a juízo da **CONTRATANTE**, considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição, substituindo-o no prazo máximo de 24 horas a partir da notificação expedida pela **CONTRATANTE;**

8. Responder pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores;

9. Responsabilizar-se pelas condições de higiene no canteiro de obras, conforme o estabelecido pelas normas regulamentadoras;

10. Prover transporte e alimentação ao pessoal dentro das especificações da lei e da convenção coletiva do sindicato;

11. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, especialmente a Norma Regulamentadora NR-18, eliminando as condições inseguras por meio de instalações apropriadas à execução dos serviços e provendo seus empregados de equipamentos de proteção individual e coletiva – EPIs e EPCs - adequados a cada tipo de serviço desenvolvido, responsabilizando-se por seu uso obrigatório;

12. Aplicar, na manutenção e serviços, materiais de boa qualidade, reservando-se ao **CONTRATANTE** o direito de mandar efetuar os ensaios que julgar necessários, rejeitando aqueles que julgar de má qualidade ou inadequados, debitando à **CONTRATADA** todas as despesas consequentes;

13. Fornecer todo material de origem mineral por pessoa física ou jurídica licenciada junto aos órgãos competentes;

14. Armazenar os materiais, ferramentas e equipamentos em locais apropriados, cobertos ou não, conforme sua natureza, sendo a **CONTRATADA** responsável por sua guarda, segurança e proteção, até a conclusão dos serviços;

15. Fornecer ou aplicar todos os materiais de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto e sua aplicação estará condicionada ao aceite prévio da **CONTRATANTE**, o que ocorrerá por escrito, mediante amostras apresentadas à FISCALIZAÇÃO antes da aquisição do material ou equipamento;

16. Apresentar, ainda, a indicação da marca e o modelo/referência, conforme especificações fornecidas, para aprovação da **CONTRATANTE;**

17. Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela **CONTRATADA**, conservar as amostras até o final dos trabalhos de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados;
18. Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados;
19. Caso o material ou equipamento especificado encontre-se fora de linha ou obsoleto, deverá ser substituído pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos e especificações. A substituição deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO;
20. Material, equipamento ou serviço equivalente tecnicamente é aquele que apresenta as mesmas características técnicas exigidas, ou seja, de igual valor, desempenha idêntica função e se presta às mesmas condições do material, equipamento ou serviço especificado;
21. É vedada a utilização de materiais e equipamentos improvisados, usados ou danificados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, assim como não será tolerada a adaptação de peças, seja por corte ou outro processo, de modo a utilizá-las em substituição às peças recomendadas e de dimensões adequadas;
22. Quando não houver descrição do material ou equipamento a ser utilizado, ou do tipo de serviço a ser executado, ou houver discrepância, seguir orientação da FISCALIZAÇÃO;
23. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material ou equipamento especificado por outro equivalente, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará à FISCALIZAÇÃO, por escrito, a proposta de substituição, motivada, acompanhada de levantamento de custos, não servindo tal consulta para justificar o não cumprimento dos prazos acordados.
24. Dar livre acesso à FISCALIZAÇÃO a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas e outros, para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade etc.;
25. Apresentar, por escrito, se solicitado pela **CONTRATANTE**, informações dos locais de origem dos materiais ou seus certificados de ensaios;
26. Providenciar os ensaios e as verificações sem ônus para a **CONTRATANTE;**
27. **Substituir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, no prazo de 48 horas** a partir da comunicação, os materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela FISCALIZAÇÃO como inadequados à execução dos serviços, ou que, por qualquer motivo, tenham sido adquiridos sem sua aprovação;
28. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pelo **CONTRATANTE** e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT;
29. Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização do **CONTRATANTE;**
30. Executar os serviços dentro do prazo contratado;
31. Manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.
32. Para o cumprimento do prazo estabelecido, os serviços deverão ser executados durante o horário normal do expediente, aos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno, podendo a critério do Ministério Público ser estendido o horário, caso seja comprovada a necessidade e seja ainda autorizado pelo agente fiscalizador da Contratante;
33. Obedecer, rigorosamente, na execução do objeto contratual, às normas disciplinares e de segurança do **CONTRATANTE**, podendo ser exigido o afastamento daqueles funcionários da **CONTRATADA**, cuja conduta, a critério do **CONTRATANTE**, seja considerada inconveniente;
34. Cumprir, na execução do presente contrato, todas as exigências impostas pela Lei nº 6.514 de 22/12/77 e Portaria nº 3.214 de 08/06/78, do Ministério do Trabalho, às suas exclusivas expensas;
35. Acatar todas as normas das legislações Federal, Estadual e Municipal que sejam relacionadas com a execução do objeto contratual;
36. Comunicar ao **CONTRATANTE** as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto;
37. Não divulgar nem permitir que seu preposto e/ou empregados divulguem, dados ou informações a que venham ter acesso, referentes às obras e serviços realizados, salvo se expressamente autorizados pelo **CONTRATANTE;**
38. Permitir e facilitar ao **CONTRATANTE** o levantamento físico da força de trabalho da **CONTRATADA** e de seus subcontratados, pertencendo

ao **CONTRATANTE**, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados;

39. Os serviços porventura com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão demolidos e refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e sem implicar alteração do prazo contratual;
40. Assegurar livre acesso e trânsito aos locais de trabalho, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas do **CONTRATANTE** ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados;
41. Apresentar, para controle e exame, sempre que o **CONTRATANTE** o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS;
42. Além das despesas relativas a salários, encargos sociais, trabalhistas e de Previdência Social, a **CONTRATADA** arcará, também, com as despesas relativas à assistência médica;
43. Durante e após a vigência deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter o **CONTRATANTE** à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA**, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o **CONTRATANTE** venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;
44. Se houver necessidade de ocupação de terrenos fora da área do **CONTRATANTE**, para instalação de acampamentos, escritórios e/ou depósitos, estes serão alugados pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE;**
45. A **CONTRATADA** manterá sempre cobertos por apólices regulares os riscos de acidentes e outros seguros exigidos por lei, bem como promoverá o seguro de danos físicos, sendo beneficiário o **CONTRATANTE** e/ou quem por ela indicado;
46. **A CONTRATADA obriga-se a providenciar, junto ao CREA/AM, no prazo máximo de cinco dias úteis**, contados a partir da celebração do Contrato, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977);
47. A ART deverá ser encaminhada à **CONTRATANTE**, em uma cópia autenticada da documentação, com o objetivo de comprovar o registro;
48. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenham contribuído para classificação da **CONTRATADA** no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas;
49. A **CONTRATADA** submeterá à aprovação da **CONTRATANTE** proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico;
50. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;
51. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;
52. A **CONTRATADA** deverá manter em Manaus/AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição;
53. Aceitar, integralmente, todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo Ministério Público, acatando as observações da FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessários;
54. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução dos serviços e apresentar justificativa escrita, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **CONTRATANTE** em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços;
55. Caso ocorra atraso por culpa da **CONTRATANTE**, o prazo do cronograma será aumentado na mesma proporção;
56. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias que resultem ou venham resultar da execução deste objeto, incluindo as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização dos serviços;
57. **Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Termo sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;**
58. Manter-se, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo;
59. Substituir, reparar, corrigir, remover, refazer ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, peças ou materiais que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, ou rejeitados pela FISCALIZAÇÃO;
60. Realizar limpeza geral após a conclusão dos serviços, de forma a retirar todas as impurezas e resíduos gerados durante a execução das atividades, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis em locais designados pela FISCALIZAÇÃO, a fim de que o espaço seja entregue em perfeitas condições de ocupação e uso;
61. Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados e descartados em locais indicados, sem criar constrangimentos para a **CONTRATANTE**;
62. A CONTRATADA deverá adotar procedimentos ambientais quanto à destinação dos resíduos provenientes da execução dos serviços, **obedecendo, em especial, à Resolução CONAMA nº 307/02;**
63. Responsabilizar-se por falhas na execução dos serviços que venham a tornar-se aparentes em data posterior à sua entrega, ainda que tenha havido aceitação do mesmo;
64. Fornecer garantia contra defeitos ou falhas de execução dos serviços pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data do recebimento, sem custos adicionais para a **CONTRATANTE;**
65. Apresentar todos os documentos exigidos no contrato, tais como Documentos Técnicos, Garantia, etc.
66. A CONTRATADA deverá, ainda, apresentar o Certificado de Garantia, devidamente acompanhado da Nota Fiscal de compra, Manuais e Documentações Técnicas de todos os equipamentos;
67. Manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre

a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato;

68. Conforme legislação, proceder à indicação de retenção de tributos nas notas ficais, faturas e outros documentos congêneres por ocasião de recebimento de valores pagos pela **CONTRATANTE**, bem como indicar nos referidos documentos, se for o caso, a existência de condições legais e/ou pareceres normativos acerca de redução ou isenção para retenções.

Parágrafo primeiro. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no contrato, não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. A inobservância das especificações constantes deste contrato implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir fielmente o avençado em contrato, não sendo permitido executar qualquer serviço além daquele contido nas planilhas orçamentárias, sem que seja expressamente autorizado pela **CONTRATANTE**, mediante a assinatura do correspondente termo aditivo.

Parágrafo quarto. A aprovação/aceitação dos serviços, por parte da **FISCALIZAÇÃO**, não exime a **CONTRATADA** de quaisquer das responsabilidades estipuladas em contrato, devendo a mesma corrigir as falhas consoante DO CRONOGRAMA/PRAZOS E GARANTIA, sem ônus à Contratante.

Parágrafo quinto. A contratação deverá atender, no que couber, aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais normas pertinentes.

Parágrafo sexto. Correrão, ainda, por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA,** as consequências de:

1. sua negligência, imperícia e/ou omissão;

2. infiltração de qualquer espécie ou natureza;

3. ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao serviço;

4. acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiro.

Parágrafo sétimo. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Fornecer à **CONTRATADA** as informações e condições necessárias, dirimir dúvidas, à fiel execução, conclusão e entrega do objeto, bem como a indicação do local a ser efetuado os referidos serviços deste contrato.
2. Designar, conforme dispõe o artigo 67 e §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, representante(s) da **CONTRATANTE** a ser(em) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
3. Aprovar previamente, através da FISCALIZAÇÃO, os equipamentos e materiais a serem aplicados na execução dos serviços, eventuais alterações de projeto e demais procedimentos.
4. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA** quanto aos serviços devidamente realizados, dentro dos critérios estabelecidos neste documento, após o atesto das notas fiscais pela **FISCALIZAÇÃO** e da apresentação dos documentos necessários.
5. Permitir o acesso, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços que regula a entrega do objeto deste Ajuste, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.
6. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, defeitos/falhas de execução, e avarias nos produtos estipulados nos critérios de entrega dos serviços, fixando prazo para a sua reposição.
7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados que estejam em desacordo com as especificações e requisitos técnicos apresentados.
8. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento da garantia, segurança e qualidade dos serviços prestados.
9. Efetuar regularmente o pagamento da **CONTRATADA** quanto aos serviços devidamente realizados, na sua totalidade ou parcialidade, dentro dos critérios estabelecidos neste documento, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais pela FISCALIZAÇÃO e da apresentação dos documentos exigidos no Projeto Básico.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO:

O valor do presente contrato é de **R$ _____,** discriminado de acordo com a planilha integrante da proposta de preços e o **Plano de execução dos serviços**, apresentados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo único. O valor fixado no *caput* compreende todas as despesas diretas e indiretas, com **mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais, Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**, contribuições/impostos em cumprimento às leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, despesas de frete, ligações provisórias e definitivas com as concessionárias de serviços públicos, seguro, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento das faturas da empresa contratada será feito de forma **MENSAL** , baseada em medições de serviços executados no período relacionado ao **MÊS ANTERIOR** ao da fatura, demandados mediante Ordem de Serviço da **CONTRATADA**, tanto corretivamente quanto preventivamente.

Parágrafo primeiro. Após a realização dos serviços, os mesmos deverão ser expressos em relatórios atestados pela fiscalização que indicará o responsável técnico que irá receber os serviços e compilar os relatórios para proceder ao pagamento.

Parágrafo segundo. Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE** os seguintes documentos:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei.

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

c) Prova de inexistência de débito trabalhista.

d) Requerimento solicitando o pagamento.

e) Faturas/Notas Fiscais emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), as quais deverão ser atestadas pela Fiscalização.

f) Recibo.

g) Cópia da Nota de Empenho.

h) Relatório de Execução de Serviço apresentado pela contratante aprovado pelo responsável técnico indicado pela PGJ/AM.

Parágrafo terceiro. Os valores dos serviços prestados deverão ser extraídos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, como referência, sempre que possível. Quando não for possível deverá ser feita pesquisa de mercado.

Parágrafo quarto. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE.**

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo sexto. O pagamento dos serviços será realizado conforme o Cronograma de Desembolso.

Parágrafo sétimo. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a sua liquidação, este será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo oitavo. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Parágrafo nono. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser apresentada a certidão obtida mediante consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a ser convalidada pela **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Orçamentária:** _____ – _____; **Programa de Trabalho:** _____ – _____; **Fonte**: _____ – _____; **Natureza da Despesa:** _____ – _____, a Nota de Empenho n.º **_____**, datada de _____, no valor de **R$ _____** (_____).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO:

Na hipótese de o prazo de execução da obra exceder 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta, por motivos alheios à vontade da **CONTRATADA**, tais como, alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse da **CONTRATANTE** ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, ocorrida no período respectivo, somente se ainda em vigência o presente instrumento, motivado por prorrogação, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre as partes, e mediante solicitação expressa à **CONTRATANTE**, que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte formula:

R: V (I – Io), onde:

Io

R = Valor do reajuste procurado;

V= Valor constante da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

Io = Índice relativo ao mês da proposta;

Parágrafo primeiro. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente, tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Parágrafo segundo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo terceiro. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

Parágrafo quarto. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos e limites fixados no art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante assinatura de termo aditivo.

Parágrafo único. O ajuste será prorrogado ainda em razão de dilatação ou alteração do prazo de execução dos serviços, se assim necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA QUANTO À SOLIDEZ E SEGURANÇA DA OBRA:

A **CONTRATADA** prestará garantia dos serviços executados, bem como dos materiais utilizados nos serviços e equipamentos instalados, **pelo prazo de 5 (cinco) anos**, contados a partir da data do **Termo de Recebimento Definitivo**, caso o objeto contratual se enquadre no art.

618 do Código Civil Brasileiro, a ser avaliado pela **FISCALIZAÇÃO**. Esta garantia contratual cobre problemas com a fundação e problemas estruturais.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATADA** se obriga a reparar, durante o período de garantia e sem ônus para a **CONTRATANTE**, qualquer defeito nos serviços anteriormente executados, ficando novo prazo de garantia estabelecido a partir da reparação, nas mesmas bases desta cláusPleula.

Parágrafo segundo. Os reparos porventura necessários a serem executados pela **CONTRATADA**, durante o período de garantia, deverão ter prévia autorização expressa da **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deve entregar à **CONTRATANTE**, para que esta emita o Termo de Recebimento Definitivo, o Termo de Garantia mencionado nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste contrato, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, que corresponde à importância de **_____.**

1. Será ainda exigida prestação de garantia adicional de valor igual à diferença entre o valor limite de exequibilidade obtido durante o certame e o valor da proposta vencedora, desde que este seja inferior a 80% (oitenta por cento) da média aritmética calculada, nos termos do § 2º, do artigo 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

2. No caso de acréscimo no valor contratual, a **CONTRATADA** obriga-se a depositar junto ao Ministério Público, na mesma modalidade, o valor referente à diferença da garantia. Mesma providência deverá ser tomada no caso de prorrogação do prazo contratual para adequar o vencimento da garantia ao do termo aditivo.

3. As garantias prestadas serão liberadas após a assinatura do Termo de Encerramento do contrato, e quando em dinheiro atualizadas monetariamente, conforme dispões o § 4º, do artigo 56 da Lei n. 8.666/93.

Parágrafo primeiro. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** perante à **CONTRATANTE**, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras:

I - a garantia deverá ter validade durante a execução do contrato e estender-se-á por mais **3 (três) meses após o término da vigência contratual** e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo segundo. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo quarto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** e/ou a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993.

a. O bloqueio efetuado com base neste parágrafo não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.
b. A **CONTRATADA**, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

Parágrafo quinto. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar a garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir do qual se observará o disposto nesta cláusula.

Parágrafo sexto. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todos os encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação, bem como apresentação de toda a documentação solicitada no edital pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Será considerada extinta a garantia:

a. com a devolução da apólice, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
b. no prazo de três meses após o término da vigência, caso a **CONTRATANTE** não comunique a ocorrência de sinistros.

Parágrafo oitavo. A garantia não será extinta, em caso de ocorrência de sinistro ou irregularidade, devidamente comunica à seguradora pela **FISCALIZAÇÃO.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de as alterações promovidas pela **CONTRATANTE** redundarem em acréscimos no objeto ajustado, o preço a ser cobrado pelos serviços acrescidos tomarão por base os valores unitários constantes da Planilha Orçamentária apresentada pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo Não será considerada alteração contratual, para fins de observância da limitação a que se refere o *caput* desta cláusula, as alterações empreendidas nas especificações, que não redundarem aumento ou diminuição do valor global ajustado.

Parágrafo terceiro. Ao longo da execução deste contrato, caso haja a necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens suprimidos e/ou acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

1. Para **itens que já constem do contrato**, os custos corresponderão àqueles já contratados;
2. Para **itens novos existentes no banco de preços** utilizado pela **CONTRATANTE** na elaboração do orçamento estimativo, os custos corresponderão àqueles relativos ao referido sistema, obedecendo aos critérios de aceitabilidade definidos na licitação;
3. Para **os itens novos não constantes** no banco de preços utilizado pela **CONTRATANTE** na elaboração do orçamento estimativo, o menor custo obtido a partir da pesquisa de mercado;

c.1) Neste caso a **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da solicitação, proposta detalhada com a indicação dos preços unitários e totais a serem cobrados, bem como orçamentos obtidos com a pesquisa de mercado.

c.2) A **CONTRATANTE** avaliará a documentação enviada e caso entenda ser pertinente realizará nova pesquisa de mercado.

4. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

Parágrafo quarto. A **CONTRATADA** deverá obedecer ainda, quando da elaboração de proposta de preços decorrente de termo aditivo, ao percentual do BDI e encargos estabelecidos nas legislações sociais.

Parágrafo quinto. A diferença percentual, entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Parágrafo sexto. Caso ocorra necessidade de alteração da metodologia e/ou tecnologia de execução inicialmente ajustada, que resulte aumento de execução dos serviços e/ou da quantidade de materiais a serem aplicados, a **CONTRATADA** apresentará à **CONTRATANTE**, com a necessária antecedência, as justificativas técnicas para as modificações pretendidas, as quais serão analisadas, de acordo com as circunstâncias de desenvolvimento dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de cometimento das infrações administrativas previstas no artigo 155, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato;
3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo primeiro. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo segundo. As sanções previstas nos itens 1, 3 e 4 desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item 2, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Parágrafo terceiro. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo quarto. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO E DAS MULTAS RESPECTIVAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta – **tabela 1**, as multas conforme **tabela 2**:

Tabela 1 – INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	4
2	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	4
3	Não providenciar substituto para componente da equipe; por empregado e por ocorrência.	4
4	Não utilizar produtos novos e adequados, em excelente estado de conservação e/ou com os devidos registros legais; por ocorrência.	4
5	Apresentar painéis ou perfis velhos, sujos, amassados, arranhados ou com outros defeitos que prejudiquem a qualidade e a estética do produto fornecido,	4
6	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por ocorrência.	3
7	Fornecer os produtos parcialmente ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	3
8	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material ou equipamento; por ocorrência.	2
9	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual – PI, quando necessários; por empregado, por ocorrência.	2
10	Permitir a presença de empregado sem uniforme ou mal apresentado, por empregado e por ocorrência.	1
Para os itens a seguir, deixar de:		
11	Prestar os serviços de fornecimento, instalação e remanejamento (desmontagem/montagem) de divisória, por serviço.	4
12	Substituir, remover, reparar, corrigir ou reconstituir, o serviço ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE, por dia e/ou serviço.	4
13	Obedecer, na montagem dos materiais, ao contido nas normas reguladoras específicas.	4
14	Observar sempre a máxima segurança contra acidentes durante a execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material, por dia e/ou serviço.	4
15	Fornecer mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte, por dia ou serviço.	3
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE ou qualquer cláusula contratual ou condição ainda não abrangida pelos itens anteriores; por ocorrência.	2
17	Cumprir obrigações dentro do prazo contratual; por ocorrência e/ou por hora e/ou por dia.	2
18	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e/ou por dia.	1
19	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e/ou por dia.	1
20	Executar limpeza ao final de cada serviço; por dia.	1
21	Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade que dificulte ou impossibilite a execução do objeto deste Termo e prestar os esclarecimentos julgados necessários, por serviço.	1

TABELA 2 – MULTAS

Grau	Correspondência
1	0,10% do valor faturado.
2	0,15% do valor faturado.

Grau	Correspondência
3	0,25% do valor faturado.
4	0,40% do valor faturado.

Parágrafo primeiro. No caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, ou quando, sem justificativa aceita pelo **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Autorização de Fornecimento de Materiais/Serviço ou não assinar o contrato deixando, assim, de cumprir os prazos fixados, sem prejuízo das demais sanções previstas, será aplicada à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

Parágrafo segundo. As multas de que tratam os itens anteriormente enumerados serão entendidas como independentes e cumulativas.

Parágrafo terceiro. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**. Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA EXTINÇÃO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de extinguir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente, por via postal ou eletronicamente, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste ajuste.

Parágrafo primeiro. Extinção Unilateral. Ficará o presente contrato extinto unilateralmente pela **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

Parágrafo segundo. Extinção Consensual. Ficará o presente contrato extinto por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

Parágrafo terceiro. Extinção Judicial ou Arbitral. O presente contrato poderá ser extinto por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo quarto. A falta dos registros ou documentações, incluindo a ART ou RRT, ou, ainda, constatada a irregularidade, poderá ensejar o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo quinto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

A extinção de que trata o parágrafo primeiro da cláusula anterior, acarreta, no que couber, conforme dispõe o artigo 80 da Lei nº 8.666/93, as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções pertinentes, reconhecendo a **CONTRATADA**, desde já, os direitos da **CONTRATANTE** de:

- assunção imediata do objeto deste contrato no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- execução da garantia contratual, para :

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

- retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE** e das multas aplicadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, sem expressa autorização da **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro. A **CONTRATANTE** não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros ou quaisquer outros.

Parágrafo segundo. Não será permitida a subcontratação total do objeto e a transferência ou cessão das obrigações contratuais a terceiros, salvo a subcontratação de serviços específicos contidos no projeto básico durante a execução da obra, após prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**. Não será permitido, ainda, a associação, cisão ou incorporação do objeto do contrato por parte da **CONTRATADA**.

Parágrafo terceiro. A execução de serviços que exijam responsabilidade técnica somente poderá ser subcontratada à empresa de engenharia devidamente registrada no CREA/AM ou CAU/AM e com qualificação técnica compatível com o item que pretenda executar.

Parágrafo quarto. A empresa subcontratada deverá comprovar, perante a **CONTRATANTE**, que está em situação regular fiscal, previdenciária e trabalhista, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS:

As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediência às disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis.

Parágrafo primeiro. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste contrato.

Parágrafo segundo. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato, sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo **CONTRATANTE** com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

a. colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para o **CONTRATANTE**;
b. resguardar interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e
c. cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

1. Lei n.º 8.666/93 – Licitações e Contratos;
2. Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;
3. Lei n.º 5.194/66 – Regula o exercício das profissões de Engenheiro;
4. Lei n.º 6.496/77 – Anotação de Responsabilidade Técnica;
5. Lei n.º 10.406/02 – Código Civil Brasileiro;
6. Normas Técnicas, Especificações e Métodos de Ensaios da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial a ABNT NBR 7229/93 e 13969/97;
7. Diretrizes, condições e padrões ambientais estabelecidos pela Resolução CONAMA n.º 307/2002;
8. Demais legislações supervenientes e, de forma suplementar, à luz da legislação específica vigente, aplicada à construção civil, em especial as emitidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE,** baseados na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, assinado digitalmente pelas partes e por duas testemunhas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 16/11/2023, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1189678** e o código CRC **E4193EBC**.

ANEXO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA Nº ATA DE REGISTRO DE PREÇO

* MINUTA DE DOCUMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO N° XXX-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCESSO SEI N.º 2023.010235

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste registro de preços, situado na Avenida Coronel Teixeira n.º 7,995, Nova Esperança II, Manaus, Amazonas, representado neste ato representado por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, XXXXXXX, e as Empresas **XXXXXX**, DORAVANTE denominadas **FORNECEDORES**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º XXX/2023-CPL/MP/PGJ-SRP**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, conforme descrito no Anexo I do Edital do referido pregão.

FORNECEDOR: XXX

Desconto de XX% sobre os serviços constantes da tabela abaixo II, conforme os locais constantes na tabela I:

Tabela I: locais de realização dos serviços.

Grupo I		
Item 1 - Região Metropolitana		
Município	**Endereço**	**Valor Estimado**
MANAUS	1- Prédio Sede - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037- 473	R$ 350.000,00
	2- Auditório Carlos Bandeira - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
	3- Prédio Anexo Administrativo - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00
	4- Prédio Anexo Administrativo do Aleixo - AV. André Araújo, N°23, Aleixo.	R$ 200.000,00
	5- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Centro Integrado de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator - Rua Desembargador João Machado, s/n, Bairro Alvorada I	R$ 25.000,00
	6- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Palácio da Justiça Edifício Desembargador Arnoldo Péres - Av. André Araújo, s/nº Bairro Aleixo	R$ 15.000,00
	7- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas 18º Juizado Especial Criminal - Av. Professor Nilton Lins, nº 3.259 Centro Universitário Nilton Lins - Parque das Laranjeiras	R$ 15.000,00
IRANDUBA	8- Av. Rio Madeira, S/N 69.405-000. - REFORMA	R$ 15.000,00
ITACOATIARA	9- Rua Borba, s/n – Pedreiras - NOVA	R$ 15.000,00
MANACAPURU	10- Rua União, s/n.º - Aparecida	R$ 15.000,00
	11- Rua Rio de Janeiro, nº 57, Bairro Centro	R$ 25.000,00
NOVO AIRÃO	12- Av. Ruy Barbosa, 29 – Centro CEP: 69730-000 REFORMADA	R$ 15.000,00

Grupo I		
RIO PRETO DA EVA	13- Rua João Domingos de Monteiro n.º 07 - Centro CEP: 69115-000	R$ 15.000,00
PRESIDENTE FIGUEIREDO	14- Praça Cívica - Morada do Sol	R$ 15.000,00
Item 2 - Sub-Região do Alto Solimões		
Município	**Endereço**	**Valor Estimado**
AMATURÁ	Praça São Cristóvão, S/Nº Centro CEP: 69200-000;	R$ 15.000,00
ATALAIA DO NORTE	Estrada Augusto Luzeiro, Nº75 Centro CEP: 69650;	R$ 15.000,00
BENJAMIM CONSTANT	AV. Castelo Branco, Nº469 Centro CEP:69630;	R$ 15.000,00
SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP: 69680;	R$ 15.000,00
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	Praça São Paulo, s/nº Centro CEP: 69600;	R$ 15.000,00
TABATINGA	Av. Da Amizade, nº60 Altos do Banco do Brasil Centro CEP: 69640-000;	R$ 15.000,00
TONANTINS	Rua Leopoldo Peres 1, Centro 69685-000	R$ 15.000,00
Item 3 - Sub-Região do triângulo Jutaí – Solimões - Juruá		
ALVARÃES	Rua Bela Vista, S/N - CentroCEP: 69475-000	R$ 15.000,00
FONTE BOA	Rua Francisco Pereira De Souza, s/nº Centro CEP: 69670-000	R$ 50.000,00
JAPURÁ	AV. Amândio Barbosa , S/Nº Centro CEP.: 69495-000	R$ 15.000,00
JURUÁ	Rua Francisco de Paula, Nº 100 Centro CEP: 69520-000	R$ 25.000,00
JUTAÍ	RUA 7 De Março, Nº59 Centro CEP: 69660-000	R$ 15.000,00
MARAÃ	AV. Castelo Branco, nº30 Centro CEP: 69490-000	R$ 50.000,00
TEFÉ	Rua Benjamim Constant, s/n - Centro - "Praça Santa Teresa".Centro CEP.: 69470-000	R$ 15.000,00
UARINI	Av. Espírito Santo, 86-366 – Centro CEP: 69485-000	R$ 15.000,00
Item 4 - Sub-Região do Purús		
BOCA DO ACRE	RUA Rua Júlio Toa, nº89 – Platô Do Piquiá CEP: 69850-000;	R$ 15.000,00
CANUTAMA	RUA Floriano Peixoto, nº242 CENTRO CEP: 69820-000;	R$ 15.000,00
LÁBREA	Praça Cel. Lábrea, nº95 – Centro CEP: 69830 – 000;	R$ 15.000,00
PAUINI	Rua Castelo Branco, nº247 Centro CEP: 69860 – 000;	R$ 15.000,00
TAPAUÁ	Av. Presidente Castelo Branco, nº390 Centro CEP: 69480-000	R$ 15.000,00
Item 5 - Região do Juruá		
CARAUARI	AV. D. Pedro II, Nº 198 Centro CEP: 69500-000;	R$ 15.000,00
ENVIRA	RUA 27 De Julho, S/Nº – São Francisco CEP:69870-000	R$ 15.000,00
EIRUNEPÉ	Rua Santa Terezinha, nº 270, Bairro Centro	R$ 15.000,00
GUAJARÁ	Rua Antônio Ferreira, nº 40 – Centro CEP: 69895-000;	R$ 15.000,00
IPIXUNA	Rua Edmar Herculano, nº361 Centro;	R$ 15.000,00
ITAMARATI	AV. Boa Vista, Nº105 CENTRO CEP: 69510-000;	R$ 15.000,00
Item 6 - Região do Madeira		
APUÍ	AV. 13 De Novembro, s/nº Praça dos Três Poderes Centro CEP: 69265-000;	R$ 15.000,00
BORBA	Rua Rui Araújo, SN, Centro.CEP: 69200-000;	R$ 15.000,00
HUMAITÁ	Rua 13 de novembro, 180 CentroCEP: 69800-000;	R$ 15.000,00
MANICORÉ	Trav. Pedro Tinoco, s/nº Centro CEP: 69280- 000;	R$ 15.000,00
NOVO ARIPUANÃ	AV. 19 De Dezembro, Nº1068 Centro CEP: 69260-000;	R$ 15.000,00
Item 7 - Região do Alto Rio Negro		
BARCELOS	Rua Padre José Baúsusla, 222 – São Sebastião CEP:69700-000;	R$ 50.000,00
	Rua Terreiro Aranha S/n.º - Centro	R$ 50.000,00
SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	Rua Beira Rio, s/nº Centro CEP:69740- 000;	R$ 15.000,00
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AV. 07 De Setembro, s/nº Centro CEP: 69750-000;	R$ 15.000,00
Item 8 - Região do Rio Negro Solimões		
ANAMÃ	Rua Álvaro Maia S/N Centro CEP: 69445- 000;	R$ 15.000,00
ANORI	AV. 31 De Março, Nº 344 Centro CEP: 69440-000;	R$ 15.000,00
AUTAZES	Rua Jeferson Braga, S/N, esquina com a rua Francisco Barroncas. Centro, Nº 23 Centro CEP 69240-000	R$ 15.000,00
BERURI	Rua Costa e Silva s/nº São Francisco CEP: 69000-000;	R$ 15.000,00
CAAPIRANGA	Av. Getúlio Vargas 345, Centro CEP 69410-000	R$ 15.000,00
CAREIRO CASTANHO	AV. ADAIL DE SÁ, S/ Nº – Centro CEP: 69250-000;	R$ 15.000,00
CAREIRO DA VARZEA	Rua Vinte nove de Janeiro, S/ Nº – Centro CEP: 69255-000;	R$ 50.000,00
COARI	Estrada Coari-Mamiá, km 02 CEP: 69460- 000;	R$ 15.000,00
CODAJÁS	AV. Getúlio Vargas, nº48 CENTRO CEP: 69450-000;	R$ 50.000,00
	Rua Ferreira Pena, s/nº - CENTRO CEP: 69450-000;	R$ 50.000,00
MANAQUIRI	Rua Abílio Cintra, nº05 Centro CEP: 69435- 000;	R$ 15.000,00
Item 9 - Região do Médio Amazonas		
ITAPIRANGA	AV. Pres. Getúlio Vargas, nº151 Centro CEP: 69120-000;	R$ 15.000,00

Grupo I		
MAUÉS	Rua Guaranópolis, s/nº Maresia CEP: 69730-000;	R$ 15.000,00
NOVA OLINDA DO NORTE	Rua Triunfo, nº349 Centro CEP.: 69230-000;	R$ 15.000,00
SILVES	Rua Cizenando Grana, s/n - Bairro Panorama CEP: 69110-000	R$ 15.000,00
URUCURITUBA	Trav. Pedro Tinoco, nº90 Centro CEP: 69080-000;	R$ 25.000,00
Item 10 - Região do Baixo Amazonas		
BARREIRINHA	Rua Coronel Domingos Dutra, n.º 81, Centro, 69.160-000,	R$ 25.000,00
BOA VISTA DO RAMOS	Rua 07 DE Setembro, S/Nº Centro CEP: 69195-000	R$ 15.000,00
NHAMUNDÁ	Rua Furtado Belém, nº04 – Centro CEP.: 69140-000;	R$ 15.000,00
PARINTINS	Estrada do Macurany, Nº 159 Conj. João Djard Vieira I CEP: 69159-000;	R$ 15.000,00
SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP 69135- 000	R$ 15.000,00
URUCARÁ	Rua Coronel Pinto, s/nº Aparecida CEP: 69130-000	R$ 15.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Entregar os produtos de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga/descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Segunda. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no endereço indicado pela CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quarta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** julgar necessário;

Subcláusula Quinta. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sexta. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação efetivada, sob pena de decair o direito à contratação.

I - Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes poderão ser convocados para celebrar o ajuste, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da Contratante, na forma revista no art. 73 da Lei n.° 8.666/93, observando-se as disposições constantes do **Item 7** do **Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**.

Subcláusula Primeira. O prazo para início dos serviços será de, no máximo, **05 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados** contados da entrega da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O **PRAZO DE GARANTIA** sobre os produtos e serviços deverá ser de, no mínimo, **5 (cinco) anos**, contados a partir da data do recebimento definitivo, nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Terceira. A **CONTRATADA** é obrigada a fornecer, além dos materiais especificados e mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte.

Subcláusula Quarta. A execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material deverão ser feitos de modo a não prejudicar a circulação de pessoas, os serviços e o fluxo normal de veículos, observando-se sempre a máxima segurança contra acidentes.

Subcláusula Quinta. O recebimento dos produtos/serviços será realizado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC**, na forma prevista no art. 73 da Lei no 8.666/93, mediante Nota de Entrega ou documento equivalente, que deverá conter apenas os materiais e/ou serviços nas quantidades efetivamente solicitadas e entregues.

Parágrafo Sexta. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos equipamentos não constitui aceitação dos mesmos.

Subcláusula Sétima. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO ou DEFINITIVO do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto desta Ata.

Subcláusula Oitava. A descoberta de defeitos, falhas ou imperfeições ocultas que impeçam ou reduzam a usabilidade dos materiais, verificados após o seu pagamento, implicará na obrigação da contratada de substituí-los/refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação pelo MP/AM. Por ocasião da substituição, a contratada procederá à retirada do material objeto da comunicação.

Subcláusula Nona. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo se a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Décima. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a trinta dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

I – A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **Procuradoria Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões de Regularidade para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão de Regularidade Trabalhista e perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

II – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = ___i___ = I = ___6/100__ = I = 0,00016438

365 365

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

Subcláusula Quarta. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Primeira. Será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, sem justificativa aceita pela Administração:

a) cometer fraude fiscal;

b) apresentar documento falso;

c) fizer declaração falsa;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

f) não assinar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;

h) não mantiver a proposta.

Subcláusula Segunda. Para os fins da subcondição da alínea "d", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula Terceira. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I – Advertência;
II – Multas percentuais, nos termos estabelecidos no Edital;
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei nº. 8.666/93;
V - Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Subcláusula Quarta. Se a contratada, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, sem prejuízo daquelas previstas no Acordo de Níveis de Serviço, Item 14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

a) Multa correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, o vencedor não enviar os documentos solicitados para fins de cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas – SEFAZ/AM, na forma prevista no edital.

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta quando, sem justificativa aceita pela Administração, o vencedor não mantiver a proposta apresentada na sessão pública;

Subcláusula Quinta. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA cumulativamente às de multa, as quais, por sua vez, poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.
Subcláusula Sexta. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada (se houver), além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
Subcláusula Sétima. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.
Subcláusula Oitava. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA IRREAJUSTABILIDADE DE PREÇOS

Os preços constantes da presente Ata de Registro de Preços não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência, ressalvado o previsto na CLÁUSULA NONA supra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

O Ordenador de Despesas da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA delega competência aos servidores responsáveis pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** e **SETOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL - SCMP** para, em conjunto, solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, conforme as seguintes atribuições:

SCMP: realizar pedidos de compra de fechaduras, portas, remanejamento e outros compatíveis com a atividade de manutenção de material já existente.
DEAC: realizar pedidos de compra para execução de novos projetos (ampliação/layout).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES:

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

a) Administrar a presente Ata; e

b) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

Subcláusula Segunda: Compete às Entidades Participantes destinatários:

a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado;

c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei; e

d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira: Compete à CONTRATADA, além daquelas previstas no **Item 8** do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital, as seguintes obrigações:

a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, os materiais relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços;
b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para recebimento, nos termos do edital parte integrante desta Ata de Registro de Preços;
c) Prestar/Entregar/instalar/remanejar os materiais/serviços no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do edital;
d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais/serviços e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;
e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas; e
f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; e

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira. a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Segunda. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá, ou não, contratar o objeto deste instrumento;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Para fins de efetivo controle sobre a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, as PARTES adotam o Acordo de Níveis de Serviço, a ser apurado mensalmente, conforme as definições do **Item 14** do **Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, parte integrante do Edital da licitação que deu origem ao presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Subcláusula Primeira. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.ºXXX/2023-CPL/MP/PGJ-SRP** e a(s) proposta(s) do(s) Fornecedor(es).

Subcláusula Segunda. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira. Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta. Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 322/2007, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus, de novembro de 2023

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

RAZÃO SOCIAL
CNPJ Nº XXXX
REPRESENTANTE LEGAL: XXXX
CPF n.º XXX

ANEXO IV

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA

Representante Legal

ANEXO V

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Grupo	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Global Estimado	Desconto (%)
I	Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	Mensal	12	**R$ 2.100.000,00**	XXX

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: _____
2. **Prazo de Execução dos Serviços**: O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.
3. **Prazo de Garantia dos Serviços:** O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.
4. **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta corrente*);
5. **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*
6. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação

em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)

(*nome do representante legal pela empresa*)

(*CPF do representante legal*)

Observação: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

ANEXO VI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ *de* _____ *de* _____

À

Diretoria de Orçamento e Finanças

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

69037- 473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa

Nome completo e CPF do Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 22/11/2023, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1196436** e o código CRC **1E67FA78**.

AVISO Nº 1196512 - CPL

Área de publicação:

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2023.010235

OBJETO: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses.

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 10.520 de 2002.

ABERTURA: 07/12/2023 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 24/11/2023

LOCAL: no site **https://www.gov.br/compras/pt-br**

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone **(92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.**

Manaus, 22 de novembro de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 183/2023 - DOMPE, Ed. 2643, de 12.07.2023
Matrícula n.º 000.640-8A

Fim da área de publicação.

Em 22 de novembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 22/11/2023, às 14:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1196512** e o código CRC **6D0454E6**.

Licitação

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

23/11/2023 14:31:15

Este Aviso de Licitação será Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 24/11/2023.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 93327 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação: Pregão

Nº da Licitação: 04044/2023

Característica: Registro de Preço (SRI

Forma de Realização: Eletrônico

Modo de Disputa: Aberto

Nº da IRP: 00025/2023

Lei: Lei nº 10.520/2002

Nº do Processo: 2023.010235

Tipo de Licitação: Menor Preço

Compra Nacional: Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD: Não

Validade da Ata SRP: 12 mes(es)

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Quantidade de Itens: 1

Objeto:

Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do MP-AM na capital e no interior, por um período de 12

Data da Divulgação: 24/11/2023

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 24/11/2023 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 07/12/2023 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

Conforme o art. 1º, §§ 1º e 2º do ordenamento legal: "Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais." Ou seja, só poderão ser punidos por improbidade administrativa aqueles que tiverem "a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts.
9º, 10 e 11, não bastando a voluntariedade do agente".
Com isso, os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública só são passíveis de sanção se houver "lesividade relevante". Portanto, temos que o ato de improbidade passa a ser definido como a conduta funcional dolosa do agente público devidamente tipificada em lei, revestida de fins ilícitos e que tenha o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

Além disso, o ato de improbidade, nos termos da nova Lei, sequer pode ser equiparado às hipóteses de responsabilização contidas no art. 28 da LINDB, pois se naquele dispositivo a responsabilização do agente público se dá em caso de dolo e erro grosseiro (que, como se sabe, equivale à culpa gravíssima), na lei 14.230/21 só há ato de improbidade se houver a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 não bastando a voluntariedade do agente.
A redação dada pela lei 14.230/21 ao art. 11 da lei 8.429/92 deixa muito claro que tanto o ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, como a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, encontram suas tipificações em uma das condutas descritas nos incisos daquele dispositivo.
Passa-se a ser impossível, nos termos da Nova Lei de Improbidade Administrativa, ajuizar uma ação civil pública sob a alegação genérica de violação aos princípios da moralidade e da legalidade, que seria complementada pela descrição dos fatos na causa de pedir.
Assim, ou o pedido condenatório se fundamenta numa das hipóteses vedadas pelos incisos do art. 11 , ou se estará diante de uma figura atípica não caracterizadora de ato de improbidade.
Ademais, a redação conferida ao § 4º do art. 1º da Nova Lei de Improbidade Administrativa estabelece que o sistema da improbidade se rege pelos princípios constitucionais do direito administrativo sancionador, o que nos leva a concluir de imediato que no âmbito dos processos penaliformes de improbidade administrativa aplica-se o princípio da retroatividade da norma penal
mais benéfica.
O princípio da retroatividade da norma penal mais benéfica e a sua contraparte, a irretroatividade da norma penal mais gravosa, terão um grande impacto nas ações de improbidade, mas referentes aos fatos ocorridos quando da vigência da redação anterior da lei 8.429/92.
Ademais, importante ressaltar que não houve a efetiva contratação das empresas Speedy Comércio de Veículos e A2 Comércio de Veículos, em razão dessas terem desistido da assinatura da Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Presencial n. 012/2020, alegando decurso do prazo de validade das propostas apresentadas. Assim, consequentemente, não houve pagamento às pessoas jurídicas, de modo que não há de se falar em dano ao erário por ausência de lesão efetiva ao patrimônio público.
Diante desse cenário, com fulcro no art. 39, inciso I, da Resolução n.º 006.2015 do CSMP, determino o arquivamento do presente Inquérito Civil, diante da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, depois de esgotadas todas as diligências possíveis.
Determino ao Setor de Apoio que:

Cientifique desta decisão de arquivamento o(a) Noticiante, na forma do art. 39, §§ 2º e 4º, da Resolução n.º 006.2015 do CSMP, o qual preconiza que a cientificação poderá ser pessoal, por meio de carta com aviso de recebimento, correio eletrônico ou quando não for possível, por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMPE). Registre-se que do arquivamento cabe recurso administrativo, sendo possível a apresentação de razões escritas ou documentos até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento; e Na sequência, em conformidade com o art. 39, §2º, da Resolução n.º 006.2015 do CSMP, os autos do inquérito civil, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 03 (três) dias, contado da comprovação da efetiva cientificação dos interessados.

[Assinado e datado digitalmente]
EDUARDO GABRIEL
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº Inquérito Civil n 162.2020.000008

Decisão

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº Noticia de Fato n.162.2023.000098

Decisão

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº Notícia de Fato n. 162.2023.000006

Decisão

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2023.010235

OBJETO: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses.

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 10.520 de 2002.

ABERTURA: 07/12/2023 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 24/11/2023

LOCAL: no site https://www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone (92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 22 de novembro de 2023.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Aguinelo Balbi Júnior
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lilian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos

Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação AVISO DOMPE 2729 23.11.2023 (1198481) SEI 2023.010235 / pg. 304

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 183/2023 - DOMPE, Ed. 2643, de 12.07.2023
Matrícula n.º 000.640-8A

ATOS DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 61/2023/DRH

I EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 17ª Chamada

O Chefe da Divisão de Recursos Humanos do Ministério Público do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA as senhoras abaixo nominadas para apresentarem documentação relacionada no Edital do I Exame de Seleção para o Programa de Residência Profissional do Ministério Público do Estado do Amazonas e demais documentos constantes no link: https://abrir.link/I7T6u, que devem ser encaminhados para o e-mail residencia@mpam.mp.br, em até 5 (cinco) dias, contados da data de publicação deste edital. Tal procedimento se faz necessário para o regular Credenciamento no Quadro de Residentes desta Instituição, na forma do Ato PGJ n° 390/2022 e alterações:
(ANEXO)

PORTARIA Nº 556/2023/DRH

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI 2023.025143

RESOLVE:

DESIGNAR o estagiário de Nível Médio PEDRO YANGVE SOARES DAMASCENO, para exercer suas atribuições junto à 02ª Promotoria de Justiça de Tefé, a contar de 08/01/2024, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus/AM, 21 de Novembro de 2023

BRUNO PINHO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 558/2023/DRH

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI 2023.025279

RESOLVE:

DESIGNAR a estagiária de Nível Médio NAÍME FERNANDES CABRAL, para exercer suas atribuições junto à 01ª Promotoria de Justiça de Tefé, a contar de 08/01/2024, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus/AM, 21 de Novembro de 2023

BRUNO PINHO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 562/2023/DRH

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI 2023.020054

RESOLVE:

RELOTAR a estagiária de Nível Superior - Direito VANESSA CARDOSO FELINTO, para exercer suas atribuições junto à 69ª Promotoria de Justiça, a contar de 24/11/2023, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus/AM, 23 de novembro de 2023

BRUNO PINHO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 563/2023/DRH

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o teor do Processo SEI nº 2023.025628,

RESOLVE

DESIGNAR a estagiária SABRINA DE CASTRO CONCEIÇÃO, matrícula 0020915A, a partir de 23/11/2023, para exercer suas atribuições junto a(o) 76ª Promotoria de Justiça.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus (Am.), 23 de novembro de 2023

BRUNO PINHO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 564/2023/DRH

O CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo SEI 2023.024885

RESOLVE:

DESIGNAR o estagiário de Nível Superior - Pedagogia EMERSON MARTINS DE OLIVEIRA, para exercer suas atribuições junto ao Programa Recomeçar, a contar de 27/11/2023, no horário de 08:00 às 12:00 horas.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Manaus/AM, 23 de novembro de 2023

BRUNO PINHO DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 565/2023/DRH

A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições, e

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Aguinelo Balbi Júnior
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lilian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação AVISO DOMPE 2729 23.11.2023 (1198481) SEI 2023.010235 / pg. 305

Jornal do Commercio
Manaus, 23 de novembro de 2023
Edição nº 43.928

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 026/2023

Eu, CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR – Prefeito Municipal, face ao constante dos autos do Processo Administrativo n° 11.331/2023, na Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL, RATIFICO o procedimento licitatório, com fundamento no art. 43, VI da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no Fornecimento de Combustível visando atender o Suporte Logístico nas Execuções das Ações de Resposta aos danos causados ao Município de Maués pela estiagem do ano de 2023, através da Portaria n° 3.429 de 03 de novembro de 2023, oriundo do Decreto Emergencial n° 057 de 11 de outubro de 2023 a ser executada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC vinculada a Secretaria Municipal de Governo - SEGOV.
E QUE TEVE COMO CONTRATADA
A PESSOA JURÍDICA: JOÃO FARIAS DA GAMA NETO – ME, CNPJ N° 05.935.876/0001-43.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR GLOBAL: R$ 319.800,00 (trezentos e dezenove mil e oitocentos reais).
Maués/AM, 20 de novembro de 2023.
Carlos Roberto de Oliveira Júnior
Prefeito Municipal de Maués
Tornada pública por afixação na sede da Prefeitura, conforme a Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 027/2023

Eu, CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR – Prefeito Municipal, face ao constante dos autos do Processo Administrativo n° 11.385/2023, na Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL, RATIFICO o procedimento licitatório, com fundamento no art. 43, VI da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Aquisição de 04 Veículos para atender a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Maués/AM, oriundo do Decreto n° 057 de 11 de outubro de 2023.
E QUE TEVE COMO CONTRATADA
A PESSOA JURÍDICA: SERVI PLUS LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ N° 42.403.306/0001-39.
PRAZO: 180 (noventa) dias.
VALOR GLOBAL: R$ 1.173.864,00 (um milhão cento e setenta e três mil oitocentos e sessenta e quatro reais).
Maués/AM, 22 de novembro de 2023.
Carlos Roberto de Oliveira Júnior
Prefeito Municipal de Maués
Tornada pública por afixação na sede da Prefeitura, conforme a Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL Nº 028/2023.

Eu, CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR – Prefeito Municipal, face ao constante dos autos do Processo Administrativo n° 11.429/2023, na Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL, RATIFICO o procedimento licitatório, com fundamento no art. 43, VI da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na Aquisição de Cesta Básica e Água Mineral para atender as Ações de Resposta aos Danos Causados ao Município de Maués pela Estiagem do Ano de 2023, através da Portaria n° 3.429 de 03 de novembro de 2023, oriundo do Decreto Emergencial n° 057 de 11 de outubro de 2023 a ser executada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC vinculada a Secretaria Municipal de Governo - SEGOV.
E QUE TEVE COMO CONTRATADA
A PESSOA JURÍDICA: IRMÃOS CARVALHOS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME, CNPJ N° 33.232.621/0001-50.
PRAZO: 90 (noventa) dias.
VALOR GLOBAL: R$ 1.533.596,00 (um milhão quinhentos e trinta e três mil quinhentos e noventa e seis reais).
Maués/AM, 21 de novembro de 2023.
Carlos Roberto de Oliveira Júnior
Prefeito Municipal de Maués
Tornada pública por afixação na sede da Prefeitura, conforme a Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Maués, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a licitação:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2023 - OBJETO: Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Materiais Químicos e Cirúrgicos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA da Prefeitura Municipal de Maués/AM.
DATA E HORÁRIO: 05 de dezembro de 2023, às 09h00min.
O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, nesta Comissão, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, 244, Centro, CEP 69.190-000, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas.
Maués/AM, 22 de novembro de 2023.
Fabíola Araújo da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 060/2023

CONTRATANTES: A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, CNPJ n°. 04.282.869/0001-27 e a empresa JOÃO FARIAS DA GAMA NETO – ME, CNPJ n°. 05.935.876/0001-43.
DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL: N° 026/2023.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no Fornecimento de Combustível visando atender o Suporte Logístico nas Execuções das Ações de Resposta aos danos causados ao Município de Maués pela estiagem do ano de 2023, através da Portaria n° 3.429 de 03 de novembro de 2023, oriundo do Decreto Emergencial n° 057 de 11 de outubro de 2023 a ser executada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC vinculada a Secretaria Municipal de Governo - SEGOV.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
VALOR GLOBAL: R$ 319.800,00 (trezentos e dezenove mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 02 Poder Executivo;
Unidade: 01 Secretaria Executiva de Governo - SEGOV;
Funcional: 06.182.0022.2.054 Manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
Elemento de Despesa: 3.3.90.30 Material de Consumo;
Fonte: Agência 0947-4, Conta 28178-6, Centro de Custo 007457242.
Maués/AM, 20 de novembro de 2023.
Carlos Roberto de Oliveira Júnior
Prefeito Municipal de Maués
Tornada pública por afixação na sede da Prefeitura, conforme a Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 061/2023

CONTRATANTES: A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, CNPJ n°. 04.282.869/0001-27 e a empresa SERVI PLUS LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA - ME, CNPJ n°. 42.403.306/0001-39.
DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL: N° 027/2023.
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada na Aquisição de 04 Veículos para atender a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Maués/AM, oriundo do Decreto n° 057 de 11 de outubro de 2023.
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR GLOBAL: R$ 1.173.864,00 (um milhão cento e setenta e três mil e oitocentos e sessenta e quatro reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 03 Administração Indireta;
Unidade: 06 Fundo Municipal de Assistência Social;
Funcional: 08.244.0034.2.092 Implementação e Operacionalização das Ações de Assistência Social;
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 Equipamentos e Materiais Permanentes;
Fonte: FNAS SIGTV GND4.
Maués/AM, 22 de novembro de 2023.
Carlos Roberto de Oliveira Júnior
Prefeito Municipal de Maués
Tornada pública por afixação na sede da Prefeitura, conforme a Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 062/2023

CONTRATANTES: A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS, CNPJ n°. 04.282.869/0001-27 e a empresa IRMÃOS CARVALHOS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME, CNPJ n°. 33.232.621/0001-50.
DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL: N° 028/2023.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na Aquisição de Cesta Básica e Água Mineral para atender as Ações de Resposta aos Danos Causados ao Município de Maués pela Estiagem do Ano de 2023, através da Portaria n° 3.429 de 03 de novembro de 2023, oriundo do Decreto Emergencial n° 057 de 11 de outubro de 2023 a ser executada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC vinculada a Secretaria Municipal de Governo - SEGOV.
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.
VALOR GLOBAL: R$ 1.533.596,00 (um milhão quinhentos e trinta e três mil e quinhentos e noventa e seis reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 02 Poder Executivo;
Unidade: 01 Secretaria Executiva de Governo - SEGOV;
Funcional: 06.182.0022.2.054 Manutenção da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;
Elemento de Despesa: 3.3.90.32 Material, Bem ou Serviços para Distribuição;
Fonte: Agência 0947-4, Conta 28178-6, Centro de Custo 007457242.
Maués/AM, 22 de novembro de 2023.
Carlos Roberto de Oliveira Júnior
Prefeito Municipal de Maués
Tornada pública por afixação na sede da Prefeitura, conforme a Lei Orgânica do Município de Maués.

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Maués, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a licitação:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2023 - OBJETO: Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Medicamentos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA da Prefeitura Municipal de Maués/AM.
DATA E HORÁRIO: 05 de dezembro de 2023, às 14h30min.
O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, nesta Comissão, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, 244, Centro, CEP 69.190-000, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas.
Maués/AM, 22 de novembro de 2023.
Fabíola Araújo da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Maués, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a licitação:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2023 - OBJETO: Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Rouparia e Correlatos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA da Prefeitura Municipal de Maués/AM.
DATA E HORÁRIO: 06 de dezembro de 2023, às 09h00min.
O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, nesta Comissão, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, 244, Centro, CEP 69.190-000, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas.
Maués/AM, 22 de novembro de 2023.
Fabíola Araújo da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Maués, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimentos dos interessados que realizará a licitação:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2023 - OBJETO: Registro de Preços para Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Materiais de Construção e Materiais Elétricos, para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA da Prefeitura Municipal de Maués/AM.
DATA E HORÁRIO: 06 de dezembro de 2023, às 14h30min.
O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados, nesta Comissão, localizada na Rua Quintino Bocaiuva, 244, Centro, CEP 69.190-000, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 horas.
Maués/AM, 22 de novembro de 2023.
Fabíola Araújo da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2023.010235

OBJETO: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses.

REGIME JURÍDICO: Lei Federal n.º 10.520 de 2002.

ABERTURA: 07/12/2023 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 24/11/2023

LOCAL: no site **https://www.gov.br/compras/pt-br**

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelo telefone **(92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.**

Manaus, 22 de novembro de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 183/2023 - DOMPE, Ed. 2643, de 12.07.2023
Matrícula n.º 000.640-8A

ITAGUATINGA AGRO INDUSTRIAL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ nº 11.482.064/0001-92. NIRE 13300009799

A Diretoria da **ITAGUATINGA AGRO INDUSTRIAL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (a "Companhia")**, no uso das suas atribuições, na forma do art. 123, caput, da Lei nº 6.404/1976, convoca os Acionistas para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 01 de dezembro de 2023, às 10 horas, de forma **exclusivamente digital**, para: **1**. Analisar e votar a outorga de alienação fiduciária sobre o imóvel de propriedade da Companhia listado no Anexo V do Termo de Emissão (conforme abaixo definido), em garantia do total e fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Nassau Administração e Participações Ltda. ("Emitente") no âmbito da sua 1ª (primeira) emissão de nota comercial escritural, em série única, para colocação privada ("Nota Comercial"), observado que todo e qualquer valor decorrente da venda de imóveis de titularidade da Companhia serão repartidos entre a ARC Crédito III Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados, na qualidade de titular da Nota Comercial, e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme estabelecido no "*Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Nota Comercial Escritural, em Série Única, para Colocação Privada, da Nassau Administração e Participações Ltda.*" ("Termo de Emissão"). **Instruções gerais**: **1.** A Assembleia Geral Extraordinária será realizada de forma digital pelo sistema eletrônico de videoconferência "Google Meet", através de acesso ao link a ser obtido pelos Acionistas que desejarem participar, com prévia solicitação pelo e-mail: divac@nassau.com.br. **2.** As Assembleias Gerais realizadas de forma digital serão consideradas como realizadas na Sede da Companhia, conforme previsto na Seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI n° 81, de 1° de julho de 2020. **Esclarecimentos: 1.** Os documentos relacionados à ordem do dia deste edital, bem como o Boletim de Voto à Distância poderão ser solicitados pelo e-mail: divac@nassau.com.br, com devolução deste último à Sociedade, pelo mesmo endereço eletrônico, até o dia 26 novembro de 2023; **2.** Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar documento de identidade e, os que se fizerem representar por outro acionista, administrador da companhia ou advogado, o instrumento de outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, conforme dispõe o §1º do art. 126 da Lei Federal nº 6.404/1976, além do documento de identidade. Manaus/AM, 23 de novembro de 2023. Paulo Narcélio Simões Amaral – Diretor-Presidente I e Guilherme Cavalcanti da Rocha Leitão - Diretor-Presidente II.

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1A1F-C0C2-D2AF-82BD.

Publicação Aviso - Jornal do Comercio 43928 22.11.23 (1198487) SEI 2023.010235 / pg. 306

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO CONCURSO PÚBLICO

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas, tendo em vista o disposto no art. 127 da Constituição Federal, na lei Complementar nº 11, de 17 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas), e na Resolução nº 14, de 6 de novembro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e suas alterações, torna pública a publicação do **Edital nº 26 – Resultado final na avaliação de títulos e convocação para o procedimento de heteroidentificação.**, de 17 de novembro de 2023, publicado na íntegra, na data de 17 de novembro de 2023, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas nº 2726.

Acesso aos Editais e Publicações:

www.Cebraspe.org.br

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am), 17 de novembro de 2023

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR

Procurador-Geral de Justiça

EDITAL DE INTIMAÇÃO

RONALDO DE BRITO LEITE, Oficial do 3° Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus-AM, atendendo a requerimento da SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA. e no desempenho das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26 da Lei n°9.514, de 20 de novembro de 1997, intima os fiduciantes; 1) OZIEL SILVA DE CAMPOS, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 26350017/SSP-AM, inscrito no CPF nº 941.226.522-00, residente e domiciliado na Rua Japão, nº 103, Bairro Flores, Manaus/AM, CEP 69028-150, com matrícula nº 64155 e intimação prenotada sob o nº 137.046; 2) FRANCIRLENE MENDES GOMES, brasileira, solteira, não mantém união estável conforme declara, técnica de enfermagem, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2078815-0, inscrita no CPF n° 939.121.612-91, residente e domiciliada na Rua Diogo de Mendonça Furtado, n° 143, bairro Dom Pedro I, Manaus/AM, com matrícula nº 47143 e intimação prenotada sob o nº 134.704 3) PATRICIA DE JESUS MATOS ESCÓSSIO, brasileira, solteira, militar, portadora da Cédula de Identidade Profissional nº 19386, inscrita no CPF n° 003.615.952-20, e seu companheiro MAURO SÉRGIO DA SILVA OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, militar, portador da Cédula de Identidade Profissional nº 19386, inscrito no CPF n° 950.206.672-34, residentes e domiciliados na Rua Comendador J. G. Araujo, n° 1451, bairro Santo Antônio, Manaus/AM, com matrícula nº 59385 e intimação prenotada sob o n° 124.827; 4) MARILIA PEREIRA FELIX, brasileira, solteira, professora, portadora da Carteira Nacional de Habilitação CNH n° 03501568196, inscrita no CPF n° 771.626.922-49, residente e domiciliada na Rua União, n° 109, bairro Compensa, Manaus/AM, com matrícula n°44797 e intimação prenotada sob o n° 123.962, 5) JOSEANE DA SILVA MOURA, brasileira, solteira, autônoma, portadora da Carteira Nacional de Habilitação CNH n° 02140115090, inscrita no CPF n° 403.293.992-68, residente e domiciliada na Rua Pintassilgo, n°48, Cj. Cruzeiro do Sul, bairro Cidade Nova, Manaus/AM, com matrícula n°44484 e intimação prenotada sob o n° 123.938 6) CARLOS AUGUSTO PEREIRA DA CUNHA, brasileiro, divorciado, funcionário público estadual, portador da Cédula de Identidade RG n° 1690724-8, inscrito no CPF n° 749.768.772-72, residente e domiciliado na Rua Comandante Henrique Bastos, n° 5553, Condomínio Ariranhas, Torre 21C, Apartamento 405, bairro da Paz, Manaus/AM, com matrícula n°64519 e intimação prenotada sob o n° 137.043, 7) RODRIGO DA SILVEIRA VIEIRA, brasileiro, solteiro, bombeiro militar, portador da Cédula de Identidade Profissional n° 1152, inscrito no CPF n° 747.355.272-49, residente e domiciliado na Rua Acacio Santos, n° 20, Conjunto Ribeiro Junior, bairro Cidade Nova, Manaus/AM, com matrícula n°64130 e intimação prenotada sob o n° 137.050, não encontrados em suas respectivas residências, conforme certidões expedidas por este oficio, para que no prazo de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do presente edital, dar cumprimento às obrigações assumidas perante à SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA., nos termos das escrituras registradas nas matrículas em epígrafe respectivamente, da mencionada serventia, com pagamentos conforme planilha em que são projetadas as quantias apuradas para as datas respectivas, devendo comparecer, para tanto, a este Cartório, sito a Rua Joaquim Sarmento, n° 418, 1° andar – CEP:69.010-020, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, ficando, ainda, ressaltado que O NÃO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO, NO PRAZO ASSINALADO, ENSEJARÁ A CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE DOS IMÓVEIS OBJETOS DAS CITADAS MATRÍCULAS, EM FAVOR DO CREDOR FIDUCIÁRIO, SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA., nos termos do §7° do art.26 da Lei n°9.514/97.

FIEAM
Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
Conselho de Representantes

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, em consonância com que prescrevem os artigos 27 e 29 do Estatuto da Entidade, convoca os Delegados Representantes dos Sindicatos filiados, no pleno gozo de seus direitos sociais, para Reunião Ordinária do Conselho de Representantes, a ser realizada no próximo dia 29 de novembro de 2023, às 11:00 horas, no Auditório Ernani Leão de Freitas, localizado no 4º andar do Ed. Albano Franco, para deliberarem sobre os assuntos a seguir:
1 – Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;
2 – Apreciação e aprovação da Retificação Orçamentária do exercício de 2023;
3 – Apreciação e aprovação do Orçamento Programa para o exercício de 2024.
Caso não haja representação da maioria dos Sindicatos filiados em primeira convocação, o plenário instalar-se-á em segunda convocação, às 11:30h, com a presença de qualquer número de conselheiros.

Manaus/AM, 21 de novembro de 2023

ANTONIO CARLOS DA SILVA
Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO, TURISMO, RODOVIÁRIOS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS – SIFRETAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES SINDICAIS

Pelo presente edital, o Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento, Turismo, Rodoviários Intermunicipal, Interestadual e Internacional do Estado do Amazonas - SIFRETAM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, conforme dispõe os artigos 51 a 58, convoca os associados, em exercício pleno de seus direitos estatutários e quites com suas contribuições, para à eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto a Federação e respectivos suplentes, para o mandato de 03 (três) anos, de 01/01/2024 a 31/12/2026, a ser realizada na sede do sindicato, na Rua Abelardo Barbosa, n.º 1.004, Bairro Aleixo, CEP: 69.060-100, Manaus/Am, no dia 01/12/2023, no período das 14h00 às 17h00, podendo ser concluídos antes, se tiverem votado todos os eleitores constantes das folhas de votação. Havendo somente uma chapa registrada para as eleições, poderá ser realizada a eleição por aclamação em Assembleia Geral especialmente designada para este fim. O registro de chapa, será realizado na sede da entidade. Os interessados deverão comparecer munidos de toda documentação necessária, na secretaria do sindicato no período eleitoral, que funcionará no horário de 8h30 às 12h30 e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira, salvo feriados. O presente edital de convocação é publicado por resumo, e ficará anexado na sede deste sindicato com remessa de cópia por e-mail aos associados.

Manaus/Amazonas, 21 de novembro de 2023

Demilço Valdemar Vivian
Presidente do SIFRETAM.

Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Silves

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N. 005/2023

O Município de Silves, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal, torna público que fará realizar sessão da seguinte Tomada de Preços:
TOMADA DE PREÇOS N. 005/2023.
Objeto: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO EM VIAS URBANAS COM DRENAGEM SUPERFICIAL, NA ZONA URBANA NO MUNICÍPIO DE SILVES.
Tipo: Menor preço global.
Data da abertura de envelopes: 11 de dezembro de 2023. Hora: 08h (horário local).
Local da abertura dos envelopes: Auditório da Prefeitura de Silves, localizada na Avenida Senador Álvaro Maia, n. 01, Centro. CEP: 69.114-000. Silves. Amazonas.
Informações: O Edital desta licitação poderá ser consultado no Portal da Transparência da Prefeitura de Silves: https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/silves. Outras informações pelo e-mail: licitacao@silves.am.gov.br.

Silves, 22 de novembro de 2023.
Khary Anny Pereira Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE Manaus
CÂMARA ISO 9001
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS, através de sua Pregoeira, torna públicoa abertura do PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2023-SRP/CMM, na forma a seguir:
ObjetoRegistro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva, corretiva e higienização de condicionadores de ar split, sistema de exaustão e em equipamentos de refrigeração em geral, com mão de obra, materiais e peças inclusos, nas instalações da CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS (CMM), observados os detalhamentos técnicos, operacionais, especificações e condições constantes no Termo de Referência, oriundo do Processo Administrativo n.º 2023.10000.10718.0.001971.
Data e Horário: 04/12/2023, às 10:00 horas.
O Edital encontram-se à disposição dos interessados na COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da CMM, na Rua Padre Agostinho Caballero Martin, n.º 850 – São Raimundo, no horário das 9h às 13 hdevendo ser adquirido, sem ônus na forma digital, através do Portal da CMM (www.cmm.am.gov.br), ou PEN-DRIVE, novo ou formatado e, ainda, em forma de cópia, sendo esta, no valor de R$ 20,00 (vinte reais), correspondente ao custo de reprodução, a ser depositado em nome da CMM no Banco Bradesco, Agência 320-4, Conta Corrente n.º 34693-4.

Manaus, 22 de novembro de 2023.
Helen Grace Costa Sena
Pregoeira

UNNO dom pedro
ASSORCC CONDOMINIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ODINÁRIA **30/11/2023 (QUINTA-FEIRA)**

Na qualidade de síndica e no uso das minhas atribuições, venho por esse edital, convocar os condôminos e moradores do Condomínio Residencial Unno Dom Pedro, inscrito no CNPJ 49.148.392/0001-20, localizado à Rua Angelim, N°65 – Bairro Dom Pedro I – CEP 69.040-230 – Manaus/AM, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária** a realizar-se no dia 30 de novembro de 2023 (quinta-feira), no salão de festa, às 19h00min (dezenove horas) em primeira convocação com o quórum estabelecido pela Lei n.2 10.406/02, e em segunda convocação às 19h30min (dezenove horas e trinta minutos) com qualquer número dos presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- **APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERIODO DE FEVEREIRO 2023 A OUTUBRO/2023;**
- **APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA JANEIRO A DEZEMBRO 2024;**
- **APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONDOMINIO;**
- **ASSUNTO DO INTERESSE GERAL DO CONDOMINIO.**

DOS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

- Informamos que serão tratados somente assuntos do edital de convocação.
- É lícito aos senhores condôminos que não puderem estar presentes se fazerem representar na assembleia ora convocada por procuradores devidamente habilitados, com procurações específicas com "firma" reconhecida através de cartório ou por procuração assinada digitalmente conforme MP 2.200-2/2001.". **As procurações apresentadas deverão ser entregues e não serão devolvidas fazendo parte do livro de Presenças.**
- A ausência dos senhores condôminos os obriga a aceitarem com tácita concordância aos assuntos que forem tratados e deliberados.
- Lembramos que somente terão direito a voto os condôminos ou as unidades que estiverem quites com as contribuições condominiais, conforme estabelece o Código Civil Brasileiro-Artigo 1.355 – inciso III; e Convenção Condominial; os inadimplentes poderão somente acompanhar a assembleia.
- Contamos com a colaboração de todos para tratar dos assuntos descritos da pauta, haja vista, que são relevantes para a vida condominial.

Manaus / AM, 21 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br ALESSANDRA DOMINGOS DOS SANTOS BUTTN
Data: 21/11/2023 17:27:59-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Alessandra Domingos dos Santos Buttner
Síndica

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Amazonas - Comarca de Manaus
6º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais
Rua Lourival Muniz, 454, Glória, Manaus/AM
Fone: (92) 3673-9096 - Fax: (92) 2671-4287
OFICIAL TITULAR: Selma Maria Lira Barros

EDITAL DE PROCLAMAS 081

FAÇO saber a todos que pretendessem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo art. 525 do Codigo Civil Brasileiro os contraentes:
1) ALESSANDRO SANTOS MARINHO e ALDILENA MONTEIRO DA SILVA sendo o pretendente, solteiro, mototaxi, nascido em 23-11-1988, natural de Manaus/AM , residente em Rua Quartzo, n°156,Tancredo Neves, Manaus-AM - Manaus/AM, filho de Manoel Lourenço de Souza Marinho e Maria Laiza de Souza Santos e a pretendente, solteira, domestica, nascida em 28-05-1989, natural de Alenquer/PA, residente em Rua Quartzo, n°156,Tancredo Neves, Manaus-AM - Manaus/AM, filha de e Aldenice Gorete Monteiro da Silva
2) ANDERSON GONÇALVES DAS CHAGAS e JEICIELE SANTOS DE SALES sendo o pretendente, solteiro, auxiliar de manutenção, nascido em 29-07-1997, natural de Manaus/AM , residente em Rua Crisanto Jobim, 252,C-2, Petropolis, Manaus-AM - Manaus/AM, filho de Antonio Jorge Garcia das Chagas e Lina Mara Picanço Gonçalves e a pretendente, solteira, cobradora, nascida em 10-07-2000, natural de Manaus/AM, residente em Rua Jose Basilio, n°43, Compensa, Manaus-AM - /, filha de e Elizângela Santos de Sales
3) ANTONIO GEILSON SILVA SANTANA e MARY MARTINS DA SILVA sendo o pretendente, solteiro, motorista, nascido em 24-01-1981, natural de Rio Branco/AC , residente em RUA 03 - Manaus/AM, filho de EDILSON PEREIRA DE SANTANA e RAIMUNDA SILVA SANTANA e a pretendente, solteira, cozinheira, nascida em 17-08-1979, natural de Manaus/AM, residente em RUA 03 - Manaus/AM, filha de e AMÉRICA MARTINS DA SILVA
4) AUGUSTO CÉSAR LOBATO DA SILVA e ROSILENE FONSECA CAMPOS sendo o pretendente, viúvo, bombeiro militar, nascido em 30-05-1972, natural de Belém/PA , residente em AV. MAX TEIXEIRA - Manaus/AM, filho de LUIZ GONZAGA ALVES DA SILVA FILHO e ERMELINDA SANTANA LOBATO DA SILVA e a pretendente, solteira, militar, nascida em 01-10-1970, natural de Rio de Janeiro/RJ, residente em AV. MAX TEIXEIRA - Manaus/AM, filha de e
5) BRENO DA SILVA SOUZA e GISELLE RIBEIRO DOS SANTOS sendo o pretendente, solteiro, autônomo, nascido em 04-05-2000, natural de Manaus/AM , residente em RUA ACAIRANA - Manaus/AM, filho de ALBERIS DIAS DE SOUZA e ALDELIZIA OLIVEIRA DA SILVA e a pretendente, solteira, professora, nascida em 01-05-2003, natural de Manaus/AM, residente em RUA ACAIRANA - Manaus/AM, filha de AURIBERTO CAMPOS DOS SANTOS e GISLAINE RIBEIRO AMAZONAS
6) EDINELHO BACELAS DOS SANTOS e LUCIDÉIA PEREIRA DA SILVA sendo o pretendente, solteiro, SUPERVISOR DE SEGURANÇA, nascido em 20-02-1981, natural de TUCURUI/PA , residente em TRAVESSA ADEMAR REGO - Manaus/AM, filho de RAIMUNDO NONATO VIEIRA DOS SANTOS e MARIA JULIA BACELAS DOS SANTOS e a pretendente, solteira, AUTONOMA, nascida em 28-05-1983, natural de CURUÁ/PA, residente em TRAVESSA ADEMAR REGO - Manaus/AM, filha de CARLOS SANTOS DA SILVA e RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA
7) EDINELSON OLIVEIRA DE FREITAS e IVANILDA GAIA LOPES sendo o pretendente, solteiro, VIGILANTE, nascido em 15-01-1985, natural de CODAJÁS/AM , residente em RUA FRANCISCA MENDES - Manaus/AM, filho de EPITÁCIO DE FREITAS e MARIA OLIVEIRA DE FREITAS e a pretendente, solteira, DO LAR, nascida em 09-02-1976, natural de BARREIRINHA/AM, residente em RUA FRANCISCA MENDES - Manaus/AM, filha de RUBEM GOMES LOPES e IVANETE GAIA LOPES
8) EDSON CARLOS GONÇALVES DE SOUZA e ILADIA COELHO ANTUNES sendo o pretendente, solteiro, agricultor, nascido em 07-12-1981, natural de Fonte Boa/AM , residente em Avenida Dom Pedro I, nº1052, C-3, Dom Pedro I - Manaus/AM, filho de RAIMUNDO CANDIDO DE SOUZA e FRANCISCA GONÇALVES DE SOUZA e a pretendente, solteira, professora, nascida em 14-10-1982, natural de Fonte Boa/AM, residente em Avenida Dom Pedro I, nº1052, C-3, Dom Pedro I - Manaus/AM, filha de ESMERALDO ANTUNES CORREA e RAIMUNDA COELHO CORREA
9) EDSON COSME SILVA DOS SANTOS e ELOISA GONZAGA BARBOSA sendo o pretendente, solteiro, industriário, nascido em 28-09-1998, natural de Manaus/AM , residente em RUA DA PAZ - Manaus/AM, filho de RAIMUNDO SOUZA DOS SANTOS e ROSANGELA SILVA DOS SANTOS e a pretendente, solteira, autônoma, nascida em 05-06-2001, natural de Itacoatiara/AM, residente em RUA DA PAZ - Manaus/AM, filha de EVERTON GAIA BARBOSA e EDIONE ALBUQUERQUE GONZAGA
10) FABIO BRUNO MENDONÇA DOS SANTOS e EVILYN VITORIA DA SILVA MORIS sendo o pretendente, solteiro, autonomo, nascido em 23-02-2005, natural de Manaus/AM , residente em Rua Celebridade, nº17, Terra Nova - Manaus/AM, filho de FABIO ROLIM DOS SANTOS e SIMONE MARIA ESQUERDO DE MENDONÇA e a pretendente, solteira, recepcionista, nascida em 07-07-2005, natural de Boa Vista/RR, residente em Rua Celebridade, nº17, Terra Nova - Manaus/AM, filha de ELIFRANK FERREIRA MORIS e ECICLEIA DA SILVA E SILVA
11) FABRICIO TOMAZ DO NASCIMENTO e SOPHIA LOREN DE ASSIS sendo o pretendente, solteiro, autônomo, nascido em 03-12-2000, natural de Manaus/AM , residente em Rua Jardim Primavera, n°495, Taruma, Manaus-AM - Manaus/AM, filho de Fabricio Pinto Tomaz e Francisca Kellen Pereira do Nascimento e a pretendente, solteira, autônoma, nascida em 06-07-2003, natural de Manaus/AM, residente em Rua Jardim Primavera, n°495, Taruma, Manaus-AM - Manaus/AM, filha de e Idelma de Assis
12) GILMAR MOREIRA e NEIA GOMES FONSECA sendo o pretendente, solteiro, ajudante de distribuição, nascido em 26-12-1985, natural de Borba/AM , residente em Rua Pauini - Manaus/AM, filho de e Reina Moreira e a pretendente, solteira, dona de casa, nascida em 14-02-1992, natural de Boa Vista do Ramos/AM, residente em Rua Pauini - Manaus/AM, filha de João Negreiros da Fonseca e Jorgete Gomes Freitas
13) JACKSON DEIDE BACELAS DOS SANTOS e ANANDA ARIADNE MELO DOS SANTOS sendo o pretendente, solteiro, AUTÔNOMO, nascido em 16-09-1985, natural de Santarém/PA , residente em Rua Green Ville, n° 2, Parque 10 de Novembro - Manaus/AM, filho de RAIMUNDO NONATO VIEIRA DOS SANTOS e MARIA JULIA BACELAS DOS SANTOS e a pretendente, solteira, AUTÔNOMA, nascida em 28-02-2005, natural de Manaus/AM, residente em Rua Green Ville, n° 2, Parque 10 de Novembro - Manaus/AM, filha de JOHN KAROL SOBRINHO DOS SANTOS e LEILIANY KAREN DA COSTA MELO
14) JOSUÉ GOMES DA SILVA e MIRLENE DE OLIVEIRA CRUZ sendo o pretendente, solteiro, servido público estadual, nascido em 03-12-1980, natural de Manacapuru/AM , residente em Rua Plinio Coelho, 305, C-4,Compensa, Manaus-AM - Manaus/AM, filho de e Maria Gomes da Silva e a pretendente, solteira, industriária, nascida em 09-08-1984, natural de Manaus/AM, residente em Rua Plinio Coelho, 305, C-4,Compensa, Manaus-AM - Manaus/AM, filha de Joaquim Valente da Cruz e Enedina de Oliveira Cruz.
Se alguém souber de algum impedimentos que os declare na forma da lei.
Manaus 02 de MAIO de 2023
Selma Maria Lira Barros
OFICIAL

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1A1F-C0C2-D2AF-82BD.

ICP Brasil
EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Assinado de forma digital por EMPRESA JORNAL DO COMERCIO LTDA:04561791000180
Dados: 2023.11.22 18:13:41 -04'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 559.2023.CPL.1198562.2023.010235

Manaus, *na data da assinatura eletrônica.*

A Sua Excelência a Senhora
Doutora **LÍLIAN MARIA PIRES STONE**
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTA

Assunto: Designação de Pregoeiro, suplente e equipe de apoio - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ

Exma. Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça,

Honra-me cumprimentá-la com o presente e, à oportunidade, solicito a designação dos servidores abaixo mencionados como Pregoeiro e suplente de Pregoeiro, bem como dos demais membros (titulares e/ou suplentes) desta Comissão Permanente de Licitação que integrarão a equipe de apoio do respectivo certame, conforme elenco a seguir:

Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ (serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas)

Data: 07/12/2023.

Horário: 10h. (Horário Brasília)

— SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES - Pregoeiro.

Equipe de Apoio:

— CLEITON DA SILVA ALVES (Suplente);

— FÁDIA VANESSA RODRIGUES BARBOSA GOMES; e

— MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS.

Respeitosamente,

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 29/11/2023, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1198562** e o código CRC **56FAEDB4**.

ESCLARECIMENTO PREGÃO N.º 4.044/2023 - CPL/MP/PGJ

licitacao@jftecnologia.com <licitacao@jftecnologia.com>
Sex, 01/12/2023 10:44
Para:Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

Bom dia, prezados!

Saudações,

Com relação ao PREGÃO ELETRÔNICO **N.º 4.044/2023** que será realizado no dia **07/12**, para auxiliar na elaboração da nossa proposta, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

1. A respeito dos valores mencionados no ANEXO I, haverá aditivo sobre os valores estimados para cada unidade, caso, este valor estimado não seja o suficiente?
2. O valor estimado do **item 3.2** é 2.100.000,00 ou um milhão e Setecentos e Sessenta mil reais?
3. Referente ao **item 3.2.2** o valor do % de desconto do lance é o mesmo que o ACD (ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO) e o TR (TAXA PERCENTUAL DE REDUÇÃO), conforme mencionado no item 4.2?
4. Possui planilha editável (Excel), para auxiliar na elaboração da nossa proposta?
5. Quem será o responsável pela elaboração das planilhas conforme SINAPI para cada unidade? Caso seja a contratada, quem irá arcar com os custos do deslocamento para os municípios do interior?
6. Os serviços deverão ser executados de formas paralelas ou somente uma por vez por unidade?

Ficamos no aguardo.

Agradecemos desde já.

Atenciosamente,

Tabita Silva
ASSISTENTE DE LICITAÇÕES
(92) 3237 - 3877
AVENIDA GENERAL RODRIGO OTÁVIO, Nº 6488, COROADO
CEP: 69080-005 - MANAUS - AM - BRASIL
WWW.JFTECNOLOGIA.COM

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 569.2023.CPL.1203741.2023.010235

Manaus, 1 de dezembro de 2023.

Ao Senhor

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Senhor Chefe,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e diante do **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS** interposto aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ (1197670), pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDa .**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97, VENHO encaminhar as razões do pedido nº 1203730, para análise e manifestação, com a maior brevidade possível.

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 01/12/2023, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1203741** e o código CRC **161B0E1B**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 467.2023.DEAC.1204052.2023.010235

A Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e diante do **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS** interposto aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ (1197670), pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97, encaminhados as razões do pedido nº 1203730, para análise e manifestação, com a maior brevidade possível quais sejam:

1. A respeito dos valores mencionados no ANEXO I, haverá aditivo sobre os valores estimados para cada unidade, caso, este valor estimado não seja o suficiente?

   Resposta: Trata-se de orçamento ***ESTIMATIVO*** por unidade para manutenção caso uma unidade necessite de mais recurso a administração avaliará e tomará as medidas necessárias.

2. O valor estimado do item 3.2 é 2.100.000,00 ou um milhão e Setecentos e Sessenta mil reais?

   Resposta: Conforme o Edital o Valor é de R$ 2.100.000,00 (dois milhoes e cem mil).

3. Referente ao item 3.2.2 o valor do % de desconto do lance é o mesmo que o ACD (ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO) e o TR (TAXA PERCENTUAL DE REDUÇÃO), conforme mencionado no item 4.2?

   Resposta: Conforme demostrada na formula no item 4.2 a TR (taxa percentual de redução) faz parte de formação do ACD.

4. Possui planilha editável (Excel), para auxiliar na elaboração da nossa proposta?

   Resposta: Não, não existe planilha em excel.

5. Quem será o responsável pela elaboração das planilhas conforme SINAPI para cada unidade? Caso seja a contratada, quem irá arcar com os custos do deslocamento para os municípios do interior?

   Resposta: Conforme item 3.10.8 do Projeto Básico a confecção desta planilha é de responsabilidade da fiscalização.

6. Os serviços deverão ser executados de formas paralelas ou somente uma por vez por unidade?

   Resposta: A própria natureza da contratação (Ata de registro de preço) já indica ser um serviço por demanda, então os serviços serão realizadas a medida que a fiscalização demandar.

Atenciosamente

Eng. Paulo Augusto Lopes

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 01/12/2023, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1204052** e o código CRC **4569125B**.

DECISÃO Nº 40.2023.CPL.1206815.2023.010235

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS INTERPOSTO AOS TERMOS DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, PELA EMPRESA **JF TECNOLOGIA LTDA.**, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 12.891.300/0001-97, EM **1 DE DEZEMBRO DE 2023**. PRESSUPOSTOS LEGAIS ATENDIDOS: LEGITIMIDADE, INTERESSE DE AGIR, A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO, FUNDAMENTAÇÃO E TEMPESTIVIDADE. OBJEÇÕES REPUTADAS ESCLARECIDAS. MANUTENÇÃO DO EDITAL E DATA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos intrínsecos da peça dirigida, esta **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** com fundamento no artigo 13, §1º, do ATO PGJ Nº 389/2007, decide:

a) Receber e conhecer do pedido de esclarecimentos apresentados pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.891.300/0001-97, aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, pelo qual o *Parquet* Amazonense busca a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses;*

b) No mérito, reputar esclarecidas as objeções, conforme discorrido na presente peça;

c) Manter o edital e a data de realização do certame, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto, em consonância com o art. 21, §4º, da Lei n.° 8.666/93.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DE ESCLARECIMENTOS

Chegou ao *e-mail* institucional desta Comissão Permanente de Licitação, em 1 de dezembro de 2023, às 10h44min, o pedido de esclarecimentos interposto aos termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 4.044/2023-CPL/MP/PGJ** pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.,** CNPJ Nº 12.891.300/0001-97 **(doc. 1203730)**, questionando disposições específicas do instrumento convocatório, conforme transcrição abaixo:

Bom dia, prezados!

Saudações,

Com relação ao PREGÃO ELETRÔNICO **N.º 4.044/2023** que será realizado no dia **07/12**, para auxiliar na elaboração da nossa proposta, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

sobre os valores estimados para cada unidade, caso, este valor estimado não seja o suficiente?

2. O valor estimado do **item 3.2** é 2.100.000,00 ou um milhão e Setecentos e Sessenta mil reais?

3. Referente ao **item 3.2.2** o valor do % de desconto do lance é o mesmo que o ACD (ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO) e o TR (TAXA PERCENTUAL DE REDUÇÃO), conforme mencionado no item 4.2?

4. Possui planilha editável (Excel), para auxiliar na elaboração da nossa proposta?

5. Quem será o responsável pela elaboração das planilhas conforme SINAPI para cada unidade? Caso seja a contratada, quem irá arcar com os custos do deslocamento para os municípios do interior?

6. Os serviços deverão ser executados de formas paralelas ou somente uma por vez por unidade?

Ficamos no aguardo.
Agradecemos desde já.
Atenciosamente

Tabita Silva
Assistente de Licitações

Passo à análise dos pressupostos legais e à exposição das razões de decidir.

2.2. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se o interessado atende às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto dos §§ 1º e 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 13 do ATO PGJ nº 389/2007.

Rezam esses dispositivos que qualquer cidadão e/ou pretenso licitante é parte legítima para impugnar o edital de licitação, desde que o façam, respectivamente, **até o quinto e segundo dia útil** anterior à data fixada para a realização da sessão inaugural do certame.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual oposição dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensa maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, *qualquer cidadão é parte legítima.*

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa acepção de legitimidade, pois

mesmo que não se trate de pretenso licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica dos institutos ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. *In casu,* um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. A peça em análise preencheu, também, esse requisito ao indagar pontualmente o entendimento de determinadas regras do edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderia interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

No caso corrente, a peça em liça partiu de pretenso licitante e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do § 2º, art. 41, da Lei Licitatória nº 8.666/1993.

Com termos semelhantes dispõem, também, os subitens 24.5 e seguintes do Edital do Pregão Eletrônico nº 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, estipulando que:

> 24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 01/12/2023, 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 15 horas (horário de Brasília) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).
>
> 24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, até às 15 horas (horário Brasília) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

Faz-se mister, contudo, elucidar os critérios utilizados na contagem dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, valendo-se, para tanto, de lição do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes[1], cujo excerto segue abaixo:

> A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta"[2]. Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação:
>
> O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia

> 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos. (...)
>
> Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração.

Na mesma tônica, vejamos trecho do julgado exarado pela Corte de Justiça do Estado do Acre em Agravo de Instrumento:

> (...) Em hipóteses como a da espécie em tela, a forma de contagem obedece à regra geral constante do CPC, segundo a qual exclui-se do cômputo o dia do início e inclui-se o do vencimento (art. 184, caput). O traço distintivo, porém, reside no fato de que durante o período de transcurso do prazo é proibida a prática do ato. (...) o prazo referido nos dispositivos legais em destaque é chamado de regressivo, ou inverso. Isso porque a respectiva contagem se dá para trás com a finalidade de impor um limite temporal na prática do ato que não seja dentro do período proibido. (...) No caso vertente, a abertura da sessão pública do Pregão Presencial nº 088/2008 foi aprazada para o dia 18 de dezembro de 2008, quinta-feira. Sendo assim, contando o prazo regressivamente a partir do dia 17, o último dia para impugnação do ato convocatório em questão seria o dia 15 de dezembro de 2008, isto porque o dia 16 de dezembro de 2008 foi o último dia proibido para a prática do ato. (TJ/AC, AI nº 2009.0000052, Rel. Des. Adair Longuini, j. em 12.05.2009.).

Vê-se, portanto, que, a partir de uma interpretação finalística do dispositivo legal ao norte especificado, a intenção do legislador foi justamente a de disponibilizar à Administração um tempo mínimo suficiente para a apreciação de eventuais recursos, neles inclusos impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, sendo assinalado para cada uma das hipóteses normativas prazos razoáveis para a tomada de decisões.

À luz dessas considerações, conforme já se disse alhures, o interessado interpôs sua solicitação em 01/12/2023, às 10h44min. Portanto, a peça trazida a esta CPL é **TEMPESTIVA**.

Sendo assim, passemos à análise do pedido.

3. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram alinhar-se, estritamente, aos auspícios dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei nº 8.666/1993,** Estatuto Nacional de Licitações e Contratos Administrativos, quer na **Constituição Federal de 1988,** bem como, frisa-se, seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina e da jurisprudência majoritária.

Nesse sentido, é mister recordar que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, abaixo disposto:

> *A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da* ***legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório****, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (g.n.)*

Em outras palavras, no que tange às contratações realizadas mediante licitação, deve a Administração Pública, em observância ao disposto no art. 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/93, garantir a igualdade na participação dos licitantes e a selecionar a proposta mais vantajosa, sem se afastar dos princípios básicos descritos no dispositivo supra.

Estabelecidos os princípios legais, apresentamos a seguir as razões e motivações acerca dos questionamentos aventados pela pretensa licitante. Da análise do pedido colacionado, infere-se que as objeções suscitadas se referem às disposições expressas no próprio instrumento convocatório, notadamente, às especificações do **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235.**

Os autos, então, foram encaminhados ao setor responsável pela demanda, a saber, a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO - DEAC** deste *Parquet*, que, através do **MEMORANDO Nº 467.2023.DEAC.**1204052.2023.010235, manifestou-se da seguinte forma, *ipsis litteris*:

> (...)
>
> 1. A respeito dos valores mencionados no ANEXO I, haverá aditivo sobre os valores estimados para cada unidade, caso, este valor estimado não seja o suficiente?
>
> **Resposta:** Trata-se de orçamento ***ESTIMATIVO*** por unidade para manutenção caso uma unidade necessite de mais recurso a administração avaliará e tomará as medidas necessárias.
>
> 2. O valor estimado do item 3.2 é 2.100.000,00 ou um milhão e Setecentos e Sessenta mil reais?
>
> **Resposta:** Conforme o Edital o Valor é de R$ 2.100.000,00 (dois milhoes e cem mil).
>
> 3. Referente ao item 3.2.2 o valor do % de desconto do lance é o mesmo que o ACD (ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO) e o TR (TAXA PERCENTUAL DE REDUÇÃO), conforme mencionado no item 4.2?
>
> **Resposta:** Conforme demostrada na formula no item 4.2 a TR (taxa percentual de redução) faz parte de formação do ACD.
>
> 4. Possui planilha editável (Excel), para auxiliar na elaboração da nossa proposta?
>
> **Resposta:** Não, não existe planilha em excel.
>
> 5. Quem será o responsável pela elaboração das planilhas conforme SINAPI para cada unidade? Caso seja a contratada, quem irá arcar com os custos do deslocamento para os municípios do interior?
>
> **Resposta:** Conforme item 3.10.8 do Projeto Básico a confecção desta planilha é de responsabilidade da fiscalização.
>
> 6. Os serviços deverão ser executados de formas paralelas ou somente uma por vez por unidade?

Resposta: A própria natureza da contratação (Ata de registro de preço) já indica ser um serviço por demanda, então os serviços serão realizadas a medida que a fiscalização demandar.

Atenciosamente

Eng. Paulo Augusto Lopes

Com relação "*aos custos do deslocamento para os municípios do interior*", o orçamento, a ser elaborado pela ***Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC***, irá considerar mobilização/desmobilização de insumos e materiais, de acordo com cada unidade a ser contemplada com o serviço contratado.

Assim, em vista do cerne da indagação do interessado ser direto, o pronunciamento do Setor Técnico também se fez pontual e suficientemente claro, restando por respondê-la cabalmente, dispensando maiores digressões.

4. CONCLUSÃO

Em face do exposto acima, esta Pregoeira, decide receber e conhecer do pleito apresentado pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, para, no mérito, **reputar esclarecidas as objeções**, ressaltando o atendimento aos princípios basilares do Direito Administrativo, quer sejam, *Princípios da Supremacia do Interesse Público* e *Indisponibilidade do Interesse Público*.

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 21, §4º, da Lei nº 8.666/93, **mantém-se a realização do cotejo na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais.**

Manaus, 05 de dezembro de 2023.

Sarah Madaleba Barbosa Santos Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

---

[1] In Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, Editora Fórum, 1ª edição, 3ª tiragem, 2004, págs. 503/504.

[2] Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 05/12/2023, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1206815** e o código CRC **27990F7A**.

E-mail - 1207142

Data de Envio:
05/12/2023 13:38:54

De:
MPAM/Comissão Permanente de Licitação <licitacao@mpam.mp.br>

Para:
licitacao@jftecnologia.com

Assunto:
ESCLARECIMENTO PREGÃO N.º 4.044/2023 - CPL/MP/PGJ

Mensagem:
Prezada Sra. Tabita Silva,

Ao cumprimentá-la, em atenção do pedido de esclarecimentos interposto aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ (1197670), pela empresa JF TECNOLOGIA LTDA., CNPJ Nº 12.891.300/0001-97, venho encaminhar cópia da Decisão Nº 40.2023.CPL.1206815.2023.010235, para conhecimento.

Atenciosamente,

Sarah Madalena B. S. Côrtes
Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Anexos:
Decisao_1206815.html

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 3048.2023.SUBADM.1202232.2023.010235

PROCEDIMENTO Nº 2023.010235

ASSUNTO: Designação de Pregoeiro, suplente e equipe de apoio - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ

Trata-se de expediente subscrito pelo Sr. Cleiton da Silva Alves, Presidente da CPL-MPAM, em que solicita a designação de Pregoeiro, Suplente e Equipe de Apoio do PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, conforme abaixo.

> **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ (serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas)**
>
> **Data: 07/12/2023.**
>
> **Horário: 10h. (Horário Brasília)**
>
> — SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES - Pregoeiro.
>
> **Equipe de Apoio:**
>
> — CLEITON DA SILVA ALVES (Suplente);
>
> — FÁDIA VANESSA RODRIGUES BARBOSA GOMES; e
>
> — MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS.

É o breve relatório. Decido.

À Secretaria da SUBADM, para confecção da minuta de portaria consectária, nos termos do Ofício 1198562, e demais providências cabíveis.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 29 de novembro de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

---

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 05/12/2023, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1202232** e o código CRC **EBBFA7B8**.

PORTARIA 1274/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2023.010235 – SEI,

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 389/2007, datado de 26.11.2007, que regulamenta a utilização da modalidade Pregão no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

I – DESIGNAR a servidora **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES** , Agente de Apoio – Administrativo, como Pregoeira do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ - (Serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas)**, e, para auxiliá-la, bem como substituí-la em seus impedimentos ou afastamentos, o servidor **CLEITON DA SILVA ALVES** , Agente de Apoio – Administrativo;

II – DESIGNAR os servidores **FÁDIA VANESSA RODRIGUES BARBOSA GOMES** e **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS**, ambos Agentes de Apoio – Administrativo, membros da Comissão Permanente de Licitação desta Instituição, para compor a Equipe de Apoio do referido Pregão.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS , em Manaus, 29 de novembro de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 05/12/2023, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1202272** e o código CRC **2F0D812F**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 1328.2023.SUBADM.1207744.2023.010235

Certifico, para todos os fins, que o documento 1202272 foi inserido, nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, seguindo para publicação conforme fila do referido sistema eletrônico.

Manaus-AM, data da assinatura eletrônica.

Wilson Ribeiro Junior

Agente de Apoio - Administrativo da SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Ribeiro Júnior**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 05/12/2023, às 21:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1207744** e o código CRC **17503BB6**.

MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA
CNPJ 15.407.625/0001-40

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, inscrita no CNPJ (MF) nº 15.407.625/0001-40, localizada na Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 1295 C, bairro Central, na cidadede Macapá/AP, CEP 68900-030, fone (96)3345-9245, (96)99173-1868, e-mail mcsnconstrutora@gmail.com, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Grupo	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Global Estimado	Desconto (%)
I	Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	Mensal	12	**R$ 2.100.000,00**	1,29885%
VALOR GLOBAL (valor resultante após aplicação desconto - ACD)					**R$ 2.072.724,15**

Sendo que:

$$\mathbf{ACD}(\%) = \left[(\mathbf{100} - \mathbf{TR}\%) + \frac{\mathbf{BDI}\ (\mathbf{100} - \mathbf{TR}\%)}{\mathbf{100}}\right] - \mathbf{100}, \text{ onde}$$

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao mês anterior à licitação.
BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

TR = 23,1%
BDI = 28,35%.

Assim:

$$\mathbf{ACD}(\%) = \left[(\mathbf{100} - \mathbf{23,1}) + \frac{\mathbf{28,35}\ (\mathbf{100} - \mathbf{23,1})}{\mathbf{100}}\right] - \mathbf{100}$$

$$\mathbf{ACD}(\%) = -\mathbf{1,29885}$$

A MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: 90 dias
2. **Prazo de Execução dos Serviços**: O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.
3. **Prazo de Garantia dos Serviços:** O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.
4. **Dados Bancários**: Banco: 104-Caixa Econômica Federal Agência: 0658 - Macapá Conta-Corrente: 6045-6;
5. **Contato para fins de faturamento**:

   Raimundo José da Silva Neto

   Cargo: Sócio administrador

   Endereço: Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 1295 C – Central – CEP 68900-030 – Macapá/AP

   Telefone: (96)99173-1868

   E-Mail: mcsnconstrutora@gmail.com

6. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

   Nome: Raimundo José da Silva Neto

   CPF: 569.094.382-72

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente emlinha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Macapá, 07 de novembro de 2023

_____

Raimundo José da Silva Neto

CPF 569.094.382-72

Observação: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

MARQUES COSTA SILVA NETO LTDA

CNPJ 15.407.625/0001-40

DETALHAMENTO DO CÁLCULO DO BDI		
B	**Benefício**	**8,20%**
S + G	Seguro + Garantia	0,80%
L	Lucro bruto	7,40%
DI	**Despesas Indiretas**	**6,50%**
AC	Administração Central	4,00%
DF	Despesas Financeiras	1,23%
R	Risco e Imprevistos	1,27%
I	**Impostos**	**10,15%**
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	2,00%
	CPRB	4,50%
BDI PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ENGENHARIA		
Percentual total para o BDI		**28,35%**

FÓRMULA:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Macapá/AP, 07/12/2023

_____

Raimundo José da Silva Neto
CPF 569.094.382-72
RG 3104466 PC/PA
Representante Legal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI n.º 2023.010235

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS

RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO, PORTADOR DO RG: 3104466 PC/PA, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, **MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA**, CNPJ:15.407.625/0001-40, **DECLARA**, QUE O PREÇO INCLUI ALÉM DO LUCRO, TODOS OS CUSTOS E DESPESAS, COM TRIBUTOS INCIDENTES E ENCARGOS DEVIDOS, MATERIAIS, SERVIÇOS, TRANSPORTE, BEM COMO QUAISQUER OUTRAS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS INCIDENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MACAPÁ/AP, 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____
RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO
CPF:569.094.382-72
RG 3104466 PC/PA
REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI n.º 2023.010235

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PREPOSTO

RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO, PORTADOR DO RG: 3104466 PC/PA, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, **MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA**, CNPJ:15.407.625/0001-40, **DECLARA**, **NECESSIDADE DA CONTRATADA MANTER PREPOSTO**, ACEITO PELA CONTRATANTE, PARA REPRESENTÁ-LA ADMINISTRATIVAMENTE NA EXECUÇÃO DO CONTRATO, **DEVENDO, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO, INFORMAR NOME, TELEFONE, ENDEREÇOS E OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATANTE E O PREPOSTO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

MACAPÁ/AP, 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____
RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO
CPF:569.094.382-72
RG 3104466 PC/PA
REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI n.º 2023.010235

DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

ATESTAMOS, PARA CUMPRIMENTO DO ITEM (2.6) DO EDITAL REFERENTE AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PROCESSO SEI N.º 2023.010235, QUE A EMPRESA **MARQUES COSTA & SILVA NETO**, INSCRITA NO CNPJ N° **15.407.625/0001-40**, REPRESENTADA NESTE ATO POR SEU REPRESENTANTE CREDENCIADO, O(A) SR. (A) **RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO**, PORTADOR(A) DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL Nº **RG: 3104466 PC/PA**, OPTOU POR NÃO VISTORIAR O LOCAL DOS SERVIÇOS CONFORME PREVISTO NO SUBITEM (2.6.3.) DO PROJETO BÁSICO Nº **6.2023.DEAC.1049184.2023.010235** DECLARA AINDA QUE QUAISQUER ALEGAÇÕES DE DESCONHECIMENTO OU ERRO ORÇAMENTÁRIO POR PARTE DA FUTURA CONTRATADA, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS NÃO SERÃO CONSIDERADOS NEM USADOS COMO POSSÍVEL JUÍZO DE VALOR A RESPEITO AFIM DE COMPENSAÇÕES FUTURAS.

MACAPÁ/AP, 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____

RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO
CPF:569.094.382-72
RG 3104466 PC/PA
REPRESENTANTE LEGAL

MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA CNPJn°15.407.625/0001-40
Av Padre Júlio Maria Lombaerd nº1295-C . Central
-CEP: 68.900-030 – Macapá /AP-
Fones:(96)3345-9245, (96) 99173-1868- e-mail:mcsnconstrutora@gmail.com

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI n.º 2023.010235

ANEXO IV

DECLARAÇÃO FIÉIS E VERDADEIRAS

RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO, PORTADOR DO RG: 3104466 PC/PA, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, **MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA**, CNPJ:15.407.625/0001-40, **DECLARA**, SOB AS PENAS DA LEI, DE QUE OS DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES APRESENTADOS SÃO FIÉIS E VERDADEIROS

MACAPÁ/AP, 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____
RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO
CPF:569.094.382-72
RG 3104466 PC/PA
REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI n.º 2023.010235

ANEXO IV

DECLARAÇÃO EXPRESSA DO LICITANTE

RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO, PORTADOR DO RG: 3104466 PC/PA, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, **MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA**, CNPJ:15.407.625/0001-40, **DECLARA** EXPRESSA DO LICITANTE DE QUE RECEBEU O EDITAL E TODOS OS DOCUMENTOS QUE O INTEGRAM, DISPONDO DE TODOS OS ELEMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS COM TOTAL E COMPLETO CONHECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

MACAPÁ/AP, 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____
RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO
CPF:569.094.382-72
RG 3104466 PC/PA
REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI n.º 2023.010235

ANEXO IV

DECLARAÇÃO CASO SEJA VENCEDOR DO CERTAME

RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO, PORTADOR DO RG: 3104466 PC/PA, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, **MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA**, CNPJ:15.407.625/0001-40, **DECLARA**, DE QUE, CASO SEJA VENCEDOR DO CERTAME E NÃO CADASTRADO NO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, ENCAMINHARÁ A CONTRATANTE OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA EFETUAR O REFERIDO CADASTRAMENTO NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA ADJUDICAÇÃO, SOB PENA DE PERDER O DIREITO DE PREFERÊNCIA À CONTRATAÇÃO EM FAVOR DOS DEMAIS LICITANTES SUBSEQUENTES, SEM PREJUÍZO DA POSSIBILIDADE DE RESPONDER A PROCEDIMENTO APURATÓRIO POR EVENTUAL RETARDAMENTO DA LICITAÇÃO

MACAPÁ/AP, 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____

RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO
CPF:569.094.382-72
RG 3104466 PC/PA
REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI n.º 2023.010235

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO

RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO, PORTADOR DO RG: 3104466 PC/PA, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, **MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA**, CNPJ:15.407.625/0001-40, **DECLARA** QUE CUMPRI PLENO DOS REQUISITOS DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO, INCLUSIVE O ESTABELECIDO NO SUBITEM 5.6., PARA OS DEVIDOS FINS ELENCADOS NO ART. 9.º E SEUS INCISOS DA LEI N.º 8.666/93, E QUANTO AO FATO DE QUE NÃO POSSUO SÓCIOS, DIRETORES OU GERENTES, QUE SEJAM CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU, INCLUSIVE, DE MEMBROS OU DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS E DE SUA CPL

MACAPÁ/AP, 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

_____
RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA NETO
CPF:569.094.382-72
RG 3104466 PC/PA
REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 577.2023.CPL.1210776.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica da Proposta de Preço** apresentada pela empresa abaixo relacionada:

GRUPO	EMPRESA	CNPJ	DOC Nº
1	MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA.	15.407.625/0001-40	1210630 e 1210636

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 11 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 11/12/2023, às 09:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1210776** e o código CRC **87264D5C**.

Pregão/Concorrência Eletrônica

Julgamento de Propostas

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Pregão nº: **40442023 (SRP) (Decreto Nº 10.024/2019)**
Modo de Disputa: Aberto

Selecione a proposta para efetuar o julgamento:

Item: 1 - Manutenção / Reforma Predial **Qtde Solicitada:** 1 **Qtde Aceita: 0** **Valor Estimado:** R$ 2.100.000,0000

Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: 0,10 %

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Qtde Ofertada	Melhor Lance (%)	Data do Último Lance	Perc. (%) Negociado	Situação Proposta	Anexo
15.407.625/0001-40	MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA	1	23,1000	07/12/2023 10:44:33:843			
Marca: **Fabricante:** **Modelo / Versão:** **Descrição detalhada do objeto ofertado:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção... **Porte da Empresa:** ME/EPP **Declaração ME/EPP:** Não **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não			**Valor c/ Desconto:** R$ 1.614.900,0000				Consultar
25.265.142/0001-01	S R ENGENHARIA LTDA	1	23,0000	07/12/2023 10:43:43:893			
Marca: **Fabricante:** **Modelo / Versão:** **Descrição detalhada do objeto ofertado:** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção... **Porte da Empresa:** ME/EPP **Declaração ME/EPP:** Não **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não			**Valor c/ Desconto:** R$ 1.617.000,0000				Consultar
07.741.892/0001-20	CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA	1	20,0000	07/12/2023 10:36:12:713			
Marca: **Fabricante:** **Modelo / Versão:** **Descrição detalhada do objeto ofertado:** serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos n... **Porte da Empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP) **Declaração ME/EPP:** Não **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não			**Valor c/ Desconto:** R$ 1.680.000,0000				Consultar
03.018.149/0001-96	CONSTRUTORA ALCANCE LTDA.	1	19,4000	07/12/2023 10:28:42:983			
Marca: **Fabricante:** **Modelo / Versão:** **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de m... **Porte da Empresa:** ME/EPP **Declaração ME/EPP:** Não **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não			**Valor c/ Desconto:** R$ 1.692.600,0000				Consultar
02.646.893/0001-72	MARIE CONSTRUCOES LTDA	1	12,0000	07/12/2023 10:31:29:623			
Marca: **Fabricante:** **Modelo / Versão:** **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de m... **Porte da Empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP) **Declaração ME/EPP:** Não **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não			**Valor c/ Desconto:** R$ 1.848.000,0000				Consultar
12.891.300/0001-97	JF TECNOLOGIA LTDA	1	9,2000	07/12/2023 10:45:45:427			
Marca: **Fabricante:** **Modelo / Versão:** **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de m... **Porte da Empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP) **Declaração ME/EPP:** Não **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não			**Valor c/ Desconto:** R$ 1.906.800,0000				Consultar
06.539.432/0001-51	SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA	1	9,0000	07/12/2023 10:42:39:107			
Marca: **Fabricante:** **Modelo / Versão:**			**Valor c/ Desconto:** R$ 1.911.000,0000				Consultar

Documento(s) LANCES COMPRASNET (1211051) SEI 2023.010235 / pg. 339

Descrição detalhada do objeto ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de m...

Porte da Empresa: ME/EPP

Declaração ME/EPP: Sim **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não

27.816.603/0001-12 FERNANDES CONSTRUCOES LTDA 1 8,5000 07/12/2023 10:37:34:413

Marca:

Fabricante:

Modelo / Versão:

Valor c/ Desconto: R$ 1.921.500,0000

Consultar

Descrição detalhada do objeto ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de ...

Porte da Empresa: ME/EPP

Declaração ME/EPP: Sim **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não

07.477.679/0001-53 AF CONSTRUTORA LTDA 1 2,3800 07/12/2023 10:00:01:160

Marca:

Fabricante:

Modelo / Versão:

Valor c/ Desconto: R$ 2.050.020,0000

Consultar

Descrição detalhada do objeto ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de m...

Porte da Empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

Declaração ME/EPP: Não **Participou Convocação Desempate ME/EPP:** Não

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique **aqui**.

Observações:

Caracteres restantes: 300

Menu Voltar Cancelar Item Aceitar Proposta Recusar Proposta Negociar Valor Convocar Anexo Encerrar Convocação Em Análise Chat

Documento(s) LANCES COMPRASNET (1211051) SEI 2023.010235 / pg. 340

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 579.2023.CPL.1211114.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e a fim de colaborar com a solicitada análise da **Proposta de Preço** (conforme Ofício Nº 577.2023.CPL.1210776.2023.010235), em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **encaminhar a planilha do Sistema COMPRASNET (doc. 1211051) com o resumo dos melhores lances apresentados pelas empresas participantes, observada a ordem de classificação.**

Atenciosamente,

Manaus, 11 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 11/12/2023, às 11:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?

MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA
CNPJ 15.407.625/0001-40

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, inscrita no CNPJ (MF) nº 15.407.625/0001-40, localizada na Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 1295 C, bairro Central, na cidadede Macapá/AP, CEP 68900-030, fone (96)3345-9245, (96)99173-1868, e-mail mcsnconstrutora@gmail.com, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo comtodas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Grupo	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Global Estimado	Desconto (%)
I	Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	Mensal	12	**R$ 2.100.000,00**	23,10%
VALOR GLOBAL (valor resultante após aplicação do desconto)					**R$ 1.614.900,00**

Memória de cálculo do menor percentual de acréscimo sobre custo direto (ACD):

$$\mathbf{ACD}(\%) = \left[(\mathbf{100} - \mathbf{TR}\%) + \frac{\mathbf{BDI}\ (\mathbf{100} - \mathbf{TR}\%)}{\mathbf{100}}\right] - \mathbf{100}, \text{ onde}$$

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao mês anterior à licitação.
BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

TR = 23,10%
BDI = 28,35%.

Assim:

$$\mathbf{ACD}(\%) = \left[(\mathbf{100} - \mathbf{23,1}) + \frac{\mathbf{28,35}\ (\mathbf{100} - \mathbf{23,1})}{\mathbf{100}}\right] - \mathbf{100}$$

$$\mathbf{ACD}(\%) = -\mathbf{1,30}$$

A MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: 90 dias
2. **Prazo de Execução dos Serviços**: O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.
3. **Prazo de Garantia dos Serviços:** O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.
4. **Dados Bancários**: Banco: 104-Caixa Econômica Federal Agência: 0658 - Macapá Conta-Corrente: 6045-6;
5. **Contato para fins de faturamento**:

   Raimundo José da Silva Neto

   Cargo: Sócio administrador

   Endereço: Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 1295 C – Central – CEP 68900-030 – Macapá/AP

   Telefone: (96)99173-1868

   E-Mail: mcsnconstrutora@gmail.com

Proposta de Preço MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Ajustada (1212102) SEI 2023.010235 / pg. 343

6. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

   Nome: Raimundo José da Silva Neto

   CPF: 569.094.382-72

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente emlinha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Macapá, 11 de dezembro de 2023.

_____

Raimundo José da Silva Neto

CPF 569.094.382-72

Observação: A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

MARQUES COSTA SILVA NETO LTDA

CNPJ 15.407.625/0001-40

DETALHAMENTO DO CÁLCULO DO BDI		
B	**Benefício**	**8,20%**
S + G	Seguro + Garantia	0,80%
L	Lucro bruto	7,40%
DI	**Despesas Indiretas**	**6,50%**
AC	Administração Central	4,00%
DF	Despesas Financeiras	1,23%
R	Risco e Imprevistos	1,27%
I	**Impostos**	**10,15%**
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	2,00%
	CPRB	4,50%
BDI PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ENGENHARIA		
Percentual total para o BDI		**28,35%**

FÓRMULA:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Macapá/AP, 11/12/2023

_____

Raimundo José da Silva Neto
CPF 569.094.382-72
RG 3104466 PC/PA
Representante Legal

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 582.2023.CPL.1212106.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **ENCAMINHAR a proposta de preços (docs. 1212102 e 1212104) retificada** pela empresa **MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA**., CNPJ nº 15.407.625/0001-40, ajustada ao seu melhor lance, conforme a **planilha do Sistema COMPRASNET (doc. 1211051)**, para análise, nos termos solicitados por meio do Ofício Nº 577.2023.CPL.1210776.2023.010235.

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 12 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 12/12/2023, às 09:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1212106** e o código CRC **45B8DAC0**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 484.2023.DEAC.1212481.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de análise da proposta da empresa **MARQUES COSTA SILVA NETO LTDA.**, CNPJ Nº 15.407.625/0001-40, encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);

- A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.614.900,00 (Um milhão seiscentos e quatorze mil e novencetos reais);

- A memória de cálculo apresentada pela licitante não condiz com o valor ofertado, uma vez que o ACD de -1,36 representa uma proposta final de 2.072.724,15 (dois milhões setenta e dois mil setecentos e vinte e quatro reais e quinze centavos).

Sendo assim, opino pela desclassificação da empresa.

Atenciosamente,

Manaus, 12 de dezembro de 2023.

Henrique Mendes da Rocha Lopes
Agente Técnico - Engenheiro Civil

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Mendes da Rocha Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 12/12/2023, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1212481** e o código CRC **05AC6F06**.

Construtora
RIONEGRO
EIRELI

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa A Construtora Rio Negro LTDA, inscrita no CNPJ (MF) nº 07.741.892/0001-20, localizada Av. Curaçao n.3255, Bairro Nova Cidade, Manaus/AM, CEP 69097-235, fone (92) 4101-9456, e-mail licitacao@construtoracrn.com.br, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

GRUPO	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR GLOBAL ESTIMANDO	VALOR C/ DESCONTO	DESCONTO (%)
1	Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	MES	12	R$ 2.100.000,00	R$ 1.680.000,00	20%

A Construtora Rio Negro LTDA declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: 90 dias corridos

2. **Prazo de Execução dos Serviços**: O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.

3. **Prazo de Garantia dos Serviços:** O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

4. **Dados Bancários**:

Caixa Econômica Federal

Agencia:4246 OP 003

Conta corrente: 800026-7

5. **Contato para fins de faturamento**:

Ingrid Colares – Gerente Administrativo: (92) 99122-4338

6. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

CONSTRUTORA RIO NEGRO EIRELI
CNPJ. 07.741.892/0001-20

Construtora
RIONEGRO
EIRELI

Nome: Gledson de Lima Cameli

CNPJ ou CPF: 508.102.602 - 63

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

CONSTRUTORA RIO NEGRO EIRELI
CNPJ: 07.741.892/0001-20

Construtora
RIONEGRO
EIRELI

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus/AM, 12 de dezembro de 2023.

ANA CAMILLA FERREIRA DUTRA
CPF 013.595.482-70
CREA-AM 042026290-3
CONSTRUTORA RIO NEGRO
CNPJ: 07.741.892/0001-20

Construtora Rio Negro Eireli
Ana Camilla Ferreira Dutra
RG 2376782 - 0 SSP-AM
CPF: 013.595.482 - 70
Procuradora

CAD. NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
07.741.892/0001-20
CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA
Av. Curaçáo, N°3255
Bairro Nova Cidade
CEP. 69.097-235
Manaus

Construtora
RIONEGRO
EIRELI

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da

CONSTRUTORA RIO NEGRO EIRELI
CNPJ. 07.741.892/0001-20

empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus/AM, 12 de dezembro de 2023.

ANA CAMILLA FERREIRA DUTRA
CPF 013.595.482-70
CREA-AM 042026290-3
CONSTRUTORA RIO NEGRO
07.741.892/0001-20

Construtora Rio Negro Eireli
Ana Camilla Ferreira Dutra
RG 2376782 - 0 SSP-AM
CPF: 013.595.482 - 70
Procuradora

CAD. NACIONAL DE PESSOA JURIDICA
07.741.892/0001-20
CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA
Av. Curaçáo, Nº3255
Bairro Nova Cidade
CEP. 69.097-235
Manaus AM

Construtora
RIONEGRO
EIRELI

XI – DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

Atestamos, para cumprimento do Item 2.6.3 do Edital referente ao procedimento licitatório PE 4044/2023, que a empresa Construtora Rio Negro LTDA, representada pelo o(a) Sra. Ana Camilla Ferreira Dutra, portador(a) do documento de identidade nº 2376782-0, optou por não vistoriar o local dos serviços conforme previsto no Subitem 6.3 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235 Declara ainda que quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos não serão considerados nem usados como possível juízo de valor a respeito afim de compensações futuras.

Manaus/AM, 12 de dezembro de 2023.

ANA CAMILLA FERREIRA DUTRA
CPF 013.595.482-70
CREA-AM 042026290-3
CONSTRUTORA RIO NEGRO
CNPJ 07.741.892/0001-20

Ana Camilla Ferreira Dutra

Construtora Rio Negro Eireli
Ana Camilla Ferreira Dutra
RG 2376782 - 0 SSP-AM
CPF: 013.595.482 - 70
Procuradora

CAD. NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
07.741.892/0001-20
CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA
Av. Curaçáo, Nº3255
Bairro Nova Cidade
CEP. 69.097-235
Manaus

Construtora
RIONEGRO
EIRELI

CALCULO DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD)

EMPRESA	CUSTO INICIAL	Abatimento ofertado (%)	Custo resultante (R$)	BDI (R$)	Custo final ao MPAM (R$)	RESULTADO PARA O MPAM Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI
CONSTRUTORA RIO NEGRO	R$2.100.000,00	20%	R$1.680.000,00	23,54%	R$ 2.075.472,00	1,17%

A Construtora Rio negro LTDA adotou a formula abaixo pra chegar em tal resultado:

$$ACD(\%) = [\,(100\text{-}TR\%) + \frac{BDI\,(100\text{-}TR\%)}{100}\,] - 100$$, onde:

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do **SINAPI** (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

Manaus/AM, 12 de dezembro de 2023.

ANA CAMILLA FERREIRA DUTRA
CPF 013.595.482-70
CREA-AM 042026290-3
CONSTRUTORA RIO NEGRO
CNPJ: 07.741.892/0001-20

Construtora Rio Negro Eirelli
Ana Camilla Ferreira Dutra
RG 2376782 - 0 SSP-AM
CPF: 013.595.482 - 70
Procuradora

CAD. NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA
07.741.892/0001-20
CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA
Av. Curaçáo, Nº3255
Bairro Nova Cidade
CEP. 69.097-235
Manaus

Construtora RIONEGRO

COMPOSIÇÃO DO BDI - SERVIÇO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
	DESPESAS INDIRETAS	**6,07%**
AC	Administração Central	4,00%
S	Seguro e Garantia	0,80%
R	Risco	1,27%
	DESPESAS FINANCEIRAS	**1,23%**
DF	DEPESAS FINANCEIRAS	1,23%
	LUCRO	**5,10%**
L	LUCRO	5,10%
	TRIBUTOS	**8,65%**
I1	PIS	0,65%
I2	COFINS	3,00%
I3	ISS	5,00%
I4	CPRB	0,00%
		23,54%

Fórmula para o cálculo do BDI:

$$BDI = \left\{ \frac{[1+(AC+S+G+R)] \; x \; (1+DF) \; x \; (1+L)}{(1-I)} \right\} - 1$$

ANA CAMILLA FERREIRA DUTRA
CPF 013.595.482-70
CREA-AM 042026290-3
CONSTRUTORA RIO NEGRO
CNPJ: 07.741.892/0001-20

PROCURAÇÃO

LIVRO 1057 **FOLHA 178**

PROCURAÇÃO QUE FAZ: CONSTRUTORA RIO NEGRO EIRELI - EPP.

Saibam quantos este público instrumento de Procuração bastante virem, que no Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de dois mil e vinte e dois (2022), aos trinta e um (31) dias do mês de março, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, neste 2º Tabelionato, situado na Avenida Noel Nutels, bloco 09, loja 01, Cidade Nova I, perante mim, Tabelião Substituto, compareceu como outorgante - **CONSTRUTORA RIO NEGRO EIRELI - EPP**, Sociedade Empresaria Limitada, com sede nesta cidade, na Avenida Curaçao, nº 3255, Conjunto Nova Cidade, devidamente inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 07.741.892/0001-20, NIRE nº 13200556640**, neste ato representada por seu sócio - **GLEDSON DE LIMA CAMELI**, brasileiro, natural de Cruzeiro do Sul/AC, nascido em 26/11/1979, filho de Eládio Messias Cameli e Maria Lindomar de Lima Cameli, solteiro, empresário, portador do **RG nº 1428763-3 SSP/AM e CPF/MF nº 508.102.602-63**, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Cuba, nº 159, Condomínio Jardim das Américas, bairro Ponta Negra, reconhecido como o próprio por mim, Tabelião Substituto, à vista dos documentos pessoais e do contrato social da outorgante que me foram apresentados e conferidos, do que dou fé; disse que por meio de seu representante legal ora qualificado e que por este público instrumento nomeia e constitui sua bastante procuradora – **ANA CAMILLA FERREIRA DUTRA**, brasileira, natural de Manaus/AM, nascida de 12/07/1991, filha de Raimundo de Jesus Santos Dutra e de Edileuda Freires Ferreira, solteira, engenheira, portadora do **RG nº 2376782-0 SSP/AM e CPF nº 013.595.482-70**, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Botelho de Oliveira, nº 26, Conj. Vila da Barra, bairro Nova Cidade, a quem confere poderes para representá-la em todos os atos junto a SEMINF - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTRA, CML/PM – COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, CENTRAIS ELÉTRICAS DO AMAZONAS – CEAM, CGL – COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO, SEINFRA – SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA DO AMAZONAS, qualquer outra Repartição Pública Federal, Estadual, Municipal e Autarquias em geral, no tocante a todas as providências administrativas, conferindo poderes para assinar e firmar documentos, receber e assinar intimações e notificações, emitir e assinar propostas, declarações, solicitar certidões, verificar débitos, propor forma de pagamento, passar recibos, dar quitação, acompanhar andamento de processos, interpor recursos, agravo, desistir ou declinar de recorrer, assinar alterações contratuais, distrato, constituição de empresas, bem como representá-la perante a UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E SUAS AUTARQUIAS FEDERAIS, ESTADUAIS e MUNICIPAIS e demais Repartições Públicas, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas ou Privadas em todo o Território Nacional, para em nome das empresas outorgantes, firmar todos os documentos relativos, a LICITAÇÕES PÚBLICAS OU PARTICULARES, CONCORRÊNCIAS, TOMADAS DE PREÇOS OU CARTAS CONVITE em que ela outorgante participar, solicitar e prestar informações, representá-la na entrega de

2º OFÍCIO DE NOTAS
Ana Mirabeles de Andrade
Escrevente Autorizada

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

documentos e abertura de propostas, firmar emissões e garantias exigidas para participação de licitação, acompanhar andamento de processo, interpor recursos, desistir ou declinar de decorrer, assinar e firmar documentos, emitir e assinar propostas, declarações, solicitar certidões, verificar débitos, propor formas de pagamentos, passar recibos e dar quitação, e tudo o mais praticar para o fiel desempenho do presente mandato. ***O presente mandato tem validade de dois (02) anos a contar desta data.*** Dispensada a assinatura das testemunhas instrumentárias, por determinação do PROVIMENTO Nº 07/81 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. **Emolumentos: R$ 48,07 FUNETJ R$ 7,21 FUNDPAM R$ 0,00 FUNDPGE R$ 0,00 FARPAM R$ 2,40 VL.SELO R$ 1,90 Total R$61,98**. Eu, Nicole Nascimento Cruz, digitei o presente ato, colhendo a assinatura. Assim o disse e me pediu este instrumento, que lhes li e, achando conforme, aceita e assina; dou fé. Eu,..(Ledrade)....., a fiz lavrar, subscrevo e assino. Por ordem do Tabelião. "***Válido somente com selo de fiscalização e controle*" *(§ 4ª Resolução 12/2005).***

2° OFÍCIO DE NOTAS
Ana Mara Alves de Andrade
Escrevente Autorizada

Em test.....da verdade.

2° OFÍCIO DE NOTAS
Ana Mara Alves de Andrade
Escrevente Autorizada

Manaus, 31 de março de 2022.

*_____.

CONSTRUTORA RIO NEGRO EIRELI - EPP
GLEDSON DE LIMA CAMELI

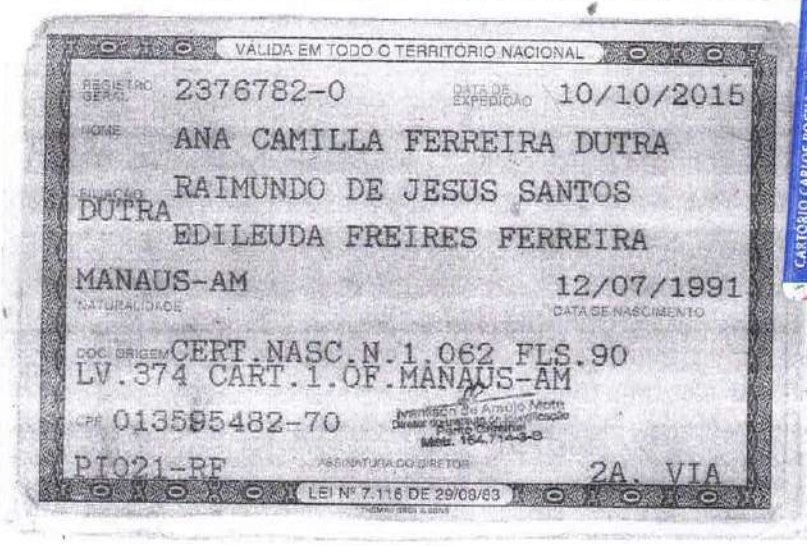
CARTÓRIO CARLOS ROCHA - SEGUNDO TABELIONATO | Carlos Gomes da Roc...
PROCURAÇÃO SELO ELETRÔNICO DOTJ-AM
LIVRO : 1057 FOLHA : 176
PRCGER0444027CSW8ULNGYPW5L16
Data/Hora 31/03/2022 14:04:40 VALOR R$
Ana Mara Alves de Andrade - Esc 61,98
consulte o selo em https://cidadao.portalselocam.com.br

2° OFÍCIO DE NOTAS
Ana Mara Alves de Andrade
Escrevente Autorizada


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CARTEIRA DE IDENTIDADE


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2376782-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/10/2015

NOME ANA CAMILLA FERREIRA DUTRA

FILIAÇÃO RAIMUNDO DE JESUS SANTOS DUTRA

EDILEUDA FREIRES FERREIRA

NATURALIDADE MANAUS-AM

DATA DE NASCIMENTO 12/07/1991

DOC. ORIGEM CERT.NASC.N.1.062 FLS.90 LV.374 CART.1.OF.MANAUS-AM

CPF 013595482-70

ASSINATURA DO DIRETOR

PI021-RF

2A. VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83


CARTÓRIO CARLOS ROCHA | SEGUNDO TABELIONATO | Carlos Gomes da Rocha - Tabelião

SELO ELETRÔNICO DO TJ-AM

Certifico que a presente fotocópia é cópia idêntica ao original. Art. 7º, inciso V, da Lei nº 8.935 Dou Fé

AUTENTICAÇÃO

AUTENT04440 2FBQI5B397VP5Y563

Data/Hora 26/09/2023 15:50:52

VALOR R$: 5,87

Nicole Nascimento Cruz - Escrevente

Consulte o selo em https://cidadao.portaselcam.com.br

2º OFÍCIO DE NOTAS

Nicole Nascimento Cruz

Escrevente Autorizada

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 584.2023.CPL.1213506.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica da Proposta de Preço** apresentada pela empresa abaixo relacionada, destacando que consta dos autos a **planilha do Sistema COMPRASNET (doc. 1211051) com o resumo dos melhores lances apresentados pelas empresas participantes, observada a ordem de classificação**:

GRUPO	EMPRESA	CNPJ	DOC Nº
1	CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA.	07.741.892/0001-20	1213503

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 13 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 13/12/2023, às 09:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1213506** e o código CRC **20A3B917**.

2023.010235 v2

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 487.2023.DEAC.1213542.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de análise da proposta da empresa **CONSTRUTURA RIO NEGRO LTDA.**, CNPJ Nº 07.741.892/0001-20, encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);

- A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.680.000,00 (Um milhão seiscentos e oitenta mil reais);

- A memória de cálculo apresentada pela licitante não condiz com o valor ofertado, uma vez que o ACD de -1,17 representa uma proposta final de 2.075.472,00 (dois milhões setenta e cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais).

Sendo assim, opino pela desclassificação da empresa.

Atenciosamente,

Manaus, 13 de dezembro de 2023.

Henrique Mendes da Rocha Lopes

Agente Técnico - Engenheiro Civil

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Mendes da Rocha Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 13/12/2023, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1213542** e o código CRC **EAC389F7**.

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa **MARIÊ CONSTRUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ nº 02.646.893/0001-72, localizada na Rua Luiz Gonzaga, nº 458, Bairro Vitória, Rio Branco/AC, CEP 69.901-683, fone +55 68 3223-6863, e – mail: marieconstrucoes@gmail.com, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

GRUPO	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	VALOR GLOBAL ESTIMADO	DESCONTO (%)
1	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CÍVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DESCRITOS E QUALIFICADOS CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E AS CONDIÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.	MENSAL	12	R$ 1.848.000,00	12

A empresa Marie Construções LTDA declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;
2. Prazo de Execução dos Serviços: O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.
3. Prazo de Garantia dos Serviços: O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

4. **Dados Bancários**: Bradesco S/A; AG:427-8; **C/C**: 32.355-1
5. **Contato para fins de faturamento:** Beatriz da Rocha Frias (Setor de licitações) – Email: licitacao@marieconstrucoes.com / Contato: (92) 98449-2546
6. Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade:

Nome: Gabriele Bezerra Viana
CPF: 016.861.872-97

Nome: Rodrigo Manoel de Oliveira de Souza
CPF: 846.242.992-72

Declarações:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;
6. Estou ciente da obrigação de caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.
7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus / AM, 13 de dezembro de 2023.

_____

Marie Construções LTDA
CNPJ: 02.646.893/0001-72
Rep. Legal
Gabriele Bezerra Viana
CPF: 016.861.872-97
RG: 26516748 – SSP/AM

MARIE CONTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 02.646.893/0001-72

Rua Luis Gonzaga, 458 - Vitória - 69901-680 - Rio Branco / AC
(68) 3223-6836 / engenharia.marierr@gmail.com

ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD)

$$ACD(\%) = [\ (100\text{-}TR\%) + \underline{BDI\ (100\text{-}TR\%)}\ ]\ -\ 100\ ,\ \text{onde:}$$
$$100$$

Local de prestação do serviço	Descrição do serviço	(A) Valor Estimado	(B)ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD
EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.	**SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI,**	**R$ 2,100,000,00**	**12,94%**
VALOR GLOBAL (valor resultante após aplicação desconto - ACD)			R$ 1,848,000,00

_____
REP. LEGAL
MARIE CONSTRUÇÕES
CNPJ: 02.646.893/0001-72

_____
RESP. TÉCNICO
JÔNATAS SANTOS DA SILVA
ENG.CIVIL
CREA 21671D/AC

MARIE CONTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 02.646.893/0001-72

Rua Luis Gonzaga, 458 - Vitória - 69901-680 - Rio Branco / AC
(68) 3223-6836 / engenharia.marierr@gmail.com

CUSTOS INCIDENTES NO BDI com desoneração

OBRA: formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses

DATA: 13/12/2023

Item	Descrição	Sobre o Preço de Venda (%)
1.0	**CUSTO INDIRETO**	
1.1	SEGURO (S) + GARANTIA (G)	0,80%
1.2	RISCO (R)	1,27%
1.3	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	1,23%
1.4	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	4,00%
2.0	**IMPOSTOS (I)**	
2.1	PIS	0,65%
2.2	COFINS	3,00%
2.3	ISS	2,00%
2.4	CPRB	4,50%
2.5	IRPJ - Não Incluso	
2.6	CSLL - Não Incluso	
3.0	**BONIFICAÇÃO**	
3.1	RESULTADO ESTIMADO (LUCRO) (L)	7,40%

$$BDI = \left[\frac{(1+(AC+S+R+G))(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1 \right] x100$$

Total BDI > > >	**28,35%**

REP. LEGAL
MARIE CONSTRUÇÕES
CNPJ: 02.646.893/0001-72

RESP. TÉCNICO
JÔNATAS SANTOS DA SILVA
ENG.CIVIL
CREA 21671D/AC

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 588.2023.CPL.1214686.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica da Proposta de Preço** apresentada pela empresa abaixo relacionada, destacando que consta dos autos a **planilha do Sistema COMPRASNET (doc. 1211051) com o resumo dos melhores lances apresentados pelas empresas participantes, observada a ordem de classificação**:

GRUPO	EMPRESA	CNPJ	DOC Nº
1	MARIE CONSTRUÇÕES LTDA.	02.646.893/0001-72	1214681, 1214682 e 1214684

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 15 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 15/12/2023, às 08:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1214686** e o código CRC **C08038E8**.

2023.010235 v2

Documentos solicitados Pregão

licitacao@marieconstrucoes.com <licitacao@marieconstrucoes.com>

Sex, 15/12/2023 12:56

Para:Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

2 anexos (922 KB)

MEMORIA_DE_CALCULO_-_ACD_assinado (1) assi.pdf; ITEM_1_ASSINAR1_assinado.pdf;

Prezados, boa tarde.

Devido a problemas no portal, encaminho os documentos solicitados . Em anexo segue o item 1 solicitado e o memorial de cálculo

Atenciosamente



MARIE CONTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 02.646.893/0001-72
Rua Luis Gonzaga, 458 - Vitória - 69901-680 - Rio Branco / AC
(68) 3223-6836 / engenharia.marierr@gmail.com

ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD)

$$ACD(\%) = [\ (100\text{-}TR\%) + \underline{BDI\ (100\text{-}TR\%)}\ ]\ -\ 100\ ,\ \text{onde:}$$
$$100$$

$$\underline{ACD(\%)} = [(100\text{-}12) + \underline{28{,}35\ (100\text{-}12)}] - 100\ ,\ \text{Resultado: } 12{,}94\%$$
$$100$$

CUSTO SINAPI (R$)	ABATIMENTO OFERTADO	CUSTO RESULTANTE	BDI (%)	CUSTO FINAL AO MPAC	RESULTADO PARA O MPAM Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI
R$ 2.100.000,00	12%	R$ 1.848.000,00	28%	R$ 2.371.908,00	12,94%

Local de prestação do serviço	Descrição do serviço	(A) Valor Estimado	(B)ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD
EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI,	R$ 2.100.000,00	12,94%

REP. LEGAL
MARIE CONSTRUÇÕES
CNPJ: 02.646.893/0001-72

RESP. TÉCNICO
JÔNATAS SANTOS DA SILVA
ENG.CIVIL
CREA 21671D/AC

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
1	MANAUS	1- Prédio Sede - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037- 473	R$ 350.000,00	R$ 308.000,00
		2- Auditório Carlos Bandeira - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00	R$ 88.000,00
		3- Prédio Anexo Administrativo - AV. Coronel Teixeira, N° 7995, Nova Esperança II, CEP 69037-473	R$ 100.000,00	R$ 88.000,00
		4- Prédio Anexo Administrativo do Aleixo - AV. André Araújo, N°23, Aleixo	R$ 200.000,00	R$ 176.000,00
		5- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Centro Integrado de Atendimento Inicial ao Adolescente Infrator - Rua Desembargador João Machado, s/n, Bairro Alvorada I	R$ 25.000,00	R$ 22.000,00
		6- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas Palácio da Justiça Edifício Desembargador Arnoldo Péres - Av. André Araújo, s/nº Bairro Aleixo	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
		7- Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas 18º Juizado Especial Criminal - Av. Professor Nilton Lins, nº 3.259 Centro Universitário Nilton Lins - Parque das Laranjeiras	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	IRANDUBA	8- Av. Rio Madeira, S/N 69.405-000. - REFORMA	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	ITACOATIARA	9- Rua Borba, s/n – Pedreiras - NOVA	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	MANACAPURU	10- Rua União, s/n.º - Aparecida	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
		11- Rua Rio de Janeiro, nº 57, Bairro Centro	R$ 25.000,00	R$ 22.000,00
	NOVO AIRÃO	12- Av. Ruy Barbosa, 29 – Centro CEP: 69730-000 REFORMADA	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	RIO PRETO DA EVA	13- Rua João Domingos de Monteiro n.º 07 - Centro CEP: 69115-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	PRESIDENTE FIGUEIREDO	14- Praça Cívica - Morada do Sol	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
			TOTAL	**R$ 809.600,00**

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
2 - Sub Região do Alto Solimões	AMATURÁ	Praça São Cristóvão, S/Nº Centro CEP: 69200-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	ATALAIA DO NORTE	Estrada Augusto Luzeiro, Nº75 Centro CEP: 69650	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	BENJAMIM CONSTANT	AV. Castelo Branco, Nº469 Centro CEP:69630;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP: 69680	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	Praça São Paulo, s/nº Centro CEP: 69600;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	TABATINGA	Av. Da Amizade, nº60 Altos do Banco do Brasil Centro CEP: 69640-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	TONANTINS	Rua Leopoldo Peres 1, Centro 69685-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
			TOTAL	R$ 92.400,00

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
	ALVARÃES	Rua Bela Vista, S/N - CentroCEP: 69475-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00

3 - Sub - Região do triângulo do Jutaí - Solimões - Juruá	FONTE BOA	Rua Francisco Pereira De Souza, s/nº Centro CEP: 69670-000	R$ 50.000,00	R$ 44.000,00
	JAPURÁ	AV. Amândio Barbosa , S/Nº Centro CEP.: 69495-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	JURUÁ	Rua Francisco de Paula, N° 100 Centro CEP: 69520-000	R$ 25.000,00	R$ 22.000,00
	JUTAÍ	RUA 7 De Março, Nº59 Centro CEP: 69660-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	MARAÃ	AV. Castelo Branco, nº30 Centro CEP: 69490-000	R$ 50.000,00	R$ 44.000,00
	TEFÉ	Rua Benjamim Constant, s/n - Centro - "Praça Santa Teresa".Centro CEP.: 69470-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	UARINI	Av. Espírito Santo, 86-366 – Centro CEP: 69485-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
			TOTAL	R$ 176.000,00

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
4 - Sub - Região do Purús	BOCA DO ACRE	RUA Rua Júlio Toa, nº89 – Platô Do Piquiá CEP: 69850-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	CANUTAMA	RUA Floriano Peixoto, nº242 CENTRO CEP: 69820-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	LÁBREA	Praça Cel. Lábrea, nº95 – Centro CEP: 69830 – 000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	PAUINI	Rua Castelo Branco, nº247 Centro CEP: 69860 – 000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	TAPAUÁ	Av. Presidente Castelo Branco, nº390 Centro CEP: 69480-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
			TOTAL	R$ 66.000,00

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
5 - Região do Juruá	CARAUARI	AV. D. Pedro II, Nº 198 Centro CEP: 69500-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	ENVIRA	RUA 27 De Julho, S/Nº – São Francisco CEP:69870-00	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	EIRUNEPÉ	Rua Santa Terezinha, nº 270, Bairro Centro	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	GUAJARÁ	Rua Antônio Ferreira, nº 40 – Centro CEP: 69895-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	IPIXUNA	Rua Edmar Herculano, nº361 Centro;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	ITAMARATI	AV. Boa Vista, Nº105 CENTRO CEP: 69510-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
			TOTAL	R$ 79.200,00

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
6 - Região do Madeira	APUÍ	AV. 13 De Novembro, s/nº Praça dos Três Poderes Centro CEP: 69265-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	BORBA	Rua Rui Araújo, SN, Centro.CEP: 69200-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	HUMAITÁ	Rua 13 de novembro, 180 CentroCEP: 69800-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	MANICORÉ	Trav. Pedro Tinoco, s/nº Centro CEP: 69280- 000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	NOVO ARIPUANÃ	AV. 19 De Dezembro, Nº1068 Centro CEP: 69260-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
			TOTAL	R$ 66.000,00

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
7 - Região do Alto Rio Negro	BARCELOS	Rua Padre José Baúsusla, 222 – São Sebastião CEP 69700-000	R$ 50.000,00	R$ 44.000,00
		Rua Terreiro Aranha S/n.º - Centro	R$ 50.000,00	R$ 44.000,00
	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	Rua Beira Rio, s/nº Centro CEP:69740- 000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	AV. 07 De Setembro, s/nº Centro CEP: 69750-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
			TOTAL	R$ 114.400,00

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
	ANAMÃ	Rua Alvaro Maia S/N Centro CEP: 69445- 000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00

8 - Região do Rio Negro Solimões	ANORI	AV. 31 De Março, Nº 344 Centro CEP: 69440-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	AUTAZES	Rua Joferson Braga, S/N, esquina com a rua Francisco Barroncas. Centro, Nº 23 Centro CEP 69240-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	BERURI	Rua Costa e Silva s/nº São Francisco CEP: 69000-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	CAAPIRANGA	Av. Getúlio Vargas 345, Centro CEP 69410-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	CAREIRO CASTANHO	AV. ADAIL DE SÁ, S/ Nº – Centro CEP: 69250-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	CAREIRO DA VARZEA	Rua Vinte nove de Janeiro, S/ Nº – Centro CEP: 69255-000;	R$ 50.000,00	R$ 44.000,00
	COARI	Estrada Coari-Mamiá, km 02 CEP: 69460- 000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	CODAJÁS	AV. Getúlio Vargas, nº48 CENTRO CEP: 69450-000;	R$ 50.000,00	R$ 44.000,00
		Rua Ferreira Pena, s/nº - CENTRO CEP: 69450-000;	R$ 50.000,00	R$ 44.000,00
	MANAQUIRI	Rua Abílio Cintra, nº05 Centro CEP: 69435- 000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
			TOTAL	R$ 237.600,00

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
9 - Região do Médio Amazonas	ITAPIRANGA	AV. Pres. Getúlio Vargas, nº151 Centro CEP: 69120-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	MAUÉS	Rua Guaranópolis, s/nº Maresia CEP: 69730-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	NOVA OLINDA DO NORTE	Rua Triunfo, nº349 Centro CEP.: 69230- 000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	SILVES	Rua Cizenando Grana, s/n - Bairro Panorama CEP: 69110-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	URUCURITUBA	Trav. Pedro Tinoco, nº90 Centro CEP: 69080-000;	R$ 25.000,00	R$ 22.000,00
			TOTAL	R$ 74.800,00

Item	Municipio	Endereço	Valor estimado	Valor com Desconto (12%)
10 -Região do Baixo Amazonas	BARREIRINHA	Rua Coronel Domingos Dutra, n.º 81, Centro, 69.160-000,	R$ 25.000,00	R$ 22.000,00
	BOA VISTA DO RAMOS	Rua 07 DE Setembro, S/Nº Centro CEP: 69195-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	NHAMUNDÁ	Rua Furtado Belém, nº04 – Centro CEP.: 69140-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	PARINTINS	Estrada do Macurany, Nº 159 Conj. João Djard Vieira I CEP: 69159-000;	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	Rua São Francisco, s/nº Taboca CEP 69135- 000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
	URUCARÁ	Rua Coronel Pinto, s/nº Aparecida CEP: 69130-000	R$ 15.000,00	R$ 13.200,00
			TOTAL	R$ 88.000,00

GABRIELE BEZERRA VIANA:01686187297 Assinado de forma digital por GABRIELE BEZERRA VIANA:01686187297 Dados: 2023.12.15 12:51:28 -04'00'

REP. LEGAL
MARIE CONSTRUÇÕES
CNPJ: 02.646.893/0001-72

gov.br Documento assinado digitalmente
JONATAS SANTOS DA SILVA
Data: 15/12/2023 13:54:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RESP. TÉCNICO JÔNATAS
SANTOS DA SILVA
ENG.CIVIL CREA
21671D/A

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 491.2023.DEAC.1215519.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de análise da proposta da empresa **MARIE CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ Nº 02.646.893/0001-72, encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);

- A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.848.000,00 (Um milhão oitocentos e quarenta e oito mil reais);

- A memória de cálculo apresentada pela licitante não condiz com o valor ofertado, uma vez que o ACD de 12,948 representa uma proposta final de 2.371.908,00 (dois milhões trezentos e setenta e um mil novecentos e dois reais), valor superior ao estimado pela PGJ/AM.

Sendo assim, opino pela desclassificação da empresa.

Atenciosamente,

Manaus, 18 de dezembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Mendes da Rocha Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 18/12/2023, às 08:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1215519**

Av. General Rodrigo Otávio, nº6488 - Coroado
CEP: 69077-000 - Manaus-AM
Fones: (92) 3237 3877 / 8814 6998
fcarvalho@jftecnologia.com

1 DADOS DA LICITANTE:

Razão Social:	**JF TECNOLOGIA LTDA**	**CNPJ:**	**12.891.300/0001-97**
Inscrição Estadual:	**05.327.88-60**		
Endereço Eletrônico:	**www.jftecnologia.com**		
Endereço completo:	**Av. Rodrigo Otávio, 6488, Coroado**	**CEP:**	**69077-000**
Site:			
Cidade/UF:	**Manaus/Am**		
Telefones:	**(92) 3237-3877 / (92) 3071-6007**		
Celular:	**(92) 98814-6998**		
Nome Representante:	**Francisco Carvalho**		
CPF Representante:	**839.789.842-53**		
E-MAIL:	**fcarvalho@jftecnologia.com**		

2 DA PROPOSTA COMERCIAL:

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PREGÃO Nº 4044/2023

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta que tem por objeto a contratação proposta mais vantajosa para formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e Anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid	Qtd	Valor Global	Desconto (%)
1	Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	Mensal	12	R$ 2.100.000,00	9,20%
TOTAL DA PROPOSTA					**R$ 1.906.800,00**

VALOR GLOBAL: R$ 1.906.800,00 (Hum milhão, novecentos e seis mil e oitocentos reais.)

Av. General Rodrigo Otávio, nº6488 - Coroado
CEP: 69077-000 - Manaus-AM
Fones: (92) 3237 3877 / 8814 6998
fcarvalho@jftecnologia.com

CÁLCULO DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD)

$$\boldsymbol{ACD}(\%) = [\,(\mathbf{100} - \boldsymbol{TR}\%) + \frac{\mathbf{BDI}\% \times (\mathbf{100} - \mathbf{TR}\%)\,]}{\mathbf{100}} - \mathbf{100}$$

$$\boldsymbol{ACD}(\%) = [\,(\mathbf{100} - \mathbf{29,26}\%) + \frac{\mathbf{28,35}\% \times (\mathbf{100} - \mathbf{29,26}\%)\,]}{\mathbf{100}} - \mathbf{100}$$

$$\boxed{\boldsymbol{ACD}(\%) = -\mathbf{9,20}}, \text{ onde}$$

$$TR(\%) = 29{,}26\%$$

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao mês anterior à licitação.
BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

Portanto, uma vez que o ACD = -9,20 representa uma proposta final de R$1.906.800,00.

Aproveitamos para DECLARAR que:
a) Temos total conhecimento das condições da presente licitação e a elas nos submetemos para todos os fins de direito. Além do compromisso de concluir, completa e satisfatoriamente, o objeto contratado, assumindo toda a responsabilidade técnica sobre o fornecimento que vier a fazer.
b) No valor total de nossa proposta comercial estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da futura execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, transporte, carga e descarga, embalagem, taxas com desembaraços, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Referências bancárias:

BANCO BRADESCO S/A.
AG: 0482
CC: 71539-5

Manaus, 18 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

Francisco A. O. de Carvalho
CREA-AM : 15590
Diretor Operacional
JF Tecnologia LTDA - ME

.....
JF TECNOLOGIA LTDA

JF TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 12.891.300/0001-97

COMPOSIÇÃO DO BDI

COD	DESCRIMINAÇÃO	%
	Benefício	
S+G	Garantia/Seguros	0,80
L	Lucro	7,40
	TOTAL	**8,20**
	Despesas indiretas	
AC	Administração Central	4,00
DF	Despesas Financeiras	1,23
R	Riscos	1,27
	TOTAL	**6,50**
	Impostos	
I	Impostos	
	Pis	0,65
	Cofins	3,00
	Iss	2,00
	*CPRB	4,50
	TOTAL	**10,15**
Fórmula do BDI BDI = { [(1 + AC + R + S +G)*(1+ DF)*(1+L)]/(1 - I)} - 1		**28,35**
		BDI = 28,35%

Francisco A. O. de Carvalho
CREA-AM : 15590
Diretor Operacional
JF Tecnologia LTDA - ME

Av. General Rodrigo Otávio, nº6488 - Coroado
CEP: 69077-000 - Manaus-AM
Fones: (92) 3237 3877 / 8814 6998
fcarvalho@jftecnologia.com

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA
PREGÃO Nº 4044/2023

Atestamos, para cumprimento do Item 6 do Edital referente ao procedimento licitatório 4.044/2023 – CPL/MP/PGJ, que a empresa JF TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 12.891.300/0001-97, representada pelo, o Sr. FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO, portador do documento de identidade nº 1736577-5, optou por não vistoriar o local dos serviços conforme previsto no Subitem 6.3 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235.

Declara ainda que quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos não serão considerados nem usados como possível juízo de valor a respeito afim de compensações futuras.

Manaus, 18 de dezembro de 2023

Francisco A. O. de Carvalho
CREA-AM : 15590
Diretor Operacional
JF Tecnologia LTDA - ME

JF TECNOLOGIA LTDA

Av. General Rodrigo Otávio, nº6488 - Coroado
CEP: 69077-000 - Manaus-AM
Fones: (92) 3237 3877 / 8814 6998
fcarvalho@jftecnologia.com

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES - PREGÃO Nº 4044/2023

A empresa JF TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 12.891.300/0001-97, por intermédio de seu representante legal, o Sr. FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO., portador da Carteira de Identidade nº. 1736577-5 e do CPF nº. 839.789.842-53. Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

a) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

b) Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

d) Declaração de que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

e) Declaração da necessidade da CONTRATADA manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato.

f) Declaração de que o preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus, 18 de dezembro de 2023

Francisco A. O. de Carvalho
CREA-AM : 15590
Diretor Operacional
JF Tecnologia LTDA - ME

JF TECNOLOGIA LTDA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 597.2023.CPL.1216198.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica da Proposta de Preço** apresentada pela empresa abaixo relacionada, destacando que consta dos autos a **planilha do Sistema COMPRASNET (doc. 1211051) com o resumo dos melhores lances apresentados pelas empresas participantes, observada a ordem de classificação**:

GRUPO	EMPRESA	CNPJ	DOC Nº
1	JF TECNOLOGIA LTDA.	12.891.300/0001-97	1216188, 1216192, 1216194 e 1216197

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 18 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 18/12/2023, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1216198** e o código CRC **D3D7715E**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 494.2023.DEAC.1216326.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de análise da proposta da empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97 encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);

- A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.906.800,00 (Um milhão novecentos e seis mil e oitocentos reais);

- A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a **Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,26%** e a **Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento negativos).**

Sendo assim, **opino pela classificação da empresa.**

Atenciosamente,

Manaus, 18 de dezembro de 2023.

Henrique Mendes da Rocha Lopes

Agente Técnico - Engenheiro Civil

Documento assinado eletronicamente por **Henrique Mendes da Rocha Lopes**, **Agente**

Técnico - Engenheiro Civil, em 18/12/2023, às 10:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1216326** e o código CRC **5FC2494B**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 598.2023.CPL.1216422.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a <u>análise técnica dos documentos de habilitação</u> (1216417)** apresentados pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97**.**

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 18 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 18/12/2023, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1216422** e o código CRC **132B8034**.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 007316429 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 17/12/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

JF TECNOLOGIA LTDA, vinculado ao CNPJ: 12.891.300/0001-97. ******** **

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, segunda-feira, 18 de dezembro de 2023.

PEDIDO N°: ***0007316429***

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**12.891.300/0001-97**	DUNS®:	**900630667**
Razão Social:	**JF TECNOLOGIA LTDA**		
Nome Fantasia:	**JF TECNOLOGIA, COMERCIO E ENGENHARIA LTDA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**06/09/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**23/04/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**14/01/2024**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**15/06/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/12/2023**
Receita Municipal	Validade:	**24/01/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2024**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/12/2023 12:35:42

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **JF TECNOLOGIA LTDA**
CNPJ: **12.891.300/0001-97**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 12.891.300/0001-97
Razão social: JF TECNOLOGIA EIRELI
Nome fantasia: JF TECNOLOGIA, COMERCIO E ENGENHARIA LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
16/12/2023	16/12/2023 a 14/01/2024	2023121601442361522858
27/11/2023	27/11/2023 a 26/12/2023	2023112708010206665208
08/11/2023	08/11/2023 a 07/12/2023	2023110806230962849685
20/10/2023	20/10/2023 a 18/11/2023	2023102006341049158992
01/10/2023	01/10/2023 a 30/10/2023	2023100101334852832979
12/09/2023	12/09/2023 a 11/10/2023	2023091207362164306002
24/08/2023	24/08/2023 a 22/09/2023	2023082406535692961505
05/08/2023	05/08/2023 a 03/09/2023	2023080501590100163938
17/07/2023	17/07/2023 a 15/08/2023	2023071705153265067188
28/06/2023	28/06/2023 a 27/07/2023	2023062804483822245409
09/06/2023	09/06/2023 a 08/07/2023	2023060901403275399608
21/05/2023	21/05/2023 a 19/06/2023	2023052101465279000011
02/05/2023	02/05/2023 a 31/05/2023	2023050201442265303547
13/04/2023	13/04/2023 a 12/05/2023	2023041301560751673523
25/03/2023	25/03/2023 a 23/04/2023	2023032501484221349108
06/03/2023	06/03/2023 a 04/04/2023	2023030601350807725813
15/02/2023	15/02/2023 a 16/03/2023	2023021501532740375125
27/01/2023	27/01/2023 a 25/02/2023	2023012701503677721100
08/01/2023	08/01/2023 a 06/02/2023	2023010801444055127999
20/12/2022	20/12/2022 a 18/01/2023	2022122002011976400251
01/12/2022	01/12/2022 a 30/12/2022	2022120101591753388335
12/11/2022	12/11/2022 a 11/12/2022	2022111202132547572397
24/10/2022	24/10/2022 a 22/11/2022	2022102401540379985064
05/10/2022	05/10/2022 a 03/11/2022	2022100501550263035901
16/09/2022	16/09/2022 a 15/10/2022	2022091601452125039647
28/08/2022	28/08/2022 a 26/09/2022	2022082801403791156495
09/08/2022	09/08/2022 a 07/09/2022	2022080901585528518364
21/07/2022	21/07/2022 a 19/08/2022	2022072101535248354629
02/07/2022	02/07/2022 a 31/07/2022	2022070201423334312376

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
13/06/2022	13/06/2022 a 12/07/2022	2022061301444828135596
25/05/2022	25/05/2022 a 23/06/2022	2022052501573350326780
06/05/2022	06/05/2022 a 04/06/2022	2022050601593752069998
17/04/2022	17/04/2022 a 16/05/2022	2022041701340469918239
29/03/2022	29/03/2022 a 27/04/2022	2022032901404648123760
10/03/2022	10/03/2022 a 08/04/2022	2022031001420876370369
19/02/2022	19/02/2022 a 20/03/2022	2022021901491030548721
31/01/2022	31/01/2022 a 01/03/2022	2022013111115491308692
02/01/2022	02/01/2022 a 31/01/2022	2022010201344899493094

Resultado da consulta em 18/12/2023 12:33:56

Voltar

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nª 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **12.891.300/0001-97**

Razão Social: **JF TECNOLOGIA LTDA**

Atividade Econômica Principal:

7733-1/00 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO

Endereço:

AVENIDA RODRIGO OTAVIO, 6488 - COROADO - 69.080-005 - Manaus / Amazonas

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nª 8.666, de 1993.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **12.891.300/0001-97** DUNS®: **900630667**
Razão Social: **JF TECNOLOGIA LTDA**
Nome Fantasia: **JF TECNOLOGIA, COMERCIO E ENGENHARIA LTDA**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **06/09/2024**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Demais**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 800.000,00** Data de Abertura da Empresa: **19/11/2010**
CNAE Primário: **7733-1/00 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO**

CNAE Secundário 1: **3312-1/02 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE APARELHOS E**
CNAE Secundário 2: **3314-7/06 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS**
CNAE Secundário 3: **3321-0/00 - INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**
CNAE Secundário 4: **4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS**
CNAE Secundário 5: **4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS**
CNAE Secundário 6: **4221-9/03 - MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**
CNAE Secundário 7: **4221-9/05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE**
CNAE Secundário 8: **4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO**
CNAE Secundário 9: **4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM**
CNAE Secundário 10: **4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA**
CNAE Secundário 11: **4322-3/01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS**
CNAE Secundário 12: **4329-1/03 - INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE**
CNAE Secundário 13: **4330-4/01 - IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL**
CNAE Secundário 14: **4330-4/02 - INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E**
CNAE Secundário 15: **4330-4/03 - OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE**
CNAE Secundário 16: **4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL**
CNAE Secundário 17: **4330-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO**
CNAE Secundário 18: **4391-6/00 - OBRAS DE FUNDAÇÕES**
CNAE Secundário 19: **4399-1/02 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS**
CNAE Secundário 20: **4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA**
CNAE Secundário 21: **4399-1/99 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO**
CNAE Secundário 22: **4651-6/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE**
CNAE Secundário 23: **4651-6/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA**
CNAE Secundário 24: **4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS**

SICAF CRC e Credenciamento - JF TECNOLOGIA (1216847) SEI 2023.010235 / pg. 396

CNAE Secundário 25:	**4751-2/02 - RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE**
CNAE Secundário 26:	**7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**
CNAE Secundário 27:	**7820-5/00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA**
CNAE Secundário 28:	**8111-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS,**
CNAE Secundário 29:	**8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS**
CNAE Secundário 30:	**8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS**
CNAE Secundário 31:	**8130-3/00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS**
CNAE Secundário 32:	**8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO**
CNAE Secundário 33:	**8299-7/01 - MEDIÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E**
CNAE Secundário 34:	**9511-8/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE**

Dados para Contato

CEP:	**69.080-005**
Endereço:	**AVENIDA RODRIGO OTAVIO, 6488 - COROADO**
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**
Telefone:	**(92) 30883808**
E-mail:	**FCARVALHO@JFTECNOLOGIA.COM**

Dados do Responsável Legal

CPF:	**839.789.842-53**
Nome:	**FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO**

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	**839.789.842-53**
Nome:	**FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO**
E-mail:	**fcarvalho@jftecnologia.com**

SICAF CRC e Credenciamento - JF TECNOLOGIA (1216847) SEI 2023.010235 / pg. 397

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: **839.789.842-53** Participação Societária: **100,00%**
Nome: **FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO**
Número do Documento: **17365775** Órgão Expedidor: **ssp-am**
Data de Expedição: **30/06/2000** Data de Nascimento: **19/03/1986**
Filiação Materna: **MARIA IZES OLIVEIRA DE CARVALHO**
Estado Civil: **Casado(a)**

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: **Não** CPF: **108.971.857-81**
Nome: **KETHELLIN MIRANDA GALENO DE CARVALHO**
Carteira de Identidade: **30231299** Órgão Expedidor: **md am**
Data de Expedição: **21/09/2015**

CEP: **69.060-020**
Endereço: **AVENIDA EPHIGENIO SALLES, 2300 - SANTORINI 133 - ALEIXO**
Município / UF: **Manaus / Amazonas**
Telefone: **(92) 88146998**
E-mail: **fcarvalho@jftecnologia.com**

Linhas Fornecimento

Materiais

5935 - CONECTORES ELÉTRICOS
5970 - ISOLADORES ELÉTRICOS E MATERIAIS ISOLANTES
5995 - CONJUNTOS DE CABOS, CORDÕES E FIOS ELÉTRICOS PARA EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES
5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS
6105 - MOTORES ELÉTRICOS
6110 - EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO
6115 - GERADORES E CONJUNTOS GERADORES ELÉTRICOS
6125 - CONVERSORES ELÉTRICOS ROTATIVOS
6130 - CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS
6145 - FIOS E CABOS ELÉTRICOS
6210 - APARELHOS DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DE USO INTERNO E EXTERNO
6240 - LÂMPADAS ELÉTRICAS
7435 - EQUIPAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA ESCRITÓRIO

Serviços

213 - Estudos e Projetos de Instalação Elétrica
566 - Estudos e Projetos de Instalação de Linhas de distribuiçãoEnergia Elétrica
809 - Consultoria / Assessoria - Engenharia
1260 - Informática - Manutenção/Instalação Sistemas/Periféricos
1341 - Supervisão / Gerenciamento / Fiscalização - Projeto Constru-ção / Obras Civis
1350 - Obras Civis de Parques e Praças
1384 - Obras Civis de Terraplenagem

SICAF CRC e Credenciamento - JF TECNOLOGIA (1216847) SEI 2023.010235 / pg. 398

Relatório de Credenciamento

Serviços

1392 - Obras Civis de Pavimentação de Concreto

1414 - Obras Civis de Pavimentação Poliedrica

1490 - Obras Civis de Estruturas de Concreto Armado

1503 - Obras Civis de Estruturas de Concreto Protendido

1511 - Obras Civis de Estruturas Metálicas

1520 - Obras Civis de Estruturas Pré-Moldadas

1538 - Instalações Prediais Elétricas

1619 - Obras Civis de Edificação Prediais

1635 - Obras Civis - Demolições

1686 - Obras Civis de Muros de Arrimo

1724 - Injeções de Cimento (Obras Civis)

1880 - Obras Civis de Saneamento - Tratamento de Água, Esgoto Sani-tário e Despejo Industrial

1899 - Obras Civis de Saneamento - Sistema de Drenagem Pluvial e Industrial

1910 - Obras Civis - Subestações Energia Elétrica

1929 - Obras Civis de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica

1937 - Obras Civis de Linhas de Distribuição de Energia Elétrica

1953 - Obras Civis de Jardins e Áreas Gramadas

1970 - Instalação / Montagem / Manutenção - Equipamentos Elétricos

2879 - Manutenção de Linhas de Distribuição de Energia Elétrica

3530 - Informática - Manutenção de Computadores

3620 - Manutenção e Reparo de Máquinas de Escavação e Terraplanagem

4421 - Estudos e Projetos de Subestações de Energia Elétrica até69kv

4430 - Estudos e Projetos de Subestações de Energia Elétrica até230kv

4448 - Estudos e Projetos de Subestações de Energia Elétrica até500kv

4456 - Estudos e Projetos de Subestações de Energia Elétrica acimade 500kv

4464 - Estudos e Projetos de Subestações de Energia Elétrica Blindadas

4472 - Estudos e Projetos de Linhas de Transmissão - Energia Elétrica até 69kv

4480 - Estudos e Projetos de Linhas de Transmissão - Energia Elétrica até 230kv

4499 - Estudos e Projetos de Linhas de Transmissão - Energia Elétrica até 500kv

4502 - Estudos e Projetos de Linhas de Transmissão - Energia Elétrica Acima de 500kv

4510 - Estudos e Projetos de Sistemas de Proteção, Comando e Controle de Energia Elétrica

4545 - Obras Civis de Edificações Residenciais e Comerciais

4553 - Obras Civis de Edificações Industriais

4561 - Obras Civis de Escavação

4600 - Instalação e Montagem de Subestações de Energia Elétrica até138kv

4618 - Instalação e Montagem de Subestações de Energia Elétrica até230kv

4626 - Instalação e Montagem de Subestações de Energia Elétrica até500kv

4634 - Instalação e Montagem de Subestações de Energia Elétrica Acima de 500kv

4642 - Instalação e Montagem de Subestações de Energia ElétricaBlindadas

4650 - Instalação e Montagem Linhas de Transmissão - Energia Elétrica Até 690kv

4669 - Instalação e Montagem Linhas de Transmissão - Energia Elétrica Até 138kv

4677 - Instalação e Montagem Linhas de Transmissão - Energia Elétrica Até 230kv

4685 - Instalação e Montagem Linhas de Transmissão - Energia Elétrica Até 500kv

4693 - Instalação e Montagem Linhas de Transmissão - Energia Elétrica Acima de 500kv

4707 - Instalação e Montagem Linhas Aéreas de Distribuição de Ener-gia Elétrica

SICAF CRC e Credenciamento - JF TECNOLOGIA (1216847) SEI 2023.010235 / pg. 399

Relatório de Credenciamento

Serviços

4871 - Manutenção de Subestações de Energia Elétrica Até 69kv

4880 - Manutenção de Subestações de Energia Elétrica Até 138kv

4898 - Manutenção de Subestações de Energia Elétrica Até 230kv

4901 - Manutenção de Subestações de Energia Elétrica Até 500kv

4928 - Manutenção de Subestações de Energia Elétrica Blindadas

4936 - Manutenção de Linhas de Transmissão Energia Elétrica Desenergizadas

4944 - Manutenção de Linhas de Transmissão Energia Elétrica até69kv

4995 - Manutenção de Linhas de Transmissão Energia Elétrica até138kv

5029 - Manutenção de Linhas de Transmissão Energia Elétrica até230kv

5037 - Manutenção de Linhas de Transmissão Energia Elétrica até500kv

5045 - Manutenção de Linhas de Transmissão Energia Elétrica Energ.Acima de 500kv

5061 - Manutenção de Linhas de Distribuição de Energia Elétrica Desenergizada

5070 - Manutenção de Linhas de Distribuição Energia Elétrica Energizada

5355 - Leitura Medidor - Energia Elétrica

5398 - Prestação de Serviços de Informática

5606 - Instalação / Manutenção Elétrica - Predial, Industrial

5622 - Obras Civis Públicas (Construção)

13455 - Obras Civis - Pequenas Obras / Pintura em Geral

13641 - Obras Civis de Piscinas - Concreto Armado

13650 - Obras Civis de Piscinas - Fibra de Vidro

15750 - Informática - Locação Equipamentos

17140 - Obras Civis - Concretagem

19828 - Locação / Manutenção - Ferramenta Elétrica

20060 - Elaboração / Análise Projeto - Engenharia

21210 - Informática - Diagnóstico e Projeto Rede Dados

21687 - Instalação/Manutenção/Operação - Elétrica

22225 - Serviço Engenharia

22969 - Restauração/ Conservação e Preservação de Patrimônio Histórico

22977 - Inatalação/Manutenção - Circuito Fechado TV

22993 - Informática - Suporte Técnico (Software / Equipamentos)

23060 - Fiscalização Obras Civis

23434 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas- 44 Horas Semanais Diurnas-Produtividade 1800 A 2700 M2

23450 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 12 Horas Diurnas - 2º a Domingo - Outra Produtividade

23477 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 12 Horas Diurnas - 2º a 6º Feira - Outra Produtividade

23485 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas-12 Horas Diurnas-Sáb/Dom e Feriado - Outra Produtividade

23515 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 12 Horas Noturnas - 2º a Domingo - Outra Produtividade

23523 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas-12 Horas Noturnas - 2º a 6º Feira - Outra Produtividade

23540 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas-12 Horas Noturnas-Sáb/Dom e Feriado-Outra Produtividade

23566 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Freqüência 16H/Mensal - Produtividade 220 m2

SICAF CRC e Credenciamento - JF TECNOLOGIA (1216847) SEI 2023.010235 / pg. 400

Relatório de Credenciamento

Serviços

23620 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Hospi-talares-12 Horas Diurnas-2º a 6º Feira - Outra Produtividade

23680 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação-Áreas Hospila-lares-12 Horas Noturnas-Sáb/Dom/Feriado-Outra Produtividade

23990 - Prestação de Serviços de Informática Operação de Computador

24023 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades

24040 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - 44 Horas Semanais Diurnas - Outra Produtividade

24058 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Freqüência 16H/Mensal - Outra Produtividade

24104 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Áreas Exter-nas - Outras Necessidades.

24112 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Esquadrias Externas - Outras Necessidades - Outra Produtividade

SICAF CRC e Credenciamento - JF TECNOLOGIA (1216847) SEI 2023.010235 / pg. 401

Av. General Rodrigo Otávio, nº6488 - Coroado
CEP: 69077-000 - Manaus-AM
Fones: (92) 3237 3877 / 8814 6998
fcarvalho@jftecnologia.com

RESPOSTA A DILIGÊNCIA
PREGÃO Nº 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

A empresa JF TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. 12.891.300/0001-97, por intermédio de seu representante legal, o Sr. FRANCISCO ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO, portador da Carteira de Identidade nº. 1736577-5 e do CPF nº. 839.789.842-53, vem por meio desta apresentar resposta, após diligência do dia **19/12/2023** pela Sra. Pregoeira e equipe:

[...] Senhor, para concluir a análise técnica, e com base no item 25.3.2 do edital, solicito que a empresa complemente os atestados para execução de forro de gesso acartonado e confecção de esquadria de alumínio, em atenção ao item 11.10.3 do instrumento convocatório, e desde que os documentos sejam anteriores ao dia 07/12/2023, data de abertura desta sessão.

Resposta:

1. Com relação ao forro de gesso acartonado, segue anexo atestado e documentos complementares referente a construção de residência de 274,96m².

2. Com relação a confecção de esquadria de alumínio consta no atestado já enviado do cliente Condomínio Manauara Shopping, especificamente nos itens 2.1 da OBRA DE DIVISÃO DE LOJA – ATUAL BOKINÉ (figura 1) e no item 2.1 da DIVISÃO DA LOJA PISO G3 (figura 2).

ALIANSCE SONAE

OBRA DE DIVISÃO DE LOJA - ATUAL BOKINÉ

SOLICTANTE : REBECA CASTRO

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANT.
1	DOCUMENTOS		
1.1	ART de Execução	vb	1
1.2	Seguro de Obra	vb	1
2	SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.1	Instalação de tapume tipo divisória branco neve ou areia com esquadrias de alumínio, porta e fechadura tetra	m²	65

Figura 1. Referente a esquadria de alumínio.

Av. General Rodrigo Otávio, nº6488 - Coroado
CEP: 69077-000 - Manaus-AM
Fones: (92) 3237 3877 / 8814 6998
fcarvalho@jftecnologia.com

DIVISÃO DA LOJA PISO G3			
SOLICTANTE : OPERAÇÕES			
ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANT.
1	DOCUMENTOS		
1.1	ART de Execução	vb	1
1.2	Seguro de Obra	vb	1
2	SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.1	Instalação de tapume com divisórias e esquadrias de alumínio, afastamento 50cm	m²	35
2.2	Desmontagem da fachada existente	vb	1

Figura 2. Referente a esquadria de alumínio.

Totalizando assim 100m², ou seja, acima do mínimo exigido no edital.

Nesses termos pede deferimento.

Ficamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Manaus, 19 de dezembro de 2023

JF TECNOLOGIA LTDA

ATESTADO CAPACIDADE TÉCNICA

JEFFESON CAVALCANTE DE PINHO, RG 1875500-SSP, CPF 791.646.092-00, atesto, para todos os fins de direito, que a empresa **JF TECNOLOGIA LTDA**, estabelecida na Avenida General Rodrigo Otavio, nº 6488, CNPJ 12.891.300/0001-97, executou Construção de residência, com área construída de 274,96 m², localizada na Avenida Nathan Xavier de Albuquerque, nº 420, Condomínio Residencial Estoril, Quadra A, Rua 2, Lote 9, Novo Aleixo - Manaus/AM, no período de 03/10/2022 a 31/08/2023. A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, nada tendo que a desabone.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Manaus, 05 de novembro de 2023

Assinatura do Proprietário
JEFFESON CAVALCANTE DE PINHO
RG:1875500-SSP AM

Assinatura do engenheiro responsável
MARIO CELIO RODRIGUES BRANDAO
Engenheiro Civil
CREA-AM - 0407946470AM
ART Nº AM20220343981

Mário Célio R. Brandão
Eng. Civil
CREA 15240-D

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

ART OBRA OU SERVIÇO
Nº AM20220343981

INICIAL

1. Responsável Técnico

MARIO CELIO RODRIGUES BRANDAO
Título profissional: **TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL**
RNP: **0407946470**
Registro: **0407946470AM**

Empresa contratada: **JF TECNOLOGIA EIRELI**
Registro: **0000004899-AM**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Jeffeson Cavalcante de Pinho**
CPF/CNPJ: **791.646.092-00**
AVENIDA NATHAN XAVIER DE ALBUQUERQUE
Nº: **420**
Complemento: **Cond. Estoril, Quadra A, Rua 2, Lote 9**
Bairro: **NOVO ALEIXO**
Cidade: **MANAUS**
UF: **AM**
CEP: **69098378**

Contrato: **290922**
Celebrado em: **29/09/2022**
Valor: **R$ 580.174,34**
Tipo de contratante: **Pessoa Física**
Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA NATHAN XAVIER DE ALBUQUERQUE
Nº: **420**
Complemento: **Cond. Estoril, Quadra A, Rua 2, Lote 9**
Bairro: **NOVO ALEIXO**
Cidade: **MANAUS**
UF: **AM**
CEP: **69098378**
Data de Início: **03/10/2022**
Previsão de término: **31/08/2023**
Coordenadas Geográficas: **3, 59**
Finalidade: **Comercial**
Código: **Não Especificado**
Proprietário: **Jeffeson Cavalcante de Pinho**
CPF/CNPJ: **791.646.092-00**

4. Atividade Técnica

1 - DIRETA	Quantidade	Unidade
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > ARQUITETURA EFÊMERA > #1133 - TAPUME	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > ARQUITETURA EFÊMERA > #1132 - INSTALAÇÃO PROVISÓRIA	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > ARQUITETURA EFÊMERA > #1138 - CANTEIRO DE OBRA	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > LOCAÇÃO > #1143 - OBRAS CIVIS	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SISTEMAS ESTRUTURAIS > FUNDAÇÕES > #1271 - ESTACA	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SISTEMAS ESTRUTURAIS > FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #1267 - SAPATA ASSOCIADA	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SISTEMAS ESTRUTURAIS > FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #1269 - VIGA DE FUNDAÇÃO	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SISTEMAS ESTRUTURAIS > PILARES > #1282 - CONCRETO	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SISTEMAS ESTRUTURAIS > LAJES > #1280 - PRÉ-MOLDADA	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SISTEMAS ESTRUTURAIS > LAJES > #1278 - CONCRETO USINADO	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #4109 - COBERTURA COM TELHA METÁLICA	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > LOCAÇÃO > #1152 - DRENAGEM	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > EDIFICAÇÃO > #1177 - ALVENARIA	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1129 - IMPERMEABILIZAÇÃO	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1002 - INSTALAÇÃO ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1003 - INSTALAÇÃO HIDRÁULICA	274,96	m²

Mário Célio R. Brandão
Eng. Civil
CREA 15240-D

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: BzBcw
Impresso em: 18/10/2022 às 09:58:18 por: , ip: 179.222.58.129

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

ART OBRA OU SERVIÇO
Nº AM20220343981

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

INICIAL

15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1004 - INSTALAÇÃO PLUVIAL	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1007 - LIGAÇÃO DE ÁGUA	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1009 - LIGAÇÃO DE ESGOTO	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > #1005 - INSTALAÇÃO SANITÁRIA	274,96	m²
15 - EXECUÇÃO > OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > SISTEMAS ESTRUTURAIS > LAJES > #1277 - CONCRETO ARMADO	274,96	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Construção de residência, com área construída de 274,96 m², localizada na Avenida Nathan Xavier de Albuquerque, nº 420, Condomínio Residencial Estoril, Quadra A, Rua 2, Lote 9, Novo Aleixo - Manaus/AM.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-AM, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Manaus, 03 de outubro de 2022
Local data

MARIO CELIO RODRIGUES BRANDAO - CPF: 790.110.042-72

Jeffeson Cavalcante de Pinho - CPF: 791.646.092-00

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 233,94** Registrada em: **17/10/2022** Valor pago: **R$ 233,94** Nosso Número: **8304964596**

Mário Célio R. Brandão
Eng. Civil
CREA 15240-D
03/10/22

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: BzBcw
Impresso em: 18/10/2022 às 09:58:18 por: , ip: 179.222.58.129

Esse arquivo é gratuito e de uso exclusivo entre CAIXA, seus representantes legais e clientes.

Qualquer cobrança, exceto taxa autorizada CAIXA, é ilegal e sujeita a penalidades. Direitos reservados.

CAIXA

0.03	Contrato	Grau de sigilo
	1.4444.2057583-1	#EXTERNO.CONFIDENCIAL

Planilha de Levantamento de Serviços - PLS

Construção em Terreno Próprio e Aquisição de Terreno e Construção

PROPOSTA

Proponente	E-mail	CPF/CNPJ Prop.	Telefone Prop.
JEFFESON CAVALCANTE DE PINHO	**cavalcante@jftecnologia.com**	**791.646.092-00**	**92 98801-3822**

RT pelo Proj. Arquit./Edif. – RTP	E-mail – RTP	Nº CAU/CREA/CFT–RTP	UF	CPF – RTP	Telefone – RTP
ELLEM C. P. DE VASCONCELOS	**questarc@gmail.com**	**A73394-6**	**AM**	**003.593.932-09**	**92 98104-7949**

RT pela Execução da Obra – RTE	E-mail – RTE	Nº CAU/CREA/CFT–RTE	UF	CPF – RTE	Telefone – RTE
MARIO CELIO R. BRANDAO	**mbrandao@jftecnologia.com**	**407946470**	**AM**	**790.110.042-72**	**92 98448-4871**

Identificação do imóvel

Endereço	Complemento
AVENIDA NATHAN XAVIER DE ALBUQUERQUE, 420	**COND ESTORIL, QD A, RUA 02 LOTE 09**

Bairro	CEP	Município	UF
NOVO ALEIXO	**69.098-378**	**MANAUS**	**AM**

Matrícula	ORI (Regst. de Imóveis)	Coordenadas (Graus°, Min', S")				Construtora (se houver)	CNPJ	Finalidade
16616	**6o OFICIO**	**03° 03' 49"**	**S**	**59° 59' 01"**	**W**			**Constr.Terr.Próprio SBPE**

PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE SERVIÇOS – PLS

HABITAÇÃO

Serviços	Inci-dência	Execu-ção do Item	Execu-ção na Obra
	%	%	%
Serviços Preliminares e Gerais	**3,78**	100%	3,78
Infraestrutura	**7,25**	100%	7,25
Supra estrutura	**16,90**	100%	16,90
Paredes e Painéis	**8,63**	100%	8,63
Esquadrias	**8,24**		0,00
Vidros e Plásticos	**2,33**		0,00
Coberturas	**3,26**	100%	3,26
Impermeabilizações	**1,32**	100%	1,32
Revestimentos Internos	**8,20**	85%	6,97
Forros	**2,06**	100%	2,06
Revestimentos Externos	**4,92**	85%	4,18
Pintura	**5,72**	50%	2,86
Pisos	**8,87**	40%	3,55
Acabamentos	**1,10**		0,00
Inst. Elétricas e Telefônicas	**4,61**	85%	3,92
Instalações Hidráulicas	**4,02**	100%	4,02
Inst. Esgoto e Águas Pluviais	**3,78**	100%	3,78
Louças e Metais	**4,45**		0,00
Complementos	**0,39**	15%	0,06
Outros Serviços	**0,16**	10%	0,02
Mensurado Acumulado Atual	**100,00**		**72,56**
Mensurado acumulado no mês anterior			**61,93**
Variação do período			**10,63**

DATAS & QUALIDADE

Contratação	**30/03/2023**	Término Previsto	**30/01/2024**
Data do Levantamento	**19/06/2023**		
Nº Etapas previstas para conclusão da obra			**10,00**
A Obra esta sendo executada observando as condições mínimas?			sim
A placa/adesivo CAIXA está afixada na obra?			sim
O alvará está válido?			
Data Emissão	**29/11/2022**	Data Vigência	**29/09/2023**
Projeto e especificações estão sendo cumpridos?			sim
Os serviços estão sendo executados de modo a prevenir o aparecimento de danos físicos/vícios			sim
Etapa prevista no cronograma físico-financeiro:			**2**
Situação da obra:			**NORMAL**

Observações

Obra em bom ritmo e qualidade. Executado de acordo com projeto aprovado e licenciado. CNO N.: 90.014.46967/65

Anexo Atestado_construção residencial - JF TECNOLOGIA (1218375) SEI 2023.010235 / pg. 407

Esse arquivo é gratuito e de uso exclusivo entre CAIXA, seus representantes legais e clientes.

Qualquer cobrança, exceto taxa autorizada CAIXA, é ilegal e sujeita a penalidades. Direitos reservados.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Descrever foto



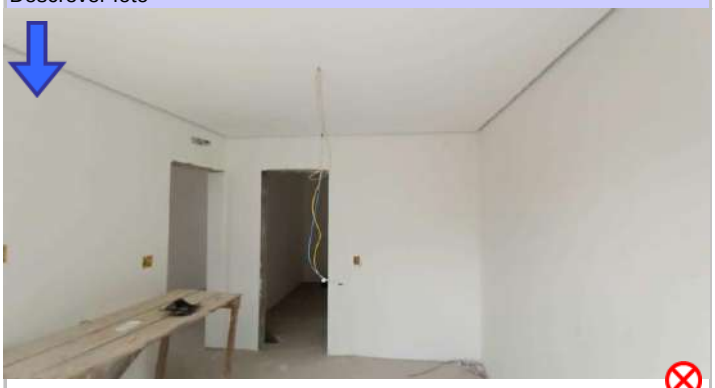
Descrever foto



Descrever foto



Descrever foto



Descrever foto



Descrever foto

Anexo Atestado_construção residencial - JF TECNOLOGIA (1218375) SEI 2023.010235 / pg. 408

Esse arquivo é gratuito e de uso exclusivo entre CAIXA, seus representantes legais e clientes.

Qualquer cobrança, exceto taxa autorizada CAIXA, é ilegal e sujeita a penalidades. Direitos reservados.



Descrever foto



Descrever foto



Descrever foto



Descrever foto



Descrever foto



Descrever foto

MANAUS, 19 DE JUNHO DE 2023

LD Local e data

O CLIENTE e o RESPONSÁVEL TÉCNICO pela execução da obra declaram, sob as penas da Lei, que são verídicas as informações aqui prestadas e que estas correspondem fielmente à atual situação da obra; eventuais irregularidades, identificadas no acompanhamento da obra, sujeitam ambos, o CLIENTE e o RESPONSÁVEL TÉCNICO, à inclusão no Cadastro Informativo de Pessoas Físicas e Jurídicas com relacionamento com a CAIXA – CONRES

RL Cliente/Proponente

Nome: **JEFFESON CAVALCANTE DE PINHO**

CPF: **791.646.092-00**

AE Responsável Técnico pela Execução da Obra

Nome: **MARIO CELIO R. BRANDAO**

CPF: **790.110.042-72** CAU/CREA/CFT: **407946470/AM**

Anexo Atestado_construção residencial - JF TECNOLOGIA (1218375) SEI 2023.010235 / pg. 409

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CLIENTE: JEFFESON CAVALCANTE DE PINHO

ENDEREÇO: CONDOMÍNIO ESTORIL - LOTE 09

TECNOLOGIA
CONSTRUÇÕES INTELIGENTES

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO																		TOTAL	
		MÊS 1		MÊS 2		MÊS 3		MÊS 4		MÊS 5		MÊS 6		MÊS 7		MÊS 8		MÊS 9		MÊS 10			
		R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1	Barracão+lig. provisórias(água/luz)+Limpeza do Lote	14.794,45	100%	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		14.794,45	100%
2	Infraestrutura (estacas, brocas, baldrames, sapatas)	21.321,41	70%	9.137,75	30%	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		30.459,15	100%
3	Supraestrutura (Vigas, pilares, cintas, escadas)	0,00		34.624,81	40%	34.624,81	40%	17.312,40	20%	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		86.562,01	100%
4	Paredes e Painéis	0,00		0,00		17.950,59	40%	17.950,59	40%	8.975,30	20%	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		44.876,49	100%
5	Esquadrias	0,00		0,00		0,00		0,00		20.224,88	40%	20.224,88	40%	10.112,44	20%	0,00		0,00		0,00		50.562,20	100%
6	Vidros	0,00		0,00		0,00		0,00		2.842,85	40%	2.842,85	40%	1.421,43	20%	0,00		0,00		0,00		7.107,14	100%
7	Coberturas (estrutura e telhas)	0,00		0,00		14.550,77	40%	14.550,77	40%	7.275,39	20%	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		36.376,93	100%
8	Impermeabilizações	0,00		0,00		0,00		8.934,69	40%	8.934,69	40%	4.467,34	20%	0,00		0,00		0,00		0,00		22.336,71	100%
9	Revestimentos Internos	0,00		0,00		0,00		9.358,21	20%	9.358,21	20%	18.716,42	40%	9.358,21	20%	0,00		0,00		0,00		46.791,06	100%
10	Forros	0,00		0,00		0,00		0,00		2.529,56	40%	2.529,56	40%	1.264,78	20%	0,00		0,00		0,00		6.323,90	100%
11	Revestimentos Externos	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		10.884,07	40%	10.884,07	40%	5.442,04	20%	0,00		27.210,18	100%
12	Pinturas	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		11.719,52	40%	11.719,52	40%	5.859,76	20%	0,00		0,00		29.298,81	100%
13	Pisos	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		26.711,23	40%	26.711,23	40%	13.355,61	20%	0,00		66.778,07	100%
14	Acabamentos (soleiras, rodapés, peitoril etc.)	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		2.773,23	40%	2.773,23	40%	1.386,62	20%	0,00		6.933,08	100%
15	Instalações Elétricas	0,00		0,00		0,00		0,00		9.979,00	40%	9.979,00	40%	0,00		4.989,50	20%	0,00		0,00		24.947,50	100%
16	Instalações Hidráulicas	0,00		0,00		0,00		0,00		11.458,44	50%	11.458,44	50%	0,00		0,00		0,00		0,00		22.916,89	100%
17	Instalações: Esgoto e Águas Pluviais	0,00		0,00		0,00		11.458,44	50%	11.458,44	50%	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		22.916,89	100%
18	Louças e Metais	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		12.009,61	50%	12.009,61	50%	0,00		0,00		24.019,22	100%
19	Limpeza final	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		5.279,59	100%	5.279,59	100%
20	Serviços Complementares	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		3.684,11	100%	3.684,11	100%
	TOTAL NO MÊS (SIMPLES)	36.115,85	6%	43.762,55	8%	67.126,17	12%	79.565,11	14%	93.036,76	16%	81.938,02	14%	86.254,52	15%	63.227,40	11%	20.184,27	3%	8.963,69	2%	580.174,34	100%
	TOTAL NO MÊS (ACUMULADO)	36.115,85	6%	79.878,40	14%	147.004,57	25%	226.569,68	39%	319.606,44	55%	401.544,46	69%	487.798,98	84%	551.026,38	95%	571.210,65	98%	580.17434	100%		

DATA

17/10/2022

ASSINATURA

Francisco A. O. de Carvalho
CREA-AM: 15590
Eng. Eletricista
JF Tecnologia Ltda

Mário Célio R. Brandão
Eng. Civil
CREA 15240-D

Jeffeson Cavalcante de Pinho

Anexo Atestado_construção residencial - JF TECNOLOGIA (1218375) SEI 2023.010235 / pg. 410

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 603.2023.CPL.1218376.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise dos Documentos de Habilitação - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **encaminhar documentação complementar de habilitação (1218373 e 1218375)** apresentada pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.,** CNPJ Nº 12.891.300/0001-97.

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 20 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/12/2023, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1218376** e o código CRC **061188DF**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 497.2023.DEAC.1218447.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de **análise técnica dos documentos de habilitação (1216417, 1218373, 1218375)** da empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97 encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

A empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, contudo os quantitativos ofertados **NÃO** atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital para os subitens, 2 - gesso acartonado; 4 - Confecção de Esquadria de Alumínio;

Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, *devidamente registrado(s) no CREA ou CAU*, a empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97 nos documentos de habilitação **(1216417, 1218373, 1218375)** apresentados embora tenha sido encaminhados diversas CAT, todas vem com a descrição sem registro de atestado inviabilizando a comparação como quadro apresentado no subitem 11.10.3.2. do edital

Sendo assim, **opino pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.**

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 20/12/2023, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1218447** e o código CRC **FC51C4BC**.

PROPOSTA DE PREÇO

Proposta que faz a empresa SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ (MF) n° 06.539.432/0001-51, localizada na Av. Mario Ypiranga Monteiro, N°315, Sala 403, Adrianópolis, Manaus-AM, CEP:69057-000, fone 98417-8003/991202787, e-mail: sgrhconstrucoes@gmail.com, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.° 4044/2023**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

ITEM	DESCRIÇÃO	Und.	Qtd.	Valor global	Desconto (%)
01	Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cível - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	Mensal	12	2.100.000,00	9,00
			Valor Total da proposta	**1.911.000,00**	

VALOR GLOBAL: UM MILHÃO, NOVECENTOS E ONZE MIL REAIS

CÁLCULO DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD)

$$ACD\,(\%) = \left[\ (100 - TR\%) + \frac{BDI\% \times (100 - TR\%)}{100}\ \right] - 100$$

$$ACD\,(\%) = \left[\ (100\text{-}29{,}105\%) + \frac{28{,}35\% \times (100\text{-}29{,}105\%)}{100}\ \right] - 100$$

$$ACD\,(\%) = -9{,}00, \text{ onde}$$

$$TR\,(\%) = 29{,}105\%$$

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇAO LTDA
CNPJ: 06.539.432/0001-51
END: Rua 5 De Setembro, Nº 240 – São Raimundo, Manaus/AM, CEP nº 69.027-010
TELEFONE: (92) 98417-8003 / 99120-2787
E-MAIL: sgrhconstrucoes@gmail.com

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao mês anterior à licitação.

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

Portanto, uma vez que o ACD = -9,00 representa uma proposta final de R$1.911.000,00.

A SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP declara que concorda com todas as especificações do Edital.

a) **Prazo de validade da proposta:** 90 (noventa) dias
b) **Prazo da execução da obra:** O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de
acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.
c) Prazo de Garantia dos Serviços: O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do
recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.
d) **Dados Bancários:** Banco do Brasil, Agência: 1219-x, conta corrente:53739-x.
e) **Contato para fins de faturamento:** José Said Libório, administrador, 991202787, sgrhconstrucoes@gmail.com.
f) **Dados do principal integrante do quadro societário da licitante:**
Nome: José Said Libório
CPF: 135.334.522-04

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art.
9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em
linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou
assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

Proposta de Preço SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1218628) SEI 2023.010235 / pg. 416

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de
preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para
efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;
5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;
6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à
FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da
empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual,
possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.
7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como
quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus/AM, 20 de Dezembro de 2023.

_____

José Said Libório
RG 668736-9 SSP/AM
CPF 135.334.522-04

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇAO LTDA
CNPJ: 06.539.432/0001-51
END: Rua 5 De Setembro, Nº 240 – São Raimundo, Manaus/AM, CEP nº 69.027-010
TELEFONE: (92) 98417-8003 / 99120-2787
E-MAIL: sgrhconstrucoes@gmail.com

SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAS LTDA

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇAO LTDA
CNPJ: 06.539.432/0001-51
END: Rua 5 De Setembro, Nº 240 – São Raimundo, Manaus/AM, CEP nº 69.027-010
TELEFONE: (92) 98417-8003 / 99120-2787
E-MAIL: sgrhconstrucoes@gmail.com

COMPOSIÇÃO DO BDI

COD	DESCRIMINAÇÃO	%
	Benefício	
S+G	Garantia/Seguros	0,80
L	Lucro	7,40
	TOTAL	**8,20**
	Despesas indiretas	
AC	Administração Central	4,00
DF	Despesas Financeiras	1,23
R	Riscos	1,27
	TOTAL	**6,50**
	Impostos	
I	Impostos	
	Pis	0,65
	Cofins	3,00
	Iss	2,00
	*CPRB	4,50
	TOTAL	**10,15**
Fórmula do BDI BDI = { [(1 + AC + R + S +G)*(1+ DF)*(1+L)]/(1 - I)} - 1		**28,35** **BDI = 28,35%**

Manaus/AM, 20 de Dezembro de 2023.

José Said Libório
RG 668736-9 SSP/AM
CPF 135.334.522-04

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇAO LTDA
CNPJ: 06.539.432/0001-51
END: Rua 5 De Setembro, Nº 240 – São Raimundo, Manaus/AM, CEP nº 69.027-010
TELEFONE: (92) 98417-8003 / 99120-2787
E-MAIL: sgrhconstrucoes@gmail.com

SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS LTDA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 605.2023.CPL.1218630.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica da Proposta de Preço** (1218628 e 1218629) apresentada pela empresa **SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO LTDA. - EPP**, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51, destacando que consta dos autos a **planilha do Sistema COMPRASNET (doc. 1211051) com o resumo dos melhores lances apresentados pelas empresas participantes, observada a ordem de classificação**.

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 20 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/12/2023, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1218630** e o código CRC **546774E3**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 501.2023.DEAC.1219323.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de análise, Oficio Nº 605.2023.CPL.1218630.2023.010235, da proposta da empresa **SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO LTDA. - EPP**, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51 através encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);

- A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.911.000,00 (Um milhão novecentos e onze mil reais);

- A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a **Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,105%** e a **Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,00% (nove inteiros por cento negativos).**

Sendo assim, **opino pela classificação da empresa.**

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 21/12/2023, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1219323** e o código CRC **D10E2CE9**.

Processo: 50013.000347/2019-08

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO EXECUTADO
CONTRATO EM ANDAMENTO

Declaramos, para os devidos fins, a requerimento da Empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, com sede à Rua 5 de Setembro nº 240 – São Raimundo – CEP: 69027-010, Manaus/AM, inscrita no CNPJ nº 06.539.432/0001-51 conforme informações constantes no processo nº 50013.000124/2018-51; que o mesmo teve com o DNIT—DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES contrato para execução de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na Unidade Local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços, no Estado do Amazonas, por meio do Contrato nº AH-000924/2018-00, o qual apresentou as seguintes características:

Edital:	Pregão, na forma eletrônica, nº 0259/1827/2018 DNIT
Nº do Contrato:	AH-000924/2018-00, celebrado em 30/11/2018
Objeto:	Contratação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na unidade local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços
Prazo Contratual:	04/12/2018 a 29/11/2019
Valor Inicial do Contrato:	R$ 294.998,61 (duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos)
Percentual Contratual Realizado:	Serviços executados e medidos: 100,00 % dos serviços contratados
Processo de Origem:	50013.000124/2018-51

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

A realização dos serviços que tem por objeto a contratação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na unidade local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços, as duas localidades situadas no Estado do Amazonas, estão em andamento com fundamento na Lei nº 10.520/02, a Lei Complementar nº 123/06, os Decretos nº 5.450/05 e 6.204/07, a IN 02 SLTI/MP, de 11 de outubro de 2010, e, subsidiariamente, as Leis nº 8.666/93 e 9.784/99, o Decreto 3.555/00, alterado pelos Decretos 3.693/00 e 3.784/01

Os serviços estão de acordo com as normas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, assim como atendem às exigências, condições e especificações, expressas no Edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 0259/1827/2018 DNIT, constante do processo nº 50013.000124/2018-51 e seus Anexos.

As atividades executadas, até a data de 29/11/2020, de acordo com as informações da fiscalização do contrato, são as discriminadas, a seguir:

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	OBJETO: Contratação de empresa especializaca em prestação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades cesta administração hidroviária			
Obra / Local:	*MANUTENÇÃO PREDIAL AHIMOC-DNIT/AM*	*TOTAL GERAL DO CONTRATO = R$ 294.998,61*		
Data-Base:	*DEZ./2017*	*TOTAL GERAL DAS MEDIÇÕES = R$ 294.998,61*		
BDI (%):	*34,32*	*PORCENTAGEM GERAL DAS MEDIÇÕES = 100,00 %*		
LS (%):		*CONTRATO: AH - 00924/2018*		

Fase/Item	Descrição dos Serviços	UN.	Qtde. de Contrato	Qtde. Acumulada	Porcentagem %
1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - INTERNAS E EXTERNAS				
1.1	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos, tipo U simples, com 3/4"	pç	50,00	50,00	100%
1.2	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos, tipo U simples, com 1"	pç	50,00	50,00	100%
1.3	Caixa de luz/tomada 4x2	unid	30,00	30,00	100%
1.4	Caixa de luz/tomada 4x4	unid	30,00	30,00	100%

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.0102357 pg. 424

1.5	Disjutor Bipolar 20A	pç	20,00	20,00	100%
1.6	Disjutor Bipolar 32A	pç	20,00	20,00	100%
1.7	Disjutor Bipolar 40A	pç	20,00	20,00	100%
1.8	Disjutor monofásico 10A	pç	20,00	20,00	100%
1.9	Disjutor monofásico 15A	pç	20,00	20,00	100%
1.10	Disjutor monofásico 20A	pç	20,00	20,00	100%
1.11	Disjutor monofásico 25A	pç	20,00	20,00	100%
1.12	Disjutor monofásico 30A	pç	10,00	10,00	100%
1.13	Disjutor monofásico 40A	pç	10,00	10,00	100%
1.14	Disjutor trifásico 100A	pç	10,00	10,00	100%
1.15	Eletroduto flexível plano em PEAD, cor preta e laranja, diâmetro 32 mm	m	200,00	200,00	100%
1.16	Eletrodutos d = 1 " - fornecimento e assentamento	m	80,00	80,00	100%
1.17	Eletrodutos d = 3/4 " - fornecimento e assentamento	m	80,00	80,00	100%
1.18	Cabo de cobre isolamento termoplástico 2,5 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	300,00	100%
1.19	Cabo de cobre isolamento termoplástico 4,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	300,00	100%
1.20	Cabo de cobre isolamento termoplástico 6,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	300,00	100%
1.21	Cabo de cobre isolamento termoplástico 10,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	300,00	100%
1.22	Cabo de cobre isolamento termoplástico 25,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	100,00	100%
1.23	Cabo de cobre isolamento termoplástico 50,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	100,00	100%
1.24	Cabo de cobre isolamento termoplástico 95,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	100,00	100%
1.25	Poste metálico com luminária simples tipo globo - fornecimento e instalação	unid.	3,00	3,00	100%
1.26	Poste metálico, com luminária dulpla tipo globo - fornecimento e instalação	unid.	3,00	3,00	100%
1.27	Ponto de tomada 100 W, inclusive rasgos na alvenara, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	30,00	30,00	100%
1.28	Ponto de luz em teto, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	30,00	30,00	100%
1.29	Instalação de luminária fluorescente completa com 2 lâmpadas de 40W	unid.	10,00	10,00	100%
1.30	Instalação de luminária fluorescente completa com 2 lâmpadas de 20W	unid.	10,00	10,00	100%
1.31	Ponto de interruptor simples, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	20,00	20,00	100%
1.32	Quadro de distribuição para 18 disjuntores	unid.	3,00	3,00	100%
1.33	Quadro de distribuição com barramento trifásico, de embutir, em chapa de aço galvanizado, para 30 disjuntores DIN, 100 A	unid.	5,00	5,00	100%
1.34	Refletor redondo em alumínio anodizado para lâmpada vapor de mercúrio/sódio, corpo em alumínio com pintura epoxi, para lâmpada e-27 de 300 W, com suporte redondo e aça regulável para fixação	unid.	10,00	10,00	100%
1.35	Refletor para lâmpada de 250 W	unid.	10,00	10,00	100%
1.36	Reator para lâmpada 20W x 127V (2 lâmpadas)	unid.	20,00	20,00	100%
1.37	Reator para lâmpada 40W x 127V (2 lâmpadas)	unid.	20,00	20,00	100%
1.38	Interruptor 1 seção simples de embutir	pç	30,00	30,00	100%
1.39	Interruptor 2 seção simples de embutir	pç	30,00	30,00	100%
1.40	Interruptor 3 seção simples de embutir	pç	30,00	30,00	100%
1.41	Lâmpada vapor de mercúrio 250 W	unid.	20,00	20,00	100%
1.42	Lâmpada mista 250 W/220 V bocal E40	unid.	20,00	20,00	100%
1.43	Lâmpada fluorescente de 20W	unid.	100,00	100,00	100%
1.44	Lâmpada fluorescente de 40W	unid.	50,00	50,00	100%
1.45	Lâmpada eletrônica espiral compacta 25 W, branca, 6000 H, 6400 K, 127 V25W/12V	unid.	100,00	100,00	100%
1.46	Tomada de 10A	unid.	30,00	30,00	100%
1.47	Tomada de 20A	unid.	30,00	30,00	100%
1.48	Placa cega 4x2	unid.	20,00	20,00	100%
1.49	Instalação de SPDA	unid.	1,00	1,00	100%
1.50	Marutenção da subestação abaixadora	unid.	1,00	1,00	100%
2	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS				
2.1	Ponto hidráulico, inclusive rasgos na alvenaria, tubulação e conexões	unid.	20,00	20,00	100%
2.2	Ponto de esgoto primário (d = 100 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	20,00	100%
2.3	Ponto de esgoto secundário (d= 75 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	20,00	100%
2.4	Ponto de esgoto secundário (d= 50 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	20,00	100%
2.5	Tubo PVC D= 20 mm - água fria	m	60,00	60,00	100%
2.6	Tubo PVC D= 25 mm - água fria	m	60,00	60,00	100%
2.7	Tubo PVC D= 32 mm - água fria	m	60,00	60,00	100%
2.8	Tubo PVC D= 40 mm - água fria	m	60,00	60,00	100%
2.9	Tubulação de PVC para esgoto d= 40 mm	m	18,00	18,00	100%
2.10	Tubulação de PVC para esgoto d= 50 mm	m	60,00	60,00	100%
2.11	Tubulação de PVC para esgoto d= 75 mm	m	60,00	60,00	100%

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) ... SEI 2020.010235 / pg. 425

2.11	Tubulação de PVC para esgoto d= 75 mm	m	50,00	60,00	100%
2.12	Tubulação de PVC para esgoto d= 100 mm	m	50,00	60,00	100%
2.13	Tubo de esgoto em PVC com D = 150 mm e juntas soldadas	m	50,00	60,00	100%
2.14	Limpeza de Fossa séptica	unid.	2,00	2,00	100%
3	REDE DE COMBATE À INCÊNDIO				
3.1	Extintor PQS ABC 6kg	unid.	4,00	4,00	100%
3.2	Extintor PQS ABC 10kg	unid.	4,00	4,00	100%
3.3	Regularização junto ao Corpo de Bombeiros	unid.	1,00	1,00	100%
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	**Serviços de Pavimentação**				
4.1.1	Base estabilizada granulometricamente com misturasolo-seixo-areia (40%-30%-30%)	m³	20,00	20,00	100%
4.1.2	Bloco de concreto intertravado, e = 6 cm, tipostockholm, sobre camada de areia	m²	20,00	20,00	100%
4.1.3	Meio-fio de concreto - MFC 01 AC/BC	m	20,00	20,00	100%
4.1.4	Sarjeta trapezoidal de concreto - SZC 01 AC/BC	m	20,00	20,00	100%
4.2	**Reparos em concreto armado**				
4.2.1	Forma em compensado plastificado 12 mm (utilização 5 x)	m²	100,00	100,00	100%
4.2.2	Desforma	m²	100,00	100,00	100%
4.2.3	Concreto estrutural fck= 30 MPa - preparo e lançamento	m³	10,00	10,00	100%
4.2.4	Armação em tela soldada Q-138 (10 cm x 10 cm - 4.2 mm x 4.2 mm)	kg	700,00	700,00	100%
4.3	**Pavimentação predial**				
4.3.1	Cerâmica 20 x 20 cm fixada com argamassa colante	m²	100,00	100,00	100%
4.3.2	Rejuntamento de piso cerâmico com cimento branco	m²	30,00	80,00	100%
4.3.3	Calçada em concreto desempenado, e= 7 cm	m²	120,00	120,00	100%
5	PAREDES E REVESTIMENTO				
5.1	Chapisco cimento e areia 1:3	m²	100,00	100,00	100%
5.2	Reboco com acabamento liso em parede no traço 1:3	m²	200,00	200,00	100%
5.3	Alvenaria de tijolos cerâmicos 10 x 20 x 20 esp 10 cm com a/c	m²	200,00	200,00	100%
5.4	Azulejo branco 15 x 15 cm, fixado com argamassa colante, juntas a prumo, rejunte com cimento branco	m²	150,00	150,00	100%
6	PINTURA				
6.1	Pintura acrílica com massa em duas demãos - pareces e teto	m²	2.500,00	2.500,00	100%
6.2	Pintura esmalte com massa em duas demãos - esquadrias madeira	m²	100,00	100,00	100%
6.3	Pintura esmalte com fundo zarcão - esquadrias metálicas	m²	350,00	350,00	100%
7	APARELHOS E METAIS				
7.1	Vaso sanitário branco com caixa acoplada, inclusive acessórios	unid.	4,00	4,00	100%
7.2	Mictório individual com sifão cromado	unid.	2,00	2,00	100%
7.3	Cuba em louça de embutir	unid.	4,00	4,00	100%
7.4	Cuba em aço inox nº1 com válvula, sifão e engate	unid.	1,00	1,00	100%
7.5	Torreira para lavatório longa, cromada com engate flex	unid.	10,00	10,00	100%
7.6	Torreira tipo jardim cromada de 3/4" para tanque	unid.	5,00	5,00	100%
7.7	Torreira longa cromada de 3/4" para pia de cozinha	unid.	10,00	10,00	100%
7.8	Sifão plástico extensível universal, tipo copo	unid.	5,00	5,00	100%
7.9	Caixa sinfonada em PVC 100x100x50 cm cor branca	unid.	5,00	5,00	100%
7.10	Assento de bacia sanitária	unid.	10,00	10,00	100%
7.11	Porta toalha metal	unid.	5,00	5,00	100%
7.12	Saboneteira em vidro com suporte em aço inox para sabão liquido	unid.	5,00	5,00	100%
8	ESQUADRIAS				
8.1	**Alumínio e Vidro Temperado**				
8.1.1	Porta de abrir em alumínio tipo veneziana, serie 25	m²	7,98	7,98	100%
8.1.2	Vidro temperado verde 6 mm	m²	14,00	14,00	100%
8.1.3	Vidro temperado verde 8 mm	m²	28,00	28,00	100%
8.1.4	Película de insufilme	m²	45,00	45,00	100%
8.2	**Madeira**				
8.2.1	Porta lisa em madeira - 70 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.2	Porta lisa em madeira - 80 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.3	Porta lisa em madeira - 90 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.4	Porta de madeira para sanitários 60 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.5	Divisória colméia cega com montante e rodapé de alumínio anodizado simples	m²	10,00	10,00	100%
8.2.6	Fechadura de cilindro e dobradças para porta externa com 01 folha	cj	10,00	10,00	100%
8.2.7	Fechadura e dobradças para porta de banheiro	cj	10,00	10,00	100%
9	COBERTURA				
9.1	Estrutura metálica para cobertura	m²	200,00	200,00	100%
9.2	Telha cerâmica tipo plan	m²	50,00	50,00	100%

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 426

9.3	Telha zincada ondulada galvanizada	m²	200,00	200,00	100%
9.4	Forro de PVC fixado na estrutura da cobertura	m²	20,00	20,00	100%
9.5	Forro de gesso acartonado fixado na estrutura da cobertura	m²	120,00	120,00	100%
9.6	Marta fria de 10 x 15 m	m	70,00	70,00	100%
10	PAISAGISMO				
10.1	Dracena-Malaia	unid.	10,00	10,00	100%
10.2	Alamandra Amarela	unid.	10,00	10,00	100%
10.3	Aninga-Açu	unid.	15,00	15,00	100%
10.4	Asistácia	unid.	20,00	20,00	100%
10.5	Ixora-Anã	unid.	50,00	50,00	100%
10.6	Limpeza do terreno	m²	1.000,00	1.000,00	100%
11	DIVERSOS				
11.1	Caixa de ferramentas I (Kit de chaves de fenda e philips; Kit de chaves torx: estojo plástico c/ 10 peças; Kit de Chave Allen - diversos tamanhos; kit de chaves combinadas c/ 10 peças; Kit de chaves de boca com catraca c/ 20 peças; Kit de chaves "L" c/ 10 peças; Kit de brocas de média resistência (madeira) c/ 10 peças; Kit de brocas de alta resistência (concreto,pedras e cerâmica) de videa c/ 10 peças; Kit de brocas de alta resistência para ferro) c/ 10 peças; Silver Tape; Fita dupla face; Durepoxi; Super bonder; Fita isolante; Fita veda rosca; Tesoura; Pregos de diversos tamanhos; Parafusos e buchas de diversos tamanhos)	unid.	1,00	1,00	100%

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Profissional	Modalidade Profissional	Registro Profissional	Número da ART
Meirian Teles Maia Duarte Praia	Engenheira Civil	CREA/AM RNP nº 0404574807	AM20190176465

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Declaramos que, do escopo do Contrato nº AH-000924/2018-00, cujo objeto é a a contratação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na unidade local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços, constantes no processo nº 50013.000124/2018-51, a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA-EPP** executou, até a data de 29/11/2019, **100,00 %** dos serviços e quantitativos contratados.

Declaramos, ainda, que as atividades realizadas, no período de 04/12/2018 a 29/11/2019, estão de acordo com o escopo previsto e com as determinações da legislação em vigor.

Manaus/AM, 27/05/2020.

(Documento Assinado Eletronicamente)
Luciano Moreira de Sousa Filho
Coordenador-Geral da AHIMOC/DNIT
Engenheiro Civil CREA 060139933-1 DCE
CPF 102.801.973/49

Documento assinado eletronicamente por **Luciano Moreira de Sousa Filho, Coordenador-Geral de Administração Hidroviária**, em 27/05/2020, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5714608** e o código CRC **706BB4C2**.

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 427

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Processo: 50013.000347/2019-08

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO EXECUTADO
CONTRATO EM ANDAMENTO

Declaramos, para os devidos fins, a requerimento da empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, com sede à Rua 5 de Setembro nº 240 – São Raimundo – CEP: 69027-010, Manaus/AM, inscrita no CNPJ nº 06.539.432/0001-51 conforme informações constantes no processo nº 50013.000124/2018-51; que o mesmo possui com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT contrato celebrado vigente para a execução de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na Unidade Local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços, no Estado do Amazonas, por meio do Contrato nº AH-924/2018-00, com as seguintes características:

Edital:	Pregão, na forma eletrônica, nº 0259/1827/2018 DNIT
Nº do Contrato:	AH-000924/2018-00, celebrado em 30/11/2018
Objeto:	Contratação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na unidade local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços
Prazo Contratual:	04/12/2018 a 29/11/2019
Valor Inicial do Contrato:	R$ 294.998,61 (duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos)
Percentual Contratual Realizado:	Serviços executados e medidos: 77,09% dos serviços contratados
Processo de Origem:	50013.000124/2018-51

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

A realização dos serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na unidade local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, as duas localidades situadas no Estado do Amazonas, estão em andamento com fundamento na Lei nº 10.520/02, a Lei Complementar nº 123/06, os Decretos nº 5.450/05 e 6.204/07, a IN 02 SLTI/MP, de 11 de outubro de 2010, e, subsidiariamente, as Leis nº 8.666/93 e 9.784/99, o Decreto 3.555/00, alterado pelos Decretos 3.693/00 e 3.784/01

Os serviços estão de acordo com as normas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, assim como atendem às exigências, condições e especificações, expressas no Edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 0259/1827/2018 DNIT, constante do processo nº 50013.000124/2018-51 e seus Anexos.

As atividades executadas, até o momento, de acordo com as informações do fiscal do contrato, são as discriminadas, a seguir:

Fase/Item	Descrição dos Serviços	UN.	Qtde. de Contrato	Qtde. Acumulada	Porcentagem %
1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - INTERNAS E EXTERNAS				
1.1	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos, tipo U simples, com 3/4"	pç	50,00	40,00	80%
1.2	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos, tipo U simples, com 1"	pç	50,00	35,00	70%
1.3	Caixa de luz/tomada 4x2	unid.	30,00	15,00	50%
1.4	Caixa de luz/tomada 4x4	unid.	30,00	10,00	33%
1.5	Disjutor Bipolar 20A	pç	20,00	8,00	40%
1.6	Disjutor Bipolar 32A	pç	20,00	0,00	0%
1.7	Disjutor Bipolar 40A	pç	20,00	0,00	0%
1.8	Disjutor monofásico 10A	pç	20,00	0,00	0%
1.9	Disjutor monofásico 15A	pç	20,00	0,00	0%
1.10	Disjutor monofásico 20A	pç	20,00	4,00	20%
1.11	Disjutor monofásico 25A	pç	20,00	0,00	0%
1.12	Disjutor monofásico 30A	pç	10,00	0,00	0%
1.13	Disjutor monofásico 40A	pç	10,00	0,00	0%
1.14	Disjutor trifásico 100A	pç	10,00	7,00	70%
1.15	Eletroduto flexível plano em PEAD, cor preta e laranja, diâmetro 32 mm	m	200,00	100,00	50%
1.16	Eletrodutos d = 1 " - fornecimento e assentamento	m	80,00	42,00	53%
1.17	Eletrodutos d = 3/4 " - fornecimento e assentamento	m	80,00	55,00	69%
1.18	Cabo de cobre isolamento termoplástico 2,5 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	290,00	97%
1.19	Cabo de cobre isolamento termoplástico 4,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	200,00	67%
1.20	Cabo de cobre isolamento termoplástico 6,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	100,00	33%
1.21	Cabo de cobre isolamento termoplástico 10,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	0,00	0%
1.22	Cabo de cobre isolamento termoplástico 25,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	0,00	0%
1.23	Cabo de cobre isolamento termoplástico 50,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	20,00	20%
1.24	Cabo de cobre isolamento termoplástico 95,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	10,00	10%
1.25	Poste metálico com luminária simples tipo globo - fornecimento e instalação	unid.	3,00	1,00	33%
1.26	Poste metálico, com luminária dulpla tipo globo - fornecimento e instalação	unid.	3,00	2,00	67%
1.27	Ponto de tomada 100 W, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	30,00	23,00	77%
1.28	Ponto de luz em teto, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	30,00	23,00	77%
1.29	Instalação de luminária fluorescente completa com 2 lâmpadas de 40W	unid.	10,00	8,00	80%
1.30	Instalação de luminária fluorescente completa com 2 lâmpadas de 20W	unid.	10,00	9,00	90%
1.31	Ponto de interruptor simples, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	20,00	10,00	50%
1.32	Quadro de distribuição para 18 disjuntores	unid.	3,00	3,00	100%
1.33	Quadro de distribuição com barramento trifásico, de embutir, em chapa de aço galvanizado, para 30 disjuntores DIN, 100 A	unid.	5,00	2,00	40%
1.34	Refletor redondo em alumínio anodizado para lâmpada vapor de mercúrio/sódio, corpo em alumínio com pintura epoxi, para lâmpada e-27 de 300 W, com suporte redondo e alça regulável para fixação	unid.	10,00	6,00	60%
1.35	Refletor para lâmpada de 250 W	unid.	10,00	8,00	80%
1.36	Reator para lâmpada 20W x 127V (2 lâmpadas)	unid.	20,00	0,00	0%
1.37	Reator para lâmpada 40W x 127V (2 lâmpadas)	unid.	20,00	0,00	0%
1.38	Interruptor 1 seção simples de embutir	pç	30,00	4,00	13%
1.39	Interruptor 2 seção simples de embutir	pç	30,00	7,00	23%
1.40	Interruptor 3 seção simples de embutir	pç	30,00	0,00	0%
1.41	Lâmpada vapor de mercúrio 250 W	unid.	20,00	10,00	50%
1.42	Lâmpada mista 250 W/220 V bocal E40	unid.	20,00	6,00	30%
1.43	Lâmpada fluorescente de 20W	unid.	100,00	80,00	80%
1.44	Lâmpada fluorescente de 40W	unid.	50,00	40,00	80%
1.45	Lâmpada eletrônica espiral compacta 25 W, branca, 6000 H, 6400 K, 127 V25W/12V	unid.	100,00	65,00	65%
1.46	Tomada de 10A	unid.	30,00	22,00	73%
1.47	Tomada de 20A	unid.	30,00	20,00	67%
1.48	Placa cega 4x2	unid.	20,00	13,00	65%
1.49	Instalação de SPDA	unid.	1,00	0,70	70%
1.50	Manutenção da subestação abaixadora	unid.	1,00	0,70	70%

2	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS				
2.1	Ponto hidráulico, inclusive rasgos na alvenaria, tubulação e conexões	unid.	20,00	5,00	25%
2.2	Ponto de esgoto primário (d = 100 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	12,00	60%
2.3	Ponto de esgoto secundário (d= 75 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	0,00	0%
2.4	Ponto de esgoto secundário (d= 50 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	7,00	35%
2.5	Tubo PVC D= 20 mm - água fria	m	60,00	18,00	30%
2.6	Tubo PVC D= 25 mm - água fria	m	60,00	0,00	0%
2.7	Tubo PVC D= 32 mm - água fria	m	60,00	6,00	10%
2.8	Tubo PVC D= 40 mm - água fria	m	60,00	24,00	40%
2.9	Tubulação de PVC para esgoto d= 40 mm	m	18,00	6,00	33%
2.10	Tubulação de PVC para esgoto d= 50 mm	m	60,00	24,00	40%
2.11	Tubulação de PVC para esgoto d= 75 mm	m	60,00	24,00	40%
2.12	Tubulação de PVC para esgoto d= 100 mm	m	60,00	42,00	70%
2.13	Tubo de esgoto em PVC com D = 150 mm e juntas soldadas	m	60,00	60,00	100%
2.14	Limpeza de Fossa séptica	unid.	2,00	1,00	50%
3	REDE DE COMBATE À INCÊNDIO				
3.1	Extintor PQS ABC 6kg	unid.	4,00	0,00	0%
3.2	Extintor PQS ABC 10kg	unid.	4,00	0,00	0%
3.3	Regularização junto ao Corpo de Bombeiros	unid.	1,00	0,00	0%
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Serviços de Pavimentação				
4.1.1	Base estabilizada granulometricamente com misturasolo-seixo-areia (40%-30%-30%)	m^3	20,00	16,00	80%
4.1.2	Bloco de concreto intertravado, e = 6 cm, tipostockholm, sobre camada de areia	m^2	20,00	16,00	80%
4.1.3	Meio-fio de concreto - MFC 01 AC/BC	m	20,00	16,00	80%
4.1.4	Sarjeta trapezoidal de concreto - SZC 01 AC/BC	m	20,00	16,00	80%
4.2	Reparos em concreto armado				
4.2.1	Forma em compensado plastificado 12 mm (utilização 5 x)	m^2	100,00	9,00	9%
4.2.2	Desforma	m^2	100,00	90,00	90%
4.2.3	Concreto estrutural fck= 30 MPa - preparo e lançamento	m^3	10,00	9,00	90%
4.2.4	Armação em tela soldada Q-138 (10 cm x 10 cm - 4.2 mm x 4.2 mm)	kg	700,00	685,00	98%
4.3	Pavimentação predial				
4.3.1	Cerâmica 20 x 20 cm fixada com argamassa colante	m^2	100,00	100,00	100%
4.3.2	Rejuntamento de piso cerâmico com cimento branco	m^2	80,00	80,00	100%
4.3.3	Calçada em concreto desempenado, e= 7 cm	m^2	120,00	120,00	100%
5	PAREDES E REVESTIMENTO				
5.1	Chapisco cimento e areia 1:3	m^2	100,00	97,15	97%
5.2	Reboco com acabamento liso em parede no traço 1:3	m^2	200,00	195,00	98%
5.3	Alvenaria de tijolos cerâmicos 10 x 20 x 20 esp.10 cm com a/c	m^2	200,00	195,00	98%
5.4	Azulejo branco 15 x 15 cm, fixado com argamassa colante, juntas a prumo, rejunte com cimento branco	m^2	150,00	145,00	97%
6	PINTURA				
6.1	Pintura acrílica com massa em duas demãos - paredes e teto	m^2	2.500,00	2.480,00	99%
6.2	Pintura esmalte com massa em duas demãos - esquadrias madeira	m^2	100,00	90,00	90%
6.3	Pintura esmalte com fundo zarcão - esquadrias metálicas	m^2	350,00	335,00	96%
7	APARELHOS E METAIS				
7.1	Vaso sanitário branco com caixa acoplada, inclusive acessórios	unid.	4,00	2,00	50%
7.2	Mictório individual com sifão cromado	unid.	2,00	1,00	50%
7.3	Cuba em louça de embutir	unid.	4,00	1,00	25%
7.4	Cuba em aço inox nº1 com válvula, sifão e engate	unid.	1,00	1,00	100%
7.5	Torneira para lavatório longa, cromada com engate flex	unid.	10,00	7,00	70%
7.6	Torneira tipo jardim cromada de 3/4" para tanque	unid.	5,00	4,00	80%
7.7	Torneira longa cromada de 3/4" para pia de cozinha	unid.	10,00	7,00	70%
7.8	Sifão plástico extensível universal, tipo copo	unid.	5,00	3,00	60%
7.9	Caixa sinfonada em PVC 100x100x50 cm cor branca	unid.	5,00	5,00	100%

7.10	Assento de bacia sanitária	unid.	10,00	7,00	70%
7.11	Porta toalha metal	unid.	5,00	4,00	80%
7.12	Saboneteira em vidro com suporte em aço inox para sabão liquido	unid.	5,00	4,00	80%
8	**ESQUADRIAS**				
8.1	**Alumínio e Vidro Temperado**				
8.1.1	Porta de abrir em alumínio tipo veneziana, serie 25	m²	7,98	5,04	63%
8.1.2	Vidro temperado verde 6 mm	m²	14,00	6,68	48%
8.1.3	Vidro temperado verde 8 mm	m²	28,00	26,00	93%
8.1.4	Película de insufilme	m²	45,00	38,80	86%
8.2	**Madeira**				
8.2.1	Porta lisa em madeira - 70 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.2	Porta lisa em madeira - 80 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.3	Porta lisa em madeira - 90 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.4	Porta de madeira para sanitários 60 x 210 cm	unid.	3,00	2,00	67%
8.2.5	Divisória colméia cega com montante e rodapé de alumínio anodizado simples	m²	10,00	7,00	70%
8.2.6	Fechadura de cilindro e dobradiças para porta externa com 01 folha	cj	10,00	8,00	80%
8.2.7	Fechadura e dobradiças para porta de banheiro	cj	10,00	8,00	80%
9	**COBERTURA**				
9.1	Estrutura metálica para cobertura	m²	200,00	200,00	100%
9.2	Telha cerâmica tipo plan	m²	50,00	45,00	90%
9.3	Telha zincada ondulada galvanizada	m²	200,00	200,00	100%
9.4	Forro de PVC fixado na estrutura da cobertura	m²	20,00	20,00	100%
9.5	Forro de gesso acartonado fixado na estrutura da cobertura	m²	120,00	120,00	100%
9.6	Manta fria de 10 x 15 m	m	70,00	70,00	100%
10	**PAISAGISMO**				
10.1	Dracena-Malaia	unid.	10,00	8,00	80%
10.2	Alamandra Amarela	unid.	10,00	5,00	50%
10.3	Aninga-Açu	unid.	15,00	10,00	67%
10.4	Asistácia	unid.	20,00	13,00	65%
10.5	Ixora-Anã	unid.	50,00	30,00	60%
10.6	Limpeza do terreno	m²	1.000,00	960,00	96%
11	**DIVERSOS**				
11.1	Caixa de ferramentas I (Kit de chaves de fenda e philips; Kit de chaves torx: estojo plástico c/ 10 peças; Kit de Chave Allen - diversos tamanhos; kit de chaves combinadas c/ 10 peças; Kit de chaves de boca com catraca c/ 20 peças; Kit de chaves "L" c/ 10 peças; Kit de brocas de média resistência (madeira) c/ 10 peças; Kit de brocas de alta resistência (concreto,pedras e cerâmica) de videa c/ 10 peças; Kit de brocas de alta resistência para ferro) c/ 10 peças; Silver Tape; Fita dupla face; Durepoxi; Super bonder; Fita isolante; Fita veda rosca; Tesoura; Pregos de diversos tamanhos; Parafusos e buchas de diversos tamanhos)	unid.	1,00	1,00	100%

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Profissional	Modalidade Profissional	Registro Profissional	Número da ART
Meirian Teles Maia Duarte Praia	Engenheira Civil	CREA/AM RNP nº 0404574807	AM20190176465

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Declaramos que, do escopo do Contrato nº AH-000924/2018-00, cujo objeto é a prestação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na unidade local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços, constantes no processo nº 50013.000124/2018-51, a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA-EPP** executou, até a presente data, **77,09%** dos serviços contratados.

Declaramos, ainda, que as atividades realizadas, até o momento, estão de acordo com o escopo previsto e com as determinações da legislação em vigor.

Manaus/AM, 07/08/2019

(Documento Assinado Eletronicamente)
Luciano Moreira de Sousa Filho
Coordenador-Geral da AHIMOC/DNIT
Engenheiro Civil CREA 060139933-1 DCE
CPF 102.801.973/49

Documento assinado eletronicamente por **Luciano Moreira de Sousa Filho, Coordenador-Geral de Administração Hidroviária**, em 07/08/2019, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3778349** e o código CRC **A9796B87**.

Referência: Processo nº 50013.000347/2019-08 SEI nº 3778349

Atestado de Capacidade Técnica SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO (12/2020) - GE 1220.01.0225 / pag 432

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA** – EPP, inscrita sob o CNPJ nº **06.539.432/0001-51**, com sede na Rua 5 de Setembro nº 240 – São Raimundo – CEP nº 69.027-010, Manaus/AM, conforme informações constantes no Processo Administrativo nº **1-2058/2019**, que executou para à **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMECEL**, com sede Administrativa na Prefeitura Municipal, inscrita sob o CNPJ nº **04.279.238/0001-59**, contrato celebrado para a execução de **REFORMA DA REDE ELÉTRICA NA ESCOLA JOSE DE SOUZA, JARU/RO**, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo material de consumo e insumos necessários adequados a execução dos serviços, por meio do **Contrato nº 058/GP/2019**, tendo como responsável técnico o(a) Engenheiro Eletricista **CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR**, CREA-AM Nº **15737/AM**, conforme as características a seguir:

REFORMA DE REDE ELÉTRICA – ESCOLA JOSE DE SOUZA			
Nº	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT.**
1.0	**INSTALAÇÃO ELÉTRICA - PREDIAL**		
1.1	DUTO ESPIRAL FLEXIVEL SINGELO PEAD D=75MM(3'') REVESTIMENTO COM PVC COM FIO DE AÇO GALVANIZADO, LANÇADO DIRETO NO SOLO	M	38,75
1.2	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS	M3	5,12
1.3	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE	M3	5,07
1.4	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 25MM (3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO	M	265,35
1.5	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 32MM (1'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO	M	22,13
1.6	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 40MM (1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO	M	57,80
1.7	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 32MM (1'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM PAREDES	M	61,20
1.8	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 40MM (1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM PAREDE	M	45,00
1.9	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETRO MENORES OU IGUAIS A 40MM	M	18,00
1.10	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETRO MENORES OU IGUAIS A 40MM	M	18,00

1.11	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 16MM2	UNID	16,00
1.12	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 25MM2	UNID	2,00
1.13	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 35MM2	UNID	6,00
1.14	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 70MM2	UNID	4,00
1.15	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 120MM2	UNID	12,00
1.16	LUVA PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 25MM(3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	45,00
1.17	LUVA PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 32MM(1'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	4,00
1.18	LUVA PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 40MM(1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	11,00
1.19	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 25MM(3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	21,00
1.20	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 32MM(1'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	5,00
1.21	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 40MM(1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	2,00
1.22	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MODULO) 2P+T 10A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	6,00
1.23	TOMADA MEDIA DE EMBUTIR (1 MODULO) 2P+T 10A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	13,00
1.24	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MODULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	4,00
1.25	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MODULO) 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	4,00
1.26	CABO DE COBRE NU 35MM2	M	42,00
1.27	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 2,5MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS	M	276,07
1.28	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 2,5MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS(COR VERDE)	M	170,45
1.29	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 6MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS(COR VERDE)	M	358,77
1.30	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 6MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS	M	717,54
1.31	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 16MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO	M	244,80
1.32	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 25MM2 ANTICHAMA 450/750V	M	86,00
1.33	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 35MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO	M	139,50

1.34	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 70MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO	M	88,80
1.35	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 120MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO	M	133,20
1.36	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRE MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H=60CM	UNID	4,00
1.37	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR EM CHAPA DE AÇO PARA 18 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO	UNID	3,00
1.38	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN CORRENTE NOMINAL DE 16A	UNID	2,00
1.39	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN CORRENTE NOMINAL DE 20A	UNID	4,00
1.40	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN CORRENTE NOMINAL DE 25A	UNID	14,00
1.41	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MODULO) 2P+T 20A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	18,00
1.42	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA	UNID	10,00
1.43	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR EM CHAPA METALICA PARA QDG 800X500X200 COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO	UNID	1,00
1.44	ISOLADOR PARALELO EPOXI 25X30	UNID	10,00
1.45	ARAME GALVANIZADO 12BWG 2,76MM	KG	2,25
1.46	DIJSUNTOR TRIFASICO CORRENTE NOMINAL DE 200A EM CAIXA MOLDADA	UNID	1,00
1.47	DIJSUNTOR TRIFASICO CORRENTE NOMINAL DE 100A	UNID	1,00
1.48	DIJSUNTOR TRIFASICO CORRENTE NOMINAL DE 63A	UNID	3,00
1.49	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A	UNID	4,00
1.50	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A	UNID	1,00
2.0	**SUBESTAÇÃO 75KVA - 220V-127V**		
2.1	POSTE DE CONCRETO ARMADO - SEÇÃO DT 11/600 DAN	PÇ	1,00
2.2	FIO DE COBRE NU DE 16MM2	KG	3,30
2.3	CABO ELETRICO CAA ALUMINIO 33MM2	KG	18,83
2.4	CABO DE COBRE ISOLADO ANTICHAMA PARA 600V 700MM2	M	12,00
2.5	CABO DE COBRE ISOLADO ANTICHAMA PARA 600V 120MM2	M	36,00
2.6	CONECTOR PARAF. FEND. C/ ESPANCADORA PARA LIGAÇÕES BIMETALICAS	PÇ	6,00
2.7	CONECTOR DERIVAÇÃO PARA LINHA VIVA	PÇ	3,00
2.8	CONECTOR DE TERRA TIPO CABO HASTE	PÇ	1,00
2.9	ISOLADOR DE PINO CLASSE 15 KV	PÇ	5,00
2.10	ISOLADOR TIPO BASTÃO POLIMERICO 15KV	PÇ	12,00
2.11	PINO ISOLADOR 15KV O 16 MM CABEÇA DE CHUMBO	PÇ	5,00

2.12	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE AÇO CARBONO DE 16X125MM	PÇ	2,00
2.13	PARAFUSO DE AÇO 16MM C/ ROSCA DUPLA C/ 04 PORCAS DE 450MM DE COMP.	PÇ	6,00
2.14	GANCHO OLHAL 18MM CARGA RUPTURA 5.000 DAN	PÇ	6,00
2.15	OLHAL PARAFUSO 16MM CARGA RUPTURA 5.000 DAN	PÇ	6,00
2.16	MANILHA SAPATILHA CARGA RUPTURA 5.000 DAN	PÇ	6,00
2.17	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE AÇO CARBONO DE 16X150MM	PÇ	8,00
2.18	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE AÇO CARBONO DE 16X300MM	PÇ	2,00
2.19	ALÇA PRE FORMADA DE DISTRIBUIÇÃO PARA CABO DE ALUMINIO 33MM2	PÇ	6,00
2.20	LAÇO PRE FORMADO DISTRIBUIÇÃO 33MM2	PÇ	5,00
2.21	ARRUELA QUADRADA 57MM FURO 18MM	PÇ	29,00
2.22	CRUZETA DE CONCRETO TIPO ''I'' SEÇÃO 90X115X1900MM	PÇ	5,00
2.23	ELETRODUTO RIGIDO PESADO ZINCADO 65MM2	M	6,00
2.24	CURVA DE 135 METALICA RIGIDA PESADA BITOLA 65 MM2	PÇ	1,00
2.25	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR CX MOLDADA DE 200A	PÇ	1,00
2.26	CAIXA DE ALVENARIA PARA PROTEÇÃO DE HASTE DE TERRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇAÕ	PÇ	1,00
2.27	CHAVE FUSIVEL TIPO XS COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO 100A/15KV COM ELO	PÇ	3,00
2.28	HASTE COPPERWELD 5/8 POL X 2,40 M	PÇ	1,00
2.29	ELETRODUTO DE PVC DE 3M DE COMPRIMENTO 65MM2	PÇ	1,00
2.30	CABO DE COBRE NU DE 35MM2 FLEXIVEL	M	14,00
2.31	TINTA SINTETICA ALUMINIO (0,9ML)	PÇ	1,00
2.32	BASE DE AREIA LAVADA	M3	0,50

JARU/RO, 23 de Setembro de 2019.

Informamos ainda que os serviços foram executados dentro dos padrões de qualidade e prazos determinados, nada havendo que desabone sua conduta.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO

ART de Obra ou Serviço
2320198300257170

1. Responsável Técnico

CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR

Título do Profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA / ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO /**

RNP: **0408287810**
Registro: 15737D AM
Registro: 9286VEAM

Empresas.: SGRH CONST. E COM. DE MAT. DE CONST. LTDA EPP

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU** — CPF/CNPJ: **04279238000159**
RUA: RUA RAIMUNDO CASTANHEDE 1080 — Bairro.: SETOR 02 — Telefone.:
Cidade.: JARU — UF: RO — CEP.: 78940000
Contrato: 058/GP/2019 — Celebrado: — Vinculado à ART:
Valor: 64.400,00 — Honorário: 0,00 — Tipo Contratante: — Substituição:
Ação Institucional: Não informado

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: LUZIA LOPES 2699 — Bairro: CENTRO — Telefone.:
Cidade: JARU — UF: RO — CEP.: 76897890
Data de Inicio: 05/08/2019 — Previsão de término: 20/09/2019
Finalidade: OBRA
Proprietário: ESCOLA JOSE DE SOUZA — CPF/CNPJ: 06376455000192

4. Atividade Técnica

37 - REPARO OU MANUTENçãO
2100 - ELETRICIDADE
133 - OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
1.042,20 m2

O registro da A.R.T. não obriga o CREA-RO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividadas declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta A.R.T. são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-RO.
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta A.R.T.

5. Declarações

Acessibilidade:

declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

Profissional

Contratante

Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR - 659.735.002-25
Nome do profissional - CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU - 04.279.238/0001-59
Nome do contratante - CPF/CNPJ:

Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
* A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-ro.org.br ou www.confea.org.br
* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

CHAVE: **F98F4-A59ED-EA74D-C88E5-F6481**

www.crea-ro.org.br atendimento@crearo.org.br
tel: (69) 2181-1095

CREA-RO
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia

Observações (Resumo do Contrato)

ART DE OBRA OU SERVIÇO

Valor ART R$ 226,50 — Registrada em: 23/09/2019 — Codigo: AUT — Valor Pago: 226,50 — Nosso Número: 14000008300257170 — Versão do Sistema

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA** – EPP, inscrita sob o CNPJ nº **06.539.432/0001-51**, com sede na Rua 5 de Setembro nº 240 – São Raimundo – CEP nº 69.027-010, Manaus/AM, conforme informações constantes no Processo Administrativo nº **1-2039/2019**, que executou para à **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMECEL**, com sede Administrativa na Prefeitura Municipal, inscrita sob o CNPJ nº **04.279.238/0001-59**, contrato celebrado para a execução de **REFORMA DA REDE ELÉTRICA NA ESCOLA PATO DONALD, JARU/RO**, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo material de consumo e insumos necessários adequados a execução dos serviços, por meio do **Contrato nº 052/GP/2019**, tendo como responsável técnico o(a) Engenheiro Eletricista **CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR**, CREA-AM Nº **15737/AM**, conforme as características a seguir:

REFORMA DE REDE ELÉTRICA - ESCOLA PATO DONALD			
Nº	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT.**
1.0	**INSTALAÇÃO ELÉTRICA - PREDIAL**		
1.1	DUTO ESPIRAL FLEXIVEL SINGELO PEAD D=75MM(3'') REVESTIMENTO COM PVC COM FIO DE AÇO GALVANIZADO, LANÇADO DIRETO NO SOLO, INCLUSIVE CONEXÕES	M	25,00
1.2	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS. AF_03/2016	M3	3,30
1.3	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M3	3,27
1.4	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 25MM (3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	69,48
1.5	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 40MM (1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	26,00
1.6	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 40MM (1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	7,00
1.7	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40MM. AF_05/2015	M	12,60
1.8	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40MM. AF_05/2015	M	12,60
1.9	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 6MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	48,00
1.10	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT-BOLT-PARA CABO DE 16MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00

1.11	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT-BOLT-PARA CABO DE 35MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	6,00
1.12	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 70MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
1.13	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 120MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	6,00
1.14	LUVA PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 25MM(3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	20,00
1.15	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 25MM(3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	8,00
1.16	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 40MM(1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
1.17	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 75MM(2 1/2'') - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
1.18	CABO DE COBRE NU 35MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00
1.19	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 6MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	764,82
1.20	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 16MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	66,00
1.21	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 35MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	99,00
1.22	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 70MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	56,00
1.23	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 120MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	84,00
1.24	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H=60CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
1.25	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR EM CHAPA DE AÇO PARA 18 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
1.26	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	8,00
1.27	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MODULO) 2P+T 20A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	8,00
1.28	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	6,00
1.29	PINTURA A OLEO, 2 DEMAOS (ELETRODUTO GALVANIZADO 85MM)	M2	17,46

1.30	ARAME GALVANIZADO 12BWG, 2,76 MM(0,048 KG/M) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	KG	0,25
1.31	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 125 A 150A 240V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
1.32	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO MACICO 5X10X20CM 1/2 VEZ (ESPESSURA 10CM), ASSENTADO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M2	4,14
1.33	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS.AF_06/2014	M2	4,14
1.34	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.AF_06/2016	M	21,00
1.35	CABO DE COBRE NU 25MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	16,00

JARU/RO, 27 de Agosto de 2019.

Informamos ainda que os serviços foram executados dentro dos padrões de qualidade e prazos determinados, nada havendo que desabone sua conduta.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO

ART de Obra ou Serviço
2320198300256473

1. Responsável Técnico

CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR

Título do Profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA / ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO /**

RNP: **0408287810**
Registro: 15737D AM
Registro: 9286VEAM

Empresas.: SGRH CONST. E COM. DE MAT. DE CONST. LTDA EPP

2. Dados do Contrato

Contratante:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU**			CPF/CNPJ: **04279238000159**
RUA	RUA RAIMUNDO CASTANHEDE 1080	Bairro.:	SETOR 02	Telefone.:
Cidade.:	JARU	UF:	RO	CEP.: 78940000
Contrato:	052/GP/2019	Celebrado:		Vinculado à ART:
Valor:	27.750,00 Honorário: 0,00	Tipo Contratante:		Substituição:
Ação Institucional:	Não informado			

3. Dados da Obra/Serviço

Rua:	AV. RIO BRANCO 1253	Bairro:	SETOR 02	Telefone.:
Cidade:	JARU	UF:	RO	CEP.: 76890000
Data de Inicio:	26/07/2019 Previsão de término: 26/08/2019			
Finalidade:	OBRA			
Proprietário:	ESCOLA PATO DONALD			CPF/CNPJ: 08977029000130

4. Atividade Técnica

37 - REPARO OU MANUTENçãO
2100 - ELETRICIDADE
133 - OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
716,51 m2

O registro da A.R.T. não obriga o CREA-RO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividadas declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta A.R.T. são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-RO. Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta A.R.T.

5. Declarações

Acessibilidade:

declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

Profissional

Contratante

Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR - 659.735.002-25
Nome do profissional - CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU - 04.279.238/0001-59
Nome do contratante - CPF/CNPJ:

Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
* A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-ro.org.br ou www.confea.org.br
* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

CHAVE: **986B8-02A0F-46260-0BC63-5E38C**

www.crea-ro.org.br atendimento@crearo.org.br
tel: (69) 2181-1095

CREA-RO
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia

Observações (Resumo do Contrato)

ART DE OBRA OU SERVIÇO

Valor ART R$ 226,50 Registrada em: 19/09/2019 Codigo: AUT Valor Pago: 226,50 Nosso Número: 14000008300256473 Versão do Sistema

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA N.º 003/2019

Atestamos para fins de comprovação, que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, CNPJ: 06.539.432/0001-51.**, executou dentro das normas e condições estabelecidas técnica, legal e contratualmente a obra de **CONSTRUÇÃO DE UM BICLICETÁRIO PARA 150 BICICLETAS PARA O CAMPUS DO IFAM NO MUNICÍPIO DE LÁBREA,** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas conforme as seguintes características:

1. Dados da obra ou serviço

1.1 Contrato n.º: **002/2015;**

1.2 Pregão eletrônico n.º: **010/2014**;

1.3 Processo n.º: **23388.000160/2013-80;**

1.4 Contratada: **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**;

1.5 CNPJ n.º: **06.539.432/0001-51**;

1.6 Endereço da contratada: **Rua Albert Sabin n.º 1, bairro Parque dez, CEP 69.058-724, Manaus-AM;**

1.7 Contratante: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Lábrea;**

1.8 CNPJ n.º da contratante: **10.792.928/0002-90**;

1.9 Objeto do Contrato: **Obra de construção do bicicletário para 150 bicicletas no Campus Lábrea;**

1.10 Local da realização da Obra: **Rua 22 de outubro s/n – Vila Falcão, CEP 69830-000, Lábrea-AM;**

1.11 Proprietário do Empreendimento: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Lábrea;**

1.12 Período de Execução: **02/04/2015 à 27/05/2015;**

1.13 Valor final do Contrato: **R$ 78.500,00.**

2. Descrição do Objeto

Obra de construção do bicicletário para 150 bicicletas, incluso piso em concreto e barras de aço galvanizado para apoio das bicicletas.

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 442

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O CONTRATO n. 002/2015

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	REF.	CÓDIGO	QUANTIDADE
01.00.00	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
01.00.01	MESTRE DE OBRAS	MÊS	IFAM	COMP_001	2,00
01.00.02	VIGIA	MÊS	IFAM	COMP_002	4,00
02.00.00	SERVIÇOS PRELIMINARES				
02.00.01	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	SINAPI	74209/1	1,00
02.00.02	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 1,50 M, SEM REAPROVEITAMENTO	M2	SINAPI	73992/1	260,40
02.00.03	LIMPEZA MANUAL DO TERRENO (COM RASPAGEM SUPERFICIAL)	M2	SINAPI	73948	260,40
02.00.04	TRANSPORTE DE INSUMOS VIA FLUVIAL MANAUS/LÁBREA	TON	IFAM	COMP_003	49,30
03.00.00	PAVIMENTAÇÃO E BICICLETÁRIO				
03.00.01	BICICLETÁRIO EM TUBO AÇO GALVANIZADO D= 2" (50MM), INCLUSIVE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	IFAM	COMP_004	210,15
03.00.02	LASTRO DE CONCRETO E=5 CM COM PREPARO MECÂNICO	M3	SINAPI	83532	13,02
03.00.03	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	M2	SINAPI	5622	260,40
03.00.04	LASTRO DE AREIA MÉDIA E=20CM	M3	SINAPI	73692	52,08
03.00.05	PASSEIO EM CONCRETO DESEMPENADO TRAÇO 1:2,5:3,5 E ESPESSURA DE 5CM	M2	SINAPI	85181	260,40
04.00.00	PINTURA				
04.00.01	PINTURA ESMALTE BRILHANTE (2 DEMÃOS) SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA, INCLUSIVE PROTEÇÃO COM ZARCÃO (1 DEMÃO)	M2	SINAPI	6067	33,05
05.00.00	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
05.00.01	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	SINAPI	9537	260,40
05.00.02	CARGA MANUAL E REMOÇÃO DE ENTULHO COM TRANSPORTE ATÉ 1 KM EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	M3	SINAPI	72209	5,00

Eng. Péricles Teixeira Veiga
Coordenador Geral de Fiscalização
Port nº1967 GR/IFAM, 21/09/2016

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 443

3. Atividades realizadas
Conforme planilha orçamentária anexa.

Manaus, 23 de junho de 2019

Assinatura/Identificação do Contratante

Péricles Teixeira Veiga

DN: C=BR, OU=DOSE/PRODIN/IFAM, O=IFAM, CN=Péricles Teixeira Veiga, E=pericles@ifam.edu.br
Razão: Eu sou o autor deste

Péricles Teixeira Veiga
SIAPE: 1610340

Visto:

Legislação

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia (...) e dá outras providências.

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional e dá outras providências.

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 444

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652

Processo n.º 2022.016652

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheiro Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706), decorrente do **Pregão Eletrônico nº4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 182, 200, 233 e 229 e das Notas de Empenho n.º 2021NE0001340 e 2022NE0001330, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

DO CONTRATO

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Autazes/AM, em terreno localizado na Rua Mal. Costa e Silva, n.º 23 - Centro, município de Autazes/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Projeto Básico nº 14.2021.DEAC.0655317.2021.002033 e anexos, e do Edital de Pregão Eletrônico nº 4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ N.º 04.153.748/0001-85.
Contratada:	SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP, com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o N.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais); AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO Nº 189.2021.SCOMS.0708759.2021.002033; Nota de Empenho N.º 2021NE0001340.
Valor de Aditivo:	Processo 2022.008971 - R$ 50.397,44 (cinquenta mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos), perfazendo um acréscimo de 12,99% (doze inteiros e noventa e nove centésimos por cento) Nota de Empenho n.º 2022NE0001330;

O valor global do contrato	Passa de R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais) para R$ 438.447,44 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

DAS MEDIÇÕES / PAGAMENTOS

- 1ª Medição - Processo 2022.003977 - Valor da Medição R$ 209.937,68 (Duzentos e nove mil, novecentos e trinta e sete reais, e sessenta e oito centavos). Nota Fiscal Nº 182, de 10/02/2022;
- 2ª Medição – Processo 2022.009106 - Valor da Medição R$ 168.640,70 (Cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e setenta centavos). Nota Fiscal Eletrônica N.º 200, de 04/05/2022.
- 3ª Medição - Processo 2022.017702 - NF 233 de 05/10/2022 - Valor da Medição R$ 9.471,62 (nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos);
- Medição do Aditivo - Processo 2022.017921 - NF 229, de 14/09/2022, - Valor da Medição R$ 50.397,44 (Cinquenta mil, trezentos e noventa e sete Reais e quarenta e quatro centavos);
- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 4.2022.DEAC.0928988.2021.002033 (0928988).

DOS SERVIÇOS (INCLUINDO ADITIVOS)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	ADMINISTRAÇÃO				
1.1.1	011008	EQUIPE DE OBRA : ENGENHEIRO/MESTRE/2 VIGIAS	SBC	MES	3,00
Aditivo	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
Aditivo	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO ?TORRE? (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	SINAPI	M	15,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO				
1.2.1	100947	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	3.069,00
1.2.2	INS-669297	Taxa de travessia balsa	Composições Próprias	un	4,00
1.3	ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, EPI's E FERRAMENTAS				
1.3.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIOS	SBC	DIA	780,00
1.3.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.3.3	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	3,00
1.4	EXAMES, CURSOS E SEGUROS				
1.4.1	COMP-	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições	H	4.990,71

1.4.1	338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Próprias	H	4.990,71
2	DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E RETIRADAS				
2.1	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	19,88
2.2	023070	REVESTIMENTOS-REPARO EM TRINCAS/RECOMP.FAIXA REVEST.	SBC	M	28,00
2.3	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	468,94
2.4	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	M2	20,16
2.5	S97622S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	8,02
2.6	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	UN	8,00
2.7	S97665S	Remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	un	27,00
Aditivo	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	59,34
Aditivo	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	1.038,81
Aditivo	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	3.168,74
Aditivo	S02492	Destocamento de árvores de diâmetro de 0,15 a 0,30m	ORSE	un	3,00
Aditivo	210000	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3	SBC	UN	3,00
3	COBERTURA				
3.1	COMP-251144	Revisão de Cobertura em telha cerâmica tipo romana com reaproveitamento de telha e pintura com resina	Composições Próprias	m²	177,99
3.2	100013	COBERTURA TELHA CERAMICA ROMANA COM ESTRUTURA MADEIRA DE LEI	SBC	M2	21,42
3.3	S94228S	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 50 cm, incluso transporte vertical. af_07/2019	ORSE	m	11,97
3.4	200076	DESCIDA AGUAS PLUVIAIS-PRUMADA COM CORRENTE DE ACO	SBC	M	8,00
3.5	00012626	SUPORTE METALICO PARA CALHA PLUVIAL, ZINCADO, DOBRADO, DIAMETRO ENTRE 119 E 170 MM, PARA DRENAGEM PREDIAL	SINAPI	UN	26,00
4	FORRO				
4.1	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	81,32
Aditivo	S99054S	Acabamentos para forro (sanca de gesso montada na obra). af_05/2017_p	ORSE	m2	1,18
Aditivo	S02276	Rodapé cerâmico 10 x 45 cm, porcelanato, bianco tu polido, linha progetto, Portobello ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejuntado	ORSE	m	3,00
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	89168	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO	SINAPI	M2	11,26

		PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014			
5	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Aditivo	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos macicos esp 12cm, dim. int. 0,40x0,40x0,60m, sem tampa	ORSE	un	1,00
Aditivo	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	6,00
6	PLATAFORMA ELEVATÓRIA				
6.1	97083	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2017	SINAPI	M2	3,36
6.2	S11237	Poço de Elevador em concreto armado, dimensões internas 1.00 x 1.55 x 1.55 m	ORSE	un	1,00
6.3	S96527S	Escavação manual de vala para viga baldrame, com previsão de fôrma. af_06/2017	ORSE	m3	0,66
6.4	030196	CINTA AMARRACAO BALDRAME CONCRETO 1:3:5- 27x50cm-PAREDE 20cm	SBC	M	4,90
6.5	S89454S	Alvenaria de blocos de concreto estrutural 14x19x39 cm, (espessura 14 cm), fbk = 4,5 mpa, para paredes com área líquida maior ou igual a 6m², sem vãos, utilizando palheta. af_12/2014	ORSE	m2	26,46
6.6	S07726	Impermeabilização de superficie c/argamassa 1:3 (cimento e areia), esp=2cm, c/impermeabilizante Vedacit ou similar	ORSE	m2	51,40
6.7	S04953	Impermeabilização de alicerce e viga baldrame com 2 demãos de tinta asfáltica tipo Neutrol da Vedacit ou similar, exceto argamassa impermeabilização	ORSE	m2	4,90
6.8	S98565S	Proteção mecânica de superficie horizontal com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, e=3cm. af_06/2018	ORSE	m2	3,46
6.9	S02497	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	ORSE	m3	1,02
6.10	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. 12cm, dim. int.: 0,30x0,30x0,40m, sem tampa, c/ colchão de brita de 10 cm	ORSE	un	1,00
6.11	S99431S	Concretagem de lajes em edificações unifamiliares feitas com sistema de fôrmas manuseáveis, com concreto usinado bombeável fck 25 mpa - lançamento, adensamento e acabamento (exclusive bomba lança). af_06/2015	ORSE	m3	0,29
6.12	MPAM - DIVER - 01	PLATAFORMA EASY VERTICAL VEH-35 250KG 6M/MIN THYSSENKRUPP 2P - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - BDI = 17,75	Composições Próprias	UN	1,00
6.13	S11237	Laje mínima em concreto armado	ORSE	un	1,00
7	ESQUADRIAS				
7.1	90790	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM	SINAPI	UN	2,00

Atestado de Capacidade Técnica - SGR-SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (12.232.016652/0001-24) / Pg. 448

		PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019			
7.2	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	7,00
7.3	90788	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	3,00
7.4	90838	PORTA SAÍDA DE EMERGÊNCIA 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	1,00
7.5	74136/003	PORTA DE ACO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	8,25
7.6	COMP-816216	Vidro da fachada (Portal da entrada principal), temperado, fumme, 10 mm, composto de 1 porta 2 folhas (1,80m) de abrir, 1 porta de 1 folha (0,90m) de abrir e vidros fixos, incluindo kit de acessórios e instalação.	Composições Próprias	un	1,00
Aditivo	90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	8,00
Aditivo	90831	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
Aditivo	102235	DIVISÓRIA FIXA EM VIDRO TEMPERADO 10 MM, SEM ABERTURA. AF_01/2021	SINAPI	M2	4,20
8	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
8.1	REDE ELÉTRICA				
8.1.1	S07996	Disjuntor bipolar DR 25 A - Dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30MA, ref.5SM1 312-OMB, Siemens ou similar	ORSE	un	1,00
Aditivo	S93660S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 10a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	2,00
Aditivo	S93661S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 16a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	6,00
Aditivo	93670	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00
8.1.2	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E	SINAPI	UN	1,00

Atestado de Capacidade Técnica SGR-1 SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES (12.020.016652/0001-25) / Pg. 25 SEI 023.010235 / pg. 449

		CHUMBAMENTO. AF_01/2016			
8.1.3	93143	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 20A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	UN	1,00
8.1.4	S11138	Entrada de energia elétrica trifásica demanda entre 26,6 e 38,1 kw - Rev 01	ORSE	un	1,00
8.1.5	065455	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 630A DWP630L-630-3 WEG	SBC	UN	1,00
8.1.6	83463	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	S12226	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 24 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	ORSE	un	1,00
8.1.7	MPAM - ELE - 003	Luminária a LED tipo plafon 60x60cm 48w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	20,00
8.1.8	MPAM - ELE - 004	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	25,00
8.1.9	S03729	Interruptor 01 seção simples, de embutir, com placa, conjugado com tomada 2p+t, ABNT, 10A, inclusive caixa pvc 4x2	ORSE	un	5,00
8.1.10	S91955S	Interruptor paralelo (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_12/2015	ORSE	un	11,00
8.1.11	S03729	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	27,00
8.1.12	S03729	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2", P/ APARELHOS ESPECIAIS- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	10,00
8.1.13	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	SINAPI	UN	5,00
8.1.14	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	529,20
8.1.15	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	718,20
8.1.16	I002418	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL DR 100A 4 POLOS RDW300-100-4 WEG	SBC	UN	2,00
Aditivo	101881	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00

Aditivo	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	6,00
Aditivo	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	7,00
Aditivo	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	2,00
7.1.9	060317	LUMINARIA/REFLETOR LED 250W COB SMD 6500K TECNOLOGIA SANSUNG	SBC	UN	4,00
8.2	SISTEMA DE PROTEÇÃO (ATERRAMENTO)				
8.2.1	COMP-747559	Rede de aterramento unidade 4 promotorias	Composições Próprias	Un	1,00
8.2.2	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
9	LOUÇAS E METAIS				
9.1	95471	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.2	95469	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.3	COMP-620239	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, *45,5 X *35CM OU EQUIVALENTE, PARA BANHEIRO PNE, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Composições Próprias	un	4,00
Aditivo	190021	ASSENTO PARA VASO SANITARIO (TARGA/IZY/RAVENA/STUDIO SLOW)	SBC	UN	4,00
Aditivo	89482	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	94483	CONJUNTO HIDRÁULICO PARA INSTALAÇÃO DE BOMBA EM AÇO ROSCÁVEL, DN SUCÇÃO 32 (1 1/4?) E DN RECALQUE 25 (1?), PARA EDIFICAÇÃO ATÉ 4 PAVIMENTOS ? FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	102137	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	SINAPI	UN	2,00
Aditivo	S09718	Espelho de cristal 4mm com moldura de alumínio	ORSE	m2	1,26
Aditivo	S01778	Mola hidráulica para porta de madeira (Brasil ou similar)	ORSE	un	1,00
Aditivo	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	SINAPI	M	9,00

Aditivo	S02024	Chuveiro simples articulado, de metal cromado, (deca ref1995), c/ registro de pressão (deca linha c40 ref1416) ou similares	ORSE	un	2,00
Aditivo	S03683	Torneira cromada com arejador para pia de cozinha, DECA, linha targa 1159C40 ou similar	ORSE	un	2,00
10	PAVIMENTAÇÃO				
10.1	S94992S	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado. af_07/2016	ORSE	m2	92,43
10.2	023354	CONCRETO 1:2:3 fck=18MPa COM FORMA/ACO PARA RAMPAS	SBC	M3	0,18
10.3	S101094S	Piso podotátil, direcional ou alerta, assentado sobre argamassa. af_05/2020	ORSE	m	20,14
11	PINTURA				
11.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	713,33
11.2	96126	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, UMA DEMÃO.	SINAPI	M2	265,39
11.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.018,93
11.4	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	147,00
11.5	79500/002	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO, TRES DEMAOS	SINAPI	M2	313,44
11.6	84665	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	SINAPI	M2	169,41
11.7	S02297	Pintura para proteção de superfícies com hidrofugante silicone ou similar, 01 demão	ORSE	m2	345,69
11.8	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	837,34
Aditivo	040227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,40
Aditivo	160392	TRATAMENTO DE TRINCAS/FISSURAS SUPERFICIE CONCRETO EM FACHADAS	SBC	M2	1,00
Aditivo	100759	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	SINAPI	M2	58,00
11	GARAGEM				
Aditivo	S04297	Retirada e reassentamento de madeiramento para telhas cerâmicas	ORSE	m2	40,30
Aditivo	95956	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_01/2017	SINAPI	M3	0,80
Aditivo	92263	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30

Aditivo	92409	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 1 UTILIZAÇÃO. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30
Aditivo	94443	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO ROMANA, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M2	40,30
Aditivo	94219	CUMEEIRA E ESPIGÃO PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA), PARA TELHADOS COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	17,75
12	EQUIPAMENTOS				
12.1	SEGURANÇA				
12.1.1	101907	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.2	101905	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.4	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.5	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	109,69
12.1.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	18,39
12.2	ENERGIA				
12.2.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3	REDE				
12.3.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
12.3.2	COMP-366886	Fornecimento e Instalação de Switch GigaBit 24 portas PoE e 4 Portas SPF 1000 Mbps - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3.3	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	13,00
12.3.4	068122	SISTEMA PROTECAO NO-BREACK 220Vac 60 Hz PARA 2.500 W - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.5	I006006	RACK - VOICE PANEL 50 PORTAS RJ45 / RJ11 IDC 110 - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.6	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00

12.3.7	83369	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.4, 60X60X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, PADRÃO TELEBRAS, FORNECIMENTO E INSTALAçÃO	SINAPI	UN	1,00
12.3.8	063562	ELETROCALHA PERFURADA TIPO "U" 200x100mm CHAPA 22 SEM TAMPA	SBC	M	5,00
12.3.9	COMP-849515	Infra estrutura para entrada da Rede de Fibra	Composições Próprias	Un	1,00
12.4	REFRIGERAÇÃO				
12.4.1	COMP-776639	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.4.2	COMP-648163	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	4,00
12.4.3	COMP-105499	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
13	DIVERSOS				
13.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, med. Ø 1.800,00mm para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
13.2	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
13.3	S10719	Placa de indicativa em acrílico e adesivo, com sinalização para deficientes, dim.: 12 x 30 cm	ORSE	Un	5,00
13.4	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	120,00
13.5	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
13.6	S11853	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio, fotoluminescente, retangular, *20 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (simbolos, cores e pictogramas conforme nbr 13434)	ORSE	Un	7,00
13.7	055504	ADESIVO COM SETA INICADORA PARA EXTINTOR/HIDRANTE	SBC	UN	4,00
13.8	I11558	Fita de demarcação PVC 15mmx50m - (amarela, vermelha, branca, preta, etc.)	ORSE	m	12,00
13.9	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
14	LIMPEZA				
14.1	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 28 de dezembro de 2022

Atestado Técnico Capacidade Técnica - SEI 023.00016652/2022-01 / pg. 454

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 28/12/2022, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 13/01/2023, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0955643** e o código CRC **CB274427**.

Atestado de Capacidade Técnica - SEI 0955643 - SEI 2022.016652 / pg. 455

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Manaus, 24 de agosto de 2012.

Dados da Obra/Serviço: Obra de Uso Comercial com 02 (dois) Pavimentos.
Endereço: Avenida João Valério, s/n° Conjunto Vieiralves - Nossa Senhora das Graças.
Início da Obra: 13/12/2011.
Término da Obra: 14/07/2012.

Dados do Contratante: Sérgio de Oliveira Pedrosa.
Endereço: Avenida João Valério, s/n° Conjunto Vieiralves - Nossa Senhora das Graças.
CPF: 136.997.762-04

Dados do Representante do Contratante: Ana Paulina Gonçalves dos Reis
Título Profissional: Engenheira Civil.
RNP: 040428962-2
Registro no Crea: 7996-D.
CPF: 417.142.452-68

Dados da Contratada: S G R H SERV. DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONST. LTDA
Endereço: Avenida Japurá, 919 – Praça 14 de Janeiro.
CNPJ: 06.539.432/0001-51

Dados do Responsável Técnico: Hallhiton Maciel Geber.
Título Profissional: Engenheiro Civil.
RNP: 040462742-0
Registro no Crea: 8017-D.

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERV. DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONST. LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 06.539.432/0001-51, sediada à Rua Japurá, 919 – Praça 14 de Janeiro. Tendo como responsável técnico **HALLHITON MACIEL GEBER** engenheiro civil RNP n° 040462742-0, Crea-Am 8017-D, prestou os serviços de construção civil de uma Obra de Uso Comercial com 02 (dois) Pavimentos e área construída de 456,00m² , ART n° 003215/2011, no período de 13/12/2012 à 14/07/2012. Onde todos os serviços executados estão listados em planilhas de serviços abaixo relacionadas:

PLANILHA DE SERVIÇOS

Cliente: SÉRGIO DE OLIVEIRA PEDROSA — **Data: DEZEMBRO/2011**

Obra: CONSTRUÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE USO COMERCIAL COM 02 PAVIMENTOS
Endereço: Av. João Valério, s/nº Conjunto Vieiralves - Nossa Senhora das Graças - Manaus/Amazonas

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1.0	**DESPESAS GERAIS**				**R$ 118.860,00**
1.1	ART - Anotação de Responsabilidade Técnica	vb	1,00	1.500,00	1.500,00
1.2	Ferramentas	vb	1,00	2.500,00	2.500,00
1.3	Equipamentos Leves	vb	1,00	3.500,00	3.500,00
1.4	Montagem e Desmontagem de andaimes (06 meses)	m²	20,00	90,00	1.800,00
1.5	EPI´S - Equipamentos de Proteção Individual	vb	1,00	5.000,00	5.000,00
1.6	Vale Transporte	vb	1,00	9.600,00	9.600,00
1.7	Alimentação (café e almoço)	vb	1,00	15.360,00	15.360,00
1.8	Mestre de obra	vb	1,00	35.000,00	35.000,00
1.9	Almoxarife	vb	1,00	20.000,00	20.000,00
1.10	Téc em Seg. do Trabalho	vb	1,00	20.000,00	20.000,00
1.11	Mat de expediente	vb	1,00	300,00	300,00
1.12	Combustíveis	vb	1,00	2.500,00	2.500,00
1.13	Seguro da Obra	vb	1,00	1.800,00	1.800,00
2.0	**SERVIÇOS PRELIMINARES**				**R$ 2.679,00**
2.1	Locação da Obra	m²	456,00	2,55	1.162,80
2.2	Tapume de chapa de madeira compensada (6mm)	m²	30,00	40,14	1.204,20
2.3	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado	m²	2,00	156,00	312,00
3.0	**INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS**				**R$ 5.096,51**
3.1	Ligação provisória de energia elétrica	vb	1,00	654,00	654,00
3.2	Ligação provisória de água	vb	1,00	567,00	567,00
3.3	Instalação do barracão de obra	m²	18,00	215,31	3.875,51
4.0	**TRABALHOS EM TERRA**				**R$ 3.999,87**
4.1	Escavação manual de valas em terra compacta prof. 2m < H < = 3,00m	m³	54,00	55,02	2.970,86
4.2	Reaterro apiloado (manual) de vala com deslocamento de material em camadas de 20 cm	m³	38,00	27,08	1.029,00
5.0	**INFRAESTRUTURA**				**R$ 16.362,90**
5.1	Forma tábuas de madeira 3m p/peças em concreto armado, reaprov. 2X, Incl mont/desm de escoramento	m²	44,80	34,93	1.564,91
5.2	Lastro de concreto magro traço 1:4:8, acabamento sarrafeado, preparo mecânico	m³	2,69	670,37	1.803,30
5.3	Armação (Fornecimento, corte, dobra e colocação) aço CA-50, diam. 6,3 mm (1/4) à 12,5 mm (1/2)	KG	480,00	7,70	3.694,08

5.4	Concreto estrutural Fck=20MPA, Virado em betoneira, na obra, sem lançamento	m³	13,44	594,95	7.996,06
5.5	Impermeabilização com tinta betuminosa em fundações, baldrames e muros, duas demãos	m²	225,00	5,80	1.304,55
6.0	**SUPERESTRUTURA**				**R$ 89.823,22**
6.1	Forma madeira compensado resinada 12mm p/ estrutura reaprov. 2x - corte/ montegem/ escoramento/desforma	m²	67,43	98,59	6.648,06
6.2	Armação (Fornecimento, corte, dobra e colocação) aço CA-50, diam. 6,3 mm (1/4) à 12,5 mm (1/2)	KG	967,00	7,70	7.442,03
6.3	Laje pré-moldada de e=12cm	m²	450,00	127,40	57.330,00
6.4	Concreto estrutural Fck=20MPA, Virado em betoneira, na obra, sem lançamento	m³	25,89	594,95	15.403,13
6.5	Confecção de escada metálica com corrimão	vb	1,00	3.000,00	3.000,00
7.0	**PAREDES E PAINÉIS**				**R$ 39.949,65**
7.1	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 10 x 20 x 20cm, 1/2 vez, assentado em argamassa traço 1:2:8	m²	450,00	67,98	30.589,65
7.2	Paredes divisorias em gesso acartonato	m²	120,00	78,00	9.360,00
8.0	**COBERTURA**				**R$ 84.146,96**
8.1	Confecção de estrutura metálica para cobertura	m²	235,00	327,74	77.019,61
8.2	Colocação de telhas trapezoidal aço zincado esp = 0,5mm	m²	164,00	31,94	5.238,32
8.3	Colocação de calha em chapa de aço galvanizado n.24, desenvolvimento de 40cm	m	23,00	41,18	947,23
8.4	Condutor de tubo PVC de 100mm e Conexões	m	20,80	45,28	941,80
9.0	**FORRO**				**R$ 15.511,67**
9.1	Colocação de forro em gesso acartonado liso	m²	435,00	35,66	15.511,67
10.0	**ESQUADRIAS**				**R$ 44.416,56**
10.1	Porta de madeira compensada revestida com fórmica 02 faces	m²	10,08	279,31	2.815,39
10.2	Divisória frontal de vidro temperado do tipo blidex	m²	60,00	585,00	35.100,00
10.3	Porta de abrir em alumínio tipo veneziana, perfil série 25, com guarnições	m²	5,04	657,90	3.315,84
10.4	Janela de vidro temperado do tipo blindex	m²	6,6	294,59	1.944,31
10.5	Basculante de alumínio 80 x 60cm - Série 25	m²	3,2	387,82	1.241,01
11.0	**DIVERSOS**				**R$ 30.463,55**
11.1	Instalação de placa de acrílico p/identificação 25 x 8cm e = 4 mm	Unid	10,00	80,02	800,15
11.2	Colocação de extintor de incêndio	Unid	4,00	240,50	962,00
11.3	Instalação de ar condicionado do tipo split de 24000 BTU'S	Unid	4,00	6.366,10	25.464,40

11.4	Instalação de ar condicionado do tipo split de 12000 BTU'S	Unid	2,00	1.618,50	3.237,00
12.0	**REVESTIMENTO**				**R$ 38.790,79**
12.1	Colocação de Porcelanato 50 x 50cm fixado com argamassa colante e rejuntamento com quartizolite	m²	428,00	30,80	13.181,12
12.2	Chapisco traço 1:3 (cimento e areia), esp 0,5cm, preparo manual	m²	852,00	4,33	3.688,31
12.3	Emboço traço 1:2:6 (cimento, cal e areia), esp 2,0cm, preparo manual	m²	807,00	23,80	19.209,02
12.4	Colocação de Cerâmica esmaltada em paredes 1A, PEI-4, 40 x 40cm, padrão médio, fixada com argamassa colante e rejuntamento com quartizolite	m²	98,00	27,68	2.712,35
13.0	**PAVIMENTAÇÃO**				**R$ 3.890,50**
13.1	Lastro de concreto magro traço 1:4:8, acabamento sarrafeado, preparo mecânico	m³	0,21	670,90	140,89
13.2	Regularização do piso/base argamassa traço 1:3 (cimento e areia), esp 3,0cm, preparo manual	m²	10,45	19,49	203,64
13.3	Execução de calçada em concreto não estrutural, com uso de seixo rolado, preparo mecânico e esp de 7cm	m²	10,45	46,49	485,80
13.4	Colocação de Cerâmica anti-derrapante 1A, PEI-5, 40 x 40cm, padrão médio, fixada com argamassa colante e rejuntamento com quartizolite	m²	10,45	27,68	289,22
13.5	Piso anti-derrapante de alta resistência espessura de 8cm, parte frontal da obra	m²	50,00	55,42	2.770,95
14.0	**APARELHOS E METAIS**				**R$ 7.897,51**
14.1	Soleiras de Granito 25 X 3CM	m	12,35	109,51	1.352,47
14.2	Peitoril de Granito L = 25CM ESP = 3CM, Polido	m	6,00	81,20	487,19
14.3	Cabide de louça branca simples tipo gancho	unid	4,00	7,16	28,65
14.4	Bancada de Granito com 02 cubas de aço inoxidável (2,10 X 0,60m)	unid	1,00	2.375,79	2.375,79
14.5	Papeleira de aço inoxidável	unid	2,00	16,29	32,58
14.6	Saboneteira em vidro com suporte em aço inoxidável para sabão líquido	unid	2,00	17,00	34,01
14.7	Papeleira Cromada	unid	2,00	25,44	50,88
14.8	Tanque de Fribra de 3000 litros, inclusive instalação	unid	1,00	177,65	177,65
14.9	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - padrão médio	unid	4,00	305,50	1.222,00
14.10	Bancada de granito com 01 cuba de louça (1,20 X 0,60m)	unid	2,00	1.068,15	2.136,29
15.0	**PINTURA**				**R$ 42.735,84**
15.1	Aparelhamento em esquadria de ferrov ou estrutura metálica	m²	33,00	12,43	410,12
15.2	Aparelhamento em paredes e tetos com selador acrílico	m²	1.144,00	6,46	7.391,38

15.3	Aplicação de massa acrílica e PVA p/ paredes exterior e interior	m²	1.144,00	19,98	22.858,26
15.4	Pintura latex acrílica externas e internas, com duas demãos	m²	1.144,00	10,56	12.076,06
16.0	**INSTALAÇÕES**				**R$ 36.210,00**
16.1	Instalações Elétricas	vb	1,00	19.500,00	19.500,00
16.2	Instalções Hidrossanitárias	vb	1,00	3.900,00	3.900,00
16.3	Innstalações Hidráulicas	vb	1,00	3.250,00	3.250,00
16.4	Instalação de Combate a Incêndio	vb	1,00	2.560,00	2.560,00
16.5	Instalação Telefônica	vb	1,00	1.800,00	1.800,00
16.6	Instalação de SPDA	vb	1,00	5.200,00	5.200,00
17.0	**LIMPEZA**				**R$ 5.287,36**
17.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	456,00	2,31	1.053,36
17.2	LIMPEZA PERMANENTE COM REMOÇÃO DE ENTULHO	vb	1,00	4.234,00	4.234,00
	TOTAL GERAL				**R$ 586.121,87**

Informamos ainda que os serviços foram executados dentro dos padrões de qualidade e prazos determinados, nada havendo que desabone sua conduta.

Por ser verdade, este documento segue assinado por Sérgio de Oliveira Pedrosa (Proprietário do estabelecimento Comercial).

Sérgio de Oliveira Pedrosa
CPF.: 136.997.762-04

Ana Paulina Gonçalves dos Reis
Engenheira Civil
Crea-Am 7996-D

Hallhiton Maciel Geber
Engenheiro Civil
Crea-Am 8017-D

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonio Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 687 - (92) 3232-8834 - www.cartoriorabelo.com.br
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé por semelhança a firma de:
HALLHITON MACIEL GEBER
Selo: AN044280-04 - Data/Hora: 08/11/2012 13:43:14 Cód. 045
ESCREVENTE: MICHELLE G. GUIMARÃES DE SENA
FUNETJ: 0,24 FUNDPAM: 0,12
Cód. de validação: 6B2E-BC2A-9A23-15E6 - www.selotjam.com.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 14.2022.CPL.0939700.2022.016627

Processo n.º 2016.003614

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheira Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo nº 020/2021 - MPAM/PGJ, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 155, 179 e 214 e da Nota de Empenho n.º 2021NE0000632, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692184).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ n.° 04.153.748/0001-85.
Contratada:	**SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287.

1. DADOS DA CONTRATAÇÃO

Processo Nº 2021.004580

Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.

Contrato Administrativo N.º 020/2021 - MP/PGJ. (0692157)

Empresa Contratada: **SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51

Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ

2. VALOR CONTRATADO

Valor do Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692157) é de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287(0692013);

Processo 2021.018421 1º Termo aditivo ao Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0801442) Valor do Aditivo R$ 23.132,26 (vinte e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos), perfazendo um acréscimo de 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) - Nota de Empenho N.º 2021NE0000632 (0803179);

O valor global do contrato **R$ 363.132,26 (trezentos e sessenta e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos)**

3. DOS PRAZOS

- Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Serviço;
- Data da assinatura do contrato: 15 de setembro de 2021;
- Ordem de Execução de Serviços: 16 de setembro de 2021;
- Data contratual para início dos serviços: 20 setembro 2021;
- Data contratual para entrega dos serviços: 20/11/2021;
- Paralização dos serviços - Justificativa falta de equipamentos no mercado prazo evolução da COVID-19 (variante Delta e Omicron) 90 dias dodos (https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/cni-sete-em-cada-10-industrias-tem-dificuldades-para-comprar-insumo e https://www.fvs.am.gov.br/indicadorSalaSituacao_view/84/2)
- Prazo final para entrega dos serviços 20/02/2022
- Data da entrega dos serviços: 15/03/2022;

4. DA MEDIÇÃO / PAGAMENTO -

1ª medição - Processo 2021.018428 - Valor da Medição **R$ 143.982,87 - (Cento e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e dois Reais e oitenta e sete centavos)**;

2ª medição - Processo 2021.021648 - NF 169 de 08/12/2021 - nota cancelada a pedido do DOF - Valor da Medição - R$ 175.166,66 (Cento e setenta e cinco mil, cento e sessenta e seis Reais e sessenta e seis centavos), nota de substituida NF 174 - Valor R$ 10,00 (dez reais) (MEDIÇÃO CANCELADA).

3ª medição - Processo 2022.001835 - NF 179 de 27/01/2022 - **Valor da Medição e R$ 186.830,04 (Cento e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta Reais, e quatro Centavos)**

4ª medição - Processo 2022.014538 - NF 214 de 11/07/2022 - **R$ 32.309,35 (Trinta e dois mil, trezentos e nove reais e trinta e cinco centavos)**

5. NOTIFICAÇÕES

Notificação N.º 13.2021.DEAC.0744911.2021.016322;

Notificação N.º 2.2022.DEAC.0765651.2021.016322;

- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 5.2022.DEAC.0939192.2021.016322;
- TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO Nº 2.2022.DEAC.0825043.2021.016322.

EM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	Administração Local				
1.1.1	COMP-799133	Equipe de obra simplificada (Eng./Mestre/2 Vigias)	Composições Próprias	mês	2,00
1.1.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.1.3	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
1.2	Alimentação, Transporte, EPI's e Ferramental				
1.2.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIO	SBC	DIA	56,00
1.2.2	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	1,00
1.2.3	COMP-338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições Próprias	H	4.072,30
1.3	Mobilização de Demobilização				
1.3.1	100953	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	7.689,24
2	INFRAESTRUTURA DO CANTEIRO				
2.1	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00

2.2	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
2.3	012158	ALUGUEL MENSAL CONTAINER-ALMOXARIFADO-6,0x2,4m	SBC	MES	2,00
3	DEMOLIÇÃO				
3.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	1.285,25
3.2	022902	REMOCAO COBERTURA EM TELHAS FIBROC. INC. MADEIRAMENTO	SBC	M2	201,10
3.3	COMP-318686	Remoção de chapas em ACM de estrutura metálica com reaproveitamento.	Composições Próprias	m²	61,82
3.4	S11390	Demolição de divisórias tipo naval	ORSE	m2	71,87
3.5	023212	REMOCAO E RETIRADA DE PORTA DE MADEIRA DO AUDITÓRIO (1,50X2,10m)	SBC	UN	1,00
3.6	S97621S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, com reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	0,12
4	COBERTURA				
4.1	S09918	Telhamento com telha de alumínio dupla, trapezoidal, tipo sanduíche 0,6mm pré pintada em duas faces, com isolamento de espuma rígida de poliuretano 30mm pintada	ORSE	m2	201,10
4.2	100014	ESTRUTURA ACO PERFIL METALICO P/COBERTURA-VAO 22m(22,153kg/m2)	SBC	M2	201,10

4.3	S09433	Rufo em chapa aço galvanizado nº24 com desenvolvimento 16cm	ORSE	m	78,28
4.4	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	53,51
4.5	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	11,60
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	090923	DIVISORIA GESSO ACART. C/ 2 PAINES E=12,5 C/ ISOLAMENTO	SBC	M2	71,87
5.2	COMP-835743	Estrutura metálica de suporte para ACM	Composições Próprias	m²	23,00
5.3	S11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, 1,25x1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem	ORSE	m2	61,82
6	REVESTIMENTOS				
6.1	170274	PISO 9,5X9,5CM ESMT.BRIL BORDA BOLD ARQUITETO PORTOBELLO	SBC	M2	4,62
ADITIVO	89048	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8,	SINAPI	M2	23,89

		PREPARO MECÂNICO, COM BETONEIRA DE 400L, EM PAREDES DE AMBIENTES INTERNOS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO). AF_11/2014			
ADITIVO	11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, na cor cobre, 1,00 nx 1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem - Obra do Centro de Convenções de Sergipe	ORSE	M2	19,11
ADITIVO	COMP835743	Estrutura metálica de suporte para ACM (m²)	PRÓPRIO	M2	1,74
ADITIVO	96467	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA COMERCIAL DE DIMENSÕES 35X35CM (PADRAO POPULAR). AF_06/2017	SINAPI	M	50,46
7	ESQUADRIAS				
7.1	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00

7.2	91306	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
7.3	102183	PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS DE 90X210 CM, ESPESSURA DE 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS. AF_01/2021	SINAPI	UN	1,00
7.4	COMP-967096	FECHAMENTO PORTARIA VIDRO BLINDEX 10mm PIVOTANTE COM PORTA PARA PNE	Composições Próprias	m2	8,69
7.5	74136/003	PORTA DE AÇO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANSVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	26,20
7.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	19,14
8	PAVIMENTAÇÃO				
8.1	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	SINAPI	M2	67,48
9	PINTURA				

9.1	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.2	88484	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.4	88492	APLICAÇÃO MECÂNICA DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.5	180511	PINTURA ESMALTE SINTETICO ACETINADO CORAL	SBC	M2	26,83
9.6	180039	PINTURA FUNDO PREPARADOR DE PAREDES SUVINIL (1:1)	SBC	M2	26,83
9.7	S02279	Emassamento de superfície, com aplicação de 01 demão de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 03	ORSE	m2	20,58
9.8	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	20,58
9.9	100720	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14

9.10	100744	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICA				
10.1	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	7,00
10.2	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	44,00
10.3	92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	14,00
10.4	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	22,00
10.5	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária.	Composições Próprias	Un	18,00

		30.000h de uso.			
10.6	COMP-488982	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	7,00
10.7	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	10,00
10.8	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
ADITIVO	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	Un	18,00
11	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
11.1	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA				
11.1.1	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	69,56
11.1.2	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.2	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA				

11.2.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
11.2.2	COMP-504603	Switch Hp 24 Portas 1920s-48g Jl386a 10/100/1000 4sfp Poe - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.2.3	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00
11.2.4	059463	VOICE PANEL 30 PORTAS - RJ11/IDC 110 - 19"/1U - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
11.2.5	COMP-945137	Nobreak 1.5Kva Apc Smc1500I2U-Br Lcd Mono 230V para Rack - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.3	EQUIPAMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA				
11.3.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12	DIVERSOS				
12.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
12.2	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	106,00
12.3	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
12.4	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
12.5	I025827	ACESSIBILIDADE - PLACA TATIL BRAILLE/RELEVO ACO INOX 30x14cm PARA PORTAS	SBC	UN	15,00

12.6	I021176	ACESSIBILIDADE - MAPA TATIL BRAILLE/RELEVO ACRILICO 46x44cm - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.7	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
13	LIMPEZA				
13.1	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	370,43
13.2	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00
14	FORRO				
ADITIVO	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	138,24
ADITIVO	96131	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	SINAPI	M2	264,22
15	ESTRUTURA				
ADITIVO	40227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,30
ADITIVO	160386	TRATAMENTO DE TRINCAS E FISSURAS EM ESTRUTURA	SBC	M2	4,37

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 23 de novembro de 2022

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 23/11/2022, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 23/11/2022, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0939700** e o código CRC **5A2CAD62**.

2022.016627 v6

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Processo: 50013.000124/2018-51

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO EXECUTADO Nº 05/2020
CONTRATO EM ANDAMENTO

Declaramos, para os devidos fins, a requerimento da empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**, com sede na Rua Cinco de Setembro, nº 240, bairro de São Raimundo, CEP Nº 69.027-010, no município de Manaus/AM, CNPJ/MF sob o nº 06.539.432/0001-51, conforme informações constantes do Processo Administrativo nº 50013.000124/2018-51 que a mesma mantém com a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO AMAZONAS (SR-DNIT-AM), inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.892.707/0002-91, contrato para prestação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material de consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços, para atender as necessidades desta da própria SR/DNIT/AM, situada na Avenida Recife, nº 2479, bairro de Flores, CEP 69.058-775, Manaus-AM, o qual apresentou as seguintes características:

1 — CONTRATANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO AMAZONAS.

2 — CONTRATADA: SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP

3 — CONTRATO: 00924/2018

3.1 ETAPAS:

3.1.1 - 04/12/2018 a 29/11/2019 - Contrato

3.1.2 - 30/11/2019 a 22/11/2020 - Termo Aditivo de prorrogação de prazo

3.1.3 - 23/11/2020 a 22/11/2021 - Termo Aditivo de prorrogação de prazo

4 — OBJETO DE LICITAÇÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, TODO O MATERIAL DE CONSUMO E INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA DESTA SR/DNIT/AM.

5 — LOCAL DOS SERVIÇOS: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO AMAZONAS, **SITUADA NA AVENIDA RECIFE, Nº 2479, BAIRRO DE FLORES, CEP 69.058-775, MANAUS-AM.**

6 — DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS: A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO AMAZONAS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, TODO O MATERIAL E CONSUMO E INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

OS SERVIÇOS ESTÃO DE ACORDO COM AS NORMAS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT, ASSIM COMO ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES, EXPRESSAS NO EDITAL DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0259/1827/2018 DNIT, CONSTANTE DO PROCESSO Nº 50013.000124/2018-51 E SEUS ANEXOS.

AS ATIVIDADES EXECUTADAS, ATÉ A DATA DE 22/11/2021, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, SÃO AS DISCRIMINADAS, A SEGUIR:

Mèirian Têles MDP
Engenheira Civil
CREA/AM 4765-D

DNIT
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta administração hidroviária

Obra / Local:	*MANUTENÇÃO PREDIAL AHIMOC-DNIT/AM*	*TOTAL GERAL DO CONTRATO (1 ano) = R$ 294.998,61*	
Data-Base:	*DEZ./2017*	*TOTAL GERAL DAS MEDIÇÕES (2 anos) = R$ 589.997,22*	
BDI (%):	*34,32*	*PORCENTAGEM GERAL DAS MEDIÇÕES = 100,00 %*	
LS (%):		*CONTRATO: AH - 00924/2018*	

Fase/Item	Descrição dos Serviços	UN.	Qtde. de Contrato	Qtde. Acumulada para 2 anos	Porcentagem % para 2 anos
1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - INTERNAS E EXTERNAS				
1.1	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos, tipo U simples, com 3/4"	pç	50,00	100,00	100%
1.2	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos, tipo U simples, com 1"	pç	50,00	100,00	100%
1.3	Caixa de luz/tomada 4x2	unid.	30,00	60,00	100%
1.4	Caixa de luz/tomada 4x4	unid.	30,00	60,00	100%
1.5	Disjutor Bipolar 20A	pç	20,00	40,00	100%
1.6	Disjutor Bipolar 32A	pç	20,00	40,00	100%
1.7	Disjutor Bipolar 40A	pç	20,00	40,00	100%
1.8	Disjutor monofásico 10A	pç	20,00	40,00	100%
1.9	Disjutor monofásico 15A	pç	20,00	40,00	100%
1.10	Disjutor monofásico 20A	pç	20,00	40,00	100%
1.11	Disjutor monofásico 25A	pç	20,00	40,00	100%
1.12	Disjutor monofásico 30A	pç	10,00	20,00	100%
1.13	Disjutor monofásico 40A	pç	10,00	20,00	100%
1.14	Disjutor trifásico 100A	pç	10,00	20,00	100%
1.15	Eletroduto flexível plano em PEAD, cor preta e laranja, diâmetro 32 mm	m	200,00	400,00	100%
1.16	Eletrodutos d = 1 " - fornecimento e assentamento	m	80,00	160,00	100%
1.17	Eletrodutos d = 3/4 " - fornecimento e assentamento	m	80,00	160,00	100%
1.18	Cabo de cobre isolamento termoplástico 2,5 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	600,00	100%
1.19	Cabo de cobre isolamento termoplástico 4,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	600,00	100%
1.20	Cabo de cobre isolamento termoplástico 6,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	600,00	100%
1.21	Cabo de cobre isolamento termoplástico 10,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	600,00	100%
1.22	Cabo de cobre isolamento termoplástico 25,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	200,00	100%
1.23	Cabo de cobre isolamento termoplástico 50,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	200,00	100%
1.24	Cabo de cobre isolamento termoplástico 95,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	200,00	100%
1.25	Poste metálico com luminária simples tipo globo - fornecimento e instalação	unid.	3,00	6,00	100%
1.26	Poste metálico, com luminária dulpla tipo globo - fornecimento e instalação	unid.	3,00	6,00	100%
1.27	Ponto de tomada 100 W, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	30,00	60,00	100%
1.28	Ponto de luz em teto, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	30,00	60,00	100%
1.29	Instalação de luminária fluorescente completa com 2 lâmpadas de 40W	unid.	10,00	20,00	100%
1.30	Instalação de luminária fluorescente completa com 2 lâmpadas de 20W	unid.	10,00	20,00	100%
1.31	Ponto de interruptor simples, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	20,00	40,00	100%
1.32	Quadro de distribuição para 18 disjuntores	unid.	3,00	6,00	100%
1.33	Quadro de distribuição com barramento trifásico, de embutir, em chapa de aço galvanizado, para 30 disjuntores DIN, 100 A	unid.	5,00	10,00	100%
1.34	Refletor redondo em alumínio anodizado para lâmpada vapor de mercúrio/sódio, corpo em alumínio com pintura epoxi, para lâmpada e-27 de 300 W, com suporte redondo e alça regulável para fixação	unid.	10,00	20,00	100%
1.35	Refletor para lâmpada de 250 W	unid.	10,00	20,00	100%
1.36	Reator para lâmpada 20W x 127V (2 lâmpadas)	unid.	20,00	40,00	100%
1.37	Reator para lâmpada 40W x 127V (2 lâmpadas)	unid.	20,00	40,00	100%
1.38	Interruptor 1 seção simples de embutir	pç	30,00	60,00	100%
1.39	Interruptor 2 seção simples de embutir	pç	30,00	60,00	100%
1.40	Interruptor 3 seção simples de embutir	pç	30,00	60,00	100%
1.41	Lâmpada vapor de mercúrio 250 W	unid.	20,00	40,00	100%
1.42	Lâmpada mista 250 W/220 V bocal E40	unid.	20,00	40,00	100%
1.43	Lâmpada fluorescente de 20W	unid.	100,00	200,00	100%
1.44	Lâmpada fluorescente de 40W	unid.	50,00	100,00	100%
1.45	Lâmpada eletrônica espiral compacta 25 W, branca, 6000 H, 6400 K, 127 V25W/12V	unid.	100,00	200,00	100%
1.46	Tomada de 10A	unid.	30,00	60,00	100%
1.47	Tomada de 20A	unid.	30,00	60,00	100%
1.48	Placa cega 4x2	unid.	20,00	40,00	100%
1.49	Instalação de SPDA	unid.	1,00	2,00	100%
1.50	Manutenção da subestação abaixadora	unid.	1,00	2,00	100%

Miriam Teles MDP
Engenharia Civil
CREA/AM 4765-D

DNIT
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta administração hidroviária

Obra / Local:	*MANUTENÇÃO PREDIAL AHIMOC-DNIT/AM*	*TOTAL GERAL DO CONTRATO (1 ano) = R$ 294.998,61*	
Data-Base:	*DEZ./2017*	*TOTAL GERAL DAS MEDIÇÕES (2 anos) = R$ 589.997,22*	
BDI (%):	*34,32*	*PORCENTAGEM GERAL DAS MEDIÇÕES = 100,00 %*	
LS (%):		*CONTRATO: AH - 00924/2018*	

Fase/Item	Descrição dos Serviços	UN.	Qtde. de Contrato	Qtde. Acumulada para 2 anos	Porcentagem % para 2 anos
2	**INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS**				
2.1	Ponto hidráulico, inclusive rasgos na alvenaria, tubulação e conexões	unid.	20,00	40,00	100%
2.2	Ponto de esgoto primário (d = 100 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	40,00	100%
2.3	Ponto de esgoto secundário (d= 75 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	40,00	100%
2.4	Ponto de esgoto secundário (d= 50 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	40,00	100%
2.5	Tubo PVC D= 20 mm - água fria	m	60,00	120,00	100%
2.6	Tubo PVC D= 25 mm - água fria	m	60,00	120,00	100%
2.7	Tubo PVC D= 32 mm - água fria	m	60,00	120,00	100%
2.8	Tubo PVC D= 40 mm - água fria	m	60,00	120,00	100%
2.9	Tubulação de PVC para esgoto d= 40 mm	m	18,00	36,00	100%
2.10	Tubulação de PVC para esgoto d= 50 mm	m	60,00	120,00	100%
2.11	Tubulação de PVC para esgoto d= 75 mm	m	60,00	120,00	100%
2.12	Tubulação de PVC para esgoto d= 100 mm	m	60,00	120,00	100%
2.13	Tubo de esgoto em PVC com D = 150 mm e juntas soldadas	m	60,00	120,00	100%
2.14	Limpeza de Fossa séptica	unid.	2,00	4,00	100%
3	**REDE DE COMBATE À INCÊNDIO**				
3.1	Extintor PQS ABC 6kg	unid.	4,00	8,00	100%
3.2	Extintor PQS ABC 10kg	unid.	4,00	8,00	100%
3.3	Regularização junto ao Corpo de Bombeiros	unid.	1,00	2,00	100%
4	**PAVIMENTAÇÃO**				
4.1	**Serviços de Pavimentação**				
4.1.1	Base estabilizada granulometricamente com misturasolo-seixo-areia (40%-30%-30%)	m^3	20,00	40,00	100%
4.1.2	Bloco de concreto intertravado, e = 6 cm, tipostockholm, sobre camada de areia	m^2	20,00	40,00	100%
4.1.3	Meio-fio de concreto - MFC 01 AC/BC	m	20,00	40,00	100%
4.1.4	Sarjeta trapezoidal de concreto - SZC 01 AC/BC	m	20,00	40,00	100%
4.2	**Reparos em concreto armado**				
4.2.1	Forma em compensado plastificado 12 mm (utilização 5 x)	m^2	100,00	200,00	100%
4.2.2	Desforma	m^2	100,00	200,00	100%
4.2.3	Concreto estrutural fck= 30 MPa - preparo e lançamento	m^3	10,00	20,00	100%
4.2.4	Armação em tela soldada Q-138 (10 cm x 10 cm - 4.2 mm x 4.2 mm)	kg	700,00	1.400,00	100%
4.3	**Pavimentação predial**				
4.3.1	Cerâmica 20 x 20 cm fixada com argamassa colante	m^2	100,00	200,00	100%
4.3.2	Rejuntamento de piso cerâmico com cimento branco	m^2	80,00	160,00	100%
4.3.3	Calçada em concreto desempenado, e= 7 cm	m^2	120,00	240,00	100%
5	**PAREDES E REVESTIMENTO**				
5.1	Chapisco cimento e areia 1:3	m^2	100,00	200,00	100%
5.2	Reboco com acabamento liso em parede no traço 1:3	m^2	200,00	400,00	100%
5.3	Alvenaria de tijolos cerâmicos 10 x 20 x 20 esp.10 cm com a/c	m^2	200,00	400,00	100%
5.4	Azulejo branco 15 x 15 cm, fixado com argamassa colante, juntas a prumo, rejunte com cimento branco	m^2	150,00	300,00	100%
6	**PINTURA**				
6.1	Pintura acrílica com massa em duas demãos - paredes e teto	m^2	2.500,00	5.000,00	100%
6.2	Pintura esmalte com massa em duas demãos - esquadrias madeira	m^2	100,00	200,00	100%
6.3	Pintura esmalte com fundo zarcão - esquadrias metálicas	m^2	350,00	700,00	100%
7	**APARELHOS E METAIS**				
7.1	Vaso sanitário branco com caixa acoplada, inclusive acessórios	unid.	4,00	8,00	100%
7.2	Mictório individual com sifão cromado	unid.	2,00	4,00	100%
7.3	Cuba em louça de embutir	unid.	4,00	8,00	100%
7.4	Cuba em aço inox nº1 com válvula, sifão e engate	unid.	1,00	2,00	100%
7.5	Torneira para lavatório longa, cromada com engate flex	unid.	10,00	20,00	100%
7.6	Torneira tipo jardim cromada de 3/4" para tanque	unid.	5,00	10,00	100%
7.7	Torneira longa cromada de 3/4" para pia de cozinha	unid.	10,00	20,00	100%
7.8	Sifão plástico extensível universal, tipo copo	unid.	5,00	10,00	100%
7.9	Caixa sinfonada em PVC 100x100x50 cm cor branca	unid.	5,00	10,00	100%

Mèirian Teles MDP
Engenheira Civil
CREA/AM 4765-D

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 476

DNIT
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta administração hidroviária

Obra / Local:	*MANUTENÇÃO PREDIAL AHIMOC-DNIT/AM*	*TOTAL GERAL DO CONTRATO (1 ano) = R$ 294.998,61*	
Data-Base:	*DEZ./2017*	*TOTAL GERAL DAS MEDIÇÕES (2 anos) = R$ 589.997,22*	
BDI (%):	*34,32*	*PORCENTAGEM GERAL DAS MEDIÇÕES = 100,00 %*	
LS (%):		*CONTRATO: AH - 00924/2018*	

Fase/Item	Descrição dos Serviços	UN.	Qtde. do Contrato	Qtde. Acumulada para 2 anos	Porcentagem % para 2 anos
7.10	Assento de bacia sanitária	unid.	10,00	20,00	100%
7.11	Porta toalha metal	unid.	5,00	10,00	100%
7.12	Saboneteira em vidro com suporte em aço inox para sabão liquido	unid.	5,00	10,00	100%
8	ESQUADRIAS				
8.1	Alumínio e Vidro Temperado				
8.1.1	Porta de abrir em alumínio tipo veneziana, serie 25	m²	7,98	15,96	100%
8.1.2	Vidro temperado verde 6 mm	m²	14,00	28,00	100%
8.1.3	Vidro temperado verde 8 mm	m²	28,00	56,00	100%
8.1.4	Pelicula de insufilme	m²	45,00	90,00	100%
8.2	Madeira				
8.2.1	Porta lisa em madeira - 70 x 210 cm	unid.	3,00	6,00	100%
8.2.2	Porta lisa em madeira - 80 x 210 cm	unid.	3,00	6,00	100%
8.2.3	Porta lisa em madeira - 90 x 210 cm	unid.	3,00	6,00	100%
8.2.4	Porta de madeira para sanitários 60 x 210 cm	unid.	3,00	6,00	100%
8.2.5	Divisória colméia cega com montante e rodapé de alumínio anodizado simples	m²	10,00	20,00	100%
8.2.6	Fechadura de cilindro e dobradiças para porta externa com 01 folha	cj	10,00	20,00	100%
8.2.7	Fechadura e dobradiças para porta de banheiro	cj	10,00	20,00	100%
9	COBERTURA				
9.1	Estrutura metálica para cobertura	m²	200,00	400,00	100%
9.2	Telha cerâmica tipo plan	m²	50,00	100,00	100%
9.3	Telha zincada ondulada galvanizada	m²	200,00	400,00	100%
9.4	Forro de PVC fixado na estrutura da cobertura	m²	20,00	40,00	100%
9.5	Forro de gesso acartonado fixado na estrutura da cobertura	m²	120,00	240,00	100%
9.6	Manta fria de 10 x 15 m	m	70,00	140,00	100%
10	PAISAGISMO				
10.1	Dracena-Malaia	unid.	10,00	20,00	100%
10.2	Alamandra Amarela	unid.	10,00	20,00	100%
10.3	Aninga-Açu	unid.	15,00	30,00	100%
10.4	Asistácia	unid.	20,00	40,00	100%
10.5	Ixora-Anã	unid.	50,00	100,00	100%
10.6	Limpeza do terreno	m²	1.000,00	2.000,00	100%
11	DIVERSOS				
11.1	Caixa de ferramentas I (Kit de chaves de fenda e philips; Kit de chaves torx; estojo plástico c/ 10 peças; Kit de Chave Allen - diversos tamanhos; kit de chaves combinadas c/ 10 peças; Kit de chaves de boca com catraca c/ 20 peças; Kit de chaves "L" c/ 10 peças; Kit de brocas de média resistência (madeira) c/ 10 peças; Kit de brocas de alta resistência (concreto,pedras e cerâmica) de videa c/ 10 peças; Kit de brocas de alta resistência para ferro) c/ 10 peças; Silver Tape; Fita dupla face; Durepoxi; Super bonder; Fita isolante; Fita veda rosca; Tesoura. Pregos de diversos tamanhos; Parafusos e buchas de diversos tamanhos)	unid.	1,00	2,00	100%

Meirian Teles MDP
Meirian Teles MDP
Engenheira Civil
CREA/AM 4765-D

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Profissional	Modalidade Profissional	Registro Profissional	Número da ART
Meirian Teles Maia Duarte Praia	Engenheira Civil	CREA/AM RNP nº 0404574807	AM20190176465

7 — GESTÃO DO CONTRATO:

7.1. FISCAL: EVAILTON ARANTES DE OLIVEIRA, Matrícula DNIT nº 4350-8;

7.2. CHEFE DO SERVIÇO DE RECURSOS LOGÍSTICOS E INFORMÁTICA - SUBSTITUTO: RAIMUNDO FREIRE FERREIRA, Matrícula DNIT nº 2195-4;

7.3. COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SUBSTITUTO: MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA GONÇALVES, Matrícula DNIT nº 3205-0;

7.4. SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DNIT-AM: ARLENE MARIA LAMÊGO DA SILVA CAMPOS, Matrícula DNIT nº 0251.

8 — PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 04/12/2018 a 22/11/2021 (EM ANDAMENTO).

9 — VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS ATÉ NOVEMBRO DE 2020: R$ 589.997,28 (QUINHENTOS E OITENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

10 — QUALIDADE DOS SERVIÇOS: DECLARAMOS QUE OS SERVIÇOS ESTÃO SENDO EXECUTADOS DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Freire Ferreira, Chefe do Serviço de Recursos Logísticos e Informática**, em 16/12/2020, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Mário Antônio da Silva Gonçalves, Coordenador de Administração e Finanças-Substituto(a)**, em 18/12/2020, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Evailton Arantes de Oliveira, Fiscal de Contrato**, em 21/12/2020, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Arlene Maria Lamego da Silva Campos, Superintendente Regional no Estado do Amazonas**, em 22/12/2020, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7090122** e o código CRC **9D4E2D29**.

DNIT MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Rua Recife nº 2.479
CEP 69.058-775
Manaus/AM |

Mèirian Tèles MDP
Mèirian Tèles MDP
Engenheira Civil
CREA/AM 4765-D

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº **04.461.836/0001-44**, com sede na Avenida Mário Ypiranga, 1695 - Adrianópolis, Manaus – AM, CEP nº 69.057-002, atesta para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **06.539.432/0001-51**, com sede à Rua 5 de Setembro, 240 – São Raimundo, Manaus – AM, CEP nº 69.027-010, tendo como responsável técnico o(a) Engenheiro(a) Civil **MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA**, inscrito no CREA-AM nº 4765-D, executou satisfatoriamente o **FORNECIMENTO PELO MENOR PREÇO POR ITEM, DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA, COM INSTALAÇÃO, DO TIPO VERTICAL SEMICABINADA, COM CAIXA ENCLAUSURADA PARA O PRÉDIO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANAUS (SEMSA)**, referente a Nota de Empenho nº **2016NE03055** e Processo nº **2015/01637/02471/00000**, conforme dados a seguir:

1 – Dados do Atestado

1.1 – Dados da Obra/Serviço

Contrato/Nota de Empenho: **2016NE03055**
Local: **Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Av. Maneca Marques, 1916 - Parque 10 de Novembro, Manaus/AM, CEP nº 69.055-021.**
Período de Realização: **12/10/2016 a 07/02/2017**
Prazo de Execução: **120 (cento e vinte) dias**
Valor do Serviço R$ **79.200,00** (setenta e nove mil e duzentos reais);

1.2 – Dados do Contratante

Razão Social: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
CNPJ: Nº **04.461.836/0001-44**

1.3 – Dados da Pessoa Jurídica Contratada

Razão Social: **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**
CNPJ : Nº **06.539.432/0001-51**

1.4 – Dados d(os) Responsável (is) da Pessoa Jurídica Contratada

Nome Completo: **Meirian Teles Maia Duarte Praia**
CPF: **161.386.352-72**
Titulo profissional: **Engenheiro Civil**
RNP: Nº **040457480-7**
Registro no CREA: **4765-D**

Av. Mário Ypiranga, 1695 – Adrianópolis -
Manaus/AM – 69057 002 – Tel: 3236-7356

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 479

1.5 – Descrição dos Serviços Realizados

Plataforma Elevatória, com instalação, do tipo vertical semicabinada, com caixa enclausurada para o prédio do Centro Psicossocial – CAPS da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS
1	**Capacidade de Carga**: a partir de 250Kg
2	**Velocidade:** aproximadamente 6 m/min
3	**Tipo de Instalação**: Interna (Abrigada)
4	**Paradas**: 2
5	**Entrada/Saída:** Opostas - 180 Graus
6	**Desnível Vertical**: 2050 (mm)
7	**Acionamento**: Hidráulico Oleodinâmico (Relação 2:1)
8	**Operação**: Motor Elétrico
9	**Enclausuramento:** **Base do Enclausuramento 900 x 1400mm:** - Malha pop 4,2mm 10 x 10 reforçada para concreto + Concreto 20Mpa) com 25 cm de profundidade. **Estrutura Metálica:** - Metalon 50 x 50 x 2mm - Perfil em U 100mm x 3/16" - Portas em alumínio e vidro laminado 5mm com molas de fechamento automático e travas de segurança. **Revestimento:** - Vidro laminado 5 mm **Cobertura:** - Telhas em policarbonato **Pintura:** - Aplicação de Zarcão - Pintura em pistola com tinta esmalte sintética na cor desejada pela administração
10	**Pavimento(s) Superior(es)**: uma Porta com altura de aproximadamente 2000 mm (desn. maior que 2,0 m) ou um Portão com altura de aproximadamente 1100 mm (desn. até 2,0 m) com Travamento Eletromecânico Pavimento(s) Inferior(es): uma Porta com altura de aproximadamente 2000 mm e Travamento Eletromecânico
11	**Botoeiras**: Controle de Chamadas no interior do equipamento e nos pavimentos através de botões com acionamento por Pressão Constante
12	**Pintura do Equipamento**: Eletrostática Texturizada.
13	**Alimentação p/ Equip. / Frequência**: 220V / 60 Hz

Av. Mário Ypiranga, 1695 – Adrianópolis -
Manaus/AM – 69057 002 – Tel: 3236-7356

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 480

IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO

Representante Contratante: Marcelo Alves Magaldi
Cargo/Função: Secretário Municipal de Saúde
CPF: 313.785.362-15

REPRESENTANTE DA GERÊNCIA DE INFRAESTUTURA

Nome Completo: Vicente Machado Monte Junior
Cargo/Função: Gerente de Infraestrutura – SEMSA
Titulo profissional: Engenheiro Civil
CREA: Nº 11717- D/AM
CPF: 735.542.512-91

Marcelo Alves Magaldi
Secretário Municipal de Saúde
Representante da Contratante

Vicente Machado Monte Júnior
Gerente de Infraestrutura - SEMSA

Av. Mário Ypiranga, 1695 – Adrianópolis -
Manaus/AM – 69057 002 – Tel: 3236-7356

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 481

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº **04.461.836/0001-44**, com sede na Avenida Mário Ypiranga, 1695 - Adrianópolis, Manaus – AM, CEP nº 69.057-002, atesta para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **06.539.432/0001-51**, com sede à Rua 5 de Setembro, 240 – São Raimundo, Manaus – AM, CEP nº 69.027-010, tendo como responsável técnico o(a) Engenheiro(a) Civil **MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA**, inscrito no CREA-AM nº 4765-D, executou satisfatoriamente o **FORNECIMENTO PELO MENOR PREÇO POR ITEM, DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA, COM INSTALAÇÃO, DO TIPO VERTICAL SEMICABINADA, COM CAIXA ENCLAUSURADA PARA O PRÉDIO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANAUS (SEMSA)**, referente a Nota de Empenho nº **2016NE03055** e Processo nº **2015/01637/02471/00000**, conforme dados a seguir:

1 – Dados do Atestado

1.1 – Dados da Obra/Serviço

Contrato/Nota de Empenho: **2016NE03055**
Local: **Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Av. Maneca Marques, 1916 - Parque 10 de Novembro, Manaus/AM, CEP nº 69.055-021.**
Período de Realização: **12/10/2016 a 07/02/2017**
Prazo de Execução: **120 (cento e vinte) dias**
Valor do Serviço R$ **79.200,00** (setenta e nove mil e duzentos reais);

1.2 – Dados do Contratante

Razão Social: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
CNPJ: Nº **04.461.836/0001-44**

1.3 – Dados da Pessoa Jurídica Contratada

Razão Social: **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**
CNPJ : Nº **06.539.432/0001-51**

1.4 – Dados d(os) Responsável (is) da Pessoa Jurídica Contratada

Nome Completo: **Meirian Teles Maia Duarte Praia**
CPF: **161.386.352-72**
Titulo profissional: **Engenheiro Civil**
RNP: Nº **040457480-7**
Registro no CREA: **4765-D**

Av. Mário Ypiranga, 1695 – Adrianópolis -
Manaus/AM – 69057 002 – Tel: 3236-7356

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 482

1.5 – Descrição dos Serviços Realizados

Plataforma Elevatória, com instalação, do tipo vertical semicabinada, com caixa enclausurada para o prédio do Centro Psicossocial – CAPS da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS
1	**Capacidade de Carga**: a partir de 250Kg
2	**Velocidade:** aproximadamente 6 m/min
3	**Tipo de Instalação**: Interna (Abrigada)
4	**Paradas**: 2
5	**Entrada/Saída:** Opostas - 180 Graus
6	**Desnível Vertical**: 2050 (mm)
7	**Acionamento**: Hidráulico Oleodinâmico (Relação 2:1)
8	**Operação**: Motor Elétrico
9	**Enclausuramento:** **Base do Enclausuramento 900 x 1400mm:** - Malha pop 4,2mm 10 x 10 reforçada para concreto + Concreto 20Mpa) com 25 cm de profundidade. **Estrutura Metálica:** - Metalon 50 x 50 x 2mm - Perfil em U 100mm x 3/16" - Portas em alumínio e vidro laminado 5mm com molas de fechamento automático e travas de segurança. **Revestimento:** - Vidro laminado 5 mm **Cobertura:** - Telhas em policarbonato **Pintura:** - Aplicação de Zarcão - Pintura em pistola com tinta esmalte sintética na cor desejada pela administração
10	**Pavimento(s) Superior(es)**: uma Porta com altura de aproximadamente 2000 mm (desn. maior que 2,0 m) ou um Portão com altura de aproximadamente 1100 mm (desn. até 2,0 m) com Travamento Eletromecânico Pavimento(s) Inferior(es): uma Porta com altura de aproximadamente 2000 mm e Travamento Eletromecânico
11	**Botoeiras**: Controle de Chamadas no interior do equipamento e nos pavimentos através de botões com acionamento por Pressão Constante
12	**Pintura do Equipamento**: Eletrostática Texturizada.
13	**Alimentação p/ Equip. / Frequência**: 220V / 60 Hz

Av. Mário Ypiranga, 1695 – Adrianópolis -
Manaus/AM – 69057 002 – Tel: 3236-7356

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 483

IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO

Representante Contratante: Marcelo Alves Magaldi
Cargo/Função: Secretário Municipal de Saúde
CPF: 313.785.362-15

REPRESENTANTE DA GERÊNCIA DE INFRAESTUTURA

Nome Completo: Vicente Machado Monte Junior
Cargo/Função: Gerente de Infraestrutura – SEMSA
Titulo profissional: Engenheiro Civil
CREA: Nº 11717- D/AM
CPF: 735.542.512-91

Marcelo Alves Magaldi
Secretário Municipal de Saúde
Representante da Contratante

Vicente Machado Monte Júnior
Gerente de Infraestrutura - SEMSA

Av. Mário Ypiranga, 1695 – Adrianópolis -
Manaus/AM – 69057 002 – Tel: 3236-7356

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 484

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M A - 12ª R M
PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO
(12ª Cia MB / 1969)

ATESTADO TÉCNICO

Atestamos para fins de participação em licitação pública, que a empresa **S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ.: 06.539.432.0001-51**, sediada à Rua Japurá – Nr 919 – Praça 14 de Janeiro – Manaus-AM, telefone (0XX92) 3087-4547, prestou serviço a esta Unidade de **Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos com troca de peças e acessórios com montagem e desmontagens.**

Outrossim, declaramos que os serviços foram entregues dentro dos padrões estabelecidos pelos órgãos de inspeção e foram cumpridos todos os prazos pactuados, não havendo até o presente momento nada que desabone a boa conduta da supramencionada empresa.

Manaus-AM, 28 de agosto de 2012.

LEANDRO FIGUEIREDO DOS SANTOS - 1º Ten
Chefe da Seção de Aquisição Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M A - 12ª R M
PARQUE REGIONAL DE MANUTENÇÃO
(12ª Cia MB / 1969)

ATESTADO TÉCNICO

Atestamos para fins de participação em licitação pública, que a empresa **S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ.: 06.539.432.0001-51**, sediada à Rua Japurá – Nr 919 – Praça 14 de Janeiro – Manaus-AM, telefone (0XX92) 3087-4547, prestou serviço a esta Unidade de **Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos (confecção de 05(cinco) quadros elétricos para cargas de 60 a 400KVA, com caixa galvanizada, disjuntor eletrônico auto comando por bobinas de disparo).**

Outrossim, declaramos que os serviços foram entregues dentro dos padrões estabelecidos pelos órgãos de inspeção e foram cumpridos todos os prazos pactuados, não havendo até o presente momento nada que desabone a boa conduta da supramencionada empresa.

Manaus-AM, 28 de agosto de 2012.

LEANDRO FIGUEIREDO DOS SANTOS - 1º Ten
Chefe da Seção de Aquisição Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL
SÉTIMO SERVIÇO REGIONAL DE ENGENHARIA

Atesto para os devidos fins que a Empresa SGRH Serviços de Gestão de Recursos Humanos, CNPJ 06.539.432/0001-51, executou em conformidades com a NBR 5419, e de acordo com o Objeto do Contrato de Despesa nº 057/VIICOMAR/2009, o Serviço de Instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas do Prédio do Simulador de Vôo da Base Aérea de Manaus. Contendo a execução dos serviços os seguintes itens:

a) Sistema de Captação constituído de terminais aéreos;
b) Sistema de Descida constituído de cabos de cobre nu; e
c) Sistema de malha de aterramento.

Luiz Verissimo de Aquino Jr.

Luiz Verissimo de Aquino junior
1º Ten Eng Elt
Engenheiro Eletricista CREA 035.432 D/PE

Luiz Verissimo de Aquino Jr.
1º TEN QOENG ELT

Data:30/09/2009

SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL
SERVIÇO REGIONAL DE ENGENHARIA
ESTIMATIVA DE CUSTOS

OBRA: **SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFÉRICAS DA CASA DE GERADORES DO PRÉDIO DO SIMULADOR**

ORÇAMENTO: **071-09**

LOCAL: **BAMN**

Taxas: BDI .....: 20,00%
LS .....: 136,00%

Código	Descrição	Class.	Unid	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
020000P	**INSTALACAO DO CANTEIRO DE OBRA**					**139,07**
020100P	*DEMOLICOES E RETIRADAS*					*139,07*
020119U	DEMOLICAO DE CONCRETO ARMADO	SER.CG	M3	0,64	217,29	139,07
040000P	**SERVICOS GERAIS - INTERNOS**					**173,86**
040100P	*CARGA E TRANSPORTE MANUAL*					*145,94*
040101P	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE	SER.CG	M3	5,78	18,13	104,79
040109U	TRANSPORTE HORIZONTAL DE MATERIAIS A GRANEL EM CARRINHO DE MAO, INCLUSIVE CARGA A PA	SER.CG	TXDAM	20,68	1,99	41,15
040200P	*CARGA E TRANSPORTE MECANIZADO*					*27,92*
040250U	TRANSPORTE DE ENTULHO UTILIZANDO CAMINHAO BASCULANTE DE 6,5 M3, DISTANCIA ATE 5 KM	SER.CG	M3	5,78	4,83	27,92
050000P	**INFRA-ESTRUTURA**					**3.454,59**
050200P	*SERVICOS GERAIS DE FUNDACAO*					*487,82*
050201P	ESCAVACAO MANUAL DE VALA PROFUNDIDADE ATE 2 M	SER.CG	M3	12,00	23,93	287,16
050210P	REATERRO MANUAL APILOADO DE VALA	SER.CG	M3	6,86	29,25	200,66
050300P	*INFRA-ESTRUTURA - FORMAS*					*55,84*
050301P	FORMA DE TABUA DE PINHO PARA CONCRETO ARMADO EM FUNDACAO, UTILIZACAO 5 VEZES	SER.CG	M2	1,60	34,90	55,84
050500P	*INFRA-ESTRUTURA - CONCRETO*					*2.910,94*
050510P	CONCRETO ESTRUTURAL, CONTROLE "B", CONSISTENCIA PARA VIBRACAO, BRITA 1 E 2, FCK 20 MPA	SER.CG	M3	5,14	502,27	2.581,67
050515P	LANCAMENTO E APLICACAO DE CONCRETO EM FUNDACAO	SER.CG	M3	5,14	64,06	329,27
160000P	**REVESTIMENTOS DE PAREDES EXTERNAS**					**23,33**
160100P	*CHAPISCO E ENTELAMENTO*					*4,86*
160101P	CHAPISCO PARA PAREDE EXTERNA C/ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN. 1:3 E=5MM	SER.CG	M2	1,20	4,05	4,86
160200P	*EMBOCO*					*18,47*
160212P	EMBOCO PARA PAREDE EXTERNA C/ARG. CIMENTO SAIBRO AREIA S/PEN. 1:3:3 E=20MM	SER.CG	M2	1,20	15,39	18,47
190000P	**INSTALACOES ELETRICAS**					**8.359,98**
190900P	*REDE DE BAIXA TENSAO - ELETRODUTOS, DUTOS PERFILADOS E ACESSORIOS*					*230,20*
190905P	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL D= 50 MM (1 1/2")	SER.CG	M	8,00	15,15	121,20
190923P	CURVA 90 DE PVC RIGIDO PARA ELETRODUTO ROSCAVEL D= 50 MM (1 1/2")	SER.CG	UN	4,00	11,17	44,68
191940U	ABRACADEIRA EM ACO GALV. TIPO D, D = 1 1/2	SER.CG	UN	8,00	8,04	64,32
191800P	*PARA-RAIOS*					*6.129,78*
191801U	TERMINAL AEREO EM ACO GALVANIZADO H=25CM D=3/8"	SER.CG	UN	8,00	42,77	342,16
191804U	CORDOALHA DE COBRE NU, SECAO 35 MM2	SER.CG	M	120,00	23,52	2.822,40

Anexo I do Caderno Técnico SEI! SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 488

Data 30/09/2009

SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL
SERVIÇO REGIONAL DE ENGENHARIA
ESTIMATIVA DE CUSTOS

OBRA: **SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFÉRICAS DA CASA DE GERADORES DO PRÉDIO DO SIMULADOR**

ORÇAMENTO: **071-09**

LOCAL: **BAMN**

Taxas: BDI .....: 20,00%
LS .....: 136,00%

Código	Descrição	Class	Unid	Quant.	Preço Unit.	Preço Total
191805U	CORDOALHA DE COBRE NU, SECAO 50 MM2	SER.CG	M	55,00	26,94	1.481,70
191808U	CONECTOR EM BRONZE REFORCADO PARA CABO/HASTE	SER.CG	UN	8,00	22,34	178,72
191809U	HASTE DE COBRE COM ALMA DE ACO TIPO "COPPERWELD", MED 2,40 M X 5/8", COM CAIXA DE INSPECAO DO TERRA	SER.CG	UN	8,00	127,96	1.023,68
191810U	CONECTOR EM BRONZE REFORCADO PARA CABO 35MM2	SER.CG	UN	16,00	14,61	233,76
191817U	SUPORTE ISOLADOR SIMPLES COM CHAPA DE ENCOSTO	SER.CG	UN	66,00	14,48	955,68
191818U	SUPORTE ISOLADOR REFORCADO COM CHAPA DE ENCOSTO	SER.CG	UN	16,00	17,57	281,12
191941U	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X50MM	SER.CG	UN	206,00	2,52	519,12
191942U	BUCHA DE NYLON S10	SER.CG	UN	180,00	1,44	259,20
192216U	CONECTOR DE MEDICAO BIMETALICO ALUMINIO/COBRE	SER.CG	UN	4,00	8,06	32,24
210000P	**SERVICOS COMPLEMENTARES EXTERNOS**					**29,47**
210200P	*PAVIMENTACAO*					*29,47*
210230P	PISO CIMENTADO COM ARG. DE CIMENTO E AREIA TRACO 1:4, E=1,5 CM	SER.CG	M2	1,28	23,02	29,47
					TOTAL GERAL:	**12.180,29**

Volare 10 - PINI

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL
SERVIÇO REGIONAL DE ENGENHARIA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de que se fizerem necessário que a EMPRESA SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Doutor Machado, nº 30, Centro, Manaus-AM, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.539.432/0001-51, executou os seguintes serviços ao Sétimo Comando Aéreo Regional, relativos a Adequação da Platibanda do Prédio do Simulador do C-105, localizado na Rua das Águias, s/nº - Base Aérea de Manaus:

Código	Descrição	Class	Unid	Quant.
020000P	**INSTALACAO DO CANTEIRO DE OBRA**			
020100P	*DEMOLICOES E RETIRADAS*			
020117P	DEMOLICAO DE ALVENARIA DE TIJOLO COMUM, SEM REAPROVEITAMENTO	SER.CG	M3	6,48
020400P	*TAPUMES E ALOJAMENTOS*			
020404P	ABRIGO PROVISORIO PARA ALOJAMENTO E DEPOSITO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS	SER.CG	M2	9,00
040000P	**SERVICOS GERAIS - INTERNOS**			
040100P	*CARGA E TRANSPORTE MANUAL*			
040101P	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE	SER.CG	M3	10,00
040200P	*CARGA E TRANSPORTE MECANIZADO*			
040250U	TRANSPORTE DE ENTULHO UTILIZANDO CAMINHAO BASCULANTE DE 6,5 M3, DISTANCIA ATE 5 KM	SER.CG	M3	10,00
040700P	*ANDAIMES*			
040701P	ANDAIME METALICO DE ENCAIXE PARA TRABALHO EM FACHADA DE EDIFICIOS	SER.CG	M2	153,30
090000P	**ESQUADRIAS METALICAS**			
090100P	*PORTAS*			
090107U	GRADIL DE FERRO, INCLUSIVE COLOCACAO E ACABAMENTO, CONSIDERANDO-SE PECAS DE 1 M DE ALTURA	SER.CG	M2	25,92
110000P	**COBERTURA**			
110300P	*ESTRUTURA METALICA*			
110314U	COMPLEMENTO DO GUARDA-CORPO DA ESCADA METALICA DE MARINHEIRO EXISTENTE H=1,50M	SER.CG	KG	82,00
110315U	ESCADA METALICA (NOVA) 1,60X0,60M	SER.CG	KG	135,00
160000P	**REVESTIMENTOS DE PAREDES EXTERNAS**			
160100P	*CHAPISCO E ENTELAMENTO*			
160101P	CHAPISCO PARA PAREDE EXTERNA C/ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA S/PEN. 1:3 E=5MM	SER.CG	M2	10,96

160200P	*EMBOCO*			
160201UD	EMBOCO INCLUSIVE REBOCO PARA PAREDE EXTERNA COM ARGAMASSA DE CIMENTO, SAIBRO E AREIA SEM PENEIRAR, TRACO 1:1:5,5, E = 20 MM	SER.CG	M2	10,96
170000P	**PISOS EXTERNOS**			
170300P	*ACABAMENTOS*			
170324U	PASTILHA DE PORCELANA 5X5CM ASSENT. COM PASTA DE CIMENTO COLANTE	SER.CG	M2	10,96
200000P	**PINTURA**			
200200P	*PINTURA DE FORROS E PAREDES INTERNAS*			
200216P	TEXTURA ACRILICA EM PAREDE INTERNA OU EXTERNA COM UMA DEMAO	SER.CG	M2	120,96
200300P	*PINTURA EM PAREDES EXTERNAS*			
200302P	EMASSAMENTO DE PAREDE EXTERNA COM MASSA ACRILICA COM DUAS DEMAOS, PARA PINTURA LATEX	SER.CG	M2	10,96
200303P	LATEX ACRILICO EM PAREDE EXTERNA COM DUAS DEMAOS, SEM MASSA CORRIDA	SER.CG	M2	42,00
210000P	**SERVICOS COMPLEMENTARES EXTERNOS**			
210400P	*QUADRA DE ESPORTES*			
210410U	TINTA ACRILICA EM PISO, DUAS DEMAOS, APLICADA COM ROLO DE LA	SER.CG	M2	40,00
210500P	*LIMPEZA FINAL*			
210503P	LIMPEZA GERAL DA EDIFICACAO	SER.CG	M2	40,00

Atesto ainda, que não há nada em nossos arquivos que desabone tecnicamente a referida empresa até a presente data, sendo, contudo, constatada a capacidade técnica dos serviços supracitados.

Manaus, 13 de julho de 2010.

Tânia Sandra da Silva Botelho – 1º Ten. QCOA Civ
Engenheira Civil – CREA Nº 11072 D/AM

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL
SERVIÇO REGIONAL DE ENGENHARIA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de que se fizerem necessário que a EMPRESA SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Doutor Machado, nº 30, Centro, Manaus-AM, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.539.432/0001-51, executou os seguintes serviços ao Sétimo Comando Aéreo Regional, relativo a Recuperação do Muro da Área Patrimonial do VII COMAR:

Código	Descrição	Class	Unid	Quant.
020000P	**INSTALACAO DO CANTEIRO DE OBRA**			
020100P	*DEMOLICOES E RETIRADAS*			
020117P	DEMOLICAO DE ALVENARIA DE TIJOLO COMUM, SEM REAPROVEITAMENTO	SER.CG	M3	2,59
020400P	*TAPUMES E ALOJAMENTOS*			
020404P	ABRIGO PROVISORIO PARA ALOJAMENTO E DEPOSITO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS	SER.CG	M2	9,00
040000P	**SERVICOS GERAIS - INTERNOS**			
040100P	*CARGA E TRANSPORTE MANUAL*			
040101P	CARGA MANUAL DE ENTULHO EM CAMINHAO BASCULANTE	SER.CG	M3	5,00
040200P	*CARGA E TRANSPORTE MECANIZADO*			
040250U	TRANSPORTE DE ENTULHO UTILIZANDO CAMINHAO BASCULANTE DE 6,5 M3, DISTANCIA ATE 5 KM	SER.CG	M3	5,00
050000P	**INFRA-ESTRUTURA**			
050200P	*SERVICOS GERAIS DE FUNDACAO*			
050201P	ESCAVACAO MANUAL DE VALA PROFUNDIDADE ATE 2 M	SER.CG	M3	0,79
050207P	APILOAMENTO DE FUNDO DE VALA COM MACO DE 30 KG	SER.CG	M2	0,05
050212P	LASTRO DE CONCRETO INCLUINDO PREPARO E LANCAMENTO	SER.CG	M3	0,01
050400P	*INFRA-ESTRUTURA - ARMADURAS*			
050403P	ARMADURA DE ACO CA-50 MEDIA D= 6,3 A 10 MM (1/4 A 3/8")	SER.CG	KG	11,78
050405P	ARMADURA DE ACO CA-60 FINA D= 4,2 A 6,0 MM	SER.CG	KG	0,99
050500P	*INFRA-ESTRUTURA - CONCRETO*			
050509P	CONCRETO ESTRUTURAL, CONTROLE "A", CONSISTENCIA PARA VIBRACAO, BRITA 1 E 2, FCK 20 MPA	SER.CG	M3	1,00
050515P	LANCAMENTO E APLICACAO DE CONCRETO EM FUNDACAO	SER.CG	M3	1,00

COMANDO DA AERONÁUTICA
VISTO

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUCOES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 492

060200P	*SUPERESTRUTURA - ARMADURAS*			
060203P	ARMADURA DE ACO CA-50 MEDIA D= 6,3 A 10 MM (1/4 A 3/8")	SER.CG	KG	14,44
060205P	ARMADURA DE ACO CA-60 FINA D= 4,2 A 6,0 MM	SER.CG	KG	4,80
060300P	*SUPERESTRUTURA - CONCRETO*			
060331P	CONCRETO ESTRUTURAL, CONTROLE "A", CONSISTENCIA PARA VIBRACAO, BRITA 1 E 2, FCK 20 MPA	SER.CG	M3	0,25
060400P	*CONCRETO DOSADO EM CENTRAL*			
060411P	LANCAMENTO E APLICACAO DE CONCRETO EM ESTRUTURA	SER.CG	M3	0,25
070000P	**PAREDES E PAINEIS**			
070100P	*ALVENARIA DE VEDACAO (INFRA-ESTRUTURA)*			
070161UD	ALVEN. COM BLOCO CALHA DE CONCRETO PARA CINTAS 14X19X39 CM E=14 CM EMPREG ARG.MISTA DE SAIBRO TRACO 1:1:5,5	SER.CG	M2	1,82
070100U	*ALVENARIA DE VEDACAO (SUPRA-ESTRUTURA)*			
070154P	ALVEN. COM BLOCO DE CONCRETO 9X19X39 CM E=9 CM EMPREG. ARG.MISTA DE SAIBRO TRACO 1:1:5,5	SER.CG	M2	28,80
070154UD	ALVEN. COM BLOCO CALHA DE CONCRETO PARA CINTAS 9X19X19 CM E=9 CM EMPREG ARG.MISTA DE SAIBRO TRACO 1:1:5,5	SER.CG	M2	1,82
070161U	ALVEN. COM MEIO BLOCO DE CONCRETO 14X19X19 CM E=14 CM EMPREG. ARG.MISTA DE SAIBRO TRACO 1:1:5,5	SER.CG	M	9,00
210000P	**SERVICOS COMPLEMENTARES EXTERNOS**			
210100P	*MUROS E FECHAMENTOS*			
210106U	CONCERTINA SOBRE MURO OU CERCA, MOLDADA EM PERFIL DE ACO EM "L" DE 3/4", COM ALTURA DE 63 CM E ESPACAMENTO DE 3,20 M ENTRE CANTONEIRAS COM DUAS FIADAS DE CABO DE ACO 25 MM, INCLUINDO A INSTALACAO	SER.CG	M	17,00

Atesto ainda, que não há nada em nossos arquivos que desabone tecnicamente a referida empresa até a presente data, sendo, contudo, constatada a capacidade técnica dos serviços supracitados.

Manaus, 13 de julho de 2010.

Tânia Sandra da Silva Botelho – 1º Ten. QCO/A Civ
Engenheira Civil – CREA Nº 11072 D/AM

COMANDANTE DA AERONÁUTICA
VII COMAR

Certifico de acordo com o disposto no Art. 5º, parágrafo [illegible] do Decreto nº 70.235, que a presente [illegible] é fiel do documento original.

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 493

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Nº 929809/2016
Emissão: 28/07/2017
Validade: Indefinida
Chave: Ad2c0

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) - ARTs, constante(s) da Presente CERTIDÃO, tendo sido comprovada a execução e conclusão da(s) obra(s) e/ou serviço(s) indicado(s) conforme descrição(ões) abaixo.

Descrição

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Interessado(a)

Profissional: MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA
Registro: 040457480-7
CPF: 161.386.352-72
Endereço: RUA PROFESSOR JOAO LEDA, 19, COLONIA OLIVEIRA MACHADO, MANAUS, AM, 69074030

Tipo de Registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)
Data Inicial: 10/10/2007

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7,COMBINADO COM O ARTIGO 25 E PARAGRADO UNICO DA RES.218/73 CONFEA
Instituição de Ensino: INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZONIA - UTAM
Data de Formação: 29/09/1999

TECNÓLOGO

TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL
Atribuição: ARTS.3 E 4 DA RESOLUCAO 313/86 DO CONFEA.
Instituição de Ensino: INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZONIA - UTAM
Data de Formação: 06/01/1990

Empresa Contratada

S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA

Informações / Notas

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

- Conforme ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, anexo (05 páginas, emitido em 17/08/2016), circunscrito APENAS às atividades inerentes à sua modalidade, ENGENHEIRA CIVIL, TECNÓLOGA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, em coerência com as suas atribuições profissionais. EXCETUAM-SE: atividades da Eng. Elétrica (instalação de alarme de emergência e bebedouros), por serem fora das atribuições da profissional. O Engenheiro Civil Manasses Ibernon Maia é profissional habilitado no âmbito do sistema Confea-Crea, com registro nacional sob o N.º 040056655-9. CERTIFICAMOS, finalmente, que a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações declaradas constantes nos documentos que se encontram vinculados à presente Certidão de Acervo Técnico ? CAT, cabe aos seus emissores.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

ART(s)

338322014

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 09:35
Chave de Impressão: Ad2c0

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ad2c0
Impresso em: 31/07/2017 às 09:35:22 por: adapt, ip: 191.189.16.0

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Prefeitura do Campus Universitário – PCU
Departamento de Engenharia – DE
Coordenação de Fiscalização de Obras

UFAM

Fls 1/5 do ACT nº 001/2016/CFO/DE/PCU/UFAM

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – ACT 001/2016/CFO/DE/PCU/UFAM

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM**, localizada na Av. Rodrigo Otávio, nº 6200, Bairro Coroado I, Manaus – AM, CEP nº 69.100-000, através do departamento de Engenharia da Prefeitura do Campus Universitário da UFAM-AM, atesta para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **06.539.432/0001-51**, com sede à Rua Albert Sabin, nº 624 – Parque Dez de Novembro, Manaus – AM, tendo como responsável técnico a Eng. Civil MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA, inscrita no CREA-AM nº 4765-D, e executou satisfatoriamente a obra de **REFORMA E ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NBR9050 NO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA – CAMPUS ALTO SOLIMÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM** em Benjamin Constant – AM, referente ao Contrato nº 15/2014 – FUA, conforme dados a seguir:

1. Dados da Obra	
Contrato	015/2014 – FUA
Local de execução	INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA, sito a Rua 1º de Maio, S/N, Bairro Colônia - Benjamin Constant /AM – CEP 69630-000
Período de execução	Início: 02/10/2014 ; Término: 02/02/2015 Prazo de execução efetivo: 120 dias
Valor da Obra	R$ 160.000,00

2. Dados da Contratante	
Razão Social	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CNPJ	04.078.626/0001-97
Endereço	Av. Rodrigo Otávio, nº 6200, Bairro Coroado I, Manaus – AM, CEP nº 69.100-000

3. Dados da Contratada

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

Razão Social	SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP
CNPJ	06.539.432/0001-51
Endereço	Rua Albert Sabin, nº 624 – Parque Dez de Novembro, Manaus – AM

4. Dados do Responsável Técnico	
Nome	MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA
Titulo Profissional	Engenheira Civil
RNP	040457480-7
Registro no Crea	4765-D
ART	33832 / 2014

5. Serviços Executados

910 metros lineares de sinalização tátil, instalação de 106 placas tátil/relevo, instalação de 115 placas de identificação de ambiente, instalação de 08 bebedouros acessíveis, instalação de 08 alarmes de emergência sem fio para Banheiros PNE's, adequação de 08 banheiros e sinalização e demarcação de 540 metros lineares de estacionamento.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA		
1.000.000.001	Barracão de Obra	m²	20,00
1.000.000.002	Placa de Obra	m²	10,00
1.000.000.003	Sanitário para operários	unid	1,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.000.000.001	Administração da obra	mês	4,00
2.000.000.002	Retirda cuidadosa de ladrilho e argam de assent	m²	19,00
2.000.000.003	Demolição de piso em concreto	m³	8,00
2.000.000.004	Demolição de alvenaria de TIJ	m³	6,00
2.000.000.005	Demolição de contrapiso	m²	30,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

2.000.000.006	Regularização manual de concreto	m²	120,00
2.000.000.007	Aterro apiloado manual	m³	6,00
2.000.000.008	Carga manual de entulho	m³	30,00
2.000.000.009	Transp de entulho dist 15km	m³xkm	30,00
2.000.000.010	Eletrod PVC RIG ROSC 1 1/2"	m	60,00
2.000.000.011	Cabo de cobre isolado 6mm	m	120,00
2.000.000.012	Tomada de embutir	unid	8,00
2.000.000.013	Tubo água PVC 32mm+conex+inst	m	30,00
2.000.000.014	Tubo esgoto 50mm+conex+inst	m	30,00
2.000.000.015	Pintura acrílica (concreto)	m²	80,00
2.000.000.016	Piso em concr desempenado (rampas)	m²	35,00
2.000.000.017	Regulariz de piso esp 2cm	m²	45,00
2.000.000.018	Forma e desforma	m²	15,00
2.000.000.019	Piso ceram pel 4 antiderr	m²	30,00
2.000.000.020	Azulejo 15x15 1ª	m²	30,00
2.000.000.021	Piso Ladrilho p/ rampas	m²	40,00
2.000.000.022	Reboco em teto argamassa	m²	5,00
2.000.000.023	Reboco para paredes	m²	20,00
3	**ESTACIONAMENTO ADAPTADO**		
3.000.000.001	Pintura epoxi (demarcação do piso)	m²	50,00
3.000.000.002	Placa de sinalização (cadeirante)	m²	4,00
4	**SINALIZAÇÃO TÁTIL DE PISO**		
4.000.000.001	Piso tátil borracha 7mm argam área externa (direcional)	m²	14,00
4.000.000.002	Piso tátil borracha 7mm argam área externa (alerta)	m²	5,00
4.000.000.003	Piso tátil borracha 4mm colada área interna (direcional)	m²	120,00
4.000.000.004	Piso tátil borracha 4mm colada área interna (alerta)	m²	43,00
5	**SINALIZAÇÃO VISUAL/TÁTIL PORTAS/CORRIMÃO**		
5.000.000.001	Placa tátil/relevo diversa	pçs	106,00
5.000.000.002	Placa tátil para corrimão	pçs	12,00
5.000.000.003	Sinalizador de degraus	pçs	108,00
5.000.000.004	Anel text. sinaliz. de corrimão	pçs	12,00
5.000.000.005	Placa pictograma	unid	115,00
6	**EQUIPAMENTOS**		
6.000.000.001	Alarme emerg sem fio banheiro	unid	8,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Prefeitura do Campus Universitário – PCU
Departamento de Engenharia – DE
Coordenação de Fiscalização de Obras
UFAM

6.000.000.002	Babedouro acessível	unid	8,00
7	**DIVERSOS**		
7.000.000.001	Vaso sanit ppd p510 forn e inst	unid	5,00
7.000.000.002	Assento vaso sanit forn e inst	unid	5,00
7.000.000.003	Torneira para lavatório bancada	unid	8,00
7.000.000.004	Lavatório louça suap NBR 9050	unid	5,00
7.000.000.005	Porta sabonete	unid	8,00
7.000.000.006	Espelho cristal moldura madeira	m²	8,00
7.000.000.007	Barra de apoio lateral fixa 80cm	unid	12,00
8	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
8.000.000.001	Limpeza de áreas internas	m²	200,00
8.000.000.002	Limpeza em áreas externas	m²	150,00

6. Identificação do Signatário	
Fiscal do Contrato	
Nome	ABIMAEL FILGUEIRAS DE OLIVEIRA
Cargo / Função	Arquiteto e Urbanista
CAUA	A51.484-5
SIAPI	1757360
CPF	335.759.322-04
Assinatura (com carimbo)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS INSTITUTO NATUREZA E CULTURA Abimael Filgueiras de Oliveira Arquiteto Urbanista
Profissional Habilitado	
Nome	MANASSÉS IBERNON MAIA
Cargo / Função	Engenheiro Civil
CREA	11116-D/AM
SIAPI	1662105
CPF	604.005442-53
Assinatura (com carimbo)	Manassés Ibernon Maia Eng. Civil - SIAPE 1662105 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Av. Rodrigo Otávio, 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho - Coroado, Mini Campus setor Sul, CEP: 69077-000 – Manaus/AM Telefones: (92) 3305-4002 e-mail: pcu@ufam.edu.br

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Prefeitura do Campus Universitário – PCU
Departamento de Engenharia – DE
Coordenação de Fiscalização de Obras

UFAM

Fls 5/5 do ACT nº 001/2016/CFO/DE/PCU/UFAM

A referida empresa cumpriu rigorosamente os Termos do contrato firmado e executou as obras em total conformidade aos projetos e às especificações técnicas estabelecidas, não existindo, portanto, nenhum fato que desabone sua Idoneidade Técnica.

Manaus – AM, 17 de agosto de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Prefeitura do Campus Universitário
Atias Augusto Bacellar
Prefeito
CPF 059787.712-04

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Coordenação de Fiscalização de Obras
Eng. Manassés Ibernon Maia
Coordenador
Portaria nº 480/2016
SIAPE – 1662105
CREA-11116-D/AM

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Av. Rodrigo Otávio, 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho - Coroado, Mini Campus setor Sul, CEP: 69077-000 – Manaus/AM Telefones: (92) 3305-4002 e-mail: pcu@ufam.edu.br

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

ART ART
Nº 0000338322014

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA

Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL, TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL** RNP: **040457480-7**

Empresa contratada: **S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA** Registro: **000000339-7**

2. Contratante

Contratante: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69.100-000**

País: **Brasil**

Telefone: **92-3305-4010** Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Contrato: **0420140033832** Celebrado em: **09/05/2014**

Valor: **R$ 160.000,00** Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

Ação Institucional: **Outros**

Situação: **BAIXA DE ART**

Atendido: **SIM** Data da Situação: **20/01/2016**

Motivo: **CONCLUSÃO DA OBRA/SERVIÇO**

Descrição:

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

RUA PRIMEIRO DE MAIO Nº: **05**

Complemento: **CAMPUS ALTO SOLIMÕES/UFAM** Bairro: **COLONIA**

Cidade: **BENJAMIN CONSTANT** UF: **AM** CEP: **69.630-000**

Telefone: Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: Longitude:**

Data de Início: **02/10/2014** Previsão de término: **Não especificado**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1 - OUTRO		
200 - OUTRO > #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)	160.000,00	r$

5. Observações

REFORMA E ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NBR 9050 NO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA - CAMPUS ALTO SOLIMÕES/UFAM - BENJAMIN CONSTANT
INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE
Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA - CPF: 161.386.352-72

_____, _____ de _____ de _____

Local data

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - CNPJ: 04.378.626/0001-97

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 167,68** Pago em: **14/11/2014** Nosso Número: **8300694683**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: a79d8
Impresso em: 31/07/2017 às 09:35:23 por: adapt, ip: 191.189.16.0

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Nº 923273/2015
Emissão: 19/01/2016
Validade: Indefinida
Chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) - ARTs, constante(s) da Presente CERTIDÃO, tendo sido comprovada a execução e conclusão da(s) obra(s) e/ou serviço(s) indicado(s) conforme descrição(ões) abaixo.

Descrição

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Interessado(a)

Profissional: MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA
Registro: 040457480-7
CPF: 161.386.352-72
Endereço: RUA PROFESSOR JOAO LEDA, 19, COLONIA OLIVEIRA MACHADO, MANAUS, AM, 69074030
Tipo de Registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de Registro: 10/11/1992

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHARIA CIVIL
Atribuição: ART.7,COMB.COM O ART.25 E PAR.UNICO DA RES.218/73 CONFEA

TECNÓLOGO

TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL
Atribuição: ARTS.3 E 4 RES.313/86

TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL
Atribuição: ARTS.3 E 4 DA RESOLUCAO 313/86 DO CONFEA.

Informações / Notas

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.
- Signatário: Sr. ANTÔNIO TIMÓTEO PRINTES DA SILVA, CPF.: 130.024.062-87

ART(s)

67682015, AM20150034283

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

ATESTADO CAPACIDADE TÉCNICA

A Fundação Universidade do Amazonas - FUA, através da **Divisão de Projetos e Fiscalização de Obras da Prefeitura do Campus Universitário da UFAM**, atesta para os devidos fins, que a empresa **SGRH Serviços de Gestão de Recursos Humanos e Construções LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.539.432/0001-51, responsável técnica **MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA**, registro profissional Eng. Civil, **CREA/ AM 4765-D**, com sede à Av. Albert Sabin, nº 624, quadra G, Conj. Shangrilá IV, Parque Dez de novembro, executou satisfatoriamente os serviços de **REFORMA E ADAPTAÇÃO ÁS NORMAS DE ACESSIBILIDADE DO BLOCO 02 DA FACULDADE DE DIREITO E ACESSO AO ESTACIONAMENTO DO SETOR NORTE DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO – UFAM**, conforme discriminação a seguir:

01.0) NATUREZA: **INSTITUCIONAL**

02.0) LOCAL: **Av. Rodrigo Otávio, 6200 – Setor Norte, Campus Universitário, Coroado, Manaus-AM.**

03.0) ÁREA CONSTRUÍDA: **1.341,00 m²**

04.0) RESPONSAVEL TECNICO UFAM (ATESTADO): **Eng. Civil Jerônimo Wallage Araújo Morais – SIAPE: 1680476, CREA/AM 12300-D**

05.0) PRAZO DE EXECUÇÃO: **120 (cento e vinte) dias.**

06.0) DATA DE INÍCIO: **13 de outubro de 2014.**

07.0) VALOR DA OBRA: **R$ 199.000,00 (cento e noventa nove mil reais)**

08.0) TERMO ADITIVO (VALOR): **R$ 13.929,97 (treze mil, novecentos e vinte nove reais e noventa sete centavos),** com prorrogação do prazo de execução de 30 (trinta) dias.

Jerônimo W. Araújo Morais
Engenheiro Civil
CREA/AM 12300-D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Antônio Timóteo Printes da Silva
Gerente

PREFEITO EM EXERCÍCIO
SIAPE Nº 1758274
CPF 130.024.062-87

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 502

SERVIÇOS EXECUTADOS

OBRA : REFORMAS E ADAPTAÇÕES - ACESSIBILIDADE
ORÇAMENTO : DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES, RETIRADAS E INSTALAÇÕES
CONTRATO: 041/ 2014 - FUA
CONTRATADA: SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA. EPP
LOCAL : BLOCO 02 / FD - SETOR NORTE CAMPUS MANAUS

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO (R$)	PREÇO TOTAL (R$)
	1	**INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS**				
	1.1	BARRACÃO DE OBRA	M2	20,00	170,88	3.417,60
	1.2	PLACA DE OBRA	M2	10,00	223,29	2.232,90
	1.3	SANITÁRIO PARA OPERÁRIOS	UNI	1,00	2.129,79	2.129,79
		TOTAL				**R$ 7.780,29**
	2	**SERVIÇOS PRELIMINARES**				
	2.1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	MÊS	4,00	8.104,15	32.416,60
	2.2	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	M3	2,50	110,28	275,70
	2.3	RETIRADA CUIDADOSA DE LADRILHO E ARGAM DE ASSENT	M2	75,00	9,86	739,50
	2.4	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLO	M3	1,50	29,87	44,81
	2.5	DEMOLIÇÃO DE CONTRAPISO	M2	75,00	9,86	739,50
	2.6	ESCAVAÇÃO MANUAL	M3	3,00	24,85	74,55
	2.7	CARGA MANUAL DE ENTULHO	M3	8,00	12,74	101,92
	2.8	CARGA MANUAL DE TERRA	M3	4,00	11,50	46,00
	2.9	TRANSP. DE ENTULHO DIST. 30KM	M3xKM	360,00	4,80	1.728,00
	2.10	REGULARIZ DE PISO ESP 2CM	M2	278,00	15,40	4.281,20
	2.11	CONCRETO 15MPA PREP MEC	M3	1,00	468,50	468,50
	2.12	ARM FERRO CA50 P/1,00m3 CONCR	UNI	1,00	510,88	510,88
	2.13	FORMA/DESF EM TÁBUAS	M2	8,00	51,01	408,08
	2.14	LADRILHO HIDR 20x20 COM ASSENT	M2	20,00	57,50	1.150,00
	2.15	DIVISÓRIA EM CONCRETO ALT 1.60	M2	3,20	188,60	603,52
	2.16	PINTURA VERNIZ 3 DEM	M2	75,00	10,90	817,50
	2.17	PINTURA ACR 3 DEM	M2	120,00	10,20	1.224,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016
Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas
A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

	2.18	ELETROD PVC RIG ROSC 1 1/2"	M	15,00	16,86	252,90
	2.19	CABO DE COBRE ISOLADO 6MM	M	45,00	4,20	189,00
	2.20	TOMADA DE EMBUTIR	UNI	8,00	15,02	120,16
	2.21	TUBO ÁGUA PVC 32MM+CONEX+INST	M	12,00	15,33	183,96
	2.22	TUBO ESGOTO 50MM+CONEX+INST	M	12,00	20,29	243,48
	2.23	TUBO ESGOTO 100MM+CONEX+INST	M	12,00	31,60	379,20
	2.24	REBOCO EM TETO ARGAMASSA	M2	10,00	16,49	164,90
	2.25	REBOCO PARA PAREDES	M2	20,00	9,47	189,40
	2.26	AZULEJO 15X15 1ª	M2	40,00	35,08	1.403,20
	2.27	PISO CERAM PEI 4 ANTIDERR	M2	8,00	37,13	297,04
		TOTAL				**R$ 49.053,50**
	3	**ESTACIONAMENTO ADAPTADO**				
	3.1	PINTURA EPOXI (DEMARCAÇÃO PISO)	M2	15,00	26,82	402,30
	3.2	PLACA DE SINALIZAÇÃO (CADEIRANTE)	M2	1,00	223,29	223,29
		TOTAL				**R$ 625,59**
	4	**SINALIZAÇÃO TÁTIL DE PISO**				
	4.1	PISO TÁTIL BORRACHA 7mm ARGAM ÁREA EXTERNA (DIRECIONAL)	M2	60,00	116,87	7.012,20
	4.2	PISO TÁTIL BORRACHA 7mm ARGAM ÁREA EXTERNA (ALERTA)	M2	15,00	116,55	1.748,25
	4.3	ASSENT. PISO TÁTIL BORR (COLA)	M2	75,00	10,10	757,50
		TOTAL				**R$ 9.517,95**
	5	**SINALIZAÇÃO VISUAL/TÁTIL PORTAS/CORRIMÃO**				
	5.1	PLACA TÁTIL/RELEVO DIVERSA	PÇS	20,00	99,27	1.985,40
	5.2	PLACA TÁTIL PARA CORRIMÃO	PÇS	8,00	32,32	258,56
	5.3	SINALIZADOR DE DEGRAUS	PÇS	76,00	4,60	349,60
	5.4	ANEL TEXT SINALIZ DE CORRIMÃO	PÇS	8,00	31,75	254,00
	5.5	MAPA TÁTIL ACRÍLICO 45x48cm	PÇS	2,00	1.950,55	3.901,10
	5.6	PLACA PICTOGRAMA PVC	UNI	30,00	21,29	638,70
		TOTAL				**R$ 7.387,36**

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 504

	6	**EQUIPAMENTOS**				
	6.1	PLATAFORMA ELEVATÓRIA C/ENCLAUSURAMENTO VIDRO LAMIN	UNI	1,00	93.206,75	93.206,75
	6.2	ALARME EMERG SEM FIO BANHEIRO	UNI	4,00	1.100,10	4.400,40
	6.3	BEBEDOURO ACESS P/ 113 PESSOAS	UNI	2,00	2.200,00	4.400,00
		TOTAL				**102.007,15**
	7	**DIVERSOS**				
	7.1	VASO SANIT PPD P510 FORN E INST	UNI	4,00	330,02	1.320,08
	7.2	ASSENTO VASO SANIT FORN E INST	UNI	4,00	144,50	578,00
	7.3	PORTA EM MADEIRA E VENEZIANA 1,20x2,10	UNI	4,00	1.112,55	4.450,20
	7.4	PORTA EM COMP PARA WC LAMIN.	UNI	4,00	211,66	846,64
	7.5	PERFIL CANT ALUM 1X1"	M	43,20	17,59	759,89
	7.6	FECHAD DE EMB EXTERNA ACAB SUP	UNI	4,00	210,41	841,64
	7.7	FECHAD DE EMB INT WC ACAB SUP	UNI	4,00	179,50	718,00
	7.8	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO BANCADA	UNI	6,00	31,13	186,78
	7.9	BANCADA DE MARM BRANCO E=3 L=60	M	10,30	409,22	4.214,97
	7.10	PORTA SABONETE	UNI	4,00	20,10	80,40
	7.11	BARRA DE APOIO LATERAL FIXA 80CM	UNI	20,00	180,50	3.610,00
		TOTAL				**R$ 17.606,59**
	8	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**				
	8.1	LIMPEZA DE ÁREAS INTERNAS	M2	120,00	4,34	520,80
	8.2	LIMPEZA DE ÁREAS EXTERNAS	M2	580,00	4,34	2.517,20
	8.3	PLANTIO DE ARBUSTO 1m	UNI	15,00	138,50	2.077,50
		TOTAL				**R$ 5.115,50**
					TOTAL GERAL:	**199.000,00**

SERVIÇOS EXECUTADOS – TERMO ADITIVO

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 505

AJUSTE DE PLANILHA (ADITIVO)

Orçamento Sintético Global (GLOBAL)

DATA BASE - REGIÃO: SINAPI - Manaus/AM (MES: Dezembro/2014 com Desoneração)

OBRA : REFORMAS E ADAPTAÇÕES - ACESSIBILIDADE — **TAXAS: BDI= 27,60% |LS= 85,34%**
ORÇ : DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES, RETIRADAS E INSTALAÇÕES
LOCAL : BLOCO 02 / FD - SETOR NORTE CAMPUS MANAUS

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO (R$)	PREÇO TOTAL (R$)
	2	**SERVIÇOS PRELIMINARES**				
72897	2.7	CARGA MANUAL DE ENTULHO	M3	0,39	12,74	4,97
72900	2.9	TRANSP. DE ENTULHO DIST. 30KM	M3xKM	11,70	4,80	56,16
89357		TUBO ÁGUA PVC 25MM+CONEXÕES	M	7,00	13,78	96,47
74165/002	2.22	TUBO ESGOTO 50MM+CONEXÕES	M	5,00	20,29	101,45
74165/004	2.23	TUBO ESGOTO 100MM+CONEXÕES	M	4,00	31,60	126,40
73925/002	2.26	AZULEJO 15X15 1ª	M2	39,20	35,08	1.375,00
		TOTAL				**R$ 1.760,44**
	3	**ESTACIONAMENTO ADAPTADO**				
72815	3.1	PINTURA EPOXI (DEMARCAÇÃO PISO)	M2	165,00	26,82	4.425,30
84122	3.2	PLACA DE SINALIZAÇÃO (CADEIRANTE)	M2	3,00	223,29	669,87
		TOTAL				**R$ 5.095,17**
	7	**DIVERSOS**				
74139/001	7.4	PORTA EM COMP PARA WC LAMIN.	UNI	4,00	211,66	846,64
74069/002	7.7	FECHAD DE EMB INT WC ACAB SUP	UNI	4,00	179,50	718,00
73949/003	7.8	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO BANCADA	UNI	4,00	31,13	124,52
	7.10	PORTA PAPEL HIGIENICO	UNI	10,00	35,84	358,40
		PORTA TOALHA PAPEL	UNI	4,00	49,50	198,00
83566	2.20	TOMADA DE EMBUTIR	UNI	4,00	15,02	60,08
40729		VÁLVULA DE DESCARGA DE "1 1/2"" COM REGISTRO E ACABAMENTO EM METAL CROMADO	UNI	2,00	260,79	521,58
89495		RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO	UNI	4,00	6,25	25,01
86883		SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 3/4" X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃ	UNI	5,00	19,91	99,53

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

86884		ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNI	4,00	5,91	23,63
72295		CAP PVC ESGOTO 100MM (TAMPÃO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNI	4,00	11,65	46,60
72787		ADAPTADOR PVC SOLDAVEL COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'AGUA 50MMX1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNI	4,00	36,54	146,18
72791		ADAPTADOR PVC SOLDAVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA 40MMX1.1/4 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNI	4,00	28,20	112,80
73953/005		LUMINARIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATOR DE PARTIDA RAPIDA E LAMPADA FLUORESCENTE 1X40W, COMPLETA, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNI	6,00	74,65	447,88
88420		APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DE SACADA DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA COR	M2	30,00	22,28	668,37
7608		CHUVEIRO	UNI	2,00	6,83	13,67
85118		REGISTRO PRESSAO 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNI	1,00	65,83	65,83
83417		CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 2,5MM2 ANTI-CHAMA	M	100,00	3,75	375,14
		TOTAL				R$ 4.851,85
					TOTAL GERAL:	11.707,46

A referida Empresa cumpriu rigorosamente os Termos do contrato firmado e executou as obras em total conformidade aos projetos e às especificações técnicas estabelecidas, não existindo, portanto, nenhum fato que desabone sua Idoneidade Técnica.

Manaus (AM), 18 de novembro de 2015.

Jerônimo W. Araújo Morais
Engenheiro Civil
CREA/AM 12300-D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Antônio Timóteo Printes da Silva
Contador
PREFEITO EM EXERCÍCIO
CPF 130.024.062-87

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 507

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

ART ART
Nº 0000067682015

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA

Título profissional: **ENGENHARIA CIVIL, TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL** RNP: **040457480-7**

Empresa contratada: **S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA** Registro: **000000339-7**

2. Contratante

Contratante: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69.100-000**

Telefone: **92-3305-4010** Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Contrato: **0420150006768** Celebrado em: **19/09/2014**

Valor: **R$ 199.000,00** Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

Ação Institucional: **Outros**

Situação: **BAIXA DE ART**

Atendido: **SIM** Data da Situação:

Motivo: **CONCLUSÃO DA OBRA/SERVIÇO**

Descrição: **Obra concluída.**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69.100-000**

Telefone: Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: Longitude:**

Data de Início: **13/10/2014** Previsão de término: **Não especificado**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1 - OUTRO		
200 - OUTRO > #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)	199.000,00	R$

5. Observações

REFORMA E ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE DO BLOCO 02 / FACULDADE DE DIREITO E ACESSO AO ESTACIONAMENTO DO SETOR NORTE DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFAM.
INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE
Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA - CPF: 161.386.352-72

_____, _____ de _____ de _____

Local data

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - CNPJ: 04.378.626/0001-97

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 178,34** Pago em: **20/03/2015** Nosso Número: **8300309021**

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

ART OBRA / SERVIÇO
Nº AM20150034283

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

COMPLEMENTAR à 67682015
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA

Título profissional: **ENGENHARIA CIVIL, TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL** RNP: **040457480-7**

Empresa contratada: **S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA** Registro: **000000339-7**

2. Contratante

Contratante: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69100000**

Telefone: **92-3305-4010** Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Contrato: **0420150006768** Celebrado em: **19/09/2014**

Valor: **R$ 13.929,97** Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69100000**

Telefone: Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 0 Longitude: 0**

Data de Início: **13/10/2014** Previsão de término: **22/06/2015**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1 - OUTRO		
200 - OUTRO > #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)	1,00	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

REFORMA E ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE DO BLOCO 02 / FACULDADE DE DIREITO E ACESSO AO ESTACIONAMENTO DO SETOR NORTE DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFAM. INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO) Referente ao Termo Aditivo nº 01/2015 do Contrato nº 41/2014.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA - CPF: 161.386.352-72

_____, _____ de _____ de _____

Local data

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - CNPJ: 04.378.626/0001-97

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 67,68** Pago em: **28/12/2015** Nosso Número: **8301316467**

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Acervo Técnico

No. 097/2014

Nome: **MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA**
No. CREA: **4765-D/AM**
Modalidade(s): **TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL**
ENGENHEIRO CIVIL
Endereço: RUA PROFESSOR JOAO LEDA N.19
COLONIA OLIVEIRA MACHADO - MANAUS/AM
Atribuições: **ART.7,COMB.COM O ART.25 E PAR.UNICO DA RES.218/73 CONFEA**
ARTS.3 E 4 RES.313/86

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA constam a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 18816/2013 de 08/07/2013
Contratante: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE.
Empresa Contratada: S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA
Local Obra/Serviço: RUA OSWALDO CRUZ, 51, GLÓRIA
- MANAUS/AM
Valor Obra/Serviço: R$ 20.000,00
Execução de Serviços de Engenharia referente à Realização do serviço de isolamento acústico da Sala de Reunião e sala do gabinete da Superitendência Estadual da FUNASA/AM, com 60,3m². Contrato nº 10/2013. Prazo de Execução de 30 (trinta) dias.
INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE
Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

Histórico: Conforme atestado anexo (01 página, emitido em 08/11/2013), circunscrito APENAS às atividades inerentes as suas modalidades, ENG.CIVIL, em coerência com as suas correspondentes atribuições profissionais. Obs.: Signatários do atestado - Sr. Gedeão Timóteo Amorim: CPF Nº 011.968.202-87; Sr. Paulo Roberto da Silva Machado: CPF Nº 193.433.372-72 e Eng. Civ. Wemerson Luis de Souza: CPF Nº 008.407.236-95. CERTIFICAMOS, finalmente, que a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações declaradas constantes nos documentos que se encontram vinculados à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, cabe aos seus emissores.

Manaus, 27 de janeiro de 2014

ENGENHEIRO CIVIL TELAMON BARBOSA FIRMINO NETO
PRESIDENTE

CONFEA CREA-AM

Eng. Civ. Anna Isabell E. Oliveira
CREA - 6030 D/AM-RR / Mat. 331/98 CREA-AM
Assessora Técnica

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS
Rua Oswaldo Cruz n. 53, Bairro da Glória - CEP 69027-000 - Manaus-AM.
Fone (92) 3301-4132 Fax (92) 3301-4114.

CREA-AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 097/14
27 JAN. 2014
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data / /

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.539.432/0001, firmou, com a Superintendência Estadual do Amazonas da Fundação Nacional de Saúde, CNPJ n. 26.989.350/0002-05, situada na Rua Oswaldo Cruz s/n, Glória, CEP 69027-000, o Contrato n. 10/2013 com vigência no período de 5 de julho a 4 de agosto de 2013, com início dos serviços no dia 8 de julho e término no dia 19 do mesmo mês e ano, tendo como Responsável Técnico a Engenheira Meirian Teles Duarte Praia.

Conforme cláusula contratual, os seguintes serviços foram executados:

1 – DESMONTAGEM

1.1 – Desmontagem das divisórias e vidraçarias antigas, totalizando 60,3 m².
1.2 – Remoção dos materiais retirados do local, 60 m².

2 – MONTAGEM

2.1 – Montagem de divisória com abafamento acústico, totalizando 60,3 m².
2.2 – Montagem de lã de vidro com abafamento antissom, 60,3 m².
2.3 – Montagem de 3 portas acústicas.
3 – Emassamento, com massa tipo acrílica, de toda área construída, totalizando 60,3 m².
4 – Pintura geral com tinta tipo acrílica branca, de toda área construída, 60,3 m².

A empresa prestadora dos serviços demonstrou pontualidade nos compromissos assumidos, cumpriu os prazos e as condições contratuais estabelecidas, nada havendo que desabone a empresa, até a presente data, sem qualquer registro de restrições quanto a sua capacidade técnica.

Manaus, 8 de novembro de 2013.

Gedeão Timóteo Amorim
Superintende Estadual da FUNASA-AM.

Wemerson Luis de Sousa
Engenheiro Civil – Siape n. 1381034.
CREA/AM n. 16955 – RNP 0409336440.

Paulo Roberto da Silva Machado
Chefe da Divisão de Engenharia de Saúde Pública - DIESP
SIAPE 515077

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
EQSW 103/104, Lote 1, MÓDULO "B", Complexo Administrativo Sudoeste, Blocos "A", "B", "C", "D" – BRASÍLIA-DF
CEP: 70.670-350 - Telefone: (61) 3341-9400

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP**, CNPJ **06.539.432.0001-51**, executou para o **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, criado pela Lei n° 11.516, de 28/08/2007, com sede e foro em Brasília/DF, e jurisdição em todo Território Nacional, inscrito sob o n° 08.829.974/0002-75, dentro dos prazos e padrões estabelecidos, referente a **reforma da sede do Flutuante do ICMBio**, localizado no Parque Nacional do Jaú, Novo Airão - AM, Contrato nº 087/2010 de 27/07/2010, tendo como responsável técnico o Engenheiro Civil WALLACE NEWTON NEVES DE SOUZA, CREA-AM 12765-D, conforme as características a seguir:

Local do serviço: Parque Nacional do Jaú - base II			
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT**
1.0	**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**		
1.1	ENGENHEIRO CIVIL (1)	h	60,00
1.2	MESTRE DE OBRAS (1)	h	120,00
1.3	ENCARREGADO (1)	h	120,00
1.4	ALMOXARIFE(1)	h	120,00
1.5	VALE-TRANSPORTE ( )	unid	90,00
1.6	VALE-REFEIÇÃO ( )	unid	45,00
2.0	**DEMOLIÇÕES E RETIRADAS**		
2.1	Demolição de telhas onduladas	m^2	168,00
2.2	Retirada de estrutura de madeira	m^2	168,00
2.3	Retirada de telhas onduladas	m^2	168,00
2.4	Carga manual de entulho em caminhão basculante 6m^3	m^3	12,00

2.5	Transporte local em leito natural, com caminhão basculante 6m³	m³/Km	400,00
3.0	**COBERTURA**		
3.1	Cumeeira para telha termoacústica c/ acessórios p/ fixação	m	17,00
3.2	Telha galvalume 5mm	m²	168,00
3.3	Estrutura em madeira de lei	m²	168,00
4.0	**PINTURA**		
4.1	Imunização madeiramento cobertura com imunizante incolor	m²	168,00
4.2	Pintura imunizante para madeira, duas demãos	m²	168,00
4.3	Limpeza final da obra	m²	168,00
4.4	Aluguel de um barco e combustivel**	diária	1.225,00

Brasília/DF, 26 de agosto de 2014.

José Luiz Roma
Coordenador de Administração
COADM/CGATI/DIPLAN/ICMBio
Port. nº 282 de, 09/08/2012

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
EQSW 103/104, Lote 1, MÓDULO "B", Complexo Administrativo Sudoeste, Blocos "A", "B", "C", "D" – BRASÍLIA-DF
CEP: 70.670-350 - Telefone: (61) 3341-9400

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP**, CNPJ **06.539.432.0001-51**, executou para o **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, criado pela Lei n° 11.516, de 28/08/2007, com sede e foro em Brasília/DF, e jurisdição em todo Território Nacional, inscrito sob o n° 08.829.974/0002-75, dentro dos prazos e padrões estabelecidos, referente a **reforma da sede do ICMBio no município de Lábrea – AM**, localizada na Rua Luís Falcão, S/N, CEP: 69.830-000, Contrato nº 087/2010 de 27/07/2010, tendo como responsável técnico o Engenheiro Civil WALLACE NEWTON NEVES DE SOUZA, CREA-AM 12765-D, conforme as características a seguir:

Local do serviço: NGI Lábrea, Rua Luis Falcão- Lábrea AM			
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS			
OBRA: Reforma da sede do ICMBio			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT**
1	**DEMOLIÇÕES RETIRADAS E REMOÇÕES**		
1.1	Retirada do telhamento	m²	86,00
1.2	Retirada da estrutura da cobertura	m²	46,00
1.3	Retirada do forro	m²	90,00
1.4	Retirada de entarugamento do forro	m²	90,00
1.5	Retirada de esquadria de madeira		26,00
1.6	Retirada de material hidro-sanitário	v.b	1,00
1.7	Retirada de material hidrálico	v.b	1,00
1.8	Demolições de instalações elétrica	v.b	1,00
1.9	Demolições, retirada e remoção de reboco paulista	m²	68,00
1.10	Demolições e retirada de pintura	m²	512,00
1.11	Limpeza provisória	v.b	1,00
2	**COBERTURA**		
2.1	Fornecimento e execução de estrutura de cobertura	m²	46,00

3	**TELHAMENTO**		
3.1	Fornecimento e execução de telhas de alumínio	m²	86,00
4	**FORRO**		
4.1	Fornecimento e execução da estrutura do forro (entarugamento) a cada 0,50m	m²	52,00
4.2	Fornecimento e execução de forro em pvc	m²	90,00
5	**INSTALAÇÕES**		
5.1	**Elétrica**		
5.1.1	Quadro de distribuição 12 circuitos	und	1,00
5.1.2	Caixa para medição trifásica	und	1,00
5.1.3	Dijuntor trifásico 100 amp	und	1,00
5.1.4	Cabo 2,5mm preto	m	76,00
5.1.5	Cabo 2,5mm vermelho	m	75,00
5.1.6	Dijuntor bifásico 32 amp	und	2,00
5.1.7	Tomada 2p+t	und	10,00
5.1.8	Interruptor de 1 tecla	und	10,00
5.1.9	Interruptor de 2 teclas	und	2,00
5.1.10	Luminária 2x40 Comercial completa	und	2,00
5.1.11	Fita isolante 3M ou Tigre	m	50,00
5.2	**Hidráulica**		
5.2.1	Assentamento de tubos de PVC 1/2"	m	30,00
5.2.2	Assentamento de tubo de PVC 1"	m	25,00
5.2.3	União PVC soldável 60mm	und	1,00
5.2.4	Bucha de redução longa 32x25	und	1,00
5.2.5	Joelho PVC L/Re/Bucha de latão 20mmx1/2	und	6,00
5.2.6	Joelho PVC L/Re/Bucha de latão 25mmx1/2	und	6,00
5.2.7	Colocação de joelho de PVC 1"	und	2,00
5.2.8	Colocação de joelho de PVC 1/2"	und	6,00
5.2.9	Colocação de tes de PVC 1/2"	und	4,00
5.2.10	Colocação de tes de PVC 1"	und	3,00
5.2.11	Caixa sifonada	und	2,00
5.2.12	Junção PVC 1"	und	2,00
5.2.13	Curva PVC 1"	und	3,00
5.2.14	Luva PVC 1"	und	6,00
5.2.15	Curva PVC 1/2"	und	10,00
5.2.16	Luva PVC 1/2"	und	6,00
5.3	**Hidro-Sanitária**		
5.3.1	Assentamento de tubos p/ esg. PVC 100mm	m	15,00
5.3.2	CAIXA sifonada de PVC rígido, 150 x 185 x 75 mm	Pt	2,00
5.3.3	Colocação de joelho p/esg. PVC 100mm	und	2,00
5.3.4	Colocação de junção p/esg. PVC 50mm	und	1,00
5.4	**Esgoto sanitário com limpeza de fossa**	v.b	1,00

5.5	**Instalações de aparelhos de refrigeração e limpeza dos existentes**	unid	4,00
6	**REVESTIMENTO**		
6.1	Reboco paulista	m²	68,00
7	**PINTURA**		
7.1	Aparelhamento em parede com selador acrílico 2 demãos	m²	782,00
7.2	Pintura acrílica em parede interna e externa com 2 demãos	m²	782,00
8	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
8.1	Limpeza complementar	v.b	1,05

Brasília/DF, 26 de agosto de 2014.

José Luiz Roma
Coordenador de Administração
COADM/CGATI/DIPLAN/ICMBio
Port. nº 282 de, 09/08/2012

ICMBio/CDoc
0781462

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
EQSW 103/104 - Lote 1, MÓDULO "B", Complexo Administrativo Sudoeste, Blocos "A", "C" e "D" – Brasília/DF **CEP: 70670-350 Telefone: (61) 3341-9400 – Fax: (61) 3341-9480**

Ofício nº 174/2014 – SECON/COADM/CGATI/DIPLAN/ICMBio

Brasília, 26 de agosto de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
SAID TAVARES LIBÓRIO
Representante da **SGRH SERV. DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP.**
Rua Rio Branco nº 707
Bairro São Raimundo
Manaus/AM
CEP: 69.027-034

Assunto: Encaminhamento de Atestado de Capacidade Técnica

Prezado Senhor,

Em atendimento a Vossa solicitação, encaminho Atestado de Capacidade Técnica, referente a prestação de serviços objeto do **Contrato nº 87/2010.**

Atenciosamente,

José Luiz Alves
Coordenador-Geral de Administração e Tecnologia da Informação - Substituto
CGATI/DIPLAN/ICMBio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Acervo Técnico

No. 791/2014

Nome: **CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR**
No. CREA: **15737/AM**
Modalidade(s): **ENGENHEIRO ELETRICISTA**
Endereço: RUA FORTALEZA N.18B
NOSSA SENHORA DAS GRACAS - MANAUS/AM
Atribuições: **ARTIGOS 8° E 9° DA RESOLUÇÃO N° 218/73 DO CONFEA, COM OBSERVANCIA AO SEU ARTIGO 25 E PARÁGRAFO ÚNICO.**

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA constam a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 23922/2014 de 20/08/2014
Contratante: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
Empresa Contratada: S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA
Local Obra/Serviço: AV. DARCY VARGAS, 1200, PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - MANAUS/AM
Valor Obra/Serviço: R$ 95.782,02
SERVIÇO DE REPARO E MANUTENÇÃO DE UMA SUBESTAÇAO DE 1100 KVA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS / EST, CONFORME O EMPENHO Nº 2014NE02112. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS ABAIXO: - TROCA DE CABO 35MM DE MEDIA TENSÃO COM MUFLAS; - TROCA DE ÓLEO MINERAL DO TRANSFORMADOR; - RECUPERAÇÃO DO DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO; - ANÁLISE DO ÓLEO; - RETIRADA DE VAZAMENTO DO TRANSFORMADOR DE 300KVA; - TROCA DE DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 1000AMP; PINTURA E LIMPEZA DA SUBESTAÇÃO; INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

Histórico: Conforme atestado anexo (02 páginas, emitido sem data), circunscrito APENAS às atividades inerentes à sua modalidade, ENG. ELETRICISTA, em coerência com as suas atribuições profissionais. Obs.: 1- Signatário do atestado na condição de Representante Legal da Contratante (Diretor da Escola Superior de Tecnologia - EST/UEA) e profissional habilitado, Eng. Elet. Cleto Cavalcante de Souza Leal: CPF N. 241.031.522-49. CERTIFICAMOS, finalmente, que a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações declaradas constantes nos documentos que se encontram vinculados à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, cabe aos seus emissores.

Manaus, 11 de dezembro de 2014

ENGENHEIRO CIVIL TELAMON BARBOSA FIRMINO NETO
PRESIDENTE

CONFEA CREA-AM

Engª Civil [illegible] Pereira
CREA - 6030 D/AM-RR / Mat. 331/96 CREA-AM
Assessora Técnica

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CREA-AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 791/14
11 DEZ. 2014
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP**, CNPJ **06.539.432.0001-51**, executou para o **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA**, dentro dos prazos e padrões estabelecidos, referente aos **Serviços de Reparo e Manutenção de Uma Subestação de 1100Kva da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas**, localizado naAvenida Darcy Vargas, nº 1200 – Parque Dez de Novembro, Manaus - AM, Contrato nº 037/2014 – UEA,datado de 08 de Agosto de 2014, com execução do serviço realizado no período entre 08 de Agosto de 2014 e 12 de Setembro de 2014; tendo como responsável técnico o Engenheiro EletricistaCarlos Nascimento Nonato Júnior, CREA-AM 15737/AM, conforme as características a seguir:

Local do Serviço: Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas			
DESCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO			
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNID**	**QUANT**
1.0	**DESPESAS PRELIMINARES**		
1.1	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	Unid	1,00
2.0	**MÃO-DE-OBRA**		
2.1	ENGENHEIRO ELÉTRICO	Sv	1,00
2.2	TÉCNICO EM ELETRICIDADE DE ALTA E BAIXA TENSÃO	Sv	1,00
2.3	AUXILIAR TÉCNICO EM ELETRICIDADE	Sv	1,00
3.0	**Fornecimento de Material**		
3.1	QUADRO ELÉTRICO DE 1600AMP C/ 18 CIRCUITOS	Unid	1,00
3.2	ÓLEO LUBRIFICANTE P/ TRANSFORMADOR	L	3,00
3.3	CABO COBRE 8,7/15KV – 35MM	m	168,00
3.4	DISJUNTOR TRIF 3VT4710-3AA30 1000ª 65KA 0AA0 S/DI	Pç	1,00
3.5	DISPARADOR SOBRECOR ELETRON 3VT4 400-1000ª 3VT94	Pç	1,00
3.6	MUFLA CONTRATIL A FRIO EXT/ INT TM-20-C-50E	Pç	8,00
3.7	QUADRO DE SOBREPOR 56/40 225ª	Pç	1,00

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 519

CREA-AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 7941/14
11 DEZ. 2014
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data

3.8	KIT TG 56S-X DIN 225ª	Pç	1,00
3.9	DISJUNTOR SD62 2P C 32A	Pç	7,00
3.10	DISJUNTOR SD61 1P B 25A	Pç	12,00
3.11	DISJUNTOR SD61 1P 32A	Pç	17,00
3.12	DISJUNTOR TRIF EZC250N3150 150ª 25KA	Pç	1,00
4.0	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
4.1	TESTES DE LIGAÇÃO DAS CHAVES SECCIONADORAS	Sv	1,00
4.2	TESTES DE MUFLA	Sv	1,00
4.3	PINTURA DA SUBESTAÇÃO	Sv	1,00
4.4	LIMPEZA FINAL DA SUBESTAÇÃO	Sv	1,00

Prof. Cleto Cavalcante de Souza Leal
DIRETOR

(Cleto Cavalcante de Souza Leal)

Eng. Eletricista CREA/AM: 7624D

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219300) SEI 2023.010235 / pg. 520

CREA-AM
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Usuário: marcio.costa Terminal: 179.222.92.67 Em: 21/08/14-11:11

ART N.º: **0023922/2014**
Cadastro: **20/08/2014**
Início da Obra: **16/07/2014**
Assinatura Contrato: **16/07/2014**
Aberta

Contratado

Nome do Profissional Responsável	Título do Profissional Responsável	N.º Reg. no CREA-AM
CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR	ENGENHEIRO ELETRICISTA	15737/AM
Endereço do Profissional Responsável/CEP		**Telefone Profissional**
RUA FORTALEZA, 18B, - NOSSA SENHORA DAS GRACAS - MANAUS/AM		92-3663-1759
Nome da Empresa Contratada	**N.º Reg./Visto no CREA-AM**	**Telefone Empresa**
S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA	5022	92-3087-5721

Contratante

Nome do Contratante	CPF ou CGC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	04.280.196/0001-76
Endereço para Correspondência	**Telefone**
AV. DJALMA BATISTA, 3578, FLORES - MANAUS/AM	92-3214-5774

Descrição

Resumo do Contrato: Descrito da Obra e/ou Serviço Contratado, Condições, Prazo, Qualificação, Custos, etc.

SERVIÇO DE REPARO E MANUTENÇÃO DE UMA SUBESTAÇAO DE 1100 KVA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS / EST, CONFORME O EMPENHO Nº 2014NE02112.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS ABAIXO:
- TROCA DE CABO 35MM DE MEDIA TENSÃO COM MUFLAS;
- TROCA DE ÓLEO MINERAL DO TRANSFORMADOR;
- RECUPERAÇÃO DO DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO;
- ANÁLISE DO ÓLEO;
- RETIRADA DE VAZAMENTO DO TRANSFORMADOR DE 300KVA;
- TROCA DE DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 1000AMP; PINTURA E LIMPEZA DA SUBESTAÇÃO;

INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE
Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

Característica	Valor da Obra/Serviço	Valor do Honorário
Contrato	95.782,02	1.000,00

Assinaturas

Assinaturas

Local e Data

José Nascimento Nonato Júnior
Engº Eletricista
CREA-15737/AM
Profissional Responsável

SGRH Serv. de Gest. de Rec.Hum. e Const Ltda- EPP
CNPJ: 06.539.432/0001-51
Maria Cecília Libório
Sócia-Administradora
Contratante

Declaro ser de minha responsabilidade, dentro das atividades assumidas nesta ART, o atendimento às **regras de acessibilidade** previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
(Esta declaração se aplica apenas para os casos previstos no art. 11, § 1º, do citado Decreto)
Este Documento anota perante o CREA-AM, para os efeitos legais, o Contrato Escrito ou Verbal realizado entre as Partes (Lei 6.496/77)

Reservado ao Resp. Téc.

Nome do Proprietário	CPF ou CGC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS / EST	04.280.196/0001-76
Endereço da Obra e/ou Serviço	**CEP**
AV. DARCY VARGAS, 1200, ANTIGA UTAM - PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - MANAUS/AM	69.050-020

Atividade	Quantidade	Unid.	Reduções	Especificação
CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)	95.782,02	R$		

Descrição Complementar da Obra e/ou Serviço

Participação	Tipo	Vínculo	Entidade de Classe
Equipe	Normal	Autônomo	A.R.T. SEM ENTIDADE INFORMADA

Vinculada
à ART n.º Do Profissional -

Valor
R$ 167,68

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

.

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica, que o profissional Hallhiton Maciel Geber, CREA nº 0404627420AM, como responsável técnico, prestou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas os serviços abaixo relacionados, com execução concluída de 100% do Contrato, cuja obra teve as seguintes características:

1. Dados da obra ou serviço

1.1 Contrato n.º: **01/2020 – IFAM/CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL;**

1.2 Processo n.º: **23443.024974/2019-93;**

1.3 Contratada: **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP;**

1.4 CNPJ da contratada n.º: **06.539.432/0001-51**;

1.5 Contratante: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Manaus Distrito Industrial;**

1.6 CNPJ da contratante n.º: **10.792.928/0006-14**;

1.7 Objeto do Contrato: **Reforma e Ampliação do Estacionamento do IFAM/CMDI,** conforme o Edital e seus Anexos e Proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este Instrumento como se nele transcrito estivesse;

1.8 Local da realização da Obra ou serviço: **Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, S/N, Distrito Industrial, Manaus/AM**;

1.9 Período de Execução: **de 03/02/2020 até 12/06/2020**;

1.10 Valor final do Contrato: **R$ 347.665,46.**

2. Descrição das Atividades desenvolvidas

2.1 Reforma e ampliação do Estacionamento do IFAM/CMDI incluindo, entre os principais serviços, a limpeza do terreno, compactação, corte e aterro, escavação, alvenaria, revestimentos, execução de pavimento em bloco sextavado, assentamento de guia e meio-fio, instalação de drenagem pluvial, estrutura de concreto armado, entre outros.

3. Responsável Técnico / Subcontratadas

3.1 Responsável Técnico da Obra

3.1.1 Nome do Responsável Técnico: **Hallhiton Maciel Geber**;

3.1.2 Título Profissional: **Engenheiro Civil;**

3.1.3 RNP Nº: **0404627420;**

3.1.4 ART N.º de registro no CREA/AM: **AM20200201403.**

Manaus, 11 de agosto de 2020.

Nivaldo Rodrigues e Silva– CPF: 142.482.982-87
Contratante / Diretor Geral

Camila de Menezes Ramos

Camila de Menezes Ramos– CPF: 015.775.692-02
Engenheira Civil - CREA N.º 26712/AM

Legislação
Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia (...) e dá outras providências.
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional e dá outras providências.

Observação: 1 - Na planilha em anexo, estão inseridas as quantidades de serviços executados e as porcentagens sobre a quantidade inicial, onde 100% é a execução integral do serviço e 0% ou “célula vazia” é onde o serviço foi suprimido.

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219301) SEI 2023.010235 / pg. 523

DESCRIÇÃO: ***REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO IFAM/CMDI***
EMPRESA: ***SGRH SERVIÇOS LTDA***
LOCAL: Rua Governador Danilo Areosa, Nº 1672, Distrito Indústrial, Manaus - AM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	PLANILHA CONSOLIDADA	
			QUANT. FINAL	EXECUÇÃO
01.	**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**			
01.01.	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	216,00	100,00%
01.02.	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	432,00	100,00%
02.	**SERVIÇOS PRELIMINARES**			
02.01	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	m²	4,80	100,00%
02.02	TAPUME/CERCAMENTO ALTURA 1,20m TELA PLASTICA FACHADEIRA	m	266,00	100,00%
02.03	TOPOGRAFIA-NIVELAMENTO DE SOLO COM PIQUETES	m²	3.977,76	100,00%
02.04	DEMOLICAO DE CONCRETO SIMPLES	m³	12,48	100,00%
03.	**MOVIMENTAÇÃO DE TERRA**			
03.01	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	m²	4.053,23	100,00%
03.02	COMPACTACAO MECANICA C/ CONTROLE DO GC>=95% DO PN (AREAS) (C/MONIVELADORA 140 HP E ROLO COMPRESSOR VIBRATORIO 80 HP)	m³	695,55	100,00%
03.03	CORTE E ATERRO COMPENSADO	m³	695,55	100,00%
03.04	ESCAVACAO MECANICA CAMPO ABERTO EM SOLO EXCETO ROCHA ATE 2,00M PROFUNDIDADE	m³	122,47	100,00%
03.05	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m³	238,26	100,00%
04.	**ALVENARIAS E REVESTIMENTOS**			
04.01	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m³	1,08	100,00%
04.02	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 19X19X39CM (ESPESSURA 19CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	m²	41,19	100,00%
04.03	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	89,20	100,00%

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219301) SEI 2023.010235 / pg. 524

DESCRIÇÃO: ***REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO IFAM/CMDI***
EMPRESA: ***SGRH SERVIÇOS LTDA***
LOCAL: Rua Governador Danilo Areosa, Nº 1672, Distrito Indústrial, Manaus - AM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	PLANILHA CONSOLIDADA	
			QUANT. FINAL	EXECUÇÃO
04.04	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m²	89,20	100,00%
05.	**PISOS**			
05.01	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO JUNTAS DE DILATACAO EM MADEIRA	m²	43,80	100,00%
05.02	IMPERMEABILIZACAO DE SUPERFICIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRACO 1:3, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E=3 CM	m²	43,80	100,00%
05.03	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	2.678,39	100,00%
06.	**PINTURAS**			
06.01	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMAOS	m²	57,70	100,00%
06.02	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m²	-	
06.03	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	-	
07.	**ÁGUAS PLUVIAIS**			
07.01	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TIPO FACHADEIRO, INCLUSIVE MONTAGEM	m²	208,66	100,00%
07.02	TUBO PVC DN 100 MM PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	2,21	100,00%
07.03	TUBO CONCRETO SIMPLES DN 300 MM PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALACAO INCLUSIVE ESCAVACAO MANUAL 1M3/M	M	89,08	100,00%
07.04	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	16,10	100,00%
07.05	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	51,88	100,00%
07.06	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	384,29	100,00%

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219301) SEI 2023.010235 / pg. 525

DESCRIÇÃO: ***REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO IFAM/CMDI***
EMPRESA: ***SGRH SERVIÇOS LTDA***
LOCAL: Rua Governador Danilo Areosa, Nº 1672, Distrito Indústrial, Manaus - AM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	PLANILHA CONSOLIDADA	
			QUANT. FINAL	EXECUÇÃO
07.07	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 45 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	M	203,24	100,00%
07.08	RALO ABACAXI FERRO FUNDIDO 100mm	UN	3,00	100,00%
07.09	SUPORTE PARA CALHA DE 100MM EM FERRO GALVANIZADO, PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	66,00	100,00%
08.	**ESTRUTURAS DE CONCRETO P/ DRENAGEM**			
08.01	TAMPAO FOFO ARTICULADO, CLASSE B125 CARGA MAX 12,5 T, REDONDO TAMPA 600 MM, REDE PLUVIAL/ESGOTO, P = CHAMINE CX AREIA / POCO VISITA ASSENTADO COM ARG CIM/AREIA 1:4, FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	UN	1,00	100,00%
08.02	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA MÉDIA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m³	0,30	100,00%
08.03	GRAUTE FGK=20 MPA; TRAÇO 1:0,04:1,6:1,9 (CIMENTO/ CAL/ AREIA GROSSA/ BRITA 0) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_02/2015	m³	0,18	100,00%
08.04	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	m²	4,66	100,00%
08.05	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE LAJE MACIÇA COM ÁREA MÉDIA MENOR OU IGUAL A 20 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	m²	15,18	100,00%
08.06	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	40,20	100,00%
08.07	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	68,60	100,00%

DESCRIÇÃO: ***REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO IFAM/CMDI***
EMPRESA: ***SGRH SERVIÇOS LTDA***
LOCAL: Rua Governador Danilo Areosa, Nº 1672, Distrito Indústrial, Manaus - AM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	PLANILHA CONSOLIDADA	
			QUANT. FINAL	EXECUÇÃO
08.08	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	149,40	100,00%
08.09	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	20,70	100,00%
08.10	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	0,94	100,00%
08.11	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m³	1,95	100,00%
08.12	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	m²	95,19	100,00%
09.	**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**			
09.01	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	M	130,93	100,00%
09.02	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	392,79	100,00%
09.03	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	189,00	100,00%
09.04	POSTE ACO CONICO 7,0m 2 PETALAS COM LUMIÁRIA E LÂMPADA DE LED, DE 100 W	UND	4,00	100,00%
09.05	RELE FOTOELETRICO P/ COMANDO DE ILUMINACAO EXTERNA 220V/1000W - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UND	12,00	100,00%
09.06	RETIRADA POSTE CIRCULAR CONCRETO 9m,SEM REMOCAO	UND	2,00	100,00%
09.07	HASTE ATERRAMENTO ACO SAE 1020 REVESTIDA COBRE 5/8""x2,4m	UND	7,00	100,00%
09.08	BRACO PARA POSTE CURVO COM LUMINÁRIA DE LED	UND	4,00	100,00%
10.	**INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**			
10.01	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 32 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	m	30,00	100,00%
11.	**SERVIÇOS FINAIS**			
11.01	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	3.977,76	100,00%
	TOTAL			**100,00%**

Atestado de Capacidade Técnica SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219301) SEI 2023.010235 / pg. 527

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652

Processo n.º 2022.016652

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheiro Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706), decorrente do **Pregão Eletrônico nº4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 182, 200, 233 e 229 e das Notas de Empenho n.º 2021NE0001340 e 2022NE0001330, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

DO CONTRATO

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Autazes/AM, em terreno localizado na Rua Mal. Costa e Silva, n.º 23 - Centro, município de Autazes/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Projeto Básico nº 14.2021.DEAC.0655317.2021.002033 e anexos, e do Edital de Pregão Eletrônico nº 4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ N.º 04.153.748/0001-85.
Contratada:	SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP, com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o N.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais); AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO Nº 189.2021.SCOMS.0708759.2021.002033; Nota de Empenho N.º 2021NE0001340.
Valor de Aditivo:	Processo 2022.008971 - R$ 50.397,44 (cinquenta mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos), perfazendo um acréscimo de 12,99% (doze inteiros e noventa e nove centésimos por cento) Nota de Empenho n.º 2022NE0001330;

O valor global do contrato	Passa de R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais) para R$ 438.447,44 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

DAS MEDIÇÕES / PAGAMENTOS

- 1ª Medição - Processo 2022.003977 - Valor da Medição R$ 209.937,68 (Duzentos e nove mil, novecentos e trinta e sete reais, e sessenta e oito centavos). Nota Fiscal Nº 182, de 10/02/2022;
- 2ª Medição – Processo 2022.009106 - Valor da Medição R$ 168.640,70 (Cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e setenta centavos). Nota Fiscal Eletrônica N.º 200, de 04/05/2022.
- 3ª Medição - Processo 2022.017702 - NF 233 de 05/10/2022 - Valor da Medição R$ 9.471,62 (nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos);
- Medição do Aditivo - Processo 2022.017921 - NF 229, de 14/09/2022, - Valor da Medição R$ 50.397,44 (Cinquenta mil, trezentos e noventa e sete Reais e quarenta e quatro centavos);
- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 4.2022.DEAC.0928988.2021.002033 (0928988).

DOS SERVIÇOS (INCLUINDO ADITIVOS)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	ADMINISTRAÇÃO				
1.1.1	011008	EQUIPE DE OBRA : ENGENHEIRO/MESTRE/2 VIGIAS	SBC	MES	3,00
Aditivo	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
Aditivo	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO ?TORRE? (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	SINAPI	M	15,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO				
1.2.1	100947	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	3.069,00
1.2.2	INS-669297	Taxa de travessia balsa	Composições Próprias	un	4,00
1.3	ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, EPI's E FERRAMENTAS				
1.3.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIOS	SBC	DIA	780,00
1.3.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.3.3	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	3,00
1.4	EXAMES, CURSOS E SEGUROS				
1.4.1	COMP-	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições	H	4.990,71

1.4.1	338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Próprias	H	4.990,71
2	DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E RETIRADAS				
2.1	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	19,88
2.2	023070	REVESTIMENTOS-REPARO EM TRINCAS/RECOMP.FAIXA REVEST.	SBC	M	28,00
2.3	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	468,94
2.4	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	M2	20,16
2.5	S97622S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	8,02
2.6	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	UN	8,00
2.7	S97665S	Remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	un	27,00
Aditivo	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	59,34
Aditivo	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	1.038,81
Aditivo	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	3.168,74
Aditivo	S02492	Destocamento de árvores de diâmetro de 0,15 a 0,30m	ORSE	un	3,00
Aditivo	210000	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3	SBC	UN	3,00
3	COBERTURA				
3.1	COMP-251144	Revisão de Cobertura em telha cerâmica tipo romana com reaproveitamento de telha e pintura com resina	Composições Próprias	m²	177,99
3.2	100013	COBERTURA TELHA CERAMICA ROMANA COM ESTRUTURA MADEIRA DE LEI	SBC	M2	21,42
3.3	S94228S	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 50 cm, incluso transporte vertical. af_07/2019	ORSE	m	11,97
3.4	200076	DESCIDA AGUAS PLUVIAIS-PRUMADA COM CORRENTE DE ACO	SBC	M	8,00
3.5	00012626	SUPORTE METALICO PARA CALHA PLUVIAL, ZINCADO, DOBRADO, DIAMETRO ENTRE 119 E 170 MM, PARA DRENAGEM PREDIAL	SINAPI	UN	26,00
4	FORRO				
4.1	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	81,32
Aditivo	S99054S	Acabamentos para forro (sanca de gesso montada na obra). af_05/2017_p	ORSE	m2	1,18
Aditivo	S02276	Rodapé cerâmico 10 x 45 cm, porcelanato, bianco tu polido, linha progetto, Portobello ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejuntado	ORSE	m	3,00
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	89168	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO	SINAPI	M2	11,26

		PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014			
5	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Aditivo	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos macicos esp 12cm, dim. int. 0,40x0,40x0,60m, sem tampa	ORSE	un	1,00
Aditivo	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	6,00
6	PLATAFORMA ELEVATÓRIA				
6.1	97083	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2017	SINAPI	M2	3,36
6.2	S11237	Poço de Elevador em concreto armado, dimensões internas 1.00 x 1.55 x 1.55 m	ORSE	un	1,00
6.3	S96527S	Escavação manual de vala para viga baldrame, com previsão de fôrma. af_06/2017	ORSE	m3	0,66
6.4	030196	CINTA AMARRACAO BALDRAME CONCRETO 1:3:5- 27x50cm-PAREDE 20cm	SBC	M	4,90
6.5	S89454S	Alvenaria de blocos de concreto estrutural 14x19x39 cm, (espessura 14 cm), fbk = 4,5 mpa, para paredes com área líquida maior ou igual a 6m², sem vãos, utilizando palheta. af_12/2014	ORSE	m2	26,46
6.6	S07726	Impermeabilização de superficie c/argamassa 1:3 (cimento e areia), esp=2cm, c/impermeabilizante Vedacit ou similar	ORSE	m2	51,40
6.7	S04953	Impermeabilização de alicerce e viga baldrame com 2 demãos de tinta asfáltica tipo Neutrol da Vedacit ou similar, exceto argamassa impermeabilização	ORSE	m2	4,90
6.8	S98565S	Proteção mecânica de superficie horizontal com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, e=3cm. af_06/2018	ORSE	m2	3,46
6.9	S02497	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	ORSE	m3	1,02
6.10	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. 12cm, dim. int.: 0,30x0,30x0,40m, sem tampa, c/ colchão de brita de 10 cm	ORSE	un	1,00
6.11	S99431S	Concretagem de lajes em edificações unifamiliares feitas com sistema de fôrmas manuseáveis, com concreto usinado bombeável fck 25 mpa - lançamento, adensamento e acabamento (exclusive bomba lança). af_06/2015	ORSE	m3	0,29
6.12	MPAM - DIVER - 01	PLATAFORMA EASY VERTICAL VEH-35 250KG 6M/MIN THYSSENKRUPP 2P - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - BDI = 17,75	Composições Próprias	UN	1,00
6.13	S11237	Laje mínima em concreto armado	ORSE	un	1,00
7	ESQUADRIAS				
7.1	90790	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM	SINAPI	UN	2,00

Atestado de Capacidade Técnica - Anexo I - Planilha Técnica - CONSTRUÇÃO (0955643) SEI 2023.010235 / pg. 4 SEI 2023.010235 / pg. 531

		PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019			
7.2	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	7,00
7.3	90788	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	3,00
7.4	90838	PORTA SAÍDA DE EMERGÊNCIA 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	1,00
7.5	74136/003	PORTA DE ACO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	8,25
7.6	COMP-816216	Vidro da fachada (Portal da entrada principal), temperado, fumme, 10 mm, composto de 1 porta 2 folhas (1,80m) de abrir, 1 porta de 1 folha (0,90m) de abrir e vidros fixos, incluindo kit de acessórios e instalação.	Composições Próprias	un	1,00
Aditivo	90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	8,00
Aditivo	90831	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
Aditivo	102235	DIVISÓRIA FIXA EM VIDRO TEMPERADO 10 MM, SEM ABERTURA. AF_01/2021	SINAPI	M2	4,20
8	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
8.1	REDE ELÉTRICA				
8.1.1	S07996	Disjuntor bipolar DR 25 A - Dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30MA, ref.5SM1 312-OMB, Siemens ou similar	ORSE	un	1,00
Aditivo	S93660S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 10a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	2,00
Aditivo	S93661S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 16a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	6,00
Aditivo	93670	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00
8.1.2	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E	SINAPI	UN	1,00

		CHUMBAMENTO. AF_01/2016			
8.1.3	93143	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 20A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	UN	1,00
8.1.4	S11138	Entrada de energia elétrica trifásica demanda entre 26,6 e 38,1 kw - Rev 01	ORSE	un	1,00
8.1.5	065455	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 630A DWP630L-630-3 WEG	SBC	UN	1,00
8.1.6	83463	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	S12226	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 24 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	ORSE	un	1,00
8.1.7	MPAM - ELE - 003	Luminária a LED tipo plafon 60x60cm 48w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	20,00
8.1.8	MPAM - ELE - 004	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	25,00
8.1.9	S03729	Interruptor 01 seção simples, de embutir, com placa, conjugado com tomada 2p+t, ABNT, 10A, inclusive caixa pvc 4x2	ORSE	un	5,00
8.1.10	S91955S	Interruptor paralelo (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_12/2015	ORSE	un	11,00
8.1.11	S03729	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	27,00
8.1.12	S03729	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2", P/ APARELHOS ESPECIAIS- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	10,00
8.1.13	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	SINAPI	UN	5,00
8.1.14	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	529,20
8.1.15	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	718,20
8.1.16	I002418	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL DR 100A 4 POLOS RDW300-100-4 WEG	SBC	UN	2,00
Aditivo	101881	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00

Aditivo	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	6,00
Aditivo	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	7,00
Aditivo	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	2,00
7.1.9	060317	LUMINARIA/REFLETOR LED 250W COB SMD 6500K TECNOLOGIA SANSUNG	SBC	UN	4,00
8.2	SISTEMA DE PROTEÇÃO (ATERRAMENTO)				
8.2.1	COMP-747559	Rede de aterramento unidade 4 promotorias	Composições Próprias	Un	1,00
8.2.2	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
9	LOUÇAS E METAIS				
9.1	95471	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.2	95469	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.3	COMP-620239	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, *45,5 X *35CM OU EQUIVALENTE, PARA BANHEIRO PNE, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Composições Próprias	un	4,00
Aditivo	190021	ASSENTO PARA VASO SANITARIO (TARGA/IZY/RAVENA/STUDIO SLOW)	SBC	UN	4,00
Aditivo	89482	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	94483	CONJUNTO HIDRÁULICO PARA INSTALAÇÃO DE BOMBA EM AÇO ROSCÁVEL, DN SUCÇÃO 32 (1 1/4?) E DN RECALQUE 25 (1?), PARA EDIFICAÇÃO ATÉ 4 PAVIMENTOS ? FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	102137	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	SINAPI	UN	2,00
Aditivo	S09718	Espelho de cristal 4mm com moldura de alumínio	ORSE	m2	1,26
Aditivo	S01778	Mola hidráulica para porta de madeira (Brasil ou similar)	ORSE	un	1,00
Aditivo	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	SINAPI	M	9,00

Aditivo	S02024	Chuveiro simples articulado, de metal cromado, (deca ref1995), c/ registro de pressão (deca linha c40 ref1416) ou similares	ORSE	un	2,00
Aditivo	S03683	Torneira cromada com arejador para pia de cozinha, DECA, linha targa 1159C40 ou similar	ORSE	un	2,00
10	PAVIMENTAÇÃO				
10.1	S94992S	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado. af_07/2016	ORSE	m2	92,43
10.2	023354	CONCRETO 1:2:3 fck=18MPa COM FORMA/ACO PARA RAMPAS	SBC	M3	0,18
10.3	S101094S	Piso podotátil, direcional ou alerta, assentado sobre argamassa. af_05/2020	ORSE	m	20,14
11	PINTURA				
11.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	713,33
11.2	96126	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, UMA DEMÃO.	SINAPI	M2	265,39
11.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.018,93
11.4	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	147,00
11.5	79500/002	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO, TRES DEMAOS	SINAPI	M2	313,44
11.6	84665	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	SINAPI	M2	169,41
11.7	S02297	Pintura para proteção de superfícies com hidrofugante silicone ou similar, 01 demão	ORSE	m2	345,69
11.8	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	837,34
Aditivo	040227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,40
Aditivo	160392	TRATAMENTO DE TRINCAS/FISSURAS SUPERFICIE CONCRETO EM FACHADAS	SBC	M2	1,00
Aditivo	100759	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	SINAPI	M2	58,00
11	GARAGEM				
Aditivo	S04297	Retirada e reassentamento de madeiramento para telhas cerâmicas	ORSE	m2	40,30
Aditivo	95956	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_01/2017	SINAPI	M3	0,80
Aditivo	92263	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30

Aditivo	92409	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 1 UTILIZAÇÃO. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30
Aditivo	94443	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO ROMANA, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M2	40,30
Aditivo	94219	CUMEEIRA E ESPIGÃO PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA), PARA TELHADOS COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	17,75
12	EQUIPAMENTOS				
12.1	SEGURANÇA				
12.1.1	101907	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.2	101905	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.4	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.5	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	109,69
12.1.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	18,39
12.2	ENERGIA				
12.2.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3	REDE				
12.3.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
12.3.2	COMP-366886	Fornecimento e Instalação de Switch GigaBit 24 portas PoE e 4 Portas SPF 1000 Mbps - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3.3	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	13,00
12.3.4	068122	SISTEMA PROTECAO NO-BREACK 220Vac 60 Hz PARA 2.500 W - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.5	I006006	RACK - VOICE PANEL 50 PORTAS RJ45 / RJ11 IDC 110 - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.6	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00

12.3.7	83369	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.4, 60X60X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, PADRÃO TELEBRAS, FORNECIMENTO E INSTALAçÃO	SINAPI	UN	1,00
12.3.8	063562	ELETROCALHA PERFURADA TIPO "U" 200x100mm CHAPA 22 SEM TAMPA	SBC	M	5,00
12.3.9	COMP-849515	Infra estrutura para entrada da Rede de Fibra	Composições Próprias	Un	1,00
12.4	REFRIGERAÇÃO				
12.4.1	COMP-776639	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.4.2	COMP-648163	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	4,00
12.4.3	COMP-105499	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
13	DIVERSOS				
13.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, med. Ø 1.800,00mm para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
13.2	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
13.3	S10719	Placa de indicativa em acrílico e adesivo, com sinalização para deficientes, dim.: 12 x 30 cm	ORSE	Un	5,00
13.4	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	120,00
13.5	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
13.6	S11853	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio, fotoluminescente, retangular, *20 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (simbolos, cores e pictogramas conforme nbr 13434)	ORSE	Un	7,00
13.7	055504	ADESIVO COM SETA INICADORA PARA EXTINTOR/HIDRANTE	SBC	UN	4,00
13.8	I11558	Fita de demarcação PVC 15mmx50m - (amarela, vermelha, branca, preta, etc.)	ORSE	m	12,00
13.9	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
14	LIMPEZA				
14.1	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 28 de dezembro de 2022

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 28/12/2022, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 13/01/2023, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0955643** e o código CRC **CB274427**.

Atestado de Capacidade Técnica ENG Candeias SEI 2022.016652 / pg. 11 SEI 2023.010235 / pg. 538

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 14.2022.CPL.0939700.2022.016627

Processo n.º 2016.003614

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheira Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo nº 020/2021 - MPAM/PGJ, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 155, 179 e 214 e da Nota de Empenho n.º 2021NE0000632, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692184).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ n.° 04.153.748/0001-85.
Contratada:	**SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287.

1. DADOS DA CONTRATAÇÃO

Processo Nº 2021.004580

Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.

Contrato Administrativo N.º 020/2021 - MP/PGJ. (0692157)

Empresa Contratada: **SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51

Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ

2. VALOR CONTRATADO

Valor do Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692157) é de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287(0692013);

Processo 2021.018421 1º Termo aditivo ao Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0801442) Valor do Aditivo R$ 23.132,26 (vinte e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos), perfazendo um acréscimo de 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) - Nota de Empenho N.º 2021NE0000632 (0803179);

O valor global do contrato **R$ 363.132,26 (trezentos e sessenta e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos)**

3. DOS PRAZOS

- Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Serviço;
- Data da assinatura do contrato: 15 de setembro de 2021;
- Ordem de Execução de Serviços: 16 de setembro de 2021;
- Data contratual para início dos serviços: 20 setembro 2021;
- Data contratual para entrega dos serviços: 20/11/2021;
- Paralização dos serviços - Justificativa falta de equipamentos no mercado prazo evolução da COVID-19 (variante Delta e Omicron) 90 dias dodos (https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/cni-sete-em-cada-10-industrias-tem-dificuldades-para-comprar-insumo e https://www.fvs.am.gov.br/indicadorSalaSituacao_view/84/2)
- Prazo final para entrega dos serviços 20/02/2022
- Data da entrega dos serviços: 15/03/2022;

4. DA MEDIÇÃO / PAGAMENTO -

1ª medição - Processo 2021.018428 - Valor da Medição **R$ 143.982,87 - (Cento e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e dois Reais e oitenta e sete centavos)**;

2ª medição - Processo 2021.021648 - NF 169 de 08/12/2021 - nota cancelada a pedido do DOF - Valor da Medição - R$ 175.166,66 (Cento e setenta e cinco mil, cento e sessenta e seis Reais e sessenta e seis centavos), nota de substituida NF 174 - Valor R$ 10,00 (dez reais) (MEDIÇÃO CANCELADA).

3ª medição - Processo 2022.001835 - NF 179 de 27/01/2022 - **Valor da Medição e R$ 186.830,04 (Cento e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta Reais, e quatro Centavos)**

4ª medição - Processo 2022.014538 - NF 214 de 11/07/2022 - **R$ 32.309,35 (Trinta e dois mil, trezentos e nove reais e trinta e cinco centavos)**

5. NOTIFICAÇÕES

Notificação N.º 13.2021.DEAC.0744911.2021.016322;

Notificação N.º 2.2022.DEAC.0765651.2021.016322;

- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 5.2022.DEAC.0939192.2021.016322;
- TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO Nº 2.2022.DEAC.0825043.2021.016322.

EM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	Administração Local				
1.1.1	COMP-799133	Equipe de obra simplificada (Eng./Mestre/2 Vigias)	Composições Próprias	mês	2,00
1.1.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.1.3	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
1.2	Alimentação, Transporte, EPI's e Ferramental				
1.2.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIO	SBC	DIA	56,00
1.2.2	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	1,00
1.2.3	COMP-338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições Próprias	H	4.072,30
1.3	Mobilização de Demobilização				
1.3.1	100953	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	7.689,24
2	INFRAESTRUTURA DO CANTEIRO				
2.1	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00

2.2	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
2.3	012158	ALUGUEL MENSAL CONTAINER-ALMOXARIFADO-6,0x2,4m	SBC	MES	2,00
3	DEMOLIÇÃO				
3.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	1.285,25
3.2	022902	REMOCAO COBERTURA EM TELHAS FIBROC. INC. MADEIRAMENTO	SBC	M2	201,10
3.3	COMP-318686	Remoção de chapas em ACM de estrutura metálica com reaproveitamento.	Composições Próprias	m²	61,82
3.4	S11390	Demolição de divisórias tipo naval	ORSE	m2	71,87
3.5	023212	REMOCAO E RETIRADA DE PORTA DE MADEIRA DO AUDITÓRIO (1,50X2,10m)	SBC	UN	1,00
3.6	S97621S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, com reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	0,12
4	COBERTURA				
4.1	S09918	Telhamento com telha de alumínio dupla, trapezoidal, tipo sanduíche 0,6mm pré pintada em duas faces, com isolamento de espuma rígida de poliuretano 30mm pintada	ORSE	m2	201,10
4.2	100014	ESTRUTURA ACO PERFIL METALICO P/COBERTURA-VAO 22m(22,153kg/m2)	SBC	M2	201,10

4.3	S09433	Rufo em chapa aço galvanizado nº24 com desenvolvimento 16cm	ORSE	m	78,28
4.4	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	53,51
4.5	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	11,60
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	090923	DIVISORIA GESSO ACART. C/ 2 PAINES E=12,5 C/ ISOLAMENTO	SBC	M2	71,87
5.2	COMP-835743	Estrutura metálica de suporte para ACM	Composições Próprias	m²	23,00
5.3	S11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, 1,25x1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem	ORSE	m2	61,82
6	REVESTIMENTOS				
6.1	170274	PISO 9,5X9,5CM ESMT.BRIL BORDA BOLD ARQUITETO PORTOBELLO	SBC	M2	4,62
ADITIVO	89048	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8,	SINAPI	M2	23,89

		PREPARO MECÂNICO, COM BETONEIRA DE 400L, EM PAREDES DE AMBIENTES INTERNOS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO). AF_11/2014			
ADITIVO	11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, na cor cobre, 1,00 nx 1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem - Obra do Centro de Convenções de Sergipe	ORSE	M2	19,11
ADITIVO	COMP835743	Estrutura metálica de suporte para ACM (m²)	PRÓPRIO	M2	1,74
ADITIVO	96467	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA COMERCIAL DE DIMENSÕES 35X35CM (PADRAO POPULAR). AF_06/2017	SINAPI	M	50,46
7	ESQUADRIAS				
7.1	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00

7.2	91306	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
7.3	102183	PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS DE 90X210 CM, ESPESSURA DE 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS. AF_01/2021	SINAPI	UN	1,00
7.4	COMP-967096	FECHAMENTO PORTARIA VIDRO BLINDEX 10mm PIVOTANTE COM PORTA PARA PNE	Composições Próprias	m2	8,69
7.5	74136/003	PORTA DE AÇO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANSVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	26,20
7.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	19,14
8	PAVIMENTAÇÃO				
8.1	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	SINAPI	M2	67,48
9	PINTURA				

9.1	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.2	88484	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.4	88492	APLICAÇÃO MECÂNICA DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.5	180511	PINTURA ESMALTE SINTETICO ACETINADO CORAL	SBC	M2	26,83
9.6	180039	PINTURA FUNDO PREPARADOR DE PAREDES SUVINIL (1:1)	SBC	M2	26,83
9.7	S02279	Emassamento de superfície, com aplicação de 01 demão de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 03	ORSE	m2	20,58
9.8	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	20,58
9.9	100720	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14

9.10	100744	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICA				
10.1	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	7,00
10.2	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	44,00
10.3	92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	14,00
10.4	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	22,00
10.5	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária.	Composições Próprias	Un	18,00

		30.000h de uso.			
10.6	COMP-488982	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	7,00
10.7	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	10,00
10.8	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
ADITIVO	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	Un	18,00
11	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
11.1	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA				
11.1.1	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	69,56
11.1.2	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.2	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA				

11.2.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
11.2.2	COMP-504603	Switch Hp 24 Portas 1920s-48g Jl386a 10/100/1000 4sfp Poe - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.2.3	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00
11.2.4	059463	VOICE PANEL 30 PORTAS - RJ11/IDC 110 - 19"/1U - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
11.2.5	COMP-945137	Nobreak 1.5Kva Apc Smc1500I2U-Br Lcd Mono 230V para Rack - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.3	EQUIPAMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA				
11.3.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12	DIVERSOS				
12.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
12.2	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	106,00
12.3	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
12.4	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
12.5	I025827	ACESSIBILIDADE - PLACA TATIL BRAILLE/RELEVO ACO INOX 30x14cm PARA PORTAS	SBC	UN	15,00

12.6	I021176	ACESSIBILIDADE - MAPA TATIL BRAILLE/RELEVO ACRILICO 46x44cm - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.7	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
13	LIMPEZA				
13.1	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	370,43
13.2	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00
14	FORRO				
ADITIVO	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	138,24
ADITIVO	96131	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	SINAPI	M2	264,22
15	ESTRUTURA				
ADITIVO	40227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,30
ADITIVO	160386	TRATAMENTO DE TRINCAS E FISSURAS EM ESTRUTURA	SBC	M2	4,37

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 23 de novembro de 2022

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 23/11/2022, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 23/11/2022, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0939700** e o código CRC **5A2CAD62**.

2022.016627 v6

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CONTRATANTE:

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA, portadora do CNPJ. 06.539.432/0001-51, no ramo de atividade da Engenharia, Arquitetura e Manutenção neste apto representada por seu sócio, BEATRIZ COSTA LIBÓRIO, brasileiro, empresária, portador do RG nº 26114860 SSP-AM, CPF 027.264.182-01, com endereço à Av. Mario Ypiranga Monteiro, 315, Sala 403 – Adrianópolis, Manaus/AM.

CONTRATADO:

Randel Almeida dos Santos, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, CREA 33792AM, RG 26264684 SSP AM, CPF 015.673.132-05, domiciliado na rua João Dourado, Nº 22, Novo Aleixo, CEP 69098-198, Manaus/AM. Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços e de Assunção de Responsabilidade Técnica, as partes acima qualificadas têm entre si justo e avençado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A CONTRATANTE, empresa cuja atividade é da área de Engenharia, Arquitetura e Manutenção, a fim de atender ao que determina o parágrafo único do Artigo 10 da Lei Federal nº 12378 de 31 de dezembro de 2010, firma o presente contrato com o CONTRATADO, a qual obriga-se a prestar à CONTRATANTE serviços profissionais atinentes a sua formação e habilitação técnico-profissional conforme atribuições previstas na Lei Federal 12.378/2010, nas áreas afins e correlatas de engenharia civil e a assumir a responsabilidade técnica perante o referido órgão de fiscalização profissional CREA/AM (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas) e outros que lhe exijam.

Parágrafo único – O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE as seguintes atividades: supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica, coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação, estudo de viabilidade técnica e ambiental, assistência técnica, assessoria e consultoria, direção de obras e de serviço técnico enfim, tudo o que for pertinente à sua capacitação profissional para manter a regularidade da atividade explorada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATANTE poderá indicar o CONTRATADO como responsável técnico, por sua atividade de engenharia civil, perante o CREA/AM e o CONTRATADO deverá registrar, perante aquele Órgão, ART – Registro de Responsabilidade Técnica de Cargo/Função que ficará fazendo parte integrante do presente instrumento com reconhecimento de firma.

Nota: As partes poderão fixar livremente o número de horas que lhes forem convenientes para melhor atender às necessidades da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

A CONTRATANTE é responsável por eventuais retenções de impostos e contribuições previstos na legislação tributária e previdenciária e pagará ao CONTRATADO no início do mês subsequente àquele do serviço efetivamente prestado, a importância de R$ 7.812,00 (Sete mil, oitocentos e doze Reais). O pagamento será efetuado na sede da CONTRATANTE, com emissão do respectivo recibo pelo CONTRATADO.

Nota: A remuneração de profissionais não poderá ser inferior ao salário-mínimo profissional com base na Lei 4950-A/66 e as partes poderão adotar livremente outra forma de pagamento que mais lhes convenha.

Parágrafo 1º - O CONTRATADO fica reservado o período de trabalho de 6 horas diárias de segunda a sexta-feira (08-14h) tendo flexibilidade no horário.

Parágrafo 2º - Em nenhuma hipótese o CONTRATADO receberá remuneração inferior ao salário-mínimo profissional, conforme na Lei Federal nº 4.950-A de 22 de abril de 1966.

Parágrafo 3º - No caso de atraso nos pagamentos, a CONTRATANTE estará automaticamente em mora, arcando com juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sendo negociável pelas partes do presente contrato, facultado a CONTRATADA a rescisão do contrato nos termos do parágrafo primeiro da cláusula sexta, sem prejuízo da cobrança judicial do débito pela via executiva judicial.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DO PREÇO

O preço estipulado na cláusula anterior será reajustado a cada período de um ano, contado a partir da data de sua vigência, por índices oficiais que venha a ser adotado por ambas as partes ou pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada.

Nota: As partes poderão adotar livremente outro índice de reajuste que mais lhes convenha.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato é firmado por prazo indeterminado, passando a vigorar a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido por qualquer das partes caso não ocorra a aprovação do Responsável Técnico pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, neste caso, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente ao tempo de serviço efetivamente prestado, não se aplicando a cláusula sexta.

Nota: Caso haja efetiva prestação de serviços a partir da assinatura do contrato e independentemente da aprovação do Responsável Técnico pelo CREA/AM, a redação dessa cláusula deverá ser a seguinte:

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante notificação a outra, por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvada a hipótese de a parte denunciante optar por indenizar a outra do valor correspondente ao da prestação dos serviços referente ao período.

Parágrafo 1º - O contrato também poderá ser rescindido em caso de violação de quaisquer das cláusulas deste contrato, pela parte prejudicada, mediante denúncia imediata, sem prejuízo de eventual indenização cabível.

Parágrafo 2º - Qualquer tolerância das partes quanto ao descumprimento das cláusulas do presente contrato constituirá mera liberalidade, não configurando renúncia ou novação do contrato ou de suas cláusulas que poderão ser exigidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME JURÍDICO

As partes declaram não haver entre si vínculo empregatício, tendo o CONTRATADO plena autonomia na prestação dos serviços, desde que prestados conforme as condições ora pactuadas e demais exigências legais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas quanto à responsabilidade técnica. O CONTRATADO responde exclusivamente por eventual imprudência, negligência, imperícia ou dolo na execução de serviços que venham a causar qualquer dano à CONTRATANTE ou a terceiros, devendo responder regressivamente caso a CONTRATANTE seja responsabilizada judicialmente por tais fatos, desde que haja a denunciação da lide, salvo no caso de conduta da própria CONTRATANTE contrária à

orientação dada pelo CONTRATADO.

Parágrafo único – Tendo em vista a importância da responsabilidade técnica assumida, o CONTRATADO deverá fazer por escrito suas orientações à CONTRATANTE e aos seus prepostos, mediante protocolo de recebimento ou ciência.

Nota: Caso haja efetiva prestação de serviços na condição de FUNCIONÁRIO, a cláusula acima deverá ser alterada.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o foro da Comarca de Manaus/AM, para qualquer demanda judicial relativa ao presente contrato, com exclusão de qualquer outro. E por estarem justas e contratadas, na melhor forma de direito, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias originais e de igual teor e forma, dando tudo por bom, firme e valioso.

Manaus, 01 de fevereiro de 2023.

RECO 1º OFÍCIO

Randel Almeida dos Santos

Randel Almeida dos Santos
CREA nº 33792AM
Contratado

9º TN

Beatriz Costa Liborio

Beatriz Costa Liborio
CPF nº 027.264.182-01
Contratante

SELO ELETRÔNICO TJAM - SELO RECFIR004382MWOHWRKM5P14LW91, Valor do ato: R$ 5,80, Parte(s): RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS, Tipo: RECONHECIMENTO DE FIRMA POR AUTENTICIDADE, Consulte o selo em https://cidadao.portalseloam.com.br/ ou através do QR Code:

CARTÓRIO ANDRADE
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO E DEMAIS ANEXOS
DA COMARCA DE MAUÉS
JENISE DELISE ALVES MENDES
Tabeliã e Oficial Substituta
Maués - Amazonas

9º TABELIA DE NOTAS - CARTÓRIO AB
Rua Marcílio Raimond, nº 317 - Adrianópolis - Manaus-AM - www.cartorioabreu.

Reconheço Por SEMELHANÇA a firma de BEATRIZ COSTA LIBORIO. Dou Fé Em_____ Testemunho da verdade
Data/Hora 10/06/2021 17:21:09 Emitido por JANAINA SILVA DE SOUZA - ESCREVENTE
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO - TJAM - N
RECFIR004531VMKY8DBMOQW0FQ73 Valide o selo cidadao.portalseloam.com.br - Pago R$ 5,00

Janaina Silva de S
Escrevente Autori

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1005120/2023
Emissão: 07/07/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: yYA5D

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-AM.

Interessado(a)

Profissional: RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS

Registro: 0420184821

CPF: 015.***.***-05

Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 02/06/2021

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: Artigo 7 da Lei Federal n 5.194 66, nas competencias do(s) Artigo(s) 28 e 29 do Decreto Federal 23.569 33, especificadas pelo Artigo 7 da Resolucao n 218 73 do Confea, combinado com seu Artigo 25, regulamentadas no Artigo 5 da Resolucao n 1.073 2016 (consolidadas na Resolucao n 1.048 2013 do Confea).

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS - UNINORTE

Data de Formação: 28/05/2021

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (6/6)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: NORTHSERVICE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA ? EPP

Registro: 0049484281

CNPJ: 11.681.242/0001-04

Data Ínicio: 22/06/2021

Data Fim: 14/08/2023

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP

Registro: 0000003397

CNPJ: 06.539.432/0001-51

Data Ínicio: 04/05/2023

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: yYA5D
Impresso em: 30/11/2023 às 21:22:04 por: adapt, ip: 191.189.1.95

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Manaus-AM
Ref.: Pregão Eletrônico n.° 4044/2023

Prezados Senhores,

Declaramos para efeito da Licitação em epígrafe, conforme disposto no Edital e seus anexos, que indicamos, de acordo com a Resolução n° 213, de 29/06/73 e n° 317, de 31/10/86, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia ou Resolução n.° 074/2019 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT e legislação correlata, o(s) seguinte(s) profissional (is) responsável (is) técnico(s), caso venhamos a vencer a referida Licitação:

1. **Responsável Técnico**
Nome: Randel Almeida dos Santos
Especialidade: Engenheiro Civil
Número de registro no CREA/CFT: 33798/AM

Assinatura: 

Declaramos, ainda, que todos os acima relacionados pertencem ao nosso quadro técnico de profissionais, com relacionamento junto à empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Manaus, 07 de Dezembro de 2023.



José Said Libório
RG 668736-9 SSP/AM
CPF 135.334.522-04
Procurador

Declaração de Respons. Técnica - ENG. RANDEL - SGRH SERVIÇO (1219308) SEI 2023.010235 / pg. 557

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

Atestamos, para cumprimento do Item 2.6 do Edital referente ao procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 4044/2023, que a empresa SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, representada pelo, o(a) Sr. (a) José Said Libório, portador(a) do documento de identidade nº 668736-9, optou por não vistoriar o local dos serviços conforme previsto no Subitem 2.6.3 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235.

Declara ainda que quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos não serão considerados nem usados como possível juízo de valor a respeito afim de compensações futuras.

Manaus/AM, 07 de Dezembro de 2023.

_____

José Said Libório
RG 668736-9 SSP/AM
CPF 135.334.522-04

SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.° e seus incisos da Lei n.° 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;
2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;
3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;
4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;
5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;
6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.
7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus/AM, 07 de Dezembro de 2023.

_____

José Said Libório
RG 668736-9 SSP/AM
CPF 135.334.522-04

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.539.432/0001-51 **MATRIZ**		**15/07/2004**

NOME EMPRESARIAL
SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SGRH SERV COM LTDA	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-02 - Serviço de poda de árvores para lavouras
18.22-9-99 - Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação
23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes
33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.14-7-01 - Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas
33.14-7-03 - Manutenção e reparação de válvulas industriais
33.14-7-04 - Manutenção e reparação de compressores
33.14-7-05 - Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais
33.17-1-01 - Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
33.17-1-02 - Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações
42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 5 DE SETEMBRO	**240**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-010	**SAO RAIMUNDO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SGRHCONSTRUCOES@GMAIL.COM	**(92) 3087-5721**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/07/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/12/2020** às **12:13:42** (data e hora de Brasília).

CNDs SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219328) SEI 2023.010235 / pg. 560

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.539.432/0001-51 **MATRIZ**		**15/07/2004**

NOME EMPRESARIAL
SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.23-5-00 - Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno
43.12-6-00 - Perfurações e sondagens
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 5 DE SETEMBRO	**240**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-010	**SAO RAIMUNDO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SGRHCONSTRUCOES@GMAIL.COM	**(92) 3087-5721**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/07/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/12/2020** às **12:13:42** (data e hora de Brasília). Página: **2/5**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.539.432/0001-51 **MATRIZ**		**15/07/2004**

NOME EMPRESARIAL
SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
45.20-0-05 - Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-05 - Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
50.12-2-01 - Transporte marítimo de longo curso - Carga

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 5 DE SETEMBRO	**240**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-010	**SAO RAIMUNDO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SGRHCONSTRUCOES@GMAIL.COM	**(92) 3087-5721**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/07/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/12/2020** às **12:13:42** (data e hora de Brasília). Página: **3/5**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.539.432/0001-51 **MATRIZ**		**15/07/2004**

NOME EMPRESARIAL
SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
50.12-2-02 - Transporte marítimo de longo curso - Passageiros
50.21-1-01 - Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia
50.21-1-02 - Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia
52.12-5-00 - Carga e descarga
52.50-8-05 - Operador de transporte multimodal - OTM
53.20-2-02 - Serviços de entrega rápida
56.20-1-02 - Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.19-7-02 - Atividades de estudos geológicos
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
74.10-2-02 - Design de interiores
74.90-1-02 - Escafandria e mergulho
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.19-5-01 - Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 5 DE SETEMBRO	**240**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-010	**SAO RAIMUNDO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SGRHCONSTRUCOES@GMAIL.COM	**(92) 3087-5721**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/07/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/12/2020** às **12:13:42** (data e hora de Brasília).

CNDs SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219328) SEI 2023.010235 / pg. 563

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
06.539.432/0001-51 **MATRIZ**		**15/07/2004**

NOME EMPRESARIAL
SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.22-2-00 - Imunização e controle de pragas urbanas
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
82.99-7-01 - Medição de consumo de energia elétrica, gás e água
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
95.29-1-05 - Reparação de artigos do mobiliário
96.01-7-01 - Lavanderias

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R 5 DE SETEMBRO	**240**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.027-010	**SAO RAIMUNDO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SGRHCONSTRUCOES@GMAIL.COM	**(92) 3087-5721**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/07/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/12/2020** às **12:13:42** (data e hora de Brasília). Página: **5/5**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA
CNPJ: 06.539.432/0001-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:48:04 do dia 10/10/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/04/2024.
Código de controle da certidão: **6BAD.BED8.9B5C.59DE**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.539.432/0001-51

Razão Social: SGRH SERV GEST R H CONST COM DE MAT CON LTDA EPP

Endereço: R 5 DE SETEMBRO 240 / SAO RAIMUNDO / MANAUS / AM / 69027-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:23/11/2023 a 22/12/2023

Certificação Número: 2023112306512897864504

Informação obtida em 30/11/2023 22:07:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 06.539.432/0001-51
Razão social: SGRH SERV GEST R H CONST COM DE MAT CON LTDA EPP
Nome fantasia: SGRH SERVICOS E COMERCIO LTDA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
12/12/2023	12/12/2023 a 10/01/2024	2023121219071562653978
23/11/2023	23/11/2023 a 22/12/2023	2023112306512897864504
04/11/2023	04/11/2023 a 03/12/2023	2023110401304988975330
16/10/2023	16/10/2023 a 14/11/2023	2023101605290443786137
27/09/2023	27/09/2023 a 26/10/2023	2023092707521722582440
08/09/2023	08/09/2023 a 07/10/2023	2023090819145273895213
20/08/2023	20/08/2023 a 18/09/2023	2023082001144941629675
01/08/2023	01/08/2023 a 30/08/2023	2023080119150838606898
13/07/2023	13/07/2023 a 11/08/2023	2023071319114277635543
24/06/2023	24/06/2023 a 23/07/2023	2023062401415606698900
05/06/2023	05/06/2023 a 04/07/2023	2023060500471756692749
17/05/2023	17/05/2023 a 15/06/2023	2023051701040430723895
28/04/2023	28/04/2023 a 27/05/2023	2023042801000272637980
09/04/2023	09/04/2023 a 08/05/2023	2023040900432741827309
21/03/2023	21/03/2023 a 19/04/2023	2023032101030400920633
02/03/2023	02/03/2023 a 31/03/2023	2023030201065148005531
11/02/2023	11/02/2023 a 12/03/2023	2023021101001387457060
23/01/2023	23/01/2023 a 21/02/2023	2023012300513951605351
04/01/2023	04/01/2023 a 02/02/2023	2023010400540032284790
16/12/2022	16/12/2022 a 14/01/2023	2022121601020403407195
27/11/2022	27/11/2022 a 26/12/2022	2022112700465183587674
08/11/2022	08/11/2022 a 07/12/2022	2022110801021253243037
20/10/2022	20/10/2022 a 18/11/2022	2022102014475098838834
30/09/2022	30/09/2022 a 29/10/2022	2022093001371814837888
11/09/2022	11/09/2022 a 10/10/2022	2022091101122076370536
23/08/2022	23/08/2022 a 21/09/2022	2022082301334455047894
04/08/2022	04/08/2022 a 02/09/2022	2022080401294806050723
16/07/2022	16/07/2022 a 14/08/2022	2022071601290692143839
27/06/2022	27/06/2022 a 26/07/2022	2022062701192667542304

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
07/06/2022	07/06/2022 a 06/07/2022	2022060701091226359494
19/05/2022	19/05/2022 a 17/06/2022	2022051901094450985975
30/04/2022	30/04/2022 a 29/05/2022	2022043001091415783209
11/04/2022	11/04/2022 a 10/05/2022	2022041100554628311495
23/03/2022	23/03/2022 a 21/04/2022	2022032301012076756650
04/03/2022	04/03/2022 a 02/04/2022	2022030401025942616283
13/02/2022	13/02/2022 a 14/03/2022	2022021300541998807713
25/01/2022	25/01/2022 a 23/02/2022	2022012503205413862536
06/01/2022	06/01/2022 a 04/02/2022	2022010602303025751691

Resultado da consulta em 21/12/2023 15:52:48

Voltar

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.539.432/0001-51
Certidão nº: 30582177/2023
Expedição: 28/06/2023, às 10:56:12
Validade: 25/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.539.432/0001-51**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 06.539.432/0001-51
Certidão nº: 73667974/2023
Expedição: 21/12/2023, às 15:55:06
Validade: 18/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS),** inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.539.432/0001-51, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

GOVERNO DO AMAZONAS
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS

CARTÃO DE INSCRIÇÃO DO CONTRIBUINTE

INSCRIÇÃO	C.N.P.J	VIA
05.328.731-2	06.539.432/0001-51	3

RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL
SGRH SERV DE GESTAO DE REC HUMANOS CONST E COM DE MAT DE CONSTRUCAO LTDA - EPP

NOME FANTASIA
SGRH SERV COM LTDA

REGIME	CADASTRAMENTO	EMISSÃO	VALIDADE
Normal	28/08/2012	21/05/2018	21/05/2020

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA NA AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO
RUA 5 DE SETEMBRO, NRO 240,SAO RAIMUNDO,MANAUS-AM, CEP69.027.010

ATIVIDADE ECONÔMICA NA SEFAZ
4742-3/00.- Comércio varejista de material elétrico, desde 28/08/2012

4744-0/99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral, desde 28/08/2012

OBSERVAÇÃO
Comércio ou Indústria Não Incentivada

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO
001526950469151

CNDs SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219328) SEI 2023.010235 / pg. 571

PREFEITURA DE MANAUS
SECRETARIA DE FINANÇAS,TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Razão Social: **S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇAO LTDA - EPP**
Nome Fantasia: **SGRH SERV COM LTDA**
Logradouro: **RUA 5 DE SETEMBRO, 240**
Número: **240**
Bairro: **SAO RAIMUNDO**

CNPJ: **06.539.432/0001-51**
Área Ocupada: **170.00**
Complemento:
CEP: **69027010**
Nota: **ESCRITÓRIO DE REFERÊNCIA**

Inscrição Municipal: **12670201**
Cadastro Imobiliário: **67287**
Protocolo: **AMP1803408520**
Data da Concessão: **28/05/2018**

ATIVIDADE(S) EXERCIDA(S) NO LOCAL

CNAE:	Descrição
6920-6/01	Atividades de contabilidade

ATIVIDADE(S) NÃO EXERCIDA(S) NO LOCAL

CNAE:	Descrição
4222-7/02	Obras de irrigação
3314-7/04	Manutenção e reparação de compressores
4299-5/99.99	Outras Obras De Engenharia Civil Não Especificadas Anteriormente
8122-2/00	Imunização e controle de pragas urbanas
9601-7/01	Lavanderias
4291-0/00.01	Obras Portuárias, Marítimas E Fluviais
4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
1822-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação
4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
4120-4/00.01	**Construção De Edifícios**
9529-1/05.01	Reparação De Artigos Do Mobiliário
8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações
7410-2/02	Design de interiores
3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer
4212-0/00.02	Manutenção De Obras-De-Arte Especiais
8230-0/01.01	Serviços De Organização De Feiras, Congressos, Exposições E Festas
4729-6/99	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente
4330-4/02.01	Instalação De Portas, Janelas, Tetos, Divisórias E Armários Embutidos De Qualquer Material
8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios
4723-7/00	Comércio varejista de bebidas
4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios
4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral
7119-7/02.01	Atividades De Estudos Geológicos
8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
5012-2/01	Transporte marítimo de longo curso - Carga
8129-0/00.99	Atividades De Limpeza Não Especificadas Anteriormente
3317-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
4299-5/01.01	Construção De Instalações Esportivas E Recreativas
7719-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos
4399-1/01	Administração de obras
4312-6/00	Perfurações e sondagens
3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não-elétricas

CNAE:	Descrição
4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
5250-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM
5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar
3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais
4322-3/02.01	Instalaçao De Sistemas Centrais De Ar Condicionado, De Ventilaçao E Refrigeraçao
4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno
3811-4/00	Coleta de resíduos não-perigosos
4924-8/00	Transporte escolar
4322-3/02.02	Manutençaõ De Sistemas Centrais De Ar Condicionado, De Ventilaçao E Refrigeraçao
4213-8/00.02	Reforma De Ruas, Praças E Calçadas
8220-2/00	Atividades de teleatendimento
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores
4789-0/99.99	Comércio Varejista De Outros Produtos Não Especificados Anteriormente
4213-8/00.01	Obras De Urbanização
4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
4313-4/00	Obras de terraplenagem
4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações
4299-5/01.02	Manutenção De Instalações Esportivas (Exceto Edificações)
7490-1/02	Escafandria e mergulho
8299-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água
7111-1/00	Serviços de arquitetura
3314-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais
9529-1/05.02	Reparação De Artigos De Tapeçaria
5212-5/00	Carga e descarga
4321-5/00.01	Instalação Elétrica
7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico
0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras
4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas
4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria
4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
8130-3/00	Atividades paisagísticas
4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
5320-2/02	Serviços de entrega rápida
4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água
5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros
4322-3/03.02	Manutenção De Sistemas De Alarme Contra Incêndio
4754-7/01	Comércio varejista de móveis
4322-3/03.01	Instalações De Sistema De Prevenção Contra Incêndio
9511-8/00.01	Reparação E Manutenção De Computadores E De Equipamentos Periféricos
3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
4321-5/00.02	Manutenção Elétrica
7319-0/99.99	Outras Atividades De Publicidade Não Especificadas Anteriormente

Observações

- Este documento é somente o comprovante de sua inscrição fiscal junto a Prefeitura de Manaus.
- O mesmo não representa e nem substitui a obrigatoriedade de obtenção do licenciamento aplicável as suas atividades econômicas, bem como, do Alvará de Localização e Funcionamento.
- Para consultar a autenticidade deste documento acesse o link: **http://semefatende.manaus.am.gov.br/.**

Scan QR Code

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EPP

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial DO ESTADO DO AMAZONAS

A Sociedade **S G R H SERVIÇOS DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇOES LTDA, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 15/07/2004, NIRE: 13.2.0043699-7, CNPJ: 06.539.432/0001-51,** estabelecida na RUA JAPURA , 919 , B, PÇ 14 DE JANEIRO, MANAUS , AM, CEP: 69.020-180, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 316
Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MANAUS - AM, 15 de Junho de 2010.

Sócio: MARIA CECILIA LIBORIO

Sócio: JOSE GUSTAVO AYRES LIBORIO

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM 16/06/2010.

JUCEA
Maria do Carmo Costa Prestes
Assessora Técnica
Mat. 157.986-1 A

Etiqueta de registro

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/06/2010
SOB Nº: 375025
Protocolo: 10/028033-1
Empresa:13 2 0043699 7
S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA

JUCEA

EDMILSON DA SILVA BARBOSA
SECRETÁRIO GERAL

CONSÓRCIO NOVO SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219328) SEI 2023.010235 / pg. 574

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 52764054
Data: 30/11/2023
Hora: 21:08:47
Válida até: 30/12/2023

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CNPJ: 06.539.432/0001-51 - SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA

* As incorreções porventura existentes, referentes ao nome, CPF ou CNPJ são de inteira responsabilidade do requerente.

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 52778863
Data: 06/12/2023
Hora: 14:21:25
Válida até: 05/01/2024

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CNPJ: 06.539.432/0001-51 - SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA

* As incorreções porventura existentes, referentes ao nome, CPF ou CNPJ são de inteira responsabilidade do requerente.

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Para efeito de validação desta certidão, consultar: http://www.sefaz.am.gov.br

CNDs SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219328) SEI 2023.010235 / pg. 576

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CND Nº
277045/2023

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE : **SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA**
ENDEREÇO : **AVENIDA MÁRIO YPIRANGA, Nº: 315, CEP: 69057000**
BAIRRO: **ADRIANÓPOLIS** COMPLEMENTO: **SALA 403 ED.THE OFF**
INSCRIÇÃO MUNICIPAL : **12670201**
CNPJ/CPF : **06539432000151**

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

14/11/2023

Observação: CERTIDÃO EMITIDA MEDIANTE O TRAMITE DO PROCESSO N 2022.11209.12613.0.088603 NO QUAL O CONTRIBUINTE IMPUGNA O AUTO DE INFRAÇÃO L:613/2022.
****
****
****

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, de acordo com o disposto no Art. 206 C/C o Art. 151 do CTN.
Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 14/12/2023

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

VALIDAÇÃO

CND N°277045/2023

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação **F8A.674.EEA.518**. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.
Cadastrado em: 14/11/2023

PREFEITURA DE MANAUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CONTROLE INTERNO - SEMEF

CND Nº **302279/2023**

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

CONTRIBUINTE : **SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA**
ENDEREÇO : **AVENIDA MÁRIO YPIRANGA, Nº: 315, CEP: 69057000**
BAIRRO: **ADRIANÓPOLIS** COMPLEMENTO: **SALA 403 ED.THE OFF**
INSCRIÇÃO MUNICIPAL : **12670201**
CNPJ/CPF : **06539432000151**

Declara-se para os devidos fins que, em nome do sujeito passivo, CONSTAM DÉBITOS lançados relativo a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

18/12/2023

Observação: CERTIDÃO EMITIDA MEDIANTE O TRAMITE DO PROCESSO N 2022.11209.12613.0.088603 NO QUAL O CONTRIBUINTE IMPUGNA O AUTO DE INFRAÇÃO L:613/2022.
****
****
****

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, de acordo com o disposto no Art. 206 C/C o Art. 151 do CTN. Certidão expedida com base no Decreto nº. 7007/2003 c/c Dec. 883/2011

VÁLIDA ATÉ 17/01/2024

A FAZENDA MUNICIPAL PODERÁ COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE CONSTATADAS, MESMO REFERENTES A PERÍODOS NESTA CERTIDÃO COMPREENDIDOS.

VALIDAÇÃO

CND Nº302279/2023

Para comprovar a veracidade desta certidão, utilize o QR CODE ou visite o Portal de Informações e Serviços SEMEF ATENDE (http://semefatende.manaus.am.gov.br/) e infome a chave de validação **BC5.411.8A7.614**. A Certidão emitida abrange todos os cadastros inscritos no Município de Manaus no

CNDs SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219328) SEI 2023.010235 / pg. 578

CNPJ/CPF do contribuinte acima qualificado.
Cadastrado em: 18/12/2023

CNDs SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES (1219328) SEI 2023.010235 / pg. 579

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

C E R T I D Ã O E S T A D U A L D E D I S T R I B U I Ç Ã O

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 007284086 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 29/11/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA EPP, residente na AV MARIO YPIRANGA 315, , , CEP: 69057-000, vinculado ao CNPJ: 06.539.432/0001-51. *

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, quinta-feira, 30 de novembro de 2023.

PEDIDO N°: ***0007284086***

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 607.2023.CPL.1219337.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise dos Documentos de Habilitação - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica dos documentos de habilitação (1219300, 1219301, 1219302, 1219303, 1219305, 1219306, 1219308, 1219309, 1219310, 1219313, 1219328, 1219330 e 1219331)** apresentados pela empresa **SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO LTDA. - EPP**, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51.

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 21 de dezembro de 2023.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 21/12/2023, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1219337** e o código CRC **A1334CEF**.

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1007696/2023
Emissão: 10/09/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: WD89W

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP

CNPJ: 06.539.432/0001-51

Registro: 0000003397

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 750.000,00

Data do Capital: 26/02/2017

Faixa: 4

Objetivo Social: 33.14-7-01 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS MOTRIZES NÃO ELÉTRICAS; 33.14-7-03 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VÁLVULAS INDUSTRIAIS; 33.14-7-04 -
MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE COMPRESSORES; 33.14-7-05 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO PARA FINS INDUSTRIAIS; 43.22-3-01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS,
SANITÁRIAS E DE GÁS; 43.22-3-02 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR
CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO; 41.20-4-00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS 42.13-8-00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS 42.22-7-01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO 42.91-0-00 - OBRAS PORTUÁRIAS 42.92-8-01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS 42.99-5-01 - CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS 42.99-5-99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 43.11-8-01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS 43.11-8-02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO 43.12-6-00 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS(CIRCUNSCRITO NO ÂMBITO DA ENG. CIVIL) 43.13-4-00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM 43.19-3-00 - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE 43.21-5-00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA(BAIXA TENSÃO PARA EDIFICAÇÕES) 43.22-3-01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS(PARA EDIFICAÇÕES) 43.29-1-99 - OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE 43.30-4-01 - IMPERMEABILIZAÇÃO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL 43.30-4-02 - INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL 43.30-4-04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL 43.30-4-05 - APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES 43.30-4-99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO 43.91-6-00 - OBRAS DE FUNDAÇÕES 43.99-1-01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS 43.99-1-02 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS 71.19-7-03 - SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS À ARQUITETURA E ENGENHARIA 71.19-7-99 - ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS À ENGENHARIA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

Restrições Relativas ao Objetivo Social: NO LIMITE DAS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO.

Endereço Matriz: RUA CINCO DE SETEMBRO, 240, SÃO RAIMUNDO, MANAUS, AM, 69027010

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 18/02/2009

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 5022

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (6/6)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS

Registro: 0420184821

CPF: 015.***.***-05

Data Início: 04/05/2023

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: Artigo 7 da Lei Federal n 5.194 66, nas competencias do(s) Artigo(s) 28 e 29 do Decreto Federal 23.569 33, espec pelo Artigo 7 da Resolucao n 218 73 do Confea, combinado com seu Artigo 25, regulamentadas no Artigo 5 da Resolucao n 1.0

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: WD89W
Impresso em: 30/11/2023 às 21:20:12 por: adapt, ip: 191.189.1.95

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1007696/2023
Emissão: 10/09/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: WD89W

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

(consolidadas na Resolucao n 1.048 2013 do Confea).

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: WELLINGTON DOS SANTOS PEREIRA
Registro: 0418989354
CPF: 838.***.***-68
Data Início: 26/03/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO MECÂNICO

Atribuição: Artigo (s) 12 da Resolucao n. 218 73 do CONFEA, com observancia ao seu Artigo 25.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: BEATRIZ COSTA LIBORIO
CPF: 027.***.***-01
Função: SOCIA

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: WD89W
Impresso em: 30/11/2023 às 21:20:12 por: adapt, ip: 191.189.1.95

1 – Telha Galvanizada: CAT LOJA LINDOIA (item 16.1)= 1000m² / Registro no CREA : 949307/2018
(Eng. HALLHITON MACIEL GEBER sobre contrato de prestação de serviço com a empresa)

2 – Forro Gesso Acartonado: Atestado MP Autazes Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652 (Item 4.1) = 81,32m²
Atestado Nº 14.2022.CPL.0939700.2022.016627 Novo Airão (Item 14.1) = 138,24m²
(Eng. Randel Almeida dos Santos sobre contrato de prestação de serviço com a empresa). Atestado MP Autazes Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652 com processo em CAT, Protocolado junto ao CREA sobre numero de certidão 1004464/2023.
Atestado MP Novo Airão Nº 14.2022.CPL.0939700.2022.016627 com processo em CAT, Protocolado junto ao CREA sobre numero de certidão 1004465/2023.

3 – Alvenaria de 1/2 : CAT LOJA LINDOIA (item 6.1.1)= 2547m² / Registro no CREA : 949307/2018
(Eng. HALLHITON MACIEL GEBER sobre contrato de prestação de serviço com a empresa)

4 – Confecção de esquadria de alumínio : CAT Pedrosa Galpão (Item 8.2.1) = 360m² / Registro no CREA: 948324/2018
(Eng. HALLHITON MACIEL GEBER sobre contrato de prestação de serviço com a empresa)

6 – Porcelanato: CAT Pedrosa Galpão (Item 10.3)= 2875m² / Registro no CREA: 948324/2018
(Eng. HALLHITON MACIEL GEBER sobre contrato de prestação de serviço com a empresa)

7 – Piso intertravado: CAT Pedrosa Galpão (Item 4.3.6)= 6987,48m² / Registro no CREA: 948324/2018
(Eng. HALLHITON MACIEL GEBER sobre contrato de prestação de serviço com a empresa)

8 – Pintura acrílica: Atestado MP Autazes Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652 (Item 11.3) = 1018,93m².
(Eng. Randel Almeida dos Santos sobre contrato de prestação de serviço com a empresa). Atestado MP Autazes Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652 com processo em CAT, Protocolado junto ao CREA sobre numero de certidão 1004464/2023.

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇAO LTDA
CNPJ: 06.539.432/0001-51
END: Rua 5 De Setembro, Nº 240 – São Raimundo, Manaus/AM, CEP nº 69.027-010
TELEFONE: (92) 98417-8003 / 99120-2787
E-MAIL: sgrhconstrucoes@gmail.com

9 – Ponto de tomada (Já tem 16 e precisa de mais 29): CAT LOJA LINDOIA (item 10.3)= 32 pt / Registro no CREA : 949307/2018
(Eng. HALLHITON MACIEL GEBER sobre contrato de prestação de serviço com a empresa)

10 – Ponto lógico RJ 45: Atestado MP Autazes Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652 (Item 12.3.3) = 13 pt
Atestado Nº 14.2022.CPL.0939700.2022.016627 Novo Airão (Item 10.4) = 22 pt
(Eng. Randel Almeida dos Santos sobre contrato de prestação de serviço com a empresa). Atestado MP Autazes Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652 com processo em CAT, Protocolado junto ao CREA sobre numero de certidão 1004464/2023.
Atestado MP Novo Airão Nº 14.2022.CPL.0939700.2022.016627 com processo em CAT, Protocolado junto ao CREA sobre numero de certidão 1004465/2023.

11 – Ponto de água fria: CAT LOJA LINDOIA (item 15) / Registro no CREA : 949307/2018
(Eng. HALLHITON MACIEL GEBER sobre contrato de prestação de serviço com a empresa)
CAT Pedrosa Galpão (Item 12.3) / Registro no CREA: 948324/2018
(Eng. HALLHITON MACIEL GEBER sobre contrato de prestação de serviço com a empresa)

SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS LTDA

SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAS LTDA

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇOES E COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇAO LTDA
CNPJ: 06.539.432/0001-51
END: Rua 5 De Setembro, Nº 240 – São Raimundo, Manaus/AM, CEP nº 69.027-010
TELEFONE: (92) 98417-8003 / 99120-2787
E-MAIL: sgrhconstrucoes@gmail.com

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

949307/2018

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - Crea-AM, o Acervo Técnico do profissional **HALLHITON MACIEL GEBER** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **HALLHITON MACIEL GEBER**
Registro: **0404627420** RNP: **0404627420**
Título profissional: ENGENHARIA CIVIL

Número da ART: **AM20180141404** Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 28/09/2018 Baixada em: 28/09/2018
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSTRUTORA LINDOIA LTDA**

Contratante: **PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA** CPF/CNPJ: **63.684.781/0001-09**
Endereço do contratante: AV. DJALMA BATISTA Nº: 170
Complemento: Bairro: CHAPADA
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69041010
Contrato: 0420130014635 Celebrado em: 29/05/2013
Valor do contrato: R$ 2.221.728,00 Tipo de contratante: CONTRATANTE
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AV. DJALMA BATISTA Nº: 170-A
Complemento: Bairro: CHAPADA
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69041010
Data de início: 29/05/2013 Conclusão efetiva: 30/11/2016
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 63.684.781/0001-09

Atividade Técnica: **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1011 - HIDRANTES 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1061 - REMOÇÃO DE ENTULHO 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> FACHADA -> #1113 - EDIFICAÇÃO DE ALVENARIA 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> EDIFICAÇÃO -> #1177 - ALVENARIA 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> EDIFICAÇÃO -> #1178 - METALICA 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO) 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #4110 - PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado;

Observações

AUTORIA E EXECUÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E SEUS COMPLEMENTARES DE UM IMÓVEL COMERCIAL CONSTRUÍDO EM ALVENARIA, CONJ. DE SAPATAS, VIGAS, PILARES E LAJES EM CONCRETO ARMADO. COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA E TELHAS DE ALUMÍNIO DO TIPO TRAPEZOIDAL. ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.851,44m². PRAZO DE EXECUÇÃO DE 29/05/2013 a 30/11/2016.

Informações Complementares

- O referido Atestado foi objeto de Laudo Técnico (emitido em 26/9/2018), elaborado pelo Eng. Civil FABIO LUIZ VITORINO NASCIMENTO, profissional habilitado no âmbito do sistema Confea-Crea com registro nacional sob o Nº 041664967-0, resultante na ART Nº AM20180140813.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

949307/2018

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 10 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 949307/2018
28/09/2018, 15:27
aBDYb

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: aBDYb

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a **CONSTRUTORA LINDÓIA LTDA**, inscrita sob **CNPJ. 04.170.643/0001-34**, estabelecida na Av. Djalma Batista n° 126-A bairro - Chapada, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, tendo como responsável técnico o **Engº Civil HALLHITON MACIEL GEBER**, inscrito no **CREA-AM N° 8017-D, Registro Nacional n° 0404627420**, estabelecido à Av. Torquato Tapajós, 7726, Rua 06 Casa 93 do Cond. Residencial Forest Hill, Bairro Colônia Terra Nova II - Manaus/AM. CEP.: 69093-415, foi prestador de serviços desta Empresa **PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA**, **CNPJ. 63.684.781/0001-09**, dos serviços de Autoria e Execução de Projetos Arquitetônicos e seus complementares de um Imóvel Comercial construído em alvenaria, conjunto de sapatas, vigas e pilares e laje em concreto armado. Cobertura em estrutura metálica e telha de alumínio tipo trapezoidal. Área construída de 1.851,44 m². Localizado na Avenida Djalma Batista N° 170, CEP. 69.041-010 - Chapada, Manaus/AM. Tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que o desabone.

CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS
Inícios dos Serviços: 29/05/2013
Conclusão dos Serviços: 30/11/2016
ART da Obra: N° 146352013 29/05/2013
1.0 - Natureza: CONSTRUÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.851,44 m²
2.0 - Valor do Contrato: R$ 2.221.728,00 (Dois milhões, duzentos e vinte um mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos).
3.0 - Planilha de Serviços Realizados

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS

PROPRIETÁRIO: PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA
OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.851,44 m²
LOCAL: Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.
1.0	SERVIÇOS PRELIMARES		
1.1	Projeto arquitetônico com seus complementares e respectivos tramites nos órgãos competentes, taxas, licenças e Crea.	Vb	1,00
1.2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	m²	6,00
1.3	BARRAÇÃO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, COM BANHEIRO, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO INSTALAÇÕES HIDRO SANITARIAS ELETRICAS	m²	35,00
1.4	TAPUME COM ESTRUTURA METALICA E CHAPA GALVANIZADA OU PVC COM ALTURA DE 2 M, PINTADO COM LOGOMARCA E IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARA CONFINAMENTO DE AREAS INTERNAS E CONTIGUAS AOS ACESSOS DO PAVILHÃO PRINCIPAL	m²	98,00
1.5	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIMES	mês	220,00
2.0	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS DE MATERIAIS		
2.1	RETIRADA DE CADEIRAS	unid	154,00
2.2	DEMOLIÇÃO DE PISOS	m²	545,00
2.3	RETIRADA DE CARPETE DE PISO E PAREDES	m²	17,00
2.4	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	m³	1,34
2.5	CARGA E DESCARGA MANUAL DE ENTULHO	m³	673,00
2.6	DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE AZULEJO CERÂMICO	m²	25,00
2.7	DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE PISO CERAMICO	m²	250,00
2.8	DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE ESPELHO DE ESCADA	m²	15,25
2.9	DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE FORRO	m²	250,00
2.10	DESINSTALAÇÃO E RETIRADA DE SISTEMA DE MONITORAMENTO EXISTENTE, COM POSTERIOR REINSTALAÇÃO	unid	1,00
2.11	RETIRADA DE ESQUADRIA EM ALUMINIO E VIDRO TEMPERADO	m²	7,00
2.12	RETIRADA DE TORNEIRAS	unid	5,00
2.13	RETIRADA DE VALVULA DE DESCARGA, INCLUSIVE CAIXA EMBUTIDA	unid	4,00
2.14	RETIRADA DE LUMINARIAS TIPO CALHA, INCLUSIVE LAMPADAS	unid	55,00
2.15	RETIRADAS DE LUMINARIAS TIPO SPOT, INCLIUSIVE LAMPADA	unid	10,00
2.16	RETIRADA DE ACESSORIOS DE BANHEIRO	unid	8,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

2.17	RETIRADA DE MURAL DE FOTOS	m²	7,20
2.18	RETIRADA DE PAINEL ELETRÔNICO	unid	1,00
2.19	RETIRADA DE SISTEMA DE ARCONDICIONADO, TIPO SPLIT, DE TETO	unid	19,00
2.20	RETIRADA DE SISTEMA DE SOM	unid	16,00
2.21	RETIRADA DE TOMADAS E INTERRUPTORES	unid	50,00
2.22	RETIRADA E REINSTALAÇÃO DE PLACAS DE AÇO ESCOVADO	unid	5,00
2.23	RETIRADA DE LOUÇAS SANITARIAS	unid	3,00
2.24	RETIRADA DE PORTA DE MADEIRA, UMA FOLHA	unid	3,00
2.25	RETIRADA D PORTA DE ALUMINIO, UMA FOLHA	unid	3,00
2.26	RETIRADA DE EXTINTORES	unid	9,00
2.27	RETIRADA DE CORRIMÃO EM AÇO GALVANIZADO DE ESCADA DO HALL	m	50,00
2.28	DEMOLIÇÃO DE PISO EM CONCRETO SIMPLES (ÁREAS EXTERNAS)	m³	5,88
2.29	DEMOLIÇÃO DE CAMADA DE ASSENTAMENTO/CONTRAPISO COM USO DO PONTEIRO, ESPESSURA ATE 4CM	m²	58,75
2.30	ALVENARIA EMBASAMENTO TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20 CM (CONSIDERANDO ALTURA VIARAVEL E LARGURA ALVENARIA 15CM)	m³	29,4
2.31	MEIO-FIO (GUIA) DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES 12X15X30X100CM (FASE SUPERIOR/FASE INFERIOR/ALTURA/COMPRIMENTO), REJUNTADO C/ARGAMASSA 1:4 (CIMENTO/AREIA), INCLUINDO ESCAVAÇÃO E REATERRO	m	117,62
2.32	EMBOCO CIMENTO AREIA 1:4 ESP= 1,5 CM INC CHAPISCO 1:3 E= 9 MM	m²	127,3
2.33	ATERRO APILOADO(MANUAL) EM CAMADAS DE 20 CM COM MA TERIAL DE EMPRESTIMO	m³	31,37
2.34	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) EM CONCRETO (CIMENTO/AREIA/SEIXO ROLADO) PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7 CM, COM JUNTA DE DILATAÇÃO EM MADEIRA, INCLUSO LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	m²	77,62
2.35	CONTRAPISO/LASTRO DE CONCRETO NÃO-ESTRUTURAL, E= 5CM, PREPARO COM BETONEIRA	m²	50,05
2.36	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO/AREIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO EM ÁREAS SECAS MENORES QUE 10M² SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ESPESSURA 4 CM, ACABAMENTO REFORÇADO. AF_06/2014	m²	108,8
2.37	REVESTIMENTO DE PISO EM POCELANATO NATURAL ANTIDERRAPANTE 60X60	m²	58,75
2.38	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS FURADOS S/REAPROVEITAMENTO	m³	2,00
2.39	RETIRADA DE APARELHOS SANITARIOS	unid	12,00
2.40	RETIRADA CUIDADOSA DE AZULEJOS/LADRILHOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO	m²	15,00
2.41	RETIRADA DE TUBULAÇÃO HIDROSSANITARIA EMBUTIDA COM CONEXÕES 1/2 A 2	m	30,00
2.42	RETIRADA DE FOLHAS DE PORTA DE PASSAGEM OU JANELA	unid	6,00
2.43	RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA	unid	6,00
2.44	DEMOLIÇÃO DE PISO CONCRETO SIMPLES	m³	3,00
3.0	**MOVIMENTO DE TERRA**		
3.1	**ESCAVAÇÃO E ATERRO**		
3.1.1	ESCAVAÇÃO, carga e transporte em solo de 1ª categoria, utilizando trator sobre esteiras e pá-carregadeira sobre pneus e caminhão basculante com DMT até 20 Km	m³	2.570,00
3.1.2	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 RODOVIA PAVIMENTADA, DMT ATE 0,5 KM	m³ x Km	5.123,00
4.0	**INFRAESTRUTURA**		
4.1	**SERVIÇOS GERAIS**		
4.1.1	Apiloamento de fundo de vala com maço de 40 kg a 60 kg	m²	1.234,00
4.1.2	Lastro de concreto (contrapiso), incluindo preparo e lançamento	m³	134,00
4.1.3	Reaterro manual de vala apiolado	m³	2.145,00
4.2	**PAVIMENTAÇÃO**		
4.2.1	Execução de Camada de Sub-base para pavimentação e=0,20m	m²	2.567,00
4.2.2	Execução de Camada de Base para pavimentação e=0,20m	m²	2.567,00
4.2.3	Execução de pintura de ligação CM-30	m²	2.567,00
4.2.4	Aplicação de Concreto Betuminoso Asfáltico a Quente (CBUQ) e=0,05m	m³	128,35
4.2.5	Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco sextavado de 25 x 25 cm, espessura de 8 cm. AF-08/2015	m²	3.455,00
4.3	**FUNDAÇÕES**		
4.3.1	Broca estaca em concreto estrutural fck=25 MPa, seção 30 cm x 30 cm (carga admissivel: até 82 t)	m	120,00
4.3.2	Fôrma de madeira para fundação com tábua de 3ª qualidade, dois reaproveitamentos	m²	44,00
4.3.3	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm corte e dobra na obra	kg	1.256,00
4.3.4	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	14,56
4.3.5	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em fundação	m³	14,56

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

5.0	SUPERESTRUTURA		
5.1	Fôrma com chapa compensada plastificada e = 12mm, para pulares/vigas/lajes, incluso contraventamentos/travamentos com pontaletes 7,5 cm x 7,5 cm	m²	97,00
5.2	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra	kg	1.345,00
5.3	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	16,43
5.4	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em estrutura	m³	16,43
5.5	Laje Pré-moldada TG12 espessura de 16cm e capa de 4cm	m²	1.023,00
5.6	Laje Convencional maciça de espessura de 12cm	m²	1.023,00
5.7	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra	kg	11.048,40
5.8	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	122,76
5.9	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em estrutura	m³	122,76
6.0	PAREDES E PAINÉIS		
6.1	ALVENARIA DE PEÇAS CERÂMICAS PARA VEDAÇÃO		
6.1.1	Alvenaria de vedação com tijolo cerâmico furado, 9 cm x 19 cm x 19 cm (furos verticais), espessura de parede 9 cm, juntas de 12 mm, assentado com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:2:8 - tipo 2	m²	2.547,00
6.2	PAREDES, REVESTIMENTO E PINTURA		
6.2.1	REVESTIMENTO DE FORMICA TS MADEIRA	m²	40,00
6.2.2	PAREDE EM PLACAS DE MDF COR MADEIRA	m²	40,00
6.2.3	PAINEL ICONOGRAFICO 3,50 X 3,30	m²	1,00
6.2.4	PAINEL ICONOGRAFICO 3,50 X 3,30	m²	1,00
6.2.5	PAINEL ICONOGRAFICO FACHADA ENTRADA PRINCIPAL 2,98 X 3,30	m²	2,00
6.2.6	PAINEL EM MDF COLOCADO EM PAREDE (REVESTIMENTO ACUSTICO)	m²	40,00
6.2.7	CAIXAS EM ALTO RELEVO EM MDF 15MM COM LAMINADO MDF	m²	8,00
6.2.8	CHAPAS ACUSTICAS 0,80 X 0,80 SOBRE PAREDE	m²	20,00
6.2.9	CHAPISCO TRAÇO 1:3	m²	5.094,00
6.2.10	REBOCO PAULISTA TRAÇO 1:2:4	m²	5.094,00
6.2.11	PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRILICA EM PAREDES DUAS DEMÃOS	m²	5.094,00
6.2.12	PINTURA EPÓXI APLICAÇÃO MECANIZADA COM DUAS DEMÃOS EM PISO	m²	2.250,00
6.2.13	PAREDE DE GESSO ACARTONADO DUPLA COM ENCHIMENTO DE LÃ	m²	56,00
6.2.14	EMASSAMENTO ACRILICO DUAS DEMAOS	m²	2.547,00
6.2.15	FUNDO SELADOR ACRILICO	m²	2.547,00
7.0	ESQUADRIAS		
7.1	PORTA DE ABRIR EM MADEIRA 0,80 X 2,10m	unid	2,00
7.2	PORTA DE ABRIR EM VIDRO TEMPERADO 10mm 1FOLHA 1,60 X 2,10m	unid	2,00
7.3	PORTA DE ABRIR EM VIDRO TEMPERADO 10mm 2 FOLHAS 1,60 X 2,10m	unid	1,00
7.4	PORTA DE CORRER EM MADEIRA 1 FOLHA 0,80 X 2,10m	unid	1,00
7.5	PORTA DE ABRIR EM VIDRO TEMPERADO 10mm 1 FOLHA 1,60 X 2,10m	unid	2,00
7.6	PORTA DE CORRER EM MADEIRA 1 FOLHA 0,80 X 2,10m	unid	1,00
7.7	VITRAL FIXO TEMPERADO 10mm 2,50 X 2,60m	m	7,00
7.8	JOGO DE FERRAGENS CROMADAS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO	m²	8,00
7.9	MOLA HIDRAULICA DE PISO PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO	unid	6,00
8.0	REVESTIMENTO DE PISOS		
8.1	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO/AREIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO EM ÁREAS SECAS MENORES QUE 10M² SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ESPESSURA 4 CM, ACABAMENTO REFORÇADO. AF_06/2014	m²	1.550,00
8.2	PISO INDUSTRIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, ESPESSURA DE 12MM, COM JUNTAS DE DILATAÇÃO PLÁSTICAS E POLIMENTO MECANIZADO.	m²	525,00
8.3	PISO DE GRANITO EM PLACAS 1,50X2,50M	m²	275,00
8.4	PISO GRANITO EM PLACAS PRETO SÃO GABRIEL	m²	40,00
8.5	PISO EM REGUA VINILICA SEMIFLEXIVEL, ENCAIXE CLICADO, E= 4MM (SEM COLOCAÇÃO)	m²	175,00
8.6	INSTALAÇÃO DE PISOS EM REGUAS VINILICO SEMIFLEXIVEL	m²	175,00
8.7	INSTALAÇÃO DE PISO EM CARPETE E=5MM, NA COR PLATINA 940	m²	20,00
8.8	PISO PORCELANATO 60X60, ELIANE OU SIMILAR E=1CM	m²	45,00
8.9	RODAPE DE PORCELANATO	m	255,00
8.10	PISO TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, COLORIDO 25X25CM	m²	23,00
8.11	CONTRAPISO/LASTRO DE CONCRETO NÃO-ESTRUTURAL, E= 5CM, PREPARO COM BETONEIRA	m²	55,00
9.0	FORRO		
9.1	FORRO DE GESSO ACARTONADO EM PLACAS 62,5X62,5 COM ESTRUTURA DE SUSTENÇÃO MODULAR TIPO T1 OU T2	m²	325,00
9.2	FORRO EM PLACAS D AÇO CORFORME DETALHAMENTO DO PROJETO	m²	35,00
9.3	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE FORRO ACUSTICO EM FIBRA MINERAL HUNTER DOUGLAS OU SIMILAR EM PLACAS DE 62,5X62,5 CM FIXADAS EM PERFIL DE ALUMINIO BRANCO	m²	185,00
9.4	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE FORRO ACUSTICO EM FIBRA C/ FORMATO DIFERENCIADO, TRATAMENTO ACUSTICO EM LÃ DE ROCHA	m²	70,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

10.0	INSTALACOES ELETRICAS		
10.1	PONTO DE ILUMINACAO NA PAREDE H=3,00M	unid	16,00
10.2	PONTO DE ILUMINACAO NO TETO	unid	78,00
10.3	PONTO DE TOMADA 110V	unid	32,00
10.4	CAIXA DE PISO BAIXA 4X2 REF. B2/1-15-3/4	unid	36,00
10.5	CABO DE COBRE ISOL. FLEX. 750V 4,00MM2 PRETO	m	2.300,00
10.6	CABO DE COBRE ISOL. FLEX. 750V 6,00MM2 PRETO	m	1.350,00
10.7	CABO DE COBRE ISOL. FLEX. 750V 10,0 MM2 PRETO	m	600,00
10.8	CABO DE COBRE ISOL. FLEX. 750V 16,0 MM2 PRETO	m	350,00
10.9	CABO PP 3X1,50MM 0,50CM PRETO PLUG MACHO 2P+T PADRAO BRASILEIRO	m	219,00
10.10	CABO PP 3X1,50MM 2,00MT PRETO PLUG FEMEA 2P+T PADRAO BRASILEIRO	m	234,00
10.11	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO ELETRODILITICODN 20MM	m	423,00
10.12	CAIXA 4X2 CM PVC DE EMBUTIR	unid	76,00
10.13	CAIXA 4X4 CM PVC DE EMBUTIR	unid	80,00
10.14	INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES - BRANCO, LINHA PIALPLUS-612005	unid	8,00
10.15	INTERRUPTOR BIPOLAR PARALELO - BRANCO, LINHA PIALPLUS-612005	unid	4,00
10.16	TOMADA PADRÃO BR - 2P+T COM IDENTIFICADOR DE TENSÃO 10A - BRANCO LINHA PIALPLUS - 615040	unid	43,00
10.17	INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES TECLA DURA SEM PLACA LINHA SILENTOQUE - 2005	unid	3,00
10.18	INTERRUPTOR BIPOLAR PARALELO TECLA DURA COM PLACA LINA SILENTOQUE - 2108	unid	3,00
10.19	TOMADA PADRÃO BR - UMA TOMADA 2P+T SEM PLACA, LINA SILENTOQUE - 054328	unid	6,00
10.20	ELETROCALHA PERFURADA 100/50 BARRA 3M - GALV. ELETROLITICA	unid	20,00
10.21	ELETROCALHA PERFURADA 300/100 BARRA 3M - GALV. ELETROLITICA	m	15,00
10.22	CURVA HORIZONTAL 90GR 150/50 R=150, GALV. ELETROLITICA	m	1,00
10.23	TE HORIZONTAL 150/50 R=150, GALV. ELETROLITICA	unid	1,00
10.24	GANCHO DUPLO TIPO "B" REF. 016/100/50	unid	14,00
10.25	GANCHO DUPLO TIPO "B" REF. 016/150/50	unid	10,00
10.26	GANCHO DUPLO TIPO "B" REF. 016/300/100	unid	167,00
10.27	JUNCA SIMPLES LONGA REF. 50X160MM	unid	24,00
10.28	JUNCA SIMPLES LONGA REF. 100X160MM	unid	134,00
10.29	JUNCAO DE FUNDO REF. 300/160MM	unid	65,00
10.30	SAIDA HORIZONTAL P/ ELET REF. 41/2"	unid	2,00
10.31	SAIDA HORIZONTAL P/ ELET REF. 41/2" 1/2"	unid	12,00
10.32	SAIDA SUP. DE LEITO P/PERF. 38X38 REF. 36	unid	135,00
10.33	PERFILADO PERF. CH 16 - 38X38 REF. 1.001	m	55,00
10.34	DERIVACAO LATERAL P/ELET. 3/4"REF. 1.235	unid	150,00
10.35	SUPORTE CURTO P/ILUMINARIA REF. 1.233	unid	93,00
10.36	SUPORTE PARA PERFILADO REF. 1.236	unid	300,00
10.37	EMENDA INTERNA TIPO "I" REF. 1.240	unid	95,00
10.38	EMENDA INTERNA TIPO "L" REF. 1.241	unid	15,00
10.39	EMENDA INTERNA TIPO "T" REF. 1.242	unid	55,00
10.40	EMENDA INTERNA TIPO "X" REF. 1.243	unid	5,00
10.41	VERGALHAO ROSCA TOTAL 1/4 X 3000MM	m	72,00
10.42	VERGALHAO ROSCA TOTAL 3/8 X 3000MM	m	28,00
10.43	PARAFUSO LENTILHA ZINCADO 1/4"X 1/2"	unid	27,00
10.44	PARAFUSO LENTILHA ZINCADO 3/8"X 3/4"	unid	23,00
10.45	PORTA SEXTAVADA ALTA ZINCADA 1/4"	unid	27,00
10.46	PORTA SEXTAVADA ALTA ZINCADA 3/8"	unid	20,00
10.47	ARRUELA LISA ZINCADA 1/4"	unid	28,00
10.48	ARRUELA LISA ZINCADA 3/8"	unid	23,00
10.49	PORCA PERFIL COM PINO 1/4"	unid	400,00
10.50	VERTIGO 1/4" (100UND) - 2417	unid	600,00
10.51	VERTIGO 3/8" (100UND) - 2418	unid	170,00
10.52	ELETRODUTO FE. ZINCADO PESADO, 1,25MM - 3/4" - 520,082	m	30,00
10.53	ELETRODUTO FE. ZINCADO PESADO, 1,25MM - 2" - 520,140	m	2,00
10.54	CURVA ZINCADA PESADA 3/4" - 520,168	unid	10,00
10.55	LUVA ZINCADA LEVE 3/4" - 520,038	unid	25,00
10.56	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 2,5 MM E 2 ANTI-CHAMA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	20,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

10.57	INTERRUPTOR SIMPLES DE EMBUTIR 10a/250v 2 TECLAS, COM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	1,00
10.58	LUMINARIA LED CALHA LAMPADA DE 2x18w	unid	1,00
10.59	ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO DN 20MM (3/4") FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	5,00
10.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINARIAS		
10.2.1	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. FAA07-E414 LUMICENTER C/4 LAMP. FLUORESC. 14W E 2 REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	36,00
10.2.2	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. FAA07-E LUMICENTER C/2 LAMP. FLUORESC. 28W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	42,00
10.2.3	LUMINARIA DE SOBREPOR MOD. FAA07 - E LUMICENTER C/2 LAMP. FLUORESC. 28W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	4,00
10.2.4	LUMINARIA TIPO ARANDELA MOD. AR22-S114 C/1 LAMP. FLUORESC. 14W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	8,00
10.2.5	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. EF07-E226VJC C/2 LAMP. PL 26W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	8,00
10.2.6	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. EF20-E226V C/2 LAMP. PL 26W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	6,00
10.2.7	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. EF42-E12000840 LUMICENTER LED 29W 4000K	unid	2,00
10.2.8	LUMINÁRIAS DE SOBREPOR COM REFLETOR FACETADO EM ALUMÍNIO PARA 02 LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES	unid	275,00
10.3	INSTALAÇÕES DE CFTV E SOM		
10.3.1	ELETROCALHA PERFURADA 100X100X50CM, ACESSORIOS	m	245,00
10.3.2	PONTO DE CAMERA GIRATORIA	unid	15,00
10.3.3	PONTO DE CAMERA DOMO NO FORRO	unid	12,00
10.3.4	PONTO DE SOM NO TETO	unid	32,00
10.3.5	PONTO DE SOM NA PAREDE - TIPO CAIXA ACUSTICA PS600	unid	32,00
10.3.6	CONUNTO DE CAMERA IP WI-FI CAMERA IP WI-FI HD LENTE 4MM 720P 1 MEGAPIXEL 1280X720 ONVIF COM AUDIO	unid	25,00
10.3.7	CAIXA ACUSTICA EMBUTIR JBL SP6II A JBL6II - RETANGULAR DE TETO	unid	40,00
10.4	INTALAÇÕES AR CONDICIONADO ATRIUM E DE EQUIPAMENTOS		
10.4.1	INSTALAÇÃO DE UNIDADE EVAPORADA (MODULO TROCADOR DE CALOR E MODULO VENTILADOR) MULTI SPLIT 25,0 TR - 2 CICLO	unid	1,00
10.4.2	INSTALAÇÃO DE UNIDADE CONDENSADORA 12,5 TR	unid	2,00
10.5	REDE FRIGORIFICA		
10.5.1	INSTALAÇÃO DE REDE FRIGORIFICA PARA INTERLIGAÇÃO ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA COM ISOLAMENTO TERMICO ESPESSURA 19MM 5/8" X 1/16"	m	20,00
10.5.2	INSTALAÇÃO DE REDE FRIGORIFICA PARA INTERLIGAÇÃO ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA COM ISOLAMENTO TERMICO ESPESSURA 19MM 1.1/8" X 1/16"	m	20,00
10.5.3	CARGA DE FLUIDO REFRIGERANTE R-410C	kg	25,00
10.6	INTERLIGAÇÃO ELETRICA		
10.6.1	INTERLIGAÇÃO ELETRICA PARA COMANDO ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 25,0 TR - 2 CICLOS	m	20,00
10.6.2	INTERLIGAÇÃO ELETRICA PARA ALIMENTAÇÃO DE FORÇA ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 25,0 TR - 2 CICLOS	m	10,00
10.7	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS		
10.7.1	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA #24	kg	750,00
10.7.2	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA #26	kg	600,00
10.8	INSTALAÇÃO DE ACESSORIOS DE DIFUSÃO		
10.8.1	INSTALAÇÃO DE DIFUSOR LINEAR DE INSUFLAMENTO C/ REGISTRO TAM. 1,800MM	unid	10,00
10.8.2	INSTALAÇÃO DE DIFUSOR DE INSUFLAMENTO DE ALTA INDUÇÃO C/ REGSITRO TAM. 600X600MM	unid	4,00
10.8.3	INSTALAÇÃO DE GRELHA DE RETORNO C/ REGISTRO LxH - 1025X425MM	unid	4,00
10.8.4	INSTALAÇÃO DE LONA FLEXIVEL EM PVC - 100MM	m	15,00
10.8.5	DUTO FLEXIVEL 200MM X 25MM	m	22,00
10.8.6	ESTRUTURA METALICA EM VIGA TIPO U - 4" CHAPA DE AÇO CARBONO #14 CHAPA EXPANDIDA 3/16" COM PINTURA ANTI-CORROSIVA	m²	25,00
10.8.7	BANDEJA PARA COLETA DE AGUA CONDENSADA EM CHAPA GALVANIZADA #22 2,500X2.300X100MM	pç	1,00
10.9	INSTALAÇÕES DE AR COND. VENT. E AQUECIMENTO		
10.9.1	REVISÃO DE ELETRICA E MECANICA DE SPLITÃO DE 15 TR	serv.	2,00
10.9.2	COMPRESSOR DE 7,5 TR	unid	1,00
10.9.3	CONTATOR 32A - 220V	unid	4,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

10.9.4	RELE DE SOBRECARGA 17 A25A	unid	4,00
10.9.5	CONTATOR 25A - 220V	unid	2,00
10.9.6	RELE DE SOBRECARGA 10E 16 A	unid	2,00
10.9.7	CARGA DE FLUIDO REFRIGERANTE R-22	kg	15,00
10.9.8	ISOLAMENTO TERMICO 3/4" X 19MM	m	20,00
10.9.9	FITA BLACKOUT - 50MM X 10M	rl	20,00
10.9.10	TERMOSTATO DIGITAL - 02 ESSTAGIOS 220V	pç	2,00
10.9.11	FILTRO DE AR G4 - 900X600X25MM	pç	4,00
10.10	**INTERLIGAÇÃO ELETRICA**		
10.10.1	INTERLIGAÇÃO ELETRICA PARA COMANDO ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 15,0 TR - 2 CICLOS	m	60,00
10.11	**INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS**		
10.11.1	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA #24	kg	570,00
10.11.2	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA #26	kg	943,00
10.11.3	DESINSTALAÇÃO DOS ACESSORIOS E DA REDE DE DUTOS EXISTENTES	kg	1.500,00
10.12	**INSTALAÇÕES DE ACESSORIOS DE DIFUSÃO**		
10.12.1	INSTALAÇÃO DE DIFUSOR DE INSUFLAMENTO DE ALTA INDUÇÃO C/ REGISTRO TAM. 425X425MM	unid	2,00
10.12.2	INSTALAÇÃO DE DIFUSOR DE INSUFLAMENTO DE ALTA INDUÇÃO C/ REGSITRO TAM. 600X600MM	unid	12,00
10.12.3	INSTALAÇÃO DE GRELHA DE RETORNO C/ REGISTRO LxH - 1225X525MM	unid	4,00
10.12.4	INSTALAÇÃO DE TOMADA DE AR EXTERNO, FILTRO G1 LAVAVEL, BxH - 785x330MM	unid	1,00
10.12.5	INSTALAÇÃO DE DAMPER SOBRE PRESSÃO, FLUXO TURBULENTO, B Xh - 800X400mm	unid	2,00
10.12.6	INSTALAÇÃO DE LONA FLEXIVEL EM PVC - 100MM	m	10,00
10.12.7	INSTALAÇÃO DE TELA GALVANIZADA 35x35x2,5mm	unid	1,00
10.12.8	DUTO FLEXIVEL 200MM X 25MM	m	8,00
10.12.9	DUTO FLEXIVEL 250MM X 25MM	m	48,00
11.0	**INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCENDIO E PANICO**		
11.1	SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR MANUAL DE PÓ QUIMICO SECO PRESSURIZADO - CAPACIDADE 8 KG	unid	8,00
11.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTINTOR DE INCENDIO MANUAL COM CRGA DE PÓ QUIMICO SECO PRESSURIZADO (PQS) CAPACIDADE 12KG, CLASSE BC	unid	8,00
11.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTINTOR DE INCENDIO MANUAL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA CAPACIDADE 10 L, CLASSE A	unid	4,00
11.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTINTOR DE INCENDIO MANUAL COM CARGA DE GAS CARBONICO - CO2, CAPACIDADE 6KG, CLASSE BC	unid	4,00
12.0	**SINALIZAÇÃO / SAIDA DE EMERGENCIA**		
12.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA LATERAL DIREITA	unid	4,00
12.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA LATERAL ESQUERDA	unid	3,00
12.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA DE EMERGENCIA	unid	4,00
12.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA DE EMERGENCIA - SIGA EM FRENTE	unid	4,00
12.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA DE EMERGENCIA - DESCE ESCADA A DIREITA	unid	2,00
12.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA DE EMERGENCIA - DESCE ESCADA A ESQUERDA	unid	2,00
12.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO TIPO DE EXTINTOR DE GAS CARBONICO - 20X30CM	unid	4,00
12.8	FORNECIMENTO DE FITA DEMARCAÇÃO SOLO AMARELA 50MM x 30M	m	128,00
12.9	FITA DEMARCAÇÃO SOLO VERMELHA 50mm x 30m	m	128,00
12.10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO TIPO DE EXTINTOR MANUAL DE PÓ QUIMICO SECO PRESSURIZADO - 20 x 30 cm	unid	16,00
12.11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO TIPO DE EXTINTOR MANUAL DE ÁGUA PRESSURIZADA - 20 x 30 cm	unid	8,00
12.1	**SISTEMA DE DETECÇÃO DE FUMAÇA E ALARME DE INCÊNDIO**		
12.1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME ENDEREÇAVÉL COM 04 LAÇOS 500 END CAE500	unid	1,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

12.1.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BATERIA SELADA PARA CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO 12V / 5A	unid	2,00
12.1.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DETECTOR DE FUMAÇA ENDERAÇAVÉL	unid	20,00
12.1.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DETECTOR TERMICO ENDERAÇAVÉL	unid	2,00
12.1.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ACIONADOR MANUAL ENDERAÇAVÉL PARA ALARME DE EMERGENCIA TIPO QUEBRA VIDRO	unid	12,00
12.1.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SIRENE AUDIOVISUAL ENDERAÇAVÉL PARA ALARME DE EMERGENCIA	unid	12,00
12.1.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FONTE AMPLIFICADORA ENDERAÇAVÉL (COM BATERIA)	unid	1,00
12.1.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE INDICAÇÃO DE ACIONADORES DO ALARME DE EMERGENCIA - 15 X 20 CM	unid	12,00
12.1.9	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO BLINDADO 0,6 KV FLEXIVEL 3X1,5MM PARA SISTEMA DE ALARME DE EMERGENCIA NA COR VERMELHA	m	670,00
12.2	SISTEMA DE HIDRANTE		
12.2.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA DE INCÊNDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA DE SOBREPR/EXTERNA, COM 75 X 45 X 17 CM, EM CHAPA DE AÇO, PORTA COM VENTILAÇÃO, VISOR COM A INSCRIÇÃO "INCENDIO", SUPORTE/ CESTA INTERNA PARA MANGUEIRA, PINTURA ELETROTASTICA VERMELHA	unid	1,00
12.2.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MANGUEIRA 2. 1/2" x 15 M PREDIAL METAL CASTY COM ENGATE RAPIDO	unid	2,00
12.2.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ADAPTADOR ENGATE RAPIDO STORZ - ROSCAS INTERNAS 2. 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS	unid	1,00
12.2.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESGUICHO JATO SOLIDO 2. 1/2" 16mm	unid	1,00
12.2.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO GLOBO 45°, D = 2. 1/2" PREDIAL METAL	unid	1,00
12.2.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAVE DUPLA PARA CONEXÕES TIPO STORZ, ENGATE RAPIDO 1. 1/2" X 2. 1/2"	unid	1,00
12.2.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NIPLE PARALELO GALVANIZADO 2. 1/2"	unid	1,00
12.2.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TAMPÃO CEGO COM CORRENTE TIPO STORZ 2. 1/2"	unid	1,00
12.3	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		
12.3.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINARIA DE MERGENCIA COM 30 LEDS	unid	16,00
12.4	INFRA - ESTRUTURA		
12.4.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO ZINCADO DE 3/4"	m	89,00
12.4.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO ZINCADO DE 1"	m	12,00
12.4.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUVA ZINCADA DE 3/4"	m	89,00
12.4.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUVA ZINCADA DE 1"	unid	3,00
12.4.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRAÇADEIRATIPO D COM CUNHA DE 3/4", COM PARAFUSO	unid	132,00
12.4.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRAÇADEIRATIPO D COM CUNHA DE 1", COM PARAFUSO	unid	8,00
12.4.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CURVA 90° ZINCADA DE 3/4"	unid	90,00
12.4.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CURVA 90° ZINCADA DE 1"	unid	2,00
12.4.9	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	8,00
12.4.10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LL DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	10,00
12.4.11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LB DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	33,00
12.4.12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	17,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

12.4.13	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO T DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	78,00
12.4.14	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO X DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	4,00
12.4.15	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	132,00
12.4.16	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL DN 25mm (3/4") FABRICADO COM FITA DE AÇO ZINCADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, INCLUSIVE CONEXÕES	m	26,00
13.0	**SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E TELEFONIA**		
13.1	**INFRA-ESTRUTURA**		
13.1.1	ELETROCALHA GALVANIZADA 300x50mm	m	40,00
13.1.2	CURVA DE 90° PARA ELETROCALHA GALVANIZADA DE 300x50mm	pç	3,00
13.1.3	ELETROCALHA GALVANIZADA 100x50mm	m	32,00
13.1.4	CURVA DE 90° PARA ELETROCALHA GALVANIZADA DE 300x50mm	pç	2,00
13.1.5	ELETRODUTO DE 3/4	m	60,00
13.1.6	CURVA DE 90° PARA ELETRODUTO DE 3/4	pç	6,00
13.1.7	CONECTOR RJ-45 CAT. 6, FÊMEA, PINO - OURO, OITO VIAS, EIA/TIA 568-A	pç	26,00
13.1.8	CABO UTP CAT6, 4 PARES TRANCADOS, 24AWQ, CAPA DE PVC	m	1.900,00
13.1.9	PATCH CORD. 2,5 m COM CAPA	pç	26,00
13.1.10	BRAÇADEIRA PLASTICA - TIPO HELLERMMAN - T18-S UNIDADES DE MIL	pç	500,00
13.1.11	ETIQUETAS AUTO-ADESIVAS E IDENTIFICADORES DAS TOMADAS DE ACESSO	unid	27,00
13.1.12	CAIXA DE DERIVAÇÃO COM ENTRADA PARA ELETRODUTO DE 3/4 EMBUTIDA NA PAREDE	unid	2,00
13.1.13	CABO Cl. 0,50mm COM 100 PARES	m	120,00
13.2	**RACK'S, EQUIPAMENTOS**		
13.2.1	RACK PADRÃO 19", 44 UR, TETO COM VENEZIANAS, ÇATERAIS REMOVIVEIS, GABINETES COM MOLDURA BASCULANTE DE MONTAGEM EM SEGUNDO PLANO, RODIZIOS DE CELERON, PORTAS TRASEIRAS COM VENEZIANAS, PORTA FRONTAL ACRILICO	UNID	15,00
13.2.2	CALHA DE TOMADAS COM FILTRO PARA INST. EM RACK C/ 8 TOMADAS 2P'+T, PIAL 54315	pç	1,00
13.2.3	GUIA HORIZONTAL DE CABOS PARA RACK 19" "CABLE MANAGER" REF. AMP	pç	1,00
13.2.4	PACTH-PANNEL, 24 PORTAS, CAT. 6, EAI/TIA 564-A, P/RACK DE 19", REF. AMP	pç	1,00
13.2.5	AFERIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO CABEAMENTO ESTRUTURADO, INTERLIGAÇÕES E ESTES COMPLEMENTARES	m	2.000,00
13.2.6	INTERLIGAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO/CONEXÃO CENTRAL TELEFONICA ATIVAÇÃO DO SISTEMA TOMADAS ESTRUTURADAS DE REDE DE LÓGICA	unid	100,00
13.2.7	INSTALAÇÃO CONCERTINA	m²	400,00
13.2.8	INSTALAÇÃO DE CÂMARA DE CFTV	unid	20,00
13.2.9	INSTALAÇÃO DE CERCA ELÉTRICA	M	600,00
14.0	**RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO DE PISOS**		
14.1	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORRIMÃO DUPLO EM AÇO INOX 304 POLIDO, COM SINALIZAÇÃO EM BRAILE E ANEL, COM 02 BARRAS DE PEGA MÃO EM TUBOS DE 40MM, PÉS DE 40MM COM PROLONGADORES DE 5/8. (RAMPA E ESCADA MODELO 02) MÃO AÇO INOXIDÁVEL H=92CM	m	140,00
14.2	PISO TATIL DE ALERTA EM LADRILHO HIDRAULICO EM CONCRETO 25X25CM	m²	16,40
14.3	PISO TATIL DIRECIONAL EM LADRILHO EM CONCRETO 25X25CM	m²	2,92
14.4	PINTURA DE PISO DUAS DEMAOS	m²	62,77
14.5	GUIA DE BALIZAMENTO	m	50,00
14.6	CORRIMÃO DUPLO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3/4 COM BRACADEIRA COM SINALIZAÇÃO EM BRAILE E ANEL, COM 02 BARRAS DE PEGA MÃO EM TUBOS DE 40MM. PÉS DE 40MM COM PROLONGADORES DE 5/8	m	222,00
14.7	PINTURA AUTOMOTIVA NA COR PRATA EM CORRIMÃO METALICO	m²	212,00
14.1	**SINALIZAÇÕES DE PISOS**		
14.1.1	PISO TATIL DE ALERTA EMBORRACHADO 25X25CM	m²	51,19
14.1.2	PISO TATIL D IRECIONAL EMBORRACHADO 25X25CM	m²	102,05
14.1.3	FAIXA DE S INALIZAÇÃO VISUAL EM ESCADAS E=3CM	m	66,04

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

15.0	**INSTALAÇÕES HIDRO SANITARIAS, LOUÇAS E METAIS E ACESSORIOS**		
15.1	TUBO PVC ESGOTO JS PREDIAL DN 40MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E 74165/001 INSTALAÇÃO	m	36,00
15.2	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL DN 50MM, INCLUSIVE CONEXÕES E FORNECIMENTO	m	15,00
15.3	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL DN 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES E FORNECIMENTO	m	32,00
15.4	CAIXA SIFONADA EM PVC 100X100X50MM SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	3,00
15.5	TUBO PVC SOLDAVEL ÁGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	50,00
15.6	TUBO PVC SOLDAVEL ÁGUA FRIA DN 40MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	14,00
15.7	VALVULA DESCARGA 1 1/12" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	5,00
15.8	REGISTRO GAVETA 1 1/2" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	4,00
15.9	DISPENSER DE PAPEL TOALHA	unid	10,00
15.10	PORTA PAPEL	unid	10,00
15.11	SABONETEIRA	unid	10,00
15.12	BACIA SANITARIA LOUÇA ADAPTADA PARA PNE	unid	5,00
15.13	BARRA DE APOIO DE 80	unid	5,00
15.14	BARRA DE APOIO PARA LAVATORIO	unid	10,00
15.15	LAVATORIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVS, VÁLVULA E ENGATE FGLEXIVEL 30 CM E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	unid	7,00
16.0	**COBERTURA**		
16.1	COBERTURA e Içamento com telha Galvanizada, perfil trapezoidal Sanduiche, Poliuretano, Pintada 2 Faces, e=0,5 mm, altura 70 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm	m²	1.000,00
16.2	COBERTURA e Içamento com telha em Aço Zincado , perfil trapezoidal, e=0,5 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm.	m²	860,00
16.3	Platibanda em telha trapezoidal de alumínio, e=3 mm, altura 50 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm	m²	137,00
16.4	Calha Metálica de chapa galvanizada nº 20 (60 x 80)	m²	93,00
16.5	Estruturas Metálica com Perfil Metálico de 4" a 8" tipo U para confecção de Treliças e tesouras.	m	3.675,00
16.6	Aparelhamento das estrutura metálica (tesouras, treliças, perfil, etc)	m²	956,00
16.7	Instalação de Pelicula proteção tipo insul filme	m²	233,00
17.0	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
17.1	**PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO**		
17.1.1	Mobilização/Desmobilização de equipamentos	vb	1,00
17.1.2	Canteiro de serviço e instalação da perfuratriz	unid	1,00
17.1.3	Perfuração e Completação 00 a 150 metros (12 1/4)"	m	150,00
17.1.4	Aluguel de Gerador e combustivel	unid	1,00
17.1.5	REVESTIMENTO GEO STD 150mm x 04m	pç	21,50
17.1.6	REVESTIMENTO GEO STD 150mm x 04m - FILTROS	pç	16,00
17.1.7	CAP GEO STD 150 FEMEA	pç	1,00
17.1.8	CAP GEO STD 150 MACHO	pç	1,00
17.1.9	GEOPLUS - Viscosificante de alto rendimento em emulsão à base de polimero sintético	kg	40,00
17.1.10	HEXA T	kg	25,00
17.1.11	CELUTROL - Lubrificante CMC (sódio carboximetilcelulose) para fluidos de perfuração	kg	8,00
17.1.12	TUBO PN 80 IRRIGAÇÃO 50 M 2"	m	30,00
17.1.13	CIMENTO CPII E 32 50KG	sc	4,00
17.1.14	AREIA LAVADA PENEIRADA	m³	11,00
17.1.15	TUBO COLETOR 400MM	m	6,00
17.1.16	CENTRALIZADOR 150	pç	11,00
17.1.17	LAJE DE PROTEÇÃO SANITÁRIA E CIMENTAÇÃO	unid	1,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda

Pedrosa
Solução em papelaria

Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

17.1.18	Análise sedimentológica amostras metro a metro, teste de bombeamento escaloando 3 etapas, Cálculo da Curva Característica, Perfil Construtivo e Perfil de Tempo de Perfuração, Vazões Recomendada e Máxima Explotável, Definição dos Níveis Estático e Dinâmico, Especificação de Fluidos de Perfuração e Meio Ambiente e Análise Físico-Química Bacteriológica da Água	unid	1,00
17.0	**LIMPEZA DA OBRA**		
17.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²	1.851,44

4.0 - Prazo de Execução: 03 (três) anos.

5.0 - Local: Manaus/AM

6.0 - Responsabilidade Técnica: Engº Civil HALLHITON MACIEL GEBER CREA/AM 8017-D

CÉSAR DE OLIVEIRA PEDROSA
SÓCIO-PROPRIETÁRIO
CPF.: 147.064.742-72

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ
63.684.781/0001-09
PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA
Av. Djalma Batista, Nº 170
Chapada
CEP. 69050-010
MANAUS – AM

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652

Processo n.º 2022.016652

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheiro Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706), decorrente do **Pregão Eletrônico nº4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 182, 200, 233 e 229 e das Notas de Empenho n.º 2021NE0001340 e 2022NE0001330, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

DO CONTRATO

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Autazes/AM, em terreno localizado na Rua Mal. Costa e Silva, n.º 23 - Centro, município de Autazes/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Projeto Básico nº 14.2021.DEAC.0655317.2021.002033 e anexos, e do Edital de Pregão Eletrônico nº 4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ N.º 04.153.748/0001-85.
Contratada:	SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP, com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o N.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais); AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO Nº 189.2021.SCOMS.0708759.2021.002033; Nota de Empenho N.º 2021NE0001340.
Valor de Aditivo:	Processo 2022.008971 - R$ 50.397,44 (cinquenta mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos), perfazendo um acréscimo de 12,99% (doze inteiros e noventa e nove centésimos por cento) Nota de Empenho n.º 2022NE0001330;

Atestado de Capacidade Técnica 17.2022.CPL.0955643.2022.016652 (SEI 22622) / pg. 1 SEI 2023.010235 / pg. 600

O valor global do contrato	Passa de R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais) para R$ 438.447,44 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

DAS MEDIÇÕES / PAGAMENTOS

- 1ª Medição - Processo 2022.003977 - Valor da Medição R$ 209.937,68 (Duzentos e nove mil, novecentos e trinta e sete reais, e sessenta e oito centavos). Nota Fiscal Nº 182, de 10/02/2022;
- 2ª Medição – Processo 2022.009106 - Valor da Medição R$ 168.640,70 (Cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e setenta centavos). Nota Fiscal Eletrônica N.º 200, de 04/05/2022.
- 3ª Medição - Processo 2022.017702 - NF 233 de 05/10/2022 - Valor da Medição R$ 9.471,62 (nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos);
- Medição do Aditivo - Processo 2022.017921 - NF 229, de 14/09/2022, - Valor da Medição R$ 50.397,44 (Cinquenta mil, trezentos e noventa e sete Reais e quarenta e quatro centavos);
- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 4.2022.DEAC.0928988.2021.002033 (0928988).

DOS SERVIÇOS (INCLUINDO ADITIVOS)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	ADMINISTRAÇÃO				
1.1.1	011008	EQUIPE DE OBRA : ENGENHEIRO/MESTRE/2 VIGIAS	SBC	MES	3,00
Aditivo	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
Aditivo	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO ?TORRE? (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	SINAPI	M	15,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO				
1.2.1	100947	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	3.069,00
1.2.2	INS-669297	Taxa de travessia balsa	Composições Próprias	un	4,00
1.3	ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, EPI's E FERRAMENTAS				
1.3.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIOS	SBC	DIA	780,00
1.3.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.3.3	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	3,00
1.4	EXAMES, CURSOS E SEGUROS				
1.4.1	COMP-	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições	H	4.990,71

1.4.1	338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Próprias	H	4.990,71
2	DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E RETIRADAS				
2.1	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	19,88
2.2	023070	REVESTIMENTOS-REPARO EM TRINCAS/RECOMP.FAIXA REVEST.	SBC	M	28,00
2.3	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	468,94
2.4	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	M2	20,16
2.5	S97622S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	8,02
2.6	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	UN	8,00
2.7	S97665S	Remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	un	27,00
Aditivo	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	59,34
Aditivo	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	1.038,81
Aditivo	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	3.168,74
Aditivo	S02492	Destocamento de árvores de diâmetro de 0,15 a 0,30m	ORSE	un	3,00
Aditivo	210000	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3	SBC	UN	3,00
3	COBERTURA				
3.1	COMP-251144	Revisão de Cobertura em telha cerâmica tipo romana com reaproveitamento de telha e pintura com resina	Composições Próprias	m²	177,99
3.2	100013	COBERTURA TELHA CERAMICA ROMANA COM ESTRUTURA MADEIRA DE LEI	SBC	M2	21,42
3.3	S94228S	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 50 cm, incluso transporte vertical. af_07/2019	ORSE	m	11,97
3.4	200076	DESCIDA AGUAS PLUVIAIS-PRUMADA COM CORRENTE DE ACO	SBC	M	8,00
3.5	00012626	SUPORTE METALICO PARA CALHA PLUVIAL, ZINCADO, DOBRADO, DIAMETRO ENTRE 119 E 170 MM, PARA DRENAGEM PREDIAL	SINAPI	UN	26,00
4	FORRO				
4.1	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	81,32
Aditivo	S99054S	Acabamentos para forro (sanca de gesso montada na obra). af_05/2017_p	ORSE	m2	1,18
Aditivo	S02276	Rodapé cerâmico 10 x 45 cm, porcelanato, bianco tu polido, linha progetto, Portobello ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejuntado	ORSE	m	3,00
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	89168	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO	SINAPI	M2	11,26

		PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014			
5	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Aditivo	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos macicos esp 12cm, dim. int. 0,40x0,40x0,60m, sem tampa	ORSE	un	1,00
Aditivo	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	6,00
6	PLATAFORMA ELEVATÓRIA				
6.1	97083	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2017	SINAPI	M2	3,36
6.2	S11237	Poço de Elevador em concreto armado, dimensões internas 1.00 x 1.55 x 1.55 m	ORSE	un	1,00
6.3	S96527S	Escavação manual de vala para viga baldrame, com previsão de fôrma. af_06/2017	ORSE	m3	0,66
6.4	030196	CINTA AMARRACAO BALDRAME CONCRETO 1:3:5- 27x50cm-PAREDE 20cm	SBC	M	4,90
6.5	S89454S	Alvenaria de blocos de concreto estrutural 14x19x39 cm, (espessura 14 cm), fbk = 4,5 mpa, para paredes com área líquida maior ou igual a 6m², sem vãos, utilizando palheta. af_12/2014	ORSE	m2	26,46
6.6	S07726	Impermeabilização de superficie c/argamassa 1:3 (cimento e areia), esp=2cm, c/impermeabilizante Vedacit ou similar	ORSE	m2	51,40
6.7	S04953	Impermeabilização de alicerce e viga baldrame com 2 demãos de tinta asfáltica tipo Neutrol da Vedacit ou similar, exceto argamassa impermeabilização	ORSE	m2	4,90
6.8	S98565S	Proteção mecânica de superficie horizontal com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, e=3cm. af_06/2018	ORSE	m2	3,46
6.9	S02497	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	ORSE	m3	1,02
6.10	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. 12cm, dim. int.: 0,30x0,30x0,40m, sem tampa, c/ colchão de brita de 10 cm	ORSE	un	1,00
6.11	S99431S	Concretagem de lajes em edificações unifamiliares feitas com sistema de fôrmas manuseáveis, com concreto usinado bombeável fck 25 mpa - lançamento, adensamento e acabamento (exclusive bomba lança). af_06/2015	ORSE	m3	0,29
6.12	MPAM - DIVER - 01	PLATAFORMA EASY VERTICAL VEH-35 250KG 6M/MIN THYSSENKRUPP 2P - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - BDI = 17,75	Composições Próprias	UN	1,00
6.13	S11237	Laje mínima em concreto armado	ORSE	un	1,00
7	ESQUADRIAS				
7.1	90790	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM	SINAPI	UN	2,00

Atestado de Capacidade Técnica - CREA-SE 2023010235 / pg. 603

		PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019			
7.2	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	7,00
7.3	90788	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	3,00
7.4	90838	PORTA SAÍDA DE EMERGÊNCIA 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	1,00
7.5	74136/003	PORTA DE ACO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	8,25
7.6	COMP-816216	Vidro da fachada (Portal da entrada principal), temperado, fumme, 10 mm, composto de 1 porta 2 folhas (1,80m) de abrir, 1 porta de 1 folha (0,90m) de abrir e vidros fixos, incluindo kit de acessórios e instalação.	Composições Próprias	un	1,00
Aditivo	90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	8,00
Aditivo	90831	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
Aditivo	102235	DIVISÓRIA FIXA EM VIDRO TEMPERADO 10 MM, SEM ABERTURA. AF_01/2021	SINAPI	M2	4,20
8	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
8.1	REDE ELÉTRICA				
8.1.1	S07996	Disjuntor bipolar DR 25 A - Dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30MA, ref.5SM1 312-OMB, Siemens ou similar	ORSE	un	1,00
Aditivo	S93660S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 10a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	2,00
Aditivo	S93661S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 16a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	6,00
Aditivo	93670	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00
8.1.2	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E	SINAPI	UN	1,00

		CHUMBAMENTO. AF_01/2016			
8.1.3	93143	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 20A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	UN	1,00
8.1.4	S11138	Entrada de energia elétrica trifásica demanda entre 26,6 e 38,1 kw - Rev 01	ORSE	un	1,00
8.1.5	065455	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 630A DWP630L-630-3 WEG	SBC	UN	1,00
8.1.6	83463	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	S12226	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 24 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	ORSE	un	1,00
8.1.7	MPAM - ELE - 003	Luminária a LED tipo plafon 60x60cm 48w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	20,00
8.1.8	MPAM - ELE - 004	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	25,00
8.1.9	S03729	Interruptor 01 seção simples, de embutir, com placa, conjugado com tomada 2p+t, ABNT, 10A, inclusive caixa pvc 4x2	ORSE	un	5,00
8.1.10	S91955S	Interruptor paralelo (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_12/2015	ORSE	un	11,00
8.1.11	S03729	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	27,00
8.1.12	S03729	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2", P/ APARELHOS ESPECIAIS- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	10,00
8.1.13	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	SINAPI	UN	5,00
8.1.14	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	529,20
8.1.15	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	718,20
8.1.16	I002418	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL DR 100A 4 POLOS RDW300-100-4 WEG	SBC	UN	2,00
Aditivo	101881	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00

Aditivo	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	6,00
Aditivo	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	7,00
Aditivo	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	2,00
7.1.9	060317	LUMINARIA/REFLETOR LED 250W COB SMD 6500K TECNOLOGIA SANSUNG	SBC	UN	4,00
8.2	SISTEMA DE PROTEÇÃO (ATERRAMENTO)				
8.2.1	COMP-747559	Rede de aterramento unidade 4 promotorias	Composições Próprias	Un	1,00
8.2.2	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
9	LOUÇAS E METAIS				
9.1	95471	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.2	95469	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.3	COMP-620239	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, *45,5 X *35CM OU EQUIVALENTE, PARA BANHEIRO PNE, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Composições Próprias	un	4,00
Aditivo	190021	ASSENTO PARA VASO SANITARIO (TARGA/IZY/RAVENA/STUDIO SLOW)	SBC	UN	4,00
Aditivo	89482	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	94483	CONJUNTO HIDRÁULICO PARA INSTALAÇÃO DE BOMBA EM AÇO ROSCÁVEL, DN SUCÇÃO 32 (1 1/4?) E DN RECALQUE 25 (1?), PARA EDIFICAÇÃO ATÉ 4 PAVIMENTOS ? FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	102137	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	SINAPI	UN	2,00
Aditivo	S09718	Espelho de cristal 4mm com moldura de alumínio	ORSE	m2	1,26
Aditivo	S01778	Mola hidráulica para porta de madeira (Brasil ou similar)	ORSE	un	1,00
Aditivo	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	SINAPI	M	9,00

Aditivo	S02024	Chuveiro simples articulado, de metal cromado, (deca ref1995), c/ registro de pressão (deca linha c40 ref1416) ou similares	ORSE	un	2,00
Aditivo	S03683	Torneira cromada com arejador para pia de cozinha, DECA, linha targa 1159C40 ou similar	ORSE	un	2,00
10	PAVIMENTAÇÃO				
10.1	S94992S	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado. af_07/2016	ORSE	m2	92,43
10.2	023354	CONCRETO 1:2:3 fck=18MPa COM FORMA/ACO PARA RAMPAS	SBC	M3	0,18
10.3	S101094S	Piso podotátil, direcional ou alerta, assentado sobre argamassa. af_05/2020	ORSE	m	20,14
11	PINTURA				
11.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	713,33
11.2	96126	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, UMA DEMÃO.	SINAPI	M2	265,39
11.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.018,93
11.4	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	147,00
11.5	79500/002	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO, TRES DEMAOS	SINAPI	M2	313,44
11.6	84665	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	SINAPI	M2	169,41
11.7	S02297	Pintura para proteção de superfícies com hidrofugante silicone ou similar, 01 demão	ORSE	m2	345,69
11.8	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	837,34
Aditivo	040227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,40
Aditivo	160392	TRATAMENTO DE TRINCAS/FISSURAS SUPERFICIE CONCRETO EM FACHADAS	SBC	M2	1,00
Aditivo	100759	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	SINAPI	M2	58,00
11	GARAGEM				
Aditivo	S04297	Retirada e reassentamento de madeiramento para telhas cerâmicas	ORSE	m2	40,30
Aditivo	95956	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_01/2017	SINAPI	M3	0,80
Aditivo	92263	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30

Aditivo	92409	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 1 UTILIZAÇÃO. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30
Aditivo	94443	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO ROMANA, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M2	40,30
Aditivo	94219	CUMEEIRA E ESPIGÃO PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA), PARA TELHADOS COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	17,75
12	EQUIPAMENTOS				
12.1	SEGURANÇA				
12.1.1	101907	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.2	101905	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.4	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.5	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	109,69
12.1.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	18,39
12.2	ENERGIA				
12.2.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3	REDE				
12.3.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
12.3.2	COMP-366886	Fornecimento e Instalação de Switch GigaBit 24 portas PoE e 4 Portas SPF 1000 Mbps - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3.3	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	13,00
12.3.4	068122	SISTEMA PROTECAO NO-BREACK 220Vac 60 Hz PARA 2.500 W - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.5	I006006	RACK - VOICE PANEL 50 PORTAS RJ45 / RJ11 IDC 110 - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.6	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00

12.3.7	83369	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.4, 60X60X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, PADRÃO TELEBRAS, FORNECIMENTO E INSTALAçÃO	SINAPI	UN	1,00
12.3.8	063562	ELETROCALHA PERFURADA TIPO "U" 200x100mm CHAPA 22 SEM TAMPA	SBC	M	5,00
12.3.9	COMP-849515	Infra estrutura para entrada da Rede de Fibra	Composições Próprias	Un	1,00
12.4	REFRIGERAÇÃO				
12.4.1	COMP-776639	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.4.2	COMP-648163	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	4,00
12.4.3	COMP-105499	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
13	DIVERSOS				
13.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, med. Ø 1.800,00mm para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
13.2	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
13.3	S10719	Placa de indicativa em acrílico e adesivo, com sinalização para deficientes, dim.: 12 x 30 cm	ORSE	Un	5,00
13.4	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	120,00
13.5	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
13.6	S11853	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio, fotoluminescente, retangular, *20 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (simbolos, cores e pictogramas conforme nbr 13434)	ORSE	Un	7,00
13.7	055504	ADESIVO COM SETA INICADORA PARA EXTINTOR/HIDRANTE	SBC	UN	4,00
13.8	I11558	Fita de demarcação PVC 15mmx50m - (amarela, vermelha, branca, preta, etc.)	ORSE	m	12,00
13.9	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
14	LIMPEZA				
14.1	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 28 de dezembro de 2022

Atestado de Capacidade Técnica MPE Técnica - SG-0955643/SERVIÇO (SEI 2022.016652 / pg. 609
Atestado Técnico MPE Técnica - SG-0955643/SERVIÇO (SEI 2022.016652 / pg. 609
SEI 19.22.0010235

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 28/12/2022, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 13/01/2023, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0955643** e o código CRC **CB274427**.

Atestado de Capacidade Técnica - 1º Lugar - 0955643 (SEI 2022.016652 / pg. 610

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

948324/2018

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - Crea-AM, o Acervo Técnico do profissional **HALLHITON MACIEL GEBER** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **HALLHITON MACIEL GEBER**
Registro: **0404627420** RNP: **0404627420**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **AM20180116970** Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 13/03/2018 Baixada em: 01/08/2018
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA** CPF/CNPJ: **63.684.781/0001-09**
Endereço do contratante: AVENIDA DJALMA BATISTA Nº: 170
Complemento: Bairro: CHAPADA
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69053000
Contrato: 0420120028709 Celebrado em: 19/11/2012
Valor do contrato: R$ 14.470.972,03 Tipo de contratante: CONTRATANTE
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA DO TURISMO Nº: 28
Complemento: Bairro: TARUMÃ
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69000000
Data de início: 19/11/2012 Conclusão efetiva: 31/08/2017
Finalidade: Comercial
Proprietário: PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 63.684.781/0001-09

Atividade Técnica: **1 - DIRETA** #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO) 15 - EXECUÇÃO 6300.00 metro quadrado;

Observações

AUTORIA E EXECUÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E SEUS COMPLEMENTARES DE UM GALPÃO COMERCIAL CONSTRUÍDO EM ALVENARIA DE BLOCOS DE TIJOLOS ESTRUTURAIS, CONJUNTO DE SAPATAS, VIGAS E PILARES EM CONCRETO ARMADO, COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA E TELHA DE ALUMÍNIO TRAPEZOIDAL. ÁREA CONSTRUÍDA DO GALPÃO É DE 6.300,00 m². INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 6 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 948324/2018
29/08/2018, 17:30
4W9D2

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: 4W9D2

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o Engº Civil **HALLHITON MACIEL GEBER**, inscrito no CREA-AM Nº 8017-D, Registro Nacional nº 0404627420, estabelecido à Av. Torquato Tapajós, 7726, Rua 06 Casa 93 do Cond. Residencial Forest Hill, Bairro Colônia Terra Nova II - Manaus/AM. CEP.: 69093-415, foi prestador desta Empresa **PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA** dos serviços de Autoria e Execução de Projetos Arquitetônicos e seus complementares de um Galpão Comercial construído em alvenaria de blocos de tijolos estruturais, conjunto de sapatas, vigas e pilares em concreto armado, cobertura em estrutura metálica e telha de alumínio trapezoidal. Área construída de do Galpão de 6.300,00 m². Localizado na Avenida do Turismo Nº 28. CEP. 69.000-000 - Tarumã, Manaus/AM. Tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que o desabone.

CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Inícios dos Serviços: 19/11/2012
Conclusão dos Serviços: 31/08/2017
ART da Obra: Nº 28709/2012 19/11/2012

1.0 - Natureza: CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) GALPÃO COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 6.300,00 M²
2.0 - Valor do Contrato: R$ 14.470.972,03
3.0 - Planilha de Serviços Realizados

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS

PROPRIETÁRIO: PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA
OBRA: CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) GALPÃO COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 6.300,00 M²
LOCAL: AVENIDA DO TURISMO S/Nº TARUMÃ - ÁREA DO TERRENO DESTINADA À CONSTRUÇÃO 30.600,78 M²

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1.0	PROJETOS				
1.1	Projeto arquitetônico com seus complementares e respectivos tramites nos órgãos competentes	unid.	1,00		
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.1	Abrigo provisório de madeira executado na obra para alojamento e depósito de materiais e ferramentas	m²	500,00		
2.2	Ligação provisória de água para obra e instalação sanitária provisória, pequenas obras - instalação mínima	un	1,00		
2.3	Ligação provisória de luz e força para obra - instalação mínima	un	1,00		
2.4	Ligação da obra, execução de gabarito	m²	30.600,78		
2.5	Desmatamento e limpeza mecanizada de terreno com árvores Ø até 15 cm, com enleiramento até 60 m , utilizando trator sobre esteiras	m²	30.600,78		
2.6	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PESADOS	h	48,00		
2.7	SERVICOS TOPOGRAFICOS P/ PAVIMENTACAO E PLANIMÉTRICO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS , ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m²	30.600,78		
2.8	TAPUME em chapa metálica galvanizada nº 20	m²	1.520,00		
3.0	MOVIMENTO DE TERRA				
3.1	ESCAVAÇÃO E ATERRO				
3.1.1	ESCAVAÇÃO, carga e transporte em solo de 1ª categoria, utilizando trator sobre esteiras e pá-carregadeira sobre pneus e caminhão basculante com DMT até 20 Km	m³	27.090,00		
3.1.2	TRANSPORTE DE MATERIAL - BOTA-FORA, D.M.T = 10,0 KM	m³	18.900,00		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

4.0	**INFRAESTRUTURA**				
4.1	SERVIÇOS GERAIS				
4.1.1	Apiloamento de fundo de vala com maço de 40 kg a 60 kg	m²	4.225,00		
4.1.2	Lastro de concreto (contrapiso), incluindo preparo e lançamento	m³	1.256,00		
4.1.3	Reaterro manual de vala apiolado	m³	7.895,00		
4.2	DRENAGEM				
4.2.1	ESCAVACAO MECANICA VALAS EM QUALQUER TIPO DE SOLO EXCETO ROCHA, PROF. 0< H < 4 M	m³	1.243,00		
4.2.2	COMPACTACAO MECANICA, SEM CONTROLE DO GC (C/COMPACTADOR PLACA 400 KG)	m³	765,76		
4.2.3	TRANSPORTE DE MATERIAL - BOTA-FORA, D.M.T = 10,0 KM	m³	456,00		
4.2.4	SARJETA EM CONCRETO, PREPARO MANUAL, COM SEIXO ROLADO, ESPESSURA = 8CM, LARGURA = 40CM.	m	3.375,70		
4.2.5	Assentamento de Manilha de concreto de 400mm	m	254,00		
4.2.6	Assentamento de Manilha de concreto de 600mm	m	678,00		
4.2.7	Assentamento de Manilha de concreto de 800mm	m	760,00		
4.2.8	Assentamento de Manilha de concreto de 1000mm	m	1.200,00		
4.2.9	Construção de Boca de lobo 1,2m x 1,2m	um	20,00		
4.2.10	Assentamentp de canaleta para escpamento de drenagem pluviais.	m	834,00		
4.3	PAVIMENTAÇÃO				
4.3.1	Guia pré-fabricada de concreto reta ou curva assentada com concreto, fck = 15 Mpa, controle tipo "C"	m	3.375,70		
4.3.2	Paralelepipedo assentado sobre coxim de areia	m²	1.978,00		
4.3.3	Rejuntamento de paralelepipedo com areia	m²	1.978,00		
4.3.4	Abertura e preparo de caixa de até 40 cm para pavimentação	m²	66,00		
4.3.5	Lastro de brita 3 e 4 apiloado manualmente com maço de até 30 kg	m³	2.794,97		
4.3.6	Pavimentação intertravada de blocos de concreto sobre coxim de areia	m²	6.987,48		
4.4	FUNDAÇÕES				
4.4.1	Broca estaca em concreto estrutural fck=25 MPa, seção 30 cm x 30 cm (carga admissível: até 82 t)	m	390,00		
4.4.2	Fôrma de madeira para fundação com tábua de 3ª qualidade, dois reaproveitamentos	m²	432,00		
4.4.3	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm corte e dobra na obra	kg	26.647,02		
4.4.4	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	280,49		
4.4.5	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em fundação	m³	280,49		
5.0	**SUPERESTRUTURA**				
5.1	Fôrma com chapa compensada plastificada e = 12mm, para pulares/vigas/lajes, incluso contraventamentos/travamentos com pontaletes 7,5 cm x 7,5 cm	m²	3.213,00		
5.2	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra	kg	29.953,51		
5.3	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	318,31		
5.4	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em estrutura	m³	318,31		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

6.0	**PRÉ-FABRICADOS**				
6.1	Verba destinada a peças de concreto pré-fabricados	vb	1,00		
7.0	**PAREDES E PAINÉIS**				
7.1	ALVENARIA DE PEÇAS CERÂMICAS PARA VEDAÇÃO				
7.1.1	Alvenaria de vedação com bloco cerâmico furado, 9 cm x 19 cm x 39 cm (furos verticais), espessura de parede 9 cm, juntas de 12 mm, assentado com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:2:8 - tipo 2	m²	4.615,00		
7.2	DIVISÓRIA				
7.2.1	Divisória Impermeáveis de LEMMAR e=1 cm	m²	25,00		
8.0	**ESQUADRIAS**				
8.1	ESQUADRIAS DE MADEIRA				
8.1.1	Portas de compensado, interna, colocação e acabamento liso à prova d'água, com batente, para sanitário e vestiário, 0,60 m x 2,10 m	un	9,00		
8.1.2	Porta interna de madeira, colocação e acabamento, de uma folha com batente, guarnição e ferragem, 0,80 m x 2,10 m	un	24,00		
8.2	ESQUADRIAS METÁLICAS				
8.2.1	Porta de aço em chapa ondulada de enrolar, colocação e acabamento	m²	360,00		
8.2.2	Janela de vidro temperado sob encomenda, colocação e acabamento, basculante, com contramarcos	m²	20,00		
8.3	ACESSÓRIOS METÁLICOS				
8.3.1	Portão automático em chapa de aço galvanizada, basculante, para alto fluxo de veículos, para vão de 3.000 mm x 5.000 mm	m²	10,00		
8.3.2	Corrimão tubular de ferro galvanizado	m	150,00		
9.0	**COBERTURA**				
9.1	COBERTURA com telha termoacústica , perfil trapezoidal, e=30 mm, altura 70 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm	m²	6.905,56		
9.2	Platibanda em telha trapezoidal de aluminio, e=3 mm, altura 50 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm	m²	1.847,14		
9.3	Calha Metálica de chapa galvanizada nº 20 (60 x 80)	m²	2.582,82		
9.4	Estruturas Metálica com Perfil Metálico de 4" a 8" tipo U para confecção de Treliças e tesouras,	m	15.287,53		
9.5	Aparelahamento das estrutura metálica (tesouras, treliças, perfil, etc)	m²	2.896,00		
9.6	Colocação de Tele de proteção contra pássaros.	m²	3.500,00		
10.0	**REVESTIMENTOS**				
10.1	Chapisco para parede interna com argamassa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, e=5 mm	m²	9.227,49		
10.2	Emboço para parede interna e externa com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:2:9, e =20mm	m²	9.227,49		
10.3	Cerâmica tipo porcelanato em placa de 60 cm x 60 cm, assentada com argamassa pré-fabricada de cimento colante e rejuntamento com cimento branco	m²	2.875,00		
10.4	Rejuntamento de azulejo 30 cm x 30 cm, com argamassa pré-fabricada, para juntas até 3 mm	m²	2.875,00		
11.0	**PISOS**				
11.1	REGULARIZAÇÃO DE BASE				
11.1.1	Regularização desempenada de base para revestimento de piso com argamassa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, e=3 cm Tipo Korudur	m²	450,00		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

11.2	ACABAMENTOS GERAIS				
11.2.1	Piso cerâmico esmaltado 30 cm x 30 cm, assentado com argamassa pré-fabricada de cimento colante	m²	200,00		
11.2.2	Rejuntamento de piso cerâmico com argamassa pré-fabricada, espessura da junta: 6 mm	m²	200,00		
11.2.3	Rodapé cerâmico assentado com argamassa mista de cimento cal hidratada e areia sem peneirar, traço 1:2:8, atura 8 cm	m	97,25		
11.3	PISO INDUSTRIAL				
11.3.1	Piso industrial monolítico de alta resistência mecânica, fundido sobre base nivelada, acabamento desempenado, e=12 mm, Fck= 35Mpa.	m²	6.300,00		
11.3.2	Rodapé para piso industrial monolítico de alta resistência mecânica, fundido sobre base nivelada, acabamento desempenado, canto arredondado, altura 10 cm	m	320,00		
12.0	INSTALAÇÃO HIDRÁULICAS				
12.1	RASGOS E ENCHIMENTOS				
12.1.1	Envelope de concreto para proteção de tubos enterrados com escavação, acerto de vala e lançamento de concreto	m³	600,00		
12.2	ABRIGO PARA CAVALETE				
12.2.1	Abrigo para cavalete em alvenaria, dimensões 0,65 m x 0,85 m x 0,30 m	un	1,00		
12.2.2	Cavalete com tubo de aço galvanizado 25 mm (1")	un	3,00		
12.3	REDE DE ÁGUA FRIA - TUBOS E CONEXÕES DE PVC SOLDÁVEL MARRON				
12.3.1	Tubo de PVC soldável, com conexões Ø 20 mm	m	180,00		
12.3.2	Tubo de PVC soldável, com conexões Ø 25 mm	m	300,00		
12.4	REGISTROS				
12.4.1	Registro de gaveta bruto Ø 20 mm (3/4")	un	9,00		
12.4.2	Registro de pressão com canopla Ø 20 mm (3/4")	un	9,00		
12.5	RESERVATÓRIOS				
12.5.1	Verba destinada a caixa d'água cilindrica com anéis de concreto para volume de 40.000 l com poço artesiano de 100m de profundidade	un	1,00		
12.5.2	Torneira de bóis Ø 25 mm (1") acionamento elétrico.	un	1,00		
12.6	REDE DE ESGOTO - TUBOS E CONEXÕES DE PVC PONTA, BOLSA E VIROLA BRANCO				
12.6.1	Tubo de PVC branco, sem conxões, ponta e bolsa soldável, Ø 40 mm	m	120,00		
12.6.2	Joelho 90º com visita de PVC branco, ponta bolsa e virola, Ø 100 x 50 mm	un	18,00		
12.6.3	Joelho 90º de PVC branco, ponta e bolsa soldável, Ø 40 mm	un	18,00		
12.6.4	Joelho 90º de PVC branco, ponta bolsa e virola, Ø 100 mm	un	20,00		
12.7	CONJUNTO ELEVATÓRIO MOTOR-BOMBA				
12.7.1	Conjunto elevatório motor-bomba (centrífuga) de 5 HP	un	1,00		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

12.8	CAIXAS				
12.8.1	Caixa de inspeção em alvenaria - meio-tijolo comum maciço revestido internamente com argamassa de cimento e areia sem peneirar, traço 1:3, lastro de concreto e=10 cm, tampa e=5 cm, dimensões 60 cm x 60 cm x 60 cm	un	30,00		
12.8.2	Caixa sanfonada de PVC com greiha branca, 100 mm x 100 mm x 50 mm	un	4,00		
12.8.3	Ralo de PVC rígido seco, 100 mm x 50 mm > 40 mm	un	4,00		
12.9	APARELHOS E METAIS SANITÁRIOS				
12.9.1	Lavatório de louça de embutir (cuba), com aparelho misturador e acessórios	un	8,00		
12.9.2	Bacia de louça com caixa acoplada, com tampa e acessórios	un	22,00		
12.9.3	Tampo de granito para pia, e=30,00 mm, largura 0,60 m	m	6,00		
12.9.4	Tampo de granito para lavatório, e=30,00 mm, largura 0,60 m	m	6,00		
13.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
13.1	ENTRADA EM BAIXA TENSÃO				
13.1.1	Poste particular para edificação com potência instalada de 25 kW a 30 kW	un	39,00		
13.1.2	Entrada de energia em caixa de chapa de aço, dimensões 500 mm x 600 mm x 270 mm, potência de 25 kW a 30 kW	un	1,00		
13.1.3	TRANSFORMADOR PARA CABINE primária de 150 kVA - 15 kV, 60 Hz, alta tensão 13,2 kV, baixa tensão 220/127V	un	1,00		
13.2	ELETRODUTOS				
13.2.1	Eletroduto de PVC rígido roscável, com conexões Ø 25 mm (3/4")	m	180,00		
13.2.2	Eletroduto de PVC rígido roscável, com conexões Ø 50 mm (1 1/2")	m	90,00		
13.2.3	Eletroduto de PVC flexível corrugado Ø 25 mm (3/4")	m	45,00		
13.3	QUADROS E CAIXAS				
13.3.1	Caixa de ligação de PVC rígido para eletroduto roscável, retangular, dimensões 4" x 2"	un	60,00		
13.3.2	Quadro de distribuição de luz em chapa de aço de sobrepor, até 64 divisões modulares, dimensões externas 973 mm x 405 mm x 95 mm	un	2,00		
13.4	CABOS E FIOS				
13.4.1	Cabo isolado em PVC seção 6 mm² - 0,6 kW / 1 kV - 70°C - rígido	m	1.200,00		
13.4.2	Cabo isolado em PVC seção 35 mm² - 0,6 kW / 1 kV - 70°C - rígido	m	2.400,00		
13.4.3	Fio isolado de PVC seção 2,5 mm² - 750 V - 70°C	m	7.500,00		
13.5	DISJUNTORES				
13.5.1	Disjuntor monopolar termomagnético de 1£ A em quadro de distribuição	un	10,00		
13.5.2	Disjuntor bipolar termomagnético de 20 A em quadro de distribuição	un	20,00		
13.5.3	Disjuntos bipolar termomagnético de 32 A em quadro de distribuição	un	15,00		
13.5.4	Seccionar fusível ti "NH" tripolar até 250 A, manobra com carga, com porta-fusível, em quadro de distribuição	un	1,00		
13.6	INTERRUPTORES E TOMADAS				
13.6.1	Interruptor, uma tecla simples 10 A - 250 V	un	20,00		
13.6.2	Tomada dois pólos mais terra 20 A - 250 V	un	20,00		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

13.7	ILUMINAÇÃO INTERNA				
13.7.1	Luminária fluorescente completa industrial com duas lâmpadas de 40 W, tipo calha de sobrepor	un	140,00		
13.7.2	Pendente ou plafonier com globo leitoso e lâmpada de 60 W	un	380,00		
13.8	ILUMINAÇÃO EXTERNA				
13.8.1	Luminária refletora para iluminação pública para lâmpada vapor de marcúrio, sódio e metálica, duas pétalas, poste de aço galvanizado com 10 m de altura livra	un	39,00		
13.8.2	Projetor externo para lâmpada a vapor de mercúrio, de iodeto metálico ou de sódio, com ângulo regulável, com alojamento para reator	un	40,00		
13.9	INSTALAÇÕES DE TELEFONIA				
13.9.1	Caixa de telefone em chapa de aço padrão Telebrás, dimensões internas 800 mm x 800 mm x 150 mm	un	1,00		
13.9.2	Tomada para telefone para pino Jack 1/4	un	6,00		
14.0	PINTURA				
14.1	Emassamento de parede interna com massa corrida PVA	m²	3.500,00		
14.2	Aparelhamento em Selador Acrílico.	m²	9.227,48		
14.3	Pintura com tinta látex PVA em parede interna e externo, com duas demãos.	m²	4.613,74		
14.4	Pintura com tinta látex PVA em parede externa, com duas demãos.	m²	4.613,74		
14.5	Pintura com tinta látex esmalte em esquadria de madeira, com duas demãos, sem massa corrida	m²	100,00		
14.6	Pintura com tinta látex esmalte em esquadria de ferro, com duas demãos, sem massa corrida	m²	576,00		
14.7	PINTURA esmalte em telha de aluminio, duas demãos a revólver	m²	1.842,88		
15.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
15.1	Muro divisório com bloco de concreto 4 cm x 19 cm x 39 cm, e=14 cm, altura 1,80 m, assentado sobre sapata corrida com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:0,5:8	m	1.025,21		
15.2	Enceramento de piso	m²	6.300,00		
15.3	Cerca de Proteção tipo Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2", revestido em pvc, fixada com tubo em aço galvanizado de 2". Para quadra de lazer Poliesportiva.	m²	147,00		
15.4	Serviços de Manutenção do telhado construido, bem como suas respectivas platibandas.	m²	6.300,00		
16.0	LIMPEZA GERAL DA OBRA				
16.1	Limpeza geral da obra (demolição, retirada e transporte dos restos de obra - entulhos)	m²	30.600,78		
	TOTAL GERAL				

4.0 - Prazo de Execução: 05 (cinco) anos.

5.0 - Local: Manaus/AM, JULHO DE 2018.

6.0 - Responsabilidade Técnica: Engº Civil HALLHITON MACIEL GEBER CREA/AM 8017-D

CESAR DE OLIVEIRA PEDROSA
SÓCIO- PROPRIETÁRIO
CPF. 147.064.742-72

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ
63.684.781/0001-09
PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA
Av. Djalma Batista, Nº 170
Chapada
CEP. 69050-010
MANAUS – AM

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 14.2022.CPL.0939700.2022.016627

Processo n.º 2016.003614

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheira Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo nº 020/2021 - MPAM/PGJ, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 155, 179 e 214 e da Nota de Empenho n.º 2021NE0000632, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692184).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ n.° 04.153.748/0001-85.
Contratada:	**SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287.

1. DADOS DA CONTRATAÇÃO

Processo Nº 2021.004580

Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.

Contrato Administrativo N.º 020/2021 - MP/PGJ. (0692157)

Empresa Contratada: **SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51

Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ

2. VALOR CONTRATADO

Valor do Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692157) é de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287(0692013);

Processo 2021.018421 1º Termo aditivo ao Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0801442) Valor do Aditivo R$ 23.132,26 (vinte e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos), perfazendo um acréscimo de 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) - Nota de Empenho N.º 2021NE0000632 (0803179);

O valor global do contrato **R$ 363.132,26 (trezentos e sessenta e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos)**

3. DOS PRAZOS

- Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Serviço;
- Data da assinatura do contrato: 15 de setembro de 2021;
- Ordem de Execução de Serviços: 16 de setembro de 2021;
- Data contratual para início dos serviços: 20 setembro 2021;
- Data contratual para entrega dos serviços: 20/11/2021;
- Paralização dos serviços - Justificativa falta de equipamentos no mercado prazo evolução da COVID-19 (variante Delta e Omicron) 90 dias dodos (https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/cni-sete-em-cada-10-industrias-tem-dificuldades-para-comprar-insumo e https://www.fvs.am.gov.br/indicadorSalaSituacao_view/84/2)
- Prazo final para entrega dos serviços 20/02/2022
- Data da entrega dos serviços: 15/03/2022;

4. DA MEDIÇÃO / PAGAMENTO -

1ª medição - Processo 2021.018428 - Valor da Medição **R$ 143.982,87 - (Cento e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e dois Reais e oitenta e sete centavos)**;

2ª medição - Processo 2021.021648 - NF 169 de 08/12/2021 - nota cancelada a pedido do DOF - Valor da Medição - R$ 175.166,66 (Cento e setenta e cinco mil, cento e sessenta e seis Reais e sessenta e seis centavos), nota de substituida NF 174 - Valor R$ 10,00 (dez reais) (MEDIÇÃO CANCELADA).

3ª medição - Processo 2022.001835 - NF 179 de 27/01/2022 - **Valor da Medição e R$ 186.830,04 (Cento e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta Reais, e quatro Centavos)**

4ª medição - Processo 2022.014538 - NF 214 de 11/07/2022 - **R$ 32.309,35 (Trinta e dois mil, trezentos e nove reais e trinta e cinco centavos)**

5. NOTIFICAÇÕES

Notificação N.º 13.2021.DEAC.0744911.2021.016322;

Notificação N.º 2.2022.DEAC.0765651.2021.016322;

- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 5.2022.DEAC.0939192.2021.016322;
- TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO Nº 2.2022.DEAC.0825043.2021.016322.

EM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	Administração Local				
1.1.1	COMP-799133	Equipe de obra simplificada (Eng./Mestre/2 Vigias)	Composições Próprias	mês	2,00
1.1.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.1.3	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
1.2	Alimentação, Transporte, EPI's e Ferramental				
1.2.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIO	SBC	DIA	56,00
1.2.2	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	1,00
1.2.3	COMP-338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições Próprias	H	4.072,30
1.3	Mobilização de Demobilização				
1.3.1	100953	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	7.689,24
2	INFRAESTRUTURA DO CANTEIRO				
2.1	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00

2.2	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
2.3	012158	ALUGUEL MENSAL CONTAINER-ALMOXARIFADO-6,0x2,4m	SBC	MES	2,00
3	DEMOLIÇÃO				
3.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	1.285,25
3.2	022902	REMOCAO COBERTURA EM TELHAS FIBROC. INC. MADEIRAMENTO	SBC	M2	201,10
3.3	COMP-318686	Remoção de chapas em ACM de estrutura metálica com reaproveitamento.	Composições Próprias	m²	61,82
3.4	S11390	Demolição de divisórias tipo naval	ORSE	m2	71,87
3.5	023212	REMOCAO E RETIRADA DE PORTA DE MADEIRA DO AUDITÓRIO (1,50X2,10m)	SBC	UN	1,00
3.6	S97621S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, com reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	0,12
4	COBERTURA				
4.1	S09918	Telhamento com telha de alumínio dupla, trapezoidal, tipo sanduíche 0,6mm pré pintada em duas faces, com isolamento de espuma rígida de poliuretano 30mm pintada	ORSE	m2	201,10
4.2	100014	ESTRUTURA ACO PERFIL METALICO P/COBERTURA-VAO 22m(22,153kg/m2)	SBC	M2	201,10

4.3	S09433	Rufo em chapa aço galvanizado nº24 com desenvolvimento 16cm	ORSE	m	78,28
4.4	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	53,51
4.5	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	11,60
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	090923	DIVISORIA GESSO ACART. C/ 2 PAINES E=12,5 C/ ISOLAMENTO	SBC	M2	71,87
5.2	COMP-835743	Estrutura metálica de suporte para ACM	Composições Próprias	m²	23,00
5.3	S11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, 1,25x1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem	ORSE	m2	61,82
6	REVESTIMENTOS				
6.1	170274	PISO 9,5X9,5CM ESMT.BRIL BORDA BOLD ARQUITETO PORTOBELLO	SBC	M2	4,62
ADITIVO	89048	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8,	SINAPI	M2	23,89

		PREPARO MECÂNICO, COM BETONEIRA DE 400L, EM PAREDES DE AMBIENTES INTERNOS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO). AF_11/2014			
ADITIVO	11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, na cor cobre, 1,00 nx 1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem - Obra do Centro de Convenções de Sergipe	ORSE	M2	19,11
ADITIVO	COMP835743	Estrutura metálica de suporte para ACM (m²)	PRÓPRIO	M2	1,74
ADITIVO	96467	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA COMERCIAL DE DIMENSÕES 35X35CM (PADRAO POPULAR). AF_06/2017	SINAPI	M	50,46
7	ESQUADRIAS				
7.1	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00

7.2	91306	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
7.3	102183	PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS DE 90X210 CM, ESPESSURA DE 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS. AF_01/2021	SINAPI	UN	1,00
7.4	COMP-967096	FECHAMENTO PORTARIA VIDRO BLINDEX 10mm PIVOTANTE COM PORTA PARA PNE	Composições Próprias	m2	8,69
7.5	74136/003	PORTA DE AÇO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANSVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	26,20
7.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	19,14
8	PAVIMENTAÇÃO				
8.1	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	SINAPI	M2	67,48
9	PINTURA				

9.1	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.2	88484	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.4	88492	APLICAÇÃO MECÂNICA DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.5	180511	PINTURA ESMALTE SINTETICO ACETINADO CORAL	SBC	M2	26,83
9.6	180039	PINTURA FUNDO PREPARADOR DE PAREDES SUVINIL (1:1)	SBC	M2	26,83
9.7	S02279	Emassamento de superfície, com aplicação de 01 demão de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 03	ORSE	m2	20,58
9.8	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	20,58
9.9	100720	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14

9.10	100744	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICA				
10.1	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	7,00
10.2	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	44,00
10.3	92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	14,00
10.4	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	22,00
10.5	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária.	Composições Próprias	Un	18,00

		30.000h de uso.			
10.6	COMP-488982	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	7,00
10.7	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	10,00
10.8	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
ADITIVO	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	Un	18,00
11	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
11.1	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA				
11.1.1	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	69,56
11.1.2	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.2	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA				

11.2.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
11.2.2	COMP-504603	Switch Hp 24 Portas 1920s-48g Jl386a 10/100/1000 4sfp Poe - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.2.3	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00
11.2.4	059463	VOICE PANEL 30 PORTAS - RJ11/IDC 110 - 19"/1U - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
11.2.5	COMP-945137	Nobreak 1.5Kva Apc Smc1500I2U-Br Lcd Mono 230V para Rack - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.3	EQUIPAMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA				
11.3.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12	DIVERSOS				
12.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
12.2	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	106,00
12.3	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
12.4	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
12.5	I025827	ACESSIBILIDADE - PLACA TATIL BRAILLE/RELEVO ACO INOX 30x14cm PARA PORTAS	SBC	UN	15,00

12.6	I021176	ACESSIBILIDADE - MAPA TATIL BRAILLE/RELEVO ACRILICO 46x44cm - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.7	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
13	LIMPEZA				
13.1	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	370,43
13.2	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00
14	FORRO				
ADITIVO	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	138,24
ADITIVO	96131	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	SINAPI	M2	264,22
15	ESTRUTURA				
ADITIVO	40227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,30
ADITIVO	160386	TRATAMENTO DE TRINCAS E FISSURAS EM ESTRUTURA	SBC	M2	4,37

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 23 de novembro de 2022

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 23/11/2022, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 23/11/2022, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0939700** e o código CRC **5A2CAD62**.

2022.016627 v6

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONTRATANTE: **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃOD E RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **06.539.432/0001-51**, estabelecida na Rua 5 Setembro, 240 – São Raimundo, CEP nº 69.027-010, Manaus/AM, neste ato representada pelo Sr. **SAID TAVARES LIBÓRIO**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº **1854776-1** SSP/AM e CPF nº **867.528.632-53**, domiciliado e residente nesta cidade na Rua Rio Branco, nº 707 – São Raimundo, Manaus/AM, CEP nº 69.027-034 .

CONTRATADO: **HALLHITON MACIEL GEBER**, Engenheiro Civil, CREA/AM nº **8017-D/AM**, RNP n.º 0404627420 e CPF n.º 277.951.792-15 residente e domiciliado na Av. Torquato Tapajós, 7726, cond. Florest Hill, Lote 0 – Colônia Terra nova, Manaus – AM.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Engenharia Civil para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS SERVIÇOS

A execução do objeto contratado neste instrumento consiste em Responsabilidade Técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços acertados, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia mensal referente à 06 (seis) salários mínimos vigentes, por 20 (vinte) horas semanais, sendo pago até o 5º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA: DA RESCISÃO

O presente instrumento será rescindido caso uma das partes descumpra o estabelecido em qualquer uma das cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES

Os serviços e as informações técnicas especificas utilizadas na consecução do projeto deverão ser utilizados única e exclusivamente para o fim estabelecido neste instrumento, não podendo a CONTRATANTE utilizá-los para outros projetos por que ventura esteja desenvolvendo.

A CONTRATANTE não poderá repassar informações técnicas relativas aos serviços prestados para terceiros, salvo no caso de necessidade para implementação do projeto.

Parágrafo Único: As informações técnicas que poderão ser passadas pela CONTRATANTE serão aquelas consideradas sigilosas, ou seja, que não estejam protegidas através de concessão de patente.

Anexo Contrato 00 Eng. HALLHITON - SGRH SERVIÇO (1222589) SEI 2023.010235 / pg. 631

Fica vedado a CONTRATANTE, pelo prazo de dois anos, prestar iguais serviços para qualquer pessoa física ou jurídica.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO

O contrato inicia-se em 20/07/2018 e se prorrogará por 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA SETIMA: DO FORO.

Fica eleito o foro da Justiça do Estado do Amazonas, para dirimir quaisquer dúvidas ou avenças porventura oriunda da execução deste presente contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, ambas as partes assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor na presença de testemunhas abaixo:

Manaus – AM, 22 de Maio de 2018.

SAID TAVARES LIBORIO
Pela Contratante

HALLHITON MACIEL GEBER
CREA/AM nº 8017-D/AM
CPF n.º 277.951.792-15

TESTEMUNHAS:

1º NOME.....

CPF Nº .....

2º NOME.....

CPF Nº .....

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-6464 - www.cartorabelo.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé por semelhança a firma de
SAID TAVARES LIBORIO
Data/Hora: 24/07/2018 12:00:48
ESCREVENTE: INGRID CARDOSO SALGADO Cod. 124
FUNETJ: 0,32 FUNDPAM: 0,16 FUNDPGE: 0,10 ISS: R$ 0,16 FARPAM: 0,16
SELO R$ 1,90: RECFIR0041354X126Z1SN7QC6740
Valide o selo em: cidadao.portaiselocam.com.br

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-6464 - www.cartorabelo.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé por semelhança a firma de
HALLHITON MACIEL GEBER
Data/Hora: 24/07/2018 12:00:58
ESCREVENTE: INGRID CARDOSO SALGADO Cod. 124
FUNETJ: 0,32 FUNDPAM: 0,16 FUNDPGE: 0,10 ISS: R$ 0,16 FARPAM: 0,16
SELO R$ 1,90: RECFIR0041351IIR58S0E31POL13
Valide o selo em: cidadao.portaiselocam.com.br

SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1001876/2023
Emissão: 24/04/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: dCcdW

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-AM.

Interessado(a)

Profissional: HALLHITON MACIEL GEBER

Registro: 0404627420

CPF: 277.951.792-15

Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 22/08/2001

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RES.N.218/73 DO CONFEA,OBS.O ARTIGO 25.

Instituição de Ensino: INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZONIA - UTAM

Data de Formação: 04/08/2001

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP

Registro: 0000003397

CNPJ: 06.539.432/0001-51

Data Ínicio: 28/02/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: 20/07/2023

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: dCcdW
Impresso em: 24/04/2023 às 20:26:30 por: adapt, ip: 200.25.56.75

Certidão 1004464/2023

ACOMPANHAMENTO DA SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO

Processo de solicitação de certidão em andamento

Trâmites atendidos

Nenhum trâmite foi completado

Trâmites restantes

1 1001 - 1 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A

2 1002 - 2 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A

Documentos atendidos

Nenhum documento foi aceito.

Documentos restantes

- ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;
- CONTRATO;
- ADITIVOS(Se houver);
- TERMO DE APOSTILAMENTO (Se houver);
- ORDEM DE SERVIÇO(Se houver);
- TERMO DE PARALISAÇÃO(Se houver);
- TERMO DE REINÍCIO DA OBRA(Se houver)!
Data: 21/06/2023 às 13:45:20
Descrição: **Prezado profissional, em análise preliminar ao vosso pleito v a(s) seguinte(s) exigência(s): 1. Encaminhar ao menos DOIS documento execução da Obra/serviço, podendo ser DIÁRIO DE OBRA (ASSINADO), obra), RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (ASSINADO), RELATÓRIO DE MEDIÇ Encaminhar Ordem e Serviço (Se houver); -- Atenciosamente, Acervo Té 7131 ou 7119**

ARTs atendidos

Nenhuma art foi aceita.

ARTs restantes

AM20210282958 - 25/10/2021 - Contrato: 021/2021 - MPAM/PGJ 18/10/202
Estado do Amazonas
Data: às
Descrição:

AM20230390234 - 19/06/2023 - Contrato: 021/2021 - MPAM/PGJ 18/10/202
Estado do Amazonas
Data: às
Descrição:

DETALHES DO PROFISSIONAL

Registro Nacional:	**CREA- nº 042018482-1**
Registro Regional:	**33792AM**
Processo de Registro:	
Tipo de Registro:	**Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)**
Situação do Registro:	**ATIVO**
Último ano pago:	**2023 (6 / 6)** ADIMPLENTE
CPF:	**015.673.132-05**
Nome:	**RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**
Títulos:	GRADUAÇÃO **1110200 - ENGENHEIRO CIVIL Título Principal**
Atribuição:	**Artigo 7 da Lei Federal n 5.194 66, nas competencias do(s) Artigo(s) 28 e 29 do Decreto Federal 23.569 33, especificadas pelo Artigo 7 da Resolucao n 218 73 do Confea, combinado com seu Artigo 25, regulamentadas no Artigo 5 da Resolucao n 1.073 2016 (consolidadas na Resolucao n 1.048 2013 do Confea).**
Restrição:	**Sem Identificação**
E-Mail:	**randel.almeida@hotmail.com**

Exibir Informações

ENDEREÇO

RUA JOÃO DOURADO, 22, QD.F31 AP.01, NOVO ALEIXO - MANAUS/AM - CEP: 69098198

DETALHES DA CERTIDÃO

Situação da Certidão:	**Documentação pendente**
Número:	**1004464**
Ano:	**2023**
Data de Solicitação:	**20/06/2023**
Validade:	**Certidão não emitida**
Tipo da Certidão:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**
Descrição:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Adicionar arquivo | Detalhes do Boleto | Imprimir Boleto | Analisar e Reparar Documentos PDF

LEIS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
Resolução Nº 1025 de 30 de de 2009

Anexo Protocolo Certidão 1004464/2023 - SGRH SERVIÇO (1222603) SEI 2023.010235 / pg. 634

DESCRIÇÃO
Lei Federal Nº 6496 de 07 de Fevereiro de 1977

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

NOTAS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venh integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela ve exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Agronomia - CONFEA.
Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros

CERTIDÕES PARCIAIS VINCULADAS

Mostrar 10 registros Buscar:

NÚMERO/ANO	DATA CADASTRO	DATA EMISSÃO	ARTS
Não foram encontrados resultados			

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros

IMPRESSÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DATA	HORA	USUÁRIO
Não foram encontrados resultados		

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros

STATUS (4)

Mostrar 10 registros Buscar:

SITUAÇÃO	DATA - HORA	OBSERVAÇÃO
DOCUMENTO EMITIDO	20/06/2023 - 23:12:29	
BOLETO EMITIDO	20/06/2023 - 23:14:10	
DOCUMENTO PROCESSADO	21/06/2023 - 06:47:06	
DOCUMENTO PAGO	21/06/2023 -	

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros

DECLARAÇÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRICAO
Não foram encontrados resultados

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros

ARQUIVOS

Mostrar 10 registros Buscar:

NOME DO ARQUIVO	DESCRIÇÃO	DATA DE CADASTRO	HORA DE CADASTRO
SEI_MPAM - 0699706 - Contrato Administrativo.pdf	Contrato	20/06/2023	23:12
SEI_MPAM - 0860390 - Termo Aditivo.pdf	Aditivo	20/06/2023	23:12
Atestado de Capacidade Técnica - MPE - Autazes.pdf	Atestado de capacidade técnica	20/06/2023	23:12
AM20210282958.ZAbBx.pdf	ART DO CONTRATO	20/06/2023	23:12
AM20230390234.478c2.pdf	ART ADITIVO	20/06/2023	23:12
Autorização de Fornecimento_AUTAZES.pdf	Autorização	09/08/2023	00:14
01_MEDIÇÃO AUTAZES.pdf	Medição	09/08/2023	00:14
02_MEDIÇÃO AUTAZES.pdf	Medição	09/08/2023	00:14
MEDIÇÃO AUTAZES 3 (Atual).pdf	Medição	09/08/2023	00:14
2 MEDIÇÃO AUTAZES.pdf	nota fiscal	09/08/2023	00:14

Mostrando de 1 até 10 de 14 registros

Anexo Protocolo Certidão 10044642/2023 - SGRH SERVIÇO (1222603) SEI 2023.010235 / pg. 635

Certidão 1004465/2023

ACOMPANHAMENTO DA SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO

Processo de solicitação de certidão em andamento

Trâmites atendidos

Nenhum trâmite foi completado

Trâmites restantes

1 1001 - 1 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A

2 1002 - 2 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A

Documentos atendidos

Nenhum documento foi aceito.

Documentos restantes

- ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;
- CONTRATO;
- ADITIVOS(Se houver);
- TERMO DE APOSTILAMENTO (Se houver);
- ORDEM DE SERVIÇO(Se houver);
- TERMO DE PARALISAÇÃO(Se houver);
- TERMO DE REINÍCIO DA OBRA(Se houver)!
Data: 21/06/2023 às 15:18:41
Descrição: **Prezado profissional, em análise preliminar ao vosso pleito v a(s) seguinte(s) exigência(s): 1. Encaminhar ao menos DOIS documento execução da Obra/serviço, podendo ser DIÁRIO DE OBRA (ASSINADO), obra), RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (ASSINADO), RELATÓRIO DE MEDIÇ Encaminhar Ordem e Serviço (Se houver); -- Atenciosamente, Acervo Té 7131 ou 7119**

ARTs atendidos

Nenhuma art foi aceita.

ARTs restantes

AM20210278214 - 24/09/2021 - Contrato: Nº 020/2021 - MPAM/PGJ 16/09/2
Estado do Amazonas
Data: às
Descrição:

AM20230390235 - 19/06/2023 - Contrato: Nº 020/2021 - MPAM/PGJ 16/09/2
Estado do Amazonas
Data: às
Descrição:

DETALHES DO PROFISSIONAL

Registro Nacional:	**CREA- nº 042018482-1**
Registro Regional:	**33792AM**
Processo de Registro:	
Tipo de Registro:	**Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)**
Situação do Registro:	**ATIVO**
Último ano pago:	**2023 (6 / 6)** ADIMPLENTE
CPF:	**015.673.132-05**
Nome:	**RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**
Títulos:	GRADUAÇÃO **1110200 - ENGENHEIRO CIVIL Título Principal**
Atribuição:	**Artigo 7 da Lei Federal n 5.194 66, nas competencias do(s) Artigo(s) 28 e 29 do Decreto Federal 23.569 33, especificadas pelo Artigo 7 da Resolucao n 218 73 do Confea, combinado com seu Artigo 25, regulamentadas no Artigo 5 da Resolucao n 1.073 2016 (consolidadas na Resolucao n 1.048 2013 do Confea).**
Restrição:	**Sem Identificação**
E-Mail:	**randel.almeida@hotmail.com**

Exibir Informações

ENDEREÇO

RUA JOÃO DOURADO, 22, QD.F31 AP.01, NOVO ALEIXO - MANAUS/AM - CEP: 69098198

DETALHES DA CERTIDÃO

Situação da Certidão:	**Documentação pendente**
Número:	**1004465**
Ano:	**2023**
Data de Solicitação:	**20/06/2023**
Validade:	**Certidão não emitida**
Tipo da Certidão:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**
Descrição:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Adicionar arquivo | Detalhes do Boleto | Imprimir Boleto | Analisar e Reparar Documentos PDF

LEIS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
Resolução Nº 1025 de 30 de de 2009

Anexo Protocolo Certidão 1004465/2023 - SGRH SERVIÇO (1222605) SEI 2023.010235 / pg. 636

DESCRIÇÃO
Lei Federal Nº 6496 de 07 de Fevereiro de 1977

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

NOTAS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venh integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela ve exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Agronomia - CONFEA.
Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros

CERTIDÕES PARCIAIS VINCULADAS

Mostrar 10 registros Buscar:

NÚMERO/ANO	DATA CADASTRO	DATA EMISSÃO	ARTS
Não foram encontrados resultados			

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros

IMPRESSÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DATA	HORA	USUÁRIO
Não foram encontrados resultados		

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros

STATUS (4)

Mostrar 10 registros Buscar:

SITUAÇÃO	DATA - HORA	OBSERVAÇÃO
DOCUMENTO EMITIDO	20/06/2023 - 23:18:01	
BOLETO EMITIDO	20/06/2023 - 23:18:15	
DOCUMENTO PROCESSADO	21/06/2023 - 06:47:06	
DOCUMENTO PAGO	21/06/2023 -	

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros

DECLARAÇÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRICAO
Não foram encontrados resultados

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros

ARQUIVOS

Mostrar 10 registros Buscar:

NOME DO ARQUIVO	DESCRIÇÃO	DATA DE CADASTRO	HORA DE CADASTR
SEI_MPAM - 0692184 - Contrato Administrativo.pdf	Contrato	20/06/2023	23:18
SEI_MPAM - 0801442 - Termo Aditivo.pdf	Aditivo	20/06/2023	23:18
Atestado de CapacidadeTécnica - MPE - Novo Airão.pdf	Atestado de capacidade técnica	20/06/2023	23:18
AM20210278214.y5x7c.pdf	ART Contrato	20/06/2023	23:18
AM20230390235.AA9b4.pdf	ART aditivo	20/06/2023	23:18
1 MEDIÇÃO NOVO AYRAO.pdf	Nota fiscal	09/08/2023	00:09
2 MEDIÇAO NOVO AYRAO.pdf	Nota fiscal	09/08/2023	00:09
NOTA 3 MEDIÇÃO NOVO AYRAO.pdf	Nota fiscal	09/08/2023	00:09
Autorização de Fornecimento.pdf	Autorização de fornecimento	09/08/2023	00:09
MEDIÇÃO 01_NOVO AIRÃO.pdf	Medição	09/08/2023	00:09

Mostrando de 1 até 10 de 13 registros

Anexo Protocolo Certidão 10044463/2023 - SGRH SERVIÇO (1222605) SEI 2023.010235 / pg. 637

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 4.2024.DEAC.1222890.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de **análise técnica dos documentos de habilitação (1219300, 1219301, 1219302, 1219303, 1219305, 1219306, 1219308, 1219309, 1219310, 1219313, 1219328, 1219330, 1219331 e 1219396)** da empresa **SGRH SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA,** CNPJ Nº 06.539.432/0001-51 encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

A empresa **SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA,** CNPJ Nº 06.539.432/0001-51 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, contudo os quantitativos ofertados **NÃO** atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital para o subitem 4 - Confecção de Esquadria de Alumínio;

Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, *devidamente registrado(s) no CREA ou CAU*, a empresa **SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA,** CNPJ Nº 06.539.432/0001-51 apresentou os documentos de habilitação **(1222564, 1222569, 1222574, 1222579, 1222589, 1222599)** contudo essas CAT, são pertencentes ao ***ENG. HALLINTON MACIEL GEBER*** e este deixou de ter vinculo contrtual com a empresa no dia 20 de julho de 2023, antes da abertura do certame, portanto não sendo possível a utilização de tal Acervo Técnico, não atendendo ao subitem 11.10.3.2. do edital

Sendo assim, **opino pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.**

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 03/01/2024, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1222890** e o código CRC **2CE43DDF**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob nº 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769.523.392-72, no uso de suas atribuições legais:

DECLARA, para os fins que se façam necessários, que está ciente do estado dos equipamentos e das condições locais (objeto deste Pregão Eletrônico), abdicando assim a empresa a qual representam, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob nº 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72 no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaro que me comprometo a manter, durante todo o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **PE N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ**.
.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE ACESSIBILIDADE

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

Declarar, sob as penas da lei, que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais;

DECLARO, nos termos da Resolução nº 172/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto ao Ministério Público Federal que:
O quadro societário desta empresa não possui cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou ainda de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada do Pregão Eletrônico, consoante Resolução nº 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO CONHECIMENTOS DO PRAZO

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob nº 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E QUE ANALISEI TODOS OS QUANTITATIVOS DA PLANILHA BASE DO PREGÃO ELETRÔNICO, não havendo quaisquer óbices para a completa execução nos prazos estipulados do objeto deste certame.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024

Danny N. Fernandes
Engenheiro Civil
CREA-AM 14161-D

Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO CONDIÇÕES DO EDITAL

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do pregão eletrônico; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao **PE N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ .**

Por ser verdade assina a presente.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO (INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto do inciso V, art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024

Danny N. Fernandes
Engenheiro Civil
CREA-AM 14161-D

Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE COTA DE APRENDIZAGEM

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

Por ser verdade assina a presente.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais;

DECLARO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO III, DO ART. 30, DA LEI 8.666/90, QUE RECEBI TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL, sob a responsabilidade do Órgão.

.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que não possuo em minha cadeia produtiva, empregados, executando trabalho degradante ou forçado.

Por ser verdade assina a presente.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob nº 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

Declarar, sob penas da Lei, que por ocasião da contratação, disporá de todo aparelhamento instalações, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto do pregão eletrônico.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador (a) da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769.523.392-72, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no **EDITAL PE N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ.**

DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente pela FERNANDES CONSTRUÇÕES EIRELI, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **EDITAL PE N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ,** por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **EDITAL PE N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ,** por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **EDITAL PE N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ,** quanto a participar ou não do referido pregão eletrônico;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **EDITAL PE N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ,** antes da adjudicação do objeto do referido pregão eletrônico;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPENSA DE PARTICIPAR EM PREGÃO ELETRÔNICO, E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM SUAS ESFERAS, MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL E DE CUMPRIMENTO DO ART. 27, INC. V, DA LEI N.º 8.666/93.

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, não está temporariamente suspensa de participar em pregão eletrônico e impedida de contratar com a Administração Pública, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração pública, em suas esferas municipal, estadual ou federal, bem como não possui, em seu quadro de pessoal, empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei n.º 8.666/93 e art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

Declaramos ainda que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora declarada será imediatamente comunicada, por escrito, a Diretoria de Licitações e Compras.

Por ser verdade assina a presente.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, com sede na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF N.º. 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Por ser verdade assina a presente.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024

Danny N. Fernandes
Engenheiro Civil
CREA-AM 14161-D

Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, com sede na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal e responsável técnico da empresa, o engenheiro civil DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7, do CPF Nº 769523392-72 e CREA-AM: 14161-D.

Declaramos, em atendimento ao previsto no Edital do **PE N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ**, que o profissional acima qualificado é o nosso Responsável Técnico para acompanhar a execução dos serviços, objetos do pregão eletrônico em apreço.

Por ser verdade assina a presente.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

Declaração de Optante pelo Simples Nacional (Instrução Normativa n° 1.234/12 da Receita Federal);

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, com sede na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal o Senhor DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e do CPF Nº 769523392-72, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR ao órgão, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:
I - preenche os seguintes requisitos:
a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.
II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, com sede na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal e responsável técnico da empresa, o engenheiro civil DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7, do CPF Nº 769523392-72 e CREA-AM: 14161-D.

DECLARA, em atendimento ao previsto no edital e no art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a inexistência de fato superveniente impeditivo da sua habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO (INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO CSJT Nº 310/2021)

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, com sede na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal e responsável técnico da empresa, o engenheiro civil DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7, do CPF Nº 769523392-72 e CREA-AM: 14161-D.

DECLARA, para fins do disposto no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (instituído pela Resolução CSJT 310/2021) que:
a) não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH n° 4 de 11 de maio de 2016; e que b) não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988, dos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo); das Convenções da OIT nºs 29 e 105; do Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); dos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; e do Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação;

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO REFERENTE À CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, com sede na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal e responsável técnico da empresa, o engenheiro civil DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7, do CPF Nº 769523392-72 e CREA-AM: 14161-D.

DECLARA para os devidos fins que, quando da assinatura do Contrato, possuirá em seu quadro técnico, pelo menos 01 (um) profissional graduado em Engenharia Civil ou outro profissional de formação equivalente de nível superior, cuja formação seja aceita pelo Sistema CREA/CONFEA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou qualquer outro Conselho de Classe, que comprove ter desempenhado serviço de características similares ou superiores à do objeto deste Certame Licitatório.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO RESERVA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, com sede na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal e responsável técnico da empresa, o engenheiro civil DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7, do CPF Nº 769523392-72 e CREA-AM: 14161-D.

DECLARA que os serviços são prestados obedecem o cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

DECLARAÇÃO HABILITAÇÃO

A Empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES, inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603-0001-12, com sede na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal e responsável técnico da empresa, o engenheiro civil DANNY NOGUEIRA FERNANDES, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7, do CPF Nº 769523392-72 e CREA-AM: 14161-D. DECLARA;

1) Que recebi que recebi todos os documentos necessários à elaboração da proposta comercial.

2) Que tenho conhecimento do prazo de execução e que analisei todos os quantitativos da planilha base do pregão eletrônico não havendo quaisquer óbices para a completa execução nos prazos estipulados do objeto deste certame.

3) Em atendimento ao disposto no § 6º. do art. 30, da Lei 8.666/90, que manterei, durante toda a obra, todos os técnicos que compõem a "administração local" e os equipamentos mínimos necessários a execução satisfatória dos serviços, bem como a manutenção da segurança laboral;

3) Em atendimento ao disposto no inciso XXXIII, art. 7º. Da CF, que não utilizo mão de obra direta ou indireta composta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem qualquer trabalho de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024

Fernandes Construções LTDA
CNPJ: 27.816.603/0001-12



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

Atestamos, para cumprimento do Item 2.6.3 do Edital referente ao procedimento licitatório do **Processo SEI n.º 2023.010235**, que a empresa Fernandes Construções LTDA, representada pelo, o Sr. Danny Fernandes, portador do documento de identidade nº 1640964-7, optou por não vistoriar o local dos serviços conforme previsto no Subitem 6.3 do Projeto Básico **Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**

Declara ainda que quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos não serão considerados nem usados como possível juízo de valor a respeito afim de compensações futuras.

Manaus/AM, 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ

PROPOSTA

A Fernandes Construções, com sede na cidade de Manaus à Rua Jeronimo Monteiro nº02 - Sala 05, bairro: Novo Aleixo, com inscrição no CNPJ 27816603/0001-12. Apresentamos a nossa proposta para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

NOME FANTASIA: FERNANDES CONSTRUÇÕES	
RAZÃO SOCIAL: FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA	
CNPJ: 27.816.603/0001-12	OPTANTE PELO SIMPLES: SIM
ENDEREÇO: RUA JERONIMO MONTEIRO Nº02 - SALA – 05	
BAIRRO: NOVO ALEIXO	CIDADE: MANAUS
CEP: 69098-228	EMAIL: dn.fernandes@yahoo.com.br
TELEFONE: (92) 99907-9052	
Dados da conta: Banco: SICOOB AG: 3352 / CC: 972-5	

DESCRIÇÃO	UNID	QTD.	VALOR GLOBAL	DESCONTO(%)
Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	MENSAL	12	R$ 1.921.500,00	8,50%

Valor total: R$ 1.921.500,00 (Um milhão novecentos e vinte e um mil quinhentos reais).

CÁLCULO DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD)

$$ACD(\%)=[\ (100-TR\%)+ BDI\% \times(100-TR\%)/100\ ]- 100$$

$$ACD(\%)=[\ (100-28,71\%)+ 28,35\%\times\ (100-28,71\%)/100\ ]- 100$$

$$ACD(\%)=-8,50, \text{ onde}$$

$$TR(\%)=28,71\%$$

TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao mês anterior à licitação.

BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

A FERNANDES CONSTRUÇÕES declara que concorda com todas as especificações do Edital.
1. Prazo de validade da proposta: 60 dias
2. Prazo de Execução dos Serviços: O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.
3. Prazo de Garantia dos Serviços: O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.
4. Dados Bancários: (indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e número da conta corrente);
5. Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, fax, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).

DECLARAÇÕES:
1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a

operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus/AM 03 de janeiro de 2024



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7SSP CPF: 769523392-72
Crea-Am: 14161-D

OBRA: serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior

PREGÃO 4.044/2023		
BDI GERAL DA OBRA		
I - PARCELAS INSIDENTES SOBRE O CUSTO		
Administração Central	**(AC)**	**4,00%**
II - PARCELAS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO (PREÇO DE VENDA DO SERVIÇO)		
COFINS (Contribuição Social para Financiamento da	**(CO)**	**3,00%**
PIS (Programa de Integração Social)	**(PI)**	**0,65%**
ISS (Imposto sobre Serviço) - Conforme Legislação de cada município.	**(IS)**	**2,00%**
CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	**(CP)**	**4,50%**
	(T)	**10,15%**
III - PARCELAS INCIDENTES SOBRE CUSTO		
LUCRO	**(L)**	**7,40%**
GARANTIA	**(G)**	**0,40%**
RISCOS	**(R)**	**1,27%**
SEGURO	**(S)**	**0,40%**
DESPESAS FINANCEIRAS	**(DF)**	**1,23%**
IV - FÓRMULA ADOTADA (Acórdão 2622 /2013 - Plenário TCU)		
BDI =(((1 + AC + S + R + G)x(1 + DF) x (1 + L)) / (1 - T)-1) *100		
Onde: AC = Taxa de Administração Central CO = COFINS PI = PIS IS = ISS CP = CPRB T = Tributos L = Taxa de Lucro / Remuneração G = Taxa de Garantias R = Taxa de Riscos S = Taxa de Seguros DF = Taxa de Despesas Financeiras		
BDI Calculado (%)	**28,35**	

MANAUS, 03 DE JANEIRO DE 2024



DANNY NOGUEIRA FERNANDES
DIRETOR
CPF: 769.523.392-72 / CREA-AM: 14161-D

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 5.2024.CPL.1223021.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica da Proposta de Preço** (1223019) apresentada pela empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, destacando que consta dos autos a **planilha do Sistema COMPRASNET (doc. 1211051) com o resumo dos melhores lances apresentados pelas empresas participantes, observada a ordem de classificação**.

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 04 de janeiro de 2024.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 04/01/2024, às 08:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1223021** e o código CRC **BEF9DDD9**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 5.2024.DEAC.1223089.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de análise, Oficio Nº 5.2024.CPL.1223021.2023.010235, da proposta da empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 através encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);

- A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de 1.921.500,00 (Um milhão novecentos e vinte e um mil quinhentos reais);

- A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a **Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 28,71%** e a **Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimo por cento negativos).**

Sendo assim, **opino pela classificação da empresa.**

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 04/01/2024, às 10:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1223089** e o código CRC **8B431AC3**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 6.2024.CPL.1223162.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise dos Documentos de Habilitação - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica dos documentos de habilitação (1223155)** da empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12.

Reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, quedando-me **no aguardo** das considerações cabíveis para a continuidade do certame.

Atenciosamente,

Manaus, 04 de janeiro de 2024.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 04/01/2024, às 10:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1223162** e o código CRC **1463F194**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 6.2024.DEAC.1223408.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de **análise técnica do documento de habilitação (1223155) FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

A empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, com os quantitativos ofertados que atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital;

Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, *devidamente registrado(s) no CREA ou CAU*, a empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou os documentos de habilitação **(1223155)** atendendo ao subitem 11.10.3.2. do edital

Sendo assim, **opino pela CLASSIFICAÇÃO da empresa.**

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 04/01/2024, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link

http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1223408** e o código CRC **905E1ECB**.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nª 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **27.816.603/0001-12**

Razão Social: **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA**

Atividade Econômica Principal:

7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Endereço:

RUA JERONIMO MONTEIRO, 02 - QUADRAH-30 LOTE 02 LOJA 05 - NOVO ALEIXO - 69.098-228 - Manaus / Amazonas

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nª 8.666, de 1993.

SICAF CRC - FERNANDES CONSTRUCOES (1256054) SEI 2023.010235 / pg. 676

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**27.816.603/0001-12**	DUNS®:	**944652497**
Razão Social:	**FERNANDES CONSTRUCOES LTDA**		
Nome Fantasia:	**FERNANDES CONSTRUCOES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**26/04/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**15/06/2024**	**Automática**
FGTS	Validade:	**22/01/2024**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**02/07/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**03/02/2024**
Receita Municipal	Validade:	**03/04/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2024**

CPF: 760.XXX.XXX-72 Nome: SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO

Ass: _____

SICAF Situação do Fornecedor - FERNANDES CONSTRUÇOES (1256057) SEI 2023.010235 / pg. 677

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/01/2024 10:41:57

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA**
CNPJ: **27.816.603/0001-12**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifesto intenção de interpor recurso com as seguintes razões tendo em vista o direito de manifestar motivadamente intenção de recorrer contra vossa decisão, fulcro na alínea b, do inciso I, do artigo 109, da Lei N.º 8.666/93 que regulamenta o pregão na sua forma eletrônica, e calçado pelo Edital nº4044/2023 apresentamos a nossa intenção de interpor recurso administrativo em razão de discordar da habilitação do proponente por não ter atendido plenamente o item 12 do edital

Fechar

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS.

Pregão Eletrônico N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
Processo SEI n.º 2023.010235

A F CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.477.679/0001-53, com sede a Rua Diamante, nº. 01, Quadra P, Conjunto Manauense, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP: 69053-700, Manaus/AM, por seu representante legal, que ao final subscreve, vem, tempestivamente, perante Vossa Senhoria, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, aduzindo razões fático-jurídicas das quais o teor as faz em apartado.

São nestes termos em pede e espera deferimento.

Manaus (AM), 10 de janeiro de 2024.

_____
A F CONSTRUTORA LTDA
CNPJ 07.477.679/0001-53
Fabio Marques Aires Franca
CPF 583.156.402-91

ILUSTRE PREGOEIRO

RAZÕES DA RECORRENTE

Recorrente: A F CONSTRUTORA LTDA
Recorrida: FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA

DA TEMPESTIVIDADE

Insigne Julgador,

Prima facie, salienta-se que nos termos do item 12.2 do Edital, cabe recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data que admite o recurso, in verbis:

12.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

No caso em tela, a sessão que verificou as condições de admissibilidade do recurso foi em 05/01/2024. De modo que o prazo para interpor recurso decorre em 10/01/2024.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente Recurso

DA R. DECISÃO RECORRIDA

Com a devida vênia, em que pese a cultura jurídica deste Ilustre Pregoeiro, a suplicada, ora recorrente, não pode se conformar com os termos da r. decisão que habilitou a empresa Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA ao certame.

DAS RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA

Merece ser reformada a r. decisão ora guerreada que "data vênia", não aplicou a lei ao fato concreto, conforme se passa a demonstrar.

DA IRREGULAR HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA; AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

Conforme se verifica pelos documentos apresentados pela Recorrida, a qualificação técnica apresentada não condiz com o que foi exigido em Edital. Explico:

Concernente aos atestados de qualificação técnico-profissional exigidos, assim determina o Edital:

11.10.3.2. Atestado(s) de qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região competente, que atenda(m) às características de porte e tecnologia e tenha compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, assim entendidos:

11.10.3.3. Os referidos atestados de Qualificação Técnico-Profissional deverão ser apresentados com o visto da Entidade Profissional correspondente ou na forma de Certidão de Acervo Técnico– CAT;7.

11.10.4. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros de sua equipe técnica que se responsabilizará pelo objeto desta licitação, devendo constar nessa equipe técnica o detentor do acervo referido no subitem 11.10.3.2.

Dito isto, conforme restou decidido por unanimidade na sessão plenária ordinária nº 1.313 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), os profissionais habilitados a elaborar projetos e executar instalações telefônica e de lógica, são:

• Engenheiros e Arquitetos (com atribuições do Decreto Lei nº 23.569, de 1933);
• Engenheiros Eletricistas, (com atribuições dos arts. 8º e 9º da Resolução nº 218, de 1973);
• Engenheiros de Computação (com as atribuições da Resolução nº 380, de 1993);
• Tecnólogos em Telefonia;
• Tecnólogos em Telecomunicações/Telefones e Redes, Tecnólogos em Eletrônica Industrial;
• Tecnólogos em Instrumentação e Controle (os Tecnólogos, conforme Resolução 313, de 1986, poderão responsabilizar-se por instalações e manutenção de instalações telefônicas e de lógica);
• Técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica;
• Técnicos em Telecomunicações (os Técnicos nos limites de suas atribuições).

Pois bem.

Da análise da documentação apresentada pela Recorrida, verifica-se que a mesma não indicou profissional qualificado para cumprir o disposto no Item 11.10.3.2., uma vez que o profissional apresentado (DANNY NOGUEIRA FERNANDES - Registro 0407013679) possui graduação em Engenharia Civil com atribuição do artigo 7º, da Resolução nº 218/73 do CONFEA, senão vejamos:

No ponto, assim dispõe o supracitado art. 7º, da Resolução 218/73 do CONFEA:

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Fica claro, portanto, que o profissional apresentado pela Recorrida não está apto para executar serviço LOGICA.

Inclusive, oportuno ressaltar que em consulta junto ao CREA-AM, verificou-se que a Recorrida não possui nenhum profissional habilitado que possa ter o CAT'S (Certidão de Acervo Técnico) válidas para execução de REDE LOGICA.

À título de exemplo Nobre Pregoeiro, cito a situação de um cardiologista tratar um paciente com dores no joelho. O médico com especialidade em cardiologia poderia até receitar um remédio para aliviar as dores do paciente, porém, não teria conhecimento (técnica) para passar exames específicos ou saber com precisão a causa do problema.

A mesma coisa é o caso em questão. Um engenheiro eletricista, por exemplo, não pode obter uma CAT de fundação ou serviços específicos de Engenheiro Civil.

Desta feita, por tudo que foi pontuado acima, conclui-se que a habilitação da Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA está irregular.

Nesse ponto, é certo que a Administração e os administrados não podem descumprir normas e condições do Edital, ao qual se acham estritamente vinculadas.

Nesse sentido, vale citar o que diz o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Antonio Roque Citadini (Comentários e Jurisprudência Sobre a lei de Licitações Públicas, 2. Ed., atual. e ampl, São Paulo: Max Limonad, 1997).

"O Edital consiste no documento fundamental da licitação, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada certame e como já estabelecia o Decreto-Lei 2300/86, a nova legislação mantém como princípio da maior importância a vinculação aos atos licitatórios às normas do edital. Celso Antonio bandeira de Mello (grifo nosso) ao tratar do edital, afirma que "suas disposições são vinculadas tanto para a Administração quanto para os que disputam o certame". Hely Lopes Meirelles (grifo nosso) sustenta que "a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna da licitação, e como tal, vincula aos termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu". Portanto estabelecida as regras do certame, suas disposições deverão ser seguidas pela Administração durante todo o procedimento e os participantes terão que balizar sua participação pelas regras gerais da disputa que o edital consagrou. (grifei)

O ilustre doutrinador Marçal Justen Filho sobre o tema, assim lecionou:

"O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, da LEI 8.666/93, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na ascepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do Edital, a Administração Pública frusta a própria razão de ser da licitação, viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade e a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública."

Em outras palavras, a Administração Pública ao estabelecer no edital os requisitos para participação da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contratado, está estritamente vinculada a essas condições e cláusulas.

Portanto, agindo a Administração Pública em desarmonia com as condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório, violados estarão os princípios da licitação, em especial o da vinculação ao instrumento convocatório. Além de descumprir o princípio do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

Em assim sendo, os argumentos aqui explanados devem prosperar, pois a empresa Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou profissional com qualificação técnica profissional para exercer os respectivos serviços objeto da presente licitação.
Estamos encaminhados via e-mail licitacao@mpam.mp.br, consulta feiro junto ao CREA -AM onde fica claro que o Engenheiro Civil DANNY NOGUEIRA não possui atribuição legal para a execução de Pontos Lógicos RJ45 CAT6, portanto e possível afirmar que habilitação Técnica Profissional da empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA encontrasse irregular.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a este Ilustre Pregoeiro que:

A) Seja reformada a decisão que habilitou a empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA, uma vez que a mesma não atendeu o disposto no Itens 11.10.3.2, 11.10.3.3 e 11.10.4 do Edital e, via de consequência, que seja desabilitada a Recorrida do presente certame, por todos fatos e fundamentos acima delineados;

São nestes termos em que pede e espera deferimento.

Manaus/AM, 10 de janeiro de 2024.

_____
A F CONSTRUTORA LTDA
CNPJ 07.477.679/0001-53
Fabio Marques Aires Franca
CPF 583.156.402-91

Fechar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM

MANIFESTAÇÃO

Manaus, 09/01/2024.

Resposta ao Protocolo 2681236/2024

Assunto: Manifestação referente ao questionamento.

Quanto ao que trata do Acervo Técnico do Profissional com base no que consta na Resolução 1025/2009 do CONFEA.

DO ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL

"Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.
Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujas ARTs correspondentes atendam às seguintes condições:
I – tenham sido baixadas; ou
II – não tenham sido baixadas, mas tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nela consignadas."

SEÇÃO I
DA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

"Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.
Art. 50. A CAT deve ser requerida ao Crea pelo profissional por meio de formulário próprio, conforme o Anexo III, com indicação do período ou especificação do número das ARTs que constarão da certidão."

"Art. 56. A CAT deve conter número de controle para consulta acerca da autenticidade e da validade do documento.
Parágrafo único. Após a emissão da CAT, os dados para sua validação serão automaticamente transmitidos ao SIC."

Tratando do item da atribuição do profissional, conforme Resolução 218/1973 CONFEA.

DA ATRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL

"Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Anexo Manifestação CREA - AF CONSTRUTORA LTDA. (1228300) SEI 2023.010235 / pg. 683

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;
Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;
Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;
Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;
Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;
Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;
Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;
Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;
Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;
Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;
Atividade 13 - Produção técnica e especializada;
Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;
Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;
Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;
Atividade 18 - Execução de desenho técnico."

"Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos."

"Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos."

As Certidões de Acervo Técnico com Atestado tem em seu corpo a informação complementar onde informam que as atividades presentes no Acervo Técnico do profissional se limitam as suas atribuições, não podendo assumir a responsabilidade de atividades que não são de sua atribuição, portanto, em concordância com as informações contidas nas Certidões de Acervo Técnico – CAT apresentadas, só estão vinculados os itens da atribuição

Anexo Manifestação CREA - AF CONSTRUTORA LTDA. (1228300) SEI 2023.010235 / pg. 684

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO AMAZONAS – CREA/AM

do profissional "Engenheiro Civil", onde a atividade relacionada "**EXECUÇÃO DE PONTOS LOGICOS RJ45 CAT 06**", ser de atribuição das modalidades do art 9º da Resolução 218/1973 do CONFEA, sendo elas: ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO.

Considerando que o profissional Eng. Civ. DANNY NOGUEIRA FERNANDES, Registro Nacional 0407013679, possui como atribuição o "**ARTIGO 7º DA RES. Nº 218/73 DO CONFEA, COM OBS. AO ARTIGO 25 E PAR. UNICO. COM RESTRICOES A: BARRAGENS E DIQUES, IRRIGACAO E DRENAGEM, FERROVIAS, ENGENHARIA DE TRAFEGO, PORTOS**". Logo, o item 3 e subitens "Rede Lógica/Cabeamento Estrutural" do Atestado de Capacidade Técnica da CAT nº 989852/2022 e item 11 e subitens "Lógica" do Atestado de Capacidade Técnica da CAT nº 956417/2019, não fazem parte da atribuição do profissional e não estão vinculados ao itens de seu acervo e ART.

Atenciosamente,

JOÃO VITOR AQUINO CARNEIRO
Gerente de Acervo e ART do Crea-AM
Portaria 39/2021-GP/CREA-AM
Matrícula nº 589/21

Rua Costa Azevedo, nº 174, Centro – CEP: 69010-230 – Manaus/AM
Telefone: 92 2125-7171
Site: www.crea-am.org.br

ENC: AF CONSTRUTORA - PREGÃO Nº 40442023 (SRP) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

administracao@afconstrutora.com <administracao@afconstrutora.com>

Qua, 10/01/2024 15:13

Para:Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>;'DIRETORIA@AFCONSTRUTORA.COM' <diretoria@afconstrutora.com>

2 anexos (13 MB)

MANIFESTAÇÃO CREA AM.pdf; Recurso ADM MP AM.pdf;

Boa tarde, estamos encaminhando em anexo consulta feito junto ao CREA AM(por não ser possível anexar junto ao COMPRASNET), e também recurso Administrativo devidamente assinado posteriormente iremos anexar recurso via sistema.

Atenciosamente.

AF Construtora LTDA

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos a intenção de recurso, visto que a fórmula adotada está incorreta, ou seja, aplicando o desconto na tabela SINAPI fica aproximadamente o percentual do BDI, tornando inviável para as empresas. O que será demostrado em peça recursal.

Fechar

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

Ao Ilustríssimo Senhor Pregoeiro do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4044/2023.

JF TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos do procedimento administrativo de Pregão Eletrônico –nº 4044/2023, vem perante Vossa Excelência, tempestivamente apresentar RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO, em face da decisão do Pregoeiro responsável pelo procedimento, com fundamento no arts. 11, inciso IV e 26 do Decreto 5.450/2005 conforme razões de fato e de direito abaixo expostas.

I. DA TEMPESTIVIDADE DO REQUERIMENTO DE RECURSO NO CAMPO COMPETENTE
O Artigo 26 do Decreto nº 5.450/2005, dispõe que o prazo para oferecimento de recurso contra habilitação da vencedora no certame da licitação é de 03 dias. Como a RECORRENTE manifestou intenção de recurso no dia 05/01/2024 (sexta-feira), o prazo encerra-se de pleno direito no dia 10/01/2024 (quarta-feira), razão pela qual encontra-se tempestivo o presente recurso.

Vejamos:

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (Grifo nosso).

II. DOS FATOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, instaurou processo licitatório de Pregão Eletrônico, nº 4044/2023, visando a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e Anexos.

Seguindo os trâmites previstos no Edital, no dia 18/01/2024 a RECORRIDA foi convocada, e teve sua proposta aceita pelo Sr. Pregoeiro e equipe de apoio, com a seguinte resposta:

"Pregoeiro fala: (18/12/2023 11:51:44) - O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.906.800,00 (Um milhão novecentos e seis mil e oitocentos reais);
Pregoeiro fala: (18/12/2023 11:51:51) - A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,26% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento negativos). Sendo assim, opino pela classificação da empresa."

Contudo, diante da análise apresentada pela equipe técnica, verificamos inconsistências na fórmula apresentada e de imediato nos manifestamos no chat apresentando as devidas justificativas, conforme prevê item 10.3.1 do Edital:

"Fornecedor fala: (19/12/2023 11:14:30) Sr. Pregoeiro, identificamos que na análise das propostas dos concorrentes e inclusive na nossa a fórmula utilizada está incorreta, não foi considerada a divisão por 100 para chegar ao ACD(%).
Fornecedor fala:(19/12/2023 11:15:25) isso faz com que sempre o valor de desconto ofertado seja sempre maior que o BDI, o que seria uma incoerência.

Fornecedor fala: (19/12/2023 11:15:25) isso faz com que sempre o valor de desconto ofertado seja sempre maior que o BDI, o que seria uma incoerência.
Fornecedor fala:(19/12/2023 11:16:36) no momento do lance no pregão o desconto ofertado é muito menor do que o que é representado na taxa de redução pela fórmula que está incorreta.
Fornecedor fala: (19/12/2023 11:33:18) Sr Pregoeiro, estou afirmando que a minha fórmula que foi aprovada está faltando a divisão por 100, sugiro revisão.
Fornecedor fala: (19/12/2023 11:52:20) Se assim for, o desconto acaba sempre ficando próximo do BDI não fazendo sentido para nenhuma empresa, pois ainda precisará recolher os impostos. Qual seria a lógica de ofertar um desconto de 9,2% no pregão e o desconto no SINAPI ser de quase 30%?"

Mesmo apresentando os pontos conforme exposto acima não tivemos sucesso para uma análise mais minuciosa. Diante disso viemos por meio deste recurso para maior detalhamento dos questionamentos, visando o resguardo e garantia e execução do contrato.

III. DOS VALORES INCORRETOS DAS FÓRMULAS

Primeiramente verificamos que foram apresentadas no chat duas fórmulas para o ACD (MENOR PERCENTUAL DEACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO) diferentes conforme abaixo onde a primeira:

"Pregoeiro fala:(07/12/2023 11:21:47) Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Destaco que na proposta deve

constar expressamente o cálculo para MENORPERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD), decorrente da aplicação da fórmula adiante citada, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI: ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] – 100”

E depois:

“Pregoeiro fala:(15/12/2023 11:21:59) Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Na realidade, a fórmula correta é a constante do item 8.20 do Edital.
Pregoeiro fala:(15/12/2023 11:22:06)Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - ACD% = {(100-TR%) + [BDI (100-TR%)/100]} – 100”

Dessa forma notamos que a diferença entre as duas fórmulas é a divisão por 100, o que consequentemente influencia no valor final do ACD.

Analisando agora o significado do termo “TR” tem-se que no item 4.1 do Edital.

“TR = Taxa percentual de redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao mês anterior à licitação.”

Levando em consideração a simulação da fórmula e a Tabela apresentada no item 4.2.1 do edital, temos que para um desconto de 10% (TR) sobre o valor da tabela do SINAPI (R$100,00), temos o valor de R$90,00. Considerando um BDI de 20%, o valor do ACD (Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI) será de 8%, o que resulta em um valor de R$108,00 deste item no SINAPI para o Ministério Público, ou seja, um “lucro” de R$8,00 para a empresa.

Contudo ao fazer a comparação desta simulação com o resultado das diligências apresentadas para a empresa vencedora, pela equipe técnica, observamos que existe as seguintes inconsistências:

“Pregoeiro fala: (04/01/2024 11:26:11) - A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 28,71% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 8,50% (oito inteiro se cinquenta centésimo por cento negativos). Sendo assim, opino pela classificação da empresa.
Pregoeiro fala:(04/01/2024 11:26:01) - O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de 1.921.500,00 (Um milhão novecentos e vinte e um mil quinhentos reais);”

Nota-se uma divergência nas interpretações, visto que agora o ACD resultou em um valor negativo, diferente da tabela do Edital. Além disso, pela diligência tem-se a seguinte interpretação: a empresa vencedora terá que aplicar 28,71% de desconto sobre cada item do SINAPI e depois aplicar o seu BDI de 28,35%, ou seja, a proposta praticamente se tornará inexequível pois o desconto aplicado é maior do que o percentual de seu BDI, sendo este último representa o seu lucro.

Aplicando esses valores na simulação da tabela do edital temos:

Custo SINAPI (R$): R$100,00
TR (Abatimento ofertado(%)): 28,71%
Custo resultante (R$): R$71,29
BDI: 28,35%
Custo final ao MPAM (R$):R$91,50
ACD: RESULTADO PARA O MPAM Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI: -8,50%

Portanto um item de R$100,00 no SINAPI para a empresa vencedora cobrará R$91,50, ou seja, abaixo do valor do SINAPI, tornando a proposta inexequível e inviável para as empresas e ainda possível risco da não execução completa do contrato, visto que ainda existem os demais impostos a serem recolhidos que não constam nas planilhas.

Além disso no item 10.2.2, tem-se que:

“10.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.”

Assim, em respeito ao princípio da legalidade e da isonomia que rege os contratos administrativos, as licitantes devem cumprir a legislação vigente, apresentando a planilha de custo e formação de preços, provisionando todos os encargos, sob pena de obter vantagem indevida, com indícios de inexequibilidade da proposta.

Vale ressaltar que a responsabilidade dos encargos trabalhistas pode recair sobre a Administração Pública em caso de inadimplemento da Contratada, portanto, é prudente que a contratação decorrente do presente processo licitatório seja feita com a Licitante que apresente proposta exequível e com estabilidade contratual.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de se observar valores correntes no mercado para evitar futuras frustações é tão importante que o Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre o tema e consolidou o entendimento de eliminação do concorrente com preço irrisório.

Destacou que o representante do Ministério Público junto ao TCU, em seu parecer, demonstrou com precisão que

todas as propostas desclassificadas apresentaram alguma inconsistência no custo da mão de obra, notadamente pela falta de cotação dos adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade". E para o Parquet especializado, "essas irregularidades relativas ao custo de mão de obra são indícios de que as respectivas propostas podem ser inexequíveis, uma vez que os valores apresentados não são suficientes para cobrir as despesas a que se destinam. É verdade que, em princípio, é da empresa contratada o dever de arcar com os eventuais erros existentes na proposta que formulou. No entanto, se isso não ocorrer, esse ônus recai sobre a administração (...), conforme a Súmula 331, IV, do TST (...)". E arrematou o relator: "a falta de segurança por parte da administração em conhecer especificamente como se compõem os itens de custo, tais como os mencionados, compromete o julgamento objetivo para a natureza do objeto pretendido, que cuida essencialmente de prestação de serviços terceirizados". Acompanhando a manifestação do relator, deliberou a ADSERVIira Câmara no sentido de considerar improcedente a representação. Acórdão n.º 744/2010-1ª Câmara, TC-010.109/2009-9, rel. Min. Valmir Campelo, 23.02.2010. (grifei).

Frise-se que tal situação representa um grande risco para a Administração, já que uma eventual inexecução contratual acarretar-lhe-á prejuízos incomensuráveis.

Nesta linha, Carlos Pinto Coelho Motta opina:

"A proposta inexequível constitui-se, como se diz, numa "armadilha" para a Administração: o licitante vence o certame; fracassa na execução do objeto; e não raro intenta, junto ao órgão contratante, reivindicações de revisão de preços, baseadas nos mais engenhosos motivos. Eis a razão de todos os cuidados legais na delimitação da proposta inexequível. (MOTTA, 2005, p. 414)"

Joel de Menezes Niebhur segue a mesma linha de raciocínio:

"Se a proposta for inexequível, sem condições de ser executada, a rigor, em vez de vantagem, impõe-se à Administração prejuízo, amarga desvantagem. As consequências que advêm da admissão de propostas inexequíveis são desastrosas para a Administração, variando desde serviços mal feitos, obras com problemas estruturais e objetos imprestáveis, que implicam rescisão de contratos, reparações e novos procedimentos licitatórios. (NIEBUHR, 2005, p. 195)".

Análogo é também o posicionamento do Tribunal de Contas da União. Reproduz-se abaixo excerto do voto condutor do Acórdão TCU nº 697/2006 - Plenário, proferido pelo eminente Ministro Ubiratan Aguiar:

"[...]
9. A desclassificação de propostas em razão de preço tem por objetivo evitar que a administração contrate bens ou serviços por preços excessivos, desvantajosos em relação à contratação direta no mercado, ou inexequíveis/irrisórios, que comprometam a satisfação do objeto almejado com consequências danosas à administração.
10. No que se refere à inexequibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. (Acórdão TCU 697/2006 - Plenário)"

O doutrinador Hely Lopes complementa o raciocínio acerca da licitação dizendo que: como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Tem como pressuposto a competição.

Com efeito. Diz o art. 3º, caput, da Lei de Licitações:
"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Portanto, vale ressaltar que nem sempre a posposta mais vantajosa é a de menor preço e que o respeito ao princípio da isonomia deve ser respeitado.

PORTANTO, DIANTE DOS IRREFUTÁVEIS ARGUMENTOS APRESENTADOS, É INQUESTIONÁVEL O DEVER LEGAL DO PREGOEIRO EM CANCELAR O PREGÃO DIANTE DOS INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE. IMPORTANTE TAMBÉM SALIENTAR QUE SOMENTE ENTRAMOS COM ESSE QUESTIONAMENTO APÓS O INCÍCIO DO PREGÃO, POIS DEPENDEMOS DO RESULTADO E INTERPRETAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS TÉCNICAS.

VII. DO PEDIDO

Pelo exposto, requer a RECORRENTE que o presente recurso tenha seu teor CONHECIDO e PROVIDO, ALTERANDO a decisão do respeitado Pregoeiro Oficial, proferida na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 4044/2023, na qual HABILITOU no certame a FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, cancelando o pregão para correção dos pontos apresentados e posterior publicação, para todos os fins legais, de fato e de direito.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Manaus (AM), 09 de janeiro de 2024.
FRANCISCO CARVALHO
DIRETOR OPERACIONAL
PROPRIETÁRIO
JF TECNOLOGIA LTDA

Fechar

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

CONTRARRAZÃO :

A
Procuradoria Geral de Justiça
Ilustríssimo Senhor Pregoeiro(a)
Ref. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ - Processo SEI n.º 2023.010235

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

A Fernandes Construções Ltda, inscrita no CNPJ n.º 27.816.603-0001-12, estabelecida na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal, o Srº Danny Nogueira Fernandes, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e CPF nº 769.523.392-72, tempestivamente, vem, com fulcro na § 3º, do art. 109, da Lei nº 8666/ 93, à presença de Vossa Senhoria, interpor CONTRARRAZÕES, ao inconsistente recurso apresentado pela empresa A F CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 07.477.679/0001-53, perante essa distinta administração que de forma absolutamente coerente declarou a contrarrazoante classificada do processo licitatório em pauta.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

O respeitável julgamento das contrarrazões interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demostraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

DOS FATOS

A empresa A F CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 07.477.679/0001-53 motivou na data de 05 de janeiro de 2024, a seguinte intenção de recurso:
“Manifesto intenção de interpor recurso com as seguintes razões tendo em vista o direito de manifestar motivadamente intenção de recorrer contra vossa decisão, fulcro na alínea b, do inciso I, do artigo 109, da Lei N. º 8.666/93 que regulamenta o pregão na sua forma eletrônica, e calçado pelo Edital nº4044/2023 apresentamos a nossa intenção de interpor recurso administrativo em razão de discordar da habilitação do proponente por não ter atendido plenamente o item 12 do edital.”
O recurso apresentado pela RECORRENTE, alegando o não cumprimento do edital por parte da CONTRARRAZOANTE, o que evidencia, claramente, conforme vamos demonstrar, um profundo desconhecimento do diploma editalíssimo, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório, por parte da recorrente, vejamos.
No momento em que foi concedido ao recorrente o direito ao manifesto de recurso, o recorrente manifestou-se alegando descumprimento dos itens 11.10.3.2, 11.10.3.3, 11.10.4 “qualificação técnico-profissional”, ou seja, a recorrente não se deu ao trabalho se quer de procurar ler as leis que se basearam e tão menos ver a documentação (Acervos) da CONTRARRAZOANTE.

A CONTRARRAZOANTE é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital, tendo sido, portanto, considerada habilitada, classificada no presente processo. E como tal, levando em consideração, o que o recorrente manifestou mediante razões ao recurso, e buscando sempre a transparência nos seus atos praticados.

DO DIREITO

O recorrente não fundamenta legalmente em nenhuma linha a teoria, exclusivamente dele, de que “A CONTRARRAZOANTE NÃO ATENDEU A QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL”. Se observa que foram utilizadas leis e resoluções e as próprias são claras, porém, a recorrente tentou manipular a interpretação errônea da lei.
Pois aqui, ilustríssimo pregoeiro, vimos fundamentar com dados legais, o mais estrito atendimento as cláusulas licitatórias por esta CONTRARRAZOANTE, simploriamente transcrevendo leis objetivas e claras a respeito das atribuições do engenheiro civil.
As atribuições profissionais conferidas aos engenheiros civis previram desde a promulgação do Decreto Federal n° 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulou o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, as competências para projetos e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares, conforme artigo 28 abaixo descrito:
"Art. 28. São da competência do engenheiro civil:
b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;
Isto posto, fica evidenciado que compete ao engenheiro civil a elaboração do projeto de edifícios, incluindo-se os projetos complementares como necessários à execução da edificação, tais como: arquitetônico, estrutural, instalações hidrossanitários, instalações elétricas e outros.
Com o advento da Lei Federal n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, foi mantida a competência dos engenheiros civis, conforme disposto no artigo 7° que discrimina as atividades da competência dos Engenheiros, conforme transcrito a seguir:
"Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro e do engenheiro-agrônomo consistem em:
b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; ...
f)direção de obras e serviços técnicos;

g)execução de obras e serviços técnicos;
...
Parágrafo único. Os engenheiros e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões."
Posteriormente, as atribuições do engenheiro civil foram detalhadas no artigo 7° da Resolução 218/73, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, quais sejam:
"Art. 7° - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO: /- o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos."

Quanto a elaboração e execução de Instalações Telefônicas e de Lógica, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea baixou a Decisão N° PL-0964/2002, que conclui que os profissionais habilitados à elaborar projetos e executar instalações telefônicas e de lógica, são: Engenheiros e Arquitetos (com atribuições do Decreto Federal n° 23.569, de 1933), Engenheiros Eletricistas, (com atribuições dos arts. 8° e 9° da Resolução n° 218, de 1973), Engenheiros de Computação (com as atribuições da Resolução n° 380, de 1993), Tecnólogos em Telefonia, Tecnólogos em Telecomunicações/Telefones e Redes, Tecnólogos em Eletrônica Industrial, Tecnólogos em Instrumentação e Controle (os Tecnólogos, conforme Resolução 313, de 1986, poderão responsabilizar-se por instalações e manutenção de instalações telefônicas e de lógica).
Além do mais, a recorrente alega que a contrarrazoante não possui acervos técnicos devidamente registrados no CREA o CAU conforme item 11.10.3.2 do edital, demonstrando que a recorrente não se deu o trabalho de analisar o Acervo anexado, que atendem as características de porte e tecnologia e possui compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto do edital devidamente registrados no CREA-AM.

DO PEDIDO:

Dado o julgamento exato que foi deferido por essa nobre Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como INDEFERIDO o recurso da empresa A F CONSTRUTORA LTDA Cnpj: 07.477.679/0001-53, Não obstante, requer-se, também, que seja INDEFERIDO o pleito da recorrente no que tange à desclassificação da FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio do diploma editalício.
Conforme Decisão do Confea são da competência de Engenheiros com atribuições do Decreto Federal n° 23.569, de 1933, dentre estes os Engenheiros Civis com atribuições dos artigos 28 e 29 do referido Decreto elaboração e execução de Instalações Telefônicas e de Lógica.
É na certeza de poder confiar na sensatez desse Órgão, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Manaus, 15 de janeiro de 2024

Atenciosamente,

Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG:1640964-7 CPF:769523392-72
Crea-AM: 14161-D

Fechar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 38.2024.CPL.1230796.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Interposição de recurso - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **encaminhar** as **RAZÕES RECURSAIS** das empresas **A F CONSTRUTORA LTDA.** , CNPJ Nº 07.477.679/0001-53, e **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97, e as **CONTRARRAZÕES** da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, para conhecimento e manifestação, com a maior brevidade possível.

Na ocasião, reitero protestos de elevada estima, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Manaus, 17 de janeiro de 2024.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 17/01/2024, às 11:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1230796** e o código CRC **521F6D74**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 27.2024.DEAC.1230997.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de **análise dos documentos de RAZÕES RECURSAIS** das empresas **A F CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ Nº 07.477.679/0001-53, e **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97, e as **CONTRARRAZÕES** da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 **(1228296, 1228300, 1228301, 1228304, 1228305, 1230293)** encaminhados para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

A empresa **A F CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ Nº 07.477.679/0001-53, apresentou **RAZÕES RECURSAIS** questionando a validade da condição

Considerando a manifestação do CREA-AM trazida aos autos no documento (1228300) que exclui do acervo técnico profissional os itens e subitens 3 - Rede Lógica/Cabeamento Estrutural do Atestado de capacidade Técnica da CAT n.º 989852/2022 e item e subitens 11 - Lógica do Atestado de Capacidade Ténica - CAT n.º 956417/2019 pelo fato do profissional indicado não ter a devida atribuição técnica, este técnico reconhece a invalidade dos itens mencionados e como consequência reavalia a documentação técnica para habilitação **(1223155)** da empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 e retifica a decisão apontada no Memorando Nº 6.2024.DEAC.1223408.2023.010235 **Opinando pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.** Sugerindo a CPL que providencia a validação do documento junto ao CREA-AM.

A empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97, apresentou em suas **RAZÕES RECURSAIS** questionando a aplicabilidade da fórmula apresentada no item 8.20 do Edital (1197670), alegando que durante o pregão foi informado uma fórmula diferente do edital, contudo no próprio documento apresentado é possivel verificar que em aproximadamente 20 segundos a pregoeira fez a correção da fórmula reestabelecendo-a.

Não existe erro matemático para aplicação da fórmula.

Demais aspectos jurídicos apontados pela empresa serão análizados pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 19/01/2024, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1230997** e o código CRC **0F4CF00F**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DECISÃO Nº 4.2024.CPL.1230996.2023.010235

RAZÕES DE RECURSOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS LICITANTES **A F CONSTRUTORA LTDA.** E **JF TECNOLOGIA LTDA.** NO INTERESSE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ. PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS (SUCUMBÊNCIA, LEGITIMIDADE, INTERESSE DE AGIR) ATENDIDOS. PRESSUPOSTOS OBJETIVOS (A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO, TEMPESTIVIDADE E FUNDAMENTAÇÃO) ATENDIDOS. RECONSIDERAR A DECISÃO DE ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO DA VENCEDORA.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objetivos dos recursos administrativos dirigidos, esta **PREGOEIRA**, com fundamento no artigo 13, § 1.º do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Receber e conhecer** das oposições formuladas pela empresa **A F CONSTRUTORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, no interesse do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses,* conforme especificações e condições constantes do Edital e seus anexos;

b) **Receber** e **conhecer** do recurso interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, no interesse do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses,* conforme especificações e condições constantes do Edital e seus anexos;

c) Após exame das razões recursais apresentadas pela empresa *susomencionada* no ***subitem "a"***, esta Pregoeira informa as motivações que culminaram na decisão outrora prolatada, para, no mérito, **DAR PROVIMENTO** à manifestação de inconformismo submetida pela empresa **A F CONSTRUTORA LTDA, para reconsiderar a decisão anteriormente proferida**, relativa a **aceitação da proposta** e **habilitação** da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob Nº 27.816.603/0001-12, e realizar o retorno do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ para a fase de julgamento, nos termos artigo 17, inciso VII, c/c artigo 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019;

d) Após exame das razões recursais apresentadas pelas empresas *susomencionada* nos

subitem "b", esta Pregoeira informa as motivações que culminaram na decisão outrora prolatada, para, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA,** nos termos artigo 17, inciso VII, do Decreto nº 10.024/2019.

2. DO RELATÓRIO

Trata-se de recursos administrativos interpostos pelas licitantes **A F CONSTRUTORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, e **JF TECNOLOGIA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, no interesse do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses,* conforme especificações e condições constantes do Edital e seus anexos.

2.1. Da Manifestação de Intento Recursal

No dia 05/01/2024, durante a sessão pública do certame em epígrafe, as aludidas empresas irresignadas manifestaram-se, preliminarmente, da seguinte maneira, vejamos:

2.1.1. A F CONSTRUTORA LTDA., CNPJ Nº 07.477.679/0001-53 **(doc. 1228294):**

> **INTENÇÃO DE RECURSO:**
>
> Manifesto intenção de interpor recurso com as seguintes razões tendo em vista o direito de manifestar motivadamente intenção de recorrer contra vossa decisão, fulcro na alínea b, do inciso I, do artigo 109, da Lei N.º 8.666/93 que regulamenta o pregão na sua forma eletrônica, e calçado pelo Edital nº4044/2023 apresentamos a nossa intenção de interpor recurso administrativo em razão de discordar da habilitação do proponente por não ter atendido plenamente o item 12 do edital.

2.1.2. JF TECNOLOGIA LTDA., CNPJ Nº 12.891.300/0001-97 (**doc. 1228304):**

> **INTENÇÃO DE RECURSO:**
>
> Manifestamos a intenção de recurso, visto que a fórmula adotada está incorreta, ou seja, aplicando o desconto na tabela SINAPI fica aproximadamente o percentual do BDI, tornando inviável para as empresas. O que será demostrado em peça recursal.

A Pregoeira resolveu aceitar as manifestações das mencionadas licitantes, abrindo-se o prazo legal para oferecimento das razões de recurso de 03 (três) dias úteis, conforme item 12.2 do instrumento convocatório, logo, com data final até o dia 10/01/2024, 23h59min.

2.2. Das Razões de Recurso

2.2.1. A F CONSTRUTORA LTDA. , CNPJ N. º CNPJ Nº 07.477.679/0001-53 **(doc. 1228296 e 1228300):**

Assim, no dia 10/01/2024, a empresa **A F CONSTRUTORA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, anexou ao Sistema Comprasnet suas alegações de inconformismo, as quais foram apensadas aos autos e também disponibilizadas na página eletrônica de acompanhamento deste certame (pelo link https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas), arguindo, em suma, que houve possível irregularidade no certame, conforme transcrição abaixo:

> ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS.
>
> Pregão Eletrônico N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
> Processo SEI n.º 2023.010235
>
> A F CONSTRUTORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.477.679/0001-53, com sede a Rua Diamante, nº. 01, Quadra P, Conjunto Manauense, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP: 69053-700, Manaus/AM, por seu representante legal, que ao final subscreve, vem, tempestivamente, perante Vossa Senhoria, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, aduzindo razões fático-jurídicas das quais o teor as faz em apartado.
>
> São nestes termos em pede e espera deferimento.
>
> Manaus (AM), 10 de janeiro de 2024.
>
> _____
> A F CONSTRUTORA LTDA
> CNPJ 07.477.679/0001-53
> Fabio Marques Aires Franca
> CPF 583.156.402-91
>
> ILUSTRE PREGOEIRO
>
> RAZÕES DA RECORRENTE
>
> Recorrente: A F CONSTRUTORA LTDA
> Recorrida: FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA
>
> DA TEMPESTIVIDADE
>
> Insigne Julgador,
>
> Prima facie, salienta-se que nos termos do item 12.2 do Edital, cabe recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data que admite o recurso, in verbis:
>
> 12.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos

elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

No caso em tela, a sessão que verificou as condições de admissibilidade do recurso foi em 05/01/2024. De modo que o prazo para interpor recurso decorre em 10/01/2024.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente Recurso

DA R. DECISÃO RECORRIDA

Com a devida vênia, em que pese a cultura jurídica deste Ilustre Pregoeiro, a suplicada, ora recorrente, não pode se conformar com os termos da r. decisão que habilitou a empresa Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA ao certame.

DAS RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA

Merece ser reformada a r. decisão ora guerreada que "data vênia", não aplicou a lei ao fato concreto, conforme se passa a demonstrar.

DA IRREGULAR HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA; AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

Conforme se verifica pelos documentos apresentados pela Recorrida, a qualificação técnica apresentada não condiz com o que foi exigido em Edital. Explico:

Concernente aos atestados de qualificação técnico-profissional exigidos, assim determina o Edital:

11.10.3.2. Atestado(s) de qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região competente, que atenda(m) às características de porte e tecnologia e tenha compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, assim entendidos:

11.10.3.3. Os referidos atestados de Qualificação Técnico-Profissional deverão ser apresentados com o visto da Entidade Profissional correspondente ou na forma de Certidão de Acervo Técnico– CAT;7.

11.10.4. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros de sua equipe técnica que se responsabilizará pelo objeto desta licitação, devendo constar nessa equipe técnica o detentor do acervo referido no subitem 11.10.3.2.

Dito isto, conforme restou decidido por unanimidade na sessão plenária ordinária nº 1.313 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), os profissionais habilitados a elaborar projetos e executar instalações telefônica e de lógica, são:

• Engenheiros e Arquitetos (com atribuições do Decreto Lei nº 23.569, de 1933);
• Engenheiros Eletricistas, (com atribuições dos arts. 8º e 9º da Resolução nº 218, de 1973);
• Engenheiros de Computação (com as atribuições da Resolução nº 380, de 1993);
• Tecnólogos em Telefonia;
• Tecnólogos em Telecomunicações/Telefones e Redes, Tecnólogos em Eletrônica Industrial;
• Tecnólogos em Instrumentação e Controle (os Tecnólogos, conforme Resolução 313, de 1986, poderão responsabilizar-se por instalações e manutenção de instalações telefônicas e de lógica);
• Técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica;
• Técnicos em Telecomunicações (os Técnicos nos limites de suas

atribuições).

Pois bem.

Da análise da documentação apresentada pela Recorrida, verifica-se que a mesma não indicou profissional qualificado para cumprir o disposto no Item 11.10.3.2., uma vez que o profissional apresentado (DANNY NOGUEIRA FERNANDES - Registro 0407013679) possui graduação em Engenharia Civil com atribuição do artigo 7º, da Resolução nº 218/73 do CONFEA, senão vejamos:

No ponto, assim dispõe o supracitado art. 7º, da Resolução 218/73 do CONFEA:

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Fica claro, portanto, que o profissional apresentado pela Recorrida não está apto para executar serviço LOGICA.

Inclusive, oportuno ressaltar que em consulta junto ao CREA-AM, verificou-se que a Recorrida não possui nenhum profissional habilitado que possa ter o CAT'S (Certidão de Acervo Técnico) válidas para execução de REDE LOGICA.

À título de exemplo Nobre Pregoeiro, cito a situação de um cardiologista tratar um paciente com dores no joelho. O médico com especialidade em cardiologia poderia até receitar um remédio para aliviar as dores do paciente, porém, não teria conhecimento (técnica) para passar exames específicos ou saber com precisão a causa do problema.

A mesma coisa é o caso em questão. Um engenheiro eletricista, por exemplo, não pode obter uma CAT de fundação ou serviços específicos de Engenheiro Civil.

Desta feita, por tudo que foi pontuado acima, conclui-se que a habilitação da Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA está irregular.

Nesse ponto, é certo que a Administração e os administrados não podem descumprir normas e condições do Edital, ao qual se acham estritamente vinculadas.

Nesse sentido, vale citar o que diz o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Antonio Roque Citadini (Comentários e Jurisprudência Sobre a lei de Licitações Públicas, 2. Ed., atual. e ampl, São Paulo: Max Limonad, 1997).

"O Edital consiste no documento fundamental da licitação, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada certame e como já estabelecia o Decreto-Lei 2300/86, a nova legislação mantém como princípio da maior importância a vinculação aos atos licitatórios às normas do edital. Celso Antonio bandeira de Mello (grifo nosso) ao tratar do edital, afirma que "suas disposições são vinculadas tanto para a Administração quanto para os que disputam o certame". Hely Lopes Meirelles (grifo nosso) sustenta que "a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O Edital é a

lei interna da licitação, e como tal, vincula aos termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu". Portanto estabelecida as regras do certame, suas disposições deverão ser seguidas pela Administração durante todo o procedimento e os participantes terão que balizar sua participação pelas regras gerais da disputa que o edital consagrou. (grifei)

O ilustre doutrinador Marçal Justen Filho sobre o tema, assim lecionou:

"O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, da LEI 8.666/93, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na ascepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do Edital, a Administração Pública frusta a própria razão de ser da licitação, viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade e a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública."

Em outras palavras, a Administração Pública ao estabelecer no edital os requisitos para participação da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contratado, está estritamente vinculada a essas condições e cláusulas.

Portanto, agindo a Administração Pública em desarmonia com as condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório, violados estarão os princípios da licitação, em especial o da vinculação ao instrumento convocatório. Além de descumprir o princípio do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

Em assim sendo, os argumentos aqui explanados devem prosperar, pois a empresa Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou profissional com qualificação técnica profissional para exercer os respectivos serviços objeto da presente licitação.
Estamos encaminhados via e-mail licitacao@mpam.mp.br, consulta feiro junto ao CREA -AM onde fica claro que o Engenheiro Civil DANNY NOGUEIRA não possui atribuição legal para a execução de Pontos Lógicos RJ45 CAT6, portanto e possível afirmar que habilitação Técnica Profissional da empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA encontrasse irregular.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a este Ilustre Pregoeiro que:

A) Seja reformada a decisão que habilitou a empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA, uma vez que a mesma não atendeu o disposto no Itens 11.10.3.2, 11.10.3.3 e 11.10.4 do Edital e, via de consequência, que seja desabilitada a Recorrida do presente certame, por todos fatos e fundamentos acima delineados;

São nestes termos em que pede e espera deferimento.

Manaus/AM, 10 de janeiro de 2024.

_____
A F CONSTRUTORA LTDA
CNPJ 07.477.679/0001-53
Fabio Marques Aires Franca
CPF 583.156.402-91

2.2.2. JF TECNOLOGIA LTDA., CNPJ Nº 12.891.300/0001-97 **(doc. 1228305):**

Ainda no dia 10/01/2024, a empresa **JF TECNOLOGIA LTDA** , inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, anexou ao Sistema Comprasnet suas razões recursais, as quais foram apensadas aos autos e também disponibilizadas na página eletrônica de acompanhamento deste certame (pelo link https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas), arguindo, em suma, suposta inconsistência na fórmula utilizada como parâmetro no certame, conforme transcrição abaixo:

> Ao Ilustríssimo Senhor Pregoeiro do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
> Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4044/2023.
>
> JF TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos do procedimento administrativo de Pregão Eletrônico –nº 4044/2023, vem perante Vossa Excelência, tempestivamente apresentar RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO, em face da decisão do Pregoeiro responsável pelo procedimento, com fundamento no arts. 11, inciso IV e 26 do Decreto 5.450/2005 conforme razões de fato e de direito abaixo expostas.
>
> I. DA TEMPESTIVIDADE DO REQUERIMENTO DE RECURSO NO CAMPO COMPETENTE
> O Artigo 26 do Decreto nº 5.450/2005, dispõe que o prazo para oferecimento de recurso contra habilitação da vencedora no certame da licitação é de 03 dias. Como a RECORRENTE manifestou intenção de recurso no dia 05/01/2024 (sexta-feira), o prazo encerra-se de pleno direito no dia 10/01/2024 (quarta-feira), razão pela qual encontra-se tempestivo o presente recurso.
>
> Vejamos:
>
> Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (Grifo nosso).
>
> II. DOS FATOS
>
> O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, instaurou processo licitatório de Pregão Eletrônico, nº 4044/2023, visando a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e Anexos.
>
> Seguindo os trâmites previstos no Edital, no dia 18/01/2024 a RECORRIDA foi convocada, e teve sua proposta aceita pelo Sr. Pregoeiro e equipe de apoio, com a seguinte resposta:
>
> “Pregoeiro fala: (18/12/2023 11:51:44) - O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.906.800,00 (Um milhão novecentos e seis mil e oitocentos reais);

Pregoeiro fala: (18/12/2023 11:51:51) - A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,26% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento negativos). Sendo assim, opino pela classificação da empresa."

Contudo, diante da análise apresentada pela equipe técnica, verificamos inconsistências na fórmula apresentada e de imediato nos manifestamos no chat apresentando as devidas justificativas, conforme prevê item 10.3.1 do Edital:

"Fornecedor fala: (19/12/2023 11:14:30) Sr. Pregoeiro, identificamos que na análise das propostas dos concorrentes e inclusive na nossa a fórmula utilizada está incorreta, não foi considerada a divisão por 100 para chegar ao ACD(%).
Fornecedor fala:(19/12/2023 11:15:25) isso faz com que sempre o valor de desconto ofertado seja sempre maior que o BDI, o que seria uma incoerência.

Fornecedor fala: (19/12/2023 11:15:25) isso faz com que sempre o valor de desconto ofertado seja sempre maior que o BDI, o que seria uma incoerência.
Fornecedor fala:(19/12/2023 11:16:36) no momento do lance no pregão o desconto ofertado é muito menor do que o que é representado na taxa de redução pela fórmula que está incorreta.
Fornecedor fala: (19/12/2023 11:33:18) Sr Pregoeiro, estou afirmando que a minha fórmula que foi aprovada está faltando a divisão por 100, sugiro revisão.
Fornecedor fala: (19/12/2023 11:52:20) Se assim for, o desconto acaba sempre ficando próximo do BDI não fazendo sentido para nenhuma empresa, pois ainda precisará recolher os impostos. Qual seria a lógica de ofertar um desconto de 9,2% no pregão e o desconto no SINAPI ser de quase 30%?"

Mesmo apresentando os pontos conforme exposto acima não tivemos sucesso para uma análise mais minuciosa. Diante disso viemos por meio deste recurso para maior detalhamento dos questionamentos, visando o resguardo e garantia e execução do contrato.

III. DOS VALORES INCORRETOS DAS FÓRMULAS

Primeiramente verificamos que foram apresentadas no chat duas fórmulas para o ACD (MENOR PERCENTUAL DEACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO) diferentes conforme abaixo onde a primeira:

"Pregoeiro fala:(07/12/2023 11:21:47) Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Destaco que na proposta deve constar expressamente o cálculo para MENORPERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD), decorrente da aplicação da fórmula adiante citada, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI: ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] – 100"

E depois:

"Pregoeiro fala:(15/12/2023 11:21:59) Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Na realidade, a fórmula correta é a constante do item 8.20 do Edital.
Pregoeiro fala:(15/12/2023 11:22:06)Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - ACD% = {(100-TR%) + [BDI (100-TR%)/100]} – 100"

Dessa forma notamos que a diferença entre as duas fórmulas é a divisão por 100, o que consequentemente influencia no valor final do ACD.

Analisando agora o significado do termo "TR" tem-se que no item 4.1 do Edital.

"TR = Taxa percentual de redução expressamente proposta pela

licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao mês anterior à licitação."

Levando em consideração a simulação da fórmula e a Tabela apresentada no item 4.2.1 do edital, temos que para um desconto de 10% (TR) sobre o valor da tabela do SINAPI (R$100,00), temos o valor de R$90,00. Considerando um BDI de 20%, o valor do ACD (Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI) será de 8%, o que resulta em um valor de R$108,00 deste item no SINAPI para o Ministério Público, ou seja, um "lucro" de R$8,00 para a empresa.

Contudo ao fazer a comparação desta simulação com o resultado das diligências apresentadas para a empresa vencedora, pela equipe técnica, observamos que existe as seguintes inconsistências:

"Pregoeiro fala: (04/01/2024 11:26:11) - A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 28,71% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 8,50% (oito inteiro se cinquenta centésimo por cento negativos). Sendo assim, opino pela classificação da empresa.
Pregoeiro fala:(04/01/2024 11:26:01) - O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de 1.921.500,00 (Um milhão novecentos e vinte e um mil quinhentos reais);"

Nota-se uma divergência nas interpretações, visto que agora o ACD resultou em um valor negativo, diferente da tabela do Edital. Além disso, pela diligência tem-se a seguinte interpretação: a empresa vencedora terá que aplicar 28,71% de desconto sobre cada item do SINAPI e depois aplicar o seu BDI de 28,35%, ou seja, a proposta praticamente se tornará inexequível pois o desconto aplicado é maior do que o percentual de seu BDI, sendo este último representa o seu lucro.

Aplicando esses valores na simulação da tabela do edital temos:

Custo SINAPI (R$): R$100,00
TR (Abatimento ofertado(%)): 28,71%
Custo resultante (R$): R$71,29
BDI: 28,35%
Custo final ao MPAM (R$):R$91,50
ACD: RESULTADO PARA O MPAM Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI: -8,50%

Portanto um item de R$100,00 no SINAPI para a empresa vencedora cobrará R$91,50, ou seja, abaixo do valor do SINAPI, tornando a proposta inexequível e inviável para as empresas e ainda possível risco da não execução completa do contrato, visto que ainda existem os demais impostos a serem recolhidos que não constam nas planilhas.

Além disso no item 10.2.2, tem-se que:

"10.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração."

Assim, em respeito ao princípio da legalidade e da isonomia que rege os contratos administrativos, as licitantes devem cumprir a legislação vigente, apresentando a planilha de custo e formação de preços, provisionando todos os encargos, sob pena de obter vantagem

indevida, com indícios de inexequibilidade da proposta.

Vale ressaltar que a responsabilidade dos encargos trabalhistas pode recair sobre a Administração Pública em caso de inadimplemento da Contratada, portanto, é prudente que a contratação decorrente do presente processo licitatório seja feita com a Licitante que apresente proposta exequível e com estabilidade contratual.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de se observar valores correntes no mercado para evitar futuras frustações é tão importante que o Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre o tema e consolidou o entendimento de eliminação do concorrente com preço irrisório.

Destacou que o representante do Ministério Público junto ao TCU, em seu parecer, demonstrou com precisão que todas as propostas desclassificadas apresentaram alguma inconsistência no custo da mão de obra, notadamente pela falta de cotação dos adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade". E para o Parquet especializado, "essas irregularidades relativas ao custo de mão de obra são indícios de que as respectivas propostas podem ser inexequíveis, uma vez que os valores apresentados não são suficientes para cobrir as despesas a que se destinam. É verdade que, em princípio, é da empresa contratada o dever de arcar com os eventuais erros existentes na proposta que formulou. No entanto, se isso não ocorrer, esse ônus recai sobre a administração (...), conforme a Súmula 331, IV, do TST (...)". E arrematou o relator: "a falta de segurança por parte da administração em conhecer especificamente como se compõem os itens de custo, tais como os mencionados, compromete o julgamento objetivo para a natureza do objeto pretendido, que cuida essencialmente de prestação de serviços terceirizados". Acompanhando a manifestação do relator, deliberou a ADSERVIira Câmara no sentido de considerar improcedente a representação. Acórdão n.º 744/2010-1ª Câmara, TC-010.109/2009-9, rel. Min. Valmir Campelo, 23.02.2010. (grifei).

Frise-se que tal situação representa um grande risco para a Administração, já que uma eventual inexecução contratual acarretar-lhe-á prejuízos incomensuráveis.

Nesta linha, Carlos Pinto Coelho Motta opina:

"A proposta inexequível constitui-se, como se diz, numa "armadilha" para a Administração: o licitante vence o certame; fracassa na execução do objeto; e não raro intenta, junto ao órgão contratante, reivindicações de revisão de preços, baseadas nos mais engenhosos motivos. Eis a razão de todos os cuidados legais na delimitação da proposta inexequível. (MOTTA, 2005, p. 414)"

Joel de Menezes Niebhur segue a mesma linha de raciocínio:

"Se a proposta for inexequível, sem condições de ser executada, a rigor, em vez de vantagem, impõe-se à Administração prejuízo, amarga desvantagem. As consequências que advêm da admissão de propostas inexequíveis são desastrosas para a Administração, variando desde serviços mal feitos, obras com problemas estruturais e objetos imprestáveis, que implicam rescisão de contratos, reparações e novos procedimentos licitatórios. (NIEBUHR, 2005, p. 195)".

Análogo é também o posicionamento do Tribunal de Contas da União. Reproduz-se abaixo excerto do voto condutor do Acórdão TCU nº 697/2006 - Plenário, proferido pelo eminente Ministro Ubiratan Aguiar:

"[...]
9. A desclassificação de propostas em razão de preço tem por objetivo evitar que a administração contrate bens ou serviços por preços excessivos, desvantajosos em relação à contratação direta no mercado, ou inexequíveis/irrisórios, que comprometam a satisfação do objeto

almejado com consequências danosas à administração.
10. No que se refere à inexequibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. (Acórdão TCU 697/2006 - Plenário)"

O doutrinador Hely Lopes complementa o raciocínio acerca da licitação dizendo que: como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Tem como pressuposto a competição.

Com efeito. Diz o art. 3º, caput, da Lei de Licitações:
"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Portanto, vale ressaltar que nem sempre a posposta mais vantajosa é a de menor preço e que o respeito ao princípio da isonomia deve ser respeitado.

PORTANTO, DIANTE DOS IRREFUTÁVEIS ARGUMENTOS APRESENTADOS, É INQUESTIONÁVEL O DEVER LEGAL DO PREGOEIRO EM CANCELAR O PREGÃO DIANTE DOS INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE. IMPORTANTE TAMBÉM SALIENTAR QUE SOMENTE ENTRAMOS COM ESSE QUESTIONAMENTO APÓS O INCÍCIO DO PREGÃO, POIS DEPENDEMOS DO RESULTADO E INTERPRETAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS TÉCNICAS.

VII. DO PEDIDO

Pelo exposto, requer a RECORRENTE que o presente recurso tenha seu teor CONHECIDO e PROVIDO, ALTERANDO a decisão do respeitado Pregoeiro Oficial, proferida na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 4044/2023, na qual HABILITOU no certame a FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, cancelando o pregão para correção dos pontos apresentados e posterior publicação, para todos os fins legais, de fato e de direito.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Manaus (AM), 09 de janeiro de 2024.
FRANCISCO CARVALHO
DIRETOR OPERACIONAL
PROPRIETÁRIO
JF TECNOLOGIA LTDA

2.3. <u>Das Contrarrazões</u>

O prazo final estabelecido e apresentado na Ata da Sessão de Realização do certame, bem como através do sistema Comprasnet, para todos os interessados, foi o dia 15/01/2024, até 23h59min.

2.3.1. FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ nº 27.816.603/0001-12 **(doc.**

1230293):

Sendo assim, na data final, a empresa recorrida apresentou suas contrarrazões, conforme detalhado a seguir:

A
Procuradoria Geral de Justiça
Ilustríssimo Senhor Pregoeiro(a)
Ref. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ - Processo SEI n.º 2023.010235

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

A Fernandes Construções Ltda, inscrita no CNPJ n.º 27.816.603-0001-12, estabelecida na Rua Jerônimo Monteiro, Nº 02, Novo Aleixo - sala 05 Cep: 69.098-228 - Manaus – AM, por intermédio de seu representante legal, o Srº Danny Nogueira Fernandes, portador da Carteira de Identidade n° 1640964-7 e CPF nº 769.523.392-72, tempestivamente, vem, com fulcro na § 3º, do art. 109, da Lei nº 8666/ 93, à presença de Vossa Senhoria, interpor CONTRARRAZÕES, ao inconsistente recurso apresentado pela empresa A F CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 07.477.679/0001-53, perante essa distinta administração que de forma absolutamente coerente declarou a contrarrazoante classificada do processo licitatório em pauta.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

O respeitável julgamento das contrarrazões interposto, recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa CONTRARRAZOANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demostraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

DOS FATOS

A empresa A F CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 07.477.679/0001-53 motivou na data de 05 de janeiro de 2024, a seguinte intenção de recurso:
“Manifesto intenção de interpor recurso com as seguintes razões tendo em vista o direito de manifestar motivadamente intenção de recorrer contra vossa decisão, fulcro na alínea b, do inciso I, do artigo 109, da Lei N. º 8.666/93 que regulamenta o pregão na sua forma eletrônica, e calçado pelo Edital nº4044/2023 apresentamos a nossa intenção de interpor recurso administrativo em razão de discordar da habilitação do proponente por não ter atendido plenamente o item 12 do edital.”
O recurso apresentado pela RECORRENTE, alegando o não cumprimento do edital por parte da CONTRARRAZOANTE, o que evidencia, claramente, conforme vamos demonstrar, um profundo desconhecimento do diploma editalíssimo, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório, por parte da recorrente, vejamos.
No momento em que foi concedido ao recorrente o direito ao manifesto de recurso, o recorrente manifestou-se alegando descumprimento dos itens 11.10.3.2, 11.10.3.3, 11.10.4 “qualificação técnico-profissional”, ou seja, a recorrente não se deu ao trabalho se quer de procurar ler as leis que se basearam e tão menos ver a documentação (Acervos) da CONTRARRAZOANTE.

A CONTRARRAZOANTE é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital, tendo sido, portanto, considerada habilitada, classificada no

presente processo. E como tal, levando em consideração, o que o recorrente manifestou mediante razões ao recurso, e buscando sempre a transparência nos seus atos praticados.

DO DIREITO

O recorrente não fundamenta legalmente em nenhuma linha a teoria, exclusivamente dele, de que "A CONTRARRAZOANTE NÃO ATENDEU A QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL". Se observa que foram utilizadas leis e resoluções e as próprias são claras, porém, a recorrente tentou manipular a interpretação errônea da lei.
Pois aqui, ilustríssimo pregoeiro, vimos fundamentar com dados legais, o mais estrito atendimento as cláusulas licitatórias por esta CONTRARRAZOANTE, simploriamente transcrevendo leis objetivas e claras a respeito das atribuições do engenheiro civil.
As atribuições profissionais conferidas aos engenheiros civis previram desde a promulgação do Decreto Federal n° 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulou o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, as competências para projetos e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares, conforme artigo 28 abaixo descrito:
"Art. 28. São da competência do engenheiro civil:
b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;
Isto posto, fica evidenciado que compete ao engenheiro civil a elaboração do projeto de edifícios, incluindo-se os projetos complementares como necessários à execução da edificação, tais como: arquitetônico, estrutural, instalações hidrossanitários, instalações elétricas e outros.
Com o advento da Lei Federal n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, foi mantida a competência dos engenheiros civis, conforme disposto no artigo 7° que discrimina as atividades da competência dos Engenheiros, conforme transcrito a seguir:
"Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro e do engenheiro-agrônomo consistem em:
b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; ...
f)direção de obras e serviços técnicos;
g)execução de obras e serviços técnicos;
...
Parágrafo único. Os engenheiros e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões."
Posteriormente, as atribuições do engenheiro civil foram detalhadas no artigo 7° da Resolução 218/73, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, quais sejam:
"Art. 7° - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO: /- o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos."

Quanto a elaboração e execução de Instalações Telefônicas e de Lógica, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea baixou a Decisão N° PL-0964/2002, que conclui que os profissionais habilitados à elaborar projetos e executar instalações telefônicas e de lógica, são: Engenheiros e Arquitetos (com atribuições do Decreto Federal n° 23.569, de 1933), Engenheiros Eletricistas, (com atribuições dos arts. 8° e 9° da Resolução n° 218, de 1973), Engenheiros de Computação (com as atribuições da Resolução n° 380, de 1993), Tecnólogos em Telefonia, Tecnólogos em Telecomunicações/Telefones e Redes, Tecnólogos em

> Eletrônica Industrial, Tecnólogos em Instrumentação e Controle (os Tecnólogos, conforme Resolução 313, de 1986, poderão responsabilizar-se por instalações e manutenção de instalações telefônicas e de lógica).
> Além do mais, a recorrente alega que a contrarrazoante não possui acervos técnicos devidamente registrados no CREA o CAU conforme item 11.10.3.2 do edital, demonstrando que a recorrente não se deu o trabalho de analisar o Acervo anexado, que atendem as características de porte e tecnologia e possui compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto do edital devidamente registrados no CREA-AM.
>
> DO PEDIDO:
>
> Dado o julgamento exato que foi deferido por essa nobre Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como INDEFERIDO o recurso da empresa A F CONSTRUTORA LTDA Cnpj: 07.477.679/0001-53, Não obstante, requer-se, também, que seja INDEFERIDO o pleito da recorrente no que tange à desclassificação da FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio do diploma editalício.
> Conforme Decisão do Confea são da competência de Engenheiros com atribuições do Decreto Federal n° 23.569, de 1933, dentre estes os Engenheiros Civis com atribuições dos artigos 28 e 29 do referido Decreto elaboração e execução de Instalações Telefônicas e de Lógica.
> É na certeza de poder confiar na sensatez desse Órgão, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.
>
> Manaus, 15 de janeiro de 2024
>
> Atenciosamente,
>
> Danny Nogueira Fernandes
> Diretor
> RG:1640964-7 CPF:769523392-72
> Crea-AM: 14161-D

É o que, em síntese, cabe relatar.

3. DAS RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que a Pregoeira conduziu o certame sob os parâmetros dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, no presente caso, estabelecidos na **Lei n.º 8.666/1993** (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), na **Lei n.º 10.520/2002** (Lei do Pregão), no **Decreto n.º 10.024/2019** (que regulamenta o pregão, na forma eletrônica).

Nesse sentido, lembremos que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual a licitante reúne condições de qualificação técnica, jurídica, fiscal e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3º da Lei n.º 8.666/1993, abaixo disposto:

> A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da**

> **impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (g.n.)

Dentre esses princípios, no caso em foco, destaca-se o da ***vinculação ao instrumento convocatório,*** a um, porque esse primado serviu de lastro para toda a construção do inconformismo das licitantes vencidas; e, a duas, porque corresponde exatamente ao fundamento primeiro das providências adotadas pela Pregoeira do certame. Portanto, esse será o norte para as ponderações e conclusões expostas no presente *decisum*, a seguir delineadas.

Assim, passamos à análise de mérito.

3.1. Considerações ao Recurso interposto pela empresa A F CONSTRUTORA LTDA.

Oportunamente, há que se destacar que a empresa **A F CONSTRUTORA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, insurge-se quanto à classificação e habilitação realizada por esta subscrevente na condução do certame, utilizando-se, em suma, do argumento de que "*(...) consulta feiro junto ao CREA -AM onde fica claro que o Engenheiro Civil DANNY NOGUEIRA não possui atribuição legal para a execução de Pontos Lógicos RJ45 CAT6, portanto e possível afirmar que habilitação Técnica Profissional da empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA encontrasse irregular.*"

A IRRESIGNADA finaliza, ainda, com os seguintes pedidos:

> DOS PEDIDOS
>
> Diante do exposto, requer a este Ilustre Pregoeiro que:
>
> A) Seja reformada a decisão que habilitou a empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA, uma vez que a mesma não atendeu o disposto no Itens 11.10.3.2, 11.10.3.3 e 11.10.4 do Edital e, via de consequência, que seja desabilitada a Recorrida do presente certame, por todos fatos e fundamentos acima delineados;
>
> São nestes termos em que pede e espera deferimento.
>
> Manaus/AM, 10 de janeiro de 2024.
>
> _____
> A F CONSTRUTORA LTDA
> CNPJ 07.477.679/0001-53
> Fabio Marques Aires Franca
> CPF 583.156.402-91

Desta feita, o cerne do pedido da IRRESIGNADA reside na arguição de que a "*a empresa Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou profissional com qualificação técnica profissional para exercer os respectivos serviços objeto da presente licitação* ", portanto, não preenchendo todos os requisitos constantes do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital do certame, uma vez que deixou de apresentar profissional com atribuição para "EXECUÇÃO DE PONTOS LOGICOS RJ45 CAT 06".

Em sede de contrarrazões, a Recorrida **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.816.603/0001-12, assevera que:

> Além do mais, a recorrente alega que a contrarrazoante não possui acervos técnicos devidamente registrados no CREA o CAU conforme item 11.10.3.2 do edital, demonstrando que a recorrente não se deu o trabalho de analisar o Acervo anexado, que atendem as características de porte e tecnologia e possui compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto do edital devidamente registrados no CREA-AM.
>
> (...)
>
> Conforme Decisão do Confea são da competência de Engenheiros com atribuições do Decreto Federal n° 23.569, de 1933, dentre estes os Engenheiros Civis com atribuições dos artigos 28 e 29 do referido Decreto elaboração e execução de Instalações Telefônicas e de Lógica.

Contudo, a Recorrente **AF CONSTRUTORA LTDA.** apresentou **MANIFESTAÇÃO d o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas - CREA/AM** (doc.1228300), da lavra do Sr. JOÃO VITOR AQUINO CARNEIRO, Gerente de Acervo e ART do Crea-AM, datada de 09/01/2024, onde consta expressamente, *in verbis*:

> Considerando que o profissinal Eng. Civ. DANNY NOGUEIRA FERNANES, Registro Nacional 0407013679, possui como atribuição o "**ARTIGO 7º DA RES. Nº 218/73 DO CONFEA, COM OBS. AO ARTIGO 25 E PAR. UNICO COM RESTRICOES A: BARRAGENS E DEIQUE, IRRIGACAO E DRENAGEM, FERROVIAS, ENGENHARIA DE TRAFEGO, PORTO**". Logo, o item 3 e subitens "Rede Lógica/Cabeamento Estrutural" do Atestado de Capacidade Técnica da CAT nº 989852/2022 e item 11 e e subitens "Lógica" do Atestado de Capacidade Técnica da CAT nº 956417/2019, não fazem parte da atribuição do profissional e não estão vinculados aos itens de seu acervo e ART.

Destarte, visto que as razões do pedido giram em torno de aspectos técnicos da habilitação da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, foram os autos processuais encaminhados para análise e manifestação do setor técnico desta Procuradoria-Geral de Justiça. Logo, esclareça-se que conclusão aqui externada decorreu do exame realizado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO - DEAC,** nos termos do Memorando Nº 27.2024.DEAC.1230997.2023.010235, parcialmente colacionado abaixo:

> Considerando a manifestação do CREA-AM trazida aos autos no documento (1228300) que exclui do acervo técnico profissional os itens e subitens 3 - Rede Lógica/Cabeamento Estrutural do Atestado de capacidade Técnica da CAT n.º 989852/2022 e item e subitens 11 - Lógica do Atestado de Capacidade Ténica - CAT n.º 956417/2019 pelo fato do profissional indicado não ter a devida atribuição técnica, este técnico reconhece a invalidade dos itens mencionados e como consequência reavalia a documentação técnica para habilitação **(1223155)** da empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 e retifica a decisão apontada no Memorando Nº 6.2024.DEAC.1223408.2023.010235 **Opinando pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.** Sugerindo a CPL que providencia a validação do documento junto ao CREA-AM.

Na oportunidade, importante frisar que a autenticidade do documento ficou comprovada a partir do momento em que foi apresentada a versão assinada digitalmente pela Sra. **ALZIRA MIRANDA DE OLVIEIRA**, Presidente do Crea-AM (doc. 1237767 e 1237768), estando atendida a recomendação feita pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO - DEAC**.

Desta forma, observa-se motivo jurídico diferenciado que enseja a retificação do entendimento desta Pregoeira, sendo irrefutável a reconsideração da decisão de **aceitação da proposta** e **habilitação** da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603/0001-12, com a necessário retorno de fase, nos termos do art. 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019.

3.2. Considerações ao Recurso interposto pela empresa JF TECNOLOGIA LTDA.

A empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, alega, em suma, que foram apresentadas duas fórmulas durante a sessão (uma com a "divisão por 100" e outra sem a "divisão por 100") e que a "divisão por 100" da fórmula disposta no edital do certame torna as propostas apresentadas inexequíveis, supostamente, para requerer o que segue:

> (...)
> PORTANTO, DIANTE DOS IRREFUTÁVEIS ARGUMENTOS APRESENTADOS, É INQUESTIONÁVEL O DEVER LEGAL DO PREGOEIRO EM CANCELAR O PREGÃO DIANTE DOS INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE. IMPORTANTE TAMBÉM SALIENTAR QUE SOMENTE ENTRAMOS COM ESSE QUESTIONAMENTO APÓS O INCÍCIO DO PREGÃO, POIS DEPENDEMOS DO RESULTADO E INTERPRETAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS TÉCNICAS.
>
> VII. DO PEDIDO
>
> Pelo exposto, requer a RECORRENTE que o presente recurso tenha seu teor CONHECIDO e PROVIDO, ALTERANDO a decisão do respeitado Pregoeiro Oficial, proferida na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 4044/2023, na qual HABILITOU no certame a FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, cancelando o pregão para correção dos pontos apresentados e posterior publicação, para todos os fins legais, de fato e de direito.
>
> Termos em que,
> Pede Deferimento.
>
> Manaus (AM), 09 de janeiro de 2024.
> FRANCISCO CARVALHO
> DIRETOR OPERACIONAL
> PROPRIETÁRIO
> JF TECNOLOGIA LTDA

Para a precisa análise desse recurso, importante destacar, conforme consta da Ata de Realização da Sessão do Pregão Eletrônico em comento, que a empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o nº 12.891.300/0001-97, no dia 18/12/2023, teve sua proposta de preço aceita pelo setor técnico desta Procuradoria Geral de Justiça, nos termos do Memorando Nº 494.2023.DEAC.1216326.2023.010235, *ipsis litteris*:

> - O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);
>
> - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.906.800,00 (Um milhão novecentos e seis mil e oitocentos reais);
>
> - A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a **Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,26%** e a **Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento negativos).**

Sendo assim, **opino pela classificação da empresa.**

Atenciosamente,

Manaus, 18 de dezembro de 2023.

Henrique Mendes da Rocha Lopes
Agente Técnico - Engenheiro Civil

Portanto, verifica-se que a proposta da Recorrente atendeu às exigências editalícias, tendo, inclusive, efetuado a correta operação matemática disposta na fórmula do item 4 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do instrumento convocatório, adiante reproduzido, contudo não logrou êxito em comprovar atendimento aos requisitos de habilitação:

Nessa esteira, parece-me leviano por parte da Recorrente levantar qualquer tipo de dúvida acerca da fórmula a ser utilizada pelas licitantes para a elaboração de suas propostas, já que nitidamente se tratou de um simples erro material (no *chat* da sessão), prontamente corrigido, sobretudo porque é possível observar que **todas as propostas** anexadas ao Sistema Comprasnet obedeceram a fórmula apresentada no Edital do Pregão Eletrônico, ou seja, consideraram a "divisão por 100", inclusive a da própria Recorrente.

No que tange a indícios de inexequibilidade das ofertas, verifico que a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO - DEAC,** unidade técnica responsável pela elaboração do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, assegura, por meio do Memorando Nº 27.2024.DEAC.1230997.2023.010235, que "*não existe erro matemático para aplicação da fórmula*", de outra forma não haveria proposta aceita pela Administração.

Ademais, é de responsabilidade do licitante, além do cadastramento de proposta, oferecimento de lances e apresentação das suas condições de habilitação, a prévia, correta e completa leitura do edital do certame para, após analisar as condições do processo licitatório, e, em caso de dúvidas e/ou divergências, solicitar esclarecimentos e/ou promover impugnação aos termos do instrumento convocatório, participar da disputa, tendo a clareza de seus direitos e obrigações para com a CONTRATANTE.

No presente caso, a empresas que não observaram a perfeita aplicação da fórmula ora contestada, e não conseguiram comprovar a composição do seu preço, tiveram a proposta recusada pelo setor técnico, não havendo espaço para inexequibilidade.

Nesse desiderato, esvaída de qualquer lastro fático e/ou jurídico as razões de irresignação, passo a consequente e necessária conclusão quanto ao presente.

4. DA CONCLUSÃO

Portanto, pelos fundamentos expostos, por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública foram devidamente observados por esta **PREGOEIRA**, esta subscrevente decide:

a) **ACOLHER** as razões apresentadas pela Recorrente **A F CONSTRUTORA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, para **RECONSIDERAR** o posicionamento inicial e, por conseguinte, **inabilitar** a empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o n.º 27.816.603/0001-12, com a devida realização do retorno de fase do certame, nos termos do artigo 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019;

b) **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA** , inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, a fim de dar seguimento ao certame, nos termos do artigo 17, inciso VII, do Decreto n.º 10.024/2019.

Desta feita, os autos devem ser submetidos à análise e manifestação da ilustre **Ordenadora de Despesas**, a fim de que, caso assim entenda, mantenha a decisão proferida por esta Pregoeira, segundo inteligência do §4º, do artigo 109, da Lei n.° 8.666/1993, combinado com o artigo 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002 e artigo 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019, e proceda, se entender cabível, à manutenção da *decisum*.

Manaus, 26 de janeiro de 2024.

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 26/01/2024, às 10:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1230996** e o código CRC **50DAAD1C**.

Manaus/AM, 10 de janeiro de 2024.

OFÍCIO 07/2024-GP/CREA-AM

A Empresa
AF CONSTRUTORA LTDA
Rua Diamante, 01, Manauense, Nossa Senhora das Graças
69.053-700 – Manaus-AM
(fmfranca@outlook.com.br)

Assunto: **SOLICITAÇÃO**

Senhores,

1. Cumprimentando-os cordialmente, vimos encaminhar a Manifestação da Gerencia de Acervo e ART do Crea-Am, conforme documento anexo, em resposta ao protocolo 2681236/2024.

2. Para outras informações sobre o assunto, destacamos o telefone (92) 2125-7171 (ramal 7101), e o e-mail: gapre@crea-am.org.br do Gabinete da Presidência deste Conselho.

Atenciosamente,

Eng. Pesca **ALZIRA MIRANDA DE OLIVEIRA**
Presidente do **Crea-AM**

art/lasmar/prot. 2681236/24

MANIFESTAÇÃO

Manaus, 09/01/2024.

Resposta ao Protocolo 2681236/2024

Assunto: Manifestação referente ao questionamento.

Quanto ao que trata do Acervo Técnico do Profissional com base no que consta na Resolução 1025/2009 do CONFEA.

DO ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL

> "Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.
> Parágrafo único. Constituirão o acervo técnico do profissional as atividades finalizadas cujas ARTs correspondentes atendam às seguintes condições:
> I – tenham sido baixadas; ou
> II – não tenham sido baixadas, mas tenha sido apresentado atestado que comprove a execução de parte das atividades nela consignadas."

SEÇÃO I
DA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

> "Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.
> Art. 50. A CAT deve ser requerida ao Crea pelo profissional por meio de formulário próprio, conforme o Anexo III, com indicação do período ou especificação do número das ARTs que constarão da certidão."

> "Art. 56. A CAT deve conter número de controle para consulta acerca da autenticidade e da validade do documento.
> Parágrafo único. Após a emissão da CAT, os dados para sua validação serão automaticamente transmitidos ao SIC."

Tratando do item da atribuição do profissional, conforme Resolução 218/1973 CONFEA.
DA ATRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL

> "Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Anexo Manifestação do CREA-AM - Prot. 2681236/2024 (1237768) SEI 2023.010235 / pg. 718

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;
Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;
Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;
Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;
Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;
Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;
Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;
Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;
Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;
Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;
Atividade 13 - Produção técnica e especializada;
Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;
Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;
Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;
Atividade 18 - Execução de desenho técnico."

"Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos."

"Art. 9º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a materiais elétricos e eletrônicos; equipamentos eletrônicos em geral; sistemas de comunicação e telecomunicações; sistemas de medição e controle elétrico e eletrônico; seus serviços afins e correlatos."

As Certidões de Acervo Técnico com Atestado tem em seu corpo a informação complementar onde informam que as atividades presentes no Acervo Técnico do profissional se limitam as suas atribuições, não podendo assumir a responsabilidade de atividades que não são de sua atribuição, portanto, em concordância com as informações contidas nas Certidões de Acervo Técnico – CAT apresentadas, só estão vinculados os itens da atribuição

Anexo Manifestação do CREA-AM - Prot. 2681236/2024 (1237768) SEI 2023.010235 / pg. 719

do profissional "Engenheiro Civil", onde a atividade relacionada "**EXECUÇÃO DE PONTOS LOGICOS RJ45 CAT 06**", ser de atribuição das modalidades do art 9º da Resolução 218/1973 do CONFEA, sendo elas: ENGENHEIRO ELETRÔNICO ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETRÔNICA ou ao ENGENHEIRO DE COMUNICAÇÃO.

Considerando que o profissional Eng. Civ. DANNY NOGUEIRA FERNANDES, Registro Nacional 0407013679, possui como atribuição o "**ARTIGO 7º DA RES. Nº 218/73 DO CONFEA, COM OBS. AO ARTIGO 25 E PAR. UNICO. COM RESTRICOES A: BARRAGENS E DIQUES, IRRIGACAO E DRENAGEM, FERROVIAS, ENGENHARIA DE TRAFEGO, PORTOS**". Logo, o item 3 e subitens "Rede Lógica/Cabeamento Estrutural" do Atestado de Capacidade Técnica da CAT nº 989852/2022 e item 11 e subitens "Lógica" do Atestado de Capacidade Técnica da CAT nº 956417/2019, não fazem parte da atribuição do profissional e não estão vinculados ao itens de seu acervo e ART.

Atenciosamente,

JOÃO VITOR AQUINO CARNEIRO
Gerente de Acervo e ART do Crea-AM
Portaria 39/2021-GP/CREA-AM
Matrícula nº 589/21

Anexo Manifestação do CREA-AM - Prot. 2681236/2024 (1237768) SEI 2023.010235 / pg. 720

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa AF CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ (MF) nº 07.477.679/0001-53, localizada rua Diamante, Nº 01, QD. P, CJ. Manauense – Nossa Senhora Das Graças, na cidade de Manaus, CEP 690530-700, fone (92) 3016-7967, e-mail engenharia@afconstrutora.com, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Grupo	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Global Estimado	Desconto (%)
1	Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Cívil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes do Edital e seus Anexos.	Mensal	12	R$ 2.050.020,00 **(Dois milhões, cinquenta mil e vinte reais)**	2,38%

$$ACD(\%) = \left[(100 - \mathrm{TR}\%) + \left(\frac{\mathrm{BDI}\% \times (100 - \mathrm{TR}\%)}{100}\right)\right] - 100$$

$$ACD(\%) = \left[(100 - 23,95) + \frac{28,35 \times (100 - 23,95)}{100}\right] - 100$$

$$TR\% = 23,95$$

$$ACD(\%) = \left[76.05 + \frac{28,35 \times 76.05}{100}\right] - 100$$

$$ACD(\%) = 76.05 + \frac{2156.0175}{100} - 100$$

$$ACD(\%) = 76.05 + 21.560175 - 100$$

$$ACD(\%) = -2.38\%$$

Portanto, uma vez que o ACD = -2.38 representa uma proposta final de R$2.050.020,00.

A **AF CONSTRUTORA LTDA** declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: 90 (noventa) dias
2. **Prazo de Execução dos Serviços**: O início dos serviços deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados.
3. **Prazo de Garantia dos Serviços:** O prazo de garantia sobre os serviços deverá ser de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.
4. **Dados Bancários**: Bradesco S/A - 237, Cachoeirinha – 3715, Conta corrente: 19110-8.
5. **Contato para fins de faturamento**: Fabio Marques Aires França, sócio administrador, rua Diamante, Nº 01, QD. P, CJ. Manauense – Nossa Senhora Das Graças, (92) 3016-7967, diretoria@afconstrutora.com.
6. **Dados dos 3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: Fabio Marques Aires França
CPF: 583.156.402-91

Nome: Anderson Rogério Pereira da Silva
CPF: 638.210.522-87

Nome: Gabriel Acordi Makarem
CPF: 014.790.972-41

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO

AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. **Que manterei preposto**, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus, AM, 29 de janeiro de 2024.

AF CONSTRUTORA LTDA
FABIO MARQUES AIRES FRANCA
REPRESENTANTE LEGAL
RG 1288921-0 SSP-AM
CPF 583.156.402-91

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

AF CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 07.477.679/0001-53
ENDEREÇO: RUA DIAMANTE, Nº 01, QD. P, CJ. MANAUENSE – NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS – MANAUS/AM
TELEFONE: (92) 3016-7967 / (92) 3021-7213

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. **Que manterei preposto**, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. Estou ciente da obrigação de, caso vencedora do certame e não detentora de sede administrativa no local da contratação, apresentar à FISCALIZAÇÃO, em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato, o endereço completo das instalações (sede, filial ou representação) da empresa na cidade de Manaus/AM, de maneira a operacionalizar os serviços solicitados com maior eficiência durante toda a vigência contratual, possibilitando, sobretudo, melhor fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE.

7. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Manaus, AM, 29 de janeiro de 2024.

AF CONSTRUTORA LTDA
FABIO MARQUES AIRES FRANCA
REPRESENTANTE LEGAL
RG 1288921-0 SSP-AM
CPF 583.156.402-91

AF CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 07.477.679/0001-53
ENDEREÇO: RUA DIAMANTE, Nº 01, QD. P, CJ. MANAUENSE – NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS – MANAUS/AM
TELEFONE: (92) 3016-7967 / (92) 3021-7213

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Prezados Senhores,

Declaramos para efeito da Licitação em epígrafe, conforme disposto no Edital e seus anexos, que indicamos, de acordo com a Resolução Nº 218, de 29/0673 e Nº 317, de 31/10/86, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o seguinte profissional responsável, caso venhamos a vencer a referida Licitação:

1. Responsável Técnico
   Nome: Anderson Rogério Pereira da Silva
   Especialidade: Engenheiro Civil
   Número de registro no CREA: 10370-D
   Assinatura:

Declaramos, ainda que todos os acima relacionados pertencem ao nosso quadro técnico de profissionais, com relacionamento junto é empresa, dentro das leis trabalhistas vigentes.

Manaus, AM, 29 de janeiro de 2024.

AF CONSTRUTORA LTDA
FABIO MARQUES AIRES FRANCA
REPRESENTANTE LEGAL
RG 1288921-0 SSP-AM
CPF 583.156.402-91

AF CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 07.477.679/0001-53
ENDEREÇO: RUA DIAMANTE, Nº 01, QD. P, CJ. MANAUENSE – NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS – MANAUS/AM
TELEFONE: (92) 3016-7967 / (92) 3021-7213

SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

Manaus, AM, 29 de janeiro de 2024.

À
Diretoria de Orçamento e Finanças
Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas
Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança
69037- 473 MANAUS/AM

A empresa **AF CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ 07.477.679/0001-53, rua Diamante, Nº 01, QD. P, CJ. Manauense – Nossa Senhora Das Graças, solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**
Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:
a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;
b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:
Banco: Bradesco S/A - 237
Agência: Cachoeirinha – 3715
Conta: 19110-8

AF CONSTRUTORA LTDA
FABIO MARQUES AIRES FRANCA
REPRESENTANTE LEGAL
RG 1288921-0 SSP-AM
CPF 583.156.402-91

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 65.2024.CPL.1241868.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica da Proposta de Preço (1241866)** apresentada pela empresa **AF CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ nº 07.477.679/0001-53, destacando que consta dos autos a *planilha do Sistema COMPRASNET (doc. 1211051) com o resumo dos melhores lances apresentados pelas empresas participantes, observada a ordem de classificação*.

Atenciosamente,

Manaus, 31 de janeiro de 2024.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 31/01/2024, às 11:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1241868** e o código CRC **7A687F43**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 47.2024.DEAC.1242124.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de análise, Oficio Nº 65.2024.CPL.1241868.2023.010235, da proposta da empresa **AF CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ nº 07.477.679/0001-53, encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);

- A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 2.050.020,00 (dois milhões e cinquenta mil e vinte reais);

- A memória de cálculo apresentada pela licitante **NÃO** condiz com o valor ofertado, uma vez que a **Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 23,95%** e a **Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 2,38% (dois inteiros e trinta e oito centésimo por cento negativos) e um Valor final da proposta seria de R$ 2.049.813,68 (dois milhões e quarenta e nove mil oitocentos e treze reais e sessenta e oito centavos)**

Foi observado que o valor da Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) seria de **23,942345%** para um valor final da proposta R$ 2.050.020,00 (dois milhões e cinquenta mil e vinte reais);

Sendo assim, **opino pelo ajuste da proposta da empresa.**

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 06/02/2024, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1242124** e o código CRC **F3557655**.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.477.679/0001-53**	DUNS®:	**898208238**
Razão Social:	**AF CONSTRUTORA LTDA**		
Nome Fantasia:	**AF CONSTRUTORA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**02/01/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**29/04/2024**	**Automática**
FGTS		Validade:	**01/03/2024**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**05/08/2024**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**02/03/2024**
Receita Municipal	Validade:	**19/02/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2024**

SICAF Situação do Fornecedor - AF CONSTRUTORA (1249987) SEI 2023.010235 / pg. 733

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.477.679/0001-53**	DUNS®:	**898208238**
Razão Social:	**AF CONSTRUTORA LTDA**		
Nome Fantasia:	**AF CONSTRUTORA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Impedimento de Licitar no Âmbito:

EMPRESA BRAS.DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA / 125007-CENTRO DE SUPORTE

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**07.477.679/0001-53**	DUNS®:	**898208238**
Razão Social:	**AF CONSTRUTORA LTDA**		
Nome Fantasia:	**AF CONSTRUTORA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Outros Tipos de Ocorrência**		
UASG Sancionadora:	**125007 - CENTRO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DE BRASILIA**		
Âmbito da Sanção:	**Órgão Sancionador**		
Prazo:	**Determinado**	Impeditiva:	**Sim**
Prazo Inicial:	**14/09/2022**	Prazo Final:	**14/09/2024**
Número do Processo:	**SEDEAAD2022/02824**	Número do Contrato:	**TC0012-PS/2022/0062**
Descrição/Justificativa:	**DE ACORDO COM A DECISÃO PROFERIDA COM BASE NO ATO ADMINISTRATIVO SEDE-AAD-2022/02824, PUBLICADO NO DOU EM 04/01/2023, APÓS ANÁLISE RECURSAL, O QUAL REVOGOU O ATO ADMINISTRATIVO SEDE-AAD-2022/02166 PUBLICADO EM 14/09/2022, CONFORME AUTOS DO PROCESSO SANCIONATÓRIO DO CONTRATO Nª 0012-PS/2022/0062.**		

Anexo Impedimento de Licitar - AF CONTRUTORA (1249988) SEI 2023.010235 / pg. 735

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA** – EPP, inscrita sob o CNPJ nº **06.539.432/0001-51**, com sede na Rua 5 de Setembro nº 240 – São Raimundo – CEP nº 69.027-010, Manaus/AM, conforme informações constantes no Processo Administrativo nº **1-2058/2019**, que executou para à **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMECEL**, com sede Administrativa na Prefeitura Municipal, inscrita sob o CNPJ nº **04.279.238/0001-59**, contrato celebrado para a execução de **REFORMA DA REDE ELÉTRICA NA ESCOLA JOSE DE SOUZA, JARU/RO**, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo material de consumo e insumos necessários adequados a execução dos serviços, por meio do **Contrato nº 058/GP/2019**, tendo como responsável técnico o(a) Engenheiro Eletricista **CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR**, CREA-AM Nº **15737/AM**, conforme as características a seguir:

REFORMA DE REDE ELÉTRICA – ESCOLA JOSE DE SOUZA			
Nº	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT.**
1.0	**INSTALAÇÃO ELÉTRICA - PREDIAL**		
1.1	DUTO ESPIRAL FLEXIVEL SINGELO PEAD D=75MM(3'') REVESTIMENTO COM PVC COM FIO DE AÇO GALVANIZADO, LANÇADO DIRETO NO SOLO	M	38,75
1.2	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS	M3	5,12
1.3	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE	M3	5,07
1.4	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 25MM (3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO	M	265,35
1.5	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 32MM (1'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO	M	22,13
1.6	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 40MM (1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO	M	57,80
1.7	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 32MM (1'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM PAREDES	M	61,20
1.8	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 40MM (1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM PAREDE	M	45,00
1.9	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETRO MENORES OU IGUAIS A 40MM	M	18,00
1.10	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETRO MENORES OU IGUAIS A 40MM	M	18,00

1.11	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 16MM2	UNID	16,00
1.12	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 25MM2	UNID	2,00
1.13	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 35MM2	UNID	6,00
1.14	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 70MM2	UNID	4,00
1.15	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 120MM2	UNID	12,00
1.16	LUVA PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 25MM(3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	45,00
1.17	LUVA PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 32MM(1'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	4,00
1.18	LUVA PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 40MM(1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	11,00
1.19	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 25MM(3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	21,00
1.20	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 32MM(1'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	5,00
1.21	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 40MM(1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO	UNID	2,00
1.22	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MODULO) 2P+T 10A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	6,00
1.23	TOMADA MEDIA DE EMBUTIR (1 MODULO) 2P+T 10A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	13,00
1.24	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MODULO) COM 1 TOMADA DE EMBUTIR 2P+T 10A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	4,00
1.25	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MODULO) 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	4,00
1.26	CABO DE COBRE NU 35MM2	M	42,00
1.27	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 2,5MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS	M	276,07
1.28	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 2,5MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS(COR VERDE)	M	170,45
1.29	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 6MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS(COR VERDE)	M	358,77
1.30	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 6MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS	M	717,54
1.31	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 16MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO	M	244,80
1.32	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 25MM2 ANTICHAMA 450/750V	M	86,00
1.33	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 35MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO	M	139,50

1.34	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 70MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO	M	88,80
1.35	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 120MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO	M	133,20
1.36	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRE MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H=60CM	UNID	4,00
1.37	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR EM CHAPA DE AÇO PARA 18 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO	UNID	3,00
1.38	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN CORRENTE NOMINAL DE 16A	UNID	2,00
1.39	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN CORRENTE NOMINAL DE 20A	UNID	4,00
1.40	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN CORRENTE NOMINAL DE 25A	UNID	14,00
1.41	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MODULO) 2P+T 20A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA	UNID	18,00
1.42	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA	UNID	10,00
1.43	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR EM CHAPA METALICA PARA QDG 800X500X200 COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO	UNID	1,00
1.44	ISOLADOR PARALELO EPOXI 25X30	UNID	10,00
1.45	ARAME GALVANIZADO 12BWG 2,76MM	KG	2,25
1.46	DIJSUNTOR TRIFASICO CORRENTE NOMINAL DE 200A EM CAIXA MOLDADA	UNID	1,00
1.47	DIJSUNTOR TRIFASICO CORRENTE NOMINAL DE 100A	UNID	1,00
1.48	DIJSUNTOR TRIFASICO CORRENTE NOMINAL DE 63A	UNID	3,00
1.49	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A	UNID	4,00
1.50	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A	UNID	1,00
2.0	**SUBESTAÇÃO 75KVA - 220V-127V**		
2.1	POSTE DE CONCRETO ARMADO - SEÇÃO DT 11/600 DAN	PÇ	1,00
2.2	FIO DE COBRE NU DE 16MM2	KG	3,30
2.3	CABO ELETRICO CAA ALUMINIO 33MM2	KG	18,83
2.4	CABO DE COBRE ISOLADO ANTICHAMA PARA 600V 700MM2	M	12,00
2.5	CABO DE COBRE ISOLADO ANTICHAMA PARA 600V 120MM2	M	36,00
2.6	CONECTOR PARAF. FEND. C/ ESPANCADORA PARA LIGAÇÕES BIMETALICAS	PÇ	6,00
2.7	CONECTOR DERIVAÇÃO PARA LINHA VIVA	PÇ	3,00
2.8	CONECTOR DE TERRA TIPO CABO HASTE	PÇ	1,00
2.9	ISOLADOR DE PINO CLASSE 15 KV	PÇ	5,00
2.10	ISOLADOR TIPO BASTÃO POLIMERICO 15KV	PÇ	12,00
2.11	PINO ISOLADOR 15KV O 16 MM CABEÇA DE CHUMBO	PÇ	5,00

2.12	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE AÇO CARBONO DE 16X125MM	PÇ	2,00
2.13	PARAFUSO DE AÇO 16MM C/ ROSCA DUPLA C/ 04 PORCAS DE 450MM DE COMP.	PÇ	6,00
2.14	GANCHO OLHAL 18MM CARGA RUPTURA 5.000 DAN	PÇ	6,00
2.15	OLHAL PARAFUSO 16MM CARGA RUPTURA 5.000 DAN	PÇ	6,00
2.16	MANILHA SAPATILHA CARGA RUPTURA 5.000 DAN	PÇ	6,00
2.17	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE AÇO CARBONO DE 16X150MM	PÇ	8,00
2.18	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA DE AÇO CARBONO DE 16X300MM	PÇ	2,00
2.19	ALÇA PRE FORMADA DE DISTRIBUIÇÃO PARA CABO DE ALUMINIO 33MM2	PÇ	6,00
2.20	LAÇO PRE FORMADO DISTRIBUIÇÃO 33MM2	PÇ	5,00
2.21	ARRUELA QUADRADA 57MM FURO 18MM	PÇ	29,00
2.22	CRUZETA DE CONCRETO TIPO ''I'' SEÇÃO 90X115X1900MM	PÇ	5,00
2.23	ELETRODUTO RIGIDO PESADO ZINCADO 65MM2	M	6,00
2.24	CURVA DE 135 METALICA RIGIDA PESADA BITOLA 65 MM2	PÇ	1,00
2.25	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR CX MOLDADA DE 200A	PÇ	1,00
2.26	CAIXA DE ALVENARIA PARA PROTEÇÃO DE HASTE DE TERRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇAÕ	PÇ	1,00
2.27	CHAVE FUSIVEL TIPO XS COM CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO 100A/15KV COM ELO	PÇ	3,00
2.28	HASTE COPPERWELD 5/8 POL X 2,40 M	PÇ	1,00
2.29	ELETRODUTO DE PVC DE 3M DE COMPRIMENTO 65MM2	PÇ	1,00
2.30	CABO DE COBRE NU DE 35MM2 FLEXIVEL	M	14,00
2.31	TINTA SINTETICA ALUMINIO (0,9ML)	PÇ	1,00
2.32	BASE DE AREIA LAVADA	M3	0,50

JARU/RO, 23 de Setembro de 2019.

Informamos ainda que os serviços foram executados dentro dos padrões de qualidade e prazos determinados, nada havendo que desabone sua conduta.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO

ART de Obra ou Serviço
2320198300257170

1. Responsável Técnico

CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR

Título do Profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA / ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO /**

RNP: **0408287810**
Registro: 15737D AM
Registro: 9286VEAM

Empresas.: SGRH CONST. E COM. DE MAT. DE CONST. LTDA EPP

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU** — CPF/CNPJ: **04279238000159**
RUA: RUA RAIMUNDO CASTANHEDE 1080 — Bairro.: SETOR 02 — Telefone.:
Cidade.: JARU — UF: RO — CEP.: 78940000
Contrato: 058/GP/2019 — Celebrado: — Vinculado à ART:
Valor: 64.400,00 — Honorário: 0,00 — Tipo Contratante: — Substituição:
Ação Institucional: Não informado

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: LUZIA LOPES 2699 — Bairro: CENTRO — Telefone.:
Cidade: JARU — UF: RO — CEP.: 76897890
Data de Inicio: 05/08/2019 — Previsão de término: 20/09/2019
Finalidade: OBRA
Proprietário: ESCOLA JOSE DE SOUZA — CPF/CNPJ: 06376455000192

4. Atividade Técnica

37 - REPARO OU MANUTENçãO
2100 - ELETRICIDADE
133 - OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
1.042,20 m2

O registro da A.R.T. não obriga o CREA-RO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividadas declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta A.R.T. são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-RO.
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta A.R.T.

5. Declarações

Acessibilidade:

declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

Profissional

Contratante

Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR - 659.735.002-25
Nome do profissional - CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU - 04.279.238/0001-59
Nome do contratante - CPF/CNPJ:

Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
* A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-ro.org.br ou www.confea.org.br
* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

CHAVE: **F98F4-A59ED-EA74D-C88E5-F6481**

www.crea-ro.org.br atendimento@crearo.org.br
tel: (69) 2181-1095

CREA-RO
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia

Observações (Resumo do Contrato)

ART DE OBRA OU SERVIÇO

Valor ART R$ 226,50 | Registrada em: 23/09/2019 | Codigo: AUT | Valor Pago: 226,50 | Nosso Número: 14000008300257170 | Versão do Sistema

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA** – EPP, inscrita sob o CNPJ nº **06.539.432/0001-51**, com sede na Rua 5 de Setembro nº 240 – São Raimundo – CEP nº 69.027-010, Manaus/AM, conforme informações constantes no Processo Administrativo nº **1-2039/2019**, que executou para à **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER - SEMECEL**, com sede Administrativa na Prefeitura Municipal, inscrita sob o CNPJ nº **04.279.238/0001-59**, contrato celebrado para a execução de **REFORMA DA REDE ELÉTRICA NA ESCOLA PATO DONALD, JARU/RO**, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo material de consumo e insumos necessários adequados a execução dos serviços, por meio do **Contrato nº 052/GP/2019**, tendo como responsável técnico o(a) Engenheiro Eletricista **CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR**, CREA-AM Nº **15737/AM**, conforme as características a seguir:

REFORMA DE REDE ELÉTRICA - ESCOLA PATO DONALD			
Nº	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT.**
1.0	**INSTALAÇÃO ELÉTRICA - PREDIAL**		
1.1	DUTO ESPIRAL FLEXIVEL SINGELO PEAD D=75MM(3'') REVESTIMENTO COM PVC COM FIO DE AÇO GALVANIZADO, LANÇADO DIRETO NO SOLO, INCLUSIVE CONEXÕES	M	25,00
1.2	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS. AF_03/2016	M3	3,30
1.3	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M3	3,27
1.4	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 25MM (3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	69,48
1.5	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 40MM (1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	26,00
1.6	ELETRODUTO RIGIDO ROSCAVEL PVC DN 40MM (1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	7,00
1.7	RASGO EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40MM. AF_05/2015	M	12,60
1.8	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO COM DIAMETROS MENORES OU IGUAIS A 40MM. AF_05/2015	M	12,60
1.9	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 6MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	48,00
1.10	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT-BOLT-PARA CABO DE 16MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00

1.11	CONECTOR PARAFUSO FENDIDO SPLIT-BOLT-PARA CABO DE 35MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	6,00
1.12	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 70MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	4,00
1.13	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSAO - PARA CABO 120MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	6,00
1.14	LUVA PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 25MM(3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	20,00
1.15	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 25MM(3/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	8,00
1.16	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 40MM(1 1/4'') PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	2,00
1.17	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO PVC ROSCAVEL DN 75MM(2 1/2'') - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
1.18	CABO DE COBRE NU 35MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	30,00
1.19	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 6MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	764,82
1.20	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 16MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	66,00
1.21	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 35MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	99,00
1.22	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 70MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	56,00
1.23	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 120MM2 - ANTICHAMA 450/750V PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	84,00
1.24	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H=60CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
1.25	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE EMBUTIR EM CHAPA DE AÇO PARA 18 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
1.26	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	8,00
1.27	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MODULO) 2P+T 20A, INCLUINDO SUPORTE E CAIXA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	8,00
1.28	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	6,00
1.29	PINTURA A OLEO, 2 DEMAOS (ELETRODUTO GALVANIZADO 85MM)	M2	17,46

1.30	ARAME GALVANIZADO 12BWG, 2,76 MM(0,048 KG/M) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	KG	0,25
1.31	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRAO NEMA (AMERICANO) 125 A 150A 240V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID	1,00
1.32	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO MACICO 5X10X20CM 1/2 VEZ (ESPESSURA 10CM), ASSENTADO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M2	4,14
1.33	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS.AF_06/2014	M2	4,14
1.34	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL.AF_06/2016	M	21,00
1.35	CABO DE COBRE NU 25MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	16,00

JARU/RO, 27 de Agosto de 2019.

Informamos ainda que os serviços foram executados dentro dos padrões de qualidade e prazos determinados, nada havendo que desabone sua conduta.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO

ART de Obra ou Serviço
2320198300256473

1. Responsável Técnico

CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR

Título do Profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA / ENGENHEIRO SEGURANÇA DO TRABALHO /**

RNP: **0408287810**
Registro: 15737D AM
Registro: 9286VEAM

Empresas.: SGRH CONST. E COM. DE MAT. DE CONST. LTDA EPP

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU** — CPF/CNPJ: **04279238000159**
RUA: RUA RAIMUNDO CASTANHEDE 1080 — Bairro.: SETOR 02 — Telefone.:
Cidade.: JARU — UF: RO — CEP.: 78940000
Contrato: 052/GP/2019 — Celebrado: — Vinculado à ART:
Valor: 27.750,00 — Honorário: 0,00 — Tipo Contratante: — Substituição:
Ação Institucional: Não informado

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AV. RIO BRANCO 1253 — Bairro: SETOR 02 — Telefone.:
Cidade: JARU — UF: RO — CEP.: 76890000
Data de Inicio: 26/07/2019 — Previsão de término: 26/08/2019
Finalidade: OBRA
Proprietário: ESCOLA PATO DONALD — CPF/CNPJ: 08977029000130

4. Atividade Técnica

37 - REPARO OU MANUTENçãO
2100 - ELETRICIDADE
133 - OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
716,51 m2

O registro da A.R.T. não obriga o CREA-RO a emitir a Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.), a confecção e emissão do documento apenas ocorrerá se as atividadas declaradas na A.R.T. forem condizentes com as atribuições do Profissional. As informações constantes desta A.R.T. são de responsabilidade do(a) profissional. Este documento poderá, a qualquer tempo, ter seus dados, preenchimento e atribuições profissionais conferidos pelo CREA-RO. Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta A.R.T.

5. Declarações

Acessibilidade:

declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

Profissional

Contratante

Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local — Data

CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR - 659.735.002-25
Nome do profissional - CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARU - 04.279.238/0001-59
Nome do contratante - CPF/CNPJ:

Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
* A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-ro.org.br ou www.confea.org.br
* A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

CHAVE: **986B8-02A0F-46260-0BC63-5E38C**

www.crea-ro.org.br atendimento@crearo.org.br
tel: (69) 2181-1095

CREA-RO
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Rondônia

Observações (Resumo do Contrato)

ART DE OBRA OU SERVIÇO

Valor ART R$ 226,50 — Registrada em: 19/09/2019 — Codigo: AUT — Valor Pago: 226,50 — Nosso Número: 14000008300256473 — Versão do Sistema

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA N.º 003/2019

Atestamos para fins de comprovação, que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, CNPJ: 06.539.432/0001-51.**, executou dentro das normas e condições estabelecidas técnica, legal e contratualmente a obra de **CONSTRUÇÃO DE UM BICLICETÁRIO PARA 150 BICICLETAS PARA O CAMPUS DO IFAM NO MUNICÍPIO DE LÁBREA,** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas conforme as seguintes características:

1. Dados da obra ou serviço

1.1 Contrato n.º: **002/2015;**

1.2 Pregão eletrônico n.º: **010/2014**;

1.3 Processo n.º: **23388.000160/2013-80;**

1.4 Contratada: **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA.**;

1.5 CNPJ n.º: **06.539.432/0001-51**;

1.6 Endereço da contratada: **Rua Albert Sabin n.º 1, bairro Parque dez, CEP 69.058-724, Manaus-AM;**

1.7 Contratante: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Lábrea;**

1.8 CNPJ n.º da contratante: **10.792.928/0002-90**;

1.9 Objeto do Contrato: **Obra de construção do bicicletário para 150 bicicletas no Campus Lábrea;**

1.10 Local da realização da Obra: **Rua 22 de outubro s/n – Vila Falcão, CEP 69830-000, Lábrea-AM;**

1.11 Proprietário do Empreendimento: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Lábrea;**

1.12 Período de Execução: **02/04/2015 à 27/05/2015;**

1.13 Valor final do Contrato: **R$ 78.500,00.**

2. Descrição do Objeto

Obra de construção do bicicletário para 150 bicicletas, incluso piso em concreto e barras de aço galvanizado para apoio das bicicletas.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 745

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O CONTRATO n. 002/2015

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	REF.	CÓDIGO	QUANTIDADE
01.00.00	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
01.00.01	MESTRE DE OBRAS	MÊS	IFAM	COMP_001	2,00
01.00.02	VIGIA	MÊS	IFAM	COMP_002	4,00
02.00.00	SERVIÇOS PRELIMINARES				
02.00.01	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	SINAPI	74209/1	1,00
02.00.02	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, ATRAVÉS DE GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 1,50 M, SEM REAPROVEITAMENTO	M2	SINAPI	73992/1	260,40
02.00.03	LIMPEZA MANUAL DO TERRENO (COM RASPAGEM SUPERFICIAL)	M2	SINAPI	73948	260,40
02.00.04	TRANSPORTE DE INSUMOS VIA FLUVIAL MANAUS/LÁBREA	TON	IFAM	COMP_003	49,30
03.00.00	PAVIMENTAÇÃO E BICICLETÁRIO				
03.00.01	BICICLETÁRIO EM TUBO AÇO GALVANIZADO D= 2" (50MM), INCLUSIVE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M	IFAM	COMP_004	210,15
03.00.02	LASTRO DE CONCRETO E=5 CM COM PREPARO MECÂNICO	M3	SINAPI	83532	13,02
03.00.03	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MANUAL DE TERRENO COM SOQUETE	M2	SINAPI	5622	260,40
03.00.04	LASTRO DE AREIA MÉDIA E=20CM	M3	SINAPI	73692	52,08
03.00.05	PASSEIO EM CONCRETO DESEMPENADO TRAÇO 1:2,5:3,5 E ESPESSURA DE 5CM	M2	SINAPI	85181	260,40
04.00.00	PINTURA				
04.00.01	PINTURA ESMALTE BRILHANTE (2 DEMÃOS) SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA, INCLUSIVE PROTEÇÃO COM ZARCÃO (1 DEMÃO)	M2	SINAPI	6067	33,05
05.00.00	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
05.00.01	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	SINAPI	9537	260,40
05.00.02	CARGA MANUAL E REMOÇÃO DE ENTULHO COM TRANSPORTE ATÉ 1 KM EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	M3	SINAPI	72209	5,00

Eng. Péricles Teixeira Veiga
Coordenador Geral de Fiscalização
Port nº1967 GR/IFAM, 21/09/2016

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 746

3. Atividades realizadas
Conforme planilha orçamentária anexa.

Manaus, 23 de junho de 2019

Assinatura/Identificação do Contratante

Péricles Teixeira Veiga

DN: C=BR, OU=DOSE/PRODIN/IFAM, O=IFAM, CN=Péricles Teixeira Veiga, E=pericles@ifam.edu.br
Razão: Eu sou o autor deste

Péricles Teixeira Veiga
SIAPE: 1610340

Visto:

Legislação

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia (...) e dá outras providências.

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional e dá outras providências.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 747

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Manaus, 24 de agosto de 2012.

Dados da Obra/Serviço: Obra de Uso Comercial com 02 (dois) Pavimentos.
Endereço: Avenida João Valério, s/n° Conjunto Vieiralves - Nossa Senhora das Graças.
Início da Obra: 13/12/2011.
Término da Obra: 14/07/2012.

Dados do Contratante: Sérgio de Oliveira Pedrosa.
Endereço: Avenida João Valério, s/n° Conjunto Vieiralves - Nossa Senhora das Graças.
CPF: 136.997.762-04

Dados do Representante do Contratante: Ana Paulina Gonçalves dos Reis
Título Profissional: Engenheira Civil.
RNP: 040428962-2
Registro no Crea: 7996-D.
CPF: 417.142.452-68

Dados da Contratada: S G R H SERV. DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONST. LTDA
Endereço: Avenida Japurá, 919 – Praça 14 de Janeiro.
CNPJ: 06.539.432/0001-51

Dados do Responsável Técnico: Hallhiton Maciel Geber.
Título Profissional: Engenheiro Civil.
RNP: 040462742-0
Registro no Crea: 8017-D.

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERV. DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONST. LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n° 06.539.432/0001-51, sediada à Rua Japurá, 919 – Praça 14 de Janeiro. Tendo como responsável técnico **HALLHITON MACIEL GEBER** engenheiro civil RNP n° 040462742-0, Crea-Am 8017-D, prestou os serviços de construção civil de uma Obra de Uso Comercial com 02 (dois) Pavimentos e área construída de 456,00m² , ART n° 003215/2011, no período de 13/12/2012 à 14/07/2012. Onde todos os serviços executados estão listados em planilhas de serviços abaixo relacionadas:

PLANILHA DE SERVIÇOS

Cliente: SÉRGIO DE OLIVEIRA PEDROSA **Data: DEZEMBRO/2011**

Obra: CONSTRUÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE USO COMERCIAL COM 02 PAVIMENTOS
Endereço: Av. João Valério, s/nº Conjunto Vieiralves - Nossa Senhora das Graças - Manaus/Amazonas

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
1.0	**DESPESAS GERAIS**				**R$ 118.860,00**
1.1	ART - Anotação de Responsabilidade Técnica	vb	1,00	1.500,00	1.500,00
1.2	Ferramentas	vb	1,00	2.500,00	2.500,00
1.3	Equipamentos Leves	vb	1,00	3.500,00	3.500,00
1.4	Montagem e Desmontagem de andaimes (06 meses)	m²	20,00	90,00	1.800,00
1.5	EPI´S - Equipamentos de Proteção Individual	vb	1,00	5.000,00	5.000,00
1.6	Vale Transporte	vb	1,00	9.600,00	9.600,00
1.7	Alimentação (café e almoço)	vb	1,00	15.360,00	15.360,00
1.8	Mestre de obra	vb	1,00	35.000,00	35.000,00
1.9	Almoxarife	vb	1,00	20.000,00	20.000,00
1.10	Téc em Seg. do Trabalho	vb	1,00	20.000,00	20.000,00
1.11	Mat de expediente	vb	1,00	300,00	300,00
1.12	Combustíveis	vb	1,00	2.500,00	2.500,00
1.13	Seguro da Obra	vb	1,00	1.800,00	1.800,00
2.0	**SERVIÇOS PRELIMINARES**				**R$ 2.679,00**
2.1	Locação da Obra	m²	456,00	2,55	1.162,80
2.2	Tapume de chapa de madeira compensada (6mm)	m²	30,00	40,14	1.204,20
2.3	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado	m²	2,00	156,00	312,00
3.0	**INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS**				**R$ 5.096,51**
3.1	Ligação provisória de energia elétrica	vb	1,00	654,00	654,00
3.2	Ligação provisória de água	vb	1,00	567,00	567,00
3.3	Instalação do barracão de obra	m²	18,00	215,31	3.875,51
4.0	**TRABALHOS EM TERRA**				**R$ 3.999,87**
4.1	Escavação manual de valas em terra compacta prof. 2m < H < = 3,00m	m³	54,00	55,02	2.970,86
4.2	Reaterro apiloado (manual) de vala com deslocamento de material em camadas de 20 cm	m³	38,00	27,08	1.029,00
5.0	**INFRAESTRUTURA**				**R$ 16.362,90**
5.1	Forma tábuas de madeira 3m p/peças em concreto armado, reaprov. 2X, Incl mont/desm de escoramento	m²	44,80	34,93	1.564,91
5.2	Lastro de concreto magro traço 1:4:8, acabamento sarrafeado, preparo mecânico	m³	2,69	670,37	1.803,30
5.3	Armação (Fornecimento, corte, dobra e colocação) aço CA-50, diam. 6,3 mm (1/4) à 12,5 mm (1/2)	KG	480,00	7,70	3.694,08

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 749

5.4	Concreto estrutural Fck=20MPA, Virado em betoneira, na obra, sem lançamento	m³	13,44	594,95	7.996,06
5.5	Impermeabilização com tinta betuminosa em fundações, baldrames e muros, duas demãos	m²	225,00	5,80	1.304,55
6.0	**SUPERESTRUTURA**				**R$ 89.823,22**
6.1	Forma madeira compensado resinada 12mm p/ estrutura reaprov. 2x - corte/ montegem/ escoramento/desforma	m²	67,43	98,59	6.648,06
6.2	Armação (Fornecimento, corte, dobra e colocação) aço CA-50, diam. 6,3 mm (1/4) à 12,5 mm (1/2)	KG	967,00	7,70	7.442,03
6.3	Laje pré-moldada de e=12cm	m²	450,00	127,40	57.330,00
6.4	Concreto estrutural Fck=20MPA, Virado em betoneira, na obra, sem lançamento	m³	25,89	594,95	15.403,13
6.5	Confecção de escada metálica com corrimão	vb	1,00	3.000,00	3.000,00
7.0	**PAREDES E PAINÉIS**				**R$ 39.949,65**
7.1	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 10 x 20 x 20cm, 1/2 vez, assentado em argamassa traço 1:2:8	m²	450,00	67,98	30.589,65
7.2	Paredes divisorias em gesso acartonato	m²	120,00	78,00	9.360,00
8.0	**COBERTURA**				**R$ 84.146,96**
8.1	Confecção de estrutura metálica para cobertura	m²	235,00	327,74	77.019,61
8.2	Colocação de telhas trapezoidal aço zincado esp = 0,5mm	m²	164,00	31,94	5.238,32
8.3	Colocação de calha em chapa de aço galvanizado n.24, desenvolvimento de 40cm	m	23,00	41,18	947,23
8.4	Condutor de tubo PVC de 100mm e Conexões	m	20,80	45,28	941,80
9.0	**FORRO**				**R$ 15.511,67**
9.1	Colocação de forro em gesso acartonado liso	m²	435,00	35,66	15.511,67
10.0	**ESQUADRIAS**				**R$ 44.416,56**
10.1	Porta de madeira compensada revestida com fórmica 02 faces	m²	10,08	279,31	2.815,39
10.2	Divisória frontal de vidro temperado do tipo blidex	m²	60,00	585,00	35.100,00
10.3	Porta de abrir em alumínio tipo veneziana, perfil série 25, com guarnições	m²	5,04	657,90	3.315,84
10.4	Janela de vidro temperado do tipo blindex	m²	6,6	294,59	1.944,31
10.5	Basculante de alumínio 80 x 60cm - Série 25	m²	3,2	387,82	1.241,01
11.0	**DIVERSOS**				**R$ 30.463,55**
11.1	Instalação de placa de acrílico p/identificação 25 x 8cm e = 4 mm	Unid	10,00	80,02	800,15
11.2	Colocação de extintor de incêndio	Unid	4,00	240,50	962,00
11.3	Instalação de ar condicionado do tipo split de 24000 BTU'S	Unid	4,00	6.366,10	25.464,40

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 750

11.4	Instalação de ar condicionado do tipo split de 12000 BTU'S	Unid	2,00	1.618,50	3.237,00
12.0	**REVESTIMENTO**				**R$ 38.790,79**
12.1	Colocação de Porcelanato 50 x 50cm fixado com argamassa colante e rejuntamento com quartizolite	m²	428,00	30,80	13.181,12
12.2	Chapisco traço 1:3 (cimento e areia), esp 0,5cm, preparo manual	m²	852,00	4,33	3.688,31
12.3	Emboço traço 1:2:6 (cimento, cal e areia), esp 2,0cm, preparo manual	m²	807,00	23,80	19.209,02
12.4	Colocação de Cerâmica esmaltada em paredes 1A, PEI-4, 40 x 40cm, padrão médio, fixada com argamassa colante e rejuntamento com quartizolite	m²	98,00	27,68	2.712,35
13.0	**PAVIMENTAÇÃO**				**R$ 3.890,50**
13.1	Lastro de concreto magro traço 1:4:8, acabamento sarrafeado, preparo mecânico	m³	0,21	670,90	140,89
13.2	Regularização do piso/base argamassa traço 1:3 (cimento e areia), esp 3,0cm, preparo manual	m²	10,45	19,49	203,64
13.3	Execução de calçada em concreto não estrutural, com uso de seixo rolado, preparo mecânico e esp de 7cm	m²	10,45	46,49	485,80
13.4	Colocação de Cerâmica anti-derrapante 1A, PEI-5, 40 x 40cm, padrão médio, fixada com argamassa colante e rejuntamento com quartizolite	m²	10,45	27,68	289,22
13.5	Piso anti-derrapante de alta resistência espessura de 8cm, parte frontal da obra	m²	50,00	55,42	2.770,95
14.0	**APARELHOS E METAIS**				**R$ 7.897,51**
14.1	Soleiras de Granito 25 X 3CM	m	12,35	109,51	1.352,47
14.2	Peitoril de Granito L = 25CM ESP = 3CM, Polido	m	6,00	81,20	487,19
14.3	Cabide de louça branca simples tipo gancho	unid	4,00	7,16	28,65
14.4	Bancada de Granito com 02 cubas de aço inoxidável (2,10 X 0,60m)	unid	1,00	2.375,79	2.375,79
14.5	Papeleira de aço inoxidável	unid	2,00	16,29	32,58
14.6	Saboneteira em vidro com suporte em aço inoxidável para sabão líquido	unid	2,00	17,00	34,01
14.7	Papeleira Cromada	unid	2,00	25,44	50,88
14.8	Tanque de Fribra de 3000 litros, inclusive instalação	unid	1,00	177,65	177,65
14.9	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - padrão médio	unid	4,00	305,50	1.222,00
14.10	Bancada de granito com 01 cuba de louça (1,20 X 0,60m)	unid	2,00	1.068,15	2.136,29
15.0	**PINTURA**				**R$ 42.735,84**
15.1	Aparelhamento em esquadria de ferrov ou estrutura metálica	m²	33,00	12,43	410,12
15.2	Aparelhamento em paredes e tetos com selador acrílico	m²	1.144,00	6,46	7.391,38

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.0102357 / pg. 751

15.3	Aplicação de massa acrílica e PVA p/ paredes exterior e interior	m²	1.144,00	19,98	22.858,26
15.4	Pintura latex acrílica externas e internas, com duas demãos	m²	1.144,00	10,56	12.076,06
16.0	**INSTALAÇÕES**				**R$ 36.210,00**
16.1	Instalações Elétricas	vb	1,00	19.500,00	19.500,00
16.2	Instalções Hidrossanitárias	vb	1,00	3.900,00	3.900,00
16.3	Innstalações Hidráulicas	vb	1,00	3.250,00	3.250,00
16.4	Instalação de Combate a Incêndio	vb	1,00	2.560,00	2.560,00
16.5	Instalação Telefônica	vb	1,00	1.800,00	1.800,00
16.6	Instalação de SPDA	vb	1,00	5.200,00	5.200,00
17.0	**LIMPEZA**				**R$ 5.287,36**
17.1	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	456,00	2,31	1.053,36
17.2	LIMPEZA PERMANENTE COM REMOÇÃO DE ENTULHO	vb	1,00	4.234,00	4.234,00
	TOTAL GERAL				**R$ 586.121,87**

Informamos ainda que os serviços foram executados dentro dos padrões de qualidade e prazos determinados, nada havendo que desabone sua conduta.

Por ser verdade, este documento segue assinado por Sérgio de Oliveira Pedrosa (Proprietário do estabelecimento Comercial).

Sérgio de Oliveira Pedrosa
CPF.: 136.997.762-04

Ana Paulina Gonçalves dos Reis
Engenheira Civil
Crea-Am 7996-D

Hallhiton Maciel Geber
Engenheiro Civil
Crea-Am 8017-D

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonio Rabelo (Tabelião)
Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 687 - (92) 3232-8834 - www.cartoriorabelo.com.br
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé por semelhança a firma de:
HALLHITON MACIEL GEBER
Selo: AN044280-04 - Data/Hora: 08/11/2012 13:43:14 Cód. 045
ESCREVENTE: MICHELLE G. IMARÃES DE SENA
FUNETJ: 0,24 FUNDPAM: 0,12
Cód. de validação: 6B2E-BC2A-9A23-1DE6 - www.selotjam.com.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

.

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica, que o profissional Hallhiton Maciel Geber, CREA nº 0404627420AM, como responsável técnico, prestou ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas os serviços abaixo relacionados, com execução concluída de 100% do Contrato, cuja obra teve as seguintes características:

1. Dados da obra ou serviço

1.1 Contrato n.º: **01/2020 – IFAM/CAMPUS MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL;**

1.2 Processo n.º: **23443.024974/2019-93;**

1.3 Contratada: **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP;**

1.4 CNPJ da contratada n.º: **06.539.432/0001-51**;

1.5 Contratante: **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Manaus Distrito Industrial;**

1.6 CNPJ da contratante n.º: **10.792.928/0006-14**;

1.7 Objeto do Contrato: **Reforma e Ampliação do Estacionamento do IFAM/CMDI,** conforme o Edital e seus Anexos e Proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este Instrumento como se nele transcrito estivesse;

1.8 Local da realização da Obra ou serviço: **Avenida Governador Danilo de Matos Areosa, S/N, Distrito Industrial, Manaus/AM**;

1.9 Período de Execução: **de 03/02/2020 até 12/06/2020**;

1.10 Valor final do Contrato: **R$ 347.665,46.**

2. Descrição das Atividades desenvolvidas

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 753

2.1 Reforma e ampliação do Estacionamento do IFAM/CMDI incluindo, entre os principais serviços, a limpeza do terreno, compactação, corte e aterro, escavação, alvenaria, revestimentos, execução de pavimento em bloco sextavado, assentamento de guia e meio-fio, instalação de drenagem pluvial, estrutura de concreto armado, entre outros.

3. Responsável Técnico / Subcontratadas

3.1 Responsável Técnico da Obra

3.1.1 Nome do Responsável Técnico: **Hallhiton Maciel Geber**;

3.1.2 Título Profissional: **Engenheiro Civil;**

3.1.3 RNP Nº: **0404627420;**

3.1.4 ART N.º de registro no CREA/AM: **AM20200201403.**

Manaus, 11 de agosto de 2020.

NIVALDO RODRIGUES E SILVA:14248298287
Assinado de forma digital por NIVALDO RODRIGUES E SILVA:14248298287
Dados: 2020.08.11 08:47:39 -04'00'

Nivaldo Rodrigues e Silva– CPF: 142.482.982-87
Contratante / Diretor Geral

Camila de Menezes Ramos

Camila de Menezes Ramos– CPF: 015.775.692-02
Engenheira Civil - CREA N.º 26712/AM

Legislação
Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia (...) e dá outras providências.
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional e dá outras providências.

Observação: 1 - Na planilha em anexo, estão inseridas as quantidades de serviços executados e as porcentagens sobre a quantidade inicial, onde 100% é a execução integral do serviço e 0% ou “célula vazia” é onde o serviço foi suprimido.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 754

DESCRIÇÃO: ***REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO IFAM/CMDI***
EMPRESA: ***SGRH SERVIÇOS LTDA***
LOCAL: Rua Governador Danilo Areosa, Nº 1672, Distrito Indústrial, Manaus - AM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	PLANILHA CONSOLIDADA	
			QUANT. FINAL	EXECUÇÃO
01.	**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**			
01.01.	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	216,00	100,00%
01.02.	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	432,00	100,00%
02.	**SERVIÇOS PRELIMINARES**			
02.01	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	m²	4,80	100,00%
02.02	TAPUME/CERCAMENTO ALTURA 1,20m TELA PLASTICA FACHADEIRA	m	266,00	100,00%
02.03	TOPOGRAFIA-NIVELAMENTO DE SOLO COM PIQUETES	m²	3.977,76	100,00%
02.04	DEMOLICAO DE CONCRETO SIMPLES	m³	12,48	100,00%
03.	**MOVIMENTAÇÃO DE TERRA**			
03.01	LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO MOTONIVELADORA	m²	4.053,23	100,00%
03.02	COMPACTACAO MECANICA C/ CONTROLE DO GC>=95% DO PN (AREAS) (C/MONIVELADORA 140 HP E ROLO COMPRESSOR VIBRATORIO 80 HP)	m³	695,55	100,00%
03.03	CORTE E ATERRO COMPENSADO	m³	695,55	100,00%
03.04	ESCAVACAO MECANICA CAMPO ABERTO EM SOLO EXCETO ROCHA ATE 2,00M PROFUNDIDADE	m³	122,47	100,00%
03.05	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m³	238,26	100,00%
04.	**ALVENARIAS E REVESTIMENTOS**			
04.01	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m³	1,08	100,00%
04.02	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 19X19X39CM (ESPESSURA 19CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_06/2014	m²	41,19	100,00%
04.03	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	89,20	100,00%

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 755

DESCRIÇÃO: ***REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO IFAM/CMDI***
EMPRESA: ***SGRH SERVIÇOS LTDA***
LOCAL: Rua Governador Danilo Areosa, Nº 1672, Distrito Indústrial, Manaus - AM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	PLANILHA CONSOLIDADA	
			QUANT. FINAL	EXECUÇÃO
04.04	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m²	89,20	100,00%
05.	**PISOS**			
05.01	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7CM, INCLUSO JUNTAS DE DILATACAO EM MADEIRA	m²	43,80	100,00%
05.02	IMPERMEABILIZACAO DE SUPERFICIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRACO 1:3, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E=3 CM	m²	43,80	100,00%
05.03	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	m²	2.678,39	100,00%
06.	**PINTURAS**			
06.01	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO DUAS DEMAOS	m²	57,70	100,00%
06.02	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m²	-	
06.03	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	-	
07.	**ÁGUAS PLUVIAIS**			
07.01	LOCACAO MENSAL DE ANDAIME METALICO TIPO FACHADEIRO, INCLUSIVE MONTAGEM	m²	208,66	100,00%
07.02	TUBO PVC DN 100 MM PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	M	2,21	100,00%
07.03	TUBO CONCRETO SIMPLES DN 300 MM PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALACAO INCLUSIVE ESCAVACAO MANUAL 1M3/M	M	89,08	100,00%
07.04	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	M	16,10	100,00%
07.05	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M	51,88	100,00%
07.06	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	384,29	100,00%

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 756

DESCRIÇÃO: ***REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO IFAM/CMDI***
EMPRESA: ***SGRH SERVIÇOS LTDA***
LOCAL: Rua Governador Danilo Areosa, Nº 1672, Distrito Indústrial, Manaus - AM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	PLANILHA CONSOLIDADA	
			QUANT. FINAL	EXECUÇÃO
07.07	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 45 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	M	203,24	100,00%
07.08	RALO ABACAXI FERRO FUNDIDO 100mm	UN	3,00	100,00%
07.09	SUPORTE PARA CALHA DE 100MM EM FERRO GALVANIZADO, PARA DRENAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	66,00	100,00%
08.	**ESTRUTURAS DE CONCRETO P/ DRENAGEM**			
08.01	TAMPAO FOFO ARTICULADO, CLASSE B125 CARGA MAX 12,5 T, REDONDO TAMPA 600 MM, REDE PLUVIAL/ESGOTO, P = CHAMINE CX AREIA / POCO VISITA ASSENTADO COM ARG CIM/AREIA 1:4, FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	UN	1,00	100,00%
08.02	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA MÉDIA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m³	0,30	100,00%
08.03	GRAUTE FGK=20 MPA; TRAÇO 1:0,04:1,6:1,9 (CIMENTO/ CAL/ AREIA GROSSA/ BRITA 0) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_02/2015	m³	0,18	100,00%
08.04	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	m²	4,66	100,00%
08.05	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE LAJE MACIÇA COM ÁREA MÉDIA MENOR OU IGUAL A 20 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, 18 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	m²	15,18	100,00%
08.06	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	40,20	100,00%
08.07	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	68,60	100,00%

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 757

DESCRIÇÃO: ***REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DO IFAM/CMDI***
EMPRESA: ***SGRH SERVIÇOS LTDA***
LOCAL: Rua Governador Danilo Areosa, Nº 1672, Distrito Indústrial, Manaus - AM

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	PLANILHA CONSOLIDADA	
			QUANT. FINAL	EXECUÇÃO
08.08	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	149,40	100,00%
08.09	ARMAÇÃO DE LAJE DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	20,70	100,00%
08.10	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	0,94	100,00%
08.11	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m³	1,95	100,00%
08.12	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	m²	95,19	100,00%
09.	**INSTALAÇÕES ELÉTRICAS**			
09.01	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 63 (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	M	130,93	100,00%
09.02	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	392,79	100,00%
09.03	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	189,00	100,00%
09.04	POSTE ACO CONICO 7,0m 2 PETALAS COM LUMIÁRIA E LÂMPADA DE LED, DE 100 W	UND	4,00	100,00%
09.05	RELE FOTOELETRICO P/ COMANDO DE ILUMINACAO EXTERNA 220V/1000W - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UND	12,00	100,00%
09.06	RETIRADA POSTE CIRCULAR CONCRETO 9m,SEM REMOCAO	UND	2,00	100,00%
09.07	HASTE ATERRAMENTO ACO SAE 1020 REVESTIDA COBRE 5/8""x2,4m	UND	7,00	100,00%
09.08	BRACO PARA POSTE CURVO COM LUMINÁRIA DE LED	UND	4,00	100,00%
10.	**INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS**			
10.01	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 32 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	m	30,00	100,00%
11.	**SERVIÇOS FINAIS**			
11.01	LIMPEZA FINAL DA OBRA	m²	3.977,76	100,00%
	TOTAL			**100,00%**

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 758

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Nº 929809/2016
Emissão: 28/07/2017
Validade: Indefinida
Chave: Ad2c0

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) - ARTs, constante(s) da Presente CERTIDÃO, tendo sido comprovada a execução e conclusão da(s) obra(s) e/ou serviço(s) indicado(s) conforme descrição(ões) abaixo.

Descrição

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Interessado(a)

Profissional: MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA
Registro: 040457480-7
CPF: 161.386.352-72
Endereço: RUA PROFESSOR JOAO LEDA, 19, COLONIA OLIVEIRA MACHADO, MANAUS, AM, 69074030

Tipo de Registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)
Data Inicial: 10/10/2007

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7,COMBINADO COM O ARTIGO 25 E PARAGRADO UNICO DA RES.218/73 CONFEA
Instituição de Ensino: INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZONIA - UTAM
Data de Formação: 29/09/1999

TECNÓLOGO

TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL
Atribuição: ARTS.3 E 4 DA RESOLUCAO 313/86 DO CONFEA.
Instituição de Ensino: INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZONIA - UTAM
Data de Formação: 06/01/1990

Empresa Contratada

S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA

Informações / Notas

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

- Conforme ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, anexo (05 páginas, emitido em 17/08/2016), circunscrito APENAS às atividades inerentes à sua modalidade, ENGENHEIRA CIVIL, TECNÓLOGA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, em coerência com as suas atribuições profissionais. EXCETUAM-SE: atividades da Eng. Elétrica (instalação de alarme de emergência e bebedouros), por serem fora das atribuições da profissional. O Engenheiro Civil Manasses Ibernon Maia é profissional habilitado no âmbito do sistema Confea-Crea, com registro nacional sob o N.º 040056655-9. CERTIFICAMOS, finalmente, que a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações declaradas constantes nos documentos que se encontram vinculados à presente Certidão de Acervo Técnico ? CAT, cabe aos seus emissores.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

ART(s)

338322014

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 09:35
Chave de Impressão: Ad2c0

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ad2c0
Impresso em: 31/07/2017 às 09:35:22 por: adapt, ip: 191.189.16.0

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Prefeitura do Campus Universitário – PCU
Departamento de Engenharia – DE
Coordenação de Fiscalização de Obras

UFAM

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – ACT 001/2016/CFO/DE/PCU/UFAM

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM**, localizada na Av. Rodrigo Otávio, nº 6200, Bairro Coroado I, Manaus – AM, CEP nº 69.100-000, através do departamento de Engenharia da Prefeitura do Campus Universitário da UFAM-AM, atesta para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **06.539.432/0001-51**, com sede à Rua Albert Sabin, nº 624 – Parque Dez de Novembro, Manaus – AM, tendo como responsável técnico a Eng. Civil MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA, inscrita no CREA-AM nº 4765-D, e executou satisfatoriamente a obra de **REFORMA E ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NBR9050 NO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA – CAMPUS ALTO SOLIMÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM** em Benjamin Constant – AM, referente ao Contrato nº 15/2014 – FUA, conforme dados a seguir:

1. Dados da Obra	
Contrato	015/2014 – FUA
Local de execução	INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA, sito a Rua 1º de Maio, S/N, Bairro Colônia - Benjamin Constant /AM – CEP 69630-000
Período de execução	Início: 02/10/2014 ; Término: 02/02/2015 Prazo de execução efetivo: 120 dias
Valor da Obra	R$ 160.000,00

2. Dados da Contratante	
Razão Social	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CNPJ	04.078.626/0001-97
Endereço	Av. Rodrigo Otávio, nº 6200, Bairro Coroado I, Manaus – AM, CEP nº 69.100-000

3. Dados da Contratada

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 760

Razão Social	SGRH SERVIÇO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – EPP
CNPJ	06.539.432/0001-51
Endereço	Rua Albert Sabin, nº 624 – Parque Dez de Novembro, Manaus – AM

4. Dados do Responsável Técnico	
Nome	MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA
Titulo Profissional	Engenheira Civil
RNP	040457480-7
Registro no Crea	4765-D
ART	33832 / 2014

5. Serviços Executados

910 metros lineares de sinalização tátil, instalação de 106 placas tátil/relevo, instalação de 115 placas de identificação de ambiente, instalação de 08 bebedouros acessíveis, instalação de 08 alarmes de emergência sem fio para Banheiros PNE's, adequação de 08 banheiros e sinalização e demarcação de 540 metros lineares de estacionamento.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA		
1.000.000.001	Barracão de Obra	m²	20,00
1.000.000.002	Placa de Obra	m²	10,00
1.000.000.003	Sanitário para operários	unid	1,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.000.000.001	Administração da obra	mês	4,00
2.000.000.002	Retirda cuidadosa de ladrilho e argam de assent	m²	19,00
2.000.000.003	Demolição de piso em concreto	m³	8,00
2.000.000.004	Demolição de alvenaria de TIJ	m³	6,00
2.000.000.005	Demolição de contrapiso	m²	30,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Prefeitura do Campus Universitário – PCU
Departamento de Engenharia – DE
Coordenação de Fiscalização de Obras
UFAM

2.000.000.006	Regularização manual de concreto	m²	120,00
2.000.000.007	Aterro apiloado manual	m³	6,00
2.000.000.008	Carga manual de entulho	m³	30,00
2.000.000.009	Transp de entulho dist 15km	m³xkm	30,00
2.000.000.010	Eletrod PVC RIG ROSC 1 1/2"	m	60,00
2.000.000.011	Cabo de cobre isolado 6mm	m	120,00
2.000.000.012	Tomada de embutir	unid	8,00
2.000.000.013	Tubo água PVC 32mm+conex+inst	m	30,00
2.000.000.014	Tubo esgoto 50mm+conex+inst	m	30,00
2.000.000.015	Pintura acrílica (concreto)	m²	80,00
2.000.000.016	Piso em concr desempenado (rampas)	m²	35,00
2.000.000.017	Regulariz de piso esp 2cm	m²	45,00
2.000.000.018	Forma e desforma	m²	15,00
2.000.000.019	Piso ceram pel 4 antiderr	m²	30,00
2.000.000.020	Azulejo 15x15 1ª	m²	30,00
2.000.000.021	Piso Ladrilho p/ rampas	m²	40,00
2.000.000.022	Reboco em teto argamassa	m²	5,00
2.000.000.023	Reboco para paredes	m²	20,00
3	ESTACIONAMENTO ADAPTADO		
3.000.000.001	Pintura epoxi (demarcação do piso)	m²	50,00
3.000.000.002	Placa de sinalização (cadeirante)	m²	4,00
4	SINALIZAÇÃO TÁTIL DE PISO		
4.000.000.001	Piso tátil borracha 7mm argam área externa (direcional)	m²	14,00
4.000.000.002	Piso tátil borracha 7mm argam área externa (alerta)	m²	5,00
4.000.000.003	Piso tátil borracha 4mm colada área interna (direcional)	m²	120,00
4.000.000.004	Piso tátil borracha 4mm colada área interna (alerta)	m²	43,00
5	SINALIZAÇÃO VISUAL/TÁTIL PORTAS/CORRIMÃO		
5.000.000.001	Placa tátil/relevo diversa	pçs	106,00
5.000.000.002	Placa tátil para corrimão	pçs	12,00
5.000.000.003	Sinalizador de degraus	pçs	108,00
5.000.000.004	Anel text. sinaliz. de corrimão	pçs	12,00
5.000.000.005	Placa pictograma	unid	115,00
6	EQUIPAMENTOS		
6.000.000.001	Alarme emerg sem fio banheiro	unid	8,00

Av. Rodrigo Otávio, 6.200, Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho - Coroado, Mini Campus setor Sul, CEP: 69077-000 – Manaus/AM Telefones: (92) 3305-4002 e-mail: pcu@ufam.edu.br

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

6.000.000.002	Babedouro acessível	unid	8,00
7	DIVERSOS		
7.000.000.001	Vaso sanit ppd p510 forn e inst	unid	5,00
7.000.000.002	Assento vaso sanit forn e inst	unid	5,00
7.000.000.003	Torneira para lavatório bancada	unid	8,00
7.000.000.004	Lavatório louça suap NBR 9050	unid	5,00
7.000.000.005	Porta sabonete	unid	8,00
7.000.000.006	Espelho cristal moldura madeira	m²	8,00
7.000.000.007	Barra de apoio lateral fixa 80cm	unid	12,00
8	SERVIÇOS COMPLEMENTARES		
8.000.000.001	Limpeza de áreas internas	m²	200,00
8.000.000.002	Limpeza em áreas externas	m²	150,00

6. Identificação do Signatário	
Fiscal do Contrato	
Nome	ABIMAEL FILGUEIRAS DE OLIVEIRA
Cargo / Função	Arquiteto e Urbanista
CAUA	A51.484-5
SIAPI	1757360
CPF	335.759.322-04
Assinatura (com carimbo)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS INSTITUTO NATUREZA E CULTURA Abimael Filgueiras de Oliveira Arquiteto Urbanista
Profissional Habilitado	
Nome	MANASSÉS IBERNON MAIA
Cargo / Função	Engenheiro Civil
CREA	11116-D/AM
SIAPI	1662105
CPF	604.005442-53
Assinatura (com carimbo)	Manassés Ibernon Maia Eng. Civil - SIAPE 1662105 UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 763

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Prefeitura do Campus Universitário – PCU
Departamento de Engenharia – DE
Coordenação de Fiscalização de Obras

UFAM

Fls 5/5 do ACT nº 001/2016/CFO/DE/PCU/UFAM

A referida empresa cumpriu rigorosamente os Termos do contrato firmado e executou as obras em total conformidade aos projetos e às especificações técnicas estabelecidas, não existindo, portanto, nenhum fato que desabone sua Idoneidade Técnica.

Manaus – AM, 17 de agosto de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Prefeitura do Campus Universitário
Atias Augusto Bacellar
Prefeito
CPF 059787.712-04

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Coordenação de Fiscalização de Obras
Eng. Manassés Ibernon Maia
Coordenador
Portaria nº 480/2016
SIAPE – 1662105
CREA-11116-D/AM

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 929809/2016, emitida em 31/07/2017

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 764

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

ART ART
Nº 0000338322014

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA

Título profissional: **ENGENHEIRA CIVIL, TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL** RNP: **040457480-7**

Empresa contratada: **S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA** Registro: **000000339-7**

2. Contratante

Contratante: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69.100-000**

País: **Brasil**

Telefone: **92-3305-4010** Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Contrato: **0420140033832** Celebrado em: **09/05/2014**

Valor: **R$ 160.000,00** Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

Ação Institucional: **Outros**

Situação: **BAIXA DE ART**

Atendido: **SIM** Data da Situação: **20/01/2016**

Motivo: **CONCLUSÃO DA OBRA/SERVIÇO**

Descrição:

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

RUA PRIMEIRO DE MAIO Nº: **05**

Complemento: **CAMPUS ALTO SOLIMÕES/UFAM** Bairro: **COLONIA**

Cidade: **BENJAMIN CONSTANT** UF: **AM** CEP: **69.630-000**

Telefone: Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: Longitude:**

Data de Início: **02/10/2014** Previsão de término: **Não especificado**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1 - OUTRO		
200 - OUTRO > #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)	160.000,00	r$

5. Observações

REFORMA E ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NBR 9050 NO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA - CAMPUS ALTO SOLIMÕES/UFAM - BENJAMIN CONSTANT
INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE
Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA - CPF: 161.386.352-72

_____, _____ de _____ de _____

Local data

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - CNPJ: 04.378.626/0001-97

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 167,68** Pago em: **14/11/2014** Nosso Número: **8300694683**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: a79d8
Impresso em: 31/07/2017 às 09:35:23 por: adapt, ip: 191.189.16.0

Certidão nº 929809/2016
31/07/2017, 08:35
Chave de Impressão: Ad2c0
O documento neste ato registrado foi emitido em 31/07/2017 e contém 7 folhas

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Nº 923273/2015
Emissão: 19/01/2016
Validade: Indefinida
Chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) - ARTs, constante(s) da Presente CERTIDÃO, tendo sido comprovada a execução e conclusão da(s) obra(s) e/ou serviço(s) indicado(s) conforme descrição(ões) abaixo.

Descrição

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

Interessado(a)

Profissional: MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA
Registro: 040457480-7
CPF: 161.386.352-72
Endereço: RUA PROFESSOR JOAO LEDA, 19, COLONIA OLIVEIRA MACHADO, MANAUS, AM, 69074030
Tipo de Registro: DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de Registro: 10/11/1992

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHARIA CIVIL
Atribuição: ART.7,COMB.COM O ART.25 E PAR.UNICO DA RES.218/73 CONFEA

TECNÓLOGO

TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL
Atribuição: ARTS.3 E 4 RES.313/86

TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL
Atribuição: ARTS.3 E 4 DA RESOLUCAO 313/86 DO CONFEA.

Informações / Notas

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.
- Signatário: Sr. ANTÔNIO TIMÓTEO PRINTES DA SILVA, CPF.: 130.024.062-87

ART(s)

67682015, AM20150034283

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

ATESTADO CAPACIDADE TÉCNICA

A Fundação Universidade do Amazonas - FUA, através da **Divisão de Projetos e Fiscalização de Obras da Prefeitura do Campus Universitário da UFAM**, atesta para os devidos fins, que a empresa **SGRH Serviços de Gestão de Recursos Humanos e Construções LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.539.432/0001-51, responsável técnica **MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA**, registro profissional Eng. Civil, **CREA/ AM 4765-D**, com sede à Av. Albert Sabin, nº 624, quadra G, Conj. Shangrilá IV, Parque Dez de novembro, executou satisfatoriamente os serviços de **REFORMA E ADAPTAÇÃO ÁS NORMAS DE ACESSIBILIDADE DO BLOCO 02 DA FACULDADE DE DIREITO E ACESSO AO ESTACIONAMENTO DO SETOR NORTE DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO – UFAM**, conforme discriminação a seguir:

01.0) NATUREZA: **INSTITUCIONAL**

02.0) LOCAL: **Av. Rodrigo Otávio, 6200 – Setor Norte, Campus Universitário, Coroado, Manaus-AM.**

03.0) ÁREA CONSTRUÍDA: **1.341,00 m²**

04.0) RESPONSAVEL TECNICO UFAM (ATESTADO): **Eng. Civil Jerônimo Wallage Araújo Morais – SIAPE: 1680476, CREA/AM 12300-D**

05.0) PRAZO DE EXECUÇÃO: **120 (cento e vinte) dias.**

06.0) DATA DE INÍCIO: **13 de outubro de 2014.**

07.0) VALOR DA OBRA: **R$ 199.000,00 (cento e noventa nove mil reais)**

08.0) TERMO ADITIVO (VALOR): **R$ 13.929,97 (treze mil, novecentos e vinte nove reais e noventa sete centavos),** com prorrogação do prazo de execução de 30 (trinta) dias.

Jerônimo W. Araújo Morais
Engenheiro Civil
CREA/AM 12300-D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Antônio Timóteo Pontes da Silva
Gestor

PREFEITO EM EXERCÍCIO
SIAPE Nº 1758274
CPF 130.024.062-87

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 767

SERVIÇOS EXECUTADOS

OBRA : REFORMAS E ADAPTAÇÕES - ACESSIBILIDADE
ORÇAMENTO : DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES, RETIRADAS E INSTALAÇÕES
CONTRATO: 041/ 2014 - FUA
CONTRATADA: SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA. EPP
LOCAL : BLOCO 02 / FD - SETOR NORTE CAMPUS MANAUS

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO (R$)	PREÇO TOTAL (R$)
	1	**INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS**				
	1.1	BARRACÃO DE OBRA	M2	20,00	170,88	3.417,60
	1.2	PLACA DE OBRA	M2	10,00	223,29	2.232,90
	1.3	SANITÁRIO PARA OPERÁRIOS	UNI	1,00	2.129,79	2.129,79
		TOTAL				**R$ 7.780,29**
	2	**SERVIÇOS PRELIMINARES**				
	2.1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	MÊS	4,00	8.104,15	32.416,60
	2.2	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	M3	2,50	110,28	275,70
	2.3	RETIRADA CUIDADOSA DE LADRILHO E ARGAM DE ASSENT	M2	75,00	9,86	739,50
	2.4	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLO	M3	1,50	29,87	44,81
	2.5	DEMOLIÇÃO DE CONTRAPISO	M2	75,00	9,86	739,50
	2.6	ESCAVAÇÃO MANUAL	M3	3,00	24,85	74,55
	2.7	CARGA MANUAL DE ENTULHO	M3	8,00	12,74	101,92
	2.8	CARGA MANUAL DE TERRA	M3	4,00	11,50	46,00
	2.9	TRANSP. DE ENTULHO DIST. 30KM	M3xKM	360,00	4,80	1.728,00
	2.10	REGULARIZ DE PISO ESP 2CM	M2	278,00	15,40	4.281,20
	2.11	CONCRETO 15MPA PREP MEC	M3	1,00	468,50	468,50
	2.12	ARM FERRO CA50 P/1,00m3 CONCR	UNI	1,00	510,88	510,88
	2.13	FORMA/DESF EM TÁBUAS	M2	8,00	51,01	408,08
	2.14	LADRILHO HIDR 20x20 COM ASSENT	M2	20,00	57,50	1.150,00
	2.15	DIVISÓRIA EM CONCRETO ALT 1.60	M2	3,20	188,60	603,52
	2.16	PINTURA VERNIZ 3 DEM	M2	75,00	10,90	817,50
	2.17	PINTURA ACR 3 DEM	M2	120,00	10,20	1.224,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016
Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas
A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5
Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 768

	2.18	ELETROD PVC RIG ROSC 1 1/2"	M	15,00	16,86	252,90
	2.19	CABO DE COBRE ISOLADO 6MM	M	45,00	4,20	189,00
	2.20	TOMADA DE EMBUTIR	UNI	8,00	15,02	120,16
	2.21	TUBO ÁGUA PVC 32MM+CONEX+INST	M	12,00	15,33	183,96
	2.22	TUBO ESGOTO 50MM+CONEX+INST	M	12,00	20,29	243,48
	2.23	TUBO ESGOTO 100MM+CONEX+INST	M	12,00	31,60	379,20
	2.24	REBOCO EM TETO ARGAMASSA	M2	10,00	16,49	164,90
	2.25	REBOCO PARA PAREDES	M2	20,00	9,47	189,40
	2.26	AZULEJO 15X15 1ª	M2	40,00	35,08	1.403,20
	2.27	PISO CERAM PEI 4 ANTIDERR	M2	8,00	37,13	297,04
		TOTAL				**R$ 49.053,50**
	3	**ESTACIONAMENTO ADAPTADO**				
	3.1	PINTURA EPOXI (DEMARCAÇÃO PISO)	M2	15,00	26,82	402,30
	3.2	PLACA DE SINALIZAÇÃO (CADEIRANTE)	M2	1,00	223,29	223,29
		TOTAL				**R$ 625,59**
	4	**SINALIZAÇÃO TÁTIL DE PISO**				
	4.1	PISO TÁTIL BORRACHA 7mm ARGAM ÁREA EXTERNA (DIRECIONAL)	M2	60,00	116,87	7.012,20
	4.2	PISO TÁTIL BORRACHA 7mm ARGAM ÁREA EXTERNA (ALERTA)	M2	15,00	116,55	1.748,25
	4.3	ASSENT. PISO TÁTIL BORR (COLA)	M2	75,00	10,10	757,50
		TOTAL				**R$ 9.517,95**
	5	**SINALIZAÇÃO VISUAL/TÁTIL PORTAS/CORRIMÃO**				
	5.1	PLACA TÁTIL/RELEVO DIVERSA	PÇS	20,00	99,27	1.985,40
	5.2	PLACA TÁTIL PARA CORRIMÃO	PÇS	8,00	32,32	258,56
	5.3	SINALIZADOR DE DEGRAUS	PÇS	76,00	4,60	349,60
	5.4	ANEL TEXT SINALIZ DE CORRIMÃO	PÇS	8,00	31,75	254,00
	5.5	MAPA TÁTIL ACRÍLICO 45x48cm	PÇS	2,00	1.950,55	3.901,10
	5.6	PLACA PICTOGRAMA PVC	UNI	30,00	21,29	638,70
		TOTAL				**R$ 7.387,36**

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016
Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas
A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5
Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 769

	6	**EQUIPAMENTOS**				
	6.1	PLATAFORMA ELEVATÓRIA C/ENCLAUSURAMENTO VIDRO LAMIN	UNI	1,00	93.206,75	93.206,75
	6.2	ALARME EMERG SEM FIO BANHEIRO	UNI	4,00	1.100,10	4.400,40
	6.3	BEBEDOURO ACESS P/ 113 PESSOAS	UNI	2,00	2.200,00	4.400,00
		TOTAL				**102.007,15**
	7	**DIVERSOS**				
	7.1	VASO SANIT PPD P510 FORN E INST	UNI	4,00	330,02	1.320,08
	7.2	ASSENTO VASO SANIT FORN E INST	UNI	4,00	144,50	578,00
	7.3	PORTA EM MADEIRA E VENEZIANA 1,20x2,10	UNI	4,00	1.112,55	4.450,20
	7.4	PORTA EM COMP PARA WC LAMIN.	UNI	4,00	211,66	846,64
	7.5	PERFIL CANT ALUM 1X1"	M	43,20	17,59	759,89
	7.6	FECHAD DE EMB EXTERNA ACAB SUP	UNI	4,00	210,41	841,64
	7.7	FECHAD DE EMB INT WC ACAB SUP	UNI	4,00	179,50	718,00
	7.8	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO BANCADA	UNI	6,00	31,13	186,78
	7.9	BANCADA DE MARM BRANCO E=3 L=60	M	10,30	409,22	4.214,97
	7.10	PORTA SABONETE	UNI	4,00	20,10	80,40
	7.11	BARRA DE APOIO LATERAL FIXA 80CM	UNI	20,00	180,50	3.610,00
		TOTAL				**R$ 17.606,59**
	8	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**				
	8.1	LIMPEZA DE ÁREAS INTERNAS	M2	120,00	4,34	520,80
	8.2	LIMPEZA DE ÁREAS EXTERNAS	M2	580,00	4,34	2.517,20
	8.3	PLANTIO DE ARBUSTO 1m	UNI	15,00	138,50	2.077,50
		TOTAL				**R$ 5.115,50**
					TOTAL GERAL:	**199.000,00**

SERVIÇOS EXECUTADOS – TERMO ADITIVO

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 770

AJUSTE DE PLANILHA (ADITIVO)

Orçamento Sintético Global (GLOBAL)

DATA BASE - REGIÃO: SINAPI - Manaus/AM (MES: Dezembro/2014 com Desoneração)

OBRA : REFORMAS E ADAPTAÇÕES - ACESSIBILIDADE — **TAXAS: BDI= 27,60% |LS= 85,34%**
ORÇ : DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES, RETIRADAS E INSTALAÇÕES
LOCAL : BLOCO 02 / FD - SETOR NORTE CAMPUS MANAUS

CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO (R$)	PREÇO TOTAL (R$)
	2	**SERVIÇOS PRELIMINARES**				
72897	2.7	CARGA MANUAL DE ENTULHO	M3	0,39	12,74	4,97
72900	2.9	TRANSP. DE ENTULHO DIST. 30KM	M3xKM	11,70	4,80	56,16
89357		TUBO ÁGUA PVC 25MM+CONEXÕES	M	7,00	13,78	96,47
74165/002	2.22	TUBO ESGOTO 50MM+CONEXÕES	M	5,00	20,29	101,45
74165/004	2.23	TUBO ESGOTO 100MM+CONEXÕES	M	4,00	31,60	126,40
73925/002	2.26	AZULEJO 15X15 1ª	M2	39,20	35,08	1.375,00
		TOTAL				**R$ 1.760,44**
	3	**ESTACIONAMENTO ADAPTADO**				
72815	3.1	PINTURA EPOXI (DEMARCAÇÃO PISO)	M2	165,00	26,82	4.425,30
84122	3.2	PLACA DE SINALIZAÇÃO (CADEIRANTE)	M2	3,00	223,29	669,87
		TOTAL				**R$ 5.095,17**
	7	**DIVERSOS**				
74139/001	7.4	PORTA EM COMP PARA WC LAMIN.	UNI	4,00	211,66	846,64
74069/002	7.7	FECHAD DE EMB INT WC ACAB SUP	UNI	4,00	179,50	718,00
73949/003	7.8	TORNEIRA PARA LAVATÓRIO BANCADA	UNI	4,00	31,13	124,52
	7.10	PORTA PAPEL HIGIENICO	UNI	10,00	35,84	358,40
		PORTA TOALHA PAPEL	UNI	4,00	49,50	198,00
83566	2.20	TOMADA DE EMBUTIR	UNI	4,00	15,02	60,08
40729		VÁLVULA DE DESCARGA DE "1 1/2"" COM REGISTRO E ACABAMENTO EM METAL CROMADO	UNI	2,00	260,79	521,58
89495		RALO SIFONADO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO	UNI	4,00	6,25	25,01
86883		SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 3/4" X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃ	UNI	5,00	19,91	99,53

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: Ca30dDdzB9A65zZacd37
Impresso em: 20/01/2016 às 09:26:44 por: adapt, ip: 179.222.67.5

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 771

Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Prefeitura do Campus Universitário – PCU
Departamento de Engenharia - DE

UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS Fls. 06 DPFOR

Fls 6/6 do ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 014/2015-CFO-PCU/UFAM

86884		ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 30CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNI	4,00	5,91	23,63
72295		CAP PVC ESGOTO 100MM (TAMPÃO) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNI	4,00	11,65	46,60
72787		ADAPTADOR PVC SOLDAVEL COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'AGUA 50MMX1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNI	4,00	36,54	146,18
72791		ADAPTADOR PVC SOLDAVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'AGUA 40MMX1.1/4 - FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNI	4,00	28,20	112,80
73953/005		LUMINARIA TIPO CALHA, DE SOBREPOR, COM REATOR DE PARTIDA RAPIDA E LAMPADA FLUORESCENTE 1X40W, COMPLETA, FORNECIMENTO E INSTALACAO	UNI	6,00	74,65	447,88
88420		APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA TEXTURIZADA ACRÍLICA EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DE SACADA DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, UMA COR	M2	30,00	22,28	668,37
7608		CHUVEIRO	UNI	2,00	6,83	13,67
85118		REGISTRO PRESSAO 3/4" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNI	1,00	65,83	65,83
83417		CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 2,5MM2 ANTI-CHAMA	M	100,00	3,75	375,14
		TOTAL				**R$ 4.851,85**
					TOTAL GERAL:	**11.707,46**

A referida Empresa cumpriu rigorosamente os Termos do contrato firmado e executou as obras em total conformidade aos projetos e às especificações técnicas estabelecidas, não existindo, portanto, nenhum fato que desabone sua Idoneidade Técnica.

Manaus (AM), 18 de novembro de 2015.

Jerônimo W. Araújo Morais
Engenheiro Civil
CREA/AM 12300-D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Antônio Timóteo Printes da Silva
Contador
PREFEITO EM EXERCÍCIO
CPF 130.024.062-87

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à nº 923273/2015, emitida em 20/01/2016

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 772

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

ART ART
Nº 0000067682015

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA

Título profissional: **ENGENHARIA CIVIL, TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL** RNP: **040457480-7**

Empresa contratada: **S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA** Registro: **000000339-7**

2. Contratante

Contratante: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69.100-000**

Telefone: **92-3305-4010** Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Contrato: **0420150006768** Celebrado em: **19/09/2014**

Valor: **R$ 199.000,00** Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

Ação Institucional: **Outros**

Situação: **BAIXA DE ART**

Atendido: **SIM** Data da Situação:

Motivo: **CONCLUSÃO DA OBRA/SERVIÇO**

Descrição: **Obra concluída.**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69.100-000**

Telefone: Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: Longitude:**

Data de Início: **13/10/2014** Previsão de término: **Não especificado**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1 - OUTRO		
200 - OUTRO > #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)	199.000,00	R$

5. Observações

REFORMA E ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE DO BLOCO 02 / FACULDADE DE DIREITO E ACESSO AO ESTACIONAMENTO DO SETOR NORTE DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFAM.
INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE
Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA - CPF: 161.386.352-72

_____, _____ de _____ de _____

Local data

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - CNPJ: 04.378.626/0001-97

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 178,34** Pago em: **20/03/2015** Nosso Número: **8300309021**

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-AM

ART OBRA / SERVIÇO
Nº AM20150034283

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

COMPLEMENTAR à 67682015
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA

Título profissional: **ENGENHARIA CIVIL, TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL** RNP: **040457480-7**

Empresa contratada: **S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA** Registro: **000000339-7**

2. Contratante

Contratante: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69100000**

Telefone: **92-3305-4010** Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Contrato: **0420150006768** Celebrado em: **19/09/2014**

Valor: **R$ 13.929,97** Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** CPF/CNPJ: **04.378.626/0001-97**

AV RODRIGO OTAVIO Nº: **6200**

Complemento: **CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR ARTHUR VIRGILIO** Bairro: **COROADO I**

Cidade: **MANAUS** UF: **AM** CEP: **69100000**

Telefone: Email: **cristianlia@ufam.edu.br**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 0 Longitude: 0**

Data de Início: **13/10/2014** Previsão de término: **22/06/2015**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
1 - OUTRO		
200 - OUTRO > #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)	1,00	m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

REFORMA E ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE DO BLOCO 02 / FACULDADE DE DIREITO E ACESSO AO ESTACIONAMENTO DO SETOR NORTE DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFAM. INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO) Referente ao Termo Aditivo nº 01/2015 do Contrato nº 41/2014.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA - CPF: 161.386.352-72

_____, _____ de _____ de _____

Local data

FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - CNPJ: 04.378.626/0001-97

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

O profissional declara serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assume todas as responsabilidades, sob pena de incorrer nas sanções previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro e no art. 10º do Código de Ética Profissional instituído pela Resolução 1002/02 das Condutas Vedadas.

10. Valor

Valor da ART: **R$ 67,68** Pago em: **28/12/2015** Nosso Número: **8301316467**

Certidão nº 923273/2015
20/01/2016, 09:26
Chave de Impressão: Ca30dDdzB9A65zZacd37
O documento neste ato registrado foi emitido em 20/01/2016 e contém 9 folhas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Acervo Técnico

No. 097/2014

Nome: **MEIRIAN TELES MAIA DUARTE PRAIA**
No. CREA: **4765-D/AM**
Modalidade(s): **TECNÓLOGO EM CONSTRUÇÃO CIVIL**
ENGENHEIRO CIVIL
Endereço: RUA PROFESSOR JOAO LEDA N.19
COLONIA OLIVEIRA MACHADO - MANAUS/AM
Atribuições: **ART.7,COMB.COM O ART.25 E PAR.UNICO DA RES.218/73 CONFEA**
ARTS.3 E 4 RES.313/86

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA constam a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 18816/2013 de 08/07/2013
Contratante: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE.
Empresa Contratada: S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA
Local Obra/Serviço: RUA OSWALDO CRUZ, 51, GLÓRIA
- MANAUS/AM
Valor Obra/Serviço: R$ 20.000,00
Execução de Serviços de Engenharia referente à Realização do serviço de isolamento acústico da Sala de Reunião e sala do gabinete da Superitendência Estadual da FUNASA/AM, com 60,3m². Contrato nº 10/2013. Prazo de Execução de 30 (trinta) dias.
INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE
Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

Histórico: Conforme atestado anexo (01 página, emitido em 08/11/2013), circunscrito APENAS às atividades inerentes as suas modalidades, ENG.CIVIL, em coerência com as suas correspondentes atribuições profissionais. Obs.: Signatários do atestado - Sr. Gedeão Timóteo Amorim: CPF Nº 011.968.202-87; Sr. Paulo Roberto da Silva Machado: CPF Nº 193.433.372-72 e Eng. Civ. Wemerson Luis de Souza: CPF Nº 008.407.236-95. CERTIFICAMOS, finalmente, que a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações declaradas constantes nos documentos que se encontram vinculados à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, cabe aos seus emissores.

Manaus, 27 de janeiro de 2014

ENGENHEIRO CIVIL TELAMON BARBOSA FIRMINO NETO
PRESIDENTE

CONFEA CREA-AM

Eng. Civ. Anna Isabell E. Oliveira
CREA - 6030 D/AM-RR / Mat. 331/98 CREA-AM
Assessora Técnica

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS
Rua Oswaldo Cruz n. 53, Bairro da Glória - CEP 69027-000 - Manaus-AM.
Fone (92) 3301-4132 Fax (92) 3301-4114.

CREA-AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 097/14
27 JAN. 2014
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data / /

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o n. 06.539.432/0001, firmou, com a Superintendência Estadual do Amazonas da Fundação Nacional de Saúde, CNPJ n. 26.989.350/0002-05, situada na Rua Oswaldo Cruz s/n, Glória, CEP 69027-000, o Contrato n. 10/2013 com vigência no período de 5 de julho a 4 de agosto de 2013, com início dos serviços no dia 8 de julho e término no dia 19 do mesmo mês e ano, tendo como Responsável Técnico a Engenheira Meirian Teles Duarte Praia.

Conforme cláusula contratual, os seguintes serviços foram executados:

1 – DESMONTAGEM

1.1 – Desmontagem das divisórias e vidraçarias antigas, totalizando 60,3 m².
1.2 – Remoção dos materiais retirados do local, 60 m².

2 – MONTAGEM

2.1 – Montagem de divisória com abafamento acústico, totalizando 60,3 m².
2.2 – Montagem de lã de vidro com abafamento antissom, 60,3 m².
2.3 – Montagem de 3 portas acústicas.
3 – Emassamento, com massa tipo acrílica, de toda área construída, totalizando 60,3 m².
4 – Pintura geral com tinta tipo acrílica branca, de toda área construída, 60,3 m².

A empresa prestadora dos serviços demonstrou pontualidade nos compromissos assumidos, cumpriu os prazos e as condições contratuais estabelecidas, nada havendo que desabone a empresa, até a presente data, sem qualquer registro de restrições quanto a sua capacidade técnica.

Manaus, 8 de novembro de 2013.

Gedeão Timóteo Amorim
Superintende Estadual da FUNASA-AM.

Wemerson Luis de Sousa
Engenheiro Civil – Siape n. 1381034.
CREA/AM n. 16955 – RNP 0409336440.

Paulo Roberto da Silva Machado
Chefe da Divisão de Engenharia e Saúde Pública - DIESP
SIAPE 515077

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
EQSW 103/104, Lote 1, MÓDULO "B", Complexo Administrativo Sudoeste, Blocos "A", "B", "C", "D" – BRASÍLIA-DF
CEP: 70.670-350 - Telefone: (61) 3341-9400

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP**, CNPJ **06.539.432.0001-51**, executou para o **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, criado pela Lei n° 11.516, de 28/08/2007, com sede e foro em Brasília/DF, e jurisdição em todo Território Nacional, inscrito sob o n° 08.829.974/0002-75, dentro dos prazos e padrões estabelecidos, referente a **reforma da sede do Flutuante do ICMBio**, localizado no Parque Nacional do Jaú, Novo Airão - AM, Contrato nº 087/2010 de 27/07/2010, tendo como responsável técnico o Engenheiro Civil WALLACE NEWTON NEVES DE SOUZA, CREA-AM 12765-D, conforme as características a seguir:

Local do serviço: Parque Nacional do Jaú - base II			
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT**
1.0	**ADMINISTRAÇÃO DA OBRA**		
1.1	ENGENHEIRO CIVIL (1)	h	60,00
1.2	MESTRE DE OBRAS (1)	h	120,00
1.3	ENCARREGADO (1)	h	120,00
1.4	ALMOXARIFE(1)	h	120,00
1.5	VALE-TRANSPORTE ( )	unid	90,00
1.6	VALE-REFEIÇÃO ( )	unid	45,00
2.0	**DEMOLIÇÕES E RETIRADAS**		
2.1	Demolição de telhas onduladas	m^2	168,00
2.2	Retirada de estrutura de madeira	m^2	168,00
2.3	Retirada de telhas onduladas	m^2	168,00
2.4	Carga manual de entulho em caminhão basculante 6m^3	m^3	12,00

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 777

2.5	Transporte local em leito natural, com caminhão basculante 6m³	m³/Km	400,00
3.0	**COBERTURA**		
3.1	Cumeeira para telha termoacústica c/ acessórios p/ fixação	m	17,00
3.2	Telha galvalume 5mm	m²	168,00
3.3	Estrutura em madeira de lei	m²	168,00
4.0	**PINTURA**		
4.1	Imunização madeiramento cobertura com imunizante incolor	m²	168,00
4.2	Pintura imunizante para madeira, duas demãos	m²	168,00
4.3	Limpeza final da obra	m²	168,00
4.4	Aluguel de um barco e combustivel**	diária	1.225,00

Brasília/DF, 26 de agosto de 2014.

José Luiz Roma
Coordenador de Administração
COADM/CGATI/DIPLAN/ICMBio
Port. nº 282 de, 09/08/2012

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
EQSW 103/104, Lote 1, MÓDULO "B", Complexo Administrativo Sudoeste, Blocos "A", "B", "C", "D" – BRASÍLIA-DF
CEP: 70.670-350 - Telefone: (61) 3341-9400

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP**, CNPJ **06.539.432.0001-51**, executou para o **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, criado pela Lei n° 11.516, de 28/08/2007, com sede e foro em Brasília/DF, e jurisdição em todo Território Nacional, inscrito sob o n° 08.829.974/0002-75, dentro dos prazos e padrões estabelecidos, referente a **reforma da sede do ICMBio no município de Lábrea – AM**, localizada na Rua Luís Falcão, S/N, CEP: 69.830-000, Contrato nº 087/2010 de 27/07/2010, tendo como responsável técnico o Engenheiro Civil WALLACE NEWTON NEVES DE SOUZA, CREA-AM 12765-D, conforme as características a seguir:

Local do serviço: NGI Lábrea, Rua Luis Falcão- Lábrea AM			
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS			
OBRA: Reforma da sede do ICMBio			
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QUANT**
1	**DEMOLIÇÕES RETIRADAS E REMOÇÕES**		
1.1	Retirada do telhamento	m²	86,00
1.2	Retirada da estrutura da cobertura	m²	46,00
1.3	Retirada do forro	m²	90,00
1.4	Retirada de entarugamento do forro	m²	90,00
1.5	Retirada de esquadria de madeira		26,00
1.6	Retirada de material hidro-sanitário	v.b	1,00
1.7	Retirada de material hidrálico	v.b	1,00
1.8	Demolições de instalações elétrica	v.b	1,00
1.9	Demolições, retirada e remoção de reboco paulista	m²	68,00
1.10	Demolições e retirada de pintura	m²	512,00
1.11	Limpeza provisória	v.b	1,00
2	**COBERTURA**		
2.1	Fornecimento e execução de estrutura de cobertura	m²	46,00

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.0102857 / pg. 779

3	**TELHAMENTO**		
3.1	Fornecimento e execução de telhas de alumínio	m²	86,00
4	**FORRO**		
4.1	Fornecimento e execução da estrutura do forro (entarugamento) a cada 0,50m	m²	52,00
4.2	Fornecimento e execução de forro em pvc	m²	90,00
5	**INSTALAÇÕES**		
5.1	**Elétrica**		
5.1.1	Quadro de distribuição 12 circuitos	und	1,00
5.1.2	Caixa para medição trifásica	und	1,00
5.1.3	Dijuntor trifásico 100 amp	und	1,00
5.1.4	Cabo 2,5mm preto	m	76,00
5.1.5	Cabo 2,5mm vermelho	m	75,00
5.1.6	Dijuntor bifásico 32 amp	und	2,00
5.1.7	Tomada 2p+t	und	10,00
5.1.8	Interruptor de 1 tecla	und	10,00
5.1.9	Interruptor de 2 teclas	und	2,00
5.1.10	Luminária 2x40 Comercial completa	und	2,00
5.1.11	Fita isolante 3M ou Tigre	m	50,00
5.2	**Hidráulica**		
5.2.1	Assentamento de tubos de PVC 1/2"	m	30,00
5.2.2	Assentamento de tubo de PVC 1"	m	25,00
5.2.3	União PVC soldável 60mm	und	1,00
5.2.4	Bucha de redução longa 32x25	und	1,00
5.2.5	Joelho PVC L/Re/Bucha de latão 20mmx1/2	und	6,00
5.2.6	Joelho PVC L/Re/Bucha de latão 25mmx1/2	und	6,00
5.2.7	Colocação de joelho de PVC 1"	und	2,00
5.2.8	Colocação de joelho de PVC 1/2"	und	6,00
5.2.9	Colocação de tes de PVC 1/2"	und	4,00
5.2.10	Colocação de tes de PVC 1"	und	3,00
5.2.11	Caixa sifonada	und	2,00
5.2.12	Junção PVC 1"	und	2,00
5.2.13	Curva PVC 1"	und	3,00
5.2.14	Luva PVC 1"	und	6,00
5.2.15	Curva PVC 1/2"	und	10,00
5.2.16	Luva PVC 1/2"	und	6,00
5.3	**Hidro-Sanitária**		
5.3.1	Assentamento de tubos p/ esg. PVC 100mm	m	15,00
5.3.2	CAIXA sifonada de PVC rígido, 150 x 185 x 75 mm	Pt	2,00
5.3.3	Colocação de joelho p/esg. PVC 100mm	und	2,00
5.3.4	Colocação de junção p/esg. PVC 50mm	und	1,00
5.4	**Esgoto sanitário com limpeza de fossa**	v.b	1,00

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 780

5.5	**Instalações de aparelhos de refrigeração e limpeza dos existentes**	unid	4,00
6	**REVESTIMENTO**		
6.1	Reboco paulista	m²	68,00
7	**PINTURA**		
7.1	Aparelhamento em parede com selador acrílico 2 demãos	m²	782,00
7.2	Pintura acrílica em parede interna e externa com 2 demãos	m²	782,00
8	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
8.1	Limpeza complementar	v.b	1,05

Brasília/DF, 26 de agosto de 2014.

José Luiz Roma
Coordenador de Administração
COADM/CGATI/DIPLAN/ICMBio
Port. nº 282 de, 09/08/2012

ICMBio/CDoc
0781462

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
EQSW 103/104 - Lote 1, MÓDULO "B", Complexo Administrativo Sudoeste, Blocos "A", "C" e "D" – Brasília/DF **CEP: 70670-350 Telefone: (61) 3341-9400 – Fax: (61) 3341-9480**

Ofício nº 174/2014 – SECON/COADM/CGATI/DIPLAN/ICMBio

Brasília, 26 de agosto de 2014.

A Sua Senhoria o Senhor
SAID TAVARES LIBÓRIO
Representante da **SGRH SERV. DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COM. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP.**
Rua Rio Branco nº 707
Bairro São Raimundo
Manaus/AM
CEP: 69.027-034

Assunto: Encaminhamento de Atestado de Capacidade Técnica

Prezado Senhor,

Em atendimento a Vossa solicitação, encaminho Atestado de Capacidade Técnica, referente a prestação de serviços objeto do **Contrato nº 87/2010.**

Atenciosamente,

José Luiz Romão
Coordenador-Geral de Administração e Tecnologia da Informação - Substituto
CGATI/DIPLAN/ICMBio

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Certidão de Acervo Técnico

No. 791/2014

Nome: **CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR**
No. CREA: **15737/AM**
Modalidade(s): **ENGENHEIRO ELETRICISTA**
Endereço: RUA FORTALEZA N.18B
NOSSA SENHORA DAS GRACAS - MANAUS/AM
Atribuições: **ARTIGOS 8° E 9° DA RESOLUÇÃO N° 218/73 DO CONFEA, COM OBSERVANCIA AO SEU ARTIGO 25 E PARÁGRAFO ÚNICO.**

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA constam a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 23922/2014 de 20/08/2014
Contratante: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
Empresa Contratada: S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA
Local Obra/Serviço: AV. DARCY VARGAS, 1200, PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - MANAUS/AM
Valor Obra/Serviço: R$ 95.782,02
SERVIÇO DE REPARO E MANUTENÇÃO DE UMA SUBESTAÇAO DE 1100 KVA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS / EST, CONFORME O EMPENHO Nº 2014NE02112. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS ABAIXO: - TROCA DE CABO 35MM DE MEDIA TENSÃO COM MUFLAS; - TROCA DE ÓLEO MINERAL DO TRANSFORMADOR; - RECUPERAÇÃO DO DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO; - ANÁLISE DO ÓLEO; - RETIRADA DE VAZAMENTO DO TRANSFORMADOR DE 300KVA; - TROCA DE DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 1000AMP; PINTURA E LIMPEZA DA SUBESTAÇÃO; INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

Histórico: Conforme atestado anexo (02 páginas, emitido sem data), circunscrito APENAS às atividades inerentes à sua modalidade, ENG. ELETRICISTA, em coerência com as suas atribuições profissionais. Obs.: 1- Signatário do atestado na condição de Representante Legal da Contratante (Diretor da Escola Superior de Tecnologia - EST/UEA) e profissional habilitado, Eng. Elet. Cleto Cavalcante de Souza Leal: CPF N. 241.031.522-49. CERTIFICAMOS, finalmente, que a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações declaradas constantes nos documentos que se encontram vinculados à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, cabe aos seus emissores.

Manaus, 11 de dezembro de 2014

ENGENHEIRO CIVIL TELAMON BARBOSA FIRMINO NETO
PRESIDENTE

CONFEA CREA-AM

Engª Civil [illegible] Pereira
CREA - 6030 D/AM-RR / Mat. 331/96 CREA-AM
Assessora Técnica

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 783

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CREA-AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 791/14
11 DEZ. 2014
Este Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP**, CNPJ **06.539.432.0001-51**, executou para o **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA**, dentro dos prazos e padrões estabelecidos, referente aos **Serviços de Reparo e Manutenção de Uma Subestação de 1100Kva da Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas**, localizado naAvenida Darcy Vargas, nº 1200 – Parque Dez de Novembro, Manaus - AM, Contrato nº 037/2014 – UEA,datado de 08 de Agosto de 2014, com execução do serviço realizado no período entre 08 de Agosto de 2014 e 12 de Setembro de 2014; tendo como responsável técnico o Engenheiro EletricistaCarlos Nascimento Nonato Júnior, CREA-AM 15737/AM, conforme as características a seguir:

Local do Serviço: Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas			
DESCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO			
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**UNID**	**QUANT**
1.0	**DESPESAS PRELIMINARES**		
1.1	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	Unid	1,00
2.0	**MÃO-DE-OBRA**		
2.1	ENGENHEIRO ELÉTRICO	Sv	1,00
2.2	TÉCNICO EM ELETRICIDADE DE ALTA E BAIXA TENSÃO	Sv	1,00
2.3	AUXILIAR TÉCNICO EM ELETRICIDADE	Sv	1,00
3.0	**Fornecimento de Material**		
3.1	QUADRO ELÉTRICO DE 1600AMP C/ 18 CIRCUITOS	Unid	1,00
3.2	ÓLEO LUBRIFICANTE P/ TRANSFORMADOR	L	3,00
3.3	CABO COBRE 8,7/15KV – 35MM	m	168,00
3.4	DISJUNTOR TRIF 3VT4710-3AA30 1000ª 65KA 0AA0 S/DI	Pç	1,00
3.5	DISPARADOR SOBRECOR ELETRON 3VT4 400-1000ª 3VT94	Pç	1,00
3.6	MUFLA CONTRATIL A FRIO EXT/ INT TM-20-C-50E	Pç	8,00
3.7	QUADRO DE SOBREPOR 56/40 225ª	Pç	1,00

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 784

CREA-AM
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 7941/14
11 DEZ. 2014
Esta Documento é parte integrante da Certidão de Acervo Técnico expedida nesta data

3.8	KIT TG 56S-X DIN 225ª	Pç	1,00
3.9	DISJUNTOR SD62 2P C 32A	Pç	7,00
3.10	DISJUNTOR SD61 1P B 25A	Pç	12,00
3.11	DISJUNTOR SD61 1P 32A	Pç	17,00
3.12	DISJUNTOR TRIF EZC250N3150 150ª 25KA	Pç	1,00
4.0	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
4.1	TESTES DE LIGAÇÃO DAS CHAVES SECCIONADORAS	Sv	1,00
4.2	TESTES DE MUFLA	Sv	1,00
4.3	PINTURA DA SUBESTAÇÃO	Sv	1,00
4.4	LIMPEZA FINAL DA SUBESTAÇÃO	Sv	1,00

Prof. Cleto Cavalcante de Souza Leal
DIRETOR

(Cleto Cavalcante de Souza Leal)

Eng. Eletricista CREA/AM: 7624D

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 785

CREA-AM
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas
ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Usuário: marcio.costa Terminal: 179.222.92.67 Em: 21/08/14-11:11

ART N.º: **0023922/2014**
Cadastro: **20/08/2014**
Início da Obra: **16/07/2014**
Assinatura Contrato: **16/07/2014**
Aberta

Contratado

Nome do Profissional Responsável	Título do Profissional Responsável	N.º Reg. no CREA-AM
CARLOS NASCIMENTO NONATO JUNIOR	ENGENHEIRO ELETRICISTA	15737/AM
Endereço do Profissional Responsável/CEP		**Telefone Profissional**
RUA FORTALEZA, 18B, - NOSSA SENHORA DAS GRACAS - MANAUS/AM		92-3663-1759
Nome da Empresa Contratada	**N.º Reg./Visto no CREA-AM**	**Telefone Empresa**
S G R H SERV.DE GESTAO DE RECURSOS HUMANOS E CONST.LTDA	5022	92-3087-5721

Contratante

Nome do Contratante	CPF ou CGC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	04.280.196/0001-76
Endereço para Correspondência	**Telefone**
AV. DJALMA BATISTA, 3578, FLORES - MANAUS/AM	92-3214-5774

Descrição

Resumo do Contrato: Descrito da Obra e/ou Serviço Contratado, Condições, Prazo, Qualificação, Custos, etc.

SERVIÇO DE REPARO E MANUTENÇÃO DE UMA SUBESTAÇAO DE 1100 KVA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS / EST, CONFORME O EMPENHO Nº 2014NE02112.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS ABAIXO:
- TROCA DE CABO 35MM DE MEDIA TENSÃO COM MUFLAS;
- TROCA DE ÓLEO MINERAL DO TRANSFORMADOR;
- RECUPERAÇÃO DO DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO;
- ANÁLISE DO ÓLEO;
- RETIRADA DE VAZAMENTO DO TRANSFORMADOR DE 300KVA;
- TROCA DE DISJUNTOR TRIFÁSICO DE 1000AMP; PINTURA E LIMPEZA DA SUBESTAÇÃO;

INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE
Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

Característica	Valor da Obra/Serviço	Valor do Honorário
Contrato	95.782,02	1.000,00

Assinaturas

Assinaturas

Local e Data

Profissional Responsável

Contratante

SGRH Serv. de Gest. de Rec.Hum. e Const Ltda- EPP
CNPJ: 06.539.432/0001-51
Maria Cecília Libório
Sócia-Administradora

Declaro ser de minha responsabilidade, dentro das atividades assumidas nesta ART, o atendimento às **regras de acessibilidade** previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
(Esta declaração se aplica apenas para os casos previstos no art. 11, § 1º, do citado Decreto)
Este Documento anota perante o CREA-AM, para os efeitos legais, o Contrato Escrito ou Verbal realizado entre as Partes (Lei 6.496/77)

Reservado ao Resp. Téc.

Nome do Proprietário	CPF ou CGC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS / EST	04.280.196/0001-76
Endereço da Obra e/ou Serviço	**CEP**
AV. DARCY VARGAS, 1200, ANTIGA UTAM - PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - MANAUS/AM	69.050-020

Atividade	Quantidade	Unid.	Reduções	Especificação
CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)	95.782,02	R$		

Descrição Complementar da Obra e/ou Serviço

Participação	Tipo	Vínculo	Entidade de Classe
Equipe	Normal	Autônomo	A.R.T. SEM ENTIDADE INFORMADA

Vinculada
à ART n.º Do Profissional -

Valor
R$ 167,68

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 786

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Processo: 50013.000347/2019-08

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO EXECUTADO
CONTRATO EM ANDAMENTO

Declaramos, para os devidos fins, a requerimento da Empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA-EPP**, com sede à Rua 5 de Setembro nº 240 – São Raimundo – CEP: 69027-010, Manaus/AM, inscrita no CNPJ nº 06.539.432/0001-51 conforme informações constantes no processo nº 50013.000124/2018-51; que o mesmo teve com o DNIT—DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES contrato para execução de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na Unidade Local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços, no Estado do Amazonas, por meio do Contrato nº AH-000924/2018-00, o qual apresentou as seguintes características:

Edital:	Pregão, na forma eletrônica, nº 0259/1827/2018 DNIT
Nº do Contrato:	AH-000924/2018-00, celebrado em 30/11/2018
Objeto:	Contratação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na unidade local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços
Prazo Contratual:	04/12/2018 a 29/11/2019
Valor Inicial do Contrato:	R$ 294.998,61 (duzentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos)
Percentual Contratual Realizado:	Serviços executados e medidos: 100,00 % dos serviços contratados
Processo de Origem:	50013.000124/2018-51

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS

A realização dos serviços que tem por objeto a contratação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na unidade local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços, as duas localidades situadas no Estado do Amazonas, estão em andamento com fundamento na Lei nº 10.520/02, a Lei Complementar nº 123/06, os Decretos nº 5.450/05 e 6.204/07, a IN 02 SLTI/MP, de 11 de outubro de 2010, e, subsidiariamente, as Leis nº 8.666/93 e 9.784/99, o Decreto 3.555/00, alterado pelos Decretos 3.693/00 e 3.784/01

Os serviços estão de acordo com as normas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, assim como atendem às exigências, condições e especificações, expressas no Edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 0259/1827/2018 DNIT, constante do processo nº 50013.000124/2018-51 e seus Anexos.

As atividades executadas, até a data de 29/11/2020, de acordo com as informações da fiscalização do contrato, são as discriminadas, a seguir:

DNIT DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

OBJETO: Contratação de empresa especializaca em prestação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades cesta administração hidroviária

Obra / Local:	*MANUTENÇÃO PREDIAL AH/MOC-DNIT/AM*		*TOTAL GERAL DO CONTRATO = R$ 294.998,61*		
Data-Base:	*DEZ./2017*		*TOTAL GERAL DAS MEDIÇÕES = R$ 294.998,61*		
BDI (%):	*34,32*		*PORCENTAGEM GERAL DAS MEDIÇÕES = 100,00 %*		
LS (%):			*CONTRATO: AH - 00924/2018*		
Fase/Item	Descrição dos Serviços	UN.	Qtde. de Contrato	Qtde. Acumulada	Porcentagem %
1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - INTERNAS E EXTERNAS				
1.1	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos, tipo U simples, com 3/4"	pç	50,00	50,00	100%
1.2	Abraçadeira em aço para amarração de eletrodutos, tipo U simples, com 1"	pç	50,00	50,00	100%
1.3	Caixa de luz/tomada 4x2	unid	30,00	30,00	100%
1.4	Caixa de luz/tomada 4x4	unid	30,00	30,00	100%

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 787

1.5	Disjutor Bipolar 20A	pç	20,00	20,00	100%
1.6	Disjutor Bipolar 32A	pç	20,00	20,00	100%
1.7	Disjutor Bipolar 40A	pç	20,00	20,00	100%
1.8	Disjutor monofásico 10A	pç	20,00	20,00	100%
1.9	Disjutor monofásico 15A	pç	20,00	20,00	100%
1.10	Disjutor monofásico 20A	pç	20,00	20,00	100%
1.11	Disjutor monofásico 25A	pç	20,00	20,00	100%
1.12	Disjutor monofásico 30A	pç	10,00	10,00	100%
1.13	Disjutor monofásico 40A	pç	10,00	10,00	100%
1.14	Disjutor trifásico 100A	pç	10,00	10,00	100%
1.15	Eletroduto flexível plano em PEAD, cor preta e laranja, diâmetro 32 mm	m	200,00	200,00	100%
1.16	Eletrodutos d = 1 " - fornecimento e assentamento	m	80,00	80,00	100%
1.17	Eletrodutos d = 3/4 " - fornecimento e assentamento	m	80,00	80,00	100%
1.18	Cabo de cobre isolamento termoplástico 2,5 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	300,00	100%
1.19	Cabo de cobre isolamento termoplástico 4,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	300,00	100%
1.20	Cabo de cobre isolamento termoplástico 6,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	300,00	100%
1.21	Cabo de cobre isolamento termoplástico 10,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	300,00	300,00	100%
1.22	Cabo de cobre isolamento termoplástico 25,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	100,00	100%
1.23	Cabo de cobre isolamento termoplástico 50,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	100,00	100%
1.24	Cabo de cobre isolamento termoplástico 95,0 mm² anti- chama - fornecimento e instalação	m	100,00	100,00	100%
1.25	Poste metálicc com luminária simples tipo globo - fornecimento e instalação	unid.	3,00	3,00	100%
1.26	Poste metálicc, com luminária dulpla tipo globc - fornecimento e instalação	unid.	3,00	3,00	100%
1.27	Ponto de tomada 100 W, inclusive rasgos na alvenara, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	30,00	30,00	100%
1.28	Ponto de luz em teto, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	30,00	30,00	100%
1.29	Instalação de luminária fluorescente completa com 2 lâmpadas de 40W	unid.	10,00	10,00	100%
1.30	Instalação de luminária fluorescente completa com 2 lâmpadas de 20W	unid.	10,00	10,00	100%
1.31	Ponto de interruptor simples, inclusive rasgos na alvenaria, eletrodutos, caixas e fiação	unid.	20,00	20,00	100%
1.32	Quadro de distribuição para 18 disjuntores	unid.	3,00	3,00	100%
1.33	Quadro de distribuição com barramento trifásico, de embutir, em chapa de aço galvanizado, para 30 disjuntores DIN, 100 A	unid.	5,00	5,00	100%
1.34	Refletor redondo em alumínio anodizado para lâmpada vapor de mercúrio/sódio, corpo em alumínio com pintura epoxi, para lâmpada e-27 de 300 W, com suporte redondo e aça regulável para fixação	unid.	10,00	10,00	100%
1.35	Refletor para lâmpada de 250 W	unid.	10,00	10,00	100%
1.36	Reator para lâmpada 20W x 127V (2 lâmpadas)	unid.	20,00	20,00	100%
1.37	Reator para lâmpada 40W x 127V (2 lâmpadas)	unid.	20,00	20,00	100%
1.38	Interruptor 1 seção simples de embutir	pç	30,00	30,00	100%
1.39	Interruptor 2 seção simples de embutir	pç	30,00	30,00	100%
1.40	Interruptor 3 seção simples de embutir	pç	30,00	30,00	100%
1.41	Lâmpada vapor de mercúrio 250 W	unid.	20,00	20,00	100%
1.42	Lâmpada mista 250 W/220 V bocal E40	unid.	20,00	20,00	100%
1.43	Lâmpada fluorescente de 20W	unid.	100,00	100,00	100%
1.44	Lâmpada fluorescente de 40W	unid.	50,00	50,00	100%
1.45	Lâmpada eletrônica espiral compacta 25 W, branca, 6000 H, 6400 K, 127 V25W/12V	unid.	100,00	100,00	100%
1.46	Tomada de 10A	unid.	30,00	30,00	100%
1.47	Tomada de 20A	unid.	30,00	30,00	100%
1.48	Placa cega 4x2	unid.	20,00	20,00	100%
1.49	Instalação de SPDA	unid.	1,00	1,00	100%
1.50	Marutenção da subestação abaixadora	unid.	1,00	1,00	100%
2	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS				
2.1	Ponto hidráulico, inclusive rasgos na alvenaria, tubulação e conexões	unid.	20,00	20,00	100%
2.2	Ponto de esgoto primário (d = 100 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	20,00	100%
2.3	Ponto de esgoto secundário (d= 75 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	20,00	100%
2.4	Ponto de esgoto secundário (d= 50 mm), inclusive fornecimento e instalação de tubulação e conexões	unid.	20,00	20,00	100%
2.5	Tubo PVC D= 20 mm - água fria	m	60,00	60,00	100%
2.6	Tubo PVC D= 25 mm - água fria	m	60,00	60,00	100%
2.7	Tubo PVC D= 32 mm - água fria	m	60,00	60,00	100%
2.8	Tubo PVC D= 40 mm - água fria	m	60,00	60,00	100%
2.9	Tubulação de PVC para esgoto d= 40 mm	m	18,00	18,00	100%
2.10	Tubulação de PVC para esgoto d= 50 mm	m	60,00	60,00	100%
2.11	Tubulação de PVC para esgoto d= 75 mm	m	60,00	60,00	100%

Documento(s) GOAC-INSTALAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254309) SEI 2023.0102935 / pg. 168

2.11	Tubulação de PVC para esgoto d= 75 mm	m	50,00	60,00	100%
2.12	Tubulação de PVC para esgoto d= 100 mm	m	50,00	60,00	100%
2.13	Tubo de esgoto em PVC com D = 150 mm e juntas soldadas	m	50,00	60,00	100%
2.14	Limpeza de Fossa séptica	unid.	2,00	2,00	100%
3	REDE DE COMBATE À INCÊNDIO				
3.1	Extintor PQS ABC 6kg	unid.	4,00	4,00	100%
3.2	Extintor PQS ABC 10kg	unid.	4,00	4,00	100%
3.3	Regularização junto ao Corpo de Bombeiros	unid.	1,00	1,00	100%
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	**Serviços de Pavimentação**				
4.1.1	Base estabilizada granulometricamente com misturasolo-seixo-areia (40%-30%-30%)	m³	20,00	20,00	100%
4.1.2	Bloco de concreto intertravado, e = 6 cm, tipostockholm, sobre camada de areia	m²	20,00	20,00	100%
4.1.3	Meio-fio de concreto - MFC 01 AC/BC	m	20,00	20,00	100%
4.1.4	Sarjeta trapezoidal de concreto - SZC 01 AC/BC	m	20,00	20,00	100%
4.2	**Reparos em concreto armado**				
4.2.1	Forma em compensado plastificado 12 mm (utilização 5 x)	m²	100,00	100,00	100%
4.2.2	Desforma	m²	100,00	100,00	100%
4.2.3	Concreto estrutural fck= 30 MPa - preparo e lançamento	m³	10,00	10,00	100%
4.2.4	Armação em tela soldada Q-138 (10 cm x 10 cm - 4.2 mm x 4.2 mm)	kg	700,00	700,00	100%
4.3	**Pavimentação predial**				
4.3.1	Cerâmica 20 x 20 cm fixada com argamassa colante	m²	100,00	100,00	100%
4.3.2	Rejuntamento de piso cerâmico com cimento branco	m²	30,00	80,00	100%
4.3.3	Calçada em concreto desempenado, e= 7 cm	m²	120,00	120,00	100%
5	PAREDES E REVESTIMENTO				
5.1	Chapisco cimento e areia 1:3	m²	100,00	100,00	100%
5.2	Reboco com acabamento liso em parede no traço 1:3	m²	200,00	200,00	100%
5.3	Alvenaria de tijolos cerâmicos 10 x 20 x 20 esp 10 cm com a/c	m²	200,00	200,00	100%
5.4	Azulejo branco 15 x 15 cm, fixado com argamassa colante, juntas a prumo, rejunte com cimento branco	m²	150,00	150,00	100%
6	PINTURA				
6.1	Pintura acrílica com massa em duas demãos - pareces e teto	m²	2.500,00	2.500,00	100%
6.2	Pintura esmalte com massa em duas demãos - esquadrias madeira	m²	100,00	100,00	100%
6.3	Pintura esmalte com fundo zarcão - esquadrias metálicas	m²	350,00	350,00	100%
7	APARELHOS E METAIS				
7.1	Vaso sanitário branco com caixa acoplada, inclusive acessórios	unid.	4,00	4,00	100%
7.2	Mictório individual com sifão cromado	unid.	2,00	2,00	100%
7.3	Cuba em louça de embutir	unid.	4,00	4,00	100%
7.4	Cuba em aço inox nº1 com válvula, sifão e engate	unid.	1,00	1,00	100%
7.5	Torreira para lavatório longa, cromada com engate flex	unid.	10,00	10,00	100%
7.6	Torreira tipo jardim cromada de 3/4" para tanque	unid.	5,00	5,00	100%
7.7	Torreira longa cromada de 3/4" para pia de cozinha	unid.	10,00	10,00	100%
7.8	Sifão plástico extensível universal, tipo copo	unid.	5,00	5,00	100%
7.9	Caixa sinfonada em PVC 100x100x50 cm cor branca	unid.	5,00	5,00	100%
7.10	Assento de bacia sanitária	unid.	10,00	10,00	100%
7.11	Porta toalha metal	unid.	5,00	5,00	100%
7.12	Saboneteira em vidro com suporte em aço inox para sabão liquido	unid.	5,00	5,00	100%
8	ESQUADRIAS				
8.1	**Alumínio e Vidro Temperado**				
8.1.1	Porta de abrir em alumínio tipo veneziana, serie 25	m²	7,98	7,98	100%
8.1.2	Vidro temperado verde 6 mm	m²	14,00	14,00	100%
8.1.3	Vidro temperado verde 8 mm	m²	28,00	28,00	100%
8.1.4	Película de insufilme	m²	45,00	45,00	100%
8.2	**Madeira**				
8.2.1	Porta lisa em madeira - 70 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.2	Porta lisa em madeira - 80 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.3	Porta lisa em madeira - 90 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.4	Porta de madeira para sanitários 60 x 210 cm	unid.	3,00	3,00	100%
8.2.5	Divisória colméia cega com montante e rodapé de alumínio anodizado simples	m²	10,00	10,00	100%
8.2.6	Fechadura de cilindro e dobradças para porta externa com 01 folha	cj	10,00	10,00	100%
8.2.7	Fechadura e dobradças para porta de banheiro	cj	10,00	10,00	100%
9	COBERTURA				
9.1	Estrutura metálica para cobertura	m²	200,00	200,00	100%
9.2	Telha cerâmica tipo plan	m²	50,00	50,00	100%

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 739

9.3	Telha zincada ondulada galvanizada	m²	200,00	200,00	100%
9.4	Forro de PVC fixado na estrutura da cobertura	m²	20,00	20,00	100%
9.5	Forro de gesso acartonado fixado na estrutura da cobertura	m²	120,00	120,00	100%
9.6	Marta fria de 10 x 15 m	m	70,00	70,00	100%
10	PAISAGISMO				
10.1	Dracena-Malaia	unid.	10,00	10,00	100%
10.2	Alamandra Amarela	unid.	10,00	10,00	100%
10.3	Aninga-Açu	unid.	15,00	15,00	100%
10.4	Asistácia	unid.	20,00	20,00	100%
10.5	Ixora-Anã	unid.	50,00	50,00	100%
10.6	Limpeza do terreno	m²	1.000,00	1.000,00	100%
11	DIVERSOS				
11.1	Caixa de ferramentas I (Kit de chaves de fenda e philips; Kit de chaves torx: estojo plástico c/ 10 peças; Kit de Chave Allen - diversos tamanhos; kit de chaves combinadas c/ 10 peças; Kit de chaves de boca com catraca c/ 20 peças; Kit de chaves "L" c/ 10 peças; Kit de brocas de média resistência (madeira) c/ 10 peças; Kit de brocas de alta resistência (concreto,pedras e cerâmica) de videa c/ 10 peças; Kit de brocas de alta resistência para ferro) c/ 10 peças; Silver Tape; Fita dupla face; Durepoxi; Super bonder; Fita isolante; Fita veda rosca; Tesoura; Pregos de diversos tamanhos; Parafusos e buchas de diversos tamanhos)	unid.	1,00	1,00	100%

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Profissional	Modalidade Profissional	Registro Profissional	Número da ART
Meirian Teles Maia Duarte Praia	Engenheira Civil	CREA/AM RNP nº 0404574807	AM20190176465

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Declaramos que, do escopo do Contrato nº AH-000924/2018-00, cujo objeto é a a contratação de serviços de natureza continuada de manutenção predial, preventiva e corretiva para atender as necessidades desta Administração Hidroviária e na unidade local de Humaitá/AM, compreendendo o fornecimento de mão de obra, todo o material e consumo e insumos necessários e adequados a execução dos serviços, constantes no processo nº 50013.000124/2018-51, a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA-EPP** executou, até a data de 29/11/2019, **100,00 %** dos serviços e quantitativos contratados.

Declaramos, ainda, que as atividades realizadas, no período de 04/12/2018 a 29/11/2019, estão de acordo com o escopo previsto e com as determinações da legislação em vigor.

Manaus/AM, 27/05/2020.

(Documento Assinado Eletronicamente)
Luciano Moreira de Sousa Filho
Coordenador-Geral da AHIMOC/DNIT
Engenheiro Civil CREA 060139933-1 DCE
CPF 102.801.973/49

Documento assinado eletronicamente por **Luciano Moreira de Sousa Filho, Coordenador-Geral de Administração Hidroviária**, em 27/05/2020, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5714608** e o código CRC **706BB4C2**.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 790

Certidão de Acervo Técnico

2ª Via. No. 227/2012

Nome: **HALLHITON MACIEL GEBER**
No. CREA: **8017-D/AM**
Modalidade(s): **ENGENHEIRO CIVIL**
Endereço: AV. TORQUATO TAPAJÓS N.7726 COND. FOREST HILL, LOTE 93 COLONIA TERRA NOVA II - MANAUS/AM
Atribuições: **ARTIGO 7 DA RES.N.218/73 DO CONFEA,OBS.O ARTIGO 25.**

Certificamos, para fins de Acervo Técnico, de acordo com a resolução No. 1.025 de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, que dos arquivos deste CREA constam a(s) seguinte(s) Anotações de Responsabilidade Técnica:

1. Referente a ART No. 8376/2012 de 17/04/2012
Contratante: FRANCISCO MARTINS DA SILVA
Empresa Contratada:
Local Obra/Serviço: TRAVESSA CASTELO BRANCO, 175, VITÓRIA RÉGIA - BORBA/AM
Valor Obra/Serviço: R$ 3.763.729,94
Vinculada a ART No. 110/2011 de 04/01/2011
CONTRATO NÚM.001/2010-QUE TEM COMO OBJETO O FPRNECIMENTO PELA CONTRATADA
E AQUISIÇÃO PELA CONTRATANTE, DE KIT||Â´S MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E OS
SEPVIÇOS COM MÃO-DE-OBRA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE 251 (DUZENTOS E CINQUENTA E UMA) CASAS, KIT||Â´S HABITAÇÕES RURAIS DE PAE MARIPITI, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BORBA/AM.PRAZO DO CONTRATO É DE 180 DIAS.ÁREA
CONSTRUÍDA: 12.550m² V. DO CONTRATO: R$ 3.763.729,94

INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ON LINE
Atividade : CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO) •

Histórico: CONFORME ATESTADO ANEXO, FIEL AQUELE QUE SE ENCONTRA NOS ARQUIVOS DESTE CREA-AM, CIRCUNSCRITO APENAS À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES INERENTES A SUA MODALIDADE, ENGENHARIA CIVIL, EM COERÊNCIA COM AS SUAS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS. OBS.: O REGISTRO DA EMPRESA CONTRATADA (ADR CONSTRUÇÕES LTDA) NO CREA-AM OCORREU EM 30/07/2010. E O VÍNCULO DO PROFISSIONAL COM A EMPRESA CONTRATADA, PERANTE O CREA-AM, INICIOU EM 30/07/2010, COM TÉRMINO EM 22/06/2011. CERTIFICAMOS, FINALMENTE, QUE A RESPONSABILIDADE PELA VERACIDADE E EXATIDÃO DAS INFORMAÇÕES DECLARADAS CONSTANTES NOS DOCUMENTOS QUE SE ENCONTRAM VINCULADOS À PRESENTE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO – CAT, CABE AOS SEUS EMISSORES.

Manaus, 10 de junho de 2013

ENGENHEIRO CIVIL TELAMON BARBOSA FIRMINO NETO
PRESIDENTE

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 791

COMISSÃO RESPONSAVEL PELA APLICAÇÃO DOS CREDITOS DO PAE-MARIPITI – BORBA/AM

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação da Administração Pública, em cumprimento ao disposto no art. 30, § 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a realização pela empresa ADR Construções Ltda das atividades expostas abaixo.

1.1 DADOS DO ATESTADO

1.2 Dados da Obra/Serviço:

Contrato nº. 001/2010

ART(s) nº 0000110/2011

Objeto do contrato: Fornecimento de Kits de Materiais de Construção e Serviços com Mão-de-Obra destinada a construção de 251 (Duzentos e Cinqüenta e Um) Kits habitações rurais no PAE MARIPITI localizado no Município de Borba/AM

Local de realização: Município de Borba/Amazonas

Período de realização: 04/01/2011a 05/03/2012.

227/12

10 JUN 2013

10/06/13

1.3 Dados da Pessoa Fisica Contratante

Nome: Francisco Martins da Silva.

CPF: 201.828.132-15

Endereço completo: Travessa Castelo Branco, n. 175, Bairro: Vitoria Regia– BORBA/AM.

1.4 Dados da Pessoa Jurídica Contratada :

Razão Social: ADR Construções Ltda

CNPJ: 02.643.145/0001-36

Endereço completo: AV. Desembargador João Machado, 4011 – Alvorada I, CEP: 69.044-000, MANAUS/AM.

1.5 Dados do Responsável Técnico :

Nome: Hallhiton Maciel Geber

Titulo: Engenheiro Civil

RNP: 040462742-0

Registro: CREA 8017-D/AM

3º OFÍCIO DE NOTAS MANAUS - AMAZONAS | Raymundo Lucimar Marques Pinheiro - TABELIÃO Rua José Clemente, 336 - CEP 69010-070 - Centro - Manaus - AM Fone: 92 2123-7979 - Fax: 92 2123-7999 - 3oficiopinheiro@terra.com.br

SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ - AM
Certifico na forma do Art.223 do CCB, que a presente cópia está igual ao original apresentado.
Em test da Verdade.
NADIA OLIVEIRA DA SILVA RRANTES - ESCREVENTE AUTORIZADA AK945027-50
Data/Hora da utilização: 30/05/2012 - 16:37:14
FUNETJ:0,24 FUNDPAM: 0,12 TOTAL: R$3,36
Cód. Validação: 64AB-4BCC-F360-AE03 - Valide em www.selosam.com.br 019

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 792

1.6 Descrição das Atividades Desenvolvidas:

Serviços de Construção de 251 habitações com sala, um dormitório para casal em alvenaria mista, acabamento, pintura, instalações elétricas e hidráulicas. Bem como, pavimentação e construção de calçada, sarjeta e meio fio, rede de drenagem, saneamento e esgoto básico, conforme planilha anexa.

1.7 Identificação do Signatário

CARTÓRIO RABELO - 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião) Matriz - Av. Djalma Batista, 327 - (92) 3234-3335 / Suc. - Av. Eduardo Ribeiro, 647 - (92) 3232-8494 - www.cartoriorabelo.com.br
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ AM
Reconheço e dou fé por semelhança a firma de:
FRANCISCO MARTINS DA SILVA
Selo: AK997230 - Data/Hora: 30/03/2012 16:19:31
Escrevente: CARLOS ALBERTO
FUNETJ: 0,24 FUNDPAM: 0,12 TOTAL: 3,38
Cód. de validação: 900B-3019-C4CC-F0F3 - www.seloam.com.br

A) Representante da Contratante:

Nome: Francisco Martins da Silva

CPF: 201.828.132-15

Cargo: Diretor Geral

B) Profissional Habilitado:

Nome: Luiz Feitosa Gomes

Título: Engenheiro Civil

RNP: 040516489-0

Registro: CREA 2705-D/AM-RR

CPF: 233.619.642-53

227/12

10 JUN. 20

CARTÓRIO PINHEIRO RECONHECIMENTO

Luiz Feitosa Gomes

Engenheiro Civil

CREA 2705-D/AM-RR

3º OFÍCIO DE NOTAS MANAUS - AMAZONAS | Raymundo Lucimar Marques Pinheiro - TABELIÃO
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ - AM
Certifico (a) forma do art. 223 do CC, que a presente cópia está fiel e conforme ao original apresentado.
Em test. da verdade.
NADIA OLIVEIRA DA SILVA AMANTES - ESCREVENTE AUTORIZADA AK945028-69
Data/Hora da utilização: 30/03/2012 - 16:37:16
FUNETJ:0,24 FUNDPAM: 0,12 TOTAL: R$3,36
Cód. Validação: 61A2-76F2-D4CC-FE04 - Valide em www.seloam.com.br 019

Francisco Martins da Silva

Francisco Martins da Silva

Presidente da Comissão

CPF: 201.828.132-15

Benedita Araújo do Nascimento

Benedita Araújo do Nascimento

Membro - Tesoureira

Testemunha

3º OFÍCIO DE NOTAS MANAUS - AMAZONAS | Raymundo Lucimar Marques Pinheiro - TABELIÃO
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TJ - AM
LUIZ FEITOSA GOMES

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

949307/2018

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - Crea-AM, o Acervo Técnico do profissional **HALLHITON MACIEL GEBER** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **HALLHITON MACIEL GEBER**
Registro: **0404627420** RNP: **0404627420**
Título profissional: ENGENHARIA CIVIL

Número da ART: **AM20180141404** Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 28/09/2018 Baixada em: 28/09/2018
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: **CONSTRUTORA LINDOIA LTDA**

Contratante: **PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA** CPF/CNPJ: **63.684.781/0001-09**
Endereço do contratante: AV. DJALMA BATISTA Nº: 170
Complemento: Bairro: CHAPADA
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69041010
Contrato: 0420130014635 Celebrado em: 29/05/2013
Valor do contrato: R$ 2.221.728,00 Tipo de contratante: CONTRATANTE
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AV. DJALMA BATISTA Nº: 170-A
Complemento: Bairro: CHAPADA
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69041010
Data de início: 29/05/2013 Conclusão efetiva: 30/11/2016
Finalidade: SEM DEFINIÇÃO
Proprietário: PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 63.684.781/0001-09

Atividade Técnica: **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1011 - HIDRANTES 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #1061 - REMOÇÃO DE ENTULHO 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> FACHADA -> #1113 - EDIFICAÇÃO DE ALVENARIA 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> EDIFICAÇÃO -> #1177 - ALVENARIA 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> EDIFICAÇÃO -> #1178 - METALICA 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO) 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado; **1 - DIRETA** RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> EDIFICAÇÕES -> #4110 - PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO 15 - EXECUÇÃO 1851.44 metro quadrado;

Observações

AUTORIA E EXECUÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E SEUS COMPLEMENTARES DE UM IMÓVEL COMERCIAL CONSTRUÍDO EM ALVENARIA, CONJ. DE SAPATAS, VIGAS, PILARES E LAJES EM CONCRETO ARMADO. COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA E TELHAS DE ALUMÍNIO DO TIPO TRAPEZOIDAL. ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.851,44m². PRAZO DE EXECUÇÃO DE 29/05/2013 a 30/11/2016.

Informações Complementares

- O referido Atestado foi objeto de Laudo Técnico (emitido em 26/9/2018), elaborado pelo Eng. Civil FABIO LUIZ VITORINO NASCIMENTO, profissional habilitado no âmbito do sistema Confea-Crea com registro nacional sob o Nº 041664967-0, resultante na ART Nº AM20180140813.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

949307/2018

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 10 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 949307/2018
28/09/2018, 15:27
aBDYb

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: aBDYb

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a **CONSTRUTORA LINDÓIA LTDA**, inscrita sob **CNPJ. 04.170.643/0001-34**, estabelecida na Av. Djalma Batista n° 126-A bairro - Chapada, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, tendo como responsável técnico o **Engº Civil HALLHITON MACIEL GEBER**, inscrito no **CREA-AM N° 8017-D, Registro Nacional n° 0404627420**, estabelecido à Av. Torquato Tapajós, 7726, Rua 06 Casa 93 do Cond. Residencial Forest Hill, Bairro Colônia Terra Nova II - Manaus/AM. CEP.: 69093-415, foi prestador de serviços desta Empresa **PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA**, **CNPJ. 63.684.781/0001-09**, dos serviços de Autoria e Execução de Projetos Arquitetônicos e seus complementares de um Imóvel Comercial construído em alvenaria, conjunto de sapatas, vigas e pilares e laje em concreto armado. Cobertura em estrutura metálica e telha de alumínio tipo trapezoidal. Área construída de 1.851,44 m². Localizado na Avenida Djalma Batista N° 170, CEP. 69.041-010 - Chapada, Manaus/AM. Tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que o desabone.

CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS
Inícios dos Serviços: 29/05/2013
Conclusão dos Serviços: 30/11/2016
ART da Obra: N° 146352013 29/05/2013
1.0 - Natureza: CONSTRUÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.851,44 m²
2.0 - Valor do Contrato: R$ 2.221.728,00 (Dois milhões, duzentos e vinte um mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos).
3.0 - Planilha de Serviços Realizados

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS

PROPRIETÁRIO: PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA
OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM IMÓVEL COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.851,44 m²
LOCAL: Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.
1.0	SERVIÇOS PRELIMARES		
1.1	Projeto arquitetônico com seus complementares e respectivos tramites nos órgãos competentes, taxas, licenças e Crea.	Vb	1,00
1.2	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	m²	6,00
1.3	BARRAÇÃO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, COM BANHEIRO, COBERTURA EM FIBROCIMENTO 4 MM, INCLUSO INSTALAÇÕES HIDRO SANITARIAS ELETRICAS	m²	35,00
1.4	TAPUME COM ESTRUTURA METALICA E CHAPA GALVANIZADA OU PVC COM ALTURA DE 2 M, PINTADO COM LOGOMARCA E IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARA CONFINAMENTO DE AREAS INTERNAS E CONTIGUAS AOS ACESSOS DO PAVILHÃO PRINCIPAL	m²	98,00
1.5	LOCAÇÃO MENSAL DE ANDAIMES	mês	220,00
2.0	DEMOLIÇÕES E RETIRADAS DE MATERIAIS		
2.1	RETIRADA DE CADEIRAS	unid	154,00
2.2	DEMOLIÇÃO DE PISOS	m²	545,00
2.3	RETIRADA DE CARPETE DE PISO E PAREDES	m²	17,00
2.4	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	m³	1,34
2.5	CARGA E DESCARGA MANUAL DE ENTULHO	m³	673,00
2.6	DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE AZULEJO CERÂMICO	m²	25,00
2.7	DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE PISO CERAMICO	m²	250,00
2.8	DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE ESPELHO DE ESCADA	m²	15,25
2.9	DEMOLIÇÃO E RETIRADA DE FORRO	m²	250,00
2.10	DESINSTALAÇÃO E RETIRADA DE SISTEMA DE MONITORAMENTO EXISTENTE, COM POSTERIOR REINSTALAÇÃO	unid	1,00
2.11	RETIRADA DE ESQUADRIA EM ALUMINIO E VIDRO TEMPERADO	m²	7,00
2.12	RETIRADA DE TORNEIRAS	unid	5,00
2.13	RETIRADA DE VALVULA DE DESCARGA, INCLUSIVE CAIXA EMBUTIDA	unid	4,00
2.14	RETIRADA DE LUMINARIAS TIPO CALHA, INCLUSIVE LAMPADAS	unid	55,00
2.15	RETIRADAS DE LUMINARIAS TIPO SPOT, INCLIUSIVE LAMPADA	unid	10,00
2.16	RETIRADA DE ACESSORIOS DE BANHEIRO	unid	8,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

2.17	RETIRADA DE MURAL DE FOTOS	m²	7,20
2.18	RETIRADA DE PAINEL ELETRÔNICO	unid	1,00
2.19	RETIRADA DE SISTEMA DE ARCONDICIONADO, TIPO SPLIT, DE TETO	unid	19,00
2.20	RETIRADA DE SISTEMA DE SOM	unid	16,00
2.21	RETIRADA DE TOMADAS E INTERRUPTORES	unid	50,00
2.22	RETIRADA E REINSTALAÇÃO DE PLACAS DE AÇO ESCOVADO	unid	5,00
2.23	RETIRADA DE LOUÇAS SANITARIAS	unid	3,00
2.24	RETIRADA DE PORTA DE MADEIRA, UMA FOLHA	unid	3,00
2.25	RETIRADA D PORTA DE ALUMINIO, UMA FOLHA	unid	3,00
2.26	RETIRADA DE EXTINTORES	unid	9,00
2.27	RETIRADA DE CORRIMÃO EM AÇO GALVANIZADO DE ESCADA DO HALL	m	50,00
2.28	DEMOLIÇÃO DE PISO EM CONCRETO SIMPLES (ÁREAS EXTERNAS)	m³	5,88
2.29	DEMOLIÇÃO DE CAMADA DE ASSENTAMENTO/CONTRAPISO COM USO DO PONTEIRO, ESPESSURA ATE 4CM	m²	58,75
2.30	ALVENARIA EMBASAMENTO TIJOLO CERAMICO FURADO 10X20X20 CM (CONSIDERANDO ALTURA VIARAVEL E LARGURA ALVENARIA 15CM)	m³	29,4
2.31	MEIO-FIO (GUIA) DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES 12X15X30X100CM (FASE SUPERIOR/FASE INFERIOR/ALTURA/COMPRIMENTO), REJUNTADO C/ARGAMASSA 1:4 (CIMENTO/AREIA), INCLUINDO ESCAVAÇÃO E REATERRO	m	117,62
2.32	EMBOCO CIMENTO AREIA 1:4 ESP= 1,5 CM INC CHAPISCO 1:3 E= 9 MM	m²	127,3
2.33	ATERRO APILOADO(MANUAL) EM CAMADAS DE 20 CM COM MA TERIAL DE EMPRESTIMO	m³	31,37
2.34	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) EM CONCRETO (CIMENTO/AREIA/SEIXO ROLADO) PREPARO MECANICO, ESPESSURA 7 CM, COM JUNTA DE DILATAÇÃO EM MADEIRA, INCLUSO LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	m²	77,62
2.35	CONTRAPISO/LASTRO DE CONCRETO NÃO-ESTRUTURAL, E= 5CM, PREPARO COM BETONEIRA	m²	50,05
2.36	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO/AREIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO EM ÁREAS SECAS MENORES QUE 10M² SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ESPESSURA 4 CM, ACABAMENTO REFORÇADO. AF_06/2014	m²	108,8
2.37	REVESTIMENTO DE PISO EM POCELANATO NATURAL ANTIDERRAPANTE 60X60	m²	58,75
2.38	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE TIJOLOS FURADOS S/REAPROVEITAMENTO	m³	2,00
2.39	RETIRADA DE APARELHOS SANITARIOS	unid	12,00
2.40	RETIRADA CUIDADOSA DE AZULEJOS/LADRILHOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO	m²	15,00
2.41	RETIRADA DE TUBULAÇÃO HIDROSSANITARIA EMBUTIDA COM CONEXÕES 1/2 A 2	m	30,00
2.42	RETIRADA DE FOLHAS DE PORTA DE PASSAGEM OU JANELA	unid	6,00
2.43	RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA	unid	6,00
2.44	DEMOLIÇÃO DE PISO CONCRETO SIMPLES	m³	3,00
3.0	**MOVIMENTO DE TERRA**		
3.1	**ESCAVAÇÃO E ATERRO**		
3.1.1	ESCAVAÇÃO, carga e transporte em solo de 1ª categoria, utilizando trator sobre esteiras e pá-carregadeira sobre pneus e caminhão basculante com DMT até 20 Km	m³	2.570,00
3.1.2	TRANSPORTE DE ENTULHO COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 RODOVIA PAVIMENTADA, DMT ATE 0,5 KM	m³ x Km	5.123,00
4.0	**INFRAESTRUTURA**		
4.1	**SERVIÇOS GERAIS**		
4.1.1	Apiloamento de fundo de vala com maço de 40 kg a 60 kg	m²	1.234,00
4.1.2	Lastro de concreto (contrapiso), incluindo preparo e lançamento	m³	134,00
4.1.3	Reaterro manual de vala apiolado	m³	2.145,00
4.2	**PAVIMENTAÇÃO**		
4.2.1	Execução de Camada de Sub-base para pavimentação e=0,20m	m²	2.567,00
4.2.2	Execução de Camada de Base para pavimentação e=0,20m	m²	2.567,00
4.2.3	Execução de pintura de ligação CM-30	m²	2.567,00
4.2.4	Aplicação de Concreto Betuminoso Asfáltico a Quente (CBUQ) e=0,05m	m³	128,35
4.2.5	Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco sextavado de 25 x 25 cm, espessura de 8 cm. AF-08/2015	m²	3.455,00
4.3	**FUNDAÇÕES**		
4.3.1	Broca estaca em concreto estrutural fck=25 MPa, seção 30 cm x 30 cm (carga admissivel: até 82 t)	m	120,00
4.3.2	Fôrma de madeira para fundação com tábua de 3ª qualidade, dois reaproveitamentos	m²	44,00
4.3.3	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm corte e dobra na obra	kg	1.256,00
4.3.4	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	14,56
4.3.5	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em fundação	m³	14,56

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

5.0	SUPERESTRUTURA		
5.1	Fôrma com chapa compensada plastificada e = 12mm, para pulares/vigas/lajes, incluso contraventamentos/travamentos com pontaletes 7,5 cm x 7,5 cm	m²	97,00
5.2	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra	kg	1.345,00
5.3	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	16,43
5.4	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em estrutura	m³	16,43
5.5	Laje Pré-moldada TG12 espessura de 16cm e capa de 4cm	m²	1.023,00
5.6	Laje Convencional maciça de espessura de 12cm	m²	1.023,00
5.7	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra	kg	11.048,40
5.8	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	122,76
5.9	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em estrutura	m³	122,76
6.0	PAREDES E PAINÉIS		
6.1	ALVENARIA DE PEÇAS CERÂMICAS PARA VEDAÇÃO		
6.1.1	Alvenaria de vedação com tijolo cerâmico furado, 9 cm x 19 cm x 19 cm (furos verticais), espessura de parede 9 cm, juntas de 12 mm, assentado com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:2:8 - tipo 2	m²	2.547,00
6.2	PAREDES, REVESTIMENTO E PINTURA		
6.2.1	REVESTIMENTO DE FORMICA TS MADEIRA	m²	40,00
6.2.2	PAREDE EM PLACAS DE MDF COR MADEIRA	m²	40,00
6.2.3	PAINEL ICONOGRAFICO 3,50 X 3,30	m²	1,00
6.2.4	PAINEL ICONOGRAFICO 3,50 X 3,30	m²	1,00
6.2.5	PAINEL ICONOGRAFICO FACHADA ENTRADA PRINCIPAL 2,98 X 3,30	m²	2,00
6.2.6	PAINEL EM MDF COLOCADO EM PAREDE (REVESTIMENTO ACUSTICO)	m²	40,00
6.2.7	CAIXAS EM ALTO RELEVO EM MDF 15MM COM LAMINADO MDF	m²	8,00
6.2.8	CHAPAS ACUSTICAS 0,80 X 0,80 SOBRE PAREDE	m²	20,00
6.2.9	CHAPISCO TRAÇO 1:3	m²	5.094,00
6.2.10	REBOCO PAULISTA TRAÇO 1:2:4	m²	5.094,00
6.2.11	PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRILICA EM PAREDES DUAS DEMÃOS	m²	5.094,00
6.2.12	PINTURA EPÓXI APLICAÇÃO MECANIZADA COM DUAS DEMÃOS EM PISO	m²	2.250,00
6.2.13	PAREDE DE GESSO ACARTONADO DUPLA COM ENCHIMENTO DE LÃ	m²	56,00
6.2.14	EMASSAMENTO ACRILICO DUAS DEMAOS	m²	2.547,00
6.2.15	FUNDO SELADOR ACRILICO	m²	2.547,00
7.0	ESQUADRIAS		
7.1	PORTA DE ABRIR EM MADEIRA 0,80 X 2,10m	unid	2,00
7.2	PORTA DE ABRIR EM VIDRO TEMPERADO 10mm 1FOLHA 1,60 X 2,10m	unid	2,00
7.3	PORTA DE ABRIR EM VIDRO TEMPERADO 10mm 2 FOLHAS 1,60 X 2,10m	unid	1,00
7.4	PORTA DE CORRER EM MADEIRA 1 FOLHA 0,80 X 2,10m	unid	1,00
7.5	PORTA DE ABRIR EM VIDRO TEMPERADO 10mm 1 FOLHA 1,60 X 2,10m	unid	2,00
7.6	PORTA DE CORRER EM MADEIRA 1 FOLHA 0,80 X 2,10m	unid	1,00
7.7	VITRAL FIXO TEMPERADO 10mm 2,50 X 2,60m	m	7,00
7.8	JOGO DE FERRAGENS CROMADAS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO	m²	8,00
7.9	MOLA HIDRAULICA DE PISO PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO	unid	6,00
8.0	REVESTIMENTO DE PISOS		
8.1	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO/AREIA) PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADO EM ÁREAS SECAS MENORES QUE 10M² SOBRE LAJE, NÃO ADERIDO, ESPESSURA 4 CM, ACABAMENTO REFORÇADO. AF_06/2014	m²	1.550,00
8.2	PISO INDUSTRIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, ESPESSURA DE 12MM, COM JUNTAS DE DILATAÇÃO PLÁSTICAS E POLIMENTO MECANIZADO.	m²	525,00
8.3	PISO DE GRANITO EM PLACAS 1,50X2,50M	m²	275,00
8.4	PISO GRANITO EM PLACAS PRETO SÃO GABRIEL	m²	40,00
8.5	PISO EM REGUA VINILICA SEMIFLEXIVEL, ENCAIXE CLICADO, E= 4MM (SEM COLOCAÇÃO)	m²	175,00
8.6	INSTALAÇÃO DE PISOS EM REGUAS VINILICO SEMIFLEXIVEL	m²	175,00
8.7	INSTALAÇÃO DE PISO EM CARPETE E=5MM, NA COR PLATINA 940	m²	20,00
8.8	PISO PORCELANATO 60X60, ELIANE OU SIMILAR E=1CM	m²	45,00
8.9	RODAPE DE PORCELANATO	m	255,00
8.10	PISO TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, COLORIDO 25X25CM	m²	23,00
8.11	CONTRAPISO/LASTRO DE CONCRETO NÃO-ESTRUTURAL, E= 5CM, PREPARO COM BETONEIRA	m²	55,00
9.0	FORRO		
9.1	FORRO DE GESSO ACARTONADO EM PLACAS 62,5X62,5 COM ESTRUTURA DE SUSTENÇÃO MODULAR TIPO T1 OU T2	m²	325,00
9.2	FORRO EM PLACAS D AÇO CORFORME DETALHAMENTO DO PROJETO	m²	35,00
9.3	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE FORRO ACUSTICO EM FIBRA MINERAL HUNTER DOUGLAS OU SIMILAR EM PLACAS DE 62,5X62,5 CM FIXADAS EM PERFIL DE ALUMINIO BRANCO	m²	185,00
9.4	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE FORRO ACUSTICO EM FIBRA C/ FORMATO DIFERENCIADO, TRATAMENTO ACUSTICO EM LÃ DE ROCHA	m²	70,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

10.0	INSTALACOES ELETRICAS		
10.1	PONTO DE ILUMINACAO NA PAREDE H=3,00M	unid	16,00
10.2	PONTO DE ILUMINACAO NO TETO	unid	78,00
10.3	PONTO DE TOMADA 110V	unid	32,00
10.4	CAIXA DE PISO BAIXA 4X2 REF. B2/1-15-3/4	unid	36,00
10.5	CABO DE COBRE ISOL. FLEX. 750V 4,00MM2 PRETO	m	2.300,00
10.6	CABO DE COBRE ISOL. FLEX. 750V 6,00MM2 PRETO	m	1.350,00
10.7	CABO DE COBRE ISOL. FLEX. 750V 10,0 MM2 PRETO	m	600,00
10.8	CABO DE COBRE ISOL. FLEX. 750V 16,0 MM2 PRETO	m	350,00
10.9	CABO PP 3X1,50MM 0,50CM PRETO PLUG MACHO 2P+T PADRAO BRASILEIRO	m	219,00
10.10	CABO PP 3X1,50MM 2,00MT PRETO PLUG FEMEA 2P+T PADRAO BRASILEIRO	m	234,00
10.11	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO ELETRODILITICODN 20MM	m	423,00
10.12	CAIXA 4X2 CM PVC DE EMBUTIR	unid	76,00
10.13	CAIXA 4X4 CM PVC DE EMBUTIR	unid	80,00
10.14	INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES - BRANCO, LINHA PIALPLUS-612005	unid	8,00
10.15	INTERRUPTOR BIPOLAR PARALELO - BRANCO, LINHA PIALPLUS-612005	unid	4,00
10.16	TOMADA PADRÃO BR - 2P+T COM IDENTIFICADOR DE TENSÃO 10A - BRANCO LINHA PIALPLUS - 615040	unid	43,00
10.17	INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES TECLA DURA SEM PLACA LINHA SILENTOQUE - 2005	unid	3,00
10.18	INTERRUPTOR BIPOLAR PARALELO TECLA DURA COM PLACA LINA SILENTOQUE - 2108	unid	3,00
10.19	TOMADA PADRÃO BR - UMA TOMADA 2P+T SEM PLACA, LINA SILENTOQUE - 054328	unid	6,00
10.20	ELETROCALHA PERFURADA 100/50 BARRA 3M - GALV. ELETROLITICA	unid	20,00
10.21	ELETROCALHA PERFURADA 300/100 BARRA 3M - GALV. ELETROLITICA	m	15,00
10.22	CURVA HORIZONTAL 90GR 150/50 R=150, GALV. ELETROLITICA	m	1,00
10.23	TE HORIZONTAL 150/50 R=150, GALV. ELETROLITICA	unid	1,00
10.24	GANCHO DUPLO TIPO "B" REF. 016/100/50	unid	14,00
10.25	GANCHO DUPLO TIPO "B" REF. 016/150/50	unid	10,00
10.26	GANCHO DUPLO TIPO "B" REF. 016/300/100	unid	167,00
10.27	JUNCA SIMPLES LONGA REF. 50X160MM	unid	24,00
10.28	JUNCA SIMPLES LONGA REF. 100X160MM	unid	134,00
10.29	JUNCAO DE FUNDO REF. 300/160MM	unid	65,00
10.30	SAIDA HORIZONTAL P/ ELET REF. 41/2"	unid	2,00
10.31	SAIDA HORIZONTAL P/ ELET REF. 41/2" 1/2"	unid	12,00
10.32	SAIDA SUP. DE LEITO P/PERF. 38X38 REF. 36	unid	135,00
10.33	PERFILADO PERF. CH 16 - 38X38 REF. 1.001	m	55,00
10.34	DERIVACAO LATERAL P/ELET. 3/4"REF. 1.235	unid	150,00
10.35	SUPORTE CURTO P/ILUMINARIA REF. 1.233	unid	93,00
10.36	SUPORTE PARA PERFILADO REF. 1.236	unid	300,00
10.37	EMENDA INTERNA TIPO "I" REF. 1.240	unid	95,00
10.38	EMENDA INTERNA TIPO "L" REF. 1.241	unid	15,00
10.39	EMENDA INTERNA TIPO "T" REF. 1.242	unid	55,00
10.40	EMENDA INTERNA TIPO "X" REF. 1.243	unid	5,00
10.41	VERGALHAO ROSCA TOTAL 1/4 X 3000MM	m	72,00
10.42	VERGALHAO ROSCA TOTAL 3/8 X 3000MM	m	28,00
10.43	PARAFUSO LENTILHA ZINCADO 1/4"X 1/2"	unid	27,00
10.44	PARAFUSO LENTILHA ZINCADO 3/8"X 3/4"	unid	23,00
10.45	PORTA SEXTAVADA ALTA ZINCADA 1/4"	unid	27,00
10.46	PORTA SEXTAVADA ALTA ZINCADA 3/8"	unid	20,00
10.47	ARRUELA LISA ZINCADA 1/4"	unid	28,00
10.48	ARRUELA LISA ZINCADA 3/8"	unid	23,00
10.49	PORCA PERFIL COM PINO 1/4"	unid	400,00
10.50	VERTIGO 1/4" (100UND) - 2417	unid	600,00
10.51	VERTIGO 3/8" (100UND) - 2418	unid	170,00
10.52	ELETRODUTO FE. ZINCADO PESADO, 1,25MM - 3/4" - 520,082	m	30,00
10.53	ELETRODUTO FE. ZINCADO PESADO, 1,25MM - 2" - 520,140	m	2,00
10.54	CURVA ZINCADA PESADA 3/4" - 520,168	unid	10,00
10.55	LUVA ZINCADA LEVE 3/4" - 520,038	unid	25,00
10.56	CABO DE COBRE ISOLAMENTO TERMOPLASTICO 0,6/1KV 2,5 MM E 2 ANTI-CHAMA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	20,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

10.57	INTERRUPTOR SIMPLES DE EMBUTIR 10a/250v 2 TECLAS, COM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	1,00
10.58	LUMINARIA LED CALHA LAMPADA DE 2x18w	unid	1,00
10.59	ELETRODUTO DE PVC FLEXIVEL CORRUGADO DN 20MM (3/4") FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	5,00
10.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINARIAS		
10.2.1	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. FAA07-E414 LUMICENTER C/4 LAMP. FLUORESC. 14W E 2 REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	36,00
10.2.2	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. FAA07-E LUMICENTER C/2 LAMP. FLUORESC. 28W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	42,00
10.2.3	LUMINARIA DE SOBREPOR MOD. FAA07 - E LUMICENTER C/2 LAMP. FLUORESC. 28W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	4,00
10.2.4	LUMINARIA TIPO ARANDELA MOD. AR22-S114 C/1 LAMP. FLUORESC. 14W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	8,00
10.2.5	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. EF07-E226VJC C/2 LAMP. PL 26W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	8,00
10.2.6	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. EF20-E226V C/2 LAMP. PL 26W E REATOR ELETRONICO BI-VOLT	unid	6,00
10.2.7	LUMINARIA DE EMBUTIR MOD. EF42-E12000840 LUMICENTER LED 29W 4000K	unid	2,00
10.2.8	LUMINÁRIAS DE SOBREPOR COM REFLETOR FACETADO EM ALUMÍNIO PARA 02 LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES	unid	275,00
10.3	INSTALAÇÕES DE CFTV E SOM		
10.3.1	ELETROCALHA PERFURADA 100X100X50CM, ACESSORIOS	m	245,00
10.3.2	PONTO DE CAMERA GIRATORIA	unid	15,00
10.3.3	PONTO DE CAMERA DOMO NO FORRO	unid	12,00
10.3.4	PONTO DE SOM NO TETO	unid	32,00
10.3.5	PONTO DE SOM NA PAREDE - TIPO CAIXA ACUSTICA PS600	unid	32,00
10.3.6	CONUNTO DE CAMERA IP WI-FI CAMERA IP WI-FI HD LENTE 4MM 720P 1 MEGAPIXEL 1280X720 ONVIF COM AUDIO	unid	25,00
10.3.7	CAIXA ACUSTICA EMBUTIR JBL SP6II A JBL6II - RETANGULAR DE TETO	unid	40,00
10.4	INTALAÇÕES AR CONDICIONADO ATRIUM E DE EQUIPAMENTOS		
10.4.1	INSTALAÇÃO DE UNIDADE EVAPORADA (MODULO TROCADOR DE CALOR E MODULO VENTILADOR) MULTI SPLIT 25,0 TR - 2 CICLO	unid	1,00
10.4.2	INSTALAÇÃO DE UNIDADE CONDENSADORA 12,5 TR	unid	2,00
10.5	REDE FRIGORIFICA		
10.5.1	INSTALAÇÃO DE REDE FRIGORIFICA PARA INTERLIGAÇÃO ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA COM ISOLAMENTO TERMICO ESPESSURA 19MM 5/8" X 1/16"	m	20,00
10.5.2	INSTALAÇÃO DE REDE FRIGORIFICA PARA INTERLIGAÇÃO ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA COM ISOLAMENTO TERMICO ESPESSURA 19MM 1.1/8" X 1/16"	m	20,00
10.5.3	CARGA DE FLUIDO REFRIGERANTE R-410C	kg	25,00
10.6	INTERLIGAÇÃO ELETRICA		
10.6.1	INTERLIGAÇÃO ELETRICA PARA COMANDO ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 25,0 TR - 2 CICLOS	m	20,00
10.6.2	INTERLIGAÇÃO ELETRICA PARA ALIMENTAÇÃO DE FORÇA ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 25,0 TR - 2 CICLOS	m	10,00
10.7	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS		
10.7.1	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA #24	kg	750,00
10.7.2	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA #26	kg	600,00
10.8	INSTALAÇÃO DE ACESSORIOS DE DIFUSÃO		
10.8.1	INSTALAÇÃO DE DIFUSOR LINEAR DE INSUFLAMENTO C/ REGISTRO TAM. 1,800MM	unid	10,00
10.8.2	INSTALAÇÃO DE DIFUSOR DE INSUFLAMENTO DE ALTA INDUÇÃO C/ REGSITRO TAM. 600X600MM	unid	4,00
10.8.3	INSTALAÇÃO DE GRELHA DE RETORNO C/ REGISTRO LxH - 1025X425MM	unid	4,00
10.8.4	INSTALAÇÃO DE LONA FLEXIVEL EM PVC - 100MM	m	15,00
10.8.5	DUTO FLEXIVEL 200MM X 25MM	m	22,00
10.8.6	ESTRUTURA METALICA EM VIGA TIPO U - 4" CHAPA DE AÇO CARBONO #14 CHAPA EXPANDIDA 3/16" COM PINTURA ANTI-CORROSIVA	m²	25,00
10.8.7	BANDEJA PARA COLETA DE AGUA CONDENSADA EM CHAPA GALVANIZADA #22 2,500X2.300X100MM	pç	1,00
10.9	INSTALAÇÕES DE AR COND. VENT. E AQUECIMENTO		
10.9.1	REVISÃO DE ELETRICA E MECANICA DE SPLITÃO DE 15 TR	serv.	2,00
10.9.2	COMPRESSOR DE 7,5 TR	unid	1,00
10.9.3	CONTATOR 32A - 220V	unid	4,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

10.9.4	RELE DE SOBRECARGA 17 A25A	unid	4,00
10.9.5	CONTATOR 25A - 220V	unid	2,00
10.9.6	RELE DE SOBRECARGA 10E 16 A	unid	2,00
10.9.7	CARGA DE FLUIDO REFRIGERANTE R-22	kg	15,00
10.9.8	ISOLAMENTO TERMICO 3/4" X 19MM	m	20,00
10.9.9	FITA BLACKOUT - 50MM X 10M	rl	20,00
10.9.10	TERMOSTATO DIGITAL - 02 ESSTAGIOS 220V	pç	2,00
10.9.11	FILTRO DE AR G4 - 900X600X25MM	pç	4,00
10.10	**INTERLIGAÇÃO ELETRICA**		
10.10.1	INTERLIGAÇÃO ELETRICA PARA COMANDO ENTRE AS UNIDADES EVAPORADORA E CONDENSADORA DE 15,0 TR - 2 CICLOS	m	60,00
10.11	**INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS**		
10.11.1	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA #24	kg	570,00
10.11.2	INSTALAÇÃO DE REDE DE DUTOS EM CHAPA GALVANIZADA #26	kg	943,00
10.11.3	DESINSTALAÇÃO DOS ACESSORIOS E DA REDE DE DUTOS EXISTENTES	kg	1.500,00
10.12	**INSTALAÇÕES DE ACESSORIOS DE DIFUSÃO**		
10.12.1	INSTALAÇÃO DE DIFUSOR DE INSUFLAMENTO DE ALTA INDUÇÃO C/ REGISTRO TAM. 425X425MM	unid	2,00
10.12.2	INSTALAÇÃO DE DIFUSOR DE INSUFLAMENTO DE ALTA INDUÇÃO C/ REGSITRO TAM. 600X600MM	unid	12,00
10.12.3	INSTALAÇÃO DE GRELHA DE RETORNO C/ REGISTRO LxH - 1225X525MM	unid	4,00
10.12.4	INSTALAÇÃO DE TOMADA DE AR EXTERNO, FILTRO G1 LAVAVEL, BxH - 785x330MM	unid	1,00
10.12.5	INSTALAÇÃO DE DAMPER SOBRE PRESSÃO, FLUXO TURBULENTO, B Xh - 800X400mm	unid	2,00
10.12.6	INSTALAÇÃO DE LONA FLEXIVEL EM PVC - 100MM	m	10,00
10.12.7	INSTALAÇÃO DE TELA GALVANIZADA 35x35x2,5mm	unid	1,00
10.12.8	DUTO FLEXIVEL 200MM X 25MM	m	8,00
10.12.9	DUTO FLEXIVEL 250MM X 25MM	m	48,00
11.0	**INSTALAÇÕES DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCENDIO E PANICO**		
11.1	SERVIÇO DE RECARGA DE EXTINTOR MANUAL DE PÓ QUIMICO SECO PRESSURIZADO - CAPACIDADE 8 KG	unid	8,00
11.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTINTOR DE INCENDIO MANUAL COM CRGA DE PÓ QUIMICO SECO PRESSURIZADO (PQS) CAPACIDADE 12KG, CLASSE BC	unid	8,00
11.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTINTOR DE INCENDIO MANUAL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA CAPACIDADE 10 L, CLASSE A	unid	4,00
11.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTINTOR DE INCENDIO MANUAL COM CARGA DE GAS CARBONICO - CO2, CAPACIDADE 6KG, CLASSE BC	unid	4,00
12.0	**SINALIZAÇÃO / SAIDA DE EMERGENCIA**		
12.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA LATERAL DIREITA	unid	4,00
12.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA LATERAL ESQUERDA	unid	3,00
12.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA DE EMERGENCIA	unid	4,00
12.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA DE EMERGENCIA - SIGA EM FRENTE	unid	4,00
12.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA DE EMERGENCIA - DESCE ESCADA A DIREITA	unid	2,00
12.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DE EMERGENCIA - SAIDA DE EMERGENCIA - DESCE ESCADA A ESQUERDA	unid	2,00
12.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO TIPO DE EXTINTOR DE GAS CARBONICO - 20X30CM	unid	4,00
12.8	FORNECIMENTO DE FITA DEMARCAÇÃO SOLO AMARELA 50MM x 30M	m	128,00
12.9	FITA DEMARCAÇÃO SOLO VERMELHA 50mm x 30m	m	128,00
12.10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO TIPO DE EXTINTOR MANUAL DE PÓ QUIMICO SECO PRESSURIZADO - 20 x 30 cm	unid	16,00
12.11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA DO TIPO DE EXTINTOR MANUAL DE ÁGUA PRESSURIZADA - 20 x 30 cm	unid	8,00
12.1	**SISTEMA DE DETECÇÃO DE FUMAÇA E ALARME DE INCÊNDIO**		
12.1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME ENDEREÇAVÉL COM 04 LAÇOS 500 END CAE500	unid	1,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

12.1.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BATERIA SELADA PARA CENTRAL DE ALARME E DETECÇÃO 12V / 5A	unid	2,00
12.1.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DETECTOR DE FUMAÇA ENDERAÇAVÉL	unid	20,00
12.1.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DETECTOR TERMICO ENDERAÇAVÉL	unid	2,00
12.1.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ACIONADOR MANUAL ENDERAÇAVÉL PARA ALARME DE EMERGENCIA TIPO QUEBRA VIDRO	unid	12,00
12.1.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SIRENE AUDIOVISUAL ENDERAÇAVÉL PARA ALARME DE EMERGENCIA	unid	12,00
12.1.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FONTE AMPLIFICADORA ENDERAÇAVÉL (COM BATERIA)	unid	1,00
12.1.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE INDICAÇÃO DE ACIONADORES DO ALARME DE EMERGENCIA - 15 X 20 CM	unid	12,00
12.1.9	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO BLINDADO 0,6 KV FLEXIVEL 3X1,5MM PARA SISTEMA DE ALARME DE EMERGENCIA NA COR VERMELHA	m	670,00
12.2	SISTEMA DE HIDRANTE		
12.2.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA DE INCÊNDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA DE SOBREPR/EXTERNA, COM 75 X 45 X 17 CM, EM CHAPA DE AÇO, PORTA COM VENTILAÇÃO, VISOR COM A INSCRIÇÃO "INCENDIO", SUPORTE/ CESTA INTERNA PARA MANGUEIRA, PINTURA ELETROTASTICA VERMELHA	unid	1,00
12.2.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MANGUEIRA 2. 1/2" x 15 M PREDIAL METAL CASTY COM ENGATE RAPIDO	unid	2,00
12.2.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ADAPTADOR ENGATE RAPIDO STORZ - ROSCAS INTERNAS 2. 1/2" X ROSCA INTERNA 5 FIOS	unid	1,00
12.2.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESGUICHO JATO SOLIDO 2. 1/2" 16mm	unid	1,00
12.2.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REGISTRO GLOBO 45°, D = 2. 1/2" PREDIAL METAL	unid	1,00
12.2.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAVE DUPLA PARA CONEXÕES TIPO STORZ, ENGATE RAPIDO 1. 1/2" X 2. 1/2"	unid	1,00
12.2.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE NIPLE PARALELO GALVANIZADO 2. 1/2"	unid	1,00
12.2.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TAMPÃO CEGO COM CORRENTE TIPO STORZ 2. 1/2"	unid	1,00
12.3	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		
12.3.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINARIA DE MERGENCIA COM 30 LEDS	unid	16,00
12.4	INFRA - ESTRUTURA		
12.4.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO ZINCADO DE 3/4"	m	89,00
12.4.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO ZINCADO DE 1"	m	12,00
12.4.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUVA ZINCADA DE 3/4"	m	89,00
12.4.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUVA ZINCADA DE 1"	unid	3,00
12.4.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRAÇADEIRATIPO D COM CUNHA DE 3/4", COM PARAFUSO	unid	132,00
12.4.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRAÇADEIRATIPO D COM CUNHA DE 1", COM PARAFUSO	unid	8,00
12.4.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CURVA 90° ZINCADA DE 3/4"	unid	90,00
12.4.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CURVA 90° ZINCADA DE 1"	unid	2,00
12.4.9	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	8,00
12.4.10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LL DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	10,00
12.4.11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LB DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	33,00
12.4.12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	17,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

12.4.13	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO T DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	78,00
12.4.14	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO X DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	4,00
12.4.15	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E DE 3/4" (1 CONDULETE MULTIPLO EM ALUMINIO TIPO "L" DE 3/4", 2 CONECTORES PARA CONDULETE MULTIPLO DE 3/4", 3 TAMPÕES PARA CAIXA MULTIPLA DE 3/4" TAMPA CEGA EM ALUMINIO PARA CONDULETE DE 3/4")	unid	132,00
12.4.16	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL DN 25mm (3/4") FABRICADO COM FITA DE AÇO ZINCADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, INCLUSIVE CONEXÕES	m	26,00
13.0	**SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E TELEFONIA**		
13.1	**INFRA-ESTRUTURA**		
13.1.1	ELETROCALHA GALVANIZADA 300x50mm	m	40,00
13.1.2	CURVA DE 90° PARA ELETROCALHA GALVANIZADA DE 300x50mm	pç	3,00
13.1.3	ELETROCALHA GALVANIZADA 100x50mm	m	32,00
13.1.4	CURVA DE 90° PARA ELETROCALHA GALVANIZADA DE 300x50mm	pç	2,00
13.1.5	ELETRODUTO DE 3/4	m	60,00
13.1.6	CURVA DE 90° PARA ELETRODUTO DE 3/4	pç	6,00
13.1.7	CONECTOR RJ-45 CAT. 6, FÊMEA, PINO - OURO, OITO VIAS, EIA/TIA 568-A	pç	26,00
13.1.8	CABO UTP CAT6, 4 PARES TRANCADOS, 24AWQ, CAPA DE PVC	m	1.900,00
13.1.9	PATCH CORD. 2,5 m COM CAPA	pç	26,00
13.1.10	BRAÇADEIRA PLASTICA - TIPO HELLERMMAN - T18-S UNIDADES DE MIL	pç	500,00
13.1.11	ETIQUETAS AUTO-ADESIVAS E IDENTIFICADORES DAS TOMADAS DE ACESSO	unid	27,00
13.1.12	CAIXA DE DERIVAÇÃO COM ENTRADA PARA ELETRODUTO DE 3/4 EMBUTIDA NA PAREDE	unid	2,00
13.1.13	CABO Cl. 0,50mm COM 100 PARES	m	120,00
13.2	**RACK'S, EQUIPAMENTOS**		
13.2.1	RACK PADRÃO 19", 44 UR, TETO COM VENEZIANAS, ÇATERAIS REMOVIVEIS, GABINETES COM MOLDURA BASCULANTE DE MONTAGEM EM SEGUNDO PLANO, RODIZIOS DE CELERON, PORTAS TRASEIRAS COM VENEZIANAS, PORTA FRONTAL ACRILICO	UNID	15,00
13.2.2	CALHA DE TOMADAS COM FILTRO PARA INST. EM RACK C/ 8 TOMADAS 2P'+T, PIAL 54315	pç	1,00
13.2.3	GUIA HORIZONTAL DE CABOS PARA RACK 19" "CABLE MANAGER" REF. AMP	pç	1,00
13.2.4	PACTH-PANNEL, 24 PORTAS, CAT. 6, EAI/TIA 564-A, P/RACK DE 19", REF. AMP	pç	1,00
13.2.5	AFERIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO CABEAMENTO ESTRUTURADO, INTERLIGAÇÕES E ESTES COMPLEMENTARES	m	2.000,00
13.2.6	INTERLIGAÇÃO DO SISTEMA TELEFONICO/CONEXÃO CENTRAL TELEFONICA ATIVAÇÃO DO SISTEMA TOMADAS ESTRUTURADAS DE REDE DE LÓGICA	unid	100,00
13.2.7	INSTALAÇÃO CONCERTINA	m²	400,00
13.2.8	INSTALAÇÃO DE CÂMARA DE CFTV	unid	20,00
13.2.9	INSTALAÇÃO DE CERCA ELÉTRICA	M	600,00
14.0	**RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO DE PISOS**		
14.1	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORRIMÃO DUPLO EM AÇO INOX 304 POLIDO, COM SINALIZAÇÃO EM BRAILE E ANEL, COM 02 BARRAS DE PEGA MÃO EM TUBOS DE 40MM, PÉS DE 40MM COM PROLONGADORES DE 5/8. (RAMPA E ESCADA MODELO 02) MÃO AÇO INOXIDÁVEL H=92CM	m	140,00
14.2	PISO TATIL DE ALERTA EM LADRILHO HIDRAULICO EM CONCRETO 25X25CM	m²	16,40
14.3	PISO TATIL DIRECIONAL EM LADRILHO EM CONCRETO 25X25CM	m²	2,92
14.4	PINTURA DE PISO DUAS DEMAOS	m²	62,77
14.5	GUIA DE BALIZAMENTO	m	50,00
14.6	CORRIMÃO DUPLO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 3/4 COM BRACADEIRA COM SINALIZAÇÃO EM BRAILE E ANEL, COM 02 BARRAS DE PEGA MÃO EM TUBOS DE 40MM. PÉS DE 40MM COM PROLONGADORES DE 5/8	m	222,00
14.7	PINTURA AUTOMOTIVA NA COR PRATA EM CORRIMÃO METALICO	m²	212,00
14.1	**SINALIZAÇÕES DE PISOS**		
14.1.1	PISO TATIL DE ALERTA EMBORRACHADO 25X25CM	m²	51,19
14.1.2	PISO TATIL D IRECIONAL EMBORRACHADO 25X25CM	m²	102,05
14.1.3	FAIXA DE S INALIZAÇÃO VISUAL EM ESCADAS E=3CM	m	66,04

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

15.0	**INSTALAÇÕES HIDRO SANITARIAS, LOUÇAS E METAIS E ACESSORIOS**		
15.1	TUBO PVC ESGOTO JS PREDIAL DN 40MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E 74165/001 INSTALAÇÃO	m	36,00
15.2	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL DN 50MM, INCLUSIVE CONEXÕES E FORNECIMENTO	m	15,00
15.3	TUBO PVC ESGOTO PREDIAL DN 100MM, INCLUSIVE CONEXÕES E FORNECIMENTO	m	32,00
15.4	CAIXA SIFONADA EM PVC 100X100X50MM SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	3,00
15.5	TUBO PVC SOLDAVEL ÁGUA FRIA DN 25MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	50,00
15.6	TUBO PVC SOLDAVEL ÁGUA FRIA DN 40MM, INCLUSIVE CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	14,00
15.7	VALVULA DESCARGA 1 1/12" COM REGISTRO, ACABAMENTO EM METAL CROMADO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	5,00
15.8	REGISTRO GAVETA 1 1/2" COM CANOPLA ACABAMENTO CROMADO SIMPLES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	unid	4,00
15.9	DISPENSER DE PAPEL TOALHA	unid	10,00
15.10	PORTA PAPEL	unid	10,00
15.11	SABONETEIRA	unid	10,00
15.12	BACIA SANITARIA LOUÇA ADAPTADA PARA PNE	unid	5,00
15.13	BARRA DE APOIO DE 80	unid	5,00
15.14	BARRA DE APOIO PARA LAVATORIO	unid	10,00
15.15	LAVATORIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVS, VÁLVULA E ENGATE FGLEXIVEL 30 CM E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	unid	7,00
16.0	**COBERTURA**		
16.1	COBERTURA e Içamento com telha Galvanizada, perfil trapezoidal Sanduiche, Poliuretano, Pintada 2 Faces, e=0,5 mm, altura 70 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm	m²	1.000,00
16.2	COBERTURA e Içamento com telha em Aço Zincado , perfil trapezoidal, e=0,5 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm.	m²	860,00
16.3	Platibanda em telha trapezoidal de alumínio, e=3 mm, altura 50 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm	m²	137,00
16.4	Calha Metálica de chapa galvanizada nº 20 (60 x 80)	m²	93,00
16.5	Estruturas Metálica com Perfil Metálico de 4" a 8" tipo U para confecção de Treliças e tesouras.	m	3.675,00
16.6	Aparelhamento das estrutura metálica (tesouras, treliças, perfil, etc)	m²	956,00
16.7	Instalação de Pelicula proteção tipo insul filme	m²	233,00
17.0	**SERVIÇOS COMPLEMENTARES**		
17.1	**PERFURAÇÃO DE POÇO ARTESIANO**		
17.1.1	Mobilização/Desmobilização de equipamentos	vb	1,00
17.1.2	Canteiro de serviço e instalação da perfuratriz	unid	1,00
17.1.3	Perfuração e Completação 00 a 150 metros (12 1/4)"	m	150,00
17.1.4	Aluguel de Gerador e combustivel	unid	1,00
17.1.5	REVESTIMENTO GEO STD 150mm x 04m	pç	21,50
17.1.6	REVESTIMENTO GEO STD 150mm x 04m - FILTROS	pç	16,00
17.1.7	CAP GEO STD 150 FEMEA	pç	1,00
17.1.8	CAP GEO STD 150 MACHO	pç	1,00
17.1.9	GEOPLUS - Viscosificante de alto rendimento em emulsão à base de polimero sintético	kg	40,00
17.1.10	HEXA T	kg	25,00
17.1.11	CELUTROL - Lubrificante CMC (sódio carboximetilcelulose) para fluidos de perfuração	kg	8,00
17.1.12	TUBO PN 80 IRRIGAÇÃO 50 M 2"	m	30,00
17.1.13	CIMENTO CPII E 32 50KG	sc	4,00
17.1.14	AREIA LAVADA PENEIRADA	m³	11,00
17.1.15	TUBO COLETOR 400MM	m	6,00
17.1.16	CENTRALIZADOR 150	pç	11,00
17.1.17	LAJE DE PROTEÇÃO SANITÁRIA E CIMENTAÇÃO	unid	1,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda

Pedrosa
Solução em papelaria

Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

17.1.18	Análise sedimentológica amostras metro a metro, teste de bombeamento escaloando 3 etapas, Cálculo da Curva Característica, Perfil Construtivo e Perfil de Tempo de Perfuração, Vazões Recomendada e Máxima Explotável, Definição dos Níveis Estático e Dinâmico, Especificação de Fluidos de Perfuração e Meio Ambiente e Análise Físico-Química Bacteriológica da Água	unid	1,00
17.0	**LIMPEZA DA OBRA**		
17.1	LIMPEZA GERAL DA OBRA	m²	1.851,44

4.0 - Prazo de Execução: 03 (três) anos.

5.0 - Local: Manaus/AM

6.0 - Responsabilidade Técnica: Engº Civil HALLHITON MACIEL GEBER CREA/AM 8017-D

CÉSAR DE OLIVEIRA PEDROSA
SÓCIO-PROPRIETÁRIO
CPF.: 147.064.742-72

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ
63.684.781/0001-09
PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA
Av. Djalma Batista, Nº 170
Chapada
CEP. 69050-010
MANAUS – AM

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 949307/2018, emitida em 28/09/2018

Certidão nº 949307/2018
01/10/2018, 14:40
Chave de Impressão: aBDYb
O documento neste ato registrado foi emitido em 28/09/2018 e contém 10 folhas

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009

CREA-AM

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

948324/2018

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - Crea-AM, o Acervo Técnico do profissional **HALLHITON MACIEL GEBER** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **HALLHITON MACIEL GEBER**
Registro: **0404627420** RNP: **0404627420**
Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: **AM20180116970** Tipo de ART: OBRA OU SERVIÇO Registrada em: 13/03/2018 Baixada em: 01/08/2018
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada:

Contratante: **PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA** CPF/CNPJ: **63.684.781/0001-09**
Endereço do contratante: AVENIDA DJALMA BATISTA Nº: 170
Complemento: Bairro: CHAPADA
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69053000
Contrato: 0420120028709 Celebrado em: 19/11/2012
Valor do contrato: R$ 14.470.972,03 Tipo de contratante: CONTRATANTE
Ação institucional: Outros
Endereço da obra/serviço: AVENIDA DO TURISMO Nº: 28
Complemento: Bairro: TARUMÃ
Cidade: MANAUS UF: AM CEP: 69000000
Data de início: 19/11/2012 Conclusão efetiva: 31/08/2017
Finalidade: Comercial
Proprietário: PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA CPF/CNPJ: 63.684.781/0001-09

Atividade Técnica: **1 - DIRETA** #200000 - CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO) 15 - EXECUÇÃO 6300.00 metro quadrado;

Observações

AUTORIA E EXECUÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E SEUS COMPLEMENTARES DE UM GALPÃO COMERCIAL CONSTRUÍDO EM ALVENARIA DE BLOCOS DE TIJOLOS ESTRUTURAIS, CONJUNTO DE SAPATAS, VIGAS E PILARES EM CONCRETO ARMADO, COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA E TELHA DE ALUMÍNIO TRAPEZOIDAL. ÁREA CONSTRUÍDA DO GALPÃO É DE 6.300,00 m². INFOMAÇÕES DO SISTEMA DE ART ONLINE Atividade: CONTRATO (OBRA OU SERVIÇO)

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 6 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 948324/2018
29/08/2018, 17:30
4W9D2

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: 4W9D2

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o Engº Civil **HALLHITON MACIEL GEBER**, inscrito no CREA-AM Nº 8017-D, Registro Nacional nº 0404627420, estabelecido à Av. Torquato Tapajós, 7726, Rua 06 Casa 93 do Cond. Residencial Forest Hill, Bairro Colônia Terra Nova II - Manaus/AM. CEP.: 69093-415, foi prestador desta Empresa **PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA** dos serviços de Autoria e Execução de Projetos Arquitetônicos e seus complementares de um Galpão Comercial construído em alvenaria de blocos de tijolos estruturais, conjunto de sapatas, vigas e pilares em concreto armado, cobertura em estrutura metálica e telha de alumínio trapezoidal. Área construída de do Galpão de 6.300,00 m². Localizado na Avenida do Turismo Nº 28. CEP. 69.000-000 - Tarumã, Manaus/AM. Tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que o desabone.

CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Inícios dos Serviços: 19/11/2012
Conclusão dos Serviços: 31/08/2017
ART da Obra: Nº 28709/2012 19/11/2012

1.0 - Natureza: CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) GALPÃO COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 6.300,00 M²
2.0 - Valor do Contrato: R$ 14.470.972,03
3.0 - Planilha de Serviços Realizados

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS

PROPRIETÁRIO: PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA
OBRA: CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) GALPÃO COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 6.300,00 M²
LOCAL: AVENIDA DO TURISMO S/Nº TARUMÃ - ÁREA DO TERRENO DESTINADA À CONSTRUÇÃO 30.600,78 M²

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1.0	PROJETOS				
1.1	Projeto arquitetônico com seus complementares e respectivos tramites nos órgãos competentes	unid.	1,00		
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.1	Abrigo provisório de madeira executado na obra para alojamento e depósito de materiais e ferramentas	m²	500,00		
2.2	Ligação provisória de água para obra e instalação sanitária provisória, pequenas obras - instalação mínima	un	1,00		
2.3	Ligação provisória de luz e força para obra - instalação mínima	un	1,00		
2.4	Ligação da obra, execução de gabarito	m²	30.600,78		
2.5	Desmatamento e limpeza mecanizada de terreno com árvores Ø até 15 cm, com enleiramento até 60 m , utilizando trator sobre esteiras	m²	30.600,78		
2.6	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PESADOS	h	48,00		
2.7	SERVICOS TOPOGRAFICOS P/ PAVIMENTACAO E PLANIMÉTRICO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS , ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m²	30.600,78		
2.8	TAPUME em chapa metálica galvanizada nº 20	m²	1.520,00		
3.0	MOVIMENTO DE TERRA				
3.1	ESCAVAÇÃO E ATERRO				
3.1.1	ESCAVAÇÃO, carga e transporte em solo de 1ª categoria, utilizando trator sobre esteiras e pá-carregadeira sobre pneus e caminhão basculante com DMT até 20 Km	m³	27.090,00		
3.1.2	TRANSPORTE DE MATERIAL - BOTA-FORA, D.M.T = 10,0 KM	m³	18.900,00		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

4.0	INFRAESTRUTURA				
4.1	SERVIÇOS GERAIS				
4.1.1	Apiloamento de fundo de vala com maço de 40 kg a 60 kg	m²	4.225,00		
4.1.2	Lastro de concreto (contrapiso), incluindo preparo e lançamento	m³	1.256,00		
4.1.3	Reaterro manual de vala apiolado	m³	7.895,00		
4.2	DRENAGEM				
4.2.1	ESCAVACAO MECANICA VALAS EM QUALQUER TIPO DE SOLO EXCETO ROCHA, PROF. 0< H < 4 M	m³	1.243,00		
4.2.2	COMPACTACAO MECANICA, SEM CONTROLE DO GC (C/COMPACTADOR PLACA 400 KG)	m³	765,76		
4.2.3	TRANSPORTE DE MATERIAL - BOTA-FORA, D.M.T = 10,0 KM	m³	456,00		
4.2.4	SARJETA EM CONCRETO, PREPARO MANUAL, COM SEIXO ROLADO, ESPESSURA = 8CM, LARGURA = 40CM.	m	3.375,70		
4.2.5	Assentamento de Manilha de concreto de 400mm	m	254,00		
4.2.6	Assentamento de Manilha de concreto de 600mm	m	678,00		
4.2.7	Assentamento de Manilha de concreto de 800mm	m	760,00		
4.2.8	Assentamento de Manilha de concreto de 1000mm	m	1.200,00		
4.2.9	Construção de Boca de lobo 1,2m x 1,2m	um	20,00		
4.2.10	Assentamentp de canaleta para escpamento de drenagem pluviais.	m	834,00		
4.3	PAVIMENTAÇÃO				
4.3.1	Guia pré-fabricada de concreto reta ou curva assentada com concreto, fck = 15 Mpa, controle tipo "C"	m	3.375,70		
4.3.2	Paralelepipedo assentado sobre coxim de areia	m²	1.978,00		
4.3.3	Rejuntamento de paralelepipedo com areia	m²	1.978,00		
4.3.4	Abertura e preparo de caixa de até 40 cm para pavimentação	m²	66,00		
4.3.5	Lastro de brita 3 e 4 apiloado manualmente com maço de até 30 kg	m³	2.794,97		
4.3.6	Pavimentação intertravada de blocos de concreto sobre coxim de areia	m²	6.987,48		
4.4	FUNDAÇÕES				
4.4.1	Broca estaca em concreto estrutural fck=25 MPa, seção 30 cm x 30 cm (carga admissível: até 82 t)	m	390,00		
4.4.2	Fôrma de madeira para fundação com tábua de 3ª qualidade, dois reaproveitamentos	m²	432,00		
4.4.3	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm corte e dobra na obra	kg	26.647,02		
4.4.4	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	280,49		
4.4.5	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em fundação	m³	280,49		
5.0	SUPERESTRUTURA				
5.1	Fôrma com chapa compensada plastificada e = 12mm, para pulares/vigas/lajes, incluso contraventamentos/travamentos com pontaletes 7,5 cm x 7,5 cm	m²	3.213,00		
5.2	Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro 8,0 mm, corte e dobra na obra	kg	29.953,51		
5.3	Concreto estrutural dosado em central, fck = 25MPa	m³	318,31		
5.4	Transporte, lançamento, adensamento e acabamento do concreto em estrutura	m³	318,31		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

6.0	**PRÉ-FABRICADOS**				
6.1	Verba destinada a peças de concreto pré-fabricados	vb	1,00		
7.0	**PAREDES E PAINÉIS**				
7.1	ALVENARIA DE PEÇAS CERÂMICAS PARA VEDAÇÃO				
7.1.1	Alvenaria de vedação com bloco cerâmico furado, 9 cm x 19 cm x 39 cm (furos verticais), espessura de parede 9 cm, juntas de 12 mm, assentado com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:2:8 - tipo 2	m²	4.615,00		
7.2	DIVISÓRIA				
7.2.1	Divisória Impermeáveis de LEMMAR e=1 cm	m²	25,00		
8.0	**ESQUADRIAS**				
8.1	ESQUADRIAS DE MADEIRA				
8.1.1	Portas de compensado, interna, colocação e acabamento liso à prova d'água, com batente, para sanitário e vestiário, 0,60 m x 2,10 m	un	9,00		
8.1.2	Porta interna de madeira, colocação e acabamento, de uma folha com batente, guarnição e ferragem, 0,80 m x 2,10 m	un	24,00		
8.2	ESQUADRIAS METÁLICAS				
8.2.1	Porta de aço em chapa ondulada de enrolar, colocação e acabamento	m²	360,00		
8.2.2	Janela de vidro temperado sob encomenda, colocação e acabamento, basculante, com contramarcos	m²	20,00		
8.3	ACESSÓRIOS METÁLICOS				
8.3.1	Portão automático em chapa de aço galvanizada, basculante, para alto fluxo de veículos, para vão de 3.000 mm x 5.000 mm	m²	10,00		
8.3.2	Corrimão tubular de ferro galvanizado	m	150,00		
9.0	**COBERTURA**				
9.1	COBERTURA com telha termoacústica , perfil trapezoidal, e=30 mm, altura 70 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm	m²	6.905,56		
9.2	Platibanda em telha trapezoidal de aluminio, e=3 mm, altura 50 mm, largura útil 1000 mm e largura nominal 1056 mm	m²	1.847,14		
9.3	Calha Metálica de chapa galvanizada nº 20 (60 x 80)	m²	2.582,82		
9.4	Estruturas Metálica com Perfil Metálico de 4" a 8" tipo U para confecção de Treliças e tesouras,	m	15.287,53		
9.5	Aparelahamento das estrutura metálica (tesouras, treliças, perfil, etc)	m²	2.896,00		
9.6	Colocação de Tele de proteção contra pássaros.	m²	3.500,00		
10.0	**REVESTIMENTOS**				
10.1	Chapisco para parede interna com argamassa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, e=5 mm	m²	9.227,49		
10.2	Emboço para parede interna e externa com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:2:9, e =20mm	m²	9.227,49		
10.3	Cerâmica tipo porcelanato em placa de 60 cm x 60 cm, assentada com argamassa pré-fabricada de cimento colante e rejuntamento com cimento branco	m²	2.875,00		
10.4	Rejuntamento de azulejo 30 cm x 30 cm, com argamassa pré-fabricada, para juntas até 3 mm	m²	2.875,00		
11.0	**PISOS**				
11.1	REGULARIZAÇÃO DE BASE				
11.1.1	Regularização desempenada de base para revestimento de piso com argamassa de cimento e areia sem peneirar traço 1:3, e=3 cm Tipo Korudur	m²	450,00		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

11.2	ACABAMENTOS GERAIS				
11.2.1	Piso cerâmico esmaltado 30 cm x 30 cm, assentado com argamassa pré-fabricada de cimento colante	m²	200,00		
11.2.2	Rejuntamento de piso cerâmico com argamassa pré-fabricada, espessura da junta: 6 mm	m²	200,00		
11.2.3	Rodapé cerâmico assentado com argamassa mista de cimento cal hidratada e areia sem peneirar, traço 1:2:8, atura 8 cm	m	97,25		
11.3	PISO INDUSTRIAL				
11.3.1	Piso industrial monolítico de alta resistência mecânica, fundido sobre base nivelada, acabamento desempenado, e=12 mm, Fck= 35Mpa.	m²	6.300,00		
11.3.2	Rodapé para piso industrial monolítico de alta resistência mecânica, fundido sobre base nivelada, acabamento desempenado, canto arredondado, altura 10 cm	m	320,00		
12.0	INSTALAÇÃO HIDRÁULICAS				
12.1	RASGOS E ENCHIMENTOS				
12.1.1	Envelope de concreto para proteção de tubos enterrados com escavação, acerto de vala e lançamento de concreto	m³	600,00		
12.2	ABRIGO PARA CAVALETE				
12.2.1	Abrigo para cavalete em alvenaria, dimensões 0,65 m x 0,85 m x 0,30 m	un	1,00		
12.2.2	Cavalete com tubo de aço galvanizado 25 mm (1")	un	3,00		
12.3	REDE DE ÁGUA FRIA - TUBOS E CONEXÕES DE PVC SOLDÁVEL MARRON				
12.3.1	Tubo de PVC soldável, com conexões Ø 20 mm	m	180,00		
12.3.2	Tubo de PVC soldável, com conexões Ø 25 mm	m	300,00		
12.4	REGISTROS				
12.4.1	Registro de gaveta bruto Ø 20 mm (3/4")	un	9,00		
12.4.2	Registro de pressão com canopla Ø 20 mm (3/4")	un	9,00		
12.5	RESERVATÓRIOS				
12.5.1	Verba destinada a caixa d'água cilindrica com anéis de concreto para volume de 40.000 l com poço artesiano de 100m de profundidade	un	1,00		
12.5.2	Torneira de bóis Ø 25 mm (1") acionamento elétrico.	un	1,00		
12.6	REDE DE ESGOTO - TUBOS E CONEXÕES DE PVC PONTA, BOLSA E VIROLA BRANCO				
12.6.1	Tubo de PVC branco, sem conxões, ponta e bolsa soldável, Ø 40 mm	m	120,00		
12.6.2	Joelho 90º com visita de PVC branco, ponta bolsa e virola, Ø 100 x 50 mm	un	18,00		
12.6.3	Joelho 90º de PVC branco, ponta e bolsa soldável, Ø 40 mm	un	18,00		
12.6.4	Joelho 90º de PVC branco, ponta bolsa e virola, Ø 100 mm	un	20,00		
12.7	CONJUNTO ELEVATÓRIO MOTOR-BOMBA				
12.7.1	Conjunto elevatório motor-bomba (centrífuga) de 5 HP	un	1,00		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

12.8	CAIXAS				
12.8.1	Caixa de inspeção em alvenaria - meio-tijolo comum maciço revestido internamente com argamassa de cimento e areia sem peneirar, traço 1:3, lastro de concreto e=10 cm, tampa e=5 cm, dimensões 60 cm x 60 cm x 60 cm	un	30,00		
12.8.2	Caixa sanfonada de PVC com greiha branca, 100 mm x 100 mm x 50 mm	un	4,00		
12.8.3	Ralo de PVC rígido seco, 100 mm x 50 mm > 40 mm	un	4,00		
12.9	APARELHOS E METAIS SANITÁRIOS				
12.9.1	Lavatório de louça de embutir (cuba), com aparelho misturador e acessórios	un	8,00		
12.9.2	Bacia de louça com caixa acoplada, com tampa e acessórios	un	22,00		
12.9.3	Tampo de granito para pia, e=30,00 mm, largura 0,60 m	m	6,00		
12.9.4	Tampo de granito para lavatório, e=30,00 mm, largura 0,60 m	m	6,00		
13.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
13.1	ENTRADA EM BAIXA TENSÃO				
13.1.1	Poste particular para edificação com potência instalada de 25 kW a 30 kW	un	39,00		
13.1.2	Entrada de energia em caixa de chapa de aço, dimensões 500 mm x 600 mm x 270 mm, potência de 25 kW a 30 kW	un	1,00		
13.1.3	TRANSFORMADOR PARA CABINE primária de 150 kVA - 15 kV, 60 Hz, alta tensão 13,2 kV, baixa tensão 220/127V	un	1,00		
13.2	ELETRODUTOS				
13.2.1	Eletroduto de PVC rígido roscável, com conexões Ø 25 mm (3/4")	m	180,00		
13.2.2	Eletroduto de PVC rígido roscável, com conexões Ø 50 mm (1 1/2")	m	90,00		
13.2.3	Eletroduto de PVC flexível corrugado Ø 25 mm (3/4")	m	45,00		
13.3	QUADROS E CAIXAS				
13.3.1	Caixa de ligação de PVC rígido para eletroduto roscável, retangular, dimensões 4" x 2"	un	60,00		
13.3.2	Quadro de distribuição de luz em chapa de aço de sobrepor, até 64 divisões modulares, dimensões externas 973 mm x 405 mm x 95 mm	un	2,00		
13.4	CABOS E FIOS				
13.4.1	Cabo isolado em PVC seção 6 mm² - 0,6 kW / 1 kV - 70°C - rígido	m	1.200,00		
13.4.2	Cabo isolado em PVC seção 35 mm² - 0,6 kW / 1 kV - 70°C - rígido	m	2.400,00		
13.4.3	Fio isolado de PVC seção 2,5 mm² - 750 V - 70°C	m	7.500,00		
13.5	DISJUNTORES				
13.5.1	Disjuntor monopolar termomagnético de 1£ A em quadro de distribuição	un	10,00		
13.5.2	Disjuntor bipolar termomagnético de 20 A em quadro de distribuição	un	20,00		
13.5.3	Disjuntos bipolar termomagnético de 32 A em quadro de distribuição	un	15,00		
13.5.4	Seccionar fusível ti "NH" tripolar até 250 A, manobra com carga, com porta-fusível, em quadro de distribuição	un	1,00		
13.6	INTERRUPTORES E TOMADAS				
13.6.1	Interruptor, uma tecla simples 10 A - 250 V	un	20,00		
13.6.2	Tomada dois pólos mais terra 20 A - 250 V	un	20,00		

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

Pedrosa Distribuidora Ltda
Materiais de Escritório, Expediente, Escolar, Limpeza, Descartáveis em Geral
CNPJ: 63.684.781/0001-09 I.E.:M04.115.263-8
Av. Djalma Batista, nº 170 – Chapada – Cep. 69050-010
Fone (0xx92) 2101-4400 – Fax (0xx92) 2101-4428
Manaus-Amazonas
Email: cesaropedrosa@gmail.com

13.7	ILUMINAÇÃO INTERNA				
13.7.1	Luminária fluorescente completa industrial com duas lâmpadas de 40 W, tipo calha de sobrepor	un	140,00		
13.7.2	Pendente ou plafonier com globo leitoso e lâmpada de 60 W	un	380,00		
13.8	ILUMINAÇÃO EXTERNA				
13.8.1	Luminária refletora para iluminação pública para lâmpada vapor de marcúrio, sódio e metálica, duas pétalas, poste de aço galvanizado com 10 m de altura livra	un	39,00		
13.8.2	Projetor externo para lâmpada a vapor de mercúrio, de iodeto metálico ou de sódio, com ângulo regulável, com alojamento para reator	un	40,00		
13.9	INSTALAÇÕES DE TELEFONIA				
13.9.1	Caixa de telefone em chapa de aço padrão Telebrás, dimensões internas 800 mm x 800 mm x 150 mm	un	1,00		
13.9.2	Tomada para telefone para pino Jack 1/4	un	6,00		
14.0	PINTURA				
14.1	Emassamento de parede interna com massa corrida PVA	m²	3.500,00		
14.2	Aparelhamento em Selador Acrílico.	m²	9.227,48		
14.3	Pintura com tinta látex PVA em parede interna e externo, com duas demãos.	m²	4.613,74		
14.4	Pintura com tinta látex PVA em parede externa, com duas demãos.	m²	4.613,74		
14.5	Pintura com tinta látex esmalte em esquadria de madeira, com duas demãos, sem massa corrida	m²	100,00		
14.6	Pintura com tinta látex esmalte em esquadria de ferro, com duas demãos, sem massa corrida	m²	576,00		
14.7	PINTURA esmalte em telha de aluminio, duas demãos a revólver	m²	1.842,88		
15.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
15.1	Muro divisório com bloco de concreto 4 cm x 19 cm x 39 cm, e=14 cm, altura 1,80 m, assentado sobre sapata corrida com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:0,5:8	m	1.025,21		
15.2	Enceramento de piso	m²	6.300,00		
15.3	Cerca de Proteção tipo Alambrado com tela de arame galvanizado fio 12 bwg, malha 2", revestido em pvc, fixada com tubo em aço galvanizado de 2". Para quadra de lazer Poliesportiva.	m²	147,00		
15.4	Serviços de Manutenção do telhado construido, bem como suas respectivas platibandas.	m²	6.300,00		
16.0	LIMPEZA GERAL DA OBRA				
16.1	Limpeza geral da obra (demolição, retirada e transporte dos restos de obra - entulhos)	m²	30.600,78		
	TOTAL GERAL				

4.0 - Prazo de Execução: 05 (cinco) anos.

5.0 - Local: Manaus/AM, JULHO DE 2018.

6.0 - Responsabilidade Técnica: Engº Civil HALLHITON MACIEL GEBER CREA/AM 8017-D

CESAR DE OLIVEIRA PEDROSA
SÓCIO- PROPRIETÁRIO
CPF. 147.064.742-72

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ
63.684.781/0001-09
PEDROSA DISTRIBUIDORA LTDA
Av. Djalma Batista, Nº 170
Chapada
CEP. 69050-010
MANAUS – AM

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas, vinculado à Certidão nº 948324/2018, emitida em 29/08/2018

Certidão nº 948324/2018
31/08/2018, 18:01
Chave de Impressão: 4W9D2
O documento neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 6 folhas

SGRH
Serviços Ltda.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CONTRATANTE:

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA, portadora do CNPJ. 06.539.432/0001-51, no ramo de atividade da Engenharia, Arquitetura e Manutenção neste apto representada por seu sócio, José Said Libório, brasileiro, empresária, portador do RG nº 668736-9 SSP- AM, CPF 135.334.522-04, com endereço à Av. Mario Ypiranga Monteiro, 315, Sala 403 – Adrianópolis, Manaus/AM.

CONTRATADO:

HALLHITON MACIEL GEBER, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, CREA 8017-D/AM, RG 0404627420 SSP AM, CPF 277.951.792-15, domiciliado na Av. Torquato Tapajos, 7726, cond. Florest Hill, Lote 0 – Colonia Terra Nova, Manaus/AM. Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços e de Assunção de Responsabilidade Técnica, as partes acima qualificadas têm entre si justo e avençado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A CONTRATANTE, empresa cuja atividade é da área de Engenharia, Arquitetura e Manutenção, a fim de atender ao que determina o parágrafo único do Artigo 10 da Lei Federal nº 12378 de 31 de dezembro de 2010, firma o presente contrato com o CONTRATADO, a qual obriga-se a prestar à CONTRATANTE serviços profissionais atinentes a sua formação e habilitação técnico-profissional conforme atribuições previstas na Lei Federal 12.378/2010, nas áreas afins e correlatas de engenharia civil e a assumir a responsabilidade técnica perante o referido órgão de fiscalização profissional CREA/AM (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas) e outros que lhe exijam.

Parágrafo único – O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE as seguintes atividades: supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica, coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação, estudo de viabilidade técnica e ambiental, assistência técnica, assessoria e consultoria, direção de obras e de serviço técnico enfim, tudo o que for pertinente à sua capacitação profissional para manter a regularidade da atividade explorada pela CONTRATANTE.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 813

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATANTE poderá indicar o CONTRATADO como responsável técnico, por sua atividade de engenharia civil, perante o CREA/AM e o CONTRATADO deverá registrar, perante aquele Orgão, ART – Registro de Responsabilidade Técnica de Cargo/Função que ficará fazendo parte integrante do presente instrumento com reconhecimento de firma.

Nota: As partes poderão fixar livremente o número de horas que lhes forem convenientes para melhor atender às necessidades da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

A CONTRATANTE é responsável por eventuais retenções de impostos e contribuições previstos na legislação tributária e previdenciária e pagará ao CONTRATADO no início do mês subsequente àquele do serviço efetivamente prestado, a importância de R$ 7.920,00 (Sete mil, novecentos e vinte Reais). O pagamento será efetuado na sede da CONTRATANTE, com emissão do respectivo recibo pelo CONTRATADO.

Nota: A remuneração de profissionais não poderá ser inferior ao salário-mínimo profissional com base na Lei 4950-A/66 e as partes poderão adotar livremente outra forma de pagamento que mais lhes convenha.

Parágrafo 1º - O CONTRATADO fica reservado o período de trabalho de 6 horas diárias de segunda a sexta-feira (14-20h) tendo flexibilidade no horário.

Parágrafo 2º - Em nenhuma hipótese o CONTRATADO receberá remuneração inferior ao salário-mínimo profissional, conforme na Lei Federal nº 4.950-A de 22 de abril de 1966.

Parágrafo 3º - No caso de atraso nos pagamentos, a CONTRATANTE estará automaticamente em mora, arcando com juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sendo negociável pelas partes do presente contrato, facultado a CONTRATADA a rescisão do contrato nos termos do parágrafo primeiro da cláusula sexta, sem prejuízo da cobrança judicial do débito pela via executiva judicial.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DO PREÇO

O preço estipulado na cláusula anterior será reajustado a cada período de um ano, contado a partir da data de sua vigência, por índices oficiais que venha a ser adotado por ambas as partes ou pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 814

SGRH
Serviços Ltda.

Nota: As partes poderão adotar livremente outro índice de reajuste que mais lhes convenha.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato é firmado por prazo indeterminado, passando a vigorar a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido por qualquer das partes caso não ocorra a aprovação do Responsável Técnico pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, neste caso, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente ao tempo de serviço efetivamente prestado, não se aplicando a cláusula sexta.

Nota: Caso haja efetiva prestação de serviços a partir da assinatura do contrato e independentemente da aprovação do Responsável Técnico pelo CREA/AM, a redação dessa cláusula deverá ser a seguinte:

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante notificação a outra, por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvada a hipótese de a parte denunciante optar por indenizar a outra do valor correspondente ao da prestação dos serviços referente ao período.

Parágrafo 1º - O contrato também poderá ser rescindido em caso de violação de quaisquer das cláusulas deste contrato, pela parte prejudicada, mediante denúncia imediata, sem prejuízo de eventual indenização cabível.

Parágrafo 2º - Qualquer tolerância das partes quanto ao descumprimento das cláusulas do presente contrato constituirá mera liberalidade, não configurando renúncia ou novação do contrato ou de suas cláusulas que poderão ser exigidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME JURÍDICO

As partes declaram não haver entre si vínculo empregatício, tendo o CONTRATADO plena autonomia na prestação dos serviços, desde que prestados conforme as condições ora pactuadas e demais exigências legais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas quanto à responsabilidade técnica. O CONTRATADO responde exclusivamente por eventual imprudência, negligência, imperícia ou dolo na execução de serviços que venham a causar qualquer dano à CONTRATANTE ou a terceiros, devendo responder regressivamente caso a CONTRATANTE seja responsabilizada judicialmente por tais fatos, desde que haja a denunciação da lide, salvo no caso de conduta da própria CONTRATANTE contrária à

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 815

orientação dada pelo CONTRATADO.

Parágrafo único – Tendo em vista a importância da responsabilidade técnica assumida, o CONTRATADO deverá fazer por escrito suas orientações à CONTRATANTE e aos seus prepostos, mediante protocolo de recebimento ou ciência.

Nota: Caso haja efetiva prestação de serviços na condição de FUNCIONÁRIO, a cláusula acima deverá ser alterada.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o foro da Comarca de Manaus/AM, para qualquer demanda judicial relativa ao presente contrato, com exclusão de qualquer outro. E por estarem justas e contratadas, na melhor forma de direito, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias originais e de igual teor e forma, dando tudo por bom, firme e valioso.

Manaus, 01 de Dezembro de 2023.

HALLHITON MACIEL GEBER
CREA 8017-D/AM
CONTRATADO

JOSÉ SAID LIBÓRIO
CRF 135.334.522-04
CONTRATANTE

CARTÓRIO RABELO – 1º OFÍCIO DE NOTAS DE MANAUS - Antonino Rabelo (Tabelião)
Selo Eletrônico de Fiscalização do TJ AM
Reconhecimento por semelhança à firma de HALLHITON MACIEL GEBER
Reconhecimento por verdadeira a firma de JOSÉ SAID LIBÓRIO
ESCREVENTE AUTORIZADA: JESSICA LIMA DE MENDONÇA
Valor: ISS R$ 0,00 FUNEJ R$ 1,39 FEMDIPAM R$ 0,00 FEMDIPOGE R$ 0,00 ISS R$ 0,39 FAPEAM R$ 0,39 SELO R$ 1,39
REGFIR004135YFQNJQU6O4IFOV31 Valide o selo em: cidadao.pjtja.selodarm.com.br
REGFIR004135GQ6TWTCPXUA1JN96 Valide o selo em: cidadao.pjtja.selodarm.com.br

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 816

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1012224/2024
Emissão: 16/02/2024
Validade: 29/02/2024
Chave: 8BYW6

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-AM.

Interessado(a)

Profissional: HALLHITON MACIEL GEBER
Registro: 0404627420
CPF: 277.***.***-15
Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 22/08/2001

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RES.N.218/73 DO CONFEA,OBS.O ARTIGO 25.
Instituição de Ensino: INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA AMAZONIA - UTAM
Data de Formação: 04/08/2001

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A certidão teve sua validade reduzida em virtude do vencimento do BOLETO de ANUIDADE em Aberto 8305832834. Data de vencimento do boleto: 29/02/2024

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP
Registro: 0000003397
CNPJ: 06.539.432/0001-51
Data Ínicio: 12/02/2024
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: 8BYW6
Impresso em: 16/02/2024 às 09:43:29 por: adapt, ip: 149.19.165.139

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652

Processo n.º 2022.016652

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheiro Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706), decorrente do **Pregão Eletrônico nº4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 182, 200, 233 e 229 e das Notas de Empenho n.º 2021NE0001340 e 2022NE0001330, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

DO CONTRATO

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Autazes/AM, em terreno localizado na Rua Mal. Costa e Silva, n.º 23 - Centro, município de Autazes/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Projeto Básico nº 14.2021.DEAC.0655317.2021.002033 e anexos, e do Edital de Pregão Eletrônico nº 4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ N.º 04.153.748/0001-85.
Contratada:	SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP, com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o N.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais); AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO Nº 189.2021.SCOMS.0708759.2021.002033; Nota de Empenho N.º 2021NE0001340.
Valor de Aditivo:	Processo 2022.008971 - R$ 50.397,44 (cinquenta mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos), perfazendo um acréscimo de 12,99% (doze inteiros e noventa e nove centésimos por cento) Nota de Empenho n.º 2022NE0001330;

Documento(s) Atestado de Capacidade Técnica SGRH (0955643) (1254809) SEI 2022.016652 / pg. 11235 / pg. 818

O valor global do contrato	Passa de R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais) para R$ 438.447,44 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

DAS MEDIÇÕES / PAGAMENTOS

- 1ª Medição - Processo 2022.003977 - Valor da Medição R$ 209.937,68 (Duzentos e nove mil, novecentos e trinta e sete reais, e sessenta e oito centavos). Nota Fiscal Nº 182, de 10/02/2022;
- 2ª Medição – Processo 2022.009106 - Valor da Medição R$ 168.640,70 (Cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e setenta centavos). Nota Fiscal Eletrônica N.º 200, de 04/05/2022.
- 3ª Medição - Processo 2022.017702 - NF 233 de 05/10/2022 - Valor da Medição R$ 9.471,62 (nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos);
- Medição do Aditivo - Processo 2022.017921 - NF 229, de 14/09/2022, - Valor da Medição R$ 50.397,44 (Cinquenta mil, trezentos e noventa e sete Reais e quarenta e quatro centavos);
- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 4.2022.DEAC.0928988.2021.002033 (0928988).

DOS SERVIÇOS (INCLUINDO ADITIVOS)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	ADMINISTRAÇÃO				
1.1.1	011008	EQUIPE DE OBRA : ENGENHEIRO/MESTRE/2 VIGIAS	SBC	MES	3,00
Aditivo	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
Aditivo	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO ?TORRE? (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	SINAPI	M	15,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO				
1.2.1	100947	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	3.069,00
1.2.2	INS-669297	Taxa de travessia balsa	Composições Próprias	un	4,00
1.3	ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, EPI's E FERRAMENTAS				
1.3.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIOS	SBC	DIA	780,00
1.3.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.3.3	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	3,00
1.4	EXAMES, CURSOS E SEGUROS				
1.4.1	COMP-	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições	H	4.990,71

Documento(s) Assinado(s) por: ADRIANA DE CAMPOS TEIXEIRA - SEGRT (9855643) (1254809) 0928988.2021.002033 SEI 0928988 / pg. 819

1.4.1	338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Próprias	H	4.990,71
2	DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E RETIRADAS				
2.1	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	19,88
2.2	023070	REVESTIMENTOS-REPARO EM TRINCAS/RECOMP.FAIXA REVEST.	SBC	M	28,00
2.3	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	468,94
2.4	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	M2	20,16
2.5	S97622S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	8,02
2.6	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	UN	8,00
2.7	S97665S	Remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	un	27,00
Aditivo	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	59,34
Aditivo	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	1.038,81
Aditivo	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	3.168,74
Aditivo	S02492	Destocamento de árvores de diâmetro de 0,15 a 0,30m	ORSE	un	3,00
Aditivo	210000	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3	SBC	UN	3,00
3	COBERTURA				
3.1	COMP-251144	Revisão de Cobertura em telha cerâmica tipo romana com reaproveitamento de telha e pintura com resina	Composições Próprias	m²	177,99
3.2	100013	COBERTURA TELHA CERAMICA ROMANA COM ESTRUTURA MADEIRA DE LEI	SBC	M2	21,42
3.3	S94228S	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 50 cm, incluso transporte vertical. af_07/2019	ORSE	m	11,97
3.4	200076	DESCIDA AGUAS PLUVIAIS-PRUMADA COM CORRENTE DE ACO	SBC	M	8,00
3.5	00012626	SUPORTE METALICO PARA CALHA PLUVIAL, ZINCADO, DOBRADO, DIAMETRO ENTRE 119 E 170 MM, PARA DRENAGEM PREDIAL	SINAPI	UN	26,00
4	FORRO				
4.1	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	81,32
Aditivo	S99054S	Acabamentos para forro (sanca de gesso montada na obra). af_05/2017_p	ORSE	m2	1,18
Aditivo	S02276	Rodapé cerâmico 10 x 45 cm, porcelanato, bianco tu polido, linha progetto, Portobello ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejuntado	ORSE	m	3,00
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	89168	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO	SINAPI	M2	11,26

Documento(s) Assinado(s) Digitalmente em 05/09/2022 08:52:23 pelo(a) (125.[illegible]) - Verifique em https://validar.iti.gov.br/ com o código: 10235 / pg. 820

		PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014			
5	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Aditivo	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos macicos esp 12cm, dim. int. 0,40x0,40x0,60m, sem tampa	ORSE	un	1,00
Aditivo	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	6,00
6	PLATAFORMA ELEVATÓRIA				
6.1	97083	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2017	SINAPI	M2	3,36
6.2	S11237	Poço de Elevador em concreto armado, dimensões internas 1.00 x 1.55 x 1.55 m	ORSE	un	1,00
6.3	S96527S	Escavação manual de vala para viga baldrame, com previsão de fôrma. af_06/2017	ORSE	m3	0,66
6.4	030196	CINTA AMARRACAO BALDRAME CONCRETO 1:3:5- 27x50cm-PAREDE 20cm	SBC	M	4,90
6.5	S89454S	Alvenaria de blocos de concreto estrutural 14x19x39 cm, (espessura 14 cm), fbk = 4,5 mpa, para paredes com área líquida maior ou igual a 6m², sem vãos, utilizando palheta. af_12/2014	ORSE	m2	26,46
6.6	S07726	Impermeabilização de superficie c/argamassa 1:3 (cimento e areia), esp=2cm, c/impermeabilizante Vedacit ou similar	ORSE	m2	51,40
6.7	S04953	Impermeabilização de alicerce e viga baldrame com 2 demãos de tinta asfáltica tipo Neutrol da Vedacit ou similar, exceto argamassa impermeabilização	ORSE	m2	4,90
6.8	S98565S	Proteção mecânica de superficie horizontal com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, e=3cm. af_06/2018	ORSE	m2	3,46
6.9	S02497	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	ORSE	m3	1,02
6.10	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. 12cm, dim. int.: 0,30x0,30x0,40m, sem tampa, c/ colchão de brita de 10 cm	ORSE	un	1,00
6.11	S99431S	Concretagem de lajes em edificações unifamiliares feitas com sistema de fôrmas manuseáveis, com concreto usinado bombeável fck 25 mpa - lançamento, adensamento e acabamento (exclusive bomba lança). af_06/2015	ORSE	m3	0,29
6.12	MPAM - DIVER - 01	PLATAFORMA EASY VERTICAL VEH-35 250KG 6M/MIN THYSSENKRUPP 2P - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - BDI = 17,75	Composições Próprias	UN	1,00
6.13	S11237	Laje mínima em concreto armado	ORSE	un	1,00
7	ESQUADRIAS				
7.1	90790	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM	SINAPI	UN	2,00

Documento(s) Assinado(s) por: ADRIANA CARVALHO DE ARAUJO (1254809) em 09/02/2022 08:52:23 (GMT-03:00) pela Assinatura Digital ICP-Brasil
Acesse https://etce.tce.pb.gov.br/autenticar?chave=22020908522300010235 / pg. 821

		PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019			
7.2	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	7,00
7.3	90788	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	3,00
7.4	90838	PORTA SAÍDA DE EMERGÊNCIA 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	1,00
7.5	74136/003	PORTA DE ACO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	8,25
7.6	COMP-816216	Vidro da fachada (Portal da entrada principal), temperado, fumme, 10 mm, composto de 1 porta 2 folhas (1,80m) de abrir, 1 porta de 1 folha (0,90m) de abrir e vidros fixos, incluindo kit de acessórios e instalação.	Composições Próprias	un	1,00
Aditivo	90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	8,00
Aditivo	90831	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
Aditivo	102235	DIVISÓRIA FIXA EM VIDRO TEMPERADO 10 MM, SEM ABERTURA. AF_01/2021	SINAPI	M2	4,20
8	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
8.1	REDE ELÉTRICA				
8.1.1	S07996	Disjuntor bipolar DR 25 A - Dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30MA, ref.5SM1 312-OMB, Siemens ou similar	ORSE	un	1,00
Aditivo	S93660S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 10a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	2,00
Aditivo	S93661S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 16a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	6,00
Aditivo	93670	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00
8.1.2	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E	SINAPI	UN	1,00

Documento(s) Assinado(s) digitalmente em 15/09/2022 08:52:23 - SEMAD - SGP - SEMAD - 1254809 - 2022.09.15 08:52:23 15235 / pg. 822

		CHUMBAMENTO. AF_01/2016			
8.1.3	93143	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 20A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	UN	1,00
8.1.4	S11138	Entrada de energia elétrica trifásica demanda entre 26,6 e 38,1 kw - Rev 01	ORSE	un	1,00
8.1.5	065455	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 630A DWP630L-630-3 WEG	SBC	UN	1,00
8.1.6	83463	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	S12226	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 24 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	ORSE	un	1,00
8.1.7	MPAM - ELE - 003	Luminária a LED tipo plafon 60x60cm 48w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	20,00
8.1.8	MPAM - ELE - 004	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	25,00
8.1.9	S03729	Interruptor 01 seção simples, de embutir, com placa, conjugado com tomada 2p+t, ABNT, 10A, inclusive caixa pvc 4x2	ORSE	un	5,00
8.1.10	S91955S	Interruptor paralelo (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_12/2015	ORSE	un	11,00
8.1.11	S03729	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	27,00
8.1.12	S03729	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2", P/ APARELHOS ESPECIAIS- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	10,00
8.1.13	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	SINAPI	UN	5,00
8.1.14	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	529,20
8.1.15	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	718,20
8.1.16	I002418	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL DR 100A 4 POLOS RDW300-100-4 WEG	SBC	UN	2,00
Aditivo	101881	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00

Documento(s) Assinado(s) por: ADRIANA DE CAMPOS TEIXEIRA - SEGEP - 9855643 (1254809.022.0165/2023-16235 / pg. 823

Aditivo	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	6,00
Aditivo	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	7,00
Aditivo	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	2,00
7.1.9	060317	LUMINARIA/REFLETOR LED 250W COB SMD 6500K TECNOLOGIA SANSUNG	SBC	UN	4,00
8.2	SISTEMA DE PROTEÇÃO (ATERRAMENTO)				
8.2.1	COMP-747559	Rede de aterramento unidade 4 promotorias	Composições Próprias	Un	1,00
8.2.2	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
9	LOUÇAS E METAIS				
9.1	95471	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.2	95469	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.3	COMP-620239	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, *45,5 X *35CM OU EQUIVALENTE, PARA BANHEIRO PNE, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Composições Próprias	un	4,00
Aditivo	190021	ASSENTO PARA VASO SANITARIO (TARGA/IZY/RAVENA/STUDIO SLOW)	SBC	UN	4,00
Aditivo	89482	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	94483	CONJUNTO HIDRÁULICO PARA INSTALAÇÃO DE BOMBA EM AÇO ROSCÁVEL, DN SUCÇÃO 32 (1 1/4?) E DN RECALQUE 25 (1?), PARA EDIFICAÇÃO ATÉ 4 PAVIMENTOS ? FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	102137	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	SINAPI	UN	2,00
Aditivo	S09718	Espelho de cristal 4mm com moldura de alumínio	ORSE	m2	1,26
Aditivo	S01778	Mola hidráulica para porta de madeira (Brasil ou similar)	ORSE	un	1,00
Aditivo	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	SINAPI	M	9,00

Documento(s) assinado(s) por: ADRIANA DE CAMPOS TEIXEIRA - SEGEP (9855643) (1254809) em 16/12/2022 08:52:23 pg 10235 / pg. 824

Aditivo	S02024	Chuveiro simples articulado, de metal cromado, (deca ref1995), c/ registro de pressão (deca linha c40 ref1416) ou similares	ORSE	un	2,00
Aditivo	S03683	Torneira cromada com arejador para pia de cozinha, DECA, linha targa 1159C40 ou similar	ORSE	un	2,00
10	PAVIMENTAÇÃO				
10.1	S94992S	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado. af_07/2016	ORSE	m2	92,43
10.2	023354	CONCRETO 1:2:3 fck=18MPa COM FORMA/ACO PARA RAMPAS	SBC	M3	0,18
10.3	S101094S	Piso podotátil, direcional ou alerta, assentado sobre argamassa. af_05/2020	ORSE	m	20,14
11	PINTURA				
11.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	713,33
11.2	96126	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, UMA DEMÃO.	SINAPI	M2	265,39
11.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.018,93
11.4	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	147,00
11.5	79500/002	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO, TRES DEMAOS	SINAPI	M2	313,44
11.6	84665	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	SINAPI	M2	169,41
11.7	S02297	Pintura para proteção de superfícies com hidrofugante silicone ou similar, 01 demão	ORSE	m2	345,69
11.8	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	837,34
Aditivo	040227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,40
Aditivo	160392	TRATAMENTO DE TRINCAS/FISSURAS SUPERFICIE CONCRETO EM FACHADAS	SBC	M2	1,00
Aditivo	100759	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	SINAPI	M2	58,00
11	GARAGEM				
Aditivo	S04297	Retirada e reassentamento de madeiramento para telhas cerâmicas	ORSE	m2	40,30
Aditivo	95956	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_01/2017	SINAPI	M3	0,80
Aditivo	92263	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30

Documento(s) assinado(s) por: ADRIANA DE CAMPOS TEIXEIRA - SEGEP/SEMAD (1254809), em 09/02/2022 08:52:23 (GMT-0300) pg. 825

Aditivo	92409	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 1 UTILIZAÇÃO. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30
Aditivo	94443	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO ROMANA, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M2	40,30
Aditivo	94219	CUMEEIRA E ESPIGÃO PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA), PARA TELHADOS COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	17,75
12	EQUIPAMENTOS				
12.1	SEGURANÇA				
12.1.1	101907	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.2	101905	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.4	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.5	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	109,69
12.1.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	18,39
12.2	ENERGIA				
12.2.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3	REDE				
12.3.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
12.3.2	COMP-366886	Fornecimento e Instalação de Switch GigaBit 24 portas PoE e 4 Portas SPF 1000 Mbps - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3.3	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	13,00
12.3.4	068122	SISTEMA PROTECAO NO-BREACK 220Vac 60 Hz PARA 2.500 W - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.5	I006006	RACK - VOICE PANEL 50 PORTAS RJ45 / RJ11 IDC 110 - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.6	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00

Documento(s) assinado(s) por: ADELAIDE DA CONCEIÇÃO TÉCNICA - SEMED, em 09/05/2023 19:52:23 (1254809022.0.1656230019235 / pg. 826

12.3.7	83369	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.4, 60X60X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, PADRÃO TELEBRAS, FORNECIMENTO E INSTALAçÃO	SINAPI	UN	1,00
12.3.8	063562	ELETROCALHA PERFURADA TIPO "U" 200x100mm CHAPA 22 SEM TAMPA	SBC	M	5,00
12.3.9	COMP-849515	Infra estrutura para entrada da Rede de Fibra	Composições Próprias	Un	1,00
12.4	REFRIGERAÇÃO				
12.4.1	COMP-776639	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.4.2	COMP-648163	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	4,00
12.4.3	COMP-105499	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
13	DIVERSOS				
13.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, med. Ø 1.800,00mm para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
13.2	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
13.3	S10719	Placa de indicativa em acrílico e adesivo, com sinalização para deficientes, dim.: 12 x 30 cm	ORSE	Un	5,00
13.4	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	120,00
13.5	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
13.6	S11853	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio, fotoluminescente, retangular, *20 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (simbolos, cores e pictogramas conforme nbr 13434)	ORSE	Un	7,00
13.7	055504	ADESIVO COM SETA INICADORA PARA EXTINTOR/HIDRANTE	SBC	UN	4,00
13.8	I11558	Fita de demarcação PVC 15mmx50m - (amarela, vermelha, branca, preta, etc.)	ORSE	m	12,00
13.9	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
14	LIMPEZA				
14.1	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 28 de dezembro de 2022

Documento(s) anexado(s) por AQUILA FERNANDES DE CARVALHO (SEI 0015764-31.2022.8.04.0000 / 1254502 / 00165202810010235 / pg. 827

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 28/12/2022, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 13/01/2023, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0955643** e o código CRC **CB274427**.

2022.016652 v8

Documento(s) anexado(s) ao Termo de Autuação Técnica SGT-MP (0955643) (1254502) 22.016652/2022-01 SEI 0955643 / pg. 010235 / pg. 828

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 14.2022.CPL.0939700.2022.016627

Processo n.º 2016.003614

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheira Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo nº 020/2021 - MPAM/PGJ, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 155, 179 e 214 e da Nota de Empenho n.º 2021NE0000632, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692184).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ n.° 04.153.748/0001-85.
Contratada:	**SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287.

1. DADOS DA CONTRATAÇÃO

Processo Nº 2021.004580

Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.

Contrato Administrativo N.º 020/2021 - MP/PGJ. (0692157)

Empresa Contratada: **SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51

Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ

2. VALOR CONTRATADO

Valor do Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692157) é de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287(0692013);

Processo 2021.018421 1º Termo aditivo ao Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0801442) Valor do Aditivo R$ 23.132,26 (vinte e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos), perfazendo um acréscimo de 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) - Nota de Empenho N.º 2021NE0000632 (0803179);

O valor global do contrato **R$ 363.132,26 (trezentos e sessenta e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos)**

3. DOS PRAZOS

- Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Serviço;
- Data da assinatura do contrato: 15 de setembro de 2021;
- Ordem de Execução de Serviços: 16 de setembro de 2021;
- Data contratual para início dos serviços: 20 setembro 2021;
- Data contratual para entrega dos serviços: 20/11/2021;
- Paralização dos serviços - Justificativa falta de equipamentos no mercado prazo evolução da COVID-19 (variante Delta e Omicron) 90 dias dodos (https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/cni-sete-em-cada-10-industrias-tem-dificuldades-para-comprar-insumo e https://www.fvs.am.gov.br/indicadorSalaSituacao_view/84/2)
- Prazo final para entrega dos serviços 20/02/2022
- Data da entrega dos serviços: 15/03/2022;

4. DA MEDIÇÃO / PAGAMENTO -

1ª medição - Processo 2021.018428 - Valor da Medição **R$ 143.982,87 - (Cento e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e dois Reais e oitenta e sete centavos)**;

2ª medição - Processo 2021.021648 - NF 169 de 08/12/2021 - nota cancelada a pedido do DOF - Valor da Medição - R$ 175.166,66 (Cento e setenta e cinco mil, cento e sessenta e seis Reais e sessenta e seis centavos), nota de substituida NF 174 - Valor R$ 10,00 (dez reais) (MEDIÇÃO CANCELADA).

3ª medição - Processo 2022.001835 - NF 179 de 27/01/2022 - **Valor da Medição e R$ 186.830,04 (Cento e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta Reais, e quatro Centavos)**

4ª medição - Processo 2022.014538 - NF 214 de 11/07/2022 - **R$ 32.309,35 (Trinta e dois mil, trezentos e nove reais e trinta e cinco centavos)**

5. NOTIFICAÇÕES

Notificação N.º 13.2021.DEAC.0744911.2021.016322;

Notificação N.º 2.2022.DEAC.0765651.2021.016322;

- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 5.2022.DEAC.0939192.2021.016322;
- TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO Nº 2.2022.DEAC.0825043.2021.016322.

EM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	Administração Local				
1.1.1	COMP-799133	Equipe de obra simplificada (Eng./Mestre/2 Vigias)	Composições Próprias	mês	2,00
1.1.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.1.3	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
1.2	Alimentação, Transporte, EPI's e Ferramental				
1.2.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIO	SBC	DIA	56,00
1.2.2	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	1,00
1.2.3	COMP-338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições Próprias	H	4.072,30
1.3	Mobilização de Demobilização				
1.3.1	100953	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	7.689,24
2	INFRAESTRUTURA DO CANTEIRO				
2.1	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00

2.2	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
2.3	012158	ALUGUEL MENSAL CONTAINER-ALMOXARIFADO-6,0x2,4m	SBC	MES	2,00
3	DEMOLIÇÃO				
3.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	1.285,25
3.2	022902	REMOCAO COBERTURA EM TELHAS FIBROC. INC. MADEIRAMENTO	SBC	M2	201,10
3.3	COMP-318686	Remoção de chapas em ACM de estrutura metálica com reaproveitamento.	Composições Próprias	m²	61,82
3.4	S11390	Demolição de divisórias tipo naval	ORSE	m2	71,87
3.5	023212	REMOCAO E RETIRADA DE PORTA DE MADEIRA DO AUDITÓRIO (1,50X2,10m)	SBC	UN	1,00
3.6	S97621S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, com reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	0,12
4	COBERTURA				
4.1	S09918	Telhamento com telha de alumínio dupla, trapezoidal, tipo sanduíche 0,6mm pré pintada em duas faces, com isolamento de espuma rígida de poliuretano 30mm pintada	ORSE	m2	201,10
4.2	100014	ESTRUTURA ACO PERFIL METALICO P/COBERTURA-VAO 22m(22,153kg/m2)	SBC	M2	201,10

4.3	S09433	Rufo em chapa aço galvanizado nº24 com desenvolvimento 16cm	ORSE	m	78,28
4.4	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	53,51
4.5	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	11,60
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	090923	DIVISORIA GESSO ACART. C/ 2 PAINES E=12,5 C/ ISOLAMENTO	SBC	M2	71,87
5.2	COMP-835743	Estrutura metálica de suporte para ACM	Composições Próprias	m²	23,00
5.3	S11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, 1,25x1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem	ORSE	m2	61,82
6	REVESTIMENTOS				
6.1	170274	PISO 9,5X9,5CM ESMT.BRIL BORDA BOLD ARQUITETO PORTOBELLO	SBC	M2	4,62
ADITIVO	89048	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8,	SINAPI	M2	23,89

		PREPARO MECÂNICO, COM BETONEIRA DE 400L, EM PAREDES DE AMBIENTES INTERNOS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO). AF_11/2014			
ADITIVO	11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, na cor cobre, 1,00 nx 1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem - Obra do Centro de Convenções de Sergipe	ORSE	M2	19,11
ADITIVO	COMP835743	Estrutura metálica de suporte para ACM (m²)	PRÓPRIO	M2	1,74
ADITIVO	96467	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA COMERCIAL DE DIMENSÕES 35X35CM (PADRAO POPULAR). AF_06/2017	SINAPI	M	50,46
7	ESQUADRIAS				
7.1	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00

7.2	91306	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
7.3	102183	PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS DE 90X210 CM, ESPESSURA DE 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS. AF_01/2021	SINAPI	UN	1,00
7.4	COMP-967096	FECHAMENTO PORTARIA VIDRO BLINDEX 10mm PIVOTANTE COM PORTA PARA PNE	Composições Próprias	m2	8,69
7.5	74136/003	PORTA DE AÇO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANSVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	26,20
7.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	19,14
8	PAVIMENTAÇÃO				
8.1	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	SINAPI	M2	67,48
9	PINTURA				

9.1	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.2	88484	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.4	88492	APLICAÇÃO MECÂNICA DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.5	180511	PINTURA ESMALTE SINTETICO ACETINADO CORAL	SBC	M2	26,83
9.6	180039	PINTURA FUNDO PREPARADOR DE PAREDES SUVINIL (1:1)	SBC	M2	26,83
9.7	S02279	Emassamento de superfície, com aplicação de 01 demão de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 03	ORSE	m2	20,58
9.8	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	20,58
9.9	100720	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14

9.10	100744	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICA				
10.1	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	7,00
10.2	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	44,00
10.3	92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	14,00
10.4	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	22,00
10.5	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária.	Composições Próprias	Un	18,00

		30.000h de uso.			
10.6	COMP-488982	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	7,00
10.7	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	10,00
10.8	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
ADITIVO	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	Un	18,00
11	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
11.1	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA				
11.1.1	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	69,56
11.1.2	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.2	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA				

11.2.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
11.2.2	COMP-504603	Switch Hp 24 Portas 1920s-48g Jl386a 10/100/1000 4sfp Poe - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.2.3	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00
11.2.4	059463	VOICE PANEL 30 PORTAS - RJ11/IDC 110 - 19"/1U - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
11.2.5	COMP-945137	Nobreak 1.5Kva Apc Smc1500I2U-Br Lcd Mono 230V para Rack - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.3	EQUIPAMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA				
11.3.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12	DIVERSOS				
12.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
12.2	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	106,00
12.3	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
12.4	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
12.5	I025827	ACESSIBILIDADE - PLACA TATIL BRAILLE/RELEVO ACO INOX 30x14cm PARA PORTAS	SBC	UN	15,00

12.6	I021176	ACESSIBILIDADE - MAPA TATIL BRAILLE/RELEVO ACRILICO 46x44cm - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.7	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
13	LIMPEZA				
13.1	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	370,43
13.2	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00
14	FORRO				
ADITIVO	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	138,24
ADITIVO	96131	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	SINAPI	M2	264,22
15	ESTRUTURA				
ADITIVO	40227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,30
ADITIVO	160386	TRATAMENTO DE TRINCAS E FISSURAS EM ESTRUTURA	SBC	M2	4,37

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 23 de novembro de 2022

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 23/11/2022, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 23/11/2022, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0939700** e o código CRC **5A2CAD62**.

2022.016627 v6

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CONTRATANTE:

SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA, portadora do CNPJ. 06.539.432/0001-51, no ramo de atividade da Engenharia, Arquitetura e Manutenção neste apto representada por seu sócio, BEATRIZ COSTA LIBÓRIO, brasileiro, empresária, portador do RG nº 26114860 SSP-AM, CPF 027.264.182-01, com endereço à Av. Mario Ypiranga Monteiro, 315, Sala 403 – Adrianópolis, Manaus/AM.

CONTRATADO:

Randel Almeida dos Santos, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, CREA 33792AM, RG 26264684 SSP AM, CPF 015.673.132-05, domiciliado na rua João Dourado, Nº 22, Novo Aleixo, CEP 69098-198, Manaus/AM. Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços e de Assunção de Responsabilidade Técnica, as partes acima qualificadas têm entre si justo e avençado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A CONTRATANTE, empresa cuja atividade é da área de Engenharia, Arquitetura e Manutenção, a fim de atender ao que determina o parágrafo único do Artigo 10 da Lei Federal nº 12378 de 31 de dezembro de 2010, firma o presente contrato com o CONTRATADO, a qual obriga-se a prestar à CONTRATANTE serviços profissionais atinentes a sua formação e habilitação técnico-profissional conforme atribuições previstas na Lei Federal 12.378/2010, nas áreas afins e correlatas de engenharia civil e a assumir a responsabilidade técnica perante o referido órgão de fiscalização profissional CREA/AM (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas) e outros que lhe exijam.

Parágrafo único – O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE as seguintes atividades: supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica, coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação, estudo de viabilidade técnica e ambiental, assistência técnica, assessoria e consultoria, direção de obras e de serviço técnico enfim, tudo o que for pertinente à sua capacitação profissional para manter a regularidade da atividade explorada pela CONTRATANTE.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 842

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATANTE poderá indicar o CONTRATADO como responsável técnico, por sua atividade de engenharia civil, perante o CREA/AM e o CONTRATADO deverá registrar, perante aquele Órgão, ART – Registro de Responsabilidade Técnica de Cargo/Função que ficará fazendo parte integrante do presente instrumento com reconhecimento de firma.

Nota: As partes poderão fixar livremente o número de horas que lhes forem convenientes para melhor atender às necessidades da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

A CONTRATANTE é responsável por eventuais retenções de impostos e contribuições previstos na legislação tributária e previdenciária e pagará ao CONTRATADO no início do mês subsequente àquele do serviço efetivamente prestado, a importância de R$ 7.812,00 (Sete mil, oitocentos e doze Reais). O pagamento será efetuado na sede da CONTRATANTE, com emissão do respectivo recibo pelo CONTRATADO.

Nota: A remuneração de profissionais não poderá ser inferior ao salário-mínimo profissional com base na Lei 4950-A/66 e as partes poderão adotar livremente outra forma de pagamento que mais lhes convenha.

Parágrafo 1º - O CONTRATADO fica reservado o período de trabalho de 6 horas diárias de segunda a sexta-feira (08-14h) tendo flexibilidade no horário.

Parágrafo 2º - Em nenhuma hipótese o CONTRATADO receberá remuneração inferior ao salário-mínimo profissional, conforme na Lei Federal nº 4.950-A de 22 de abril de 1966.

Parágrafo 3º - No caso de atraso nos pagamentos, a CONTRATANTE estará automaticamente em mora, arcando com juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sendo negociável pelas partes do presente contrato, facultado a CONTRATADA a rescisão do contrato nos termos do parágrafo primeiro da cláusula sexta, sem prejuízo da cobrança judicial do débito pela via executiva judicial.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DO PREÇO

O preço estipulado na cláusula anterior será reajustado a cada período de um ano, contado a partir da data de sua vigência, por índices oficiais que venha a ser adotado por ambas as partes ou pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 843

Nota: As partes poderão adotar livremente outro índice de reajuste que mais lhes convenha.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato é firmado por prazo indeterminado, passando a vigorar a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido por qualquer das partes caso não ocorra a aprovação do Responsável Técnico pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, neste caso, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor correspondente ao tempo de serviço efetivamente prestado, não se aplicando a cláusula sexta.

Nota: Caso haja efetiva prestação de serviços a partir da assinatura do contrato e independentemente da aprovação do Responsável Técnico pelo CREA/AM, a redação dessa cláusula deverá ser a seguinte:

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante notificação a outra, por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvada a hipótese de a parte denunciante optar por indenizar a outra do valor correspondente ao da prestação dos serviços referente ao período.

Parágrafo 1º - O contrato também poderá ser rescindido em caso de violação de quaisquer das cláusulas deste contrato, pela parte prejudicada, mediante denúncia imediata, sem prejuízo de eventual indenização cabível.

Parágrafo 2º - Qualquer tolerância das partes quanto ao descumprimento das cláusulas do presente contrato constituirá mera liberalidade, não configurando renúncia ou novação do contrato ou de suas cláusulas que poderão ser exigidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME JURÍDICO

As partes declaram não haver entre si vínculo empregatício, tendo o CONTRATADO plena autonomia na prestação dos serviços, desde que prestados conforme as condições ora pactuadas e demais exigências legais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas quanto à responsabilidade técnica. O CONTRATADO responde exclusivamente por eventual imprudência, negligência, imperícia ou dolo na execução de serviços que venham a causar qualquer dano à CONTRATANTE ou a terceiros, devendo responder regressivamente caso a CONTRATANTE seja responsabilizada judicialmente por tais fatos, desde que haja a denunciação da lide, salvo no caso de conduta da própria CONTRATANTE contrária à

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 844

orientação dada pelo CONTRATADO.

Parágrafo único – Tendo em vista a importância da responsabilidade técnica assumida, o CONTRATADO deverá fazer por escrito suas orientações à CONTRATANTE e aos seus prepostos, mediante protocolo de recebimento ou ciência.

Nota: Caso haja efetiva prestação de serviços na condição de FUNCIONÁRIO, a cláusula acima deverá ser alterada.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o foro da Comarca de Manaus/AM, para qualquer demanda judicial relativa ao presente contrato, com exclusão de qualquer outro. E por estarem justas e contratadas, na melhor forma de direito, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias originais e de igual teor e forma, dando tudo por bom, firme e valioso.

Manaus, 01 de fevereiro de 2023.

RECO 1º OFÍCIO

Randel Almeida dos Santos

Randel Almeida dos Santos
CREA nº 33792AM
Contratado

9º TN

Beatriz Costa Liborio

Beatriz Costa Liborio
CPF nº 027.264.182-01
Contratante

SELO ELETRÔNICO TJAM - SELO RECFIR004382MWOHWRKM5P14LW91, Valor do ato: R$ 5,80, Parte(s): RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS, Tipo: RECONHECIMENTO DE FIRMA POR AUTENTICIDADE, Consulte o selo em https://cidadao.portalseloam.com.br/ ou através do QR Code:

CARTÓRIO ANDRADE
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO E DEMAIS ANEXOS
DA COMARCA DE MAUÉS
JENISE DELISE ALVES MENDES
Tabeliã e Oficial Substituta
Maués - Amazonas

9º TABELIA DE NOTAS - CARTÓRIO AB
Bel.ª Ana de Fátima Abreu Chagas - Tabeliã - www.cartorioabreu
Rua Marc... Raimond, nº 317 - Adrianópolis - Manaus-AM - www.cartorioabreu

Reconheço Por SEMELHANÇA a firma de BEATRIZ COSTA LIBORIO. Dou Fé Em_____ Testemunho da verdade
Data/Hora 10/06/2021 17:21:09 Emitido por JANAINA SILVA DE SOUZA - ESCREVENTE
SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO - TJAM - N
RECFIR004531VMKY8DBMOQW0FQ73 Valide o selo cidadao.portalseloam.com.br - Pago R$ 5,00

Janaina Silva de S...
Escrevente Autori...

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 1005120/2023
Emissão: 07/07/2023
Validade: 31/03/2024
Chave: yYA5D

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-AM.

Interessado(a)

Profissional: RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS

Registro: 0420184821

CPF: 015.***.***-05

Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 02/06/2021

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: Artigo 7 da Lei Federal n 5.194 66, nas competencias do(s) Artigo(s) 28 e 29 do Decreto Federal 23.569 33, especificadas pelo Artigo 7 da Resolucao n 218 73 do Confea, combinado com seu Artigo 25, regulamentadas no Artigo 5 da Resolucao n 1.073 2016 (consolidadas na Resolucao n 1.048 2013 do Confea).

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS - UNINORTE

Data de Formação: 28/05/2021

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2023 (6/6)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: NORTHSERVICE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA ? EPP

Registro: 0049484281

CNPJ: 11.681.242/0001-04

Data Ínicio: 22/06/2021

Data Fim: 14/08/2023

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP

Registro: 0000003397

CNPJ: 06.539.432/0001-51

Data Ínicio: 04/05/2023

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: yYA5D
Impresso em: 30/11/2023 às 21:22:04 por: adapt, ip: 191.189.1.95

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 001/2024

Atestamos para fins de comprovação, que o profissional engenheiro ***HALLHITON MACIEL GEBER*** **(RNP nº 0404627420)**, responsável técnico pelo ***Contrato nº 01/2020*** firmado com o Instituto Federal do Amazonas a que se refere este documento, na época representante da empresa **S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP**, juntamente com o engenheiro ***RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS*** **(RNP nº 0420184821),** executou o contrato de fiscalização dentro das normas e condições estabelecidas técnica, legal e contratualmente, pelo período de 02 de Junho de 2021 a 01 de Janeiro de 2022, conforme detalhado a seguir:

1. Dados dos serviços prestados, para fins de acervo técnico

1.1. OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL PRODUTIVA (UEP) AQUICULTURA DO CAMPUS MAUÉS

1.1.1. **Contrato: 01/2020 - IFAM CAMPUS MAUÉS;**

1.1.2. Proprietário do Empreendimento: **IFAM – *Campus* Maués;**

1.1.3. Engenheiro Responsável Técnico: ***HALLHITON MACIEL GEBER*** **(RNP nº 0404627420)**, Nº AM20210255572**;**

1.1.4. Engenheiro Co-Responsável Técnico: ***RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS*** **(RNP nº 0420184821)**, Nº AM20210262867**;**

1.1.5. Período: 02 de Junho de 2021 a 01 de Janeiro de 2022**;**

1.1.6. Valor final da Obra: **R$ 254.570,57;**

1.1.7. Área Construída: **184,84 m²;**

1.1.8. Descrição do objeto fiscalizado:

Trata-se de uma *Obra de Construção da Unidade Educacional Produtiva (UEP) Aquicultura do Campus Maués.* A área de intervenção é de aproximadamente 184,84 m². Os serviços inerentes a obra foram:

- *Movimentação de Terra;*
- *Infraestrutura (Fundações e Vigas Baldrames);*
- *Superestrutura (Pilares e Vigas);*
- *Paredes, Forro, Revestimento;*
- *Pintura (interna e externa);*
- *Esquadrias;*
- *Cobertura (incluso telhamento);*
- *Instalações Hidráulicas, Sanitárias, Pluviais e acessórios;*
- *Instalações de Combate a Incêndio;*
- *Pavimentação (interna e arredores externos).*
- *Instalações Elétricas;*
- *Serviços de Acessibilidade.*

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 847

2. Descrição do Objeto Contratado

Contrato 01/2020 IFAM MAUÉS – Processo N 23443.024418/2019-17 – CARTA CONVITE 04/2019, ORDEM DE SERVIÇO N 013/2020 GDG/CMA/IFAM, DE 27 DE AGOSTO DE 2020. OBJETO CONTRATUAL: OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL DE PRODUÇÃO (UEP) DO CAMPUS MAUÉS.

3. Responsáveis Técnicos

3.1 Nome do Responsável Técnico: **HALLHITON MACIEL GEBER**;

3.1.1 Título Profissional: **Engenheiro Civil**;

3.1.2 Registro Nacional de Profissional: **0404627420**;

3.1.3 ART: AM20210255572**;**

3.1.4 Contratada: **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP;** CNPJ nº: **06.539.432/0001-51;**

3.2 Nome do Responsável Técnico: **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**;

3.2.1 Título Profissional: **Engenheiro Civil**;

3.2.2 Registro Nacional de Profissional: **0420184821**;

3.2.3 ART: AM20210262867**;**

3.2.4 Contratada: **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP;** CNPJ nº: **06.539.432/0001-51;**

4. Atividades realizadas

Conforme planilha em anexo, seguem os itens mensurados ao longo do contrato especifico de fiscalização.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 848

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O CONTRATO nº 01/2020-CAMPUS MAUÉS

Obra: Construção da Unidade Educacional de Produção (UEP), modalidade Aquicultura do IFAM – Campus Maués
Endereço: Estrada dos Moraes, s/nº. Senador José Esteves - CEP: 69190-000 - Maués - AM

Data-Base: ago-2019
SINAPI: mai-2019
Leis Sociais - Horista: 86,15%
Leis Sociais - Mensalista: 48,73%
B.D.I.: 28,35%
B.D.I. Equip.: 18,91%

02.Planilha Orçamentária Analítica

ITEM	*DESCRIÇÃO*	*CLASS*	*CÓDIGO*	*UNID.*	*QUANT.*	*PREÇO(R$)*	*PREÇO TOTAL (R$)*
01.	**Serviços Preliminares**						**15.766,32**
01.01	DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS	SER.CG	73859/1U	M2	466,60	0,15	69,99
01.02	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016	SER.CG	93208U	M2	6,00	448,24	2.689,44
01.03	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_02/2016	SER.CG	93210U	M2	12,00	360,23	4.322,76
01.04	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_02/2016	SER.CG	93212U	M2	5,70	595,49	3.394,29
01.05	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_10/2018	SER.CG	99059U	M	52,80	38,05	2.009,04
01.06	INSTAL/LIGACAO PROVISORIA ELETRICA BAIXA TENSAO P/CANT OBRA,M3-CHAVE 100A CARGA 3KWH,20CV EXCL FORN MEDIDOR	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_029	UN	1,00	715,81	715,81
01.07	PLACA DE OBRA EM LONA COM IMPRESSÃO DIGITAL-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_032	M2	4,80	131,45	630,96
01.08	TAPUME DE PROTEÇÃO EM TELA DE POLIETILENO H=1,20 COM BLOCO DE CONCRETO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_034	M2	58,58	23,69	1.387,76
01.09	LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA C/ TORNEIRA, TUBOS, REGISTRO E CONEXÕES	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_035	UN	1,00	177,56	177,56
01.10	TAXAS E EMOLUMENTOS - MAUÉS	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_071	UN	1,00	368,71	368,71
02.	**Administração da Obra**						**58.927,56**
02.01	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SER.CG	88326U	H	720,00	**20,66**	14.875,20
02.02	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SER.CG	90776U	H	528,00	**28,12**	14.847,36
02.03	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SER.CG	90777U	H	396,00	**73,75**	29.205,00
03.	**Movimentação de Terra**						**1.118,95**
03.01	CORTE E ATERRO COMPENSADO	SER.CG	79473U	M3	30,94	**5,37**	166,15

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 849

03.02	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO	SER.CG	85180U	M2	31,36	**12,82**	402,04
03.03	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	SER.CG	93382U	M3	17,22	**28,72**	494,56
03.04	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_01/2018	SER.CG	97914U	M3XKM	34,91	**1,61**	56,21
04.	**Infraestrutura (Sapatas e Arranques)**						**13.135,94**
04.01	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES	SER.CG	74157/4U	M3	5,57	**120,73**	672,47
04.02	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MENOR OU IGUAL A 0,25 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	SER.CG	92410U	M2	13,46	**108,21**	1.456,51
04.03	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92775U	KG	25,27	**12,16**	307,28
04.04	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92778U	KG	75,71	**7,58**	573,88
04.05	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	SER.CG	93382U	M3	47,68	**28,72**	1.369,37
04.06	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SER.CG	94965U	M3	5,57	**304,39**	1.695,45
04.07	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	SER.CG	96523U	M3	47,68	**83,20**	3.966,98
04.08	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	SER.CG	96531U	M2	17,40	**75,16**	1.307,78
04.09	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	SER.CG	96546U	KG	186,21	**7,65**	1.424,51
04.10	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_08/2017	SER.CG	96619U	M2	16,33	**22,15**	361,71
05.	**Vigas Baldrames**						**6.423,88**
05.01	IMPERMEABILIZACAO DE ESTRUTURAS ENTERRADAS, COM TINTA ASFALTICA, DUAS DEMAOS.	SER.CG	74106/1U	M2	42,34	**10,45**	442,45
05.02	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES	SER.CG	74157/4U	M3	2,62	**120,73**	316,31
05.03	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92775U	KG	45,77	**12,16**	556,56
05.04	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	SER.CG	93382U	M3	5,90	**28,72**	169,45
05.05	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SER.CG	94965U	M3	2,62	**304,39**	797,50
05.06	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	SER.CG	95241U	M2	7,47	**21,10**	157,62
05.07	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	SER.CG	96527U	M3	8,52	**109,44**	932,43
05.08	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	SER.CG	96533U	M2	34,87	**65,16**	2.272,13
05.09	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	SER.CG	96545U	KG	68,79	**9,45**	650,07

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 850

05.10	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	SER.CG	96546U	KG	16,91	**7,65**	129,36
06.	**Superestrutura (Pilares e Vigas de Cobertura)**						**13.690,74**
06.01	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MENOR OU IGUAL A 0,25 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	SER.CG	92410U	M2	39,50	**108,21**	4.274,30
06.02	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM PONTALETE DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	SER.CG	92447U	M2	42,34	**103,42**	4.378,80
06.03	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92775U	KG	100,24	**12,16**	1.218,92
06.04	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92776U	KG	1,18	**10,24**	12,08
06.05	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92777U	KG	72,84	**9,44**	687,61
06.06	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92778U	KG	111,33	**7,58**	843,88
06.07	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	SER.CG	92873U	M3	4,66	**183,84**	856,69
06.08	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SER.CG	94965U	M3	4,66	**304,39**	1.418,46
07.	**Paredes, Forros e Revestimentos**						**8.874,06**
07.01	ENCUNHAMENTO (APERTO DE ALVENARIA) EM TIJOLOS CERAMICOS MACICO 5,7X9X19CM 1/2 VEZ (ESPESSURA 9CM) COM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	SER.CG	73988/2U	M	7,76	**8,04**	62,39
07.02	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	SER.CG	87547U	M2	33,15	**17,66**	585,43
07.03	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	SER.CG	87792U	M2	144,83	**28,30**	4.098,69
07.04	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	SER.CG	87879U	M2	73,78	**3,09**	227,98
07.05	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	SER.CG	87894U	M2	103,00	**5,30**	545,90

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 851

07.06	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	SER.CG	89168U	M2	55,35	**56,14**	3.107,35
07.07	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SER.CG	96111U	M2	6,10	**40,38**	246,32
08.	**Pinturas**						**2.265,65**
08.01	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SER.CG	88485U	M2	177,42	**1,94**	344,19
08.02	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SER.CG	88489U	M2	177,42	**10,83**	1.921,46
09.	**Esquadrias**						**15.338,22**
09.01	PORTAO DE FERRO EM CHAPA GALVANIZADA PLANA 14 GSG	SER.CG	68054U	M2	4,27	**250,01**	1.067,54
09.02	PINTURA ESMALTE ACETINADO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA	SER.CG	73924/2U	M2	8,54	**26,66**	227,68
09.03	FUNDO ANTICORROSIVO A BASE DE OXIDO DE FERRO (ZARCAO), DUAS DEMAOS	SER.CG	74064/1U	M2	8,54	**19,61**	167,47
09.04	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	SER.CG	91341U	M2	1,68	**449,40**	754,99
09.05	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016	SER.CG	93188U	M	1,20	**41,13**	49,36
09.06	TELA DE PROTEÇÃO EM ARAME N.18, MALHA DE 1,9 x 1,9 CM - INCLUSIVE REQUADRO EM CANTONEIRAS DE AÇO COM PINTURA ESMALTE ACETINADO VERDE	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_033	M2	85,56	**148,78**	12.729,62
09.07	CONJUNTO DE FECHADURA EM FERRO COM MACANETA E DOBRADIÇAS 8" EM LATÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_037	CJ	1,00	**341,57**	341,57
10.	**Cobertura**						**28.547,38**
10.01	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA, INCLUSO UMA DEMAO DE FUNDO ANTICORROSIVO. UTILIZACAO DE REVOLVER (AR-COMPRIMIDO).	SER.CG	74145/1U	M2	119,72	**16,35**	1.957,42
10.02	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016	SER.CG	94210U	M2	166,11	**60,95**	10.124,40
10.03	CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO. AF_06/2016	SER.CG	94223U	M	14,65	**43,51**	637,42
10.04	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	SER.CG	94229U	M	29,30	**142,67**	4.180,23
10.05	TELA PLÁSTICA COM MALHA DE 25MM PARA FECHAMENTO DA ESTRUTURA METÁLICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_021	M2	22,44	**14,57**	326,95
10.06	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL L 1 X 1/4 DUPLO U UNIÃO GENÉRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_022	KG	294,80	**5,21**	1.535,91
10.07	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL L 1 X 1/8 DUPLO U UNIÃO GENÉRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_023	KG	39,87	**5,21**	207,72
10.08	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL U 100 X 50 X 3,04 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_024	KG	432,23	**7,70**	3.328,17

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 852

10.09	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL C100X50X17X3,04 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_025	KG	747,56	**6,40**	4.784,38
10.10	ESTRUTURA METALICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL L 1 1/2 X 3/16, DUPLO U UNIÃO GENÉRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_026	KG	35,26	**8,04**	283,49
10.11	ESTRUTURA METÁLICA VERGALHÃO DE 5 MM PARA CONTRAVENTAMENTO- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_027	KG	8,66	**5,99**	51,87
10.12	TELA DE PROTEÇÃO EM ARAME N.18, MALHA DE 1,9 x 1,9 CM - INCLUSIVE REQUADRO EM CANTONEIRAS DE AÇO COM PINTURA ESMALTE ACETINADO VERDE	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_033	M2	10,04	**112,49**	1.129,40
11.	**Instalações Hidrossanitárias, Pluviais e Acessórios**						**30.389,74**
11.01	REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇÃO MANUAL	SER.CG	73964/6U	M3	23,74	**56,26**	1.335,61
11.02	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 60CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SER.CG	74166/1U	UN	3,00	**193,42**	580,26
11.03	GRELHA DE FERRO FUNDIDO PARA CANALETA LARG = 15CM, FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	SER.CG	83626U	M	23,00	**114,89**	2.642,47
11.04	DISSIPADOR DE ENERGIA EM PEDRA ARGAMASSADA ESPESSURA 6CM INCL MATERIAIS E COLOCACAO MEDIDO P/ VOLUME DE PEDRA ARGAMASSADA	SER.CG	83690U	M3	3,60	**539,40**	1.941,84
11.05	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4" PARA TANQUE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	SER.CG	86916U	UN	12,00	**34,03**	408,36
11.06	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	SER.CG	89512U	M	6,19	**46,01**	284,80
11.07	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SER.CG	89513U	UN	1,00	**81,86**	81,86
11.08	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	SER.CG	89578U	M	6,66	**28,07**	186,95
11.09	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SER.CG	91785U	M	49,89	**36,58**	1.824,98
11.10	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 32 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SER.CG	91786U	M	13,80	**22,14**	305,53
11.11	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	SER.CG	91795U	M	13,79	**51,29**	707,29
11.12	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM (INSTALADO EM SUB-COLETOR AÉREO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SER.CG	91796U	M	12,12	**53,11**	643,69
11.13	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	SER.CG	93358U	M3	25,23	**74,19**	1.871,81
11.14	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	SER.CG	94706U	UN	24,00	**27,58**	661,92
11.15	CAIXA EM ALVENARIA 40X40X40 PARA REGISTRO E TORNEIRA DE JARDIM	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_00	UN	2,00	**68,80**	137,60

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 853

			1				
11.16	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INCLUINDO CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_002	M	11,80	**28,60**	337,48
11.17	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_003	M	157,03	**30,96**	4.861,65
11.18	BUCHA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM X 50MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_005	UN	1,00	**17,29**	17,29
11.19	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_006	UN	2,00	**72,82**	145,64
11.20	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_007	UN	24,00	**52,21**	1.253,04
11.21	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_008	UN	12,00	**23,99**	287,88
11.22	CANALETA EM ALVENARIA COM TIJOLO DE 1/2 VEZ, DIMENSOES 15X20CM (LXA), COM IMPERMEABILIZANTE NA ARGAMASSA	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_009	M	23,00	**109,60**	2.520,80
11.23	MANGUEIRA CRISTAL TRANCADA, PVC COM REFORCO, COM PRESSAO DE TRABALHO (PT) 250 LBS/POL2, DE 3/4" X *2,8* MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_010	M	14,40	**17,22**	247,97
11.24	CAIXA DE AREIA 60X60X60CM EM ALVENARIA - MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EXECUÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_012	UN	3,00	**125,50**	376,50
11.25	TUBO PVC BRANCO RÍGIDO PLUVIAL D=150MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_013	M	20,94	**66,32**	1.388,74
11.26	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO D=50MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_014	UN	2,00	**70,74**	141,48
11.27	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO 50X40MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_015	UN	2,00	**43,04**	86,08
11.28	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO 40X25MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_016	UN	2,00	**29,51**	59,02
11.29	TUBO DE AÇO GALVANIZADO D=50MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_017	M	3,18	**52,84**	168,03
11.30	GRELHA HEMISFÉRICA DE FERRO FUNDIDO D=100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_018	UN	2,00	**14,89**	29,78
11.31	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INCLUINDO CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_019	M	52,36	**28,51**	1.492,78
11.32	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PALLET PARA RESERVATÓRIO DE 500 LITROS	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_020	UN	12,00	**35,63**	427,56
11.33	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_038	UN	3,00	**72,87**	218,61
11.34	TÊ, EM FERRO GALVANIZADO DN 50 FORNCECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_039	UN	2,00	**84,86**	169,72
11.35	CAIXA D´AGUA EM POLIETILENO 500 LITROS	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_072	UN	12,00	**203,48**	2.441,76
11.36	TUBO DE AÇO GALVANIZADO D=40MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_074	UN	2,37	**43,44**	102,95
12.	**Instalações de Combate ao Incêncio**						**277,18**
12.01	EXTINTOR INCENDIO PÓ QUÍMICO ABC 4 KG COM SUPORTE PARA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_028	UN	2,00	**138,59**	277,18
13.	**Pisos e Pavimentações**						**17.616,01**

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 854

13.01	**Pavimentações Internas**						**5.641,60**
13.01.01	SOLEIRA DE CIMENTADO LISO LARGURA 15CM EXECUTADA COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA)	SER.CG	84194U	M	2,93	**9,04**	26,49
13.01.02	ARMACAO EM TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA Q-92, ACO CA-60, 4,2MM, MALHA 15X15CM	SER.CG	85662U	M2	2,40	**9,91**	23,78
13.01.03	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	SER.CG	92874U	M3	0,37	**30,97**	11,46
13.01.04	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	SER.CG	94319U	M3	0,54	**38,92**	21,02
13.01.05	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SER.CG	94965U	M3	0,37	**304,39**	112,62
13.01.06	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	SER.CG	94990U	M3	9,55	**547,57**	5.229,29
13.01.07	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA COMERCIAL DE DIMENSÕES 35X35CM (PADRAO POPULAR). AF_06/2017	SER.CG	96467U	M	41,96	**5,17**	216,93
13.02	**Pavimentações Externas**						**11.974,41**
13.01	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016	SER.CG	94265U	M	225,66	**28,92**	6.526,09
13.02	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	SER.CG	94990U	M3	9,95	**547,57**	5.448,32
14.	**Instalações Elétricas**						**40.861,44**
14.01	**Alimentador**						**16.777,54**
14.01.01	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M. AF_05/2018	SER.CG	97888U	UN	4,00	**402,55**	1.610,20
14.01.02	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 63A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_040	UN	1,00	**76,27**	76,27
14.01.03	ELETRODUTO FLEXÍVEL PEAD, DN 75 MM (3"), PARA CIRCUITO ALIMENTADOR, INSTALADO ENTERRADO, INCLUSO CONEXÕES, ESCAVAÇÃO, REATERRO E SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_041	M	162,12	**32,00**	5.187,84
14.01.04	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO, COM ISOLAÇÃO NA COR AZUL-CLARO, PARA CONDUTOR NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_060	M	182,38	**10,86**	1.980,65
14.01.05	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO, COM ISOLAÇÃO NA COR PRETA, PARA CONDUTOR FASE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_061	M	547,14	**10,86**	5.941,94
14.01.06	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO, COM ISOLAÇÃO NA COR VERDE, PARA CONDUTOR TERRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_062	M	182,38	**10,86**	1.980,65
14.02	**QDFL**						**1.295,55**
14.02.01	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	SER.CG	93655U	UN	1,00	**11,26**	11,26

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 855

14.02.02	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	SER.CG	93656U	UN	2,00	**11,26**	22,52
14.02.03	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	SER.CG	93670U	UN	1,00	**65,20**	65,20
14.02.04	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	SER.CG	93673U	UN	1,00	**82,08**	82,08
14.02.05	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 175 V, CORRENTE MAXIMA DE *20* KA (TIPO AC) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_042	UN	4,00	**55,69**	222,76
14.02.06	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 25 A, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_043	UN	2,00	**114,48**	228,96
14.02.07	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE SOBREPOR, EM CHAPA METALICA, PARA 24 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_063	UN	1,00	**662,77**	662,77
14.03	**QDC**						**3.495,70**
14.03.01	QUADRO DE COMANDOS PARA OS COMPRESSORES RADIAIS (SOPRADORES) E RESPECTIVAS VÁLVULAS SOLENÓIDES, DE SOBREPOR, NA COR CINZA HAL, MEDINDO 60X40X20 CM, COMPOSTOS DE: 1 DISJUNTOR GERAL TRIPOLAR DE 20A; 2 DISJUNTORES TRIPOLARES DE 16A; 2 CONTATORAS DE 12A; 2 RELÉS TÉRMICOS; 2 DISJUNTORES BIPOLARES DE 6A (PARA COMANDO); 1 PROGRAMADOR HORÁRIO BI ESTÁVEL; 1 RELÉ FALTA DE FASE; SINALEIRAS; CANALETA; BORNES; TERMINAIS ISOLANTES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_073	UN	1,00	**2.525,58**	2.525,58
14.03.02	VÁLVULA SOLENÓIDE DE 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_075	UN	2,00	**485,06**	970,12
14.04	**Iluminação e Tomadas**						**19.292,65**
14.04.01	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SER.CG	91834U	M	2,15	**6,52**	14,02
14.04.02	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 20 MM (3/4??), APARENTE, INSTALADO EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95745U	M	4,16	**20,10**	83,62
14.04.03	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 20 MM (3/4??), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95749U	M	43,80	**25,88**	1.133,54
14.04.04	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 25 MM (1??), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95750U	M	0,60	**26,36**	15,82
14.04.05	LUVA DE EMENDA PARA ELETRODUTO, AÇO GALVANIZADO, DN 20 MM (3/4), APARENTE, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95757U	UN	46,00	**9,75**	448,50
14.04.06	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO T, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95795U	UN	5,00	**26,95**	134,75
14.04.07	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 15 X 15 X 10 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_044	UN	1,00	**33,46**	33,46
14.04.08	CAIXA OCTOGONAL 4" X 4", PVC, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_045	UN	1,00	**7,12**	7,12

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 856

14.04.09	COMPRESSOR RADIAL (SOPRADOR) DE 2,35 CV, TRIFÁSICO, INCLUINDO SILENCIADOR, FILTRO DE ENTRADA, VÁLVULA DE ALÍVIO E FRETE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_046	UN	2,00	**6.285,10**	12.570,20
14.04.10	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_047	UN	1,00	**26,53**	26,53
14.04.11	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO C, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM TOMADA SIMPLES, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_048	UN	6,00	**19,43**	116,58
14.04.12	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) E 1 TOMADA 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_049	UN	1,00	**23,84**	23,84
14.04.13	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_050	UN	1,00	**25,50**	25,50
14.04.14	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM TOMADA SIMPLES, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_051	UN	3,00	**18,03**	54,09
14.04.15	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_052	UN	24,00	**16,43**	394,32
14.04.16	ELETROCALHA PERFURADA GALVANIZADA, CLASSE LEVE, 50X50 MM, INSTALADO EM PAREDE, INCLUSO TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_053	M	1,50	**23,48**	35,22
14.04.17	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 25 MM (3/4"), TIPO SEALTUBO, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_054	M	1,66	**13,73**	22,79
14.04.18	LUMINÁRIA ARANDELA COM 1 LÂMPADA LED 40W, BIVOLT, BASE E27, ILUMINAÇÃO DIRETA, POTÊNCIA MÁXIMA 60W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_055	UN	2,00	**374,27**	748,54
14.04.19	LUMINÁRIA COMERCIAL ALETADA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES LED DE 20 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_056	UN	12,00	**130,58**	1.566,96
14.04.20	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED BULBO DE 20 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_057	UN	1,00	**56,52**	56,52
14.04.21	PERFILADO PERFURADO 38X38MM GALVANIZADO, INCLUINDO CONEXÕES E ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_058	M	30,55	**13,94**	425,87
14.04.22	RELE FOTOELETRICO P/ COMANDO DE ILUMINACAO EXTERNA 127V/1000W, INCLUSO BASE - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_059	UN	2,00	**30,09**	60,18
14.04.23	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR AZUL-CLARO, PARA CONDUTOR NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_064	M	41,60	**2,58**	107,33
14.04.24	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR PRETA, PARA CONDUTOR RETORNO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_065	M	68,79	**2,58**	177,48
14.04.25	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR VERDE, PARA CONDUTOR TERRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_066	M	41,60	**2,58**	107,33

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 857

14.04.26	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR VERMELHA, PARA CONDUTOR FASE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_067	M	34,03	**2,58**	87,80
14.04.27	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR AZUL-CLARO, PARA CONDUTOR NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_068	M	60,10	**4,01**	241,00
14.04.28	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR VERDE, PARA CONDUTOR TERRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_069	M	65,52	**4,01**	262,74
14.04.29	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR VERMELHA, PARA CONDUTOR FASE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_070	M	77,56	**4,01**	311,02
15.	**Instalações de Acessibilidade**						**134,78**
15.01	PLACA DE PVC PARA IDENTIFICAÇÃO DE AMBIENTES-20X15CM - FIXADA COM FITA DUPLA FACE	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_030	UN	2,00	**26,24**	52,48
15.02	PLACAS COM BRAILE PARA SINALIZAÇÃO TÁTIL	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_031	UN	2,00	**41,15**	82,30
16.	**Limpeza**						**1.202,72**
16.01	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SER.CG	9537U	M2	184,04	**2,79**	513,47
16.02	LIMPEZA PERMANENTE DA OBRA	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_036	MÊS	3,00	**229,75**	689,25
TOTAL COM B.D.I. (28,35%) e B.D.I. Equip. (18,91%)							***254.570,57***

Manaus, 10 de janeiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ADANILTON RABELO DE ANDRADE
Data: 12/01/2024 15:15:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Adanilton Rabelo de Andrade
Pró-Reitor de Administração – PROAD/IFAM

Documento assinado digitalmente
gov.br
ARTHUR VINICIUS DE BRITO
Data: 12/01/2024 12:31:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Arthur Vinicius de Brito
Diretor de Infraestrutura– PROAD/IFAM

Documento assinado digitalmente
gov.br
PERICLES TEIXEIRA VEIGA
Data: 11/01/2024 10:34:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Péricles Teixeira Veiga
Coordenador de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – PROAD/IFAM

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUIZ GABRIEL MARTINS CORREIA
Data: 10/01/2024 16:05:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Luiz Gabriel Martins Correia
Membro da Comissão de Fiscalização
Diretoria de Infraestrutura – PROAD/IFAM

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 858

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 17.2022.CPL.0955643.2022.016652

Processo n.º 2022.016652

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheiro Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706), decorrente do **Pregão Eletrônico nº4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 182, 200, 233 e 229 e das Notas de Empenho n.º 2021NE0001340 e 2022NE0001330, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

DO CONTRATO

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 021/2021 - MP/PGJ (0699706).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Autazes/AM, em terreno localizado na Rua Mal. Costa e Silva, n.º 23 - Centro, município de Autazes/AM, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Projeto Básico nº 14.2021.DEAC.0655317.2021.002033 e anexos, e do Edital de Pregão Eletrônico nº 4.020/2021-CPL/MP/PGJ – CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ N.º 04.153.748/0001-85.
Contratada:	SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP, com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o N.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais); AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇO Nº 189.2021.SCOMS.0708759.2021.002033; Nota de Empenho N.º 2021NE0001340.
Valor de Aditivo:	Processo 2022.008971 - R$ 50.397,44 (cinquenta mil, trezentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos), perfazendo um acréscimo de 12,99% (doze inteiros e noventa e nove centésimos por cento) Nota de Empenho n.º 2022NE0001330;

Documento(s) Atestado de Capacidade Técnica SGRH (0955643) (1254809) SEI 19.22.0165.0016652.2022.011 / pg. 1 10235 / pg. 859

O valor global do contrato	Passa de R$ 388.050,00 (trezentos e oitenta e oito mil e cinquenta reais) para R$ 438.447,44 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

DAS MEDIÇÕES / PAGAMENTOS

- 1ª Medição - Processo 2022.003977 - Valor da Medição R$ 209.937,68 (Duzentos e nove mil, novecentos e trinta e sete reais, e sessenta e oito centavos). Nota Fiscal Nº 182, de 10/02/2022;
- 2ª Medição – Processo 2022.009106 - Valor da Medição R$ 168.640,70 (Cento e sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e setenta centavos). Nota Fiscal Eletrônica N.º 200, de 04/05/2022.
- 3ª Medição - Processo 2022.017702 - NF 233 de 05/10/2022 - Valor da Medição R$ 9.471,62 (nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos);
- Medição do Aditivo - Processo 2022.017921 - NF 229, de 14/09/2022, - Valor da Medição R$ 50.397,44 (Cinquenta mil, trezentos e noventa e sete Reais e quarenta e quatro centavos);
- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 4.2022.DEAC.0928988.2021.002033 (0928988).

DOS SERVIÇOS (INCLUINDO ADITIVOS)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	ADMINISTRAÇÃO				
1.1.1	011008	EQUIPE DE OBRA : ENGENHEIRO/MESTRE/2 VIGIAS	SBC	MES	3,00
Aditivo	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
Aditivo	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00
Aditivo	97064	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO ?TORRE? (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_11/2017	SINAPI	M	15,00
1.2	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO				
1.2.1	100947	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	3.069,00
1.2.2	INS-669297	Taxa de travessia balsa	Composições Próprias	un	4,00
1.3	ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE, EPI's E FERRAMENTAS				
1.3.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIOS	SBC	DIA	780,00
1.3.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.3.3	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	3,00
1.4	EXAMES, CURSOS E SEGUROS				
1.4.1	COMP-	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições	H	4.990,71

Documento(s) Assinado(s) por: CAIO CESAR DE OLIVEIRA (1254809) em 18/10/2022 08:52:23 - Doc. 10235 / pg. 860

1.4.1	338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Próprias	H	4.990,71
2	DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E RETIRADAS				
2.1	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	19,88
2.2	023070	REVESTIMENTOS-REPARO EM TRINCAS/RECOMP.FAIXA REVEST.	SBC	M	28,00
2.3	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	468,94
2.4	97644	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	M2	20,16
2.5	S97622S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	8,02
2.6	97663	REMOÇÃO DE LOUÇAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	SINAPI	UN	8,00
2.7	S97665S	Remoção de luminárias, de forma manual, sem reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	un	27,00
Aditivo	S00012	Demolição de forros	ORSE	m2	59,34
Aditivo	210111	LIMPEZA E CAPINA EM VEGETACAO-REMOCAO/BOTA-FORA ATE 20m	SBC	M2	1.038,81
Aditivo	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	3.168,74
Aditivo	S02492	Destocamento de árvores de diâmetro de 0,15 a 0,30m	ORSE	un	3,00
Aditivo	210000	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3	SBC	UN	3,00
3	COBERTURA				
3.1	COMP-251144	Revisão de Cobertura em telha cerâmica tipo romana com reaproveitamento de telha e pintura com resina	Composições Próprias	m²	177,99
3.2	100013	COBERTURA TELHA CERAMICA ROMANA COM ESTRUTURA MADEIRA DE LEI	SBC	M2	21,42
3.3	S94228S	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 50 cm, incluso transporte vertical. af_07/2019	ORSE	m	11,97
3.4	200076	DESCIDA AGUAS PLUVIAIS-PRUMADA COM CORRENTE DE ACO	SBC	M	8,00
3.5	00012626	SUPORTE METALICO PARA CALHA PLUVIAL, ZINCADO, DOBRADO, DIAMETRO ENTRE 119 E 170 MM, PARA DRENAGEM PREDIAL	SINAPI	UN	26,00
4	FORRO				
4.1	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	81,32
Aditivo	S99054S	Acabamentos para forro (sanca de gesso montada na obra). af_05/2017_p	ORSE	m2	1,18
Aditivo	S02276	Rodapé cerâmico 10 x 45 cm, porcelanato, bianco tu polido, linha progetto, Portobello ou similar, aplicado com argamassa industrializada ac-iii, rejuntado	ORSE	m	3,00
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	89168	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO	SINAPI	M2	11,26

Documento(s) Assinado(s) Digitalmente em 05/09/2022 08:52:23 pelo(a) (125.[illegible]) - Acesse https://www.[illegible].com.br/validar/[illegible] e informe o código 10235 / pg. 861

		PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014			
5	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS				
Aditivo	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos macicos esp 12cm, dim. int. 0,40x0,40x0,60m, sem tampa	ORSE	un	1,00
Aditivo	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	6,00
6	PLATAFORMA ELEVATÓRIA				
6.1	97083	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2017	SINAPI	M2	3,36
6.2	S11237	Poço de Elevador em concreto armado, dimensões internas 1.00 x 1.55 x 1.55 m	ORSE	un	1,00
6.3	S96527S	Escavação manual de vala para viga baldrame, com previsão de fôrma. af_06/2017	ORSE	m3	0,66
6.4	030196	CINTA AMARRACAO BALDRAME CONCRETO 1:3:5- 27x50cm-PAREDE 20cm	SBC	M	4,90
6.5	S89454S	Alvenaria de blocos de concreto estrutural 14x19x39 cm, (espessura 14 cm), fbk = 4,5 mpa, para paredes com área líquida maior ou igual a 6m², sem vãos, utilizando palheta. af_12/2014	ORSE	m2	26,46
6.6	S07726	Impermeabilização de superficie c/argamassa 1:3 (cimento e areia), esp=2cm, c/impermeabilizante Vedacit ou similar	ORSE	m2	51,40
6.7	S04953	Impermeabilização de alicerce e viga baldrame com 2 demãos de tinta asfáltica tipo Neutrol da Vedacit ou similar, exceto argamassa impermeabilização	ORSE	m2	4,90
6.8	S98565S	Proteção mecânica de superficie horizontal com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, e=3cm. af_06/2018	ORSE	m2	3,46
6.9	S02497	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	ORSE	m3	1,02
6.10	S06408	*Caixa de passagem em alvenaria de tijolos maciços esp. 12cm, dim. int.: 0,30x0,30x0,40m, sem tampa, c/ colchão de brita de 10 cm	ORSE	un	1,00
6.11	S99431S	Concretagem de lajes em edificações unifamiliares feitas com sistema de fôrmas manuseáveis, com concreto usinado bombeável fck 25 mpa - lançamento, adensamento e acabamento (exclusive bomba lança). af_06/2015	ORSE	m3	0,29
6.12	MPAM - DIVER - 01	PLATAFORMA EASY VERTICAL VEH-35 250KG 6M/MIN THYSSENKRUPP 2P - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - BDI = 17,75	Composições Próprias	UN	1,00
6.13	S11237	Laje mínima em concreto armado	ORSE	un	1,00
7	ESQUADRIAS				
7.1	90790	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM	SINAPI	UN	2,00

Documento(s) Assinado(s) por: ADRIANA CARVALHO DE ARAUJO (1254809) (1254809) 2022.0 16:52:23 pg 14235 / pg. 862

		PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019			
7.2	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	7,00
7.3	90788	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 60X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	3,00
7.4	90838	PORTA SAÍDA DE EMERGÊNCIA 90X210X4CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	1,00
7.5	74136/003	PORTA DE ACO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	8,25
7.6	COMP-816216	Vidro da fachada (Portal da entrada principal), temperado, fumme, 10 mm, composto de 1 porta 2 folhas (1,80m) de abrir, 1 porta de 1 folha (0,90m) de abrir e vidros fixos, incluindo kit de acessórios e instalação.	Composições Próprias	un	1,00
Aditivo	90830	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	8,00
Aditivo	90831	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
Aditivo	102235	DIVISÓRIA FIXA EM VIDRO TEMPERADO 10 MM, SEM ABERTURA. AF_01/2021	SINAPI	M2	4,20
8	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
8.1	REDE ELÉTRICA				
8.1.1	S07996	Disjuntor bipolar DR 25 A - Dispositivo residual diferencial, tipo AC, 30MA, ref.5SM1 312-OMB, Siemens ou similar	ORSE	un	1,00
Aditivo	S93660S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 10a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	2,00
Aditivo	S93661S	Disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 16a - fornecimento e instalação. af_10/2020	ORSE	un	6,00
Aditivo	93670	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00
8.1.2	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E	SINAPI	UN	1,00

Documento(s) Assinado(s) Digitalmente em 15/09/2022 08:52:23 pelo(a) SEINFRA (125489) - Validação: https://www.seinfra.ce.gov.br/validar/ (125489.2022.0915235 / pg. 863

		CHUMBAMENTO. AF_01/2016			
8.1.3	93143	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA 20A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	UN	1,00
8.1.4	S11138	Entrada de energia elétrica trifásica demanda entre 26,6 e 38,1 kw - Rev 01	ORSE	un	1,00
8.1.5	065455	DISJUNTOR CAIXA MOLDADA TRIPOLAR 630A DWP630L-630-3 WEG	SBC	UN	1,00
8.1.6	83463	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 12 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	S12226	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 24 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	ORSE	un	1,00
8.1.7	MPAM - ELE - 003	Luminária a LED tipo plafon 60x60cm 48w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	20,00
8.1.8	MPAM - ELE - 004	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w, sobrepor. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	25,00
8.1.9	S03729	Interruptor 01 seção simples, de embutir, com placa, conjugado com tomada 2p+t, ABNT, 10A, inclusive caixa pvc 4x2	ORSE	un	5,00
8.1.10	S91955S	Interruptor paralelo (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_12/2015	ORSE	un	11,00
8.1.11	S03729	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	27,00
8.1.12	S03729	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2", P/ APARELHOS ESPECIAIS- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	ORSE	un	10,00
8.1.13	97599	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	SINAPI	UN	5,00
8.1.14	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	529,20
8.1.15	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	M	718,20
8.1.16	I002418	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL DR 100A 4 POLOS RDW300-100-4 WEG	SBC	UN	2,00
Aditivo	101881	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 40 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	1,00

Documento(s) Assinado(s) por: ADRIANA DE CAMPOS TEIXEIRA - SEGEP - 9855643 (1254809.022.0165/2023-16235 / pg. 864

Aditivo	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	6,00
Aditivo	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	7,00
Aditivo	93655	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	UN	2,00
7.1.9	060317	LUMINARIA/REFLETOR LED 250W COB SMD 6500K TECNOLOGIA SANSUNG	SBC	UN	4,00
8.2	SISTEMA DE PROTEÇÃO (ATERRAMENTO)				
8.2.1	COMP-747559	Rede de aterramento unidade 4 promotorias	Composições Próprias	Un	1,00
8.2.2	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
9	LOUÇAS E METAIS				
9.1	95471	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL PARA PCD SEM FURO FRONTAL COM LOUÇA BRANCA SEM ASSENTO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.2	95469	VASO SANITARIO SIFONADO CONVENCIONAL COM LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	SINAPI	UN	2,00
9.3	COMP-620239	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSO, *45,5 X *35CM OU EQUIVALENTE, PARA BANHEIRO PNE, INCLUSO SIFÃO TIPO GARRAFA EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	Composições Próprias	un	4,00
Aditivo	190021	ASSENTO PARA VASO SANITARIO (TARGA/IZY/RAVENA/STUDIO SLOW)	SBC	UN	4,00
Aditivo	89482	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAIS DE ENCAMINHAMENTO DE ÁGUA PLUVIAL. AF_12/2014	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	94483	CONJUNTO HIDRÁULICO PARA INSTALAÇÃO DE BOMBA EM AÇO ROSCÁVEL, DN SUCÇÃO 32 (1 1/4?) E DN RECALQUE 25 (1?), PARA EDIFICAÇÃO ATÉ 4 PAVIMENTOS ? FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	SINAPI	UN	1,00
Aditivo	102137	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	SINAPI	UN	2,00
Aditivo	S09718	Espelho de cristal 4mm com moldura de alumínio	ORSE	m2	1,26
Aditivo	S01778	Mola hidráulica para porta de madeira (Brasil ou similar)	ORSE	un	1,00
Aditivo	98689	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF_09/2020	SINAPI	M	9,00

Documento(s) assinado(s) por: ADRIANA DE CAMPOS TEIXEIRA - SEGEP (9855643) (1254809) em 16/12/2022 08:52:23 pg 17 / 235 / pg. 865

Aditivo	S02024	Chuveiro simples articulado, de metal cromado, (deca ref1995), c/ registro de pressão (deca linha c40 ref1416) ou similares	ORSE	un	2,00
Aditivo	S03683	Torneira cromada com arejador para pia de cozinha, DECA, linha targa 1159C40 ou similar	ORSE	un	2,00
10	PAVIMENTAÇÃO				
10.1	S94992S	Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado. af_07/2016	ORSE	m2	92,43
10.2	023354	CONCRETO 1:2:3 fck=18MPa COM FORMA/ACO PARA RAMPAS	SBC	M3	0,18
10.3	S101094S	Piso podotátil, direcional ou alerta, assentado sobre argamassa. af_05/2020	ORSE	m	20,14
11	PINTURA				
11.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	713,33
11.2	96126	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, UMA DEMÃO.	SINAPI	M2	265,39
11.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.018,93
11.4	88488	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	147,00
11.5	79500/002	PINTURA ACRILICA EM PISO CIMENTADO, TRES DEMAOS	SINAPI	M2	313,44
11.6	84665	PINTURA ACRILICA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	SINAPI	M2	169,41
11.7	S02297	Pintura para proteção de superfícies com hidrofugante silicone ou similar, 01 demão	ORSE	m2	345,69
11.8	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	837,34
Aditivo	040227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,40
Aditivo	160392	TRATAMENTO DE TRINCAS/FISSURAS SUPERFICIE CONCRETO EM FACHADAS	SBC	M2	1,00
Aditivo	100759	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	SINAPI	M2	58,00
11	GARAGEM				
Aditivo	S04297	Retirada e reassentamento de madeiramento para telhas cerâmicas	ORSE	m2	40,30
Aditivo	95956	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR TÉRREA (CASA EM EMPREENDIMENTOS), FCK = 25 MPA. AF_01/2017	SINAPI	M3	0,80
Aditivo	92263	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30

Documento(s) Assinado(s) por: ADELAIDE DA CONCEICAO TEIXEIRA - SEGEP/SEMAD (1254809) em 09/02/2022 08:52:23 - 0235 / pg. 866

Aditivo	92409	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 1 UTILIZAÇÃO. AF_09/2020	SINAPI	M2	14,30
Aditivo	94443	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO ROMANA, COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M2	40,30
Aditivo	94219	CUMEEIRA E ESPIGÃO PARA TELHA CERÂMICA EMBOÇADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA), PARA TELHADOS COM MAIS DE 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	17,75
12	EQUIPAMENTOS				
12.1	SEGURANÇA				
12.1.1	101907	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE CO2 DE 6 KG, CLASSE BC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.2	101905	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE ÁGUA PRESSURIZADA DE 10 L, CLASSE A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020_P - BDI = 17,75	SINAPI	UN	2,00
12.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.4	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.1.5	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	109,69
12.1.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	18,39
12.2	ENERGIA				
12.2.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3	REDE				
12.3.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
12.3.2	COMP-366886	Fornecimento e Instalação de Switch GigaBit 24 portas PoE e 4 Portas SPF 1000 Mbps - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.3.3	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	13,00
12.3.4	068122	SISTEMA PROTECAO NO-BREACK 220Vac 60 Hz PARA 2.500 W - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.5	I006006	RACK - VOICE PANEL 50 PORTAS RJ45 / RJ11 IDC 110 - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.3.6	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00

Documento(s) assinado(s) por: ADELAIDE DA CONCEIÇÃO TÉCNICA - SEMED, em 09/05/2023 19:52:23 (1254809022.0.1656230019235 / pg. 867

12.3.7	83369	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA TELEFONE N.4, 60X60X12CM EM CHAPA METÁLICA, DE EMBUTIR, PADRÃO TELEBRAS, FORNECIMENTO E INSTALAçÃO	SINAPI	UN	1,00
12.3.8	063562	ELETROCALHA PERFURADA TIPO "U" 200x100mm CHAPA 22 SEM TAMPA	SBC	M	5,00
12.3.9	COMP-849515	Infra estrutura para entrada da Rede de Fibra	Composições Próprias	Un	1,00
12.4	REFRIGERAÇÃO				
12.4.1	COMP-776639	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 12.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12.4.2	COMP-648163	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 18.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	4,00
12.4.3	COMP-105499	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT 24.000 BTU'S INVERTER - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
13	DIVERSOS				
13.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, med. Ø 1.800,00mm para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
13.2	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
13.3	S10719	Placa de indicativa em acrílico e adesivo, com sinalização para deficientes, dim.: 12 x 30 cm	ORSE	Un	5,00
13.4	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	120,00
13.5	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
13.6	S11853	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio, fotoluminescente, retangular, *20 x 40* cm, em pvc *2* mm anti-chamas (simbolos, cores e pictogramas conforme nbr 13434)	ORSE	Un	7,00
13.7	055504	ADESIVO COM SETA INICADORA PARA EXTINTOR/HIDRANTE	SBC	UN	4,00
13.8	I11558	Fita de demarcação PVC 15mmx50m - (amarela, vermelha, branca, preta, etc.)	ORSE	m	12,00
13.9	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
14	LIMPEZA				
14.1	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 28 de dezembro de 2022

Documento(s) ANEXO(S) DE AQUISIÇÃO TÉCNICA SGI-7 (0055643) SEI 0028.010235 / pg. 868

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 28/12/2022, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 13/01/2023, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0955643** e o código CRC **CB274427**.

Documento(s) anexado(s) ao Termo de Abertura (0955643) SEI 2022.016652 / pg. 010235 / pg. 869

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 14.2022.CPL.0939700.2022.016627

Processo n.º 2016.003614

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022, com as as alterações dos Atos nº 380/2022/PGJ, 381/2022/PGJ e 382/2022/PGJ, em conformidade com o Ato PGJ n.º 345/2007, e subsidiada pelas informações contidas no Processo em epígrafe, resolve:

I – ATESTAR, para os devidos fins, inclusive para o previsto no art. 30 e seus parágrafos da Lei Federal n.° 8.666/93, que a empresa **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.539.432/0001-51, sediada à Rua 5 de setembro, nº240, bairro São Raimundo, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, através de seu Responsável Técnico, Engenheira Civil, Sr. **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**, RNP n.º 0420184821, registro no CREA Nº 33792, prestou/forneceu para a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, inscrita no CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, sediada à Av. Coronel Teixeira, n.º 7.995. Nova Esperança, Cep: 69037-473, o objeto do Contrato Administrativo nº 020/2021 - MPAM/PGJ, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ**, de acordo com o descrito no Edital, e com as quantidades indicadas nos Documentos Auxiliares de Notas Fiscais de Serviço Eletrônicas - NFS-e n.ºs 155, 179 e 214 e da Nota de Empenho n.º 2021NE0000632, satisfazendo as exigências editalícias, especialmente, àquelas quanto aos padrões de qualidade e aos prazos reclamados, como segue:

I D E N T I F I C A Ç Ã O	
Contrato:	Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692184).
Objeto:	Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.
Contratante:	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas – PGJ/AM CNPJ n.° 04.153.748/0001-85.
Contratada:	**SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** com sede na Rua 5 de Setembro, nº 240, bairro São Raimundo, Manaus/Amazonas, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51
Valor Contratado:	R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287.

1. DADOS DA CONTRATAÇÃO

Processo Nº 2021.004580

Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ.

Contrato Administrativo N.º 020/2021 - MP/PGJ. (0692157)

Empresa Contratada: **SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP,** inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 06.539.432/0001-51

Reforma da Edificação destinada a abrigar a Promotoria de Justiça da Comarca de Novo Airão/AM, em terreno localizado na Rua Rui Barbosa, s/n.º, município de Novo Airão/Amazonas, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.017/2021-CPL/MP/PGJ

2. VALOR CONTRATADO

Valor do Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0692157) é de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), Autorização de fornecimento de materiais e serviço N.º 153.2021.SCOMS.0692157.2021.004580 - Nota de Empenho N.º 2021NE0001287(0692013);

Processo 2021.018421 1º Termo aditivo ao Contrato Administrativo Nº 020/2021 - MP/PGJ (0801442) Valor do Aditivo R$ 23.132,26 (vinte e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos), perfazendo um acréscimo de 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) - Nota de Empenho N.º 2021NE0000632 (0803179);

O valor global do contrato **R$ 363.132,26 (trezentos e sessenta e três mil, cento e trinta e dois reais e vinte e seis centavos)**

3. DOS PRAZOS

- Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Serviço;
- Data da assinatura do contrato: 15 de setembro de 2021;
- Ordem de Execução de Serviços: 16 de setembro de 2021;
- Data contratual para início dos serviços: 20 setembro 2021;
- Data contratual para entrega dos serviços: 20/11/2021;
- Paralização dos serviços - Justificativa falta de equipamentos no mercado prazo evolução da COVID-19 (variante Delta e Omicron) 90 dias dodos (https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/cni-sete-em-cada-10-industrias-tem-dificuldades-para-comprar-insumo e https://www.fvs.am.gov.br/indicadorSalaSituacao_view/84/2)
- Prazo final para entrega dos serviços 20/02/2022
- Data da entrega dos serviços: 15/03/2022;

4. DA MEDIÇÃO / PAGAMENTO -

1ª medição - Processo 2021.018428 - Valor da Medição **R$ 143.982,87 - (Cento e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e dois Reais e oitenta e sete centavos)**;

2ª medição - Processo 2021.021648 - NF 169 de 08/12/2021 - nota cancelada a pedido do DOF - Valor da Medição - R$ 175.166,66 (Cento e setenta e cinco mil, cento e sessenta e seis Reais e sessenta e seis centavos), nota de substituida NF 174 - Valor R$ 10,00 (dez reais) (MEDIÇÃO CANCELADA).

3ª medição - Processo 2022.001835 - NF 179 de 27/01/2022 - **Valor da Medição e R$ 186.830,04 (Cento e oitenta e seis mil, oitocentos e trinta Reais, e quatro Centavos)**

4ª medição - Processo 2022.014538 - NF 214 de 11/07/2022 - **R$ 32.309,35 (Trinta e dois mil, trezentos e nove reais e trinta e cinco centavos)**

5. NOTIFICAÇÕES

Notificação N.º 13.2021.DEAC.0744911.2021.016322;

Notificação N.º 2.2022.DEAC.0765651.2021.016322;

- TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 5.2022.DEAC.0939192.2021.016322;
- TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO Nº 2.2022.DEAC.0825043.2021.016322.

EM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE
1	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				
1.1	Administração Local				
1.1.1	COMP-799133	Equipe de obra simplificada (Eng./Mestre/2 Vigias)	Composições Próprias	mês	2,00
1.1.2	MPAM 05/2016	Taxas e Emolumentos	Composições Próprias	un	1,00
1.1.3	016500	PLACA DE RESPONSABILIDADE TECNICA EM OBRAS	SBC	M2	3,00
1.2	Alimentação, Transporte, EPI's e Ferramental				
1.2.1	014022	CONSUMO CAFÉ MATINAL,ALMOÇO,E VALE-TRANSPORTE PARA OPERÁRIO	SBC	DIA	56,00
1.2.2	MPAM - 001	EPI e Ferramental (10 Funcionários)	Composições Próprias	Mês	1,00
1.2.3	COMP-338425	Complementares (Cursos, Exames e Seguros)	Composições Próprias	H	4.072,30
1.3	Mobilização de Demobilização				
1.3.1	100953	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	7.689,24
2	INFRAESTRUTURA DO CANTEIRO				
2.1	00010775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	SINAPI	MES	2,00

2.2	00010778	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS,1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	SINAPI	MES	2,00
2.3	012158	ALUGUEL MENSAL CONTAINER-ALMOXARIFADO-6,0x2,4m	SBC	MES	2,00
3	DEMOLIÇÃO				
3.1	022413	REMOÇÃO E RASPAGEM DE PINTURA	SBC	M2	1.285,25
3.2	022902	REMOCAO COBERTURA EM TELHAS FIBROC. INC. MADEIRAMENTO	SBC	M2	201,10
3.3	COMP-318686	Remoção de chapas em ACM de estrutura metálica com reaproveitamento.	Composições Próprias	m²	61,82
3.4	S11390	Demolição de divisórias tipo naval	ORSE	m2	71,87
3.5	023212	REMOCAO E RETIRADA DE PORTA DE MADEIRA DO AUDITÓRIO (1,50X2,10m)	SBC	UN	1,00
3.6	S97621S	Demolição de alvenaria de bloco furado, de forma manual, com reaproveitamento. af_12/2017	ORSE	m3	0,12
4	COBERTURA				
4.1	S09918	Telhamento com telha de alumínio dupla, trapezoidal, tipo sanduíche 0,6mm pré pintada em duas faces, com isolamento de espuma rígida de poliuretano 30mm pintada	ORSE	m2	201,10
4.2	100014	ESTRUTURA ACO PERFIL METALICO P/COBERTURA-VAO 22m(22,153kg/m2)	SBC	M2	201,10

4.3	S09433	Rufo em chapa aço galvanizado nº24 com desenvolvimento 16cm	ORSE	m	78,28
4.4	94229	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	SINAPI	M	53,51
4.5	91790	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM (INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO, OU CONDUTORES VERTICAIS), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SINAPI	M	11,60
5	PAREDES E PAINÉIS				
5.1	090923	DIVISORIA GESSO ACART. C/ 2 PAINES E=12,5 C/ ISOLAMENTO	SBC	M2	71,87
5.2	COMP-835743	Estrutura metálica de suporte para ACM	Composições Próprias	m²	23,00
5.3	S11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, 1,25x1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem	ORSE	m2	61,82
6	REVESTIMENTOS				
6.1	170274	PISO 9,5X9,5CM ESMT.BRIL BORDA BOLD ARQUITETO PORTOBELLO	SBC	M2	4,62
ADITIVO	89048	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, TRAÇO 1:2:8,	SINAPI	M2	23,89

		PREPARO MECÂNICO, COM BETONEIRA DE 400L, EM PAREDES DE AMBIENTES INTERNOS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL MULTIFAMILIAR (PRÉDIO). AF_11/2014			
ADITIVO	11099	Revestimento metálico em alumínio composto (Alucobond ou similar) dobrado, e=0,3mm, na cor cobre, 1,00 nx 1,00m, exclusive estrutura metálica - fornecimento e montagem - Obra do Centro de Convenções de Sergipe	ORSE	M2	19,11
ADITIVO	COMP835743	Estrutura metálica de suporte para ACM (m²)	PRÓPRIO	M2	1,74
ADITIVO	96467	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA COMERCIAL DE DIMENSÕES 35X35CM (PADRAO POPULAR). AF_06/2017	SINAPI	M	50,46
7	ESQUADRIAS				
7.1	100675	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 90X210, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO TOTAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00

7.2	91306	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	SINAPI	UN	4,00
7.3	102183	PORTA PIVOTANTE DE VIDRO TEMPERADO, 2 FOLHAS DE 90X210 CM, ESPESSURA DE 10MM, INCLUSIVE ACESSÓRIOS. AF_01/2021	SINAPI	UN	1,00
7.4	COMP-967096	FECHAMENTO PORTARIA VIDRO BLINDEX 10mm PIVOTANTE COM PORTA PARA PNE	Composições Próprias	m2	8,69
7.5	74136/003	PORTA DE AÇO CHAPA 24, DE ENROLAR, RAIADA TRANSVISION, LARGA COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA AUTOMÁTICA	SINAPI	M2	26,20
7.6	023310	FORNECIMENTO E COLOCACAO GRADES DE FERRO EM JANELAS	SBC	M2	19,14
8	PAVIMENTAÇÃO				
8.1	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	SINAPI	M2	67,48
9	PINTURA				

9.1	88485	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.2	88484	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM TETO, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.3	88489	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	1.821,74
9.4	88492	APLICAÇÃO MECÂNICA DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SINAPI	M2	181,46
9.5	180511	PINTURA ESMALTE SINTETICO ACETINADO CORAL	SBC	M2	26,83
9.6	180039	PINTURA FUNDO PREPARADOR DE PAREDES SUVINIL (1:1)	SBC	M2	26,83
9.7	S02279	Emassamento de superfície, com aplicação de 01 demão de massa acrílica, lixamento e retoques - Rev 03	ORSE	m2	20,58
9.8	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021	SINAPI	M2	20,58
9.9	100720	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14

9.10	100744	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	SINAPI	M2	19,14
10	INSTALAÇÕES ELÉTRICA				
10.1	91992	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	7,00
10.2	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	44,00
10.3	92001	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SINAPI	UN	14,00
10.4	059455	PONTO DE REDE - INCLUINDO RASGO, QUEBRA, CHUMBAMENTO, ELETRODUTO, CABO, CX 2" x 4" + 2 TOMADAS RJ-45 KEYSTONE E CERTIFICAÇÃO DO PONTO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	SBC	UN	22,00
10.5	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária.	Composições Próprias	Un	18,00

		30.000h de uso.			
10.6	COMP-488982	Luminária a LED tipo plafon 30x30cm 36w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	7,00
10.7	CP-9013-COMP-194107	Luminária a LED tipo plafon 30x60cm 48w. Completa, com driver multitensão (100-250V) integrados à luminária. 30.000h de uso.	Composições Próprias	Un	10,00
10.8	COMP-647332	Aterramento com Cx. de aterramento	Composições Próprias	Un	1,00
ADITIVO	93142	PONTO DE TOMADA RESIDENCIAL INCLUINDO TOMADA (2 MÓDULOS) 10A/250V, CAIXA ELÉTRICA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_01/2016	SINAPI	Un	18,00
11	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS				
11.1	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA				
11.1.1	COMP-183583	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM AÇO GALVANIZADO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	Composições Próprias	ml	69,56
11.1.2	MPAM-INFO002	Fornecimento e instalação de sistema CFTV 32 Canais, incluindo Câmeras, Monitores,HD 2T, Cx. de passagens, Eletroduto, Cabos, Conectores, Rasgo, Quebra e Chumbamento. - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.1.3	COMP-058422	Porta detectora de metais - fornecimento e instalação - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
11.2	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA				

11.2.1	S08493	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MINI RACK DE SUSPENÇO - INCLUSIVE ACESSÓRIOS - BDI = 17,75	ORSE	un	1,00
11.2.2	COMP-504603	Switch Hp 24 Portas 1920s-48g Jl386a 10/100/1000 4sfp Poe - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.2.3	COMP-589578	ACESSES POINT WIRELESS - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	2,00
11.2.4	059463	VOICE PANEL 30 PORTAS - RJ11/IDC 110 - 19"/1U - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
11.2.5	COMP-945137	Nobreak 1.5Kva Apc Smc1500I2U-Br Lcd Mono 230V para Rack - BDI = 17,75	Composições Próprias	Un	1,00
11.3	EQUIPAMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA				
11.3.1	COMP-318779	Gerador de energia Solar Grid-tie para conexão a rede pública (140~160kWh/mês) - BDI = 17,75	Composições Próprias	un	1,00
12	DIVERSOS				
12.1	COMP-742606	Logomarca do MPAM, confecionada em ACM, para a fixação em fachada - Fornecimento e instalação	Composições Próprias	UN	1,00
12.2	COMP-316951	letras em chapa de aço galvanizado pintada em cor padrão do MP/AM - block letter de 10 a 20 cm - fornecimento e instalação	Composições Próprias	un	106,00
12.3	COMP-638612	Revisão de Totem com pintura e adesivo - Entrada	Composições Próprias	un	1,00
12.4	00010849	PLACA DE INAUGURACAO EM BRONZE *35X 50*CM	SINAPI	UN	1,00
12.5	I025827	ACESSIBILIDADE - PLACA TATIL BRAILLE/RELEVO ACO INOX 30x14cm PARA PORTAS	SBC	UN	15,00

12.6	I021176	ACESSIBILIDADE - MAPA TATIL BRAILLE/RELEVO ACRILICO 46x44cm - BDI = 17,75	SBC	UN	1,00
12.7	MPAM - DIV - 002	Kit Prevenção ao COVID-19 para Obras	Composições Próprias	UN	2,00
13	LIMPEZA				
13.1	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	SINAPI	M2	370,43
13.2	COMP-175824	LIMPEZA PERMANENTE E FINAL DA OBRA	Composições Próprias	mês	2,00
14	FORRO				
ADITIVO	96114	FORRO EM DRYWALL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SINAPI	M2	138,24
ADITIVO	96131	APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS, DUAS DEMÃOS. AF_05/2017	SINAPI	M2	264,22
15	ESTRUTURA				
ADITIVO	40227	RECUPERACAO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS EM CONCRETO 15Mpa	SBC	M3	0,30
ADITIVO	160386	TRATAMENTO DE TRINCAS E FISSURAS EM ESTRUTURA	SBC	M2	4,37

II – DESTACAR que a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS** **não** tem registrado problemas com pontualidade, execução, ou qualquer fato que desabone a conduta da mencionada empresa.

Manaus, 23 de novembro de 2022

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022

Matrícula n.º 000.640-8A

CPF: 671.664.232-34

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Agente Técnico Engenheiro Civil - CREA 6028-D/AM-RR
Chefe da Dvisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 23/11/2022, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 23/11/2022, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0939700** e o código CRC **5A2CAD62**.

2022.016627 v6

Certidão 1004464/2023

ACOMPANHAMENTO DA SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO

Processo de solicitação de certidão em andamento

Trâmites atendidos	Trâmites restantes
Nenhum trâmite foi completado	1 1001 - 1 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A 2 1002 - 2 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A

Documentos atendidos	Documentos restantes
- ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA; **- CONTRATO;** **- ADITIVOS(Se houver);** **- TERMO DE APOSTILAMENTO (Se houver);** **- ORDEM DE SERVIÇO(Se houver);** **- TERMO DE PARALISAÇÃO(Se houver);** **- TERMO DE REINÍCIO DA OBRA(Se houver)**! **Data:** 12/02/2024 às 10:49:48 **Descrição:** ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APROVADO.	

ARTs atendidos	ARTs restantes
AM20210282958 - 25/10/2021 - **Contrato:** 021/2021 - MPAM/PGJ 18/10/2021 Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas **Data:** 12/02/2024 às 09:54:14 **Descrição:** ART APROVADA.	
AM20230390234 - 19/06/2023 - **Contrato:** 021/2021 - MPAM/PGJ 18/10/2021 Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas **Data:** 12/02/2024 às 09:54:14 **Descrição:** ART APROVADA.	

DETALHES DO PROFISSIONAL

Registro Nacional:	**CREA- nº 042018482-1**
Registro Regional:	**33792AM**
Processo de Registro:	
Tipo de Registro:	**Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)**
Situação do Registro:	**ATIVO**
Último ano pago:	**2023 (6 / 6)** ADIMPLENTE
CPF:	**015.673.132-05**
Nome:	**RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**
Títulos:	GRADUAÇÃO **1110200 - ENGENHEIRO CIVIL Título Principal**
Atribuição:	**Artigo 7 da Lei Federal n 5.194 66, nas competencias do(s) Artigo(s) 28 e 29 do Decreto Federal 23.569 33, especificadas pelo Artigo 7 da Resolucao n 218 73 do Confea, combinado com seu Artigo 25, regulamentadas no Artigo 5 da Resolucao n 1.073 2016 (consolidadas na Resolucao n 1.048 2013 do Confea).**
Restrição:	**Sem Identificação**
E-Mail:	**randel.almeida@hotmail.com**

Exibir Informações

ENDEREÇO

RUA JOÃO DOURADO, 22, QD.F31 AP.01, NOVO ALEIXO - MANAUS/AM - CEP: 69098198

DETALHES DA CERTIDÃO

Situação da Certidão:	**Certidão completa e dentro do prazo de validade**
Número:	**1004464**
Ano:	**2023**
Data de Solicitação:	**20/06/2023**
Validade:	**Certidão não emitida**
Tipo da Certidão:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**
Descrição:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Detalhes do Boleto | Imprimir Boleto | Analisar e Reparar Documentos PDF

LEIS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
Resolução Nº 1025 de 30 de de 2009
Lei Federal Nº 6496 de 07 de Fevereiro de 1977

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros Primei

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 883

NOTAS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venh integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela ve exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Agronomia - CONFEA.
Conforme atestado de capacidade técnica anexo (11 páginas, emitido em 28/12/2022), circunscrito APENAS às atividades inerentes à sua modalidade, ENGENHEIRO CIVIL, em coerência com as sua profissionais. Obs.: O representante da contratante que assina o Atestado, Eng.CIVIL PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES, com RNP sob o Nº 040462390-5 é profissional habilitado no âmbito do Confea-Crea. CERTIFICAMOS, finalmente, que a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações declaradas constantes nos documentos que se encontram vinculados à presente Certic Técnico – CAT, cabe aos seus emissores.
Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

Mostrando de 1 até 5 de 5 registros Primei

CERTIDÕES PARCIAIS VINCULADAS

Mostrar 10 registros Buscar:

NÚMERO/ANO	DATA CADASTRO	DATA EMISSÃO	ARTS
Não foram encontrados resultados			

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros Pri

IMPRESSÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DATA	HORA	USUÁRIO
Não foram encontrados resultados		

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros Pri

STATUS (4)

Mostrar 10 registros Buscar:

SITUAÇÃO	DATA - HORA	OBSERVAÇÃO
DOCUMENTO EMITIDO	20/06/2023 - 23:12:29	
BOLETO EMITIDO	20/06/2023 - 23:14:10	
DOCUMENTO PROCESSADO	21/06/2023 - 06:47:06	
DOCUMENTO PAGO	21/06/2023 -	

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros Prime

DECLARAÇÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRICAO
Não foram encontrados resultados

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros Pr

ARQUIVOS

Mostrar 10 registros Buscar:

NOME DO ARQUIVO	DESCRIÇÃO	DATA DE CADASTRO	HORA DE CADASTRO
SEI_MPAM - 0699706 - Contrato Administrativo.pdf	Contrato	20/06/2023	23:12
SEI_MPAM - 0860390 - Termo Aditivo.pdf	Aditivo	20/06/2023	23:12
Atestado de Capacidade Técnica - MPE - Autazes.pdf	Atestado de capacidade técnica	20/06/2023	23:12
AM20210282958.ZAbBx.pdf	ART DO CONTRATO	20/06/2023	23:12
AM20230390234.478c2.pdf	ART ADITIVO	20/06/2023	23:12
Autorização de Fornecimento_AUTAZES.pdf	Autorização	09/08/2023	00:14
01_MEDIÇÃO AUTAZES.pdf	Medição	09/08/2023	00:14
02_MEDIÇÃO AUTAZES.pdf	Medição	09/08/2023	00:14
MEDIÇÃO AUTAZES 3 (Atual).pdf	Medição	09/08/2023	00:14
2 MEDIÇÃO AUTAZES.pdf	nota fiscal	09/08/2023	00:14

Mostrando de 1 até 10 de 14 registros Primeiro

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 884

Certidão 1004465/2023

ACOMPANHAMENTO DA SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO

Processo de solicitação de certidão em andamento

Trâmites atendidos

Nenhum trâmite foi completado

Trâmites restantes

1 1001 - 1 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A

2 1002 - 2 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A

Documentos atendidos

Nenhum documento foi aceito.

Documentos restantes

- ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;
- CONTRATO;
- ADITIVOS(Se houver);
- TERMO DE APOSTILAMENTO (Se houver);
- ORDEM DE SERVIÇO(Se houver);
- TERMO DE PARALISAÇÃO(Se houver);
- TERMO DE REINÍCIO DA OBRA(Se houver)!
Data: 21/06/2023 às 15:18:41
Descrição: Prezado profissional, em análise preliminar ao vosso pleito v
a(s) seguinte(s) exigência(s): 1. Encaminhar ao menos DOIS documento
execução da Obra/serviço, podendo ser DIÁRIO DE OBRA (ASSINADO),
obra), RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (ASSINADO), RELATÓRIO DE MEDIÇ
Encaminhar Ordem e Serviço (Se houver); -- Atenciosamente, Acervo Té
7131 ou 7119

ARTs atendidos

Nenhuma art foi aceita.

ARTs restantes

AM20210278214 - 24/09/2021 - Contrato: Nº 020/2021 - MPAM/PGJ 16/09/2
Estado do Amazonas
Data: às
Descrição:

AM20230390235 - 19/06/2023 - Contrato: Nº 020/2021 - MPAM/PGJ 16/09/2
Estado do Amazonas
Data: às
Descrição:

DETALHES DO PROFISSIONAL

Registro Nacional:	**CREA- nº 042018482-1**
Registro Regional:	**33792AM**
Processo de Registro:	
Tipo de Registro:	**Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)**
Situação do Registro:	**ATIVO**
Último ano pago:	**2023 (6 / 6)** ADIMPLENTE
CPF:	**015.673.132-05**
Nome:	**RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**
Títulos:	GRADUAÇÃO **1110200 - ENGENHEIRO CIVIL Título Principal**
Atribuição:	**Artigo 7 da Lei Federal n 5.194 66, nas competencias do(s) Artigo(s) 28 e 29 do Decreto Federal 23.569 33, especificadas pelo Artigo 7 da Resolucao n 218 73 do Confea, combinado com seu Artigo 25, regulamentadas no Artigo 5 da Resolucao n 1.073 2016 (consolidadas na Resolucao n 1.048 2013 do Confea).**
Restrição:	**Sem Identificação**
E-Mail:	**randel.almeida@hotmail.com**

Exibir Informações

ENDEREÇO

RUA JOÃO DOURADO, 22, QD.F31 AP.01, NOVO ALEIXO - MANAUS/AM - CEP: 69098198

DETALHES DA CERTIDÃO

Situação da Certidão:	**Documentação pendente**
Número:	**1004465**
Ano:	**2023**
Data de Solicitação:	**20/06/2023**
Validade:	**Certidão não emitida**
Tipo da Certidão:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**
Descrição:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Adicionar arquivo | Detalhes do Boleto | Imprimir Boleto | Analisar e Reparar Documentos PDF

LEIS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
Resolução Nº 1025 de 30 de de 2009

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 885

DESCRIÇÃO
Lei Federal Nº 6496 de 07 de Fevereiro de 1977

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros Primei

NOTAS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venh integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela ve exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Agronomia - CONFEA.
Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros Primei

CERTIDÕES PARCIAIS VINCULADAS

Mostrar 10 registros Buscar:

NÚMERO/ANO	DATA CADASTRO	DATA EMISSÃO	ARTS
Não foram encontrados resultados			

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros Pri

IMPRESSÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DATA	HORA	USUÁRIO
Não foram encontrados resultados		

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros Pri

STATUS (4)

Mostrar 10 registros Buscar:

SITUAÇÃO	DATA - HORA	OBSERVAÇÃO
DOCUMENTO EMITIDO	20/06/2023 - 23:18:01	
BOLETO EMITIDO	20/06/2023 - 23:18:15	
DOCUMENTO PROCESSADO	21/06/2023 - 06:47:06	
DOCUMENTO PAGO	21/06/2023 -	

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros Prime

DECLARAÇÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRICAO
Não foram encontrados resultados

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros Pr

ARQUIVOS

Mostrar 10 registros Buscar:

NOME DO ARQUIVO	DESCRIÇÃO	DATA DE CADASTRO	HORA DE CADASTR
SEI_MPAM - 0692184 - Contrato Administrativo.pdf	Contrato	20/06/2023	23:18
SEI_MPAM - 0801442 - Termo Aditivo.pdf	Aditivo	20/06/2023	23:18
Atestado de CapacidadeTécnica - MPE - Novo Airão.pdf	Atestado de capacidade técnica	20/06/2023	23:18
AM20210278214.y5x7c.pdf	ART Contrato	20/06/2023	23:18
AM20230390235.AA9b4.pdf	ART aditivo	20/06/2023	23:18
1 MEDIÇÃO NOVO AYRAO.pdf	Nota fiscal	09/08/2023	00:09
2 MEDIÇAO NOVO AYRAO.pdf	Nota fiscal	09/08/2023	00:09
NOTA 3 MEDIÇÃO NOVO AYRAO.pdf	Nota fiscal	09/08/2023	00:09
Autorização de Fornecimento.pdf	Autorização de fornecimento	09/08/2023	00:09
MEDIÇÃO 01_NOVO AIRÃO.pdf	Medição	09/08/2023	00:09

Mostrando de 1 até 10 de 13 registros Primeiro

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 886

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 001/2024

Atestamos para fins de comprovação, que o profissional engenheiro ***HALLHITON MACIEL GEBER*** **(RNP nº 0404627420)**, responsável técnico pelo ***Contrato nº 01/2020*** firmado com o Instituto Federal do Amazonas a que se refere este documento, na época representante da empresa **S G R H SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP**, juntamente com o engenheiro ***RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS*** **(RNP nº 0420184821),** executou o contrato de fiscalização dentro das normas e condições estabelecidas técnica, legal e contratualmente, pelo período de 02 de Junho de 2021 a 01 de Janeiro de 2022, conforme detalhado a seguir:

1. Dados dos serviços prestados, para fins de acervo técnico

1.1. OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL PRODUTIVA (UEP) AQUICULTURA DO CAMPUS MAUÉS

1.1.1. **Contrato: 01/2020 - IFAM CAMPUS MAUÉS;**

1.1.2. Proprietário do Empreendimento: **IFAM – *Campus* Maués;**

1.1.3. Engenheiro Responsável Técnico: ***HALLHITON MACIEL GEBER*** **(RNP nº 0404627420)**, Nº AM20210255572**;**

1.1.4. Engenheiro Co-Responsável Técnico: ***RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS*** **(RNP nº 0420184821)**, Nº AM20210262867**;**

1.1.5. Período: 02 de Junho de 2021 a 01 de Janeiro de 2022**;**

1.1.6. Valor final da Obra: **R$ 254.570,57;**

1.1.7. Área Construída: **184,84 m²;**

1.1.8. Descrição do objeto fiscalizado:

Trata-se de uma *Obra de Construção da Unidade Educacional Produtiva (UEP) Aquicultura do Campus Maués.* A área de intervenção é de aproximadamente 184,84 m². Os serviços inerentes a obra foram:

- *Movimentação de Terra;*
- *Infraestrutura (Fundações e Vigas Baldrames);*
- *Superestrutura (Pilares e Vigas);*
- *Paredes, Forro, Revestimento;*
- *Pintura (interna e externa);*
- *Esquadrias;*
- *Cobertura (incluso telhamento);*
- *Instalações Hidráulicas, Sanitárias, Pluviais e acessórios;*
- *Instalações de Combate a Incêndio;*
- *Pavimentação (interna e arredores externos).*
- *Instalações Elétricas;*
- *Serviços de Acessibilidade.*

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 887

2. Descrição do Objeto Contratado

Contrato 01/2020 IFAM MAUÉS – Processo N 23443.024418/2019-17 – CARTA CONVITE 04/2019, ORDEM DE SERVIÇO N 013/2020 GDG/CMA/IFAM, DE 27 DE AGOSTO DE 2020. OBJETO CONTRATUAL: OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL DE PRODUÇÃO (UEP) DO CAMPUS MAUÉS.

3. Responsáveis Técnicos

3.1 Nome do Responsável Técnico: **HALLHITON MACIEL GEBER**;

3.1.1 Título Profissional: **Engenheiro Civil**;

3.1.2 Registro Nacional de Profissional: **0404627420**;

3.1.3 ART: AM20210255572**;**

3.1.4 Contratada: **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP;** CNPJ nº: **06.539.432/0001-51;**

3.2 Nome do Responsável Técnico: **RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**;

3.2.1 Título Profissional: **Engenheiro Civil**;

3.2.2 Registro Nacional de Profissional: **0420184821**;

3.2.3 ART: AM20210262867**;**

3.2.4 Contratada: **SGRH SERVIÇOS DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-EPP;** CNPJ nº: **06.539.432/0001-51;**

4. Atividades realizadas

Conforme planilha em anexo, seguem os itens mensurados ao longo do contrato especifico de fiscalização.

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 888

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE O CONTRATO nº 01/2020-CAMPUS MAUÉS

Obra: Construção da Unidade Educacional de Produção (UEP), modalidade Aquicultura do IFAM – Campus Maués
Endereço: Estrada dos Moraes, s/nº. Senador José Esteves - CEP: 69190-000 - Maués - AM

Data-Base: ago-2019
SINAPI: mai-2019
Leis Sociais - Horista: 86,15%
Leis Sociais - Mensalista: 48,73%
B.D.I.: 28,35%
B.D.I. Equip.: 18,91%

02.Planilha Orçamentária Analítica

ITEM	*DESCRIÇÃO*	*CLASS*	*CÓDIGO*	*UNID.*	*QUANT.*	*PREÇO(R$)*	*PREÇO TOTAL (R$)*
01.	**Serviços Preliminares**						**15.766,32**
01.01	DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOCAO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS	SER.CG	73859/1U	M2	466,60	0,15	69,99
01.02	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016	SER.CG	93208U	M2	6,00	448,24	2.689,44
01.03	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_02/2016	SER.CG	93210U	M2	12,00	360,23	4.322,76
01.04	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_02/2016	SER.CG	93212U	M2	5,70	595,49	3.394,29
01.05	LOCACAO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_10/2018	SER.CG	99059U	M	52,80	38,05	2.009,04
01.06	INSTAL/LIGACAO PROVISORIA ELETRICA BAIXA TENSAO P/CANT OBRA,M3-CHAVE 100A CARGA 3KWH,20CV EXCL FORN MEDIDOR	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_029	UN	1,00	715,81	715,81
01.07	PLACA DE OBRA EM LONA COM IMPRESSÃO DIGITAL-FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_032	M2	4,80	131,45	630,96
01.08	TAPUME DE PROTEÇÃO EM TELA DE POLIETILENO H=1,20 COM BLOCO DE CONCRETO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_034	M2	58,58	23,69	1.387,76
01.09	LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA C/ TORNEIRA, TUBOS, REGISTRO E CONEXÕES	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_035	UN	1,00	177,56	177,56
01.10	TAXAS E EMOLUMENTOS - MAUÉS	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_071	UN	1,00	368,71	368,71
02.	**Administração da Obra**						**58.927,56**
02.01	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SER.CG	88326U	H	720,00	**20,66**	14.875,20
02.02	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SER.CG	90776U	H	528,00	**28,12**	14.847,36
02.03	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SER.CG	90777U	H	396,00	**73,75**	29.205,00
03.	**Movimentação de Terra**						**1.118,95**
03.01	CORTE E ATERRO COMPENSADO	SER.CG	79473U	M3	30,94	**5,37**	166,15

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 889

03.02	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO	SER.CG	85180U	M2	31,36	**12,82**	402,04
03.03	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	SER.CG	93382U	M3	17,22	**28,72**	494,56
03.04	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_01/2018	SER.CG	97914U	M3XKM	34,91	**1,61**	56,21
04.	**Infraestrutura (Sapatas e Arranques)**						**13.135,94**
04.01	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES	SER.CG	74157/4U	M3	5,57	**120,73**	672,47
04.02	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MENOR OU IGUAL A 0,25 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	SER.CG	92410U	M2	13,46	**108,21**	1.456,51
04.03	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92775U	KG	25,27	**12,16**	307,28
04.04	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92778U	KG	75,71	**7,58**	573,88
04.05	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	SER.CG	93382U	M3	47,68	**28,72**	1.369,37
04.06	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SER.CG	94965U	M3	5,57	**304,39**	1.695,45
04.07	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	SER.CG	96523U	M3	47,68	**83,20**	3.966,98
04.08	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	SER.CG	96531U	M2	17,40	**75,16**	1.307,78
04.09	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	SER.CG	96546U	KG	186,21	**7,65**	1.424,51
04.10	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_08/2017	SER.CG	96619U	M2	16,33	**22,15**	361,71
05.	**Vigas Baldrames**						**6.423,88**
05.01	IMPERMEABILIZACAO DE ESTRUTURAS ENTERRADAS, COM TINTA ASFALTICA, DUAS DEMAOS.	SER.CG	74106/1U	M2	42,34	**10,45**	442,45
05.02	LANCAMENTO/APLICACAO MANUAL DE CONCRETO EM FUNDACOES	SER.CG	74157/4U	M3	2,62	**120,73**	316,31
05.03	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92775U	KG	45,77	**12,16**	556,56
05.04	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	SER.CG	93382U	M3	5,90	**28,72**	169,45
05.05	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SER.CG	94965U	M3	2,62	**304,39**	797,50
05.06	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	SER.CG	95241U	M2	7,47	**21,10**	157,62
05.07	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	SER.CG	96527U	M3	8,52	**109,44**	932,43
05.08	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	SER.CG	96533U	M2	34,87	**65,16**	2.272,13
05.09	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	SER.CG	96545U	KG	68,79	**9,45**	650,07

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 890

05.10	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	SER.CG	96546U	KG	16,91	**7,65**	129,36
06.	**Superestrutura (Pilares e Vigas de Cobertura)**						**13.690,74**
06.01	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES COM ÁREA MÉDIA DAS SEÇÕES MENOR OU IGUAL A 0,25 M², PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	SER.CG	92410U	M2	39,50	**108,21**	4.274,30
06.02	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM PONTALETE DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM MADEIRA SERRADA, 2 UTILIZAÇÕES. AF_12/2015	SER.CG	92447U	M2	42,34	**103,42**	4.378,80
06.03	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92775U	KG	100,24	**12,16**	1.218,92
06.04	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92776U	KG	1,18	**10,24**	12,08
06.05	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92777U	KG	72,84	**9,44**	687,61
06.06	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	SER.CG	92778U	KG	111,33	**7,58**	843,88
06.07	LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	SER.CG	92873U	M3	4,66	**183,84**	856,69
06.08	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SER.CG	94965U	M3	4,66	**304,39**	1.418,46
07.	**Paredes, Forros e Revestimentos**						**8.874,06**
07.01	ENCUNHAMENTO (APERTO DE ALVENARIA) EM TIJOLOS CERAMICOS MACICO 5,7X9X19CM 1/2 VEZ (ESPESSURA 9CM) COM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	SER.CG	73988/2U	M	7,76	**8,04**	62,39
07.02	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	SER.CG	87547U	M2	33,15	**17,66**	585,43
07.03	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESSURA DE 25 MM. AF_06/2014	SER.CG	87792U	M2	144,83	**28,30**	4.098,69
07.04	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	SER.CG	87879U	M2	73,78	**3,09**	227,98
07.05	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	SER.CG	87894U	M2	103,00	**5,30**	545,90

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 891

07.06	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM), PARA EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASA) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_11/2014	SER.CG	89168U	M2	55,35	**56,14**	3.107,35
07.07	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO. AF_05/2017_P	SER.CG	96111U	M2	6,10	**40,38**	246,32
08.	**Pinturas**						**2.265,65**
08.01	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	SER.CG	88485U	M2	177,42	**1,94**	344,19
08.02	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	SER.CG	88489U	M2	177,42	**10,83**	1.921,46
09.	**Esquadrias**						**15.338,22**
09.01	PORTAO DE FERRO EM CHAPA GALVANIZADA PLANA 14 GSG	SER.CG	68054U	M2	4,27	**250,01**	1.067,54
09.02	PINTURA ESMALTE ACETINADO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA	SER.CG	73924/2U	M2	8,54	**26,66**	227,68
09.03	FUNDO ANTICORROSIVO A BASE DE OXIDO DE FERRO (ZARCAO), DUAS DEMAOS	SER.CG	74064/1U	M2	8,54	**19,61**	167,47
09.04	PORTA EM ALUMÍNIO DE ABRIR TIPO VENEZIANA COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2015	SER.CG	91341U	M2	1,68	**449,40**	754,99
09.05	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO PARA PORTAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016	SER.CG	93188U	M	1,20	**41,13**	49,36
09.06	TELA DE PROTEÇÃO EM ARAME N.18, MALHA DE 1,9 x 1,9 CM - INCLUSIVE REQUADRO EM CANTONEIRAS DE AÇO COM PINTURA ESMALTE ACETINADO VERDE	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_033	M2	85,56	**148,78**	12.729,62
09.07	CONJUNTO DE FECHADURA EM FERRO COM MACANETA E DOBRADIÇAS 8" EM LATÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_037	CJ	1,00	**341,57**	341,57
10.	**Cobertura**						**28.547,38**
10.01	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAOS, SOBRE SUPERFICIE METALICA, INCLUSO UMA DEMAO DE FUNDO ANTICORROSIVO. UTILIZACAO DE REVOLVER (AR-COMPRIMIDO).	SER.CG	74145/1U	M2	119,72	**16,35**	1.957,42
10.02	TELHAMENTO COM TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO E = 6 MM, COM RECOBRIMENTO LATERAL DE 1 1/4 DE ONDA PARA TELHADO COM INCLINAÇÃO MÁXIMA DE 10°, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_06/2016	SER.CG	94210U	M2	166,11	**60,95**	10.124,40
10.03	CUMEEIRA PARA TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, INCLUSO ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO E IÇAMENTO. AF_06/2016	SER.CG	94223U	M	14,65	**43,51**	637,42
10.04	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 100 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2016	SER.CG	94229U	M	29,30	**142,67**	4.180,23
10.05	TELA PLÁSTICA COM MALHA DE 25MM PARA FECHAMENTO DA ESTRUTURA METÁLICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_021	M2	22,44	**14,57**	326,95
10.06	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL L 1 X 1/4 DUPLO U UNIÃO GENÉRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_022	KG	294,80	**5,21**	1.535,91
10.07	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL L 1 X 1/8 DUPLO U UNIÃO GENÉRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_023	KG	39,87	**5,21**	207,72
10.08	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL U 100 X 50 X 3,04 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_024	KG	432,23	**7,70**	3.328,17

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 892

10.09	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL C100X50X17X3,04 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_025	KG	747,56	**6,40**	4.784,38
10.10	ESTRUTURA METALICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL L 1 1/2 X 3/16, DUPLO U UNIÃO GENÉRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_026	KG	35,26	**8,04**	283,49
10.11	ESTRUTURA METÁLICA VERGALHÃO DE 5 MM PARA CONTRAVENTAMENTO- FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_027	KG	8,66	**5,99**	51,87
10.12	TELA DE PROTEÇÃO EM ARAME N.18, MALHA DE 1,9 x 1,9 CM - INCLUSIVE REQUADRO EM CANTONEIRAS DE AÇO COM PINTURA ESMALTE ACETINADO VERDE	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_033	M2	10,04	**112,49**	1.129,40
11.	**Instalações Hidrossanitárias, Pluviais e Acessórios**						**30.389,74**
11.01	REATERRO DE VALA COM COMPACTAÇÃO MANUAL	SER.CG	73964/6U	M3	23,74	**56,26**	1.335,61
11.02	CAIXA DE INSPEÇÃO EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO DN 60CM COM TAMPA H= 60CM - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SER.CG	74166/1U	UN	3,00	**193,42**	580,26
11.03	GRELHA DE FERRO FUNDIDO PARA CANALETA LARG = 15CM, FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	SER.CG	83626U	M	23,00	**114,89**	2.642,47
11.04	DISSIPADOR DE ENERGIA EM PEDRA ARGAMASSADA ESPESSURA 6CM INCL MATERIAIS E COLOCACAO MEDIDO P/ VOLUME DE PEDRA ARGAMASSADA	SER.CG	83690U	M3	3,60	**539,40**	1.941,84
11.05	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4" PARA TANQUE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2013	SER.CG	86916U	UN	12,00	**34,03**	408,36
11.06	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_12/2014	SER.CG	89512U	M	6,19	**46,01**	284,80
11.07	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	SER.CG	89513U	UN	1,00	**81,86**	81,86
11.08	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS. AF_12/2014	SER.CG	89578U	M	6,66	**28,07**	186,95
11.09	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SER.CG	91785U	M	49,89	**36,58**	1.824,98
11.10	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 32 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SER.CG	91786U	M	13,80	**22,14**	305,53
11.11	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INST. TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, 100 MM (INST. RAMAL DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANIT., PRUMADA ESG. SANIT., VENTILAÇÃO OU SUB-COLETOR AÉREO), INCL. CONEXÕES E CORTES, FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS. AF_10/2015	SER.CG	91795U	M	13,79	**51,29**	707,29
11.12	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM (INSTALADO EM SUB-COLETOR AÉREO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS. AF_10/2015	SER.CG	91796U	M	12,12	**53,11**	643,69
11.13	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	SER.CG	93358U	M3	25,23	**74,19**	1.871,81
11.14	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM X 1 1/2 , INSTALADO EM RESERVAÇÃO DE ÁGUA DE EDIFICAÇÃO QUE POSSUA RESERVATÓRIO DE FIBRA/FIBROCIMENTO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2016	SER.CG	94706U	UN	24,00	**27,58**	661,92
11.15	CAIXA EM ALVENARIA 40X40X40 PARA REGISTRO E TORNEIRA DE JARDIM	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_00	UN	2,00	**68,80**	137,60

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 893

			1				
11.16	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 40MM, INCLUINDO CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_002	M	11,80	**28,60**	337,48
11.17	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_003	M	157,03	**30,96**	4.861,65
11.18	BUCHA DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM X 50MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_005	UN	1,00	**17,29**	17,29
11.19	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/4" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_006	UN	2,00	**72,82**	145,64
11.20	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_007	UN	24,00	**52,21**	1.253,04
11.21	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_008	UN	12,00	**23,99**	287,88
11.22	CANALETA EM ALVENARIA COM TIJOLO DE 1/2 VEZ, DIMENSOES 15X20CM (LXA), COM IMPERMEABILIZANTE NA ARGAMASSA	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_009	M	23,00	**109,60**	2.520,80
11.23	MANGUEIRA CRISTAL TRANCADA, PVC COM REFORCO, COM PRESSAO DE TRABALHO (PT) 250 LBS/POL2, DE 3/4" X *2,8* MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_010	M	14,40	**17,22**	247,97
11.24	CAIXA DE AREIA 60X60X60CM EM ALVENARIA - MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EXECUÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_012	UN	3,00	**125,50**	376,50
11.25	TUBO PVC BRANCO RÍGIDO PLUVIAL D=150MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_013	M	20,94	**66,32**	1.388,74
11.26	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO D=50MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_014	UN	2,00	**70,74**	141,48
11.27	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO 50X40MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_015	UN	2,00	**43,04**	86,08
11.28	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO 40X25MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_016	UN	2,00	**29,51**	59,02
11.29	TUBO DE AÇO GALVANIZADO D=50MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_017	M	3,18	**52,84**	168,03
11.30	GRELHA HEMISFÉRICA DE FERRO FUNDIDO D=100 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_018	UN	2,00	**14,89**	29,78
11.31	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 50MM, INCLUINDO CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_019	M	52,36	**28,51**	1.492,78
11.32	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PALLET PARA RESERVATÓRIO DE 500 LITROS	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_020	UN	12,00	**35,63**	427,56
11.33	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 75MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_038	UN	3,00	**72,87**	218,61
11.34	TÊ, EM FERRO GALVANIZADO DN 50 FORNCECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_039	UN	2,00	**84,86**	169,72
11.35	CAIXA D´AGUA EM POLIETILENO 500 LITROS	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_072	UN	12,00	**203,48**	2.441,76
11.36	TUBO DE AÇO GALVANIZADO D=40MM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_074	UN	2,37	**43,44**	102,95
12.	**Instalações de Combate ao Incêncio**						**277,18**
12.01	EXTINTOR INCENDIO PÓ QUÍMICO ABC 4 KG COM SUPORTE PARA PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_028	UN	2,00	**138,59**	277,18
13.	**Pisos e Pavimentações**						**17.616,01**

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 894

13.01	**Pavimentações Internas**						**5.641,60**
13.01.01	SOLEIRA DE CIMENTADO LISO LARGURA 15CM EXECUTADA COM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA)	SER.CG	84194U	M	2,93	**9,04**	26,49
13.01.02	ARMACAO EM TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA Q-92, ACO CA-60, 4,2MM, MALHA 15X15CM	SER.CG	85662U	M2	2,40	**9,91**	23,78
13.01.03	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF_12/2015	SER.CG	92874U	M3	0,37	**30,97**	11,46
13.01.04	ATERRO MANUAL DE VALAS COM SOLO ARGILO-ARENOSO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	SER.CG	94319U	M3	0,54	**38,92**	21,02
13.01.05	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	SER.CG	94965U	M3	0,37	**304,39**	112,62
13.01.06	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	SER.CG	94990U	M3	9,55	**547,57**	5.229,29
13.01.07	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA COMERCIAL DE DIMENSÕES 35X35CM (PADRAO POPULAR). AF_06/2017	SER.CG	96467U	M	41,96	**5,17**	216,93
13.02	**Pavimentações Externas**						**11.974,41**
13.01	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 15 CM BASE X 30 CM ALTURA. AF_06/2016	SER.CG	94265U	M	225,66	**28,92**	6.526,09
13.02	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	SER.CG	94990U	M3	9,95	**547,57**	5.448,32
14.	**Instalações Elétricas**						**40.861,44**
14.01	**Alimentador**						**16.777,54**
14.01.01	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M. AF_05/2018	SER.CG	97888U	UN	4,00	**402,55**	1.610,20
14.01.02	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 63A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_040	UN	1,00	**76,27**	76,27
14.01.03	ELETRODUTO FLEXÍVEL PEAD, DN 75 MM (3"), PARA CIRCUITO ALIMENTADOR, INSTALADO ENTERRADO, INCLUSO CONEXÕES, ESCAVAÇÃO, REATERRO E SINALIZAÇÃO DE ADVERTÊNCIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_041	M	162,12	**32,00**	5.187,84
14.01.04	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO, COM ISOLAÇÃO NA COR AZUL-CLARO, PARA CONDUTOR NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_060	M	182,38	**10,86**	1.980,65
14.01.05	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO, COM ISOLAÇÃO NA COR PRETA, PARA CONDUTOR FASE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_061	M	547,14	**10,86**	5.941,94
14.01.06	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO, COM ISOLAÇÃO NA COR VERDE, PARA CONDUTOR TERRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_062	M	182,38	**10,86**	1.980,65
14.02	**QDFL**						**1.295,55**
14.02.01	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	SER.CG	93655U	UN	1,00	**11,26**	11,26

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 895

14.02.02	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	SER.CG	93656U	UN	2,00	**11,26**	22,52
14.02.03	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	SER.CG	93670U	UN	1,00	**65,20**	65,20
14.02.04	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2016	SER.CG	93673U	UN	1,00	**82,08**	82,08
14.02.05	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 175 V, CORRENTE MAXIMA DE *20* KA (TIPO AC) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_042	UN	4,00	**55,69**	222,76
14.02.06	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 25 A, TIPO AC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_043	UN	2,00	**114,48**	228,96
14.02.07	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE SOBREPOR, EM CHAPA METALICA, PARA 24 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES, COM BARRAMENTO TRIFASICO E NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_063	UN	1,00	**662,77**	662,77
14.03	**QDC**						**3.495,70**
14.03.01	QUADRO DE COMANDOS PARA OS COMPRESSORES RADIAIS (SOPRADORES) E RESPECTIVAS VÁLVULAS SOLENÓIDES, DE SOBREPOR, NA COR CINZA HAL, MEDINDO 60X40X20 CM, COMPOSTOS DE: 1 DISJUNTOR GERAL TRIPOLAR DE 20A; 2 DISJUNTORES TRIPOLARES DE 16A; 2 CONTATORAS DE 12A; 2 RELÉS TÉRMICOS; 2 DISJUNTORES BIPOLARES DE 6A (PARA COMANDO); 1 PROGRAMADOR HORÁRIO BI ESTÁVEL; 1 RELÉ FALTA DE FASE; SINALEIRAS; CANALETA; BORNES; TERMINAIS ISOLANTES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_073	UN	1,00	**2.525,58**	2.525,58
14.03.02	VÁLVULA SOLENÓIDE DE 50MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_075	UN	2,00	**485,06**	970,12
14.04	**Iluminação e Tomadas**						**19.292,65**
14.04.01	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	SER.CG	91834U	M	2,15	**6,52**	14,02
14.04.02	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 20 MM (3/4??), APARENTE, INSTALADO EM TETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95745U	M	4,16	**20,10**	83,62
14.04.03	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 20 MM (3/4??), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95749U	M	43,80	**25,88**	1.133,54
14.04.04	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 25 MM (1??), APARENTE, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95750U	M	0,60	**26,36**	15,82
14.04.05	LUVA DE EMENDA PARA ELETRODUTO, AÇO GALVANIZADO, DN 20 MM (3/4), APARENTE, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95757U	UN	46,00	**9,75**	448,50
14.04.06	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO T, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2016_P	SER.CG	95795U	UN	5,00	**26,95**	134,75
14.04.07	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 15 X 15 X 10 CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_044	UN	1,00	**33,46**	33,46
14.04.08	CAIXA OCTOGONAL 4" X 4", PVC, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_045	UN	1,00	**7,12**	7,12

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 896

14.04.09	COMPRESSOR RADIAL (SOPRADOR) DE 2,35 CV, TRIFÁSICO, INCLUINDO SILENCIADOR, FILTRO DE ENTRADA, VÁLVULA DE ALÍVIO E FRETE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_046	UN	2,00	**6.285,10**	12.570,20
14.04.10	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO B, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_047	UN	1,00	**26,53**	26,53
14.04.11	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO C, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM TOMADA SIMPLES, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_048	UN	6,00	**19,43**	116,58
14.04.12	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) E 1 TOMADA 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_049	UN	1,00	**23,84**	23,84
14.04.13	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_050	UN	1,00	**25,50**	25,50
14.04.14	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE, COM TOMADA SIMPLES, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_051	UN	3,00	**18,03**	54,09
14.04.15	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_052	UN	24,00	**16,43**	394,32
14.04.16	ELETROCALHA PERFURADA GALVANIZADA, CLASSE LEVE, 50X50 MM, INSTALADO EM PAREDE, INCLUSO TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_053	M	1,50	**23,48**	35,22
14.04.17	ELETRODUTO FLEXÍVEL, EM AÇO GALVANIZADO, REVESTIDO EXTERNAMENTE COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 25 MM (3/4"), TIPO SEALTUBO, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_054	M	1,66	**13,73**	22,79
14.04.18	LUMINÁRIA ARANDELA COM 1 LÂMPADA LED 40W, BIVOLT, BASE E27, ILUMINAÇÃO DIRETA, POTÊNCIA MÁXIMA 60W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_055	UN	2,00	**374,27**	748,54
14.04.19	LUMINÁRIA COMERCIAL ALETADA, DE SOBREPOR, COM 2 LÂMPADAS TUBULARES LED DE 20 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_056	UN	12,00	**130,58**	1.566,96
14.04.20	LUMINÁRIA TIPO PLAFON EM PLÁSTICO, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA LED BULBO DE 20 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_057	UN	1,00	**56,52**	56,52
14.04.21	PERFILADO PERFURADO 38X38MM GALVANIZADO, INCLUINDO CONEXÕES E ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_058	M	30,55	**13,94**	425,87
14.04.22	RELE FOTOELETRICO P/ COMANDO DE ILUMINACAO EXTERNA 127V/1000W, INCLUSO BASE - FORNECIMENTO E INSTALACAO	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_059	UN	2,00	**30,09**	60,18
14.04.23	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR AZUL-CLARO, PARA CONDUTOR NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_064	M	41,60	**2,58**	107,33
14.04.24	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR PRETA, PARA CONDUTOR RETORNO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_065	M	68,79	**2,58**	177,48
14.04.25	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR VERDE, PARA CONDUTOR TERRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP. MAUES_066	M	41,60	**2,58**	107,33

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 897

14.04.26	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR VERMELHA, PARA CONDUTOR FASE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_067	M	34,03	**2,58**	87,80
14.04.27	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR AZUL-CLARO, PARA CONDUTOR NEUTRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_068	M	60,10	**4,01**	241,00
14.04.28	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR VERDE, PARA CONDUTOR TERRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_069	M	65,52	**4,01**	262,74
14.04.29	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS, COM ISOLAÇÃO NA COR VERMELHA, PARA CONDUTOR FASE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_070	M	77,56	**4,01**	311,02
15.	**Instalações de Acessibilidade**						**134,78**
15.01	PLACA DE PVC PARA IDENTIFICAÇÃO DE AMBIENTES-20X15CM - FIXADA COM FITA DUPLA FACE	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_030	UN	2,00	**26,24**	52,48
15.02	PLACAS COM BRAILE PARA SINALIZAÇÃO TÁTIL	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_031	UN	2,00	**41,15**	82,30
16.	**Limpeza**						**1.202,72**
16.01	LIMPEZA FINAL DA OBRA	SER.CG	9537U	M2	184,04	**2,79**	513,47
16.02	LIMPEZA PERMANENTE DA OBRA	SER.CG	CPU.UEP.MAUES_036	MÊS	3,00	**229,75**	689,25
TOTAL COM B.D.I. (28,35%) e B.D.I. Equip. (18,91%)							***254.570,57***

Manaus, 10 de janeiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ADANILTON RABELO DE ANDRADE
Data: 12/01/2024 15:15:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Adanilton Rabelo de Andrade
Pró-Reitor de Administração – PROAD/IFAM

Documento assinado digitalmente
gov.br
ARTHUR VINICIUS DE BRITO
Data: 12/01/2024 12:31:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Arthur Vinicius de Brito
Diretor de Infraestrutura– PROAD/IFAM

Documento assinado digitalmente
gov.br
PERICLES TEIXEIRA VEIGA
Data: 11/01/2024 10:34:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Péricles Teixeira Veiga
Coordenador de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – PROAD/IFAM

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUIZ GABRIEL MARTINS CORREIA
Data: 10/01/2024 16:05:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Luiz Gabriel Martins Correia
Membro da Comissão de Fiscalização
Diretoria de Infraestrutura – PROAD/IFAM

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 898

Certidão 1012098/2024

ACOMPANHAMENTO DA SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO

Processo de solicitação de certidão em andamento

Trâmites atendidos

Nenhum trâmite foi completado

Trâmites restantes

1 1001 - 1 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A

2 1002 - 2 - ASSINATURA DE LIBERAÇÃO DE CAT PELA GERÊNCIA DE A

Documentos atendidos

Nenhum documento foi aceito.

Documentos restantes

- ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA;
- CONTRATO;
- ADITIVOS(Se houver);
- TERMO DE APOSTILAMENTO (Se houver);
- ORDEM DE SERVIÇO(Se houver);
- TERMO DE PARALISAÇÃO(Se houver);
- TERMO DE REINÍCIO DA OBRA(Se houver)!
Data: 12/02/2024 às 14:16:33
Descrição: Prezado profissional em análise ao vosso pleito verificamos ser sanadas: 1. Encaminhar CONTRATO Nº 01/2020 – IFAM CAMPUS MA De acordo com o primeiro termo aditivo, houve uma paralização, portant PARALIZAÇÃO E ORDEM DE REINICIO; 3. Encaminhar ARTs dos termos Atendimento a Resolução 1025/2009 do Confea, encaminhar novo Atesta (em arquivo PDF, legível e sem sombreamentos), devido o contrato esta seguintes correções: 4.1. Descrever cada termo aditivo, de forma direta 4.2. Inserir os dados dos signatários que assinam o documento, DEVE C Cargo/Função, Titulo Profissional, RNP e CPF; 4.3. As alterações devem (solicitado a contratante, com data de expedição atualizada), a fim de nã eventualmente não utilizar de colagens afim de tornar o documento inva ser inseridos MANUALMENTE, afim de não se configurar Adulteração; A Crea/AM 2125-7121 ramal 7112

ARTs atendidos

Nenhuma art foi aceita.

ARTs restantes

AM20210270095 - 04/08/2021 - Contrato: 01/2020 02/06/2021 O INSTITUTO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS MAUÉS
Data: às
Descrição:

AM20220323407 - 27/06/2022 - Contrato: 01/2020 31/12/2021 O INSTITUTO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS MAUÉS
Data: às
Descrição:

AM20220323410 - 27/06/2022 - Contrato: 01/2020 22/02/2022 O INSTITUTO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – CAMPUS MAUÉS
Data: às
Descrição:

DETALHES DO PROFISSIONAL

Registro Nacional:	**CREA- nº 042018482-1**
Registro Regional:	**33792AM**
Processo de Registro:	
Tipo de Registro:	**Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)**
Situação do Registro:	**ATIVO**
Último ano pago:	**2023 (6 / 6)** ADIMPLENTE
CPF:	**015.673.132-05**
Nome:	**RANDEL ALMEIDA DOS SANTOS**
Títulos:	GRADUAÇÃO **1110200 - ENGENHEIRO CIVIL Título Principal**
Atribuição:	**Artigo 7 da Lei Federal n 5.194 66, nas competencias do(s) Artigo(s) 28 e 29 do Decreto Federal 23.569 33, especificadas pelo Artigo 7 da Resolucao n 218 73 do Confea, combinado com seu Artigo 25, regulamentadas no Artigo 5 da Resolucao n 1.073 2016 (consolidadas na Resolucao n 1.048 2013 do Confea).**
Restrição:	**Sem Identificação**
E-Mail:	**randel.almeida@hotmail.com**

Exibir Informações

ENDEREÇO

RUA JOÃO DOURADO, 22, QD.F31 AP.01, NOVO ALEIXO - MANAUS/AM - CEP: 69098198

DETALHES DA CERTIDÃO

Situação da Certidão:	**Documentação pendente**
Número:	**1012098**
Ano:	**2024**
Data de Solicitação:	**09/02/2024**
Validade:	**Certidão não emitida**
Tipo da Certidão:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**
Descrição:	**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 899

Adicionar arquivo | Detalhes do Boleto | Imprimir Boleto | Analisar e Reparar Documentos PDF

LEIS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
Resolução Nº 1025 de 30 de de 2009
Lei Federal Nº 6496 de 07 de Fevereiro de 1977

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros Primei

NOTAS

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRIÇÃO
A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venh integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela ve exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Agronomia - CONFEA.
Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
Fica(m) Excluído(s), no entanto, o(s) serviço(s) cujas atribuições não competem ao(s) profissional(is) em questão.

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros Primei

CERTIDÕES PARCIAIS VINCULADAS

Mostrar 10 registros Buscar:

NÚMERO/ANO	DATA CADASTRO	DATA EMISSÃO	ARTS
			Não foram encontrados resultados

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros Pri

IMPRESSÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DATA	HORA	USUÁRIO
		Não foram encontrados resultados

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros Pri

STATUS (4)

Mostrar 10 registros Buscar:

SITUAÇÃO	DATA - HORA	OBSERVAÇÃO
DOCUMENTO EMITIDO	09/02/2024 - 22:46:59	
BOLETO EMITIDO	09/02/2024 - 22:50:16	
DOCUMENTO PROCESSADO	10/02/2024 - 10:49:44	
DOCUMENTO PAGO	10/02/2024 -	

Mostrando de 1 até 4 de 4 registros Prime

DECLARAÇÕES

Mostrar 10 registros Buscar:

DESCRICAO
Não foram encontrados resultados

Mostrando de 0 até 0 de 0 registros Pr

ARQUIVOS

Mostrar 10 registros Buscar:

NOME DO ARQUIVO	DESCRIÇÃO	DATA DE CADASTRO	HO CA
IFAM - UEP MAUÉS.pdf	Atestado de capacidade técnica	09/02/2024	22
TERMO DE CONTRATO ASSINADO.pdf	Contrato	09/02/2024	22
Termo Aditivo 01-2021.PDF	primeiro aditivo	09/02/2024	22
Termo Aditivo 02-2021.pdf	segundo aditivo	09/02/2024	22
Termo Aditivo 03-2022.pdf	terceiro aditivo	09/02/2024	22
ART INICIAL ASSINADA.pdf	ART inicial do contrato	09/02/2024	22
ART 1º Aditivo assinada.PDF	ART do primeiro aditivo	09/02/2024	22
aprelnotafiscalxml.pdf	nota fiscal	09/02/2024	22
NFSE 152 - 3ª MEDIÇÃO.pdf	nota fiscal	09/02/2024	22
nota 142.pdf	nota fiscal	09/02/2024	22

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 900

Mostrando de 1 até 10 de 20 registros Primeiro

Documento(s) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - SGRH SERVIÇO (1254509) SEI 2023.010235 / pg. 901

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 93.2024.CPL.1254513.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de Análise de Proposta - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **e <u>considerando o retorno de fase, nos moldes previstos no item 25.12 do edital</u>**, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica dos <u>novos</u> documentos de habilitação (1254509)** apresentados empresa **SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA. - EPP**, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51.

Atenciosamente,

Manaus, 19 de fevereiro de 2024.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 19/02/2024, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1254513** e o código CRC **AD176644**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 61.2024.DEAC.1254541.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Assunto: Análise da qualificação técnica empresa SGRH.

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de **análise técnica dos novos documentos de habilitação (1254509)** da empresa **SGRH SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA,** CNPJ Nº 06.539.432/0001-51 encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

A empresa **SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA,** CNPJ Nº 06.539.432/0001-51 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, contudo os quantitativos ofertados esses atenderam estipulados no item 11.10.3.1. do edital;

Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, *devidamente registrado(s) no CREA ou CAU*, a empresa **SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA,** CNPJ Nº 06.539.432/0001-51 apresentou os documentos de habilitação contudo esses documentos apresentam apenas protocolo de CAT, não atendendo aos subitens 11.1 e 11.10.3.2. do edital

Sendo assim, **opino pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.**

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 19/02/2024, às 10:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1254541** e o código CRC **5589E405**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 94.2024.CPL.1254825.2023.010235

Ao Senhor

PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Solicitação de análise de documentação técnica - PE 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP.

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o com o presente, oportunamente, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL** (doc. 1197670), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, venho, por meio deste, **e <u>considerando o retorno de fase, nos moldes previstos no item 25.12 do edital</u>**, **solicitar** os bons préstimos dessa **DEAC**, a fim de que seja **realizada a análise técnica dos <u>novos</u> documentos de habilitação (1254600)** apresentados empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA**., CNPJ 27.816.603/0001-12.

Atenciosamente,

Manaus, 19 de fevereiro de 2024.

Sarah Madalena B. Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 19/02/2024, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1254825** e o código CRC **FEF4510A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 62.2024.DEAC.1254866.2023.010235

À Senhora

Sarah Madalena B. S. Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação

Portaria Nº 1274/2023/SUBADM - Pregoeira Oficial

Senhora Pregoeira,

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de **análise técnica dos novos documentos de habilitação (1254600) FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

A empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, com os quantitativos ofertados que atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital;

Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, *devidamente registrado(s) no CREA ou CAU*, a empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou os **novos documentos de habilitação (1254600)** atendendo ao subitem 11.10.3.2. do edital

Sendo assim, **opino pela CLASSIFICAÇÃO da empresa.**

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 19/02/2024, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link

http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1254866** e o código CRC **81E9F01F**.

925849.40442023 .68383 .4338 .560060

Procuradoria Geral de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 04044/2023 (SRP)

Às 10:00 horas do dia 07 de dezembro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO PGJ 183/2023 de 12/07/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 2023.010235, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 04044/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do MP-AM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses??.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: Manutenção / Reforma Predial
Descrição Complementar: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses??.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 2.100.000,0000
Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: 0,10 %

Aceito para: FERNANDES CONSTRUCOES LTDA**, pelo melhor lance de** 8,5000 % (**valor com desconto:** R$ 1.921.500,0000) **e a quantidade de** 1 **UNIDADE** .

Histórico

Item: 1 - Manutenção / Reforma Predial

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Desconto	Valor com Desconto	Data/Hora Registro
15.407.625/0001-40	MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA	Sim	Não	1	15,0000 %	R$ 1.785.000,0000	24/11/2023 12:09:13
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e Anexos. **Porte da empresa:** ME/EPP						
03.018.149/0001-96	CONSTRUTORA ALCANCE LTDA.	Sim	Não	1	10,0000 %	R$ 1.890.000,0000	06/12/2023 18:18:12
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses **Porte da empresa:** ME/EPP						
07.477.679/0001-53	AF CONSTRUTORA LTDA	Não	Não	1	2,3800 %	R$ 2.050.020,0000	06/12/2023 18:24:35
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa						

de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses??.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

02.646.893/0001-72	MARIE CONSTRUCOES LTDA	Não	Não	1	1,0000 %	R$ 2.079.000,0000	06/12/2023 18:26:22

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do MP-AM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

07.741.892/0001-20	CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA	Não	Não	1	1,0000 %	R$ 2.079.000,0000	06/12/2023 18:38:58

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

27.816.603/0001-12	FERNANDES CONSTRUCOES LTDA	Sim	Sim	1	1,0000 %	R$ 2.079.000,0000	07/12/2023 09:51:58

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do MP-AM na capital e no interior
Porte da empresa: ME/EPP

25.265.142/0001-01	S R ENGENHARIA LTDA	Sim	Não	1	0,7200 %	R$ 2.084.880,0000	06/12/2023 17:08:24

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e Anexos
Porte da empresa: ME/EPP

06.539.432/0001-51	SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA	Sim	Sim	1	0,0100 %	R$ 2.099.790,0000	06/12/2023 20:22:16

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses??.
Porte da empresa: ME/EPP

12.891.300/0001-97	JF TECNOLOGIA LTDA	Não	Não	1	0,0100 %	R$ 2.099.790,0000	06/12/2023 22:56:45

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses??.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

Lances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)

Desconto	Valor com Desconto	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
0,0100 %	R$ 2.099.790,0000	06.539.432/0001-51	07/12/2023 10:00:01:293
0,0100 %	R$ 2.099.790,0000	12.891.300/0001-97	07/12/2023 10:00:01:293
0,7200 %	R$ 2.084.880,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:00:01:293
1,0000 %	R$ 2.079.000,0000	27.816.603/0001-12	07/12/2023 10:00:01:293
1,0000 %	R$ 2.079.000,0000	02.646.893/0001-72	07/12/2023 10:00:01:293
1,0000 %	R$ 2.079.000,0000	07.741.892/0001-20	07/12/2023 10:00:01:293
2,3800 %	R$ 2.050.020,0000	07.477.679/0001-53	07/12/2023 10:00:01:293

10,0000 %	R$ 1.890.000,0000	03.018.149/0001-96	07/12/2023 10:00:01:293
15,0000 %	R$ 1.785.000,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:00:01:293
18,0000 %	R$ 1.722.000,0000	03.018.149/0001-96	07/12/2023 10:20:41:177
15,1000 %	R$ 1.782.900,0000	07.741.892/0001-20	07/12/2023 10:20:51:737
18,5000 %	R$ 1.711.500,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:21:31:980
18,6000 %	R$ 1.709.400,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:22:54:160
18,7000 %	R$ 1.707.300,0000	07.741.892/0001-20	07/12/2023 10:23:03:390
18,9000 %	R$ 1.703.100,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:23:18:943
5,0000 %	R$ 1.995.000,0000	02.646.893/0001-72	07/12/2023 10:24:49:487
7,0000 %	R$ 1.953.000,0000	06.539.432/0001-51	07/12/2023 10:27:49:183
19,0000 %	R$ 1.701.000,0000	03.018.149/0001-96	07/12/2023 10:28:24:953
19,3000 %	R$ 1.694.700,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:28:33:777
19,4000 %	R$ 1.692.600,0000	03.018.149/0001-96	07/12/2023 10:28:42:983
19,6000 %	R$ 1.688.400,0000	07.741.892/0001-20	07/12/2023 10:28:55:103
7,5000 %	R$ 1.942.500,0000	12.891.300/0001-97	07/12/2023 10:28:57:680
19,7000 %	R$ 1.686.300,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:29:12:760
20,0000 %	R$ 1.680.000,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:29:40:330
20,2000 %	R$ 1.675.800,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:30:14:207
8,0000 %	R$ 1.932.000,0000	02.646.893/0001-72	07/12/2023 10:30:22:957
12,0000 %	R$ 1.848.000,0000	02.646.893/0001-72	07/12/2023 10:31:29:623
8,3000 %	R$ 1.925.700,0000	12.891.300/0001-97	07/12/2023 10:31:36:927
4,0000 %	R$ 2.016.000,0000	27.816.603/0001-12	07/12/2023 10:32:20:033
20,3000 %	R$ 1.673.700,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:33:47:310
20,4000 %	R$ 1.671.600,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:33:59:920
20,5000 %	R$ 1.669.500,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:35:16:377
20,6000 %	R$ 1.667.400,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:35:30:940
20,0000 %	R$ 1.680.000,0000	07.741.892/0001-20	07/12/2023 10:36:12:713
8,5000 %	R$ 1.921.500,0000	27.816.603/0001-12	07/12/2023 10:37:34:413
21,0000 %	R$ 1.659.000,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:39:22:080
21,2000 %	R$ 1.654.800,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:39:38:057
21,3000 %	R$ 1.652.700,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:40:17:277
21,4000 %	R$ 1.650.600,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:40:22:577
21,5000 %	R$ 1.648.500,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:40:52:617
21,6000 %	R$ 1.646.400,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:41:15:697
8,7000 %	R$ 1.917.300,0000	12.891.300/0001-97	07/12/2023 10:41:22:390
21,9000 %	R$ 1.640.100,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:42:29:063
9,0000 %	R$ 1.911.000,0000	06.539.432/0001-51	07/12/2023 10:42:39:107
22,0000 %	R$ 1.638.000,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:42:51:123
23,0000 %	R$ 1.617.000,0000	25.265.142/0001-01	07/12/2023 10:43:43:893
23,1000 %	R$ 1.614.900,0000	15.407.625/0001-40	07/12/2023 10:44:33:843
9,2000 %	R$ 1.906.800,0000	12.891.300/0001-97	07/12/2023 10:45:45:427

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	07/12/2023 10:08:29	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	07/12/2023 10:20:02	Item aberto para lances.
Encerramento	07/12/2023 10:47:46	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa aberta	07/12/2023 10:47:46	Item com etapa aberta encerrada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	07/12/2023 11:51:28	Convocado para envio de anexo o fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	07/12/2023 12:35:03	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40.

Abertura do prazo - Convocação anexo	11/12/2023 12:44:52	Convocado para envio de anexo o fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	11/12/2023 14:02:11	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40.
Recusa de proposta	12/12/2023 12:49:55	Recusa da proposta. Fornecedor: MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, pelo melhor lance de 23,1000%. Motivo: A memória de cálculo apresentada pela licitante não condiz com o valor ofertado, conforme Memorando Nº 484.2023.DEAC.1212481.2023.010235.
Abertura do prazo - Convocação anexo	12/12/2023 13:02:10	Convocado para envio de anexo o fornecedor S R ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 25.265.142/0001-01.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	12/12/2023 15:09:10	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor S R ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 25.265.142/0001-01.
Recusa de proposta	12/12/2023 15:20:47	Recusa da proposta. Fornecedor: S R ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 25.265.142/0001-01, pelo melhor lance de 23,0000%. Motivo: Deixou de apresentar proposta de preços ajustada ao seu último lance.
Abertura do prazo - Convocação anexo	12/12/2023 15:21:01	Convocado para envio de anexo o fornecedor CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	12/12/2023 16:48:11	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20.
Recusa de proposta	13/12/2023 11:20:05	Recusa da proposta. Fornecedor: CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20, pelo melhor lance de 20,0000%. Motivo: A memória de cálculo apresentada pela licitante não condiz com o valor ofertado, conforme Memorando Nº 487.2023.DEAC.1213542.2023.010235
Abertura do prazo - Convocação anexo	13/12/2023 11:26:33	Convocado para envio de anexo o fornecedor CONSTRUTORA ALCANCE LTDA., CNPJ/CPF: 03.018.149/0001-96.
Recusa de proposta	13/12/2023 15:36:15	Recusa da proposta. Fornecedor: CONSTRUTORA ALCANCE LTDA., CNPJ/CPF: 03.018.149/0001-96, pelo melhor lance de 19,4000%. Motivo: Deixou de apresentar proposta de preços ajustada ao seu último lance.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	13/12/2023 15:36:15	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor CONSTRUTORA ALCANCE LTDA., CNPJ/CPF: 03.018.149/0001-96.
Abertura do prazo - Convocação anexo	13/12/2023 15:42:38	Convocado para envio de anexo o fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	13/12/2023 17:28:43	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72.
Abertura do prazo - Convocação anexo	15/12/2023 10:35:45	Convocado para envio de anexo o fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	15/12/2023 13:55:50	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72.
Recusa de proposta	18/12/2023 10:12:12	Recusa da proposta. Fornecedor: MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, pelo melhor lance de 12,0000%. Motivo: A memória de cálculo apresentada pela licitante não condiz com o valor ofertado, conforme Memorando Nº 491.2023.DEAC.1215519.2023.010235
Desempate - Retorno do julgamento	18/12/2023 10:17:19	Retorno de item do julgamento para a etapa de desempate Me/Epp.
Desempate - Início do desempate	18/12/2023 10:17:20	Item está em 1º desempate Me/Epp, aguardando lance.
Desempate - Tempo do	18/12/2023 10:22:35	O Item teve o 1º desempate Me/Epp encerrado às 10:22:20 de 18/12/2023. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO

lance expirado		LTDA, CPF/CNPJ: 06.539.432/0001-51.
Desempate - Início do desempate	18/12/2023 10:22:35	Item está em 2º desempate Me/Epp, aguardando lance.
Desempate - Tempo do lance expirado	18/12/2023 10:27:52	O Item teve o 2º desempate Me/Epp encerrado às 10:27:35 de 18/12/2023. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CPF/CNPJ: 27.816.603/0001-12.
Encerramento	18/12/2023 10:27:52	Item encerrado para lances.
Abertura do prazo - Convocação anexo	18/12/2023 10:33:58	Convocado para envio de anexo o fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	18/12/2023 10:53:01	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Aceite de proposta	18/12/2023 12:00:00	Aceite individual da proposta. Fornecedor: JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, pelo melhor lance de 9,2000%. Motivo: Atende às exigências editalícias, conforme Memorando Nº 494.2023.DEAC.1216326.2023.010235, da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC (setor técnico).
Abertura do prazo - Convocação anexo	18/12/2023 12:44:00	Convocado para envio de anexo o fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	18/12/2023 12:58:21	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Abertura do prazo - Convocação anexo	19/12/2023 12:03:14	Convocado para envio de anexo o fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	19/12/2023 17:20:05	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Inabilitação de fornecedor	20/12/2023 12:12:54	Inabilitação de proposta. Fornecedor: JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, pelo melhor lance de 9,2000%. Motivo: Pela razões expostas no Memorando Nº 497.2023.DEAC.1218447.2023.010235 c/c Item 11.16 do Edital
Abertura do prazo - Convocação anexo	20/12/2023 12:14:47	Convocado para envio de anexo o fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	20/12/2023 13:50:21	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51.
Aceite de proposta	21/12/2023 16:05:46	Aceite individual da proposta. Fornecedor: SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, pelo melhor lance de 9,0000%. Motivo: Atendeu exigências descritas no instrumento convocatório, conforme manifestação do Setor Técnico (Memorando Nº 498.2023.DEAC.1218769.2023.010235)
Abertura do prazo - Convocação anexo	03/01/2024 11:06:34	Convocado para envio de anexo o fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	03/01/2024 11:15:25	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51.
Inabilitação de fornecedor	03/01/2024 15:20:49	Inabilitação de proposta. Fornecedor: SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, pelo melhor lance de 9,0000%. Motivo: A DEAC opinou pela desclassificação. Não atendeu o subitem 11.10.3.1. (4 - Confecção de Esquadria de Alumínio), e nem o subitem 11.10.3.2., ambos do edital.
Abertura do prazo - Convocação anexo	03/01/2024 15:43:52	Convocado para envio de anexo o fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Encerramento do prazo -	03/01/2024 16:40:39	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.

Convocação anexo		
Aceite de proposta	04/01/2024 11:35:59	Aceite individual da proposta. Fornecedor: FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, pelo melhor lance de 8,5000%. Motivo: DEAC opinou pela classificação da empresa, conforme Memorando Nº 5.2024.DEAC.1223089.2023.010235
Abertura do prazo - Convocação anexo	05/01/2024 11:37:31	Convocado para envio de anexo o fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	05/01/2024 11:40:13	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Habilitação de fornecedor	05/01/2024 12:16:17	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, pelo melhor lance de 8,5000%. Motivo: Atendidos os requisitos do item 11 do edital, conforme análise técnica da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo -DEAC (Memorando Nº 6.2024.DEAC.1223408.2023.010235)
Registro de intenção de recurso	05/01/2024 12:16:51	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: AF CONSTRUTORA LTDA CNPJ/CPF: 07477679000153. Motivo: Manifesto intenção de interpor recurso com as seguintes razões tendo em vista o direito de manifestar motivadamente intenção de recorrer contra vossa decisão, fulcro na alínea b, do inciso I, do artigo
Registro de intenção de recurso	05/01/2024 12:26:51	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: JF TECNOLOGIA LTDA CNPJ/CPF: 12891300000197. Motivo: Manifestamos a intenção de recurso, visto que a fórmula adotada está incorreta, ou seja, aplicando o desconto na tabela SINAPI fica aproximadamente o percentual do BDI, tornando inviável para as empresa
Aceite de intenção de recurso	05/01/2024 15:51:17	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: AF CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/CPF: 07477679000153. Motivo: Preenchidos os requisitos de admissibilidade de intenção do recurso, nos termos do item 12 do edital.
Aceite de intenção de recurso	05/01/2024 15:51:29	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12891300000197. Motivo: Preenchidos os requisitos de admissibilidade de intenção do recurso, nos termos do item 12 do edital.

Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
12.891.300/0001-97	05/01/2024 12:26	05/01/2024 15:51	Aceito

Motivo Intenção: Manifestamos a intenção de recurso, visto que a fórmula adotada está incorreta, ou seja, aplicando o desconto na tabela SINAPI fica aproximadamente o percentual do BDI, tornando inviável para as empresas. O que será demostrado em peça recursal.

Motivo Aceite ou Recusa: Preenchidos os requisitos de admissibilidade de intenção do recurso, nos termos do item 12 do edital.

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
07.477.679/0001-53	05/01/2024 12:16	05/01/2024 15:51	Aceito

Motivo Intenção: Manifesto intenção de interpor recurso com as seguintes razões tendo em vista o direito de manifestar motivadamente intenção de recorrer contra vossa decisão, fulcro na alínea b, do inciso I, do artigo 109, da Lei N.º 8.666/93 que regulamenta o pregão na sua forma eletrônica, e calçado pelo Edital nº4044/2023 apresentamos a nossa intenção de interpor recurso administrativo em razão de discordar da habilitação do proponente por não ter atendido plenamente o item 12 do edital

Motivo Aceite ou Recusa: Preenchidos os requisitos de admissibilidade de intenção do recurso, nos termos do item 12 do edital.

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	07/12/2023 10:00:01	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 10 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	07/12/2023 10:01:15	Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do pregão eletrônico n.º 4044/2023, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas. Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
Pregoeiro	07/12/2023 10:03:37	Sejam bem-vindos à sessão pública do pregão eletrônico n.º 4044/2023, cujo objeto é a formação de Registro para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva/corretiva e pequenas reformas, com fornecimento de materiais e mão de obra, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, conforme Edital do certame.

Pregoeiro	07/12/2023 10:03:48	A licitação será pelo MAIOR DESCONTO, modo de disputa ABERTO.
Pregoeiro	07/12/2023 10:05:18	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
Sistema	07/12/2023 10:10:02	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	07/12/2023 10:10:02	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 10 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	07/12/2023 10:11:42	Conforme disposição contida no art. 26, §2º, do Decreto n.º 10.024/2019, o licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, cabendo ao interessado em participar do pregão o envio, juntamente com a proposta, dos documentos de habilitação não disponíveis no mencionado cadastro.
Pregoeiro	07/12/2023 10:13:08	Após a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá realizar diligência, com fundamento no art. 43, §3º, da Lei n.º 8.666/93, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação.
Pregoeiro	07/12/2023 10:13:23	Nos termos do art. 49, inciso V, do Decreto Federal n.º 10.024/19, o fornecedor que não mantiver sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
Pregoeiro	07/12/2023 10:14:02	A exclusão de lance pelo(a) pregoeiro(a) durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
Pregoeiro	07/12/2023 10:14:25	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo(a) pregoeiro(a) no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
Pregoeiro	07/12/2023 10:16:00	Vale destacar que o contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, conforme expressa disposição do Edital do certame.
Pregoeiro	07/12/2023 10:17:54	Em aproximadamente 2 minutos, será iniciada a etapa de lances!
Sistema	07/12/2023 10:20:02	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	07/12/2023 10:47:46	O item 1 está encerrado.
Sistema	07/12/2023 10:54:34	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	07/12/2023 11:07:45	Prezados licitantes, considerando o encerramento da fase de lances, passemos à fase de julgamento das propostas.
Pregoeiro	07/12/2023 11:09:59	Informo que o melhor classificado na fase de lances será convocado, nos termos do subitem 9.1. do instrumento convocatório, para enviar sua proposta e documentos relacionados como ANEXO ao Sistema Comprasnet, no prazo de 02 (duas) horas.
Pregoeiro	07/12/2023 11:19:40	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Bom dia! A empresa deverá apresentar a PROPOSTA ajustada ao seu último lance, as DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (item 9.3 do Edital), o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA e PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI (constante da pág. 48 do Edital - Anexo III do Termo de Referência).
Pregoeiro	07/12/2023 11:21:47	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Destaco que na proposta deve constar expressamente o cálculo para MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD), decorrente da aplicação da fórmula adiante citada, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI: ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] - 100
Pregoeiro	07/12/2023 11:23:00	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Caso haja dúvida, a empresa pode observar o disposto do item 8.20 do Edital.
Pregoeiro	07/12/2023 11:23:28	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - A empresa tem alguma dúvida?
15.407.625/0001-40	07/12/2023 11:23:57	Se Pregoeiro devido a complexidade da proposta e os demais documentos peço a prorrogação do prazo para 24h.
Pregoeiro	07/12/2023 11:28:37	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - A empresa não precisa apresentar a Planilha do SINAPI. O que está sendo solicitado é a fórmula do ACD e a composição do BDI.
Pregoeiro	07/12/2023 11:36:45	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - A empresa reitera o pedido de prorrogação de prazo?
15.407.625/0001-40	07/12/2023 11:38:56	eu peço ao pregoeiro mais 2h para enviarmos o que foi pedido.
15.407.625/0001-40	07/12/2023 11:40:22	Se for possível.
Pregoeiro	07/12/2023 11:50:37	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Diante da manifestação da empresa, será deferida a solicitação, para conceder-se o prazo de 4 horas para a apresentação

		dos documentos requeridos.
Pregoeiro	07/12/2023 11:50:52	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Procederei a convocação no sistema.
Sistema	07/12/2023 11:51:28	Senhor fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	07/12/2023 11:52:49	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - A empresa terá até 15:51h para anexar os documentos no Sistema.
15.407.625/0001-40	07/12/2023 11:53:58	Obrigado Sr(a) Pregoeiro(a).
Pregoeiro	07/12/2023 12:00:55	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Caso não seja possível o envio pelo sistema, a empresa, sob sua conta e risco, poderá enviar a proposta, excepcionalmente, para a caixa postal eletrônica institucional licitacao@mpam.mp.br.
Pregoeiro	07/12/2023 12:01:49	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Nesse caso, desde que dentro do prazo, e sem prejuízo de posterior encaminhamento por meio do sistema, garantindo-se, assim, amplo acesso aos arquivos apresentados.
Pregoeiro	07/12/2023 12:06:57	Senhores licitantes, decido pela SUSPENSÃO da presente sessão. A reabertura fica agendada para o dia 11/12/2023 (2ª-feira), às 10:30h, para prosseguimento do feito. Bom dia e até lá!
Sistema	07/12/2023 12:35:03	Senhor Pregoeiro, o fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	11/12/2023 10:36:56	Bom dia, Senhores licitantes! Vamos reabrir a sessão e dar continuidade ao certame.
Pregoeiro	11/12/2023 10:38:42	Senhores Fornecedores, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão, com o prazo em andamento para o fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, enviar proposta completa (acompanhada de planilhas de formação de preços) e declarações complementares.
Pregoeiro	11/12/2023 10:39:01	O fornecedor outrora convocado enviou devidamente os documentos solicitados dentro do prazo estabelecido na última sessão.
Pregoeiro	11/12/2023 10:46:43	Senhores licitantes, informo que será necessário realizar uma análise mais acurada da proposta, desta forma, os documentos apresentados serão encaminhados para o setor técnico (Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC).
Pregoeiro	11/12/2023 12:31:17	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Boa tarde! A empresa está acompanhando a sessão?
Pregoeiro	11/12/2023 12:33:57	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Em análise comparativa, o setor técnico verificou a divergência de valores. A empresa encaminhou proposta no valor total de R$2.072.724,15, enquanto o melhor lance era de R$ 1.614.900,00.
15.407.625/0001-40	11/12/2023 12:34:15	Boa tarde, sim estamos.
15.407.625/0001-40	11/12/2023 12:34:24	Estamos acompanhando Sr(a) Pregoeiro (a).
Pregoeiro	11/12/2023 12:34:43	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Gostaria que a empresa se manifestasse sobre a diferença de valores.
15.407.625/0001-40	11/12/2023 12:36:18	Bom, dia Sr. pregoeiro. Houve um problema com no envio da proposta, mas pedimos para enviar a proposta com o valor correto.
15.407.625/0001-40	11/12/2023 12:37:32	Pedimos desculpas pelo transtorno, já estamos providenciando a proposta com o valor correto, pedimos 2 horas para o envio.
Pregoeiro	11/12/2023 12:44:23	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Com base no item 10.4.1. do Edital, irei convocar a empresa no sistema, para apresentar a proposta de preços, com a memória de cálculo do ACD e a planilha de composição do BDI.
Sistema	11/12/2023 12:44:52	Senhor fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	11/12/2023 12:45:21	Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Irei aguardar até 14:45h.
15.407.625/0001-40	11/12/2023 12:47:07	Obrigado Sr. pregoeiro (a), enviaremos dentro do prazo.
Pregoeiro	11/12/2023 13:02:25	Senhores, com base no item 10.5 do Edital, vamos suspender a sessão. Fica a REABERTURA marcada para amanhã (12/12/2023), às 10:30h.
Sistema	11/12/2023 14:02:11	Senhor Pregoeiro, o fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	12/12/2023 10:25:21	Bo, dia, Senhores licitantes! Conforme informado, vamos reabrir a sessão em alguns minutos.
Pregoeiro	12/12/2023 10:32:46	Senhores, bom dia! Dando prosseguimento ao certame, gostaria de solicitar a ATENÇÃO dos senhores para, novamente, destacar o item 8.20 do Edital:
Pregoeiro	12/12/2023 10:33:17	8.20. O Critério de julgamento adotado será o de MAIOR DESCONTO, aferido pelo MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD) por proposta, decorrente da aplicação da fórmula abaixo, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI:
Pregoeiro	12/12/2023 10:33:32	ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] - 100 , onde:

Pregoeiro	12/12/2023 10:33:40	TR = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao mês anterior à licitação.
Pregoeiro	12/12/2023 10:33:53	BDI = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.
Pregoeiro	12/12/2023 10:39:29	Senhores Fornecedores, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão, com o prazo em andamento para o fornecedor MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, enviar proposta retificada. Atendida a convocação, foram os documentos submetidos à Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, para análise técnica.
Pregoeiro	12/12/2023 12:12:41	Senhores, gostaria de registrar que estamos com instabilidade no serviço de internet.
Pregoeiro	12/12/2023 12:14:18	Solicito que continuem acompanhando a sessão, pois, assim que possível, irei divulgar o resultado da análise técnica da proposta apresentada pela empresa MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40.
Pregoeiro	12/12/2023 12:42:20	Senhores, a proposta de preços (e demais documentos correlatos) da empresa MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, passou pelo crivo da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC. Em resposta, por intermédio do MEMORANDO Nº 484.2023.DEAC.1212481.2023.010235, recebemos a seguinte manifestação:
Pregoeiro	12/12/2023 12:42:48	- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.614.900,00 (Um milhão seiscentos e quatorze mil e novencetos reais);
Pregoeiro	12/12/2023 12:43:03	- A memória de cálculo apresentada pela licitante não condiz com o valor ofertado, uma vez que o ACD de -1,36 representa uma proposta final de 2.072.724,15 (dois milhões setenta e dois mil setecentos e vinte e quatro reais e quinze centavos). Sendo assim, opino pela desclassificação da empresa.
Pregoeiro	12/12/2023 12:46:34	Portanto, nos termos do item 10.2 do edital, a proposta apresentada pela empresa MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, está DESCLASSIFICADA.
Pregoeiro	12/12/2023 12:46:48	Considerando a recusa da proposta do fornecedor melhor classificado, solicito atenção dos licitantes remanescentes!
Pregoeiro	12/12/2023 12:48:10	Seguindo o rito do item 10.7 do Edital, convocarei a próxima empresa classificada para apresentar proposta de preços ajustada ao seu melhor lance.
Pregoeiro	12/12/2023 12:48:37	Para S R ENGENHARIA LTDA - Boa tarde! A empresa está acompanhando a sessão?
Pregoeiro	12/12/2023 12:54:33	Para S R ENGENHARIA LTDA - A empresa será convocada para apresentar a PROPOSTA ajustada ao seu último lance, as DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (item 9.3 do Edital), o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA e PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI (constante da pág. 48 do Edital - Anexo III do Termo de Referência).
Pregoeiro	12/12/2023 12:55:01	Para S R ENGENHARIA LTDA - Destaco que na proposta deve constar expressamente o cálculo para MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD), decorrente da aplicação da fórmula adiante citada, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI: ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] - 100
Pregoeiro	12/12/2023 13:01:18	Para S R ENGENHARIA LTDA - Conforme disposto no item 9.1 do Edital, o prazo máximo para envio da proposta ajustada é de 2 (duas) horas.
Sistema	12/12/2023 13:02:10	Senhor fornecedor S R ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 25.265.142/0001-01, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	12/12/2023 13:02:57	Para S R ENGENHARIA LTDA - A empresa tem até 15:02h para anexar os documentos no Sistema.
Pregoeiro	12/12/2023 13:24:37	Senhores, informo que a íntegra do Memorando Nº 484.2023.DEAC.1212481.2023.010235, da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, está disponível para acesso pelo link:
Pregoeiro	12/12/2023 13:24:49	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	12/12/2023 15:08:17	Para S R ENGENHARIA LTDA - Senhor fornecedor, a empresa entende que deixou transcorrer o prazo para apresentar os documentos solicitados, sendo, portanto, desclassificada do certame?
Sistema	12/12/2023 15:09:10	Senhor fornecedor S R ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 25.265.142/0001-01, o prazo para envio de anexo para o ítem 1 foi encerrado pelo Pregoeiro.
Pregoeiro	12/12/2023 15:11:51	Senhores, dando prosseguimento ao feito, irei DESCLASSIFICAR a proposta da empresa S R ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 25.265.142/0001-01, que deixou de apresentar o documento ajustado ao seu melhor lance.
Pregoeiro	12/12/2023 15:12:19	Na sequência, irei convocar a próxima empresa, seguindo a ordem de classificação.
Pregoeiro	12/12/2023 15:14:27	Para CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA - Boa tarde! A empresa está acompanhando a sessão?

Pregoeiro	12/12/2023 15:18:22	Para CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA - A empresa será convocada para, no prazo de 2 (duas) horas, apresentar a PROPOSTA ajustada ao seu último lance, as DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (item 9.3 do Edital), o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA e PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI (constante da pág. 48 do Edital - Anexo III do Termo de Referência).
Pregoeiro	12/12/2023 15:18:36	Para CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA - Destaco que na proposta deve constar expressamente o cálculo para MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD), decorrente da aplicação da fórmula adiante citada, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI: ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] - 100
Sistema	12/12/2023 15:21:01	Senhor fornecedor CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	12/12/2023 15:22:00	Para CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA - A empresa tem até 17:21h para apresentar os documentos solicitados.
Pregoeiro	12/12/2023 15:31:07	Para CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA - Senhores licitantes, irei suspender a presente sessão, com o prazo em andamento para a empresa CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20, apresentar a proposta (e documentos relacionados), conforme convocação realizada.
Pregoeiro	12/12/2023 15:31:49	Fica a reabertura agendada para amanhã, dia 13/12/2023, às 10:30h.
Sistema	12/12/2023 16:48:11	Senhor Pregoeiro, o fornecedor CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	13/12/2023 10:39:40	Bom dia, senhores! Vamos dar prosseguimento ao certame!
Pregoeiro	13/12/2023 10:43:11	Senhores Fornecedores, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão, com o prazo em andamento para o fornecedor CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20, enviar proposta ajustada ao seu último lance. Atendida a convocação, os documentos apresentados serão analisados pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC.
Pregoeiro	13/12/2023 11:07:59	Senhores, a proposta de preços da empresa CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA., CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20, passou pelo crivo da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC. Em resposta, por intermédio do MEMORANDO Nº 487.2023.DEAC.1213542.2023.010235, recebemos a seguinte manifestação:
Pregoeiro	13/12/2023 11:08:20	- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil re-ais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.680.000,00 (Um milhão seiscentos e oitenta mil reais);
Pregoeiro	13/12/2023 11:08:37	- A memória de cálculo apresentada pela licitante não condiz com o valor ofertado, uma vez que o ACD de -1,17 representa uma proposta final de 2.075.472,00 (dois milhões setenta e cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais). Sendo assim, opino pela desclassificação da empresa.
Pregoeiro	13/12/2023 11:17:05	Senhores, informo que a íntegra do Memorando Nº 487.2023.DEAC.1213542.2023.010235, da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, está disponível para acesso pelo link:
Pregoeiro	13/12/2023 11:17:09	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	13/12/2023 11:17:25	Portanto, nos termos do item 10.2 do edital, a proposta apresentada pela empresa CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20, está DESCLASSIFICADA.
Pregoeiro	13/12/2023 11:18:46	Seguindo o rito do item 10.7 do Edital, convocarei a próxima empresa classificada para apresentar proposta de preços ajustada ao seu melhor lance.
Pregoeiro	13/12/2023 11:20:41	Para CONSTRUTORA ALCANCE LTDA. - Bom dia! A empresa está acompanhando a sessão?
Pregoeiro	13/12/2023 11:25:03	Para CONSTRUTORA ALCANCE LTDA. - A empresa será convocada para apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, a PROPOSTA ajustada ao seu último lance, as DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (item 9.3 do Edital), o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA e PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI (constante da pág. 48 do Edital - Anexo III do Termo de Referência).
Pregoeiro	13/12/2023 11:25:41	Para CONSTRUTORA ALCANCE LTDA. - Destaco que na proposta deve constar expressamente o cálculo para MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD), decorrente da aplicação da fórmula adiante citada, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI: ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] - 100
Sistema	13/12/2023 11:26:33	Senhor fornecedor CONSTRUTORA ALCANCE LTDA., CNPJ/CPF: 03.018.149/0001-96, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	13/12/2023 11:27:19	Para CONSTRUTORA ALCANCE LTDA. - A empresa tem até 13:26h para apresentar os documentos.
Pregoeiro	13/12/2023 15:35:55	Senhores, como o fornecedor convocado CONSTRUTORA ALCANCE LTDA., CNPJ/CPF: 03.018.149/0001-96, não apresentou a proposta ajustada, conforme solicitado, daremos continuidade ao certame com a desclassificação da proposta da

		CONSTRUTORA ALCANCE LTDA., CNPJ/CPF: 03.018.149/0001-96, e convocação da próxima empresa classificada.
Sistema	13/12/2023 15:36:15	Encerrado pelo Sistema o prazo de Convocação do Fornecedor
Pregoeiro	13/12/2023 15:36:40	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Boa tarde! A empresa está acompanhando a sessão?
02.646.893/0001-72	13/12/2023 15:38:37	Boa tarde, estamos acompanhando sim.
Pregoeiro	13/12/2023 15:39:23	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - A empresa será convocada para apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, a PROPOSTA ajustada ao seu último lance, as DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (item 9.3 do Edital), o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA e PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI (constante da pág. 48 do Edital - Anexo III do Termo de Referência).
Pregoeiro	13/12/2023 15:39:32	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Destaco que na proposta deve constar expressamente o cálculo para MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD), decorrente da aplicação da fórmula adiante citada, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI: ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] - 100
Pregoeiro	13/12/2023 15:40:59	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - A empresa tem alguma dúvida?
Sistema	13/12/2023 15:42:38	Senhor fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	13/12/2023 15:43:15	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - A empresa tem até 17:42 para apresentar os documentos.
02.646.893/0001-72	13/12/2023 15:57:03	Esse acréscimo sobre o custo tem que ter no BDI ou na proposta?
Pregoeiro	13/12/2023 16:01:31	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Não sei se entendi o questionamento da empresa. O acréscimo é no valor final da proposta.
Pregoeiro	13/12/2023 16:03:21	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - No caso dessa empresa, ao aplicar as fórmulas, os engenheiros desta PGJ pretendem chegar no seguinte resultado: R$1.848.000,00, que foi o seu valor após a fase de lances.
02.646.893/0001-72	13/12/2023 16:03:45	Necessita constar a fórmula do ACD, ou somente o nosso valor final?
Pregoeiro	13/12/2023 16:06:57	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Na proposta da empresa deve constar a fórmula do ACD e a planilha de composição do BDI.
Pregoeiro	13/12/2023 17:09:54	Senhores, vamos suspender a sessão, com prazo em andamento para a empresa convocada MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, apresentar os documentos solicitados.
Pregoeiro	13/12/2023 17:10:36	Fica a REABERTURA agendada para o dia 15/12/23 (6ª-feira), às 10:30h.
Sistema	13/12/2023 17:28:43	Senhor Pregoeiro, o fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	15/12/2023 10:08:15	Bom dia, senhores! Conforme informado, iremos reabrir a sessão às 10:30h.
Pregoeiro	15/12/2023 10:31:57	Senhores Fornecedores, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão, com o prazo em andamento para o fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, enviar proposta ajustada ao seu último lance. Atendida a convocação, os documentos apresentados foram encaminhados para a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC.
Pregoeiro	15/12/2023 10:32:41	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Bom dia, senhor licitante! A DEAC solicitou que a empresa declare expressamente o valor da TR.
Pregoeiro	15/12/2023 10:35:32	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Irei convocar a empresa para que apresente o ACD, aplicando a fórmula, ou seja, declarando os valores utilizados para chegar ao resultado ofertado.
Sistema	15/12/2023 10:35:45	Senhor fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	15/12/2023 10:36:45	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - A DEAC solicita a informação completa, para concluir a análise da proposta apresentada pela empresa.
02.646.893/0001-72	15/12/2023 10:37:27	Bom dia
Pregoeiro	15/12/2023 10:39:12	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Bom dia! Qual foi a TR usada pela empresa?
02.646.893/0001-72	15/12/2023 10:41:40	Certo, iremos providenciar
02.646.893/0001-72	15/12/2023 10:42:40	A TR utilizada foi de 12%
Pregoeiro	15/12/2023 10:43:15	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Iremos aguardar até 11:35h.
Pregoeiro	15/12/2023 10:44:50	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Certo. Ainda assim, será necessário que a empresa apresente os cálculos do ACD.

02.646.893/0001-72	15/12/2023 10:47:04	O item 1 que estão solictando, seria tabela dos locais que serão realizados os serviços?
Pregoeiro	15/12/2023 10:51:57	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - A empresa apresentou uma proposta com ACD = 12,94%.
Pregoeiro	15/12/2023 10:53:09	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Logo, a fórmula "ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] - 100" deve ser aplicada para que a empresa consiga demonstrar o resultado de 12,94%
Pregoeiro	15/12/2023 10:53:23	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - A empresa entendeu este ponto?
02.646.893/0001-72	15/12/2023 10:53:27	Senhor pregoero, solicito a prorrogação do prazo. Pois estamos com problemas de instabilidade da rede
02.646.893/0001-72	15/12/2023 10:53:49	Conseguimos entender sim
Pregoeiro	15/12/2023 10:59:39	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Entendo. Vamos aguardar até 12:35h.
02.646.893/0001-72	15/12/2023 11:03:22	Senhores, a formula apresentada no edital do é a ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] - 100"/100. Vamos considerar esta? conforme consta no item 8.20 do edital
02.646.893/0001-72	15/12/2023 11:05:15	o Resultado seria truncado ou arredondado
02.646.893/0001-72	15/12/2023 11:20:49	Senhores?
Pregoeiro	15/12/2023 11:21:59	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Na realidade, a fórmula correta é a constante do item 8.20 do Edital.
Pregoeiro	15/12/2023 11:22:06	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - ACD% = {(100-TR%) + [BDI (100-TR%)/100]} - 100
Pregoeiro	15/12/2023 11:23:39	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - O resultado é em percentual e a empresa pode apresentar até 2 (duas) casas decimais.
Pregoeiro	15/12/2023 11:29:49	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - O resultado deve ser truncado.
Pregoeiro	15/12/2023 11:31:11	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Mais alguma dúvida?
02.646.893/0001-72	15/12/2023 12:13:18	Referente ao item 1 solicitado, seria somente o item da tabela dos locais onde serão executados os serviços de manaus?
Pregoeiro	15/12/2023 12:19:07	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Senhores, a licitação é para manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do MPE, na capital e no interior, por 12 meses
Pregoeiro	15/12/2023 12:22:39	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - É lote único! A empresa vencedora poderá prestar serviço em todos os municípios citados, de acordo com a demanda.
02.646.893/0001-72	15/12/2023 12:23:59	Senhor pregoeiro, estamos com problemas de estabilidade. Não estou conseguindo anexar. Se possivel, poderia prorrogar por mais uma hora?
02.646.893/0001-72	15/12/2023 12:28:54	Senhores, está dando erro na hora dos anexos
Pregoeiro	15/12/2023 12:29:16	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Vamos aguardar até 14:00h. Tudo bem?
02.646.893/0001-72	15/12/2023 12:29:50	Sim, obrigada.
Pregoeiro	15/12/2023 12:29:54	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Qual é o erro?
Pregoeiro	15/12/2023 12:30:52	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Caso não seja possível o envio pelo sistema, a empresa, sob sua conta e risco, poderá enviar a proposta, excepcionalmente, para a caixa postal eletrônica institucional licitacao@mpam.mp.br.
Pregoeiro	15/12/2023 12:31:24	Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Neste caso, deve confirmar o recebimento do e-mail, desde que dentro do prazo, e sem prejuízo de posterior encaminhamento por meio do sistema, garantindo-se, assim, amplo acesso aos arquivos apresentados.
Sistema	15/12/2023 13:55:50	Senhor Pregoeiro, o fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, enviou o anexo para o ítem 1.
02.646.893/0001-72	15/12/2023 13:57:52	Senhores, consegui enviar somente um dos arquivos solicitados aqui no portal. O restante foi encaminhado via e-mail.
Pregoeiro	15/12/2023 17:24:32	Senhores, irei disponibilizar os documentos enviados pelo fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, para a caixa postal eletrônica institucional licitacao@mpam.mp.br
Pregoeiro	15/12/2023 17:25:45	Na sequência, irei divulgar o resultado da análise técnica da proposta de preços apresentada por MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72.
Pregoeiro	15/12/2023 17:35:55	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Boa tarde! A empresa está acompanhando a sessão?
Pregoeiro	15/12/2023	Senhores, em razão do horário, irei suspender a sessão. Vamos retornar na 2ª-feira,

	17:57:46	dia 18/12, às 10:00h
Pregoeiro	18/12/2023 10:00:23	Bom dia, senhores! Vamos dar prosseguimento ao certame!
Pregoeiro	18/12/2023 10:08:35	Senhores, informo que os documentos enviados pelo fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, para a caixa postal eletrônica institucional licitacao@mpam.mp.br, estão disponíveis pelo link:
Pregoeiro	18/12/2023 10:08:44	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	18/12/2023 10:09:49	Pelo mesmo endereço eletrônico é possível ter acesso ao resultado da análise técnica da proposta de preços apresentada pelo fornecedor MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72.
Pregoeiro	18/12/2023 10:10:01	Em suma, por meio do Memorando nº Nº 491.2023.DEAC.1215519.2023.010235, a DEAC opinou pela desclassificação da empresa, nos seguintes termos:
Pregoeiro	18/12/2023 10:10:15	- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.848.000,00 (Um milhão oitocentos e quarenta e oito mil reais);
Pregoeiro	18/12/2023 10:10:23	- A memória de cálculo apresentada pela licitante não condiz com o valor ofertado, uma vez que o ACD de 12,948 representa uma proposta final de 2.371.908,00 (dois milhões trezentos e setenta e um mil novecentos e dois reais), valor superior ao estimado pela PGJ/AM. Sendo assim, opino pela desclassificação da empresa.
Pregoeiro	18/12/2023 10:11:03	Pelas razões expostas, a proposta de preços da empresa MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, está desclassificada.
Pregoeiro	18/12/2023 10:11:27	Seguindo o rito do item 10.7 do Edital, convocarei a próxima empresa classificada para apresentar proposta de preços ajustada ao seu melhor lance.
Pregoeiro	18/12/2023 10:12:37	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Bom dia! A empresa está acompanhando a sessão?
12.891.300/0001-97	18/12/2023 10:13:17	Bom dia Sr(a) Pregoeiro(a), Sim
Pregoeiro	18/12/2023 10:14:59	Para JF TECNOLOGIA LTDA - A empresa será convocada para apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, a PROPOSTA ajustada ao seu último lance, as DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (item 9.3 do Edital), o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA e PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI (constante da pág. 48 do Edital - Anexo III do Termo de Referência).
12.891.300/0001-97	18/12/2023 10:15:22	Uma dúvida. Haverá etapa de desempate?
Pregoeiro	18/12/2023 10:15:35	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Lembrando que é necessário apresentar o cálculo do ACD e o valor expresso da TR.
Sistema	18/12/2023 10:17:20	O item 1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados.
Sistema	18/12/2023 10:17:20	Sr. Fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CPF/CNPJ 06.539.432/0001-51, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 10:22:20 do dia 18/12/2023. Acesse a Sala de Disputa.
Pregoeiro	18/12/2023 10:22:15	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Senhores, foi constatado o empate pelo sistema, e já foi aberta a possibilidade para o fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CPF/CNPJ 06.539.432/0001-51, enviar o lance final.
Sistema	18/12/2023 10:22:35	O item 1 teve o 1º desempate Me/Epp encerrado às 10:22:20 de 18/12/2023. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CPF/CNPJ 06.539.432/0001-51.
Sistema	18/12/2023 10:22:35	Sr. Fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CPF/CNPJ 27.816.603/0001-12, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 10:27:35 do dia 18/12/2023. Acesse a Sala de Disputa.
Sistema	18/12/2023 10:27:52	O item 1 teve o 2º desempate Me/Epp encerrado às 10:27:35 de 18/12/2023. O tempo expirou e o lance não foi enviado pelo fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CPF/CNPJ 27.816.603/0001-12.
Sistema	18/12/2023 10:27:52	O item 1 está encerrado.
Pregoeiro	18/12/2023 10:31:41	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Senhores, o Fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CPF/CNPJ 27.816.603/0001-12, também convocado para enviar lance final, deixou transcorrer o prazo e não se manifestou.
Pregoeiro	18/12/2023 10:32:29	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Dando prosseguimento, irei convocar a empresa para apresentar a proposta de preços.
Sistema	18/12/2023 10:33:58	Senhor fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	18/12/2023 10:34:42	Para JF TECNOLOGIA LTDA - A empresa tem até 12:33 para apresentar os documentos solicitados.
12.891.300/0001-97	18/12/2023 10:38:30	Ok Sr(a) pregoeiro (a), enviaremos dentro do prazo.

Sistema	18/12/2023 10:53:01	Senhor Pregoeiro, o fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	18/12/2023 10:59:41	Senhores, a proposta apresentada pelo fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA., CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, passará pelo crivo da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC.
Pregoeiro	18/12/2023 11:51:24	Senhores, a proposta de preços (demais documentos correlacionados) da empresa JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, foi submetida ao exame da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC.
Pregoeiro	18/12/2023 11:51:31	Em resposta, por intermédio do MEMORANDO Nº 494.2023.DEAC.1216326.2023.010235, recebemos a seguinte manifestação:
Pregoeiro	18/12/2023 11:51:44	- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.906.800,00 (Um milhão novecentos e seis mil e oitocentos reais);
Pregoeiro	18/12/2023 11:51:51	- A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,26% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento negativos). Sendo assim, opino pela classificação da empresa.
Pregoeiro	18/12/2023 11:52:17	O referido documento encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Instituição, acessível pelo endereço:
Pregoeiro	18/12/2023 11:52:25	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	18/12/2023 11:55:13	Portanto, considerando o atendimento das exigências descritas no instrumento convocatório e a manifestação do Setor Técnico, esta Pregoeira decide ACEITAR a proposta de preços apresentada pela empresa JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97.
Pregoeiro	18/12/2023 12:11:29	Passaremos ao exame dos documentos de habilitação da empresa JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97.
Pregoeiro	18/12/2023 12:14:55	Senhores, vamos retornar às 15:00h com o resultado da análise dos documentos de habilitação da empresa JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97.
Pregoeiro	18/12/2023 12:42:03	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Senhor, a certidão de falência é válida e está cumprindo os requisitos legais. Contudo, apenas para manter os dados da empresa atualizados, solicito o envio de certidão mais recente. É possível?
Pregoeiro	18/12/2023 12:43:49	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Caso seja possível, deixarei ativada a opção de envio de anexo pelo sistema.
Sistema	18/12/2023 12:44:00	Senhor fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	18/12/2023 12:58:21	Senhor Pregoeiro, o fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	18/12/2023 15:08:42	Senhores, estamos aguardando a manifestação da DEAC sobre a habilitação técnica da empresa JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Pregoeiro	18/12/2023 16:27:55	Senhores, considerando o grande volume de documentos que está sob análise do setor técnico, decido suspender a sessão. Fica a REABERTURA marcada para amanhã (19/12/23), às 10:00h
Pregoeiro	19/12/2023 10:06:59	Bom dia, senhores! Gostaria de informar que estamos aguardando posicionamento do setor técnico.
Pregoeiro	19/12/2023 11:02:17	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Bom dia, senhor licitante. Está acompanhando a sessão?
12.891.300/0001-97	19/12/2023 11:03:07	Bom dia Sr. (a) Pregoeiro (a), Sim.
Pregoeiro	19/12/2023 11:09:01	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Senhor, para concluir a análise técnica, e com base no item 25.3.2 do edital, solicito que a empresa complemente os atestados para execução de forro de gesso acartonado e confecção de esquadria de alumínio, em atenção ao item 11.10.3 do instrumento convocatório, e desde que os documentos sejam anteriores ao dia 07/12/2023, data de abertura desta sessão.
12.891.300/0001-97	19/12/2023 11:12:55	Bom Sr. Pregoeiro, iremos verificar para envio. solicito prazo de 24h para apresentar
12.891.300/0001-97	19/12/2023 11:14:30	Sr. Pregoeiro, identificamos que na análise das propostas dos concorrentes e inclusive na nossa a fórmula utilizada está incorreta, não foi considerada a divisão por 100 para chegar ao ACD(%)
12.891.300/0001-97	19/12/2023 11:15:25	isso faz com que sempre o valor de desconto ofertado seja sempre maior que o BDI, o que seria uma incoerência
12.891.300/0001-97	19/12/2023 11:16:36	no momento do lance no pregão o desconto ofertado é muito menor do que o que é representado na taxa de redução pela fórmula que está incorreta
Pregoeiro	19/12/2023 11:30:56	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Senhor, todas as propostas foram minuciosamente examinadas pela unidade técnica, que, inclusive, atestou que a sua proposta atende aos requisitos do edital e apresenta os cálculos corretos.
Pregoeiro	19/12/2023	Para JF TECNOLOGIA LTDA - O desconto ofertado será calculado com base no valor

	11:31:11	total do serviço a ser executado, conforma a demanda. Desta forma, na planilha orçamentária deverá ser considerada a memória de cálculo apresentada na proposta.
12.891.300/0001-97	19/12/2023 11:33:18	Sr Pregoeiro, estou afirmando que a minha fórmula que foi aprovada está faltando a divisão por 100, sugiro revisão
Pregoeiro	19/12/2023 11:36:58	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Senhor, a sua fórmula foi revisada pela equipe de engenharia desta Instituição.
12.891.300/0001-97	19/12/2023 11:52:20	Se assim for, o desconto acaba sempre ficando próximo do BDI não fazendo sentido para nenhuma empresa, pois ainda precisará recolher os impostos. Qual seria a lógica de ofertar um desconto de 9,2% no pregão e o desconto no SINAPI ser de quase 30%?
Pregoeiro	19/12/2023 12:02:50	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Senhor, diante da sua observação de ordem técnica, irei reportar a situação à Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC. De qualquer forma, irei abrir o prazo para que sejam apresentados os atestados, conforme solicitado anteriormente.
Sistema	19/12/2023 12:03:14	Senhor fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
12.891.300/0001-97	19/12/2023 12:03:59	Sr. (a) Pregoeiro, o prazo será de 24 horas, Conforme solicitado?
Pregoeiro	19/12/2023 12:11:05	Para JF TECNOLOGIA LTDA - A empresa tem até as 10:00h de amanhã. Considera um prazo razoável?
12.891.300/0001-97	19/12/2023 12:13:59	Sim, obrigada Sr. (a) Pregoeiro.
Pregoeiro	19/12/2023 12:46:13	Para JF TECNOLOGIA LTDA - Senhores, vamos suspender a sessão. A reabertura fica marcada para amanhã, dia 20/12/23, às 10:00h.
Pregoeiro	19/12/2023 12:48:09	Senhores, agradeço a participação de todos! Continuem acompanhando a sessão! Vamos retornar amanhã!
Sistema	19/12/2023 17:20:05	Senhor Pregoeiro, o fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	20/12/2023 10:06:49	Bom dia, senhores! Vamos dar continuidade ao certame.
Pregoeiro	20/12/2023 10:10:56	Senhores fornecedores, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão, com o prazo em andamento para o fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, complementar a documentação de habilitação. Atendida a convocação, os documentos apresentados serão analisados pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC.
Pregoeiro	20/12/2023 12:01:47	Senhores, irei divulgar o resultado da análise técnica dos documentos de habilitação da empresa JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Pregoeiro	20/12/2023 12:03:45	O Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC assim se posicionou, conforme Memorando Nº 497.2023.DEAC.1218447.2023.010235:
Pregoeiro	20/12/2023 12:04:20	A empresa JF TECNOLOGIA LTDA., CNPJ Nº 12.891.300/0001-97 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, contudo os quantitativos ofertados NÃO atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital para os subitens, 2 - gesso acartonado;...
Pregoeiro	20/12/2023 12:04:28	... 4 - Confecção de Esquadria de Alumínio;
Pregoeiro	20/12/2023 12:04:49	Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, a empresa JF TECNOLOGIA LTDA., ...
Pregoeiro	20/12/2023 12:05:00	...CNPJ Nº 12.891.300/0001-97 nos documentos de habilitação (1216417, 1218373, 1218375) apresentados embora tenha sido encaminhados diversas CAT, todas vem com a descrição sem registro de atestado inviabilizando a comparação como quadro apresentado no subitem 11.10.3.2. do edital
Pregoeiro	20/12/2023 12:05:06	Sendo assim, opino pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.
Pregoeiro	20/12/2023 12:08:23	O documento está disponível pelo link:
Pregoeiro	20/12/2023 12:08:25	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	20/12/2023 12:09:01	Pelos motivos expostos, decido pela inabilitação da empresa JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Pregoeiro	20/12/2023 12:14:08	Logo, dando prosseguimento ao feito, convocarei a próxima empresa classificada, obervada a ordem de classificação, para apresentar proposta ajustada ao seu melhor lance.
Sistema	20/12/2023 12:14:47	Senhor fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	20/12/2023 12:15:30	Para SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA - Olá! Boa tarde! A empresa está acompanhando a sessão?

06.539.432/0001-51	20/12/2023 12:16:46	sim sr, Bom dia, ja providenciando
Pregoeiro	20/12/2023 12:17:14	Para SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA - A empresa foi convocada para apresentar proposta ajustada ao seu último lance. Lembrando que precisa demonstrar os cálculos do ACD, com valor expresso da TR, e BDI.
Pregoeiro	20/12/2023 12:17:53	Para SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA - A empresa tem até 14:17 para apresentar os documentos. Tudo bem?
06.539.432/0001-51	20/12/2023 12:19:15	sim sr
Sistema	20/12/2023 13:50:21	Senhor Pregoeiro, o fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	20/12/2023 14:31:45	Senhores, seguindo o rito processual, a proposta apresentada pela empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, foi submetida à análise da DEAC.
Pregoeiro	20/12/2023 15:38:24	Senhores, vamos suspender a sessão. Fica a REABERTURA agendada para amanhã (21/12/23), 14:00h
Pregoeiro	21/12/2023 14:08:42	Boa tarde, senhores licitantes! Vamos dar continuidade ao certame!
Pregoeiro	21/12/2023 15:18:58	Senhores, a proposta de preços da empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, passou pelo crivo da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC. Em resposta, por intermédio do MEMORANDO N 498.2023.DEAC.1218769.2023.010235, recebemos a seguinte manifestação:
Pregoeiro	21/12/2023 15:19:06	O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.911.000,00 (Um milhão novecentos e onze mil reais);
Pregoeiro	21/12/2023 15:19:13	- A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,105% e a Bonificação e Despe-sas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,00% (nove inteiros e vinte centési-mos por cento negativos).
Pregoeiro	21/12/2023 15:19:32	Sendo assim, opino pela classificação da empresa.
Pregoeiro	21/12/2023 15:20:27	A íntegra do documento está disponível em: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	21/12/2023 15:23:48	Portanto, considerando o atendimento das exigências descritas no instrumento convocatório e a manifestação do Setor Técnico, esta Pregoeira decide ACEITAR a proposta de preços apresentada pela empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51.
Pregoeiro	21/12/2023 16:06:09	Passaremos ao exame dos documentos de habilitação da empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51.
Pregoeiro	21/12/2023 16:18:40	Senhores licitantes, gostaria de esclarecer que, devido a um erro material, a DEAC solicitou a alteração do documento por meio do qual opinou pela classificação da SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO LTDA. - EPP, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51.
Pregoeiro	21/12/2023 16:19:00	- A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,105% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,00% (nove inteiros por cento negativos).
Pregoeiro	21/12/2023 16:21:14	Desta forma, o Memorando Nº 501.2023.DEAC.1219323.2023.010235 retifica a parte final do Memorando nº 498.2023.DEAC, para fazer constar o correto valor por extenso do percentual correspondente ao ACD ofertado pela empresa SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO LTDA. - EPP, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51.
Pregoeiro	21/12/2023 16:25:13	O documento já está disponível em: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	21/12/2023 17:19:54	Senhores, os documentos de habilitação apresentados pela empresa SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO LTDA. - EPP, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51, estão sob análise da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC.
Pregoeiro	21/12/2023 17:21:41	Iremos suspender a sessão. Vamos deixar a reabertura da sessão agendada para amanhã (21/12/23), às 10:30h. Até lá!
Pregoeiro	22/12/2023 10:48:10	Bom dia, senhores licitantes! Como informado anteriormente, os documentos de habilitação apresentados pela empresa SGRH SERVIÇO DE CONSTRUÇÕES E COMERCIO DE MATERIAIS DE COSNTRUÇÃO LTDA. - EPP, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51, estão sob análise da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC. Vamos aguardar a manifestação do setor técnico.
Pregoeiro	22/12/2023	Senhores, gostaria de agradecer a compreensão de todos, mas ainda não recebemos

	13:39:18	resposta do setor técnico.
Pregoeiro	22/12/2023 13:40:38	Aproveito a oportunidade para desejar um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo a todos!
Pregoeiro	22/12/2023 13:41:40	Vamos retornar em 2024! A nossa sessão está suspensa. Fica a REABERTURA marcada para o dia 03/04/2024, às 10:30h.
Pregoeiro	22/12/2023 14:21:43	Senhores, com as devidas escusas, venho retificar a informação anterior: Fica a REABERTURA marcada para o dia 03/01/2024 (quarta-feira), às 10:30h.
Pregoeiro	03/01/2024 10:04:29	Bom dia, senhores! Gostaria de desejar um ano próspero para todos vocês! Como informado no nosso último encontro, hoje reabriremos a sessão deste pregão, às 10:30h.
Pregoeiro	03/01/2024 10:41:47	Senhores, vamos dar prosseguimento ao certame!
Pregoeiro	03/01/2024 10:52:20	Senhores Fornecedores, como providência anterior, a sessão foi suspensa para que os documentos de habilitação apresentados pela empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA., CNPJ Nº 06.539.432/0001-51, fossem submetidos à Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC.
Pregoeiro	03/01/2024 10:53:13	Enquanto a DEAC analisa a documentação, irei solicitar complementação das informações.
Pregoeiro	03/01/2024 10:53:35	Para SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA - Bom dia, senhor. Está acompanhando a sessão?
06.539.432/0001-51	03/01/2024 10:55:08	Bom dia, Sr. Pregoeiro! Estou acompanhando a sessão.
Pregoeiro	03/01/2024 10:57:01	Para SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA - A empresa apresentou o(s) Atestado(s) de qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, conforme item 11.10.3.2?
Pregoeiro	03/01/2024 10:58:00	Para SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA - Lembrando que, nos termos do item 11.10.3.3 do Edital, referido atestado de Qualificação Técnico-Profissional deve ser apresentado na forma de CAT.
Pregoeiro	03/01/2024 10:58:47	Para SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA - A equipe de apoio não localizou a Certidão de Acervo Técnico - CAT.
06.539.432/0001-51	03/01/2024 11:02:34	sim, estamos com as CATs separadas.
Pregoeiro	03/01/2024 11:05:53	Para SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA - Irei convocar a empresa para que apresente esses documentos, no prazo de 2 (duas) horas. Tudo bem?
Sistema	03/01/2024 11:06:34	Senhor fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
06.539.432/0001-51	03/01/2024 11:07:39	Tudo bem, iremos anexar os documentos solicitados dentro do prazo.
Pregoeiro	03/01/2024 11:07:41	Para SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA - A empresa tem até 13:06h para apresentar as CATs.
Sistema	03/01/2024 11:15:25	Senhor Pregoeiro, o fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	03/01/2024 11:23:10	Os documentos serão encaminhados para a DEAC.
Pregoeiro	03/01/2024 13:56:40	Senhores, em alguns instantes irei divulgar o resultado da análise técnica dos documentos de habilitação do fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51.
Pregoeiro	03/01/2024 13:57:27	Para FERNANDES CONSTRUCOES LTDA - Boa tarde. Está acompanhando a sessão?
27.816.603/0001-12	03/01/2024 14:02:06	Boa tarde Sr. pregoeiro, estamos acompanhando
Pregoeiro	03/01/2024 14:18:30	Para FERNANDES CONSTRUCOES LTDA - Solicito que continuem acompanhando o certame.
Pregoeiro	03/01/2024 15:11:36	Senhores, sobre os documentos de habilitação do fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, a DEAC se manifestou pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.
Pregoeiro	03/01/2024 15:12:27	Sobre os Atestados de Capacidade Técnico-Operacional, "os quantitativos ofertados NÃO atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital para o subitem 4 - Confecção de Esquadria de Alumínio"
Pregoeiro	03/01/2024 15:14:22	Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, as CATs são pertencentes ao ENG. HALLINTON MACIEL GEBER "e este deixou de ter vinculo contratual com a empresa no dia 20 de julho de 2023, antes da abertura do certame, ..."
Pregoeiro	03/01/2024 15:14:40	"..., portanto não sendo possível a utilização de tal Acervo Técnico, não atendendo ao subitem 11.10.3.2. do edital."
Pregoeiro	03/01/2024	Logo o documento da DEAC estará disponível na página eletrônica de

	15:17:45	acompanhamento do pregão. Manterei os senhores atualizados. Contudo, a fim de dar prosseguimento ao feito, irei inabilitar a empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, pelas razões expostas, e providenciar a convocação da próxima empresa classificada
Pregoeiro	03/01/2024 15:35:18	Para FERNANDES CONSTRUCOES LTDA - Senhor, irei convocá-lo para apresentar proposta de preços ajustada ao seu último lance.
Pregoeiro	03/01/2024 15:39:23	Para FERNANDES CONSTRUCOES LTDA - No prazo de 2 (duas) horas, a empresa deve encaminhar junto com a PROPOSTA ajustada ao seu último lance, as DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES (item 9.3 do Edital), o ATESTADO DE VISITA TÉCNICA OU DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA e PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI (constante da pág. 48 do Edital - Anexo III do Termo de Referência).
Pregoeiro	03/01/2024 15:42:15	Para FERNANDES CONSTRUCOES LTDA - Também deve demonstrar os cálculos do ACD.
Sistema	03/01/2024 15:43:52	Senhor fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	03/01/2024 15:51:17	Para FERNANDES CONSTRUCOES LTDA - A empresa tem até 17:43 para encaminhar os documentos.
Pregoeiro	03/01/2024 15:57:45	Para FERNANDES CONSTRUCOES LTDA - Senhores, irei suspender a sessão, com prazo em andamento para a empresa convocada encaminhar a documentação solicitada. Fica a reabertura marcada para amanhã (04/01/24), 10:30h
Sistema	03/01/2024 16:40:39	Senhor Pregoeiro, o fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	04/01/2024 10:33:34	Bom dia, senhores! Gostaria de iniciar os trabalhos de hoje destacando que, conforme estabelecido na data de ontem, o resultado da análise técnica dos documentos de habilitação da empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA foi publicado no nosso portal.
Pregoeiro	04/01/2024 10:34:12	A DEAC se manifestou por meio do Memorando Nº 4.2024.DEAC.1222890.2023.010235.
Pregoeiro	04/01/2024 10:34:37	O link para acesso é https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	04/01/2024 11:24:05	Senhores, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão, com o prazo em andamento para o fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, encaminhar proposta de preços ajustada ao seu último lance.
Pregoeiro	04/01/2024 11:24:24	Atendida a convocação, os documentos apresentados foram analisados pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC.
Pregoeiro	04/01/2024 11:25:39	Em resposta, por intermédio do MEMORANDO Nº 5.2024.DEAC.1223089.2023.010235, recebemos a seguinte manifestação:
Pregoeiro	04/01/2024 11:26:01	- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de 1.921.500,00 (Um milhão novecentos e vinte e um mil quinhentos reais);
Pregoeiro	04/01/2024 11:26:11	- A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 28,71% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimo por cento negativos). Sendo assim, opino pela classificação da empresa.
Pregoeiro	04/01/2024 11:29:55	Portanto, atendidas as exigências editalícias, conforme manifestação do setor técnico, decido aceitar a proposta da empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Pregoeiro	04/01/2024 11:34:41	Os senhores podem ter acesso à manifestação da DEAC por meio do link https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	04/01/2024 11:36:45	Prosseguindo com o certame, vamos analisar os documentos de habilitação da empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Pregoeiro	04/01/2024 13:11:55	Senhores, daremos um intervalo para almoço. Vamos retornar 14:30h
Pregoeiro	04/01/2024 14:49:12	Senhores licitantes, gostaria de informar que o setor técnico continua realizando o exame minucioso dos documentos apresentados pela empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Pregoeiro	04/01/2024 15:38:28	Senhores licitantes, iremos suspender a presente sessão. A reabertura fica agendada para amanhã (dia 05/01/23), às 10:30h.
Pregoeiro	05/01/2024 10:24:40	Bom dia, senhores! Iremos reabrir a sessão hoje, 11:30h! Agradeço a compreensão de todos!
Pregoeiro	05/01/2024 11:31:56	Bom dia, senhores! Vamos reabrir esta sessão, que precisou ser suspensa para que o setor técnico verificasse as condições de habilitação da empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Pregoeiro	05/01/2024 11:32:48	Apenas para atualizar os documentos apresentados, irei solicitar a certidão de falência com data mais recente.
Pregoeiro	05/01/2024	Para FERNANDES CONSTRUCOES LTDA - Bom dia, senhor. A empresa possui certidão

	11:33:19	de falência com data atual?
27.816.603/0001-12	05/01/2024 11:36:19	Bom dia Sr pregoeiro. iremos anexar. favor abrir anexo.
Sistema	05/01/2024 11:37:31	Senhor fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	05/01/2024 11:40:13	Senhor Pregoeiro, o fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	05/01/2024 11:55:18	Senhores, irei divulgar o resultado da análise dos documentos de habilitação da empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Pregoeiro	05/01/2024 11:58:06	Após realizar a análise técnica, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC assim se manifestou, nos termos do Memorando Nº 6.2024.DEAC.1223408.2023.010235:
Pregoeiro	05/01/2024 11:58:14	A empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, com os quantitativos ofertados que atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital;
Pregoeiro	05/01/2024 11:58:32	Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, a empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.,...
Pregoeiro	05/01/2024 11:58:43	...CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou os documentos de habilitação (1223155) atendendo ao subitem 11.10.3.2. do edital Sendo assim, opino pela CLASSIFICAÇÃO da empresa.
Pregoeiro	05/01/2024 11:59:29	Nessa etapa, ainda, verificou-se a autenticidade das certidões negativas de débitos (ou positivas com efeitos de negativa) mediante SICAF, bem como da ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante.
Pregoeiro	05/01/2024 11:59:36	Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica.
Pregoeiro	05/01/2024 12:00:23	Passo seguinte, verificou-se as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE, na Relação de Licitantes Inidôneos do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.
Pregoeiro	05/01/2024 12:00:36	Igualmente, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.
Pregoeiro	05/01/2024 12:00:46	Ademais, diligenciou-se à Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da SEFAZ-AM, NÃO sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.
Pregoeiro	05/01/2024 12:07:20	Oportunamente, registre-se que foi realizada a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica da empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, ferramenta disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União.
Pregoeiro	05/01/2024 12:07:47	A referida Consulta e o SICAF da empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico desta Instituição, juntamente com o Memorando Nº 6.2023.DEAC, pelo link:
Pregoeiro	05/01/2024 12:08:13	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	05/01/2024 12:11:41	Pelo exposto, concluída a análise dos documentos de habilitação, conforme item 11 do instrumento convocatório, e estando todos de acordo as previsões editalícias, decido HABILITAR a empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12.
Pregoeiro	05/01/2024 12:12:28	Portanto, promoverei a habilitação no sistema, momento no qual será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos para registro de eventual intenção recursal.
Pregoeiro	05/01/2024 12:12:57	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso seja aceita a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
Pregoeiro	05/01/2024 12:14:04	Se o recurso for julgado procedente, será realizado o retorno para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
Pregoeiro	05/01/2024 12:14:20	Outrossim, solicito prudência e bom senso nos Senhores, caso queiram fazer uso desta prerrogativa dos recursos, a fim de evitarmos recursos meramente protelatórios.
Pregoeiro	05/01/2024 12:14:32	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.
Sistema	05/01/2024 12:16:17	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.

Pregoeiro	05/01/2024 12:17:14	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 05/01/2024 às 12:46:00.
Pregoeiro	05/01/2024 15:49:11	Senhores, preenchidos os requisitos de admissibilidade de intenção do recurso, nos termos do item 12 do edital, informo que serão admitidos os recursos apresentados pelas empresas AF CONSTRUTORA LTDA, CNPJ Nº 07.477.679/0001-53, e JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ Nº 12.891.300/0001-97.
Pregoeiro	05/01/2024 15:50:08	Desta forma, com base no subitem 12.2 do edital, retifico a informação anterior para esclarecer que será aberto o prazo de 3 (três) dias úteis para o recorrente apresentar as razões, pelo sistema eletrônico.
Pregoeiro	05/01/2024 15:50:46	Ficam os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, nos termos do subitem 12.2 do edital.
Pregoeiro	05/01/2024 15:50:57	Na sequência, será a presente sessão encerrada e serão abertos os respectivos prazos (razões e contrarrazões). Até a próxima!

Eventos da Licitação

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	06/12/2023 10:29:35	
Alteração equipe	06/12/2023 10:29:40	
Abertura da sessão pública	07/12/2023 10:00:01	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	07/12/2023 10:10:02	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	07/12/2023 10:54:34	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	05/01/2024 12:16:17	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	05/01/2024 12:17:14	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 05/01/2024 às 12:46:00.

Data limite para registro de recurso: 10/01/2024.
Data limite para registro de contrarrazão: 15/01/2024.
Data limite para registro de decisão: 30/01/2024.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:53 horas do dia 05 de janeiro de 2024, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Pregoeiro Oficial

CLEITON DA SILVA ALVES
Equipe de Apoio

FADIA VANESSA RODRIGUES BARBOSA GOMES
Equipe de Apoio

MAURICIO ARAUJO MEDEIROS
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Procuradoria Geral de Justiça

Pregão Nº 04044/2023(SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

RESULTADO POR FORNECEDOR

27.816.603/0001-12 - FERNANDES CONSTRUCOES LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Manutenção / Reforma Predial	UNIDADE	1	R$ 2.100.000,0000	-	8,5000%

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do MP-AM na capital e no interior

Valor c/ Desconto: R$ 1.921.500,0000

Valor c/ Desconto: R$ 1.921.500,0000

Total do Fornecedor: **R$ 1.921.500,0000**

Valor Global da Ata: **R$ 1.921.500,0000**

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o Relatório

Voltar

DECLARAÇÕES

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Pregão Nº 40442023 (SRP) **- (Decreto Nº 10.024/2019)**

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Porte da Empresa
15.407.625/0001-40	MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA	ME/EPP

Data Declarações: 24/11/2023 12:09 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

25.265.142/0001-01 S R ENGENHARIA LTDA ME/EPP
Data Declarações: 06/12/2023 17:08 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

03.018.149/0001-96 CONSTRUTORA ALCANCE LTDA. ME/EPP
Data Declarações: 06/12/2023 18:18 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

07.477.679/0001-53 AF CONSTRUTORA LTDA Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 06/12/2023 18:24 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

02.646.893/0001-72 MARIE CONSTRUCOES LTDA Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 06/12/2023 18:26 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

07.741.892/0001-20 CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 06/12/2023 18:38 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

06.539.432/0001-51 SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA ME/EPP
Data Declarações: 06/12/2023 20:22 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

12.891.300/0001-97 JF TECNOLOGIA LTDA Demais (Diferente de ME/EPP)
Data Declarações: 06/12/2023 22:56 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

27.816.603/0001-12 FERNANDES CONSTRUCOES LTDA ME/EPP
Data Declarações: 07/12/2023 09:51 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Imprimir o Relatório

Fechar

Esta licitação possui 1 Ata Complementar

Ver Ata Original

925849.40442023 .85095 .4333 .366771

Procuradoria Geral de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1
Nº 04044/2023 (SRP)

Às 10:30 horas do dia 31 de janeiro de 2024, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO PGJ 183/2023 de 12/07/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 2023.010235, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 04044/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do MP-AM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses??., tendo em vista Decisão Nº 4.2024.CPL.1230996.2023.010235.

Item: 1
Descrição: Manutenção / Reforma Predial
Descrição Complementar: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses??.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 1
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Valor Estimado: R$ 2.100.000,0000
Situação: Aceito e Habilitado
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: 0,10 %

Aceito para: FERNANDES CONSTRUCOES LTDA**, pelo melhor lance de** 8,5000 % (**valor com desconto:** R$ 1.921.500,0000) **e a quantidade de** 1 **UNIDADE** .

Histórico

Item: 1 - Manutenção / Reforma Predial

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Volta de fase	29/01/2024 12:02:37	Volta de Fase para Julgamento
Abertura do prazo - Convocação anexo	31/01/2024 11:10:47	Convocado para envio de anexo o fornecedor AF CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/CPF: 07.477.679/0001-53.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	31/01/2024 11:28:50	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor AF CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/CPF: 07.477.679/0001-53.
Abertura do prazo - Convocação anexo	08/02/2024 12:34:17	Convocado para envio de anexo o fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Abertura do prazo - Convocação anexo	08/02/2024 12:34:22	Convocado para envio de anexo o fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51.
Abertura do prazo - Convocação anexo	08/02/2024 12:34:27	Convocado para envio de anexo o fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Encerramento	16/02/2024	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor SGRH SERVICOS DE

do prazo - Convocação anexo	12:13:47	CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	16/02/2024 14:37:09	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	19/02/2024 10:23:24	Encerrado pelo Pregoeiro o prazo de Convocação de Anexo do fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97.
Recusa de proposta	19/02/2024 13:29:09	Recusa da proposta. Fornecedor: MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA, CNPJ/CPF: 15.407.625/0001-40, pelo melhor lance de 23,1000%. Motivo: Recusada, conforme manifestação técnica da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC (Memorando Nº 484.2023.DEAC.1212481.2023.010235).
Recusa de proposta	19/02/2024 13:29:58	Recusa da proposta. Fornecedor: S R ENGENHARIA LTDA, CNPJ/CPF: 25.265.142/0001-01, pelo melhor lance de 23,0000%. Motivo: Não apresentou proposta ajustada.
Recusa de proposta	19/02/2024 13:30:22	Recusa da proposta. Fornecedor: CONSTRUTORA RIO NEGRO LTDA, CNPJ/CPF: 07.741.892/0001-20, pelo melhor lance de 20,0000%. Motivo: Recusada, conforme manifestação técnica da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC (487.2023.DEAC.1213542.2023.010235).
Recusa de proposta	19/02/2024 13:32:01	Recusa da proposta. Fornecedor: CONSTRUTORA ALCANCE LTDA., CNPJ/CPF: 03.018.149/0001-96, pelo melhor lance de 19,4000%. Motivo: Não apresentou proposta ajustada.
Recusa de proposta	19/02/2024 13:32:47	Recusa da proposta. Fornecedor: MARIE CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 02.646.893/0001-72, pelo melhor lance de 12,0000%. Motivo: Recusada, conforme manifestação técnica da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC (491.2023.DEAC.1215519.2023.010235).
Recusa de proposta	19/02/2024 13:34:01	Recusa da proposta. Fornecedor: JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, pelo melhor lance de 9,2000%. Motivo: Não atendeu convocação para apresentar documentação complementar, nos termos do item 25.12 do Edital.
Recusa de proposta	19/02/2024 13:35:22	Recusa da proposta. Fornecedor: SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, pelo melhor lance de 9,0000%. Motivo: Recusada, conforme manifestação técnica da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC (Memorando nº 61.2024.DEAC.1254541.2023.010235)
Aceite de proposta	19/02/2024 13:36:12	Aceite individual da proposta. Fornecedor: FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, pelo melhor lance de 8,5000%. Motivo: Aprovada, conforme manifestação técnica da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC (Memorandos Nº 5.2024.DEAC.1223089.2023.010235 e Nº 62.2024.DEAC.1254866.2023.010235)
Habilitação de fornecedor	19/02/2024 13:36:29	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: FERNANDES CONSTRUCOES LTDA - CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	29/01/2024 12:02:37	Este pregão foi reagendado para 31/01/2024 10:30.
Sistema	29/01/2024 12:02:37	Sr(s) fornecedor(es), o item 1 está retornando à fase de Julgamento.
Pregoeiro	31/01/2024 10:34:38	Bom dia, senhores licitantes!
Pregoeiro	31/01/2024 10:56:29	Gostaria de informa-los que, em razão do recurso apresentando pela empresa AF CONSTRUTORA LTDA., esta Pregoeira, com base na manifestação do setor técnico, decidiu retornar à fase de julgamento deste certame.
Pregoeiro	31/01/2024 10:57:32	Na ocasião, esclareço que decidi negar provimento ao recurso interposto pela empresa JF TECNOLOGIA LTDA.
Pregoeiro	31/01/2024 10:59:55	A DECISÃO Nº 4.2024.CPL.1230996.2023.010235 está disponível para consulta na página eletrônica de acompanhamento deste certame.
Pregoeiro	31/01/2024 11:00:19	link: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	31/01/2024 11:01:37	Portanto, irei convocar a próxima empresa, na ordem de classificação, para apresentar proposta ajustada.
Pregoeiro	31/01/2024 11:02:20	Para AF CONSTRUTORA LTDA - Bom dia, senhor licitante. Está acompanhando a sessão?

07.477.679/0001-53	31/01/2024 11:03:51	Bom dia! sim estamos conectados e acompanhando.
Pregoeiro	31/01/2024 11:05:08	Para AF CONSTRUTORA LTDA - A empresa pode conceder mais algum desconto?
07.477.679/0001-53	31/01/2024 11:08:08	Devido ao aumento dos insumos no mercado, não podemos conceder qualquer desconto além do aplicado na nossa proposta!
Pregoeiro	31/01/2024 11:10:06	Para AF CONSTRUTORA LTDA - Entendo! Neste caso, solicito que a empresa deve demonstrar os cálculos do ACD, com valor expresso da TR, e BDI.
Sistema	31/01/2024 11:10:47	Senhor fornecedor AF CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/CPF: 07.477.679/0001-53, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
07.477.679/0001-53	31/01/2024 11:17:58	quanto tempo temos pra enviar?
Sistema	31/01/2024 11:28:50	Senhor Pregoeiro, o fornecedor AF CONSTRUTORA LTDA, CNPJ/CPF: 07.477.679/0001-53, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	31/01/2024 11:36:18	Para AF CONSTRUTORA LTDA - A empresa precisa de mais prazo? Tem 2 (horas), nos termos do item 9.1 do Edital.
Pregoeiro	31/01/2024 11:38:05	Para AF CONSTRUTORA LTDA - Verifiquei que a empresa anexou um documento ao Sistema.
07.477.679/0001-53	31/01/2024 11:42:21	enviamos a proposta com o calculo do ACD.
07.477.679/0001-53	31/01/2024 11:42:40	Precisa q enviemos algum outro documento?
Pregoeiro	31/01/2024 11:46:45	Para AF CONSTRUTORA LTDA - Irei encaminhar o documento para análise da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC
Pregoeiro	31/01/2024 11:58:46	Senhores licitantes, a proposta apresentada pela empresa AF CONSTRUTORA LTDA. passará pelo crivo da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC. Desta forma, iremos suspender a sessão. A reabertura será informada por este chat, com a antecedência necessária.
Pregoeiro	07/02/2024 10:59:29	Senhores licitantes, bom dia! Informo que a REABERTURA da sessão está marcada para amanhã (08/02/24), às 11h30min.
Pregoeiro	08/02/2024 11:04:21	Bom dia, senhores! Em instantes, daremos prosseguimento ao certame.
Pregoeiro	08/02/2024 11:31:44	Senhores, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão, para realização da análise técnica da proposta apresentada pela empresa AF CONSTRUTORA LTDA., CNPJ nº 07.477.679/0001-53.
Pregoeiro	08/02/2024 11:31:54	Em resposta, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC assim se manifestou, conforme Memorando Nº 47.2024.DEAC.1242124.2023.010235:
Pregoeiro	08/02/2024 11:32:02	- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);
Pregoeiro	08/02/2024 11:32:13	- A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 2.050.020,00 (dois milhões e cinquenta mil e vinte reais);
Pregoeiro	08/02/2024 11:32:24	- A memória de cálculo apresentada pela licitante NÃO condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 23,95% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 2,38% (dois inteiros e trinta e oito centésimo por cento negativos) e um Valor final da proposta seria de R$ 2.049.813,68
Pregoeiro	08/02/2024 11:32:31	Foi observado que o valor da Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) seria de 23,942345% para um valor final da proposta R$ 2.050.020,00 (dois mi-lhões e cinquenta mil e vinte reais);
Pregoeiro	08/02/2024 11:32:42	O documento da DEAC está disponível para consulta pelo link: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas
Pregoeiro	08/02/2024 11:34:12	Contudo, ao examinar as condições de participação do fornecedor AF CONSTRUTORA LTDA., CNPJ nº 07.477.679/0001-53, constatei, no SICAF, registro de impedimento de licitar.
Pregoeiro	08/02/2024 11:35:15	Para AF CONSTRUTORA LTDA - Bom dia, senhor licitantes. Está acompanhando a sessão?
07.477.679/0001-53	08/02/2024 11:36:05	Bom dia, sim Sr Pregoeiro
Pregoeiro	08/02/2024 11:40:58	Para AF CONSTRUTORA LTDA - A empresa, de acordo com o item 5.6 c/c 5.6.6 do edital, não pode participar deste certame.
07.477.679/0001-53	08/02/2024 11:43:00	O impedimento de licitar se trata apenas no âmbito da Infraero referente a um atraso de execução de 7 dias, processo este ja ajuizado aguardando decisão do juízo em Brasília, não existe impedimento em contratar contratação, e sim impedimento de licitar com a Infraero
Pregoeiro	08/02/2024 11:48:46	Para AF CONSTRUTORA LTDA - 5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do

		Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, (...)
Pregoeiro	08/02/2024 11:50:26	Para AF CONSTRUTORA LTDA - Consta do Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar - SICAF, que a empresa está impedida até 14/09/2024.
07.477.679/0001-53	08/02/2024 11:51:00	Junto em consulta ao próprio SICAF não existe Ocorrências Impeditivas indiretas.
Pregoeiro	08/02/2024 11:52:43	Para AF CONSTRUTORA LTDA - Mas conta impedimento de licitar.
07.477.679/0001-53	08/02/2024 11:55:04	Correto, junto a Infraero, mesmo com esta demanda nao somos impedidos de de contratar com o estado do Amazonas, Prefeitura de Manaus e mantemos 3 contratos ativos com a propria União
07.477.679/0001-53	08/02/2024 11:55:37	Todos eles ativos e em execução
Pregoeiro	08/02/2024 11:57:59	Para AF CONSTRUTORA LTDA - A PGJ adota o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Assim, uma vez registrada a penalidade de suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal no SICAF, ela é suficiente para impedir a participação da empresa, direta ou indiretamente, nessa licitação, conforme item 5.6.6.
Pregoeiro	08/02/2024 12:08:53	Senhores, pelas razões apresentadas, e com base no item 25.12 do edital, informo que irei retornar à fase de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas.
Pregoeiro	08/02/2024 12:32:46	Senhores licitantes, conforme previsto no edital, irei abrir o prazo de 3 (três) dias úteis para as empresas convocadas apresentarem nova documentação de habilitação, a fim de sanear as eventualidades que deram causa à inabilitação.
Pregoeiro	08/02/2024 12:33:06	Na ocasião, destaco que a análise dos documentos apresentados será realizada no dia 19/02/2024, observada a ordem de classificação da empresa.
Pregoeiro	08/02/2024 12:33:42	Logo, em razão do feriado de Carnaval, as interessadas (convocadas) têm até o dia 16/02/2024 para anexar os documentos pelo Sistema.
Sistema	08/02/2024 12:34:17	Senhor fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	08/02/2024 12:34:22	Senhor fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	08/02/2024 12:34:27	Senhor fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	08/02/2024 13:20:22	Senhores, informo que vamos REABRIR a sessão no dia 19/02/2024 (2ª-feira), às 10h30min (horário de Brasília). Até lá!
Sistema	16/02/2024 12:13:47	Senhor Pregoeiro, o fornecedor SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, enviou o anexo para o ítem 1.
Sistema	16/02/2024 14:37:09	Senhor Pregoeiro, o fornecedor FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	19/02/2024 10:22:43	Bom dia, senhores licitantes! Em instantes, iremos dar continuidade ao certame.
Sistema	19/02/2024 10:23:24	Senhor fornecedor JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, o prazo para envio de anexo para o ítem 1 foi encerrado pelo Pregoeiro.
Pregoeiro	19/02/2024 10:41:43	Senhores, como providência anterior, foram as empresas JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, e FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, convocadas, com base no item 25.12 do edital, para apresentar novos documentos de habilitação.
Pregoeiro	19/02/2024 10:42:16	A análise documental irá seguir a ordem de classificação (das propostas) das empresas.
Pregoeiro	19/02/2024 10:44:42	Informo que as SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, e FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, CNPJ/CPF: 27.816.603/0001-12, atenderam à convocação.
Pregoeiro	19/02/2024 10:45:13	Desta forma, como a JF TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 12.891.300/0001-97, deixou de apresentar os documentos solicitados, a documentação enviada pela empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ/CPF: 06.539.432/0001-51, passará pelo crivo da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC.
Pregoeiro	19/02/2024 11:46:38	Senhores, a documentação complementar apresentada pela empresa SGRH SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÃO LTDA. - EPP, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51, foi analisada pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC. Em resposta, por intermédio do MEMORANDO N 61.2024.DEAC.1254541.2023.010235, recebemos a seguinte manifestação:
Pregoeiro	19/02/2024 11:46:53	"A empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado

		contratante de serviço, contudo os quantitativos ofertados esses atenderam estipulados no item 11.10.3.1. do edital; (...)"
Pregoeiro	19/02/2024 11:47:28	"Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, (..)
Pregoeiro	19/02/2024 11:47:45	(...), a empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51 apresentou os documentos de habilitação contudo esses documentos apresentam apenas protocolo de CAT, não atendendo aos subitens 11.1 e 11.10.3.2. do edital"
Pregoeiro	19/02/2024 11:47:54	"Sendo assim, opino pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa."
Pregoeiro	19/02/2024 11:49:00	Senhores, pelo exposto, mantenho a decisão de inabilitação da empresa SGRH SERVICOS DE CONSTRUCOES E MANUTENCAO LTDA, CNPJ Nº 06.539.432/0001-51.
Pregoeiro	19/02/2024 11:51:02	Desta forma, será a documentação complementar apresentada pela empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ 27.816.603/0001-12, encaminhada para análise da DEAC.
Pregoeiro	19/02/2024 12:48:49	Senhores, a documentação complementar apresentada pela empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ 27.816.603/0001-12, foi analisada pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC. Em resposta, por intermédio do MEMORANDO N 62.2024.DEAC.1254866.2023.010235, recebemos a seguinte manifestação:
Pregoeiro	19/02/2024 12:49:27	"A empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, com os quantitativos ofertados que atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital;"
Pregoeiro	19/02/2024 12:49:55	"Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU,(...)
Pregoeiro	19/02/2024 12:50:52	(...) a empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou os novos documentos de habilitação (1254600) atendendo ao subitem 11.10.3.2. do edital."
Pregoeiro	19/02/2024 12:51:04	"Sendo assim, opino pela CLASSIFICAÇÃO da empresa."
Pregoeiro	19/02/2024 13:12:50	Senhores, pelo exposto, concluída a análise da documentação complementar apresentada segundo a inteligência do item 25.12 do edital, e estando de acordo com as previsões do instrumento convocatório, decido HABILITAR a empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12.
Pregoeiro	19/02/2024 13:21:57	Senhores, através do link https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/16556-pe-4044-2023-cpl-mp-pgj-srp-manutencao-predial-preventiva-corretiva-e-pequenas-reformas é possível ter acesso ao resultado das análises técnicas realizadas pela DEAC.
Pregoeiro	19/02/2024 13:22:39	Portanto, promoverei a habilitação da empresa FERNANDES CONSTRUCOES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, no sistema, momento no qual será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos para registro de eventual intenção recursal.
Pregoeiro	19/02/2024 13:22:51	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso seja aceita a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
Pregoeiro	19/02/2024 13:23:42	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão. Até a próxima.
Sistema	19/02/2024 13:36:31	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	19/02/2024 13:38:01	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 19/02/2024 às 14:07:00.

Eventos da Licitação

Evento	Data/Hora	Observações
Volta de fase	29/01/2024 12:02:37	Decisão Nº 4.2024.CPL.1230996.2023.010235. Reagendado para: 31/01/2024 10:30
Abertura do prazo	19/02/2024 13:36:31	Abertura de prazo para intenção de recurso

Fechamento do prazo	19/02/2024 13:38:01	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 19/02/2024 às 14:07:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 14:22 horas do dia 19 de fevereiro de 2024, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Pregoeiro Oficial

CLEITON DA SILVA ALVES
Equipe de Apoio

FADIA VANESSA RODRIGUES BARBOSA GOMES
Equipe de Apoio

MAURICIO ARAUJO MEDEIROS
Equipe de Apoio

Ver Ata Original

Imprimir o Relatório

Voltar

RELATÓRIO Nº 5.2024.CPL.1255345.2023.010235

Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos do Ministério Público do Estado do Amazonas,

A Pregoeira, Senhora **Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo**, designada por força da PORTARIA N° 1274/2023/SUBADM, de 29 de novembro de 2023 (doc. 1202272), apresenta e submete à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, **com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, concernente ao **Processo SEI n.º 2023.010253**, que tem por objeto a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses,* conforme as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas do documento **Histórico do Processo 2023.010235**, disponível no Sistema SEI, em Consultar Andamento.

2. DA PUBLICIDADE

Os Avisos da Licitação foram publicados no *Comprasnet* (doc. 1198479), no matutino local "Jornal do Commercio" (doc. 1198487), no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE (doc. 1198481) e no sítio institucional do MP/AM (www.mpam.mp.br).

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As licitantes credenciaram-se na Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (Seges/ME), através das regras do sistema *Comprasnet*, site https://www.gov.br/compras/pt-br.

3.2. Da Proposta – As propostas foram enviadas pelos licitantes através da internet desde 24/11/2023 até a data e hora marcada para a abertura da sessão, a saber, dia 07/12/2023, às 10h (horário de Brasília).

Iniciada a sessão, as propostas foram analisadas conforme prescrição dos itens 7 e 8 do Edital (doc. 1197670), compatibilizando-as com as especificações contidas no **Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235.**

A Pregoeira ressaltou pontos do edital reputados importantes e alertou os participantes para que observassem com cautela as disposições concernentes às convocações emitidas e aos prazos previstos para implementação das providências por ela requeridas, comunicando a todos que os eventos seriam devidamente informados no próprio sistema, por meio do *chat*, para o adequado acompanhamento do cotejo.

3.3. Da Fase de Lances – As participantes tiveram a oportunidade de melhorar seus ofertas na fase de disputa, o que de fato ocorreu, encerrando-se a fase com propostas mais vantajosas para a Administração, em relação ao valor estimado, conforme se verifica na **ATA DA SESSÃO** do pregão em epígrafe (doc. 1255277) e no **Quadro - Resumo do Processo de Compra Nº 255.2023.SCOMS**.1114472.2023.010235.

3.4. Da Aceitação – Logo em seguida, a Pregoeira convocou para apresentação a proposta da licitante mais bem colocada na ordem de classificação dos lances, conforme subitem 9.1. do instrumento convocatório.

Contudo, diante do alto grau de especificidade do objeto licitado, bem como do **critério de julgamento** adotado de **MAIOR DESCONTO**, aferido pelo **MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD)** *por proposta, decorrente da aplicação de fórmula matemática, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI*, foi a documentação submetida ao crivo da **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC.**

Após análise técnica, o lance vencedor foi desclassificado, pelo motivos apontados no parecer do setor técnico competente (Memorando Nº 484.2023.DEAC.1212481.2023.010235), conforme exposto na **ATA DA SESSÃO** pública do pregão em epígrafe (doc. 1255277).

Da mesma sorte, procedeu-se com as demais empresas, observada a ordem de classificação, nos termos registrados na citada **ATA DA SESSÃO** (doc. 1255277).

Assim, seguindo a inteligência do subitem 10.7 do Edital, e após algumas desclassificações, convocou-se a empresa adiante destacada, que atendeu as exigências editalícias, consoante manifestação da **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC (**Memorando Nº 5.2024.DEAC.1223089.2023.010235) :

- FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob Nº 27.816.603/0001-12 (doc. 1223019).

Daí, por atender aos prazos fixados e, também, a todos os aspectos técnicos e formais reclamados pela Administração, inclusive figurando abaixo do valor estimado, quando comparado ao **Quadro - Resumo do Processo de Compra Nº 255.2023.SCOMS**.1114472.2023.010235 e **Nota de Autorização de Despesas / Adjudicação -NAD Nº 394.2023.DOF - ORÇAMENTO**.1159131.2023.010235, a proposta da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob Nº 27.816.603/0001-12, fora devidamente **aceita** pela Pregoeira, conforme registrado na **ATA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME** (doc. 1255277).

3.5. Da Habilitação – Na sequência, a Pregoeira, com auxílio da equipe de apoio, notadamente da **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, examinou a documentação de habilitação da licitante em voga.

Procedeu-se, então, à fase de julgamento das condições de habilitação da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob Nº 27.816.603/0001-12, dentre eles, CRC - Comprasnet (doc. 1256054) e Relatório de Situação do Fornecedor - SICAF (doc. 1256057).

Nessa etapa, ainda, verificou-se a autenticidade das certidões negativa de débitos mediante SICAF, bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante. Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica, conforme consta deste caderno processual (doc. 1223155).

Os documentos de habilitação interpostos, em sua maioria, gozavam da possibilidade de serem convalidados via internet, razão pela qual a Pregoeira deixou de exigir originais e/ou cópias autenticadas, tendo por corolário os *Princípios da Celeridade e Finalidade dos Atos Públicos.*

Além disso, verificou-se as condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do *Comprasnet*, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE**, na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU,** na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, **NÃO** sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Oportunamente, registre-se que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis nº 12.965/14 e nº 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o **Tribunal de Contas da União** disponibiliza ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas, contendo, em relatório único, as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional

de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência. Assim, a Pregoeira promoveu a juntada aos autos da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica da empresa vencedora (doc. 1256053).

Outrossim, a documentação relativa à qualificação técnica da empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob Nº 27.816.603/0001-12, passou pelo crivo da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, que se manifestou nos seguintes termos, *in verbis*:

> **MEMORANDO Nº 6.2024.DEAC.1223408.2023.010235**
>
> (...)
>
> A empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, com os quantitativos ofertados que atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital;
>
> Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, *devidamente registrado(s) no CREA ou CAU*, a empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou os documentos de habilitação **(1223155)** atendendo ao subitem 11.10.3.2. do edital
>
> Sendo assim, **opino pela CLASSIFICAÇÃO da empresa.**
>
> Atenciosamente,
>
> Eng. Paulo Augusto Lopes
> Chefe DEAC

Logo, concluída a análise dos documentos de habilitação, nos termos do **item 11** do instrumento convocatório e, atendidas as exigências editalícias, a Pregoeira decidiu **HABILITAR** a empresa vencedora em foco.

3.6. DO RECURSO – Logo após, concedeu-se o prazo de **30 (trinta) minutos** para registro de intenção de recurso por parte das demais licitantes, quanto aos itens vencidos pela empresa habilitada, havendo manifestação nesse sentido das empresas **A F CONSTRUTORA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, e **JF TECNOLOGIA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97.

Pelos fundamentos expostos na **DECISÃO Nº 4.2024.CPL**.1230996.2023.010235, esta subscrevente decidiu:

a) **ACOLHER** as razões apresentadas pela Recorrente **A F CONSTRUTORA LTDA. (doc. 1228296)**, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, para **RECONSIDERAR** o posicionamento inicial e, por conseguinte, **inabilitar** a empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o n.º 27.816.603/0001-12, com a devida realização do retorno de fase do certame, nos termos do artigo 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019;

b) **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA** . **(doc. 1228305)**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, a fim de dar seguimento ao certame, nos termos do artigo 17, inciso VII, do Decreto n.º 10.024/2019.

3.7. DO RETORNO DE FASE – Dando prosseguimento ao feito, foi a sessão reaberta no dia 31/01/2024, conforme consta na **Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1** (doc. 1255341).

Assim, considerando que a proposta de preços (doc. 1241866) anexada ao Sistema Comprasnet já correspondia ao melhor lance ofertado pela próxima licitante (e última), observada a ordem de classificação, encaminhou-se a documentação para avaliação da **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**.

Em resposta, o setor técnico ponderou, *ipsis litteris*:

MEMORANDO Nº 47.2024.DEAC.1242124.2023.010235

Ao cumprimentá-la cordialmente, e diante do pedido de análise, Ofício Nº 65.2024.CPL.1241868.2023.010235, da proposta da empresa **AF CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ nº 07.477.679/0001-53, encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:

- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);

- A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 2.050.020,00 (dois milhões e cinquenta mil e vinte reais);

- A memória de cálculo apresentada pela licitante **NÃO** condiz com o valor ofertado, uma vez que a **Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 23,95%** e a **Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 2,38% (dois inteiros e trinta e oito centésimo por cento negativos) e um Valor final da proposta seria de R$ 2.049.813,68 (dois milhões e quarenta e nove mil oitocentos e treze reais e sessenta e oito centavos)**

Foi observado que o valor da Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) seria de **23,942345%** para um valor final da proposta R$ 2.050.020,00 (dois milhões e cinquenta mil e vinte reais);

Sendo assim, **opino pelo ajuste da proposta da empresa.**

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes
Chefe DEAC

Contudo, seguindo o rito descrito no item 11.1.1 do edital, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da empresa AF CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.477.679/0001-53, verificou-se eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva da participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Assim, constatou-se a ocorrência de impedimento de licitar até o dia 14/09/2024, como é possível concluir pelo exame dos Relatórios Situação do Fornecedor - SICAF (doc. 1249987) e Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar (doc. 1249988). Dessa forma, foi a proposta da empresa AF CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.477.679/0001-53, desclassificada.

3.8. DA APRESENTAÇÃO DE NOVA DOCUMENTAÇÃO - Ao final da primeira etapa do certame, nenhuma proposta foi considerada apta, diante da ausência de requisitos de habilitação das interessadas, tudo conforme exposto na **ATA DA SESSÃO** (doc. 1255277).

Então, diante da previsão do **item 25.12** do Edital, foram as empresas com propostas classificadas convocadas para apresentar nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram sua inabilitação, nos termos registrados na **Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1** (doc. 1255341).

Após nova análise técnica da nova documentação apresentada (complementar), seguindo a ordem de classificação inicial, foi a empresa adiante destacada, **declarada HABILITADA**, por preencher os requisitos do item 11 do Edital do certame:

- **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob Nº 27.816.603/0001-12 (doc. 1254600).

3.9. DO RECURSO – Logo após, concedeu-se, novamente, o prazo de **30 (trinta) minutos** para registro de intenção recursal, por parte das demais licitantes, quanto aos itens vencidos pela empresa habilitada, **não** havendo manifestação nesse sentido.

4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOÇÃO

Em face da interposição recursal (doc. 1228305) por parte da interessada **JF TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97,os autos devem ser submetidos à análise e manifestação da ilustre **Ordenadora de Despesas**, a fim de que, caso assim entenda, mantenha a **DECISÃO Nº 4.2024.CPL.1230996.2023.010235** proferida por esta Pregoeira, segundo inteligência do artigo 109, § 4.º, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o artigo 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002 e artigo 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019, e proceda, se entender cabível, à manutenção da *decisum* e adjudicação e homologação do objeto do certame à **empresa vencedora (FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob Nº 27.816.603/0001-12, no valor global de **R$ 1.921.500,00 - doc. 1223019**).

5. DA ECONOMICIDADE

Destaque-se que o valor estimado pela Administração para a prestação do serviço ora licitado foi de **R$ 2.100.000,00** (*dois milhões cem mil reais*), sendo que, caso seja mantida a decisão, o valor total da adjudicação decorrente do êxito do certame em comento será de **R$ 1.921.500,00** (*um milhão, novecentos e vinte e um mil e quinhentos reais*)**.**

Logo, a realização deste Pregão poderá significar uma **economia de R$ 178.500,00** (*cento e setenta e oito mil e quinhentos reais*), ou seja, uma **redução de aproximadamente 8,5% do valor estimado pela Administração**.

É o Relatório.

Manaus, *21 de fevereiro de 2024.*

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 21/02/2024, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1255345** e o código CRC **144B6A67**.

MINUTA

MINUTA Nº DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PE 4044

* MINUTA DE DOCUMENTO

PROCESSO SEI N.º 2023.010235
Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ

A D J U D I C A Ç Ã O E H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do **MEMORANDO Nº 281.2023.DEAC.** (1105606), bem como o teor do **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184);

CONSIDERANDO o disposto na Lei, nas Atas da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 07/12/2023 a 21/02/2024, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a ***formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses,*** conforme as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, no valor de **R$ 1.921.500,00** (*um milhão, novecentos e vinte e um mil e quinhentos reais*);

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 5.2024.CPL** (1255345), o qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma **economia de 178.500,00** (*cento e setenta e oito mil e quinhentos reais*), ou seja, uma **redução de aproximadamente 5,8% do valor estimado pela Administração**;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520/2002, dos Atos PGJ n.º 322 e e nº 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a interposição de Recurso por parte das empresas **A F CONSTRUTORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, e **JF TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos

XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº 4.2024.CPL** (1230996), para **ACOLHER** as razões apresentadas pela Recorrente **A F CONSTRUTORA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, e **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97;

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº XXX.2024.01AJ-SUBADM** (), através da qual foi mantida a **DECISÃO Nº 4.2024.CPL** (1230996), proferida por Sr(a). Pregoeiro(a), segundo inteligência do § 4.º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002, e art. 13, IV, do Decreto nº 10.024/2019;

R E S O L V E:

I – **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente a o **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ**, em favor da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, no valor de **R$1.921.500,00** (*um milhão, novecentos e vinte e um mil e quinhentos reais*), em consonância com a Ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS - SCOMS,** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), xx de fevereiro de 2024.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenadora de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 21/02/2024, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1255347** e o código CRC **13CC1E44**.

DESPACHO Nº 7.2024.CPL.1255348.2023.010235

Objeto: *Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses.*

Considerando a realização do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, iniciado em 07 de dezembro de 2023 e encerrado em 21 de fevereiro do corrente ano;

Considerando a interposição de Recurso, por parte das empresas **A F CONSTRUTORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, e **JF TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, no prazo e condições de que trata o artigo 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

Considerando o teor da **DECISÃO Nº 4.2024.CPL** (1230996), para **ACOLHER** as razões apresentadas pela Recorrente **A F CONSTRUTORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, e **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97;

Considerando que, dentre os requisitos de validade, o resultado do certame necessita de adjudicação e homologação pelo(a) Ordenador(a) de Despesas desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, do Ato PGJ n.º 389/2007, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

Encaminhem-se os autos do Processo n.º 2023.010235 à Exma. Sra. Dra. **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, para análise e pronunciamento decisório quanto ao teor da **DECISÃO Nº 4.2024.CPL.1230996.2023.010235,** a fim de que, caso assim entenda, mantenha a decisão proferida por esta Pregoeira, segundo inteligência do artigo 109, § 4º, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o artigo 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002 e artigo 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019, e proceda, se entender cabível, a adjudicação e homologação do objeto do certame à **empresa vencedora (FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob Nº 27.816.603/0001-12, no valor global de **R$ 1.921.500,00 - doc. 1223019).**

Manaus, 21 de fevereiro de 2024.

Sarah Madalena Barbosa Côrtes de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 1274/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 21/02/2024, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1255348** e o código CRC **7BF2A1C2**.

2023.010235 v3

DECISÃO Nº 5.2024.01AJ-SUBADM.1269876.2023.010235

PROCESSO N° 2023.010235

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA, SOB DEMANDA, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA EM PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI, NAS EDIFICAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – MPAM NA CAPITAL E NO INTERIOR.

INTERESSADA: DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC

Trata-se de procedimento administrativo iniciado através do **MEMORANDO Nº 281.2023.DEAC** (1105606), da lavra da **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC**, por meio do qual encaminhou o **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184), que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas.

O Demandante justificou a contratação no que segue:

> **2. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO**
>
> 2.1 A contratação objeto deste Projeto Básico justifica-se pelo fato de que **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição Federal, faz-se premente a estruturação e manutenção de todas as suas unidades organizacionais para o desenvolvimento das atividades institucionais, bem como promover as melhorias necessárias visando proporcionar maior segurança e condições dignas do ambiente de trabalho para o desempenho eficiente da missão constitucional cometida ao *Parquet* amazonense.
>
> 2.2 No tocante à modalidade de licitação, adotou-se o procedimento do pregão, pois o serviço de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas **tem natureza de serviço comum, por possuir padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.**
>
> 2.3 Os serviços de manutenção predial possuem demandas frequentes, tendo em vista que as edificações estão constantemente em processo de deterioração e desgastes naturais. Ademais, a manutenção predial possui a característica de imprevisibilidade, não sendo possível o planejamento prévio completo e exato dos serviços necessários à manutenção das edificações.

O referido caderno processual fora encaminhado a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM que, por meio do **PARECER Nº 257.2023.01AJ-SUBADM** (1108768), opinou pela **APROVAÇÃO** do Projeto Básico indigitado, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em arquitetura e engenharia para manutenção predial corretiva e pequenas reformas nas edificações que integram o Ministério Público do Estado do Amazonas, de modo que os autos prosseguissem até seu desiderato, dado que atende todos os requisitos exigidos pela Lei n° 8.666/93, observados os princípios norteadores da Administração Pública.

Ato contínuo, a referida peça opinativa fora acolhida pelo **DESPACHO Nº 901.2023.01AJ-SUBADM** (1108922), sendo determinado o prosseguimento do feito com a remessa dos autos ao Setor de Compras e Serviços - SCOMS, à Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF e à Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências de estilo.

Em atenção ao determinado, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, através do **MEMORANDO Nº 499.2023.SCOMS** (1114470), informou que acolheu o valor total estimado pela Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, conforme versam os Anexos I, II e III (doc. 1104140 1104157 1104162, respectivamente) baseado no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — SINAPI e nos índices Bonificações e Despesas Indiretas — BDI. Desta feita, os serviços elencados no Projeto Básico (doc. 1049184) e os valores esmiuçados no Anexo I (doc. 1104140) serviram de base para a elaboração do **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 255.2023.SCOMS** (1114472), com valor global estimado de **R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais).**

Em seguida, os autos foram encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF que, por meio da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº**

394.2023.DOF - ORÇAMENTO (1159131) e encaminhou à Comissão Permanente de Licitação.

Por sua vez, a CPL encaminhou o presente caderno processual à Divisão de Contratos e Convênios – DCCON para, caso compartilhado o entendimento da Comissão, verificasse a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica.

Dando continuidade à instrução processual, a Divisão de Contratos e Convênios, por meio do **MEMORANDO Nº 1459.2023.DCCON** (1189682), realizou a juntada da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON** (1189678) para prestação de serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas.

Em seguida, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do **DESPACHO Nº 96.2023.CPL** (1193454), confeccionou a **MINUTA DE EDITAL Nº 52.2023.CPL** (1189345), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

Após exame dos referidos documentos, considerando a presença dos requisitos exigíveis, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 343.2023.01AJ-SUBADM** (1195889), manifestou-se conclusivamente da seguinte maneira:

> **5. CONCLUSÃO**
>
> *Ex positis,* esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **MINUTA DE EDITAL Nº 52.2023.CPL** (1189345), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MAIOR DESCONTO**, modo de disputa **ABERTO**, para formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior; bem como da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44.2023.DCCON** (1189678), considerando a presença dos requisitos exigíveis.
>
> Destaca-se que a presente contratação está sendo realizada com base na Lei nº 8.666/93 e alterações, considerando que utiliza como fundamentação o referido diploma legal, motivo pelo qual a manifestação desta Assessoria Jurídica será baseada nos referidos diplomas legais.
>
> Por fim, importante destacar que, apesar da Medida Provisória n° 1167/2023 ter perdido a sua vigência em 28/07/2023 em virtude da ausência de sua apreciação pelo Congresso Nacional no prazo de cento e vinte dias, a caducidade é irrelevante relativamente à previsão quanto à alteração da redação do inciso II do art. 193. Assim se passa porque a Lei Complementar 198 já havia revogado aquele dispositivo, ou seja, permanece a prorrogação até 30 de dezembro a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei º 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

A referida peça opinativa foi acolhida na íntegra pelo **DESPACHO Nº 1386.2023.01AJ-SUBADM** (1196038), sendo determinado o encaminhamento à Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências de estilo.

Dando continuidade à instrução processual, o **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ** foi devidamente publicado no *Comprasnet* (doc. 1198479), no matutino local "Jornal do Commercio" (doc. 1198487), no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE (doc. 1198481) e no sítio institucional do MP/AM (www.mpam.mp.br).

O certame foi iniciado em 07/12/2023, às 10h (horário de Brasília/DF), para a escolha da proposta mais vantajosa para a ***formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses,*** conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos. **A licitação teve como critério de julgamento o maior desconto**.

No dia 31/03/2023, durante a sessão pública do certame, a empresa irresignada manifestou-se preliminarmente da seguinte maneira:

Empresa AF CONSTRUTORA LTDA. (1228294):

INTENÇÃO DE RECURSO:

> Manifesto intenção de interpor recurso com as seguintes razões tendo em vista o direito de maifestar motivadente intenção de recorrer contra vossa decisão, com fulcro na alínea b, do inciso I, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93 que regulamenta o pregão na sua forma eletrônica, e calçado pelo Edital nº 4044/2023 apresentamos nossa intenção de interpor recurso administrativo em razão de discordar da habilitação do proponente por não ter atendido plenamente o item 12 do edital

Empresa JF TECNOLOGIA LTDA. (1228304):

> **INTENÇÃO DE RECURSO:**
>
> Manifestamos a intenção de recurso, visto que a fórmula adotada está incorreta, ou seja, aplicando o desconto da tabela SINAPI fica aproximadamente o percentual do BDI, tornando inviável para as empresas. O que será demonstrado em peça recursal.

Tendo a Pregoeira verificado a presença dos pressupostos recursais de admissibilidade, resolveu aceitar as manifestações da mencionadas licitantes, abrindo-se o prazo legal para oferecimento das razões de recurso de 03 (três) dias corridos, logo, com data final até o dia 10/04/2023, 23h59min.

Assim, no prazo proposto, a empresa **AF CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ N.º 07.477.679/0001-53, e a empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ N.º 12.891.300/0001-97, anexaram ao Sistema Comprasnet suas alegações de inconformismo, as quais foram apensadas aos autos (1228296 e 122830), arguindo, em suma, possível irregularidade no certame.

Ato contínuo, a teor do § 3º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o inciso XVIII, do art. 4.°, da Lei n.° 10.520/2002, no prazo de **3 (três) dias corridos** a empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ N.º 27.816.603-0001-12, apresentou contrarrazões em face de cada recurso manejado.

Após análise das razões recursais e das contrarrazões, a Comissão Permanente de Licitação, por meio da **DECISÃO Nº 4.2024.CPL** (1230996), concluiu da seguinte maneira:

> **4. DA CONCLUSÃO**
>
> Portanto, pelos fundamentos expostos, por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública foram devidamente observados por esta **PREGOEIRA**, esta subscrevente decide:
>
> a) **ACOLHER** as razões apresentadas pela Recorrente **A F CONSTRUTORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, para **RECONSIDERAR** o posicionamento inicial e, por conseguinte, **inabilitar** a empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o n.º 27.816.603/0001-12, com a devida realização do retorno de fase do certame, nos termos do artigo 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019;
>
> b) **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, a fim de dar seguimento ao certame, nos termos do artigo 17, inciso VII, do Decreto n.º 10.024/2019.
>
> Desta feita, os autos devem ser submetidos à análise e manifestação da ilustre **Ordenadora de Despesas**, a fim de que, caso assim entenda, mantenha a decisão proferida por esta Pregoeira, segundo inteligência do §4º, do artigo 109, da Lei n.° 8.666/1993, combinado com o artigo 4º, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002 e artigo 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019, e proceda, se entender cabível, à manutenção da *decisum*.

Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta SUBADM, conforme **DESPACHO Nº 7.2024.CPL** (1255348).

É o relato no essencial. Passo a decidir.

Isto posto, passo a analisar a irresignação da licitante **AF CONSTRUTORA LTDA.**, CNPJ N.º 07.477.679/0001-53, que arguiu, em suma, que houve possível irregularidade no certame, conforme transcrição abaixo:

> [...] *omissis*

Merece ser reformada a r. decisão ora guerreada que "data vênia", não aplicou a lei ao fato concreto, conforme se passa a demonstrar.

DA IRREGULAR HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA; AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

Conforme se verifica pelos documentos apresentados pela Recorrida, a qualificação técnica apresentada não condiz com o que foi exigido em Edital. Explico:

Concernente aos atestados de qualificação técnico-profissional exigidos, assim determina o Edital:

11.10.3.2. Atestado(s) de qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região competente, que atenda(m) às características de porte e tecnologia e tenha compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, assim entendidos:

11.10.3.3. Os referidos atestados de Qualificação Técnico-Profissional deverão ser apresentados com o visto da Entidade Profissional correspondente ou na forma de Certidão de Acervo Técnico– CAT;7.

11.10.4. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros de sua equipe técnica que se responsabilizará pelo objeto desta licitação, devendo constar nessa equipe técnica o detentor do acervo referido no subitem 11.10.3.2.

Dito isto, conforme restou decidido por unanimidade na sessão plenária ordinária nº 1.313 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), os profissionais habilitados a elaborar projetos e executar instalações telefônica e de lógica, são:

- Engenheiros e Arquitetos (com atribuições do Decreto Lei nº 23.569, de 1933);
- Engenheiros Eletricistas, (com atribuições dos arts. 8º e 9º da Resolução nº 218, de 1973);
- Engenheiros de Computação (com as atribuições da Resolução nº 380, de 1993);
- Tecnólogos em Telefonia;
- Tecnólogos em Telecomunicações/Telefones e Redes, Tecnólogos em Eletrônica Industrial;
- Tecnólogos em Instrumentação e Controle (os Tecnólogos, conforme Resolução 313, de 1986, poderão responsabilizar-se por instalações e manutenção de instalações telefônicas e de lógica);
- Técnicos em Eletrônica e Eletrotécnica;
- Técnicos em Telecomunicações (os Técnicos nos limites de suas atribuições).

Pois bem.

Da análise da documentação apresentada pela Recorrida, verifica-se que a mesma não indicou profissional qualificado para cumprir o disposto no Item 11.10.3.2., uma vez que o profissional apresentado (DANNY NOGUEIRA FERNANDES - Registro 0407013679) possui graduação em Engenharia Civil com atribuição do artigo 7º, da Resolução nº 218/73 do CONFEA, senão vejamos:

No ponto, assim dispõe o supracitado art. 7º, da Resolução 218/73 do CONFEA:

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Fica claro, portanto, que o profissional apresentado pela Recorrida não está apto para executar serviço LOGICA.

Inclusive, oportuno ressaltar que em consulta junto ao CREA-AM, verificou-se que a Recorrida não possui nenhum profissional habilitado que possa ter o CAT'S (Certidão de Acervo Técnico) válidas para execução de REDE LOGICA.

À título de exemplo Nobre Pregoeiro, cito a situação de um cardiologista tratar um paciente com dores no joelho. O médico com especialidade em cardiologia poderia até receitar um remédio para aliviar as dores do paciente, porém, não teria conhecimento (técnica) para passar exames específicos ou saber com precisão a causa do problema.

A mesma coisa é o caso em questão. Um engenheiro eletricista, por exemplo, não pode obter uma CAT de fundação ou serviços específicos de Engenheiro Civil.

Desta feita, por tudo que foi pontuado acima, conclui-se que a habilitação da Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA está irregular.

Nesse ponto, é certo que a Administração e os administrados não podem descumprir normas e condições do Edital, ao qual se acham estritamente vinculadas.

Nesse sentido, vale citar o que diz o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Antonio Roque Citadini (Comentários e Jurisprudência Sobre a lei de Licitações Públicas, 2. Ed., atual. e ampl, São Paulo: Max Limonad, 1997).

"O Edital consiste no documento fundamental da licitação, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada certame e como já estabelecia o Decreto-Lei 2300/86, a nova legislação mantém como princípio da maior importância a vinculação aos atos licitatórios às normas do edital. Celso Antonio bandeira de Mello (grifo nosso) ao tratar do edital, afirma que "suas disposições são vinculadas tanto para a Administração quanto para os que disputam o certame". Hely Lopes Meirelles (grifo nosso) sustenta que "a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna da licitação, e como tal, vincula aos termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu". Portanto estabelecida as regras do certame, suas disposições deverão ser seguidas pela Administração durante todo o procedimento e os participantes terão que balizar sua participação pelas regras gerais da disputa que o edital consagrou. (grifei)

O ilustre doutrinador Marçal Justen Filho sobre o tema, assim lecionou:

"O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, da LEI 8.666/93, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na ascepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do Edital, a Administração Pública frusta a própria razão de ser da licitação, viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade e a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública."

Em outras palavras, a Administração Pública ao estabelecer no edital os requisitos para participação da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contratado, está estritamente vinculada a essas condições e cláusulas.

Portanto, agindo a Administração Pública em desarmonia com as condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório, violados estarão os princípios da licitação, em especial o da vinculação ao instrumento convocatório. Além de descumprir o princípio do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

Em assim sendo, os argumentos aqui explanados devem prosperar, pois a empresa Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou profissional com qualificação técnica profissional para exercer os respectivos serviços objeto da presente licitação.
Estamos encaminhados via e-mail licitacao@mpam.mp.br, consulta feiro junto ao CREA -AM onde fica claro que o Engenheiro Civil DANNY NOGUEIRA não possui atribuição legal para a execução de Pontos Lógicos RJ45 CAT6, portanto e possível afirmar que habilitação Técnica Profissional da empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA encontrasse irregular.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a este Ilustre Pregoeiro que:

A) Seja reformada a decisão que habilitou a empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA, uma vez que a mesma não atendeu o disposto no Itens 11.10.3.2, 11.10.3.3 e 11.10.4 do Edital e, via de consequência, que seja desabilitada a Recorrida do presente certame, por todos fatos e fundamentos acima delineados;

Instado a se manifestar, a empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.816.603/0001-12 apresentou suas contrarrazões recursais, rechaçando pontualmente os argumentos apresentados pela referida recorrente:

> DOS FATOS
>
> A empresa A F CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 07.477.679/0001-53 motivou na data de 05 de janeiro de 2024, a seguinte intenção de recurso:
> "Manifesto intenção de interpor recurso com as seguintes razões tendo em vista o direito de manifestar motivadamente intenção de recorrer contra vossa decisão, fulcro na alínea b, do inciso I, do artigo 109, da Lei N. º 8.666/93 que regulamenta o pregão na sua forma eletrônica, e calçado pelo Edital nº4044/2023 apresentamos a nossa intenção de interpor recurso administrativo em razão de discordar da habilitação do proponente por não ter atendido plenamente o item 12 do edital."
> O recurso apresentado pela RECORRENTE, alegando o não cumprimento do edital por parte da CONTRARRAZOANTE, o que evidencia, claramente, conforme vamos demonstrar, um profundo desconhecimento do diploma editalíssimo, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório, por parte da recorrente, vejamos.
> No momento em que foi concedido ao recorrente o direito ao manifesto de recurso, o recorrente manifestou-se alegando descumprimento dos itens 11.10.3.2, 11.10.3.3, 11.10.4 "qualificação técnico-profissional", ou seja, a recorrente não se deu ao trabalho se quer de procurar ler as leis que se basearam e tão menos ver a documentação (Acervos) da CONTRARRAZOANTE.
>
> A CONTRARRAZOANTE é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em rigorosa conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital, tendo sido, portanto, considerada habilitada, classificada no presente processo. E como tal, levando em consideração, o que o recorrente manifestou mediante razões ao recurso, e buscando sempre a transparência nos seus atos praticados.
>
> DO DIREITO
>
> O recorrente não fundamenta legalmente em nenhuma linha a teoria, exclusivamente dele, de que "A CONTRARRAZOANTE NÃO ATENDEU A QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL". Se observa que foram utilizadas leis e resoluções e as próprias são claras, porém, a recorrente tentou manipular a interpretação errônea da lei.
> Pois aqui, ilustríssimo pregoeiro, vimos fundamentar com dados legais, o mais estrito atendimento as cláusulas licitatórias por esta CONTRARRAZOANTE, simploriamente transcrevendo leis objetivas e claras a respeito das atribuições do engenheiro civil.
> As atribuições profissionais conferidas aos engenheiros civis previram desde a promulgação do Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulou o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, as competências para projetos e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares, conforme artigo 28 abaixo descrito:
> "Art. 28. São da competência do engenheiro civil:
> b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares;
> Isto posto, fica evidenciado que compete ao engenheiro civil a elaboração do projeto de edifícios, incluindo-se os projetos complementares como necessários à execução da edificação, tais como: arquitetônico, estrutural, instalações hidrossanitários, instalações elétricas e outros.
> Com o advento da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, foi mantida a competência dos engenheiros civis, conforme disposto no artigo 7º que discrimina as atividades da competência dos Engenheiros, conforme transcrito a seguir:
> "Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro e do engenheiro-agrônomo consistem em:
> b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
> c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; ...
> f)direção de obras e serviços técnicos;
>
> g)execução de obras e serviços técnicos;
> ...
> Parágrafo único. Os engenheiros e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões."
> Posteriormente, as atribuições do engenheiro civil foram detalhadas no artigo 7º da Resolução 218/73, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, quais sejam:
> "Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO: /- o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos."
>
> Quanto a elaboração e execução de Instalações Telefônicas e de Lógica, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea baixou a Decisão Nº PL-0964/2002, que conclui que os profissionais habilitados à elaborar projetos e executar instalações telefônicas e de lógica, são: Engenheiros e Arquitetos (com atribuições do Decreto Federal nº 23.569, de 1933), Engenheiros Eletricistas, (com atribuições dos arts. 8º e 9º da Resolução nº 218, de 1973), Engenheiros de Computação (com as atribuições da Resolução nº 380, de 1993), Tecnólogos em Telefonia, Tecnólogos em Telecomunicações/Telefones e Redes, Tecnólogos em Eletrônica Industrial, Tecnólogos em Instrumentação e Controle (os Tecnólogos, conforme Resolução 313, de 1986, poderão responsabilizar-se por instalações e manutenção de instalações telefônicas e de lógica).
> Além do mais, a recorrente alega que a contrarrazoante não possui acervos técnicos devidamente registrados no CREA o CAU conforme item 11.10.3.2 do edital, demonstrando que a recorrente não se deu o trabalho de analisar o Acervo anexado, que atendem as características de porte e tecnologia e possui compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto do edital devidamente registrados no CREA-AM.
>
> DO PEDIDO:
>
> Dado o julgamento exato que foi deferido por essa nobre Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como INDEFERIDO o recurso da empresa A F CONSTRUTORA LTDA Cnpj: 07.477.679/0001-53, Não obstante, requer-se, também, que seja INDEFERIDO o pleito da recorrente no que tange à desclassificação da FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio do diploma editalício.
> Conforme Decisão do Confea são da competência de Engenheiros com atribuições do Decreto Federal nº 23.569, de 1933, dentre estes os Engenheiros Civis com atribuições dos artigos 28 e 29 do referido Decreto elaboração e execução de Instalações Telefônicas e de Lógica.
> É na certeza de poder confiar na sensatez desse Órgão, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Conforme exposto pela Comissão Permanente de Licitação, o cerne do recurso interposto pelo referido particular orbita no fato da empresa recorrida supostamente não apresentar toda a documentação necessária à sua habilitação, todavia, não assistindo razão, pelos motivos seguintes:

> (...) o cerne do pedido da IRRESIGNADA reside na arguição de que a "*a empresa Recorrida FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou profissional com qualificação técnica profissional para exercer os respectivos serviços objeto da presente licitação*", portanto, não preenchendo todos os requisitos constantes do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital do certame, uma vez que deixou de apresentar profissional com atribuição para "EXECUÇÃO DE PONTOS LOGICOS RJ45 CAT 06".

Em sede de contrarrazões, a Recorrida **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.816.603/0001-12, assevera que:

> Além do mais, a recorrente alega que a contrarrazoante não possui acervos técnicos devidamente registrados no CREA o CAU conforme item 11.10.3.2 do edital, demonstrando que a recorrente não se deu o trabalho de analisar o Acervo anexado, que atendem as características de porte e tecnologia e possui compatibilidade com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto do edital devidamente registrados no CREA-AM.
>
> (...)
>
> Conforme Decisão do Confea são da competência de Engenheiros com atribuições do Decreto Federal n° 23.569, de 1933, dentre estes os Engenheiros Civis com atribuições dos artigos 28 e 29 do referido Decreto elaboração e execução de Instalações Telefônicas e de Lógica.

Contudo, a Recorrente **AF CONSTRUTORA LTDA.** apresentou **MANIFESTAÇÃO do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas - CREA/AM** (doc.1228300), da lavra do Sr. JOÃO VITOR AQUINO CARNEIRO, Gerente de Acervo e ART do Crea-AM, datada de 09/01/2024, onde consta expressamente, *in verbis*:

> Considerando que o profissinal Eng. Civ. DANNY NOGUEIRA FERNANES, Registro Nacional 0407013679, possui como atribuição o "**ARTIGO 7º DA RES. Nº 218/73 DO CONFEA, COM OBS. AO ARTIGO 25 E PAR. UNICO COM RESTRICOES A: BARRAGENS E DEIQUE, IRRIGACAO E DRENAGEM, FERROVIAS, ENGENHARIA DE TRAFEGO, PORTO**". Logo, o item 3 e subitens "Rede Lógica/Cabeamento Estrutural" do Atestado de Capacidade Técnica da CAT nº 989852/2022 e item 11 e e subitens "Lógica" do Atestado de Capacidade Técnica da CAT nº 956417/2019, não fazem parte da atribuição do profissional e não estão vinculados aos itens de seu acervo e ART.

Destarte, visto que as razões do pedido giram em torno de aspectos técnicos da habilitação da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, foram os autos processuais encaminhados para análise e manifestação do setor técnico desta Procuradoria-Geral de Justiça. Logo, esclareça-se que conclusão aqui externada decorreu do exame realizado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO - DEAC,** nos termos do Memorando Nº 27.2024.DEAC.1230997.2023.010235, parcialmente colacionado abaixo:

> Considerando a manifestação do CREA-AM trazida aos autos no documento (1228300) que exclui do acervo técnico profissional os itens e subitens 3 - Rede Lógica/Cabeamento Estrutural do Atestado de capacidade Técnica da CAT n.º 989852/2022 e item e subitens 11 - Lógica do Atestado de Capacidade Ténica - CAT n.º 956417/2019 pelo fato do profissional indicado não ter a devida atribuição técnica, este técnico reconhece a invalidade dos itens mencionados e como consequência reavalia a documentação técnica para habilitação **(1223155)** da empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 e retifica a decisão apontada no Memorando Nº 6.2024.DEAC.1223408.2023.010235 **Opinando pela DESCLASSIFICAÇÃO da empresa.** Sugerindo a CPL que providencia a validação do documento junto ao CREA-AM.

Na oportunidade, importante frisar que a autenticidade do documento ficou comprovada a partir do momento em que foi apresentada a versão assinada digitalmente pela Sra. **ALZIRA MIRANDA DE OLVIEIRA**, Presidente do Crea-AM (doc. 1237767 e 1237768), estando atendida a recomendação feita pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO - DEAC**.

Desta forma, observa-se motivo jurídico diferenciado que enseja a retificação do entendimento desta Pregoeira, sendo irrefutável a reconsideração da decisão de **aceitação da proposta** e **habilitação** da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603/0001-12, com a necessário retorno de fase, nos termos do art. 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019.

Todavia, após submissão do feito à Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo (DEAC), por intermédio do **OFÍCIO Nº 94.2024.CPL** (1254825), com documentação comprobatória de regularidade apresentada pela empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA**., aquele setor auxiliar assim posicionou-se quanto à situação do referido particular:

> (...) diante do pedido de **análise técnica dos novos documentos de habilitação (1254600) FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 encaminhado para manifestação, com a maior brevidade possível, informo que:
>
> A empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou Atestados de Capacidade Técnico-Operacional fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado contratante de serviço, com os quantitativos ofertados que atenderam aos quantitativos estipulados no item 11.10.3.1. do edital;

Quanto a qualificação técnico-profissional, de profissional, ou profissionais, de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, em que fique comprovada a capacidade técnica por execução de objeto com características semelhantes ao presente objeto, *devidamente registrado(s) no CREA ou CAU*, a empresa **FERNANDES CONSTRUCOES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12 apresentou os **novos documentos de habilitação (1254600)** atendendo ao subitem 11.10.3.2. do edital

Sendo assim, **opino pela CLASSIFICAÇÃO da empresa.**

Ultrapassado esse ponto, passo a me manifestar quanto o Recurso interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.** , CNPJ N.º 12.891.300/0001-97 (1228305), que arguiu, em suma, que houve possível irregularidade no certame, conforme transcrição abaixo:

[...] *omissis*

II. DOS FATOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, instaurou processo licitatório de Pregão Eletrônico, nº 4044/2023, visando a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, descritos e qualificados conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e Anexos.

Seguindo os trâmites previstos no Edital, no dia 18/01/2024 a RECORRIDA foi convocada, e teve sua proposta aceita pelo Sr. Pregoeiro e equipe de apoio, com a seguinte resposta:

"Pregoeiro fala: (18/12/2023 11:51:44) - O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.906.800,00 (Um milhão novecentos e seis mil e oitocentos reais);
Pregoeiro fala: (18/12/2023 11:51:51) - A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,26% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento negativos). Sendo assim, opino pela classificação da empresa."

Contudo, diante da análise apresentada pela equipe técnica, verificamos inconsistências na fórmula apresentada e de imediato nos manifestamos no chat apresentando as devidas justificativas, conforme prevê item 10.3.1 do Edital:

"Fornecedor fala: (19/12/2023 11:14:30) Sr. Pregoeiro, identificamos que na análise das propostas dos concorrentes e inclusive na nossa a fórmula utilizada está incorreta, não foi considerada a divisão por 100 para chegar ao ACD(%).
Fornecedor fala:(19/12/2023 11:15:25) isso faz com que sempre o valor de desconto ofertado seja sempre maior que o BDI, o que seria uma incoerência.

Fornecedor fala: (19/12/2023 11:15:25) isso faz com que sempre o valor de desconto ofertado seja sempre maior que o BDI, o que seria uma incoerência.
Fornecedor fala:(19/12/2023 11:16:36) no momento do lance no pregão o desconto ofertado é muito menor do que o que é representado na taxa de redução pela fórmula que está incorreta.
Fornecedor fala: (19/12/2023 11:33:18) Sr Pregoeiro, estou afirmando que a minha fórmula que foi aprovada está faltando a divisão por 100, sugiro revisão.
Fornecedor fala: (19/12/2023 11:52:20) Se assim for, o desconto acaba sempre ficando próximo do BDI não fazendo sentido para nenhuma empresa, pois ainda precisará recolher os impostos. Qual seria a lógica de ofertar um desconto de 9,2% no pregão e o desconto no SINAPI ser de quase 30%?"

Mesmo apresentando os pontos conforme exposto acima não tivemos sucesso para uma análise mais minuciosa. Diante disso viemos por meio deste recurso para maior detalhamento dos questionamentos, visando o resguardo e garantia e execução do contrato.

III. DOS VALORES INCORRETOS DAS FÓRMULAS

Primeiramente verificamos que foram apresentadas no chat duas fórmulas para o ACD (MENOR PERCENTUAL DEACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO) diferentes conforme abaixo onde a primeira:

"Pregoeiro fala:(07/12/2023 11:21:47) Para MARQUES COSTA & SILVA NETO LTDA - Destaco que na proposta deve

constar expressamente o cálculo para MENORPERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD), decorrente da aplicação da fórmula adiante citada, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI: ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] – 100"

E depois:

"Pregoeiro fala:(15/12/2023 11:21:59) Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - Na realidade, a fórmula correta é a constante do item 8.20 do Edital.
Pregoeiro fala:(15/12/2023 11:22:06)Para MARIE CONSTRUCOES LTDA - ACD% = {(100-TR%) + [BDI (100-TR%)/100]} – 100"

Dessa forma notamos que a diferença entre as duas fórmulas é a divisão por 100, o que consequentemente influencia no valor final do ACD.

Analisando agora o significado do termo "TR" tem-se que no item 4.1 do Edital.

"TR = Taxa percentual de redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do SINAPI (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao mês anterior à licitação."

Levando em consideração a simulação da fórmula e a Tabela apresentada no item 4.2.1 do edital, temos que para um desconto de 10% (TR) sobre o valor da tabela do SINAPI (R$100,00), temos o valor de R$90,00. Considerando um BDI de 20%, o valor do ACD (Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI) será de 8%, o que resulta em um valor de R$108,00 deste item no SINAPI para o Ministério Público, ou seja, um "lucro" de R$8,00 para a empresa.

Contudo ao fazer a comparação desta simulação com o resultado das diligências apresentadas para a empresa vencedora, pela equipe técnica, observamos que existe as seguintes inconsistências:

"Pregoeiro fala: (04/01/2024 11:26:11) - A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 28,71% e a Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 8,50% (oito inteiro se cinquenta centésimo por cento negativos). Sendo assim, opino pela classificação da empresa.
Pregoeiro fala:(04/01/2024 11:26:01) - O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais); - A licitante apresentou uma proposta para realização dos serviços de manutenção predial na ordem de 1.921.500,00 (Um milhão novecentos e vinte e um mil quinhentos reais);"

Nota-se uma divergência nas interpretações, visto que agora o ACD resultou em um valor negativo, diferente da tabela do Edital. Além disso, pela diligência tem-se a seguinte interpretação: a empresa vencedora terá que aplicar 28,71% de desconto sobre cada item do SINAPI e depois aplicar o seu BDI de 28,35%, ou seja, a proposta praticamente se tornará inexequível pois o desconto aplicado é maior do que o percentual de seu BDI, sendo este último representa o seu lucro.

Aplicando esses valores na simulação da tabela do edital temos:

Custo SINAPI (R$): R$100,00
TR (Abatimento ofertado(%)): 28,71%
Custo resultante (R$): R$71,29
BDI: 28,35%
Custo final ao MPAM (R$):R$91,50
ACD: RESULTADO PARA O MPAM Percentual de acréscimo em relação ao custo inicial SINAPI: -8,50%

Portanto um item de R$100,00 no SINAPI para a empresa vencedora cobrará R$91,50, ou seja, abaixo do valor do SINAPI, tornando a proposta inexequível e inviável para as empresas e ainda possível risco da não execução completa do contrato, visto que ainda existem os demais impostos a serem recolhidos que não constam nas planilhas.

Além disso no item 10.2.2, tem-se que:

"10.2.2.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração."

Assim, em respeito ao princípio da legalidade e da isonomia que rege os contratos administrativos, as licitantes devem cumprir a legislação vigente, apresentando a planilha de custo e formação de preços, provisionando todos os encargos, sob pena de obter vantagem indevida, com indícios de inexequibilidade da proposta.

Vale ressaltar que a responsabilidade dos encargos trabalhistas pode recair sobre a Administração Pública em caso de inadimplemento da Contratada, portanto, é prudente que a contratação decorrente do presente processo licitatório seja feita com a Licitante que apresente proposta exequível e com estabilidade contratual.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de se observar valores correntes no mercado para evitar futuras frustações é tão importante que o Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre o tema e consolidou o entendimento de eliminação do concorrente com preço irrisório.

Destacou que o representante do Ministério Público junto ao TCU, em seu parecer, demonstrou com precisão que

todas as propostas desclassificadas apresentaram alguma inconsistência no custo da mão de obra, notadamente pela falta de cotação dos adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade". E para o Parquet especializado, "essas irregularidades relativas ao custo de mão de obra são indícios de que as respectivas propostas podem ser inexequíveis, uma vez que os valores apresentados não são suficientes para cobrir as despesas a que se destinam. É verdade que, em princípio, é da empresa contratada o dever de arcar com os eventuais erros existentes na proposta que formulou. No entanto, se isso não ocorrer, esse ônus recai sobre a administração (...), conforme a Súmula 331, IV, do TST (...)". E arrematou o relator: "a falta de segurança por parte da administração em conhecer especificamente como se compõem os itens de custo, tais como os mencionados, compromete o julgamento objetivo para a natureza do objeto pretendido, que cuida essencialmente de prestação de serviços terceirizados". Acompanhando a manifestação do relator, deliberou a ADSERVIira Câmara no sentido de considerar improcedente a representação. Acórdão n.º 744/2010-1ª Câmara, TC-010.109/2009-9, rel. Min. Valmir Campelo, 23.02.2010. (grifei).

Frise-se que tal situação representa um grande risco para a Administração, já que uma eventual inexecução contratual acarretar-lhe-á prejuízos incomensuráveis.

Nesta linha, Carlos Pinto Coelho Motta opina:

"A proposta inexequível constitui-se, como se diz, numa "armadilha" para a Administração: o licitante vence o certame; fracassa na execução do objeto; e não raro intenta, junto ao órgão contratante, reivindicações de revisão de preços, baseadas nos mais engenhosos motivos. Eis a razão de todos os cuidados legais na delimitação da proposta inexequível. (MOTTA, 2005, p. 414)"

Joel de Menezes Niebhur segue a mesma linha de raciocínio:

"Se a proposta for inexequível, sem condições de ser executada, a rigor, em vez de vantagem, impõe-se à Administração prejuízo, amarga desvantagem. As consequências que advêm da admissão de propostas inexequíveis são desastrosas para a Administração, variando desde serviços mal feitos, obras com problemas estruturais e objetos imprestáveis, que implicam rescisão de contratos, reparações e novos procedimentos licitatórios. (NIEBUHR, 2005, p. 195)".

Análogo é também o posicionamento do Tribunal de Contas da União. Reproduz-se abaixo excerto do voto condutor do Acórdão TCU nº 697/2006 - Plenário, proferido pelo eminente Ministro Ubiratan Aguiar:

"[...]
9. A desclassificação de propostas em razão de preço tem por objetivo evitar que a administração contrate bens ou serviços por preços excessivos, desvantajosos em relação à contratação direta no mercado, ou inexequíveis/irrisórios, que comprometam a satisfação do objeto almejado com consequências danosas à administração.
10. No que se refere à inexequibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. (Acórdão TCU 697/2006 - Plenário)"

O doutrinador Hely Lopes complementa o raciocínio acerca da licitação dizendo que: como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Tem como pressuposto a competição.

Com efeito. Diz o art. 3º, caput, da Lei de Licitações:
"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."

Portanto, vale ressaltar que nem sempre a posposta mais vantajosa é a de menor preço e que o respeito ao princípio da isonomia deve ser respeitado.

PORTANTO, DIANTE DOS IRREFUTÁVEIS ARGUMENTOS APRESENTADOS, É INQUESTIONÁVEL O DEVER LEGAL DO PREGOEIRO EM CANCELAR O PREGÃO DIANTE DOS INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE. IMPORTANTE TAMBÉM SALIENTAR QUE SOMENTE ENTRAMOS COM ESSE QUESTIONAMENTO APÓS O INCÍCIO DO PREGÃO, POIS DEPENDEMOS DO RESULTADO E INTERPRETAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS TÉCNICAS.

VII. DO PEDIDO

Pelo exposto, requer a RECORRENTE que o presente recurso tenha seu teor CONHECIDO e PROVIDO, ALTERANDO a decisão do respeitado Pregoeiro Oficial, proferida na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 4044/2023, na qual HABILITOU no certame a FERNANDES CONSTRUCOES LTDA, cancelando o pregão para correção dos pontos apresentados e posterior publicação, para todos os fins legais, de fato e de direito.

Em suma, a empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.** , CNPJ N.º 12.891.300/0001-97, se insurge quanto à suposta inconsistência na fórmula utilizada como parâmetro no certame. Todavia, ignora a Recorrente que a normas editalícias foram estritamente seguidas, inclusive no que tange ao cálculo parametrizado pela área técnica deste Parquet, senão vejamos:

[...] *omissis*

Para a precisa análise desse recurso, importante destacar, conforme consta da Ata de Realização da Sessão do Pregão Eletrônico em comento, que a empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.891.300/0001-97, no dia 18/12/2023, teve sua proposta de preço aceita pelo setor técnico desta Procuradoria Geral de Justiça, nos termos do Memorando Nº 494.2023.DEAC.1216326.2023.010235, *ipsis litteris*:

- O valor estimado para a licitação era de R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);
- A licitante apresentou uma proposta para realização

dos serviços de manutenção predial na ordem de R$ 1.906.800,00 (Um milhão novecentos e seis mil e oitocentos reais);

- A memória de cálculo apresentada pela licitante condiz com o valor ofertado, uma vez que a **Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) de 29,26%** e a **Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) de 28,35% corresponde ao ACD de - 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento negativos).**

Sendo assim, **opino pela classificação da empresa.**

Atenciosamente,

Manaus, 18 de dezembro de 2023.

Henrique Mendes da Rocha Lopes

Agente Técnico - Engenheiro Civil

Portanto, verifica-se que a proposta da Recorrente atendeu às exigências editalícias, tendo, inclusive, efetuado a correta operação matemática disposta na fórmula do item 4 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do instrumento convocatório, adiante reproduzido, contudo não logrou êxito em comprovar atendimento aos requisitos de habilitação:

> 4.2 **O tipo de licitação será o MENOR PREÇO GLOBAL**, apurado com base no critério de julgamento de **MENOR PERCENTUAL DE ACRÉSCIMO SOBRE CUSTO DIRETO (ACD) por proposta, decorrente da aplicação da fórmula a seguir, cujos componentes são Taxa percentual de Redução sobre a tabela SINAPI (TR) e BDI:**
>
> **ACD(%) = [(100-TR%) + BDI (100-TR%)] - 100** , onde:
>
> **100**
>
> **TR** = Taxa percentual de Redução expressamente proposta pela licitante, que incide diretamente sobre o Custo Unitário Direto de cada serviço, apresentado pela tabela mensal do **SINAPI** (elaborado pela Caixa Econômica Federal/CEF), correspondente ao **mês anterior à licitação.**
>
> **BDI** = Benefício e Despesas Indiretas, a ser apresentado expressamente pela licitante, em taxa percentual.

> Nessa esteira, parece-me leviano por parte da Recorrente levantar qualquer tipo de dúvida acerca da fórmula a ser utilizada pelas licitantes para a elaboração de suas propostas, já que nitidamente se tratou de um simples erro material (no *chat* da sessão), prontamente corrigido, sobretudo porque é possível observar que **todas as propostas** anexadas ao Sistema Comprasnet obedeceram a fórmula apresentada no Edital do Pregão Eletrônico, ou seja, consideraram a "divisão por 100", inclusive a da própria Recorrente.
>
> No que tange a indícios de inexequibilidade das ofertas, verifico que a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO - DEAC,** unidade técnica responsável pela elaboração do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, assegura, por meio do Memorando Nº 27.2024.DEAC.1230997.2023.010235, que "*não existe erro matemático para aplicação da fórmula*", de outra forma não haveria proposta aceita pela Administração.
>
> Ademais, é de responsabilidade do licitante, além do cadastramento de proposta, oferecimento de lances e apresentação das suas condições de habilitação, a prévia, correta e completa leitura do edital do certame para, após analisar as condições do processo licitatório, e, em caso de dúvidas e/ou divergências, solicitar esclarecimentos e/ou promover impugnação aos termos do instrumento convocatório, participar da disputa, tendo a clareza de seus direitos e obrigações para com a CONTRATANTE.
>
> No presente caso, a empresas que não observaram a perfeita aplicação da fórmula ora contestada, e não conseguiram comprovar a composição do seu preço, tiveram a proposta recusada pelo setor técnico, não havendo espaço para inexequibilidade.

Cumpre ressaltar que, nos termos do **RELATÓRIO Nº 5.2024.CPL** (1255345), em sede de **Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1** (1255277), foi oportunizado às empresas cujas propostas restaram classificadas a apresentação de documentação complementar, razão pela qual a empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA** sagrou-se habilitada para o objeto do certame:

> **3.8. DA APRESENTAÇÃO DE NOVA DOCUMENTAÇÃO** - Ao final da primeira etapa do certame, nenhuma proposta foi considerada apta, diante da ausência de requisitos de habilitação das interessadas, tudo conforme exposto na **ATA DA SESSÃO** (doc. 1255277).
>
> Então, diante da previsão do **item 25.12** do Edital, foram as empresas com propostas classificadas convocadas para apresentar nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram sua inabilitação, nos termos registrados na **Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1** (doc. 1255341).
>
> Após nova análise técnica da nova documentação apresentada (complementar), seguindo a ordem de classificação inicial, foi a empresa adiante destacada, **declarada HABILITADA**, por preencher os requisitos do item 11 do Edital do certame:
>
> **- FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob Nº 27.816.603/0001-12 (doc. 1254600).

Por esses motivos, não havendo sido juntados, para efeito de análise do pedido de recurso administrativo, elementos jurídicos que ensejassem a alteração da *ratio decidendi* que culminou na habilitação da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603/0001-12, mantém-se a manifestação derradeira proferida pela Pregoeira por seus próprios fundamentos.

Dessa forma, como demonstrado, a decisão da Pregoeira fora amparada nas normas editalícias, seguindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Portanto, filio-me ao entendimento exarado pela Pregoeira e ratifico a sua decisão de negar provimento ao pleito em análise.

Com essas considerações, nos termos do artigo 109, §4.º, da Lei n.º 8.666/93 c/c art. 4°, XXI e XXII da Lei n.° 10.520/2002 e art. 13, IV do Decreto nº 10.024/2019, **ACOLHO** o **recurso administrativo** interposto pela empresa **AF CONSTRUTORA LTDA.** , CNPJ N.º 07.477.679/0001-53, e **NEGO PROVIMENTO** ao **recurso administrativo** interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA.**, CNPJ N.º 12.891.300/0001-97, retificando a **DECISÃO Nº 4.2024.CPL** (1230996) inicialmente proferida pelo Pregoeira do certame, em conformidade ao teor do **RELATÓRIO Nº 5.2024.CPL** (1255345), no sentido de declarar a **HABILITAÇÃO** da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob n.º 27.816.603/0001-12.

À Comissão Permanente de Licitação - CPL para as providências subsequentes.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus (AM), *data da assinatura.*

(assinado eletronicamente)

LILIAN MARIA PIRES STONE

Promotora de Justiça de Entrância Final

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativo

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 07/03/2024, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1269876** e o código CRC **3F8C9D28**.

DESPACHO Nº 340.2024.01AJ-SUBADM.1270379.2023.010235

A D J U D I C A Ç Ã O E H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do **MEMORANDO Nº 281.2023.DEAC.** (1105606), bem como o teor do **PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC** (1049184);

CONSIDERANDO o disposto na Lei, nas Atas da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 07/12/2023 a 21/02/2024, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a ***formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses,*** conforme as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, no valor de **R$ 1.921.500,00** (*um milhão, novecentos e vinte e um mil e quinhentos reais*);

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 5.2024.CPL** (1255345), o qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma **economia de 178.500,00** (*cento e setenta e oito mil e quinhentos reais*), ou seja, uma **redução de aproximadamente 5,8% do valor estimado pela Administração**;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520/2002, dos Atos PGJ n.º 322 e e nº 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a interposição de Recurso por parte das empresas **A F CONSTRUTORA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, e **JF TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº 4.2024.CPL** (1230996), para **ACOLHER** as razões apresentadas pela Recorrente **A F CONSTRUTORA LTDA.** , inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53 e **NEGAR provimento** ao recurso interposto pela empresa **JF TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97;

C O N S I D E R A N D O a realização do **PREGÃO ELETRÔNICO COMPLEMENTAR Nº 1** (1255341), no qual foi oportunizado às empresas cujas propostas restaram classificadas a apresentação de documentação complementar, razão pela qual a empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA** sagrou-se habilitada para o objeto do certame; e

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº 5.2024.01AJ-SUBADM** (1269876), através da qual ratificou-se a **DECISÃO Nº 4.2024.CPL** (1230996**)**, proferida pela Sra. Pregoeira, segundo inteligência do § 4.º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n. ° 10.520/2002, e art. 13, IV, do Decreto nº 10.024/2019, nos termos do **RELATÓRIO Nº 5.2024.CPL** (1255345).

R E S O L V E:

I – **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente a o **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ**, em favor da empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, no valor de **R$1.921.500,00** (*um milhão, novecentos e vinte e um mil e quinhentos reais*), em consonância com a Ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis; e

III – Após, ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS - SCOMS,** para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), na data de assinatura.

(assinado eletronicamente)

LILIAN MARIA PIRES STONE

Promotora de Justiça de Entrância Final

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativo

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 06/03/2024, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1270379** e o código CRC **E84230B3**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 248.2024.SUBADM.1270567.2023.010235

Certifico, para todos os fins, que o documento 1270379 foi inserido, nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, seguindo para publicação conforme fila do referido sistema eletrônico.

Manaus-AM, data da assinatura eletrônica.

Wilson Ribeiro Junior

Agente de Apoio - Administrativo da SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Ribeiro Júnior**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 06/03/2024, às 17:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1270567** e o código CRC **7FE144BC**.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0557/2024/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno SEI N.º 2024.005587, onde figura, como interessada, a 1.ª Vara da Comarca de Itacoatiara;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade às atribuições institucionais do Ministério Público, visando responder aos anseios da sociedade;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XLI, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

DESIGNAR o Exmo. Sr. Dr. CAIO LÚCIO FENELON ASSIS BARROS, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, para participar da audiência virtual da 2.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itacoatiara, referente aos autos do Processo n.º 0605124-86.2023.8.04.470, a ser realizada no dia 08 de março de 2024.

Dê-se ciência, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am.), 07 de março de 2024.

ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

EDITAL Nº 30 – MPE/AM

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas torna público o resultado final no concurso público, após a análise dos recursos, referente ao concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva no cargo de Promotor de Justiça Substituto.

(EM ANEXO)

ATOS DA SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 231/2024/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º, inciso I, do ATO PGJ N.º 076/2013, de 03 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo nº 2024.004703 – SEI,

RESOLVE:

RELOTAR o servidor YANO COSTA REBEIRO, Agente Técnico - Jurídico, para exercer suas funções junto à 89ª Promotoria de Justiça, a contar de 07/03/2024.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 06 de março de 2024.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 232/2024/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º, inciso I, do ATO PGJ N.º 076/2013, de 03 de maio de 2013,

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo nº 2024.004703 – SEI,

RESOLVE:

RELOTAR a servidora CYNTHIA SARAIVA BARROS LIMA, Agente Técnico - Jurídico, para exercer suas funções junto à 05ª Promotoria de Justiça, a contar de 07/03/2024.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 06 de março de 2024.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

DESPACHO Nº 340.2024.01AJ-SUBADM.1270379.2023.010235

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONSIDERANDO a solicitação constante do MEMORANDO Nº 281.2023.DEAC. (1105606), bem como o teor do PROJETO BÁSICO Nº 6.2023.DEAC (1049184);

CONSIDERANDO o disposto na Lei, nas Atas da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 07/12/2023 a 21/02/2024, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses, conforme as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, no valor de R$ 1.921.500,00 (um milhão, novecentos e vinte e um mil e quinhentos reais);

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Aguinelo Balbi Júnior
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lilian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

Câmaras Cíveis
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos

Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Marco Aurélio Lisciotto

PROCURADORES DE JUSTIÇA
Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE 2798, 08/03/24 - Despacho 340 - Homologação (1273532) SEI 2023.010235 / pg. 965

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 5.2024.CPL (1255345), o qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma economia de 178.500,00 (cento e setenta e oito mil e quinhentos reais), ou seja, uma redução de aproximadamente 5,8% do valor estimado pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520/2002, dos Atos PGJ n.º 322 e e nº 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a interposição de Recurso por parte das empresas A F CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53, e JF TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

CONSIDERANDO o teor da DECISÃO Nº 4.2024.CPL (1230996), para ACOLHER as razões apresentadas pela Recorrente A F CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº 07.477.679/0001-53 e NEGAR provimento ao recurso interposto pela empresa JF TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 12.891.300/0001-97;

CONSIDERANDO a realização do PREGÃO ELETRÔNICO COMPLEMENTAR Nº 1 (1255341), no qual foi oportunizado às empresas cujas propostas restaram classificadas a apresentação de documentação complementar, razão pela qual a empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA sagrou-se habilitada para o objeto do certame; e

CONSIDERANDO o teor da DECISÃO Nº 5.2024.01AJ-SUBADM (1269876), através da qual ratificou-se a DECISÃO Nº 4.2024.CPL (1230996), proferida pela Sra. Pregoeira, segundo inteligência do § 4.º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002, e art. 13, IV, do Decreto nº 10.024/2019, nos termos do RELATÓRIO Nº 5.2024.CPL (1255345).

RESOLVE:

I – ADJUDICAR e HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ, em favor da empresa FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ Nº 27.816.603/0001-12, no valor de R$1.921.500,00 (um milhão, novecentos e vinte e um mil e quinhentos reais), em consonância com a Ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis; e

III – Após, ao SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS - SCOMS, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), na data de assinatura.

(assinado eletronicamente)
LILIAN MARIA PIRES STONE
Promotora de Justiça de Entrância Final
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativo

ATOS DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

AVISO

Edital de Intimação
Processo n.º 172.2023.000015
Classe Processual: Notícia de Fato

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ,

FAZ SABER, pelo presente Edital, na forma disposta no art. 18, §. 1º da Resolução n.º 006/2015-CSMP, que foi determinado o indeferimento da Notícia de Fato nº 172.2023.000015, cujo objeto é apurar a não inclusão da Comunidade Nova Jerusalém no Processo Seletivo de Agente Comunitário de Saúde, nos termos do Despacho de Arquivamento n.º 2024/0000013189.01PROM_SSU, de 25/02/2024.

As partes interessadas, se assim desejarem, poderão apresentar recurso administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, devidamente fundamentado e com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, nos termos do art. 20 da Resolução n.º 006/2015-CSMP.

São Sebastião do Uatumã/AM, 08 de março de 2024.

ELANDERSON LIMA DUARTE
Promotor de Justiça

AVISO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TEFÉ
RECOMENDAÇÃO
(EM ANEXO

AVISO

02ª Promotoria de Justiça da Comarca de Humaitá - 02PROM_HUT
DECISÃO Nº 2024/0000023699.02PROM_HUT
Notícia de Fato 162.2021.000094
DECISÃO DE ARQUIVAMENTO
(EM ANEXO)

PORTARIA DE PROMOTORIA Nº 0001/2024/27PJ

PA N° 09.2024.00000158-9

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por sua representante infra-assinada, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 129, II e III da Constituição Federal, art. 27, § único, IV, da Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), art. 201 do ECA, art. 45, II e III da Resolução n.º 006/2015 – CSMP e art. 58 da Lei Complementar n° 011/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas) com base nos fundamentos jurídicos a seguir delineados e:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal determina como função institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como o dever de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos aos direitos assegurados na Carta Magna de 1988, bem como promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO as disposições constantes nos artigos 1.º, 4.º e 201, todos da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como no art. 227, da Constituição Federal,

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Aguinelo Balbi Júnior
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lilian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos

Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Marco Aurélio Lisciotto

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação DOMPE 2798, 08/03/24 - Despacho 340 - Homologação (1273532) SEI 2023.010235 / pg. 966

E-mail - 1273614

Data de Envio:
11/03/2024 11:51:53

De:
MPAM/Comissão Permanente de Licitação <licitacao@mpam.mp.br>

Para:
engenharia@afconstrutora.com
fcarvalho@jftecnologia.com
dn.fernandes@yahoo.com.br

Assunto:
Encaminha Cópia da Decisão Nº 5.2024.SUBADM

Mensagem:
Senhores Licitantes,

Ao cumprimenta-los cordialmente, encaminho cópia da Decisão Nº 5.2024.01AJ-SUBADM.1269876.2023.010235, da lavra da Exma. Sra. Dra. LILIAN MARIA PIRES STONE, Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e Ordenadora de Despesas, acerca dos recursos apresentados pelas empresas AF CONSTRUTORA LTDA., CNPJ N.º 07.477.679/0001-53, e JF TECNOLOGIA LTDA., CNPJ N.º 12.891.300/0001-97, no interesse do Pregão Eletrônico nº 4.044/2023-CPL/MP/PGJ.

Atenciosamente,

A Comissão Permanente de Licitação
Telefone: (92) 3655-0743 (Whatsapp)
Cel.: (92) 98181-2780 (Whatsapp)

Anexos:
Decisao_1269876.html

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 6.2024.CPL.1266471.2023.010235

PREGÃO ELETRÔNICO N° 4.044-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCESSO SEI N.º 2023.010235

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste registro de preços, situado na Avenida Coronel Teixeira n.º 7,995, Nova Esperança II, Manaus, Amazonas, representado neste ato representado por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, a Exma. Sra. **Lílian Maria Pires Stone**, residente e domiciliada em Manaus/AM, portadora do RG nº 826886 SSP/AM e inscrita no CPF sob o nº 405.025.542-15, e a Empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 27.816.603/0001-12, DORAVANTE denominada **FORNECEDOR**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*, conforme descrito no Anexo I do Edital do referido pregão.

FORNECEDOR: **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** CNPJ nº 27.816.603/0001-12

Desconto de 28,71% (vinte e oito inteiros e setenta e um centésimos por cento) sobre a tabela SINAPI (data, março de 2024),

corresponde ao ACD de - 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento negativos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Entregar os produtos de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga/descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Segunda. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no endereço indicado pela CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quarta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** julgar necessário;

Subcláusula Quinta. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sexta. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no **prazo de 5 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação efetivada, sob pena de decair o direito à contratação.

I - Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes poderão ser convocados para celebrar o ajuste, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da Contratante, na forma revista no art. 73 da Lei n.° 8.666/93, observando-se as disposições constantes do **Item 7** d o **Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**.

Subcláusula Primeira. O prazo para início dos serviços será de, no máximo, **05 (cinco) dias úteis, via de regra, excetuando-se mobilizações de acordo com variáveis de logísticas e materiais específicos a serem empregados** contados da entrega da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O **PRAZO DE GARANTIA** sobre os produtos e serviços deverá ser de, no mínimo, **5 (cinco) anos**, contados a partir da data do recebimento definitivo, nos moldes do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

Subcláusula Terceira. A **CONTRATADA** é obrigada a fornecer, além dos materiais especificados e mão de obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte.

Subcláusula Quarta. A execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material deverão ser feitos de modo a não prejudicar a circulação de pessoas, os serviços e o fluxo normal de veículos, observando-se sempre a máxima segurança contra acidentes.

Subcláusula Quinta. O recebimento dos produtos/serviços será realizado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC**, na forma prevista no art. 73 da Lei no 8.666/93, mediante Nota de Entrega ou documento equivalente, que deverá conter apenas os materiais e/ou serviços nas quantidades efetivamente solicitadas e entregues.

Parágrafo Sexta. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO dos equipamentos não constitui aceitação dos mesmos.

Subcláusula Sétima. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO ou DEFINITIVO do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto desta Ata.

Subcláusula Oitava. A descoberta de defeitos, falhas ou imperfeições ocultas que impeçam ou reduzam a usabilidade dos materiais, verificados após o seu pagamento, implicará na obrigação da contratada de substituí-los/refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação pelo MP/AM. Por ocasião da substituição, a contratada procederá à retirada do material objeto da comunicação.

Subcláusula Nona. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo se a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Décima. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a trinta dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

I – A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **Procuradoria Geral de Justiça, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões de Regularidade para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão de Regularidade Trabalhista e perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

II – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

Subcláusula Quarta. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o ESTADO DO AMAZONAS, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Primeira. Será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, sem justificativa aceita pela Administração:

a) cometer fraude fiscal;

b) apresentar documento falso;

c) fizer declaração falsa;

d) comportar-se de modo inidôneo;

e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;

f) não assinar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;

g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;

h) não mantiver a proposta.

Subcláusula Segunda. Para os fins da subcondição da alínea "d", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula Terceira. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I – Advertência;
II – Multas percentuais, nos termos estabelecidos no Edital;
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei nº. 8.666/93;
V - Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Subcláusula Quarta. Se a contratada, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, sem prejuízo daquelas previstas no Acordo de Níveis de Serviço, Item 14 do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

a) Multa correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, o vencedor não enviar os documentos solicitados para fins de cadastramento junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas – SEFAZ/AM, na forma prevista no edital.

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta quando, sem justificativa aceita pela Administração, o vencedor não mantiver a proposta apresentada na sessão pública;

Subcláusula Quinta. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA cumulativamente às de multa, as quais, por sua vez, poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.
Subcláusula Sexta. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada (se houver), além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
Subcláusula Sétima. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.
Subcláusula Oitava. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA IRREAJUSTABILIDADE DE PREÇOS

Os preços constantes da presente Ata de Registro de Preços não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência, ressalvado o previsto na CLÁUSULA NONA supra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

O Ordenador de Despesas da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA delega competência aos servidores responsáveis pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** e **SETOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL - SCMP** para, em conjunto, solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, conforme as seguintes atribuições:

SCMP: realizar pedidos de compra de fechaduras, portas, remanejamento e outros compatíveis com a atividade de manutenção de material já existente.
DEAC: realizar pedidos de compra para execução de novos projetos (ampliação/layout).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES:

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

a) Administrar a presente Ata; e

b) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

Subcláusula Segunda: Compete às Entidades Participantes destinatários:

a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado;

c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei; e

d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira: Compete à CONTRATADA, além daquelas previstas no **Item 8** do Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235, Anexo I do Edital, as seguintes obrigações:

a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata no Diário Oficial, os materiais relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços;
b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para

recebimento, nos termos do edital parte integrante desta Ata de Registro de Preços;
c) Prestar/Entregar/instalar/remanejar os materiais/serviços no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do edital;
d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais/serviços e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;
e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas; e
f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; e

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira. a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Segunda. no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá, ou não, contratar o objeto deste instrumento;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Para fins de efetivo controle sobre a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, as PARTES adotam o Acordo de Níveis de Serviço, a ser apurado mensalmente, conforme as definições do **Item 14** do **Projeto Básico Nº 6.2023.DEAC.1049184.2023.010235**, parte integrante do Edital da licitação que deu

origem ao presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Subcláusula Primeira. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP** e a proposta do Fornecedor.

Subcláusula Segunda. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira. Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta. Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 322/2007, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus, 11 de março de 2024.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 27.816.603/0001-12
DANNY NOGUEIRA FERNANDES
CPF Nº 769.523.392-72

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 13/03/2024, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Danny Nogueira Fernandes**, **Usuário Externo**, em 13/03/2024, às 12:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1266471** e o código CRC **0D81BF3D**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

EXTRATO Nº 5.2024.CPL.1269820.2023.010235

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6.2024.CPL.1266471.2023.010235 DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, no Órgão Gerenciador, são registrados os preços da empresa abaixo mencionada, para possível e eventual *contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses*. As especificações constantes do respectivo Processo, assim como os termos das propostas de preços, integram o presente registro, independentemente de transcrição. O contrato, ou instrumento hábil que vier a substitui-lo, na forma do 62, *caput* e §4º, da Lei n.° 8.666/1993, indicará o(s) local(is) de entrega dos produtos e/ou execução dos serviços. **O presente registro terá vigência de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 6.2024.CPL.1266471.2023.010235

FORNECEDOR: **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA.,** CNPJ nº 27.816.603/0001-12

Desconto de 28,71% (vinte e oito inteiros e setenta e um centésimos por cento) sobre a tabela SINAPI (data, março de 2024),

corresponde ao ACD de - 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento negativos).

DA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O(A) Ordenador(a) de Despesas da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA delega competência aos servidores responsáveis pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** e **SETOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL - SCMP** para, em conjunto, solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, conforme as seguintes atribuições:

SCMP: realizar pedidos de compra de fechaduras, portas, remanejamento e outros compatíveis com a atividade de manutenção de material já existente.
DEAC: realizar pedidos de compra para execução de novos projetos (ampliação/layout).

LILIAN MARIA PIRES STONE

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Ordenadora de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 13/03/2024, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1269820** e o código CRC **125615AB**.

simplificado 001, 002 e 003 da Secretaria Municipal de Educação, operada pelo Projeto de Lei 015/2023, frente ao disposto no art. 4º, II, c/c art. 2º, IV, da Lei 8745/94.;

4. DETERMINARas seguintes providências:

4.1.publique-se, no Diário Oficial deste Ministério Público do Estado do Amazonas, o extrato da presente Portaria, nos termos do artigo 31, V, da Resolução n. 006-2015/CSMP, mediante o encaminhamento ao email institucional:dompe@mpam.mp.br,;

4.2.Comunique-se a instauração do presente procedimento ao CAO-PDC.

4.3. i) Requisite-se do Presidente da Câmara Municipal de Humaitá cópia do processo legislativo referente ao Projeto de Lei 015/2023 que versa sobre a prorrogação do prazo dos processos seletivos para contratação de professores temporários.
4.4 ii) Requisite-se da Secretaria Municipal de Educação informações quanto à eventual prorrogação dos processos seletivos simplificados 001, 002 e 003, bem como informe se há previsão de realização de novo processo seletivo para contratação de professores temporários. Expeça-se a presente portaria com força de ofício.

Humaitá, 13 de março de 2024.

Assinatura eletrônica

SYLVIO HENRIQUE LORENA DUQUE ESTRADA
Promotor de Justiça

INTIMAÇÃO DE PROMOTORIA Nº 2024/0000020024.02

Decisão de Arquivamento
Notícia de Fato nº: 225.2023.000037
Assunto: Direito da Criança e do Adolescente.
Noticiante: Conselho Tutelar de Maués/AM
Investigada: Suemi Pereira Menezes.

O Ministério Público do Estado do Amazonas, nos termos do 25, § 1º, inciso I, da Res. 06/2015 do CSMP/AM, dá conhecimento a quem possa interessar, que foi ARQUIVADO o presente procedimento, consoante razões já expostas na decisão, cuja cópia está disponível para conhecimento no procedimento mencionado.

Por oportuno, frise-se que os autos se encontram disponíveis na base de dados do MP Virtual da 2ª Promotoria de Justiça de Maués, pelo prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do DOMPE, após o que, caso não haja interposição de recurso administrativo, o mesmo será arquivado, nos termos do art. 20 da Resolução nº 006/2015 do CSMP/AM.

Maués/AM, 13 de Março de 2024

SÉRGIO ROBERTO MARTINS VERÇOSA
Promotor de Justiça Titular da 2ª PJ de Maués

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº 2024/0000025730

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 183.2024.000013
Portaria nº 2024/0000025730

Representado(s): 64ª DELEGACIA INTERATIVA DE POLÍCIA DE TAPAUÁ

OBJETO: Formalizar os atos relacionados às Inspeções na Delegacia Interativa de Polícia de Tapauá relativos ao ano de 2024.

Tapauá, 13 de Março de 2024
BRUNO BATISTA DA SILVA
Promotor de Justiça de Tapauá

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº Notícia de Fato . 038.2024.000220

Decisão

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº Notícia de Fato n; 038.2024.000228

Decisão

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº Notícia de Fato n. 038.2024.000227

Decisão

EXTRATO DE PROMOTORIA Nº Notícia de Fato n.038.2024.000226

Decisão

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 5.2024.CPL.1269820.2023.010235

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6.2024.CPL.1266471.2023.010235

DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, no Órgão Gerenciador, são registrados os preços da empresa abaixo mencionada, para possível e eventual contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses. As especificações constantes do respectivo Processo, assim como os termos das propostas de preços, integram o presente registro, independentemente de transcrição. O contrato, ou instrumento hábil que vier a substitui-lo, na forma do 62, caput e §4º, da Lei n.° 8.666/1993, indicará o(s) local(is) de entrega dos produtos e/ou execução dos serviços. O presente registro terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação na

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Aguinelo Balbi Júnior
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos

Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Marco Aurélio Lisciotto

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Imprensa Oficial.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 6.2024.CPL.1266471.2023.010235

FORNECEDOR: FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ nº 27.816.603/0001-12
Desconto de 28,71% (vinte e oito inteiros e setenta e um centésimos por cento) sobre a tabela SINAPI (data, março de 2024), corresponde ao ACD de - 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos por cento negativos).

DA FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
O(A) Ordenador(a) de Despesas da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA delega competência aos servidores responsáveis pela DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC e SETOR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PREDIAL - SCMP para, em conjunto, solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, conforme as seguintes atribuições:
SCMP: realizar pedidos de compra de fechaduras, portas, remanejamento e outros compatíveis com a atividade de manutenção de material já existente.
DEAC: realizar pedidos de compra para execução de novos projetos (ampliação/layout).

LILIAN MARIA PIRES STONE
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

EXTRATOS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EXTRATO Nº 27.2024.DCCON.1269753.2024.002697

Processo: 2024.002697.
Especie: Acordo de Cooperação Técnica n. 012/2024 - TJAM.
Objeto: Conjugação de esforços com vistas ao desenvolvimento de ações entre o TJAM e o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, o Ministério Público do Amazonas, o Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas, a Associação dos Magistrados do Amazonas - AMAZON, a Ordem dos Advogados do Brasil, (Seção Amazonas), a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a Câmara Municipal de Manaus, e a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC, no âmbito de ações de acessibilidade e da inclusão social da pessoa com deficiência.
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021, no que couber, bem como pela Resolução n° 64/2023 TJAM que a regulamenta.
Vigencia: 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.
Partícipes: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público do Estado do Amazonas, Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Associação dos Magistrados do Amazonas e Ordem dos Advogados do Brasil (Seção Amazonas), Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Câmara Municipal de Manaus e a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.
Signatarios: Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE (Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas); Desembargador JORGE MANOEL LOPES LINS (Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas); ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR (Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas); FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA (Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas); RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (Defensor Público- Geral da Defensoria Pública do Estado do Amazonas); GILDO ALVES DE CARVALHO FILHO (Presidente da Associação dos Magistrados do Amazonas); JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Amazonas); ROBERTO MAIA CIDADE FILHO (Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas); CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA (Presidente da Câmara Municipal de Manaus); JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA (Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania).
Data da Assinatura: 19.02.2024.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EXTRATO Nº 15.2024.DCCON.1251145.2022.023611

Processo: 2022.023611.
Especie: Convênio. Processo SEI MPDFT nº 19.04.3218.0036166/2023-09.
Objeto: Estabelecer formas de cooperação entre os partícipes para a realização das missões atribuídas pelo ordenamento jurídico ao Ministério Público, tais como proteção do patrimônio público, a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e a outros crimes relacionados, de forma a aprimorar, desenvolver e dar suporte a métodos de análises de dados, pesquisas e investigações promovidas pelos partícipes, garantindo assim maior eficácia no desempenho das atribuições do Ministério Público por meio da atuação conjunta e do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e do compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias para o processamento e análise de dados, gestão de casos, entre outras ações conjuntas.
Fundamento Legal: Art. 184 da Lei nº 14.133/2021 e no que consta do Processo SEI MPDFT nº 119.04.3218.0036166/2023-09.
Vigencia: 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura mais recente das partes.
Primeiro Partícipe: Ministerio Publico do Distrito Federal e Territórios.
Segundo Partícipe: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Signatarios: Exmo. Sr. GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR (Procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Terriotórios) e o Exmo. Sr. ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR (Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas).
Data da Assinatura: 06.12.2023.

TERMO ADITIVO

Processo: 2023.021274
Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 010/2023 – MP/PGJ.
Licitação: Pregão Eletrônico N.º 4.013/2023-CPL/MP/PGJ.
Objeto: Prorrogação, por 12 (doze) meses, da vigência do Contrato Administrativo n.º 010/2023 – MP/PGJ, firmado entre as partes em 24 de março 2023, bem como o reajuste do seu valor, nos termos previstos em suas cláusulas décima quarta e décima sexta, e de acordo com o art. 57, II, e art. 65, da Lei n.º 8.666/93.
Valor: R$ 106.189,30 (cento e seis mil, cento e oitenta e nove reais e trinta centavos).
Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; Fonte: 1.500.100.0.0000.0000 – Recursos Não Vinculados de Impostos; Natureza da Despesa: 33903969 – Seguros Gerais, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 23/02/2024, a Nota de Empenho n.º 2024NE0000403, no valor global de R$ 106.189,30 (cento e seis mil, cento e oitenta e nove reais e trinta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, compreendendo o período de 24 de março de 2024 a 24 de março de 2025, podendo ser prorrogado, através de termo aditivo, nos termos do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.
Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas /

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Aguinelo Balbi Júnior
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

Câmaras Cíveis

Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Suzete Maria dos Santos

Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Marco Aurélio Lisciotto

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Sarah Pirangy de Souza
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Maria José da Silva Nazaré

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Publicação no DOMPE 2801 - Extrato da ARP (1277035) SEI 2023.010235 / pg. 979

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.044/2023-CPL/MP/PGJ
(Processo SEI n° .2023.010235)

SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

Manaus, 12 de março de 2024

À

Diretoria de Orçamento e Finanças

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

69037- 473 MANAUS/AM

A empresa **FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA**, firma estabelecida na Rua Jerônimo Monteiro, no 02, Sala 05, Novo Aleixo, Manaus-AM, inscrita no CNPJ sob o no 27.816.603/0001-12, solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: **SICOOB**
Agência: **3352**
Conta: **972-5**



Danny Nogueira Fernandes
Diretor
RG: 1640964-7 CPF: 769523392-72
Crea-AM: 14161-D

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.816.603/0001-12 **MATRIZ**		**25/05/2017**

NOME EMPRESARIAL
FERNANDES CONSTRUCOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
FERNANDES CONSTRUCOES	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
71.12-0-00 - Serviços de engenharia

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-01 - Impermeabilização em obras de engenharia civil
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-03 - Obras de acabamento em gesso e estuque
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.99-1-02 - Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JERONIMO MONTEIRO	**02**	**QUADRAH-30 LOTE 02 LOJA 05**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.098-228	**NOVO ALEIXO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
DN.FERNANDES@YAHOO.COM.BR	**(92) 9907-9052**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**25/05/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/03/2024** às **16:23:03** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

Requerimento Cadastro SEFAZ - FERNANDES CONSTRUÇÕES (1276176) SEI 2023.010235 / pg. 981

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.816.603/0001-12 **MATRIZ**		**25/05/2017**

NOME EMPRESARIAL
FERNANDES CONSTRUCOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R JERONIMO MONTEIRO	**02**	**QUADRAH-30 LOTE 02 LOJA 05**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.098-228	**NOVO ALEIXO**	**MANAUS**	**AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
DN.FERNANDES@YAHOO.COM.BR	**(92) 9907-9052**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**25/05/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **12/03/2024** às **16:23:03** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

Requerimento Cadastro SEFAZ - FERNANDES CONSTRUÇÕES (1276176) SEI 2023.010235 / pg. 982

SICOOB
SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL
PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB – SISBR

12/03/2024 **EXTRATO CONTA CORRENTE** 16:13:48

COOP.: 3352-9 / SICOOB CREDEMPRESAS - AM
CONTA: 972-5 / FERNANDES CONSTRUCOES LTDA
PERÍODO: 01/03/2024 - 12/03/2024

HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO

DATA	HISTÓRICO	VALOR
28/02	SALDO ANTERIOR	45,48C

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 6.2024.DOF - ORÇAMENTO.1277019.2023.010235

Certifico para os devidos fins que os documentos apresentados pela(s) empresa(s) vencedora(s) do certame encontram-se em conformidade, assim como seus respectivos cadastros nos sistemas da SEFAZ/AM, em concordância com o disposto no referido PI-SEI 2023.010235.

É o que tinha a certificar.

Documento assinado eletronicamente por **Letícia Carmem Cordeiro Santos**, **Estagiário(a)**, em 14/03/2024, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Roberto Laranjeira da Silva**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 14/03/2024, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1277019** e o código CRC **4A6D0B6D**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 6.2024.CPL.1266471.2023.010235
PREGÃO ELETRÔNICO 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP

OBJETO			LOTES					PROCESSO	DOMPE	VALIDADE
Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses.								2023.010235	2801 13/03/2024	13/03/2025
FORNECEDOR	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÃO**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**VALOR TOTAL**	**VALOR UTILIZADO**	**SALDO**
FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 27.816.603/0001-12	1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.						R$ 1,921,500.00	R$ 0.00	R$ 1,921,500.00
								R$ 1,921,500.00	**R$ 0.00**	**R$ 1,921,500.00**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 6.2024.CPL.1266471.2023.010235
PREGÃO ELETRÔNICO 4.044/2023-CPL/MP/PGJ-SRP

OBJETO	PROCESSO	DOMPE	VALIDADE
Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses.	2023.000822	2801 13/03/2024	13/03/2025

FORNECEDOR	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR UTILIZADO	SALDO	STATUS DE DISPONIBILIDADE DE SALDO DA ARP	
FERNANDES CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 27.816.603/0001-12	1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E/OU CORRETIVA E PEQUENAS REFORMAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.	R$ 1,921,500.00	R$ 0.00	R$ 1,921,500.00	100%	
			R$ 1,921,500.00	**R$ 0.00**	**R$ 1,921,500.00**		

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 13.2024.SCOMS.1277054.2023.010235

PROCEDIMENTO INTERNO N.º 2023.010235
ASSUNTO: Formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial.
INTERESSADO: Sr. Paulo Augusto de Oliveira Lopes — Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo.

Certifico que realizei, nesta data, a juntada do Mapa de Acompanhamento da Ata de Sistema de Registro de Preços 6.2024.CPL.1266471.2023.010235, decorrente do Pregão Eletrônico 4.044-CPL/MP/PGJ-SRP (doc. 1277043), bem como do respetivo Informativo de Saldo de ARP (doc. 1277042), cujo objeto é a *formação de registro de preços para a contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial preventiva e/ou corretiva e pequenas reformas com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, nas edificações do Ministério Público do Estado do Amazonas - MPAM na capital e no interior, por um período de 12 (doze) meses.*

Certifico, ainda, que o PI-SEI 2023.010235 será encerrado na Unidade, após tomadas todas as providências de estilo.

Era o que havia a certificar.

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA
Chefe do Setor de Compras e Serviços

Documento assinado eletronicamente por **Felipe Beiragrande da Costa**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 14/03/2024, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1277054** e o código CRC **7215921D**.